CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL 1999 - 2002

Edição aprovada na 37ª Assembléia Geral da CNBB

Itaici-SP, 14 a 23 de abril de 1999

APRESENTAÇÃO

Caríssimos Irmãos e Irmãs,

Na vigília do grande Jubileu, que vai marcar o ingresso no Terceiro Milênio da era cristã, temos a alegria de lhes entregar as *Diretrizes Gerais para a Ação Evangelizadora* para os anos de 1999 a 2002.

Desde 1975, o Episcopado Brasileiro renova, a cada quatro anos, suas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral. Em 1995, o nome das Diretrizes foi significativamente mudado para: *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora*. Elas reúnem orientações para a "nova evangelização" que a Igreja no Brasil foi elaborando, desde o Concílio Vaticano II, em comunhão com a Igreja no mundo inteiro e, particularmente na América Latina, levando em conta sua própria experiência pastoral e a realidade social.

As Diretrizes foram atualizadas, valorizando a riqueza dos últimos documentos pontifícios, especialmente as conclusões do Sínodo para a América, que o Papa propôs na Exortação *Ecclesia in America*, e levando em conta as mudanças sócio-culturais dos últimos anos a demandar novas respostas pastorais.

As Diretrizes enfatizam a prioridade da evangelização, que exige serviço e solidariedade, diálogo e cooperação ecumênica, anúncio e testemunho, comunhão com Deus e com os irmãos.

Convocamos novamente todo o povo cristão, especialmente leigas e leigos católicos, para serem protagonistas da "nova evangelização" e articularem melhor fé e vida, fé e história, fé e transformação social.

As Diretrizes constituem um guia bastante completo do evangelizador em cinco capítulos: o 1º conta a história do planejamento pastoral no Brasil, desde os anos '60 até hoje; o 2º expõe os fundamentos da evangelização; o 3º analisa a realidade brasileira; o 4º – o mais longo – propõe orientações práticas; o 5º ressalta as responsabilidades da Igreja local e dos evangelizadores. Tarefa das Igrejas locais será elaborar os planos diocesanos de ação pastoral à luz das Diretrizes para a complexa realidade das diferentes regiões brasileiras.

Nutrimos a certeza de que irmãs e irmãos nossos, a partir da sua experiência do encontro com o Cristo vivo, tornar-se-ão anunciadores do Evangelho num mundo que, mais ainda, precisa da luz da verdade a iluminar todo ser humano (cf. Jo 1,9)[1].

Sobre todos e sobre cada um invocamos as bênçãos do Senhor Ressuscitado e a proteção da Mãe de Deus e nossa.

Os Bispos Católicos do Brasil

21 de abril de 1999

I. PARTE: HORIZONTES DA EVANGELIZAÇÃO

1. O Papa João Paulo II, em sua Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in America*, renova o convite, anteriormente feito na *Tertio Millennio Adveniente*, a todos os católicos e pessoas de boa vontade do continente para que voltem o seu olhar à pessoa de Jesus Cristo e preparem seus corações para o encontro com ele como caminho para a conversão, a comunhão, a solidariedade e a missão[2], por ocasião dos 2000 anos da Encarnação do Filho de Deus[3].

Na verdade, "Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre"[4]. É o Senhor do tempo. Portanto, cada ano, cada dia e cada momento devem ser santificados e reconhecidos como tendo um valor infinito de graça. Mas o ano 2000 do nascimento de Cristo será diverso e maior: um GRANDE JUBILEU.

2. Jubileu é um ANO DE GRAÇA. Ano da manifestação mais plena da bondade de Deus para conosco. Um ano, por conseguinte, de júbilo, alegria, louvor, ação de graças. Um ano também para reconduzir nossa vida pessoal e social mais perto de Deus. Segundo a antiga tradição bíblica, o ano do jubileu é tempo de perdão: das dívidas para com Deus, nossos pecados; das dívidas para com os irmãos, a fim de que se restabeleçam a igualdade, a fraternidade e a solidariedade na família humana.

3. Para ser dignamente celebrado o Jubileu do ano 2000 exige dos cristãos:

– nova tomada de consciência da missão que Cristo confiou à Igreja: a *evangelização*
– nova experiência de *conversão* e penitência, pedindo perdão pelos pecados dos cristãos na sua história e nas injustiças do presente
– nova busca de *santidade***,** através da identificação com Cristo, a comunhão mais profunda com a Trindade, a prática das virtudes evangélicas.

4. Entre nós, a celebração dos 2000 anos do nascimento do Senhor Jesus coincide com outra significativa data histórica: os *500 anos da chegada dos primeiros evangelizadores à nossa terra.*

Na fé em Jesus Cristo, olhamos o nosso passado e o nosso futuro.

O nosso passado está carregado de pecados: para com as culturas indígenas que a colonização destruiu; para com os africanos, que a escravidão arrancou violentamente da sua pátria e trouxe para um regime de exploração e de injustiça, cuja herança perdura até hoje. A eles e a Deus, pedimos perdão.

O nosso passado está carregado muito mais de graça. A pessoa do Senhor Bom Jesus, trazido ao povo pelos braços de sua Mãe, Maria Santíssima, alimentou a esperança e suscitou o amor misericordioso nos sofredores e humilhados. Também em nosso presente, continua sendo o Juiz da história, que reprova a humilhação de seus irmãos e irmãs e a todos convoca para edificar uma sociedade fraterna, prelúdio do Reino que Ele promete como coroação da história.

Olhando o futuro, "com serena confiança no Senhor da História, a Igreja prepara-se para cruzar o limiar do Terceiro Milênio sem preconceitos nem pusilanimidades, sem egoísmo, sem medo nem dúvidas, persuadida do serviço fundamental e primário que deve prestar como testemunho de fidelidade a Deus e aos homens e mulheres"[5] do Brasil. É um apelo para fazer do País uma sociedade nova, justa e solidária.

5. Se o desafio é grande, maior é a graça de Deus com que contamos. A mensagem do Evangelho é a "força da salvação de todo o que crê"[6]. A Igreja no Brasil celebra *o*

Jubileu, unida ao Papa, através do esforço evangelizador que juntos estamos empreendendo com estas novas "Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil". Elas hão de nos levar não apenas a proclamar e celebrar, mas também a testemunhar e a viver sempre melhor o Evangelho do amor de Deus pela humanidade, Evangelho da vida para todos, Evangelho da dignidade da pessoa humana.

6. JESUS CRISTO ONTEM, HOJE E SEMPRE:

Celebrando o jubileu do ano 2000
e os 500 anos da evangelização no Brasil,
como encontro com Jesus Cristo vivo,
que o Pai nos enviou na força do Espírito,
sob a proteção da Mãe de Deus e nossa,
queremos:
EVANGELIZAR
com renovado ardor missionário,
testemunhando Jesus Cristo,
em comunhão fraterna,
à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres,
para formar o povo de Deus
e participar da construção de uma
sociedade justa e solidária,
a serviço da vida e da esperança
nas diferentes culturas,
a caminho do Reino Definitivo.

7. EVANGELIZAR – Palavra-chave que resume toda a ação de Jesus[7]. Evangelizar é fazer chegar a Boa Nova a todos. E a Boa Nova, que Jesus anuncia, é o Reino de Deus e a salvação para toda a humanidade. Cristo realiza, em sua pessoa e em sua vida, o que os profetas preanunciaram: Cumpriu-se o tempo. "O Reino de Deus está no meio de vós"[8].

8. "Evangelho" não é apenas anúncio da salvação: é toda a existência de Jesus, desde seu nascimento até sua morte e ressurreição gloriosa. Viver como Jesus há de ser também o projeto de todo cristão evangelizador.

9. Só evangeliza quem aceita e segue o caminho de Jesus: "Vem e segue-me" é o convite fundamental que o Senhor continua fazendo a todos os que querem participar da aventura do Reino[9]. Para ser verdadeiro evangelizador, é necessário, antes de tudo, deixar-se evangelizar, sendo ouvinte atento ao que Deus fala, a exemplo da Virgem Maria. É necessário acolher a Palavra "com a alegria do Espírito Santo"[10] e aceitá-la "não como palavra humana, mas como "verdadeiramente é: Palavra de Deus que está produzindo efeito entre vós"[11].

10. Só uma Igreja missionária e evangelizadora experimenta a fecundidade e a alegria de quem realmente realiza sua vocação. Assumir permanentemente a missão evangelizadora é, para todas as comunidades e para cada cristão, a condição fundamental para preservar e reviver o clima pascal de "alegria no Espírito"[12] que animou a Igreja em seu nascimento e a sustentou em todos os grandes momentos de sua história. Por isso, o Apóstolo Paulo podia afirmar com todo o vigor: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim. É, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim se não evangelizar"![13].

11. Evangelizar com renovado ardor missionário – O evangelizador deve comunicar o Evangelho com vibração, entusiasmo e alegria, na certeza de ser instrumento de Deus, sabendo que está cumprindo a missão recebida no Batismo. O mundo precisa de uma nova evangelização com a descoberta de novas formas e de novas possibilidades, para que a Palavra de Deus se torne fonte de inspiração para a vida das pessoas e para a construção da sociedade.

12. O renovado ardor missionário exige que a pregação do Evangelho responda aos novos anseios do povo, no contexto de uma sociedade marcada por rápidas e profundas mudanças. Evangelizar é anunciar a Boa Nova como fonte de esperança no meio de tantos conflitos que surgem no coração do homem e na sociedade desigual, impedindo a realização do projeto de Deus. Evangelizar é suscitar a esperança de um novo milênio de justiça e paz.

13. O renovado ardor missionário exige ainda dos evangelizadores nova disposição que leve a romper as acomodações e a rotina na ação missionária. Superando a mera atitude de espera, é preciso ir, com coragem evangélica, às pessoas, grupos e ambientes onde o nome de Jesus não foi ainda proclamado ou onde sua ressonância perdeu o vigor. Na força do Espírito Santo sobre nós derramado, somos chamados a superar todo medo e timidez com o testemunho explícito da fé no coração das realidades terrenas.

14. Evangelizar testemunhando Jesus Cristo – Não basta falar de Deus. É necessário testemunhá-lo por uma vida de santidade encarnada em nossos dias. O testemunho de vida é a primeira e insubstituível forma de missão[14]. O homem contemporâneo escuta muito mais as testemunhas que os mestres. E se escuta os mestres, é porque são testemunhas[15]. Em nosso tempo, muitas são as testemunhas coerentes e perseverantes na fé e no amor a Cristo até mesmo com o sacrifício da própria vida[16].

15. Evangelizar em comunhão fraterna – Cristo mandou que todos se amassem como Ele amou[17]. A fraternidade nasce do Deus-Comunhão e do Deus que se faz Irmão, para que todos sejam um[18]. O testemunho cristão é essencialmente comunitário. Jesus envia seus discípulos "dois a dois"[19] e Ele mesmo vive em comunhão com seus Apóstolos. A comunhão fraterna era o ideal das primeiras comunidades cristãs, que desejavam ser "um só coração e uma só alma". Fraternidade que não se expressava apenas na partilha dos bens materiais, mas também dos bens espirituais[20]. Caridade fraterna que se deve manifestar entre os próprios evangelizadores, e entre todos os que crêem no Cristo.

16. A comunhão fraterna é fruto necessário da própria ação evangelizadora. A resposta ao anúncio só se completa com a adesão ao Reino, "nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura. Essa adesão não pode permanecer abstrata e desencarnada, mas se manifesta concretamente pela entrada visível numa comunidade de fiéis"[21]. A nova evangelização "tem por fim formar comunidades eclesiais maduras"[22].

17. A Igreja no Brasil procura concretizar essa fraternidade no espírito da experiência comunitária, reconstruindo na sua base aquele tecido de pequenas comunidades eclesiais, ligadas com profundos vínculos de fraternidade, sempre abertas, no meio social em que vivem, à solidariedade com o povo.

Viver a comunhão fraterna é também sentir-se solidário com toda a criação, que provém de um Deus-Comunhão, que deseja a promoção da vida e a busca da harmonia entre todos os seres criados.

18. "A evangélica opção preferencial pelos pobres" é uma atitude de Jesus, que deve ser assumida pela Igreja. Cristo veio evangelizar a todos, mas teve como preferência específica: "evangelizar os pobres"[23]. "Os primeiros destinatários da missão são os pobres, sendo a sua evangelização sinal e prova, por excelência, da missão de Jesus"[24].

19. A opção pelos pobres pode e deve impulsionar a Igreja a descobrir, sempre de novo, a exigência radical do Evangelho, libertando-a da acomodação e do conformismo aos "esquemas deste mundo"[25].

Jesus, ao aproximar-se dos marginalizados pela sociedade e das vítimas da exclusão e do desprezo, faz com que sintam e vivam uma experiência de libertação e uma partilha junto à mesma mesa[26].

Entre o anúncio evangélico e a promoção humana, entre a caridade cristã e a solidariedade, há uma estreita e profunda conexão, como mostra o ensino social da Igreja.

20. Evangelizar PARA FORMAR O POVO DE DEUS E PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA.

FORMAR O POVO DE DEUS – Desde o Antigo Testamento, Deus quis formar um povo, que lhe fosse fiel e preparasse a chegada do Messias. Com ele estabeleceu uma aliança e lhe deu meios e mensageiros: "Para que sejam o meu povo e eu seja o seu Deus"[27]. O Povo de Deus continua e se aperfeiçoa na comunidade de salvação que é a Igreja, novo Povo de Deus, comunidade congregada daqueles que crêem em Cristo[28]. Formar o Povo de Deus é também construir a comunidade para viver em comunhão e participação. A grande comunidade eclesial expressa sua vida em comunidades concretas através da comunhão na fé, vivida, celebrada e testemunhada. A nova evangelização busca criar novas comunidades e exige profunda revisão nas estruturas comunitárias.

21. PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA é realizar o projeto de Deus na solidariedade e na busca do bem comum. A justiça exige que se dêem condições de viver com dignidade e com oportunidades iguais; e a solidariedade descobre as necessidades e os problemas dos outros, particularmente dos mais empobrecidos.

22. A sociedade concreta em que vivemos, em nosso País e em grande parte do mundo, está marcada pelas desigualdades, egoísmo e injustiças. Por isso, "a evangelização comporta uma mensagem sobremaneira vigorosa, em nossos dias, sobre a Libertação"[29]. Para a Igreja, o amor ao ser humano se concretiza na promoção da justiça. "A solidariedade ajuda-nos a ver o outro – pessoa, povo ou nação – não como um instrumento qualquer de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar, quando já não serve; mas, sim, como um nosso semelhante"[30].

23. A SERVIÇO DA VIDA E DA ESPERANÇA NAS DIFERENTES CULTURAS – A edificação de uma sociedade justa e solidária depende de uma nova "cultura", de novos valores que inspirem a vida humana. Infelizmente, a cultura contemporânea, sob certos aspectos, pode ser denominada uma "cultura de morte" pelas múltiplas formas de sacrifício da vida humana aos ídolos da riqueza, do poder e do prazer. A vida hoje vem sendo desprezada e até eliminada, pelas mais variadas formas de destruição, desde a concepção até seu fim natural. O Deus da vida exige o respeito e a promoção da vida em todas as suas formas e estágios.

24. Diante de tantos sinais de morte, o evangelizador não pode perder a esperança. Esperança não é apenas uma virtude humana, mas dom do Deus da vida. Num mundo dominado pelo temor e desespero, deve-se proclamar a esperança pascal. Cristo ressuscitado, vencedor da morte, é a certeza de vitória e de total libertação. "Sem esmorecer continuemos a afirmar a nossa esperança, porque é fiel quem fez a promessa"[31]. A esperança em Cristo é também compromisso para enfrentar as situações de pecado, existentes no mundo e na sociedade.

25. O anseio por uma sociedade mais justa, o ressurgimento das culturas oprimidas, a valorização dos direitos fundamentais da pessoa humana, a solidariedade entre os povos, o clamor contra as mais variadas formas de injustiça, a sensibilidade pelas situações de miséria e de fome, o interesse pela ecologia: são aspirações do homem de hoje e alguns sinais dos tempos em que vivemos e que representam sementes de esperança.

26. A Igreja tem consciência de que sua missão exige respeito pelas diferentes culturas. A cultura deve ser considerada como "o bem comum de cada povo ou grupo étnico, a expressão de sua dignidade, liberdade e criatividade, o testemunho do seu percurso histórico"[32]. Evangelizar as culturas não é deformá-las ou destruí-las, mas propiciar seu

pleno desabrochar à luz do Evangelho. A Igreja sente necessidade de redobrar seus esforços na defesa dos direitos dos povos indígenas, dos negros, das minorias étnicas e no respeito pelas variadas tradições culturais.

27. A evangelização exige a inculturação da fé e o respeito pelos valores próprios de cada grupo humano. Nesse sentido, a religiosidade popular é um caminho privilegiado de evangelização e nela os pobres manifestam seu potencial evangelizador[33].

28. A caminho do Reino Definitivo, os cristãos são reconfortados pela certeza da esperança na difícil luta pela libertação integral da pessoa humana e pela construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O cristão tem consciência de seu compromisso na edificação da cidade terrena, mas sempre com os olhos voltados para a Jerusalém celeste, para o triunfo final de Deus, quando todas as coisas lhe serão submetidas e quando Deus será "tudo em todos"[34]. É o desfecho glorioso da História da salvação, com a vitória absoluta e definitiva de Deus.

II. PARTE: OS CAMINHOS DA EVANGELIZAÇÃO

CAPÍTULO I: O PLANEJAMENTO PASTORAL NA IGREJA DO BRASIL

Sumário

– O Concílio Vaticano II: uma nova autoconsciência da Igreja.
– A renovação conciliar no Brasil:
precedida por Movimentos renovadores, como Ação Católica, Movimentos Sociais, MMM, CNBB, CRB, Plano de Emergência
concretizada pelo PPC (Plano de Pastoral de Conjunto, 1966-70)
estimulada pelo intercâmbio com as Igrejas da América Latina (Rio de Janeiro, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979; Santo Domingo, 1992) e os Sínodos dos Bispos
prolongada nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, no compromisso com a defesa dos direitos humanos, nas novas pastorais específicas, no apoio aos Movimentos populares
retomada nas Diretrizes Pastorais de 1979-1982, na atuação da Igreja na década de '80 e no processo de redemocratização, enquanto novas mudanças sociais e culturais abrem a década de '90 e exigem uma nova proposta evangelizadora, formulada nas Diretrizes de 1991-1994 e ampliada pelas Diretrizes de 1995-1998, que, com a *Tertio Millennio Adveniente*, inspiraram o Projeto *Rumo ao Novo Milênio*.
– A história do planejamento pastoral no Brasil manifesta sua importância como pedagogia, a serviço de metas permanentes como a unidade de fé e vida, a inculturação do Evangelho e a transformação social.

29. O Concílio Vaticano II significou um novo Pentecostes para a vida da Igreja, um sopro do Espírito que se difundiu para além dos quadros intra-eclesiais e dos ambientes religiosos. Ao repensar a missão da Igreja e a sua relação com o mundo, gerou uma nova autoconsciência da Igreja e uma eclesiologia de amplas perspectivas para o trabalho pastoral. Lembramos aqui as principais características:

a) a superação da concepção de Igreja "sociedade perfeita", repartindo o espaço com a sociedade civil, em direção a uma concepção de Igreja comunidade, inserida no mundo, a serviço do Reino;
b) a superação da oposição entre Igrejas da cristandade e Igrejas das missões, pelo reencontro da consciência de uma Igreja toda e sempre missionária;
c) a consciência mais clara de que a Igreja não é só a hierarquia, mas todo o Povo de Deus, ressaltando o papel dos leigos e a co-responsabilidade de todos, pastores e fiéis, na ação pastoral e na missão evangelizadora, sem deixar de reconhecer e valorizar a vocação específica missionária "ad gentes";
d) a redescoberta da Igreja Particular ou Local, como realização viva e característica da Igreja Universal, em comunhão com as demais e com a sede primacial de Pedro;
e) a mudança para uma pastoral mais atenta à necessidade de uma nova linguagem catequético-litúrgica e para uma evangelização das massas afastadas da vida eclesial;

f) a valorização do mundo e das realidades terrestres e o reconhecimento de sua justa autonomia;
g) a abertura ao ecumenismo e ao diálogo com as religiões e as culturas. Essas novas atitudes reconhecem a possibilidade de aprender algo do mundo moderno[35], mesmo dos adversários. Por isso, levam a admitir que os membros da Igreja nem sempre foram isentos de culpas ou de erros[36].

30. A caminhada da Igreja Católica no Brasil, nas últimas décadas, segue de perto as pegadas da *renovação conciliar.* Na verdade, as novas perspectivas pastorais abertas pelo Concílio encontraram entre nós uma Igreja que já vivia um surto renovador claramente perceptível. Herdeira de uma rica tradição de mais de quatro séculos de evangelização, cristalizada antes de tudo na fé simples do povo, a Igreja no Brasil foi fortemente enriquecida por *Movimentos renovadores* nas décadas que precederam o Concílio. Eles não só facilitaram a recepção do Concílio como possibilitaram as contribuições de Bispos brasileiros para a reflexão conciliar. Entre eles é preciso ressaltar os Movimentos Litúrgico e Bíblico, a Ação Católica e os Movimentos Familiares, a abertura para as questões sociais e as iniciativas de renovação da Vida Religiosa e do Ministério Presbiteral.

31. *A Ação Católica*, principalmente em sua fase especializada, caracterizada por forte espírito missionário, foi uma valiosa experiência de presença organizada do testemunho cristão nos vários campos da sociedade, sobretudo no mundo operário, estudantil e agrário. A sua metodologia característica do “ver-julgar-agir” perpassa a pastoral até os dias atuais. Igualmente o seu pioneirismo na formação de lideranças deu frutos que ainda hoje são identificáveis em diversos campos da vida nacional.

32. *No* campo *social,* os anos '50 assistiram a uma *mudança qualitativa* da presença da Igreja. No mundo rural e operário, a Igreja evoluiu de uma atuação marcadamente assistencial, para uma presença conscientizadora e fortalecedora das reivindicações sociais. A sociedade brasileira começava a viver as grandes transformações sócio-econômicas que provocaram maior consciência da real situação do povo, especialmente do mundo rural. São dessa época o Movimento de Educação de Base, os Círculos Operários, as Semanas Ruralistas e a expansão do sindicalismo rural. Muitas lideranças de projeção nacional foram formadas neste período.

33. De menor duração e atuando mais dentro das estruturas eclesiais, o *Movimento por um Mundo Melhor* empolgou sobretudo aos Bispos, presbíteros, religiosos e religiosas, na busca de novos caminhos para uma Igreja que, vivendo o mistério do Corpo Místico de Cristo, testemunhasse a fraternidade evangélica e novo zelo missionário.

Devem, também, ser lembrados os numerosos movimentos apostólicos de leigos que desde o ano de 1945, vieram se difundindo amplamente como novas expressões da vitalidade da Igreja no Brasil.

34. Dois grandes organismos eclesiais nasceram antes do Concílio e contribuíram amplamente para a sua aplicação. O surgimento da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, desde 1952, inaugurou nova e promissora fase de vida na Igreja do Brasil. A CNBB nasceu no contexto de uma Igreja despertada por novos movimentos e, sobretudo, pelas organizações nacionais dos leigos da Ação Católica, que postulavam uma articulação dos pastores. Não por acaso, o Assistente Nacional da Ação Católica foi o organizador da Conferência Episcopal. Outro organismo, estimulado pelo primeiro, foi a *Conferência dos Religiosos do Brasil*, cuja criação, em 1954, fortaleceu a formação e a atualização dos religiosos e religiosas e a sua inserção na vida e missão da Igreja.

35. A Conferência Nacional dos Bispos encontrou no *planejamento pastoral* o instrumento para animar e articular a ação pastoral em nível nacional e regional a partir das Igrejas locais, garantindo, ao mesmo tempo, a presença da Igreja numa sociedade em profundo processo de transformação. A experiência do planejamento pastoral teve início com o *Plano de Emergência* (1962), urgido pelo Papa João XXIII. Bastante simples em sua

organização, ele se propunha quatro metas ambiciosas: a renovação da paróquia, do ministério presbiteral, da escola católica, e a promoção da ação da Igreja no campo sócio-econômico. O Plano de Emergência, às vésperas do Concílio, teve o significado pedagógico de reconhecimento oficial do "novo" e de treinamento para a corresponsabilidade que as propostas do Concílio iriam exigir.

36. Entretanto, foi o *Plano de Pastoral de Conjunto* (PPC) para 1966-1970 que possibilitou a aplicação articulada de toda a riqueza do Concílio, por parte da Igreja no Brasil. O seu objetivo, aliás, era expressamente: "criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II". Para isso, ele definiu orientações expressas, principalmente em um Objetivo Geral e seis Objetivos Específicos que geravam, dinamicamente, seis Linhas de Trabalho.

37. O *Objetivo Geral* era: "Levar todos os homens à comunhão de vida com o Pai e entre si, por Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja". As seis Linhas de Trabalho eram promover:

1. uma sempre maior unidade visível no seio da Igreja Católica
2. a ação missionária
3. a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica
4. a ação litúrgica
5. a ação ecumênica
6. a melhor inserção do Povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.

38. O Objetivo Geral deixava perceber, claramente, a concepção conciliar da *Igreja como mistério de comunhão trinitário.* As Linhas de Trabalho explicitam os grandes documentos do Concílio: *Lumen Gentium* (L. 1), *Ad Gentes* (L. 2), *Dei Verbum* (L. 3), *Sacrosanctum Concilium* (L. 4), *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate* (L. 5), *Gaudium et Spes* (L. 6).

39. A dinâmica da renovação conciliar levou a Igreja Católica no Brasil a alargar a sua *abertura para as outras Igrejas Particulares na América Latina.* Avivaram-se a consciência dos laços culturais e dos problemas sociais comuns, bem como a necessidade da busca de caminhos pastorais para uma evangelização encarnada. Os grandes acontecimentos eclesiais, em nível continental (Rio de Janeiro e fundação do CELAM, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979; e Santo Domingo, 1992), revelam urgências desafiantes para a prática pastoral e vão criando uma mística evangelizadora latino-americana.

40. Estes acontecimentos latino-americanos, os sucessivos Sínodos dos Bispos e os documentos pontifícios vão levando a missão da Igreja a ser entendida mais claramente como *evangelização,* serviço do Evangelho, tendo como centro Jesus Cristo e seu Reino. Neste sentido, destacam-se o Sínodo de 1974 e a subseqüente Exortação Apostólica de Paulo VI *Evangelii Nuntiandi* e, mais recentemente, a encíclica de João Paulo II, *Redemptoris Missio*, sobre a atividade missionária da Igreja.

41. A prática eclesial, animada pelos acontecimentos e documentos acima lembrados, despertou para a consciência das várias *dimensões constitutivas ou integrantes* da evangelização e dos seus desafios. Eles, por sua vez, vão encontrando resposta na prática evangelizadora e nos vários níveis da ação pastoral.

42. As orientações do PPC, prorrogadas em 1970 e atualizadas no final de 1975, iluminaram, por quinze anos, o amplo projeto de renovação da Igreja em busca de uma Pastoral Orgânica ou de Conjunto. A partir de 1970, adotou-se uma metodologia de *planejamento mais flexível.* Buscou-se a unidade em nível nacional através das *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil* (1975), deixando-se a definição de planos para os Regionais e as Dioceses, apoiados por planos bienais dos organismos nacionais. Sob o impulso recente do Concílio, a Igreja viveu esse período em clima de grande

alegria e esperança. A Assembléia de Medellín (1968), partindo da análise estrutural da realidade latino-americana, abriu caminhos para aplicação mais concreta das exigências conciliares na situação de injustiça vivida pelos povos do continente. Ao mesmo tempo, o Sínodo de 1971 sobre "A Justiça no Mundo", enfatizava o empenho pela justiça e pela libertação integral da pessoa humana como dimensão constitutiva da evangelização.

43. Vivendo os tempos difíceis e sofridos da ditadura militar, a Igreja assumiu *compromisso sempre mais claro e conseqüente com a defesa dos direitos humanos,* sobretudo dos mais pobres e oprimidos: camponeses, operários e estudantes. O testemunho de solidariedade com os oprimidos foi selado pela perseguição e o sangue de agentes de pastoral e estimulou os pronunciamentos de algumas Igrejas locais ou regionais, em documentos tais como *Testemunho de Paz* (Sul 1, S. Paulo, 1972), *Eu ouvi os clamores do povo* (Nordeste, 1973), *Marginalização de um povo – Grito das Igrejas* (Centro-Oeste, 1973). A Assembléia Geral, reunida em Brasília em 1970, apesar das pressões oficiais, denunciou a prática da tortura e, em 1977, publicou o documento *Exigências Cristãs da Ordem Política*, de singular importância histórica para a sociedade brasileira.

44. Data também desse período a consolidação de novas iniciativas pastorais. Surgem *pastorais específicas* em áreas particularmente desafiantes e conflitivas, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1972) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra, 1975), cuja atuação persiste e se atualiza até hoje. As *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)* vinham crescendo desde os inícios da década de '60. A eclesiologia que as impulsiona valoriza elementos significativos do Concílio Vaticano II: a comunidade, a diversificação dos ministérios, a consciência missionária, a sensibilidade para com os apelos da realidade. Elas se revelam agora como grande "esperança da Igreja"[37]. Promovem o 1º Encontro Intereclesial em Vitória do Espírito Santo (1975), seguido de tantos outros. *Comunidades Religiosas* descobrem novos apelos missionários e se inserem nos meios populares.

45. A ação da Igreja era claramente favorável às reivindicações de liberdade associativa e melhoria de vida dos *Movimentos populares e sindicais*. Não obstante as constantes tensões intra-eclesiais, a Igreja no Brasil conheceu um período de raro *reconhecimento por parte da sociedade civil,* sobretudo de certos setores (universidades, imprensa, profissionais liberais) tradicionalmente menos propensos a olhá-la com simpatia.

46. Na segunda metade dos anos '70, a Igreja no Brasil recebeu notável impulso do *Sínodo sobre a Evangelização* do mundo contemporâneo[38], e da preparação e realização da *Conferência de Puebla* (1979), para a qual, aliás, colaborou de maneira significativa.

47. Com a preocupação de reintegrar o laicato e organizá-lo com expressão e representatividade nacional, a CNBB incentivou a criação do Conselho Nacional de Leigos.

48. No início dos anos '70, consegue-se também reverter a crise que atingiu a muitos presbíteros e reduziu o número das vocações ao ministério presbiteral. Por volta de 1982, o número dos seminaristas maiores já supera o dos anos mais favoráveis do período pré-conciliar. Logo após, o número de ordenações cresce, expressivamente, permitindo que o número de presbíteros por habitante volte a aumentar após 1990. Por outro lado, sobrecarregados de trabalhos pastorais, os padres partilham as suas tarefas com ministros leigos e redobram as formas de intercâmbio e colaboração, promovendo também os Encontros Nacionais de Presbíteros.

49. As *Diretrizes do período 1979/82* expressam bem esse momento histórico. Conservadas para o quadriênio de 1983/86 e, novamente, para o de 1987/90, elas foram recebendo esclarecimentos e matizes a cada novo período, mas mantiveram a sua fisionomia original. Durante mais de um decênio, iluminaram o trabalho pastoral da Igreja no Brasil, organizado ao redor de amplo projeto de "evangelização libertadora". Em sua última formulação, enunciavam assim o seu *objetivo geral:*

“Evangelizar
o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural,
a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem,
à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres,
pela libertação integral do homem,
numa crescente participação e comunhão,
visando formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna,
sinal do Reino definitivo”.

50. Do PPC, as Diretrizes conservaram as seis linhas, concebidas sempre mais como *dimensões constitutivas* da evangelização. A opção pelos pobres foi amadurecendo em seu sentido evangélico e em suas conseqüências. A luta pela justiça marcou, fortemente, a ação pastoral, como é visível nos sucessivos temas das Campanhas da Fraternidade. O empenho pela inculturação do Evangelho e a busca de mais profunda ligação entre “fé e vida” encontraram fecunda expressão na Assembléia Geral de 1983 com a publicação do documento “Catequese Renovada”, que recebeu a maior divulgação entre os documentos da CNBB.

51. A Igreja participou, ativamente, do processo de redemocratização do País, valorizando a participação e apoiando as emendas populares à nova Constituição. Dois documentos importantes marcaram a presença da Igreja no ciclo do *processo constituinte: Por uma nova Ordem constitucional* (1986) e *Exigências éticas da Ordem democrática* (1989). No período pós-Puebla, as *pastorais sociais* tiveram grande incremento em todos os campos. As *tensões intra-eclesiais* igualmente cresceram, seja devido à própria proposta de evangelização libertadora numa sociedade profundamente marcada pelas injustiças, seja por uma compreensão deformada dessa proposta. As instruções romanas sobre a Teologia da Libertação (1984 e 1986), a *Carta aos agentes de pastoral e às comunidades* da Assembléia Geral de 1985 e a Carta pessoal do Papa à CNBB, de 1986, balizaram os rumos da ação pastoral. Todavia, novos horizontes e desafios começavam a surgir para a Igreja no Brasil.

52. No final da década de '80, cresce na Igreja a consciência de que a *situação da sociedade é profundamente diversa* daquela da época pós-conciliar. A missão evangelizadora se dá numa sociedade pluralista, secularizada, estruturada sobre os valores da modernidade. O crescente *pluralismo religioso* se torna objeto de estudos, com a colaboração de outras Instituições reunidas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). A Igreja Católica, que por seu compromisso com os pobres se abrira aos valores das culturas oprimidas, defronta-se cada vez mais com os desafios da evangelização da cultura moderna. O pluralismo cultural, vivido dentro mesmo da Igreja, exige respostas pastorais diversificadas. A consciência disso levou a Assembléia Geral de 1988 a publicar o documento *Igreja, Comunhão e Missão*. O documento, aprofundando o mistério da comunhão eclesial, reforça a identidade das comunidades católicas e as estimula a uma nova e mais vigorosa atuação missionária.

53. Um dos sinais dessa consciência foi o novo impulso dado à organização do laicato, com a preparação e realização do Sínodo sobre os Leigos (1987) e a conseqüente recepção da Exortação *Christifideles Laici* (1989). A valorização dos “sujeitos da evangelização”, suscitados e formados dentro dos vários grupos culturais e situações sociais características, reforça a responsabilidade missionária da comunidade eclesial, abrindo-se para a missão “além-fronteiras”, junto de outros povos e Países.

54. As Diretrizes Pastorais dos anos '90, cuja primeira formulação foi feita para o período 1991/1994, acolheram esses aspectos novos e os reelaboraram de maneira orgânica, dentro de *nova proposta evangelizadora,* conforme bem expressa o seu Objetivo Geral:

“Evangelizar,
com renovado ardor missionário,
testemunhando Jesus Cristo,

em comunhão fraterna,
à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres,
para formar o Povo de Deus e
participar da construção de uma sociedade justa e solidária,
a serviço da vida e da esperança
nas diferentes culturas,
a caminho do Reino definitivo".

55. O quadro histórico da definição das Diretrizes em 1991 foi marcado por acontecimentos que contribuíram para enriquecê-las. A criação da "Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus" (1991) possibilitou participação mais efetiva de representantes de todos os segmentos da comunidade eclesial na elaboração das novas Diretrizes. A encíclica missionária *Redemptoris missio* (1990) e a sua insistência na "nova evangelização" e, a seguir, a preparação de Santo Domingo (1992) com a temática da evangelização e cultura, por ocasião dos 500 anos de evangelização do continente americano, ofereceram novos conteúdos e acentuações. O apelo a uma nova evangelização foi acolhido pela Igreja no Brasil, sobretudo como oportunidade para uma retomada do ardor missionário, com ênfase na centralidade de Jesus Cristo e um desafio a se posicionar frente à modernidade. Na sociedade brasileira ela é sentida, dramaticamente, nas formas de vida urbana transferidas, também, às populações rurais pelos meios de comunicação de massa. A rapidez e o radicalismo das mudanças culturais permitem que formas avançadas e modernas de vida convivam com outras tradicionais.

56. As Diretrizes de 1991/1994 abordaram a *questão da modernidade* a partir de três aspectos principais: o individualismo; o pluralismo cultural e religioso; as contradições sociais e suas causas estruturais. Novos acentos pastorais correspondentes são propostos: valorização da pessoa e da experiência subjetiva; vivência comunitária e diversificação das formas de expressão eclesial; presença mais significativa da Igreja na sociedade. Essa mesma sociedade, no penoso caminho da democratização, defronta-se com uma *crise ética* de proporções sempre mais vastas. A Igreja procurou iluminar os caminhos de solução com os documentos sobre Educação (1992) e *Ética, pessoa e sociedade* (1993), bem como com as Semanas Sociais Nacionais, realizadas dentro de nova e envolvente metodologia. O quadriênio assistiu ao aprofundamento e redefinição da Igreja frente aos Meios de Comunicação Social, na esteira da Campanha da Fraternidade sobre o tema (1989). O ano de 1994, proclamado *Ano Missionário,* recebeu da Assembléia Geral um valioso subsídio sobre *Desafios e Protagonistas da Missão*, num esforço de concretização do sentido eminentemente missionário das Diretrizes.

57. No final de 1994, um levantamento, realizado pela CNBB junto a Dioceses, províncias religiosas e institutos eclesiásticos, confirmou uma *notável influência* das *Diretrizes Gerais* de 1991-1994 sobre os planos pastorais e o desejo de que as *Diretrizes* encontrassem *continuidade* no período 1995-1998. A ênfase dos planos diocesanos, no período passado, recaiu especialmente sobre as dimensões comunitário-participativa e bíblico-catequética e sobre a exigência da formação, o que pode ser interpretado como sinal da necessidade de preparação mais adequada para os novos desafios da evangelização.

58. As Diretrizes de 1995 a 1998, já no horizonte do Jubileu do ano 2000 e dos 500 anos do início da evangelização no Brasil, apontavam pistas para uma sociedade nova, justa, solidária e não excludente. Olhando para o passado, elas sinalizavam a necessidade de conversão e penitência e mostravam também, à luz da fé, uma história marcada pela graça. Apontavam assim para o_desafio de tornar a mensagem do Evangelho força de salvação, vida e dignidade para todas e cada uma das pessoas. Em 1995 foi mantido o objetivo formulado em 1991 ("Evangelizar com renovado ardor..."), precedido por uma nova introdução:

"JESUS CRISTO ONTEM, HOJE E SEMPRE:
Em preparação ao seu Jubileu do ano 2000,
na força do Espírito Santo que o Pai nos enviou,

sob a proteção da mãe de Deus e nossa,
queremos...”

59. Nesse período, foi aprovado pela 34ª Assembléia Geral da CNBB o Projeto de evangelização *Rumo ao Novo Milênio*. Ele nasceu de um encontro fecundo entre o apelo do Papa em sua Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, aprovadas em 1995, e o COMLA V. O Projeto se tornou a primeira ampla experiência de orientações e subsídios comuns para todas as dioceses do Brasil, visando expressar, numa ação orgânica e continuada, as próprias Diretrizes no campo do serviço, do diálogo, do anúncio missionário e do testemunho da comunhão eclesial, alimentado pela Palavra de Deus e pela Sagrada Liturgia. Os anos de 1997, 1998 e 1999 foram pensados como uma mobilização de todos os fiéis a serviço do anúncio do Evangelho e na preparação do grande Jubileu, que no Brasil celebramos junto com a memória dos 500 anos da evangelização.

60. No final deste milênio e para os primeiros anos do novo, prossegue a mesma tarefa evangelizadora, num contexto de rápidas e profundas mudanças. A atualização das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora exige o aprofundamento dos objetivos do Projeto Rumo ao Novo Milênio, mas também a atualização dos programas de ação, sobretudo, o encontro vivo com Cristo que nos torna seus missionários. Isso implica:

– avaliar a ação evangelizadora em todos os níveis
– acolher os novos documentos do Magistério, especialmente a Exortação do Papa João Paulo II à Igreja na América[39]
– assumir com renovada consciência o sentido do Jubileu do ano 2000 e dos 500 anos do início da evangelização no Brasil
– concretizar em todos os níveis – nacional, regional, diocesano e paroquial – novos programas de evangelização e de formação de evangelizadores
– criar estruturas adequadas à evangelização no mundo urbano
– buscar o diálogo e a cooperação ecumênicos com as Igrejas cristãs e o diálogo inter-religioso com as religiões não-cristãs[40].

61. A missão continua. Como os hebreus chegando à Terra Prometida, após 40 anos de travessia, descobriram novos obstáculos e se espantaram face ao que lhes pareceu um desafio gigantesco[41], assim, nós estamos diante de um mundo em mudança sempre mais rápida, que parece questionar ainda mais radicalmente a comunidade cristã e todas as formas de solidariedade da sociedade. Os novos questionamentos nos impõem duas atitudes diversas, mas necessárias e complementares:

– *reavivar a memória da missão evangelizadora* que nos foi confiada, recordar e assumir com novo ardor a vocação própria da Igreja: a evangelização
– *considerar com realismo as mudanças* que estão ocorrendo, para nelas discernir os “sinais dos tempos” e os apelos de Deus, que nos chama a criar *novas expressões* e a buscar *novos caminhos* na missão de encarnar o Evangelho nas novas realidades culturais e sociais.

É o que vamos fazer nos capítulos II (A evangelização) e III (As mudanças da sociedade brasileira), para discernir com maior clareza as diretrizes da nossa ação (capítulo IV) e as nossas responsabilidades próprias e intransferíveis como evangelizadores (capítulo V).

62. A história do planejamento pastoral aqui lembrada, ajudar-nos-á a compreender melhor a situação atual e a reconhecer preciosas indicações para a nossa ação futura. A primeira delas diz respeito à *importância do planejamento pastoral* seja em nível nacional, através das Diretrizes e dos Planos Bienais (treze) que seguiram ao PPC, seja em nível regional e diocesano, com inúmeros planos e iniciativas. A experiência do planejamento pastoral ensina que ele deve ser assumido mais como *pedagogia* do que como *técnica*. Mais rico do que os simples planos é o *processo de planejamento*, que possibilita o envolvimento das pessoas e a sua sustentação numa dinâmica de compromisso. A visão global, garantida pelas Diretrizes, supera o risco da redução da

pastoral a aspectos parciais ou meramente conjunturais. A articulação ao redor de metas objetivas garante a integração contra a fragmentação pastoral. O planejamento tem-se revelado, enfim, como um eficaz instrumento de *participação* de grupos e comunidades no serviço do Reino de Deus. O êxito mais pleno é alcançado quando o planejamento se traduz numa mística de serviço ao Evangelho e de identificação com a missão da Igreja como continuação da missão de Jesus Cristo.

63. A segunda indicação a ressaltar é a presença, na caminhada pastoral, de *algumas constantes* que marcaram o período pós-conciliar e que serão referências relevantes também para os próximos anos. Entre elas destaca-se uma metodologia pastoral que, na forma do "Ver-Julgar-Agir" ou de outra maneira, sempre procura *ligar fé e vida*, reflexão teológica e análise da realidade, ideal evangélico e consideração realista das condições humanas. Essa perspectiva metodológica foi e continuará se enriquecendo, na medida em que perceber melhor as diferenças entre as culturas, apreciando os valores de cada uma e aprofundando *a inculturação* do Evangelho. Tal perspectiva conduziu, ainda antes, à procura da solidariedade dos evangelizadores com o povo e à opção preferencial pelos pobres, numa atitude dinâmica de busca da transformação da sociedade desigual e injusta. Nessa busca construtiva de uma sociedade mais justa e fraterna, a serviço da vida e da esperança, o Povo de Deus é o *sujeito da evangelização* e da sua própria libertação. Assim a Igreja continua a missão de Cristo, enviado para "evangelizar os pobres", abrir os olhos e os ouvidos, libertar os oprimidos[42]. Convém, enfim, ressaltar que os Planos e Diretrizes das últimas décadas visaram a eficácia pastoral, desenvolvendo nas Igrejas Particulares e entre elas a comunhão e a participação, a colegialidade e a corresponsabilidade.

CAPÍTULO II: EVANGELIZAÇÃO HOJE

Sumário
– Necessidade de aprofundar a teologia da evangelização.

1. Que é evangelizar?
– A evangelização deve ser repensada em cada nova época
– A evangelização é continuar a missão de Jesus, o que exige que a Igreja seja discípula, viva o evangelho, imitando o próprio agir de Jesus, e esteja atenta aos apelos do mundo, indo ao encontro das situações humanas.

2. A ação salvífica de Deus no mundo
– Deus quer a salvação de todos
– Deus age pelo *Espírito,* dentro e fora das fronteiras visíveis da Igreja, em sintonia com a ação do Filho, o Verbo Encarnado, pois o Espírito de Deus é o Espírito presente na vida e na ação de Jesus.

3. Caminhos da evangelização
– O evangelizador procura os *caminhos* da evangelização na docilidade ao Espírito, tendo por critério a inserção no ambiente humano ou "contextualização", num aprendizado constante, que exige
a) Inculturação: processo global e complexo, que tem analogia com a Encarnação e comunica a fé
b)Consciência das exigências intrínsecas da evangelização, fundamentalmente: serviço, diálogo, anúncio e vivência comunitária da fé
c)Disposição de promover uma nova evangelização num novo contexto de pluralismo e secularismo.

4. Sujeitos da evangelização
– A missão deve ser assumida por todos, não apenas por alguns
– A responsabilidade de animar a missão cabe principalmente à Igreja Particular
– Aos leigos cabe o novo papel de protagonistas da missão
– A missão exige também renovação das estruturas e unidade na diversidade.

5. Espiritualidade
– A missão exige não apenas novas estruturas, mas nova inspiração e espiritualidade
– A espiritualidade missionária une docilidade ao Espírito, uso dos instrumentos disponíveis e valorização dos carismas pessoais e comunitários.

64. A Igreja no Brasil, nos últimos decênios, deu grandes passos na renovação de suas estruturas e no planejamento pastoral, mas *não pode contentar-se com os resultados alcançados*. Novos contextos desafiam-na a ser fiel ao mandato de Cristo. Impelida pela Palavra de Deus e pelos acontecimentos, *ela deve buscar respostas novas às novas exigências da evangelização* no atual processo de transformação da sociedade brasileira.

65. Para ser fiel à vontade de Cristo, é fundamental que ela *atualize a compreensão de si mesma*, e de sua consciência missionária, reconhecendo que ela não existe para si mesma, mas para a missão como "graça e vocação própria, a sua mais profunda identidade"[43]. E *sua missão é evangelizar*, como "dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos"[44].

66. As exigências da evangelização hoje a impul- sionam a:

1) aprofundar o sentido da evangelização como anúncio atual e libertador do Reino;
2) alargar a compreensão da salvação para além de seus próprios limites visíveis, como salvação para todos[45];
3) discernir os caminhos da missão da Igreja em continuidade com a missão evangelizadora de Jesus;
4) envolver nessa missão não apenas grupos especializados de cristãos, mas todos os batizados, organizados em suas Igrejas locais, para que com novo ardor se coloquem a serviço do Reino;
5) buscar uma autêntica espiritualidade cristã.

1. Que é evangelizar?

67. Em cada tempo e lugar, provocada pelo Evangelho, a comunidade cristã colocou-se frente a esta pergunta: *que é para nós evangelizar?* A resposta a essa questão foi sempre vivida como sinal de sua fidelidade a Cristo. De fato, a Igreja só se realiza como comunidade viva no seguimento do seu Mestre, pela realização da missão evangelizadora. Como o Apóstolo, ela exclama: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; é, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!"[46]. Ela mesma se edifica como Igreja de Deus quando coloca no centro de suas preocupações não a si mesma, mas o Reino que ela anuncia como libertação de todos e cada um dos seres humanos para que vivam a plena comunhão com Deus e entre si[47].

68. A urgência da evangelização hoje, por um lado, vem ao encontro desse mandato claro e evidente para a consciência dos discípulos de Jesus. Por outro, depara-se, mais que em outras épocas, com a complexidade dos novos contextos em que a Palavra viva deve ressoar. Esses novos desafios nos ajudam a superar visões parciais da evangelização e a compreendê-la em sua "realidade rica, complexa e dinâmica", integrando todos os seus elementos essenciais[48] de modo que ela implique não apenas o anúncio do Evangelho por palavras, mas também a vida e ação da Igreja; que envolva não apenas gestos sacramentais, dentro da comunidade viva que celebra o mistério do amor de Deus em Cristo, mas também a promoção da justiça e da libertação; que se apresente não apenas como caminho que vai da comunidade cristã para o mundo, mas também como acontecimento do mundo, dentro do qual Deus continua sua obra salvífica, para a vida da Igreja.

69. No espírito dos Jubileus bíblicos – e o Papa o acentua fortemente – cabe-nos pedir perdão pelas falhas da história passada e presente, para assim dispor-nos para uma evangelização sempre mais autêntica[49].

70. Evangelizar consiste essencialmente no *anúncio de Jesus Cristo*, morto e ressuscitado, como "Boa-Nova" do Reino e sinal do amor salvífico e libertador de Deus para com o mundo, presença vitoriosa de sua graça sobre o pecado e a morte[50]. O Reino de Deus chega à sua plena realização no acontecimento único e irrepetível de Jesus de Nazaré, professado como Cristo, Filho de Deus vivo[51]. Assim sempre o entendeu a comunidade cristã. Ou seja: o Reino chega em sua vida e ação; em sua morte e ressurreição. "Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados"[52].

71. A importância de Jesus Cristo para a história humana foi expressa pelo Papa na recente Carta Apostólica *Fides et Ratio:* "A encarnação do Filho de Deus permite ver realizada uma síntese definitiva que a mente humana, por si mesma, nem sequer poderia imaginar: o Eterno entra no tempo, o Tudo esconde-se no fragmento, Deus assume o rosto do homem. Deste modo, a verdade expressa na revelação de Cristo deixou de estar circunscrita a um restrito âmbito territorial e cultural, abrindo-se a todo o homem e mulher que a queira acolher como palavra definitivamente válida para dar sentido à existência. Agora todos têm acesso ao Pai, em Cristo; de fato, com sua morte e ressurreição, Ele concedeu-nos a vida divina que o primeiro Adão tinha rejeitado (cf. Rm 5, 12-15)[53]. Com esta revelação, é oferecida ao homem a verdade última a respeito da própria vida e do destino da história"[54].

72. A evangelização pode também ser descrita como a missão que nasce do encontro com Cristo, vivo e presente no meio de nós[55], e que consiste em anunciá-lo como "o Salvador de todos os homens e do homem todo"[56]. O próprio encontro com o Cristo vivo gera a consciência do chamado missionário da Igreja e de todos os seus membros[57]. A comunhão com o Senhor Ressuscitado impulsiona a cada cristão e a cada Igreja Particular a descobrir melhor a exigência da comunhão com o irmão e da solidariedade com todas as pessoas, sem exclusão. Através da experiência do "encontro com Jesus Cristo vivo", as Igrejas Particulares e cada um dos seus membros descobrem o "caminho da conversão, comunhão e solidariedade"[58], metas da evangelização.

73. Pela evangelização a Igreja realiza hoje a *missão de Jesus*. A vocação própria da Igreja consiste em percorrer o mesmo caminho de Jesus, com humildade e confiança, a fim de comunicar aos homens a salvação, plenamente manifestada no Filho, morto e ressuscitado. Neste sentido, evangelizar para a Igreja nada mais é do que fazer o que Jesus fez: por palavras e ações expressar o amor misericordioso e compassivo para com todos, em especial os pequenos, os pobres, os mais necessitados e esquecidos de nossa sociedade injusta e excludente. Nessa atitude fundamental de seguir a Jesus, a comunidade eclesial, no entanto, deve prestar atenção à sua condição de *peregrina* na história. À diferença de Cristo, que não conheceu pecado, ela, "reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo santa e sempre necessitada de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação"[59].

74. O anúncio da Palavra de Deus visa a conversão cristã, isto é a adesão plena e sincera a Cristo e ao seu Evangelho, mediante a fé. A conversão é dom de Deus, que exige uma aceitação total, radical e sem limites. Ao mesmo tempo, porém, determina um processo dinâmico e permanente que se prolonga por toda a existência, uma passagem contínua da "vida segundo a carne" à "vida segundo o Espírito"[60].

75. Em vista disso, a mais fundamental atitude da comunidade cristã é a de *tornar-se discípula*, aprendendo a ser fiel e deixando-se constantemente evangelizar, por um lado, pela Palavra da vida que ela acolhe com fé e reparte aos seus filhos com amor de mãe; por outro, pelos próprios acontecimentos da história humana, nos quais Deus continua a dar-se a conhecer como salvação para todos. *Só uma comunidade evangelizada é capaz de tornar-se evangelizadora*[61].

76. A ação evangelizadora da Igreja inspira-se no Bom Pastor, o primeiro e mais fiel evangelizador. Ele é, na verdade, o Evangelho vivo do Pai, porque nele a própria palavra

se faz Evangelho em ação. Nele não há distância e muito menos separação entre palavra e ação. O agir libertador de Jesus vem constantemente confirmado e explicitado pela sua pregação. E sua palavra adquire vigor profético nos seus gestos que mostram a presença do Reino de Deus[62]. Por isso mesmo, *o modo mais completo e perfeito de evangelizar é o testemunho da fé na vida*. Em outras palavras, os discípulos de Jesus, em qualquer tempo e lugar, devem *realizar* o Evangelho com sua própria vida[63], de tal forma que neles se reconheça que Deus continua sua obra de salvação no mundo. A presença da Igreja no mundo, expressa em sinais e gestos proféticos, indica a vitória do Reino de Deus sobre as potências do mal, como se realizou em Jesus de Nazaré, morto e ressuscitado.

77. No mesmo sentido, seguindo a Jesus, *a Igreja não pode dissociar a dimensão humana, histórica e social de sua ação no mundo, da dimensão divina*, que lhe vem de sua origem, no mistério da Trindade. A obra de Deus, inaugurada em Jesus de Nazaré, não é diferente daquela que se realiza na Igreja, pois nela age e se faz presente hoje, na força do Espírito, o mesmo Senhor Ressuscitado. O que, pois, se realizou no tempo de Jesus, como sinal do amor de Deus, promoção da justiça e da libertação[64], a Igreja é chamada a realizar. É o mesmo Cristo que opera, com pleno vigor, na Igreja hoje. Por isso *a Igreja não pode*, sob pena de trair a missão de Jesus, *separar a salvação da promoção da justiça e da libertação*.

78. A Igreja realiza sua missão evangelizadora *no vasto campo do mundo*. O grande desafio missionário da Igreja no mundo de hoje está em abrir-se ao vasto campo da missão para além de suas fronteiras[65]. Fiel ao Espírito, ela descobre que, apesar do pecado, o mundo continua sendo criatura boa de Deus e amada por ele. Nele, Deus continua sua obra criadora e salvadora, antes mesmo de ser por nós reconhecido como Senhor e Salvador. Abrindo-se à história humana, a Igreja aprende "a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito"[66].

79. Ser fiel ao plano de Deus significa para a Igreja ir ao encontro do ser humano em sua situação, procurando encarnar o Evangelho nas culturas, a partir de sua identidade evangélica. Esse dinamismo da encarnação faz a Igreja ser evangelizadora no seu ser e agir, no que ela diz e faz, continuando a missão de Jesus até o fim dos tempos.

2. A ação salvífica de Deus no mundo

80. "*Deus quer que todos os homens sejam salvos* e cheguem ao conhecimento da verdade"[67]. E se o quer, deve ser de maneira adequada à situação de cada ser humano. Por isso mesmo, a ação salvífica de Deus precede a Igreja e sua missão. Desde a criação do mundo e do homem, Deus, em sua infinita sabedoria, percorre os caminhos de sua criatura e lhe promete sua salvação. *Mais: para que pudéssemos conhecê-lo e amá-lo, Ele se deu a conhecer a si mesmo e a seu plano salvífico*, em "acontecimentos e palavras". Estes revelam o sentido profundo do mistério de comunhão que Deus quer viver com todos em Cristo[68]. Cabe, pois, à comunidade eclesial, estar atenta ao agir de Deus no mundo e aos "sinais dos tempos".

81. Deus age no mundo *pelo Espírito*. Cremos que "o Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço ou de tempo"[69]. É ele que faz germinar as "sementes do Verbo" não apenas nos indivíduos, mas também nas sociedades e na história dos povos, em suas culturas e religiões, fazendo-as maturar em Cristo[70]. *É esse mesmo Espírito Santo que predispõe os acontecimentos e prepara os corações dos homens em direção a Cristo*[71].

82. Esse é o mesmo Espírito "que agiu na encarnação, vida, morte e ressurreição de Jesus e atua na Igreja". Ele não pode, pois, ser dissociado da presença e da *ação do Filho* de Deus, como se fosse uma alternativa. Na verdade, "tudo o que o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel

de preparação evangélica". Por isso, a "ação universal do Espírito não pode ser separada da obra peculiar que ele desenvolve no Corpo de Cristo, que é a Igreja"[72].

83. O Espírito preparou a história humana para o Evangelho. Na plenitude dos tempos, a encarnação do *Filho de Deus iniciou a manifestação definitiva do Reino.* O Jubileu do ano 2000 nos oferece oportunidade única de apreciar o sentido plenificador, cósmico, da encarnação e do nascimento de Jesus Cristo, bem como da centralidade da sua presença na história[73]. Jesus Cristo assume nossa história no seio de um povo e de uma cultura. Vive conscientemente a experiência do agir salvífico de Deus no mundo e o expressa em sua pessoa, em seu ministério pelo Reino e, de forma radical e suprema, na sua entrega na cruz. No poder do mesmo Espírito é que a obra evangelizadora da Igreja continua a missão de Jesus. Presente na inauguração dos tempos messiânicos, ele manifesta a Igreja aos povos em Pentecostes, para que da dispersão se forme um só povo sobre o fundamento que é Cristo.

84. Edificada sobre esse fundamento, que é Cristo, e sobre os Apóstolos, testemunhas da Ressurreição, *a Igreja se estrutura nos diferentes contextos históricos*, na variedade multiforme dos tempos e dos povos, como "sacramento", ou seja, "sinal e instrumento" de comunhão profunda dos homens com Deus e entre si. Ele deseja, dessa forma, iluminar "com a claridade de Cristo que resplandece em sua face"[74] o caminho dos povos e das culturas.

3. Caminhos da evangelização

85. A evangelização, como obra da Igreja no mundo, só se compreende *no horizonte do mistério da comunhão trinitária*. Ela se explica pela *missão do Filho e do Espírito como sinal do amor de Deus Pai para conosco*. Ela tem como protagonista o próprio Espírito, enviado pelo Pai e pelo Filho como expressão do supremo interesse de Deus por nós. O evangelizador humano, pois, é sujeito de um agir divino no mundo, colocando a serviço do plano de Deus suas potencialidades humanas, seus talentos. Ele não é o centro da ação evangelizadora, mas simples operário de Cristo e administrador dos mistérios de Deus[75]. Ele é chamado a realizar essa missão sublime em perfeita obediência e docilidade ao Espírito.

86. Enquanto Jesus de Nazaré atuou dentro de um povo concreto, num tempo determinado, na singularidade de sua pessoa e de seu ministério, o Espírito do Senhor Ressuscitado *se faz presente e operante em todo tempo e lugar*, na diversidade de contextos e situações humanas. Desse modo, ele vai moldando os tempos e a história para o Reino em Cristo. Sendo assim, *o critério fundamental da evangelização é* a aproximação às situações concretas, aos contextos de todos e de cada um dos seres humanos, ou seja: *a contextualização da evangelização*.

87. Esse processo exige um *aprendizado constante* a fim de se descobrir em cada situação a pessoa humana "como primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento de sua missão"[76]. Para tanto não são suficientes as técnicas de aproximação ao destinatário do Evangelho. É preciso, acima de tudo, uma atitude de espírito, evangelicamente respaldada pela experiência de fé pessoal, no seguimento de Jesus Cristo, e uma abertura aos outros, pela qual o evangelizador se coloca como servidor de Deus, servindo aos outros, em especial, aos mais necessitados.

a) Inculturação[77]

88. O processo de penetração do Evangelho no quotidiano de um povo, de tal forma que ele possa expressar sua experiência de fé em sua própria cultura, é chamado de *inculturação*. Ela não é uma etapa prévia da evangelização, mas uma dimensão que a acompanha permanentemente, pois o Evangelho transcende toda cultura e a questiona. "Jesus Cristo é, com efeito, a medida de toda a cultura e de toda obra humana"[78].

89. A inculturação é, na verdade, um *processo globalizante e complexo*, que "integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja"[79], conduzido pelo Espírito, como um imperativo do seguimento de Jesus[80]. Por ele, "a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro"[81]. Por esse processo as comunidades eclesiais, em formação, "poderão exprimir, progressivamente, a própria experiência cristã, em modos e formas originais, em consonância com as próprias tradições culturais"[82].

90. A inculturação, na verdade, deve ser compreendida em analogia com a encarnação[83]. Na encarnação, o Filho de Deus vem desde o Pai e se insere na história humana, partilhando da sua fragilidade, marcada pelo sofrimento, pelo pecado e pela morte, assumindo-a para redimi-la. Na inculturação, o evangelizador parte do Evangelho assimilado em sua própria cultura. A comunicação do Evangelho se dá no interior de um diálogo intercultural entre o evangelizador e o sujeito histórico da cultura. Acolhendo a fé, ele se torna também sujeito da evangelização inculturada. Esse diálogo enriquece tanto o evangelizador quanto o evangelizado, num intercâmbio e numa interação enriquecedora. Por outro lado, a cultura que acolhe o Evangelho é redimida e purificada, num processo pascal de morte para seus aspectos negativos, provenientes do pecado. Desse processo surge uma cultura renovada pelo sopro de Pentecostes para uma nova e mais plena forma de realização humana[84].

No intercâmbio, o que se transmite fundamentalmente é a *fé.* Não é uma idéia abstrata, mas a certeza de que Deus está presente e atua em cada cultura.

b) Exigências intrínsecas da evangelização

91. Impulsionada pelo Concílio Vaticano II e pela experiência dos anos que se lhe seguiram, a Igreja se defronta mais lucidamente com novas situações e novos desafios para a evangelização. Ela toma consciência, de um lado, das exigências intrínsecas da evangelização; de outro, da unidade profunda que deve presidir a todo o processo de evangelização inculturada[85].

92. A primeira exigência da evangelização é, pois, o *serviço*, como testemunho do amor gratuito de Deus para com cada pessoa humana. Por ele se reconhece a dignidade fundamental do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus. Pelo serviço ao mundo, a Igreja se solidariza com as aspirações e esperanças da humanidade, levada pela "fome e sede de justiça", a colocar-se a serviço da causa dos direitos e da promoção da pessoa humana, especialmente dos mais pobres, em vista de uma sociedade justa e solidária.

93. A segunda exigência consiste em abrir-se ao *diálogo*, não como mera tática de conquista ou como jogo de interesses, mas como reconhecimento do real valor do outro como pessoa humana, querida e amada por Deus[86]. O diálogo supõe reconhecer o outro como diferente de nós mesmos, como interlocutor, sujeito de valores que pertencem desde já ao Reino. O diálogo é exigido "pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito operou em cada homem"[87]. Assim, o reconhecimento da presença operante do Espírito de Deus nos fiéis de outras religiões constitui o fundamento teológico do diálogo inter-religioso.

94. O diálogo supõe maturidade na fé, pela qual, abrindo-se ao diferente a partir da própria identidade, o fiel possa oferecer ao interlocutor o testemunho de vida coerente com o Evangelho. Nesse contexto, diálogo e missão não se excluem. Antes, exigem-se mutuamente, de tal forma que o diálogo deve ser considerado como constitutivo da própria missão. De fato, o evangelizador se encontra com pessoas humanas, ricas de experiência cultural e religiosa.

95. A terceira exigência é o *anúncio* explícito de Jesus Cristo e de seu Evangelho. “A Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da “Boa-Nova” de que Deus os ama e salva”[88]. O centro e o ápice do dinamismo evangelizador da comunidade eclesial há de ser sempre “uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus”[89]. Deve-se notar que o anúncio é um acontecimento salvífico em que ouvintes já despertados para a esperança do Reino, são chamados a participar na comunhão visível com a Igreja.

96. A quarta exigência situa-se na *vivência comunitária* da fé eclesial, de tal modo que as comunidades cristãs sejam “sinal da presença divina no mundo”[90]. A comunidade cultiva sua ligação profunda com o mistério de Deus em Cristo, pela fé vivida no quotidiano de suas tarefas humanas; alimenta a fé na celebração da Palavra e dos sacramentos; e se fortalece, dessa forma, para o serviço ao mundo, articulando dons, carismas e ministérios para a plena realização da sua missão evangelizadora. Assim a comunidade eclesial torna-se, pela Palavra de Deus, pela celebração da Sagrada Liturgia e pelo serviço às pessoas, especialmente aos pobres, lugar privilegiado de encontro com Cristo[91].

97. A comunidade cristã promove a educação pessoal e comunitária, progressiva e contínua, orgânica e sistemática do cristão na fé, na esperança e na caridade, pela constante interação entre Palavra de Deus, as formulações da fé cristã e as situações da vida. Ela interliga, dessa forma, a experiência da fé com o crescimento da vivência eclesial, nos níveis pessoal, comunitário e social.

98. Como comunidade sacerdotal, organicamente estruturada pelos sacramentos, celebra os mistérios da fé. Colocando no seu centro a memória do Mistério pascal de Cristo e dos cristãos, que revela o amor do Pai para conosco e nos comunica o seu Espírito, a liturgia é fonte de comunhão com a Trindade e nos envia à missão para proclamar o mistério de Cristo até que ele volte[92].

99. Por fim, a Igreja alimenta constantemente a consciência de que a unidade com Deus em Cristo, fundamento e alicerce da vida eclesial, há de ser vivida como comunhão entre irmãos na fé, entre comunidades vivas e apostólicas, entre Igrejas Particulares que buscam alimentar constantemente a corresponsabilidade de todos os batizados no anúncio do Evangelho. Essa comunhão profunda se expressa nos diversos níveis de articulação eclesial, desde a colegialidade episcopal afetiva e efetiva para os Bispos, à partilha de corresponsabilidade colegial no presbitério por parte dos presbíteros, aos diáconos em comunhão com as Igrejas Particulares e às mais diferenciadas comunidades eclesiais, grupos apostólicos ou movimentos eclesiais inseridos em seus variados contextos.

100. Essa unidade vivida na Igreja Católica não dispensa o esforço de buscar, com perseverança e confiança na graça de Deus, a comunhão com outras Igrejas e comunidades eclesiais[93]. Inspirada pelo documento conciliar *Unitatis Redintegratio*, a Igreja sabe que “esta unidade consiste na profissão de uma só fé, na celebração comum do culto divino, na concórdia fraterna da família de Deus”. E mais, que tal unidade “exige uma plena comunhão visível de todos os cristãos, sem sacrificar a rica diversidade de espiritualidade, de disciplina, de ritos litúrgicos e de elaboração da verdade revelada que se desenvolveram entre os cristãos, na medida em que essa diversidade se mantenha fiel à tradição apostólica”[94].

101. A evangelização, como bem ressaltou a *Evangelii Nuntiandi*, é uma realidade “rica, complexa e dinâmica”, da qual nenhuma definição parcial chega a dar razão[95]. A descrição que aqui fizemos da evangelização poderia ser completada, a partir de outros pontos de vista. Vamos concluir citando mais uma exigência da evangelização, que textos do Magistério apontam como a primeira[96], mas que podemos considerar como um aspecto que se expressa através de todos os que já mencionamos: *serviço, diálogo, anúncio, vivência comunitária.* Queremos falar do *testemunho* de vida. Ele é

insubstituível[97], pois não poderia convencer os outros quem não vive a própria fé. Ele é eficaz, como já lembrava São Pedro, "para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados, sem palavras, pelo comportamento"[98].

c) Uma nova evangelização

102. No limiar do terceiro milênio do cristianismo, o papa João Paulo II *convida-nos para "um novo programa que, no seu conjunto, pode definir-se como 'nova evangelização'"*[99]. *Há tempos ele observara* que, além dos destinatários específicos da missão "ad gentes" e daqueles fiéis e comunidades que realmente "são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente"[100], "especialmente nos Países de antiga tradição cristã, mas também nas Igrejas mais jovens, (há) grupos inteiros de batizados que perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e do seu Evangelho"[101]. Já o Concílio Vaticano II acenava a situações que requerem de novo a "ação missionária" da Igreja[102].

103. Na verdade, estamos diante de tempos novos que "apresentam problemas e dificuldades mais graves em relação àqueles descritos pelo Concílio na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*"[103], tais como o indiferentismo religioso, o ateísmo, o secularismo[104], o consumismo[105], o fenômeno de novos movimentos religiosos que se espalham como resposta a aspirações e necessidades religiosas que não podem facilmente extinguir-se[106]. Tudo isso revela profunda crise de fé no mundo atual.

104. Estamos diante de novos contextos, num mundo plural tanto do ponto de vista cultural quanto religioso. Esse mundo de fenômenos sociais e áreas culturais novos ou modernos areópagos desafia hoje o impulso missionário da Igreja e lhe apresenta novas prioridades para a evangelização. A comunidade eclesial, provocada pelo Espírito, não deve temer essas novas dificuldades, mas reconhecer nelas novas chances para a obra evangelizadora, renovando seu ardor, seus métodos e suas expressões, e empenhando "com força particular a ação dos fiéis leigos".

105. No contexto da sociedade brasileira, à luz dos nossos 500 anos, uma nova evangelização exige superar os limites históricos do nosso cristianismo, por um empenho mais profundo na articulação entre fé e vida; pela superação do "mais devastador e humilhante flagelo" da miséria extrema[107] a que são submetidos milhões de brasileiros, atingidos por diversas formas de exclusão social, étnica e cultural, através da promoção da justiça e da libertação integral; pela renovação da experiência viva da fé através de uma evangelização inculturada[108], visando refazer o tecido cristão das comunidades eclesiais.

106. A evangelização nesses novos contextos exige, além da renovação das atuais estruturas pastorais e a criação de novas que correspondam às exigências de uma nova evangelização, novo ardor, novos métodos, novas expressões e, sobretudo, uma espiritualidade que torne a Igreja cada vez mais missionária.

107. "A nova evangelização visa, em novos contextos, recriar a experiência cristã para uma nova síntese entre fé e vida, fé e história, no quotidiano de uma comunidade ou de um povo: primeiro, como experiência pessoal de Deus em Jesus Cristo, refazendo a unidade entre a dimensão contemplativa e orante e o quotidiano da vida, unidade enfraquecida ou mesmo perdida no contexto do mundo secular; segundo, como processo para refazer o tecido cristão das comunidades eclesiais, formando assim comunidades maduras, alimentadas pela escuta da Palavra de Deus e a celebração da Liturgia; terceiro, como impulso às comunidades cristãs para saírem de suas próprias fronteiras para um novo compromisso com a missão da Igreja no mundo."[109]

4. Sujeitos da Evangelização

108. A tarefa da evangelização hoje pede uma nova resposta à pergunta sobre os portadores da missão evangelizadora da Igreja. *Quem deve assumir na Igreja a tarefa da*

evangelização? Tradicionalmente tal tarefa foi levada adiante, em grande parte, por pessoas e grupos que cultivavam e viviam sua vocação missionária em situações de fronteira. Assim, a primeira evangelização do continente latino-americano teve generosos protagonistas membros de Ordens religiosas ou do clero[110] . Hoje, a renovação da consciência eclesial e da responsabilidade missionária do povo de Deus, que se expressa exemplarmente nas orientações do Concílio Vaticano II, amplia os sujeitos eclesiais da missão, *passando da missão de alguns para a missão de todos*. O desafio para a Igreja hoje está justamente em despertar cada batizado e cada comunidade eclesial para essa responsabilidade primeira e intransferível.

109. *A principal responsabilidade da renovação missionária* de toda a Igreja *está na Igreja Particular* (que geralmente é a Diocese). Ela é o principal sujeito histórico da missão evangelizadora, como Igreja encarnada num espaço humano concreto, atenta às "sementes do Verbo" presentes na realidade humana, nas culturas e na busca religiosa do povo no qual ela se insere como fermento evangélico. Pela sua proximidade à realidade humana, cabe-lhe a tarefa da inculturação da fé[111].

110. A consciência missionária da Igreja Particular aprofunda-se por uma *nova compreensão da missão* como comunhão entre Igrejas, em substituição a uma visão de submissão e dependência entre Igrejas que "enviam missionários" e Igrejas em formação, que "acolhem missionários". Tanto umas como outras, num caminho de dupla direção, se enriquecem e se edificam como Igreja de Cristo no dar e no receber[112].

111. Na Igreja Particular *todos são constituídos sujeitos da missão pela graça do Batismo e da Crisma*. Tornar cada batizado sujeito ativo da missão constitui realmente a meta da ação pastoral e tarefa indispensável para fazer frente aos novos contextos da missão evangelizadora. No entanto, na Igreja sempre há quem é chamado à evangelização "ad gentes", enviado aos povos que ainda não receberam a pregação do Evangelho ou às Igrejas ainda carentes de ajuda.

112. A primeira evangelização deu-se num momento cultural diverso do de hoje. Então, a religiosidade e a religião estavam no centro da sociedade e das culturas. Havia uma certa conaturalidade entre Evangelho e as culturas, impregnadas pela busca religiosa dos povos. O drama da nossa época, na Palavra de Paulo VI, revela uma "ruptura entre o Evangelho e a cultura"[113]. Para fazer frente a tal situação, *o projeto da nova evangelização convoca os fiéis leigos para assumirem o papel de protagonistas*, impregnando com o fermento novo do Evangelho as realidades terrestres em que estão inseridos no trato quotidiano com a economia, a política e a cultura. Com ele devem modificar "os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação"[114].

113. Situar o mundo como horizonte concreto da missão, e os cristãos leigos como atores da missão evangelizadora, *exige levar adiante o projeto de renovação da Igreja,* fazendo com que suas estruturas respondam às exigências do mundo de hoje. A Igreja não pode, pois, ficar voltada sobre si mesma ou sobre alguns de seus membros, mas deve, com olhar firme na meta, o Reino, voltar-se para o mundo, em atitude de serviço, envolvendo todos os seus membros, conforme seus dons e capacidades.

5. Espiritualidade

114. A missão evangelizadora exige não só estruturas adequadas, mas também que *os sujeitos sejam alimentados por uma espiritualidade missionária* conforme a própria vocação, os dons, carismas e ministérios recebidos do Espírito para a realização do Reino. Técnicas e instrumentos são importantes, mas não substituem a "ação discreta" do Espírito Santo que faz arder o coração do seguidor de Jesus e o coloca no caminho dos irmãos para expressar sua experiência[115]. Fazem parte da própria missão evangelizadora a alimentação interior que sustenta a eficácia de seu agir, a fidelidade ao Evangelho e a autenticidade do testemunho.

115. A ação evangelizadora e pastoral, como serviço da missão e obediência ao Espírito, exige do evangelizador cuidar da própria competência. Exige sábia aplicação dos instrumentos modernos, com critérios evangélicos. Mas nada substitui a experiência do Deus vivo no encontro com Cristo vivo, alimentando-se constantemente pela escuta da Palavra de Deus tanto no livro da Escritura quanto no livro da vida; pela participação na Eucaristia e demais celebrações; pela oração generosa e aberta a Deus e à sua presença na realidade humana; pelo abandono ao Espírito que precede a ação do evangelizador, assiste-o, quotidianamente, confortando-o nas dificuldades e mesmo nos fracassos; enfim, pela doação de si mesmo no serviço aos demais.

116. Seguir a Cristo no mundo de hoje, complexo e fragmentado, comporta superar certo tipo de espiritualidade negativista e passiva. Uma espiritualidade cristã para o novo milênio exige um processo de esvaziamento de si mesmo[116], que estimule aqueles dinamismos pessoais e sociais pelos quais sejamos capazes, por graça divina, de superar o individualismo e a fragmentação: a abertura aos outros, reconhecidos em sua dignidade inalienável, sujeitos de valores; a atitude de diálogo, entrando numa dinâmica de interação ou intercâmbio na busca dos sinais de Deus nos caminhos de mulheres e homens hoje; a solidariedade pela qual se renova o tecido da sociedade humana, a partir da família e nas diversas comunidades humanas, pela vivência do amor e da fraternidade.

117. Num mundo saturado por propaganda e informações de toda espécie, percorrido por discursos e apelos religiosos variados e, no mais das vezes, contraditórios; num mundo cansado de tantos mestres, o evangelizador hoje deve ser, antes de mais nada, testemunha mais do que mestre. Será “pelo testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo”, que ele há de evangelizá-lo[117].

CAPÍTULO III: NOVOS DESAFIOS DA REALIDADE

Sumário:
– Diante das mudanças profundas e rápidas que caracterizam a sociedade de hoje, o evangelizador não deve cair na incerteza ou no imediatismo, mas se esforçar para compreender os novos desafios.

1. Mudanças sócio-econômicas recentes
– A inserção do Brasil na economia “globalizada” e suas conseqüências: dívida externa; crise da moeda; novos desafios.
– A realidade brasileira nos anos 90: população; redução da natalidade; migrações; urbanização; crescimento das cidades médias; concentração da renda; aumento do trabalho feminino e de menores; economia informal; pobreza; índice de desenvolvimento humano; educação; crime e violência.

2. Causas das mudanças e perspectivas
– Novo contexto internacional; enfraquecimento do Estado e dos partidos; obstáculos à participação; aumento da violência; exclusão; desemprego.
– Por uma retomada do primado da política sobre a economia.

3. Mudanças culturais
– Características do processo de modernização; tecnologia e consumismo; crise atual da modernidade ou pós-modernidade; pluralismo cultural; individualismo.
– Resistências culturais e avanço da modernidade nas grandes cidades e entre os jovens.

4. Crise ética
– Crise da ética pública e subjetivismo ético na vida privada.
– As conseqüências negativas do relativismo ético e a necessidade de conciliar liberdade e verdade.

5. Pluralismo religioso

– A religiosidade continua fortemente presente na cultura brasileira, mas se acentua o pluralismo das crenças.
– Um quadro da situação: o número dos católicos; a diferenciação interna do catolicismo; as outras religiões; as grandes cidades; as diferenças regionais.
– Uma análise qualitativa aponta três tendências: 1) a religião "invisível" (sem práticas externas), intimista e individualista; 2) a religião sectária, fundamentalista e rigidamente enquadrada; 3) a permanência nas igrejas tradicionais, mas em forma "renovada".
– Novas tendências sob o impacto da mídia.
– Um quadro complexo – sócio-cultural e religioso – desafia a evangelização.

118. É objetivo desse capítulo salientar os traços e as tendências da nossa sociedade, que mais diretamente questionam a nossa responsabilidade pastoral. Temos consciência de que se trata de uma situação complexa no presente e incerta quanto ao futuro.

119. Diante disso, há cristãos e agentes de pastoral que assumem atitudes passivas e resignadas, olhando com ceticismo para uma realidade que não conseguem compreender. Outros refugiam-se numa atitude imediatista, lutando por valores em que acreditam, mas a partir de uma visão simplificada da sociedade, sem cuidar de compreender sua diversidade e de se abrir ao diálogo com outros grupos. Há também cristãos que, movidos pela fé, buscam a transformação da sociedade, guiados pelos princípios da Doutrina Social da Igreja. Para isso, envolvem-se na luta pela justiça social, para que se realize um novo modelo de sociedade fraterna e solidária, segundo o projeto de Deus.

120. A posição correta do cristão é aquela que une o esforço de compreensão racional dos acontecimentos com a firme esperança no Senhor da história e na presença já atuante do Reino de Deus. Trata-se, portanto, de uma atitude de vigilância constante, de atenção à emergência do que é novo, sem confiar excessivamente em esquemas de interpretação da realidade social que freqüentemente falham quando pretendem prever o curso da história. A atitude cristã é, necessariamente, *empenho perseverante* pela transformação da sociedade rumo à realização dos autênticos valores humanos e *invocação constante* – como na oração de Jesus – da vinda do Reino.[118]

1. Mudanças sócio-econômicas recentes

121. Nos últimos quatro anos, o Brasil se inseriu mais efetivamente na economia "globalizada", ou seja, no mercado internacional, que no momento atual não é regulado por uma ordem jurídica adequada. A "desregulamentação" do mercado é justificada pela ideologia do neoliberalismo[119]. Dessa inserção, o Brasil percebeu mais vivamente as conseqüências, positivas e negativas, como notou o Santo Padre no Sínodo dos Bispos para a América: "A tendência à globalização é característica do mundo contemporâneo... Trata-se de um processo gerado pela maior comunicação existente entre as diversas partes do mundo, na prática levando à superação das distâncias, com evidentes efeitos nos mais distintos campos. As repercussões, do ponto de vista ético, podem ser positivas ou negativas. Existe, certamente, uma globalização econômica que traz em si algumas conseqüências positivas, tais como o fenômeno da eficiência e o aumento da produção e que, com o crescimento das relações entre os diversos Países no âmbito econômico, pode reforçar o processo da unidade dos povos e prestar um melhor serviço à família humana. Porém, se a globalização for dirigida pelas puras leis do mercado, aplicadas conforme a conveniência dos mais poderosos, as conseqüências só podem ser negativas. Tais são, por exemplo, a atribuição de um valor absoluto à economia, o desemprego, a diminuição e a deterioração de alguns serviços públicos, a destruição do ambiente da natureza, o aumento das diferenças entre ricos e pobres, a concorrência injusta que põe as nações pobres numa situação de inferioridade sempre mais acentuada."[120]

122. Nos anos 1994-1996, o Brasil reduziu a inflação e atraiu capitais estrangeiros; por outro lado, cresceu a dívida externa, hoje superior aos 200 bilhões de dólares[121], e com a elevação dos juros aumentou a dívida interna[122]. A sobrevalorização do real facilitou as

importações, contribuindo para eliminar a inflação, mas dificultou as exportações, gerando déficit na balança comercial e a redução de atividade na indústria. Este último fato, junto com as inovações tecnológicas, contribuiu para o aumento do desemprego. As crises das economias asiáticas em 1997 e da economia russa em 1998 geraram uma fuga dos capitais internacionais dos mercados emergentes e também do Brasil, cuja moeda foi levada a grave desvalorização, em condições desfavoráveis, no início de 1999. Esta desvalorização pode anular muitos dos progressos obtidos. Além disso, traz previsões de recessão na economia e aumento do desemprego[123].

123. A crise não deve ser enfrentada pela sociedade brasileira com pessimismo. Pelo contrário, a esperança de dias melhores e de uma sociedade mais justa deve impulsionar a todos na busca de uma retomada do desenvolvimento econômico, que produza reais progressos no plano da justiça social e distribuição da renda. A retomada desse caminho exige ampla discussão dos rumos a serem dados, das políticas a serem adotadas, das medidas mais adequadas ao crescimento do País. A tal discussão, a Igreja no Brasil não pretende dar contribuição técnica, mas quer contribuir com princípios éticos, reafirmando a primazia da pessoa humana sobre a economia, e fazendo da esperança cristã uma força que sustenta o povo na sua luta cotidiana[124].

124. Temos consciência da complexidade dos problemas e das dificuldades em achar soluções. Por isso lembramos aqui brevemente alguns itens daquilo que está em debate:

– como superar a crescente dependência do País de financiamentos internacionais? como evitar que o pagamento da dívida externa sufoque as possibilidades de investimento do País?
– como concretizar a poupança interna e, mais ainda, um estilo de vida sóbrio, nas classes sociais que expandiram desmedidamente o consumo? como desenvolver o mercado interno, controlando mais eficazmente o fluxo das exportações e importações, visando à preservação do interesse nacional, dentro da economia mundial “globalizada”?
– como orientar uma política contra o desemprego e subemprego, seja fortalecendo as pequenas empresas; seja com investimentos nas áreas econômicas que podem gerar maior número de empregos; seja prevendo maior proteção dos trabalhadores que são empregados precária e ilegalmente; seja multiplicando as oportunidades de formação e reciclagem para trabalhadores demitidos por alguns setores da economia, seja aumentando o subsídio aos desempregados que, de fato, não conseguem a reinserção no mundo do trabalho?
– como concretizar as políticas sociais (saúde, educação, seguridade...), de tal forma que garantam a todos pelo menos os serviços indispensáveis e gerem, por sua vez, novos empregos, inclusive através da criação das infra-estruturas (distribuição de água e esgoto, construção de escolas e habitações populares, transportes, etc.) necessárias ao desenvolvimento social e humano do País?[125]

Realidade brasileira nos anos 90

A perspectiva global da economia brasileira no final dos anos ´90 não deve fazer esquecer as numerosas e, às vezes, profundas alterações que se deram no interior da nossa sociedade ao longo da última década.

População

A população aumentou de 147 milhões de habitantes (censo de 1991) para 157 079 573 (contagem do IBGE de 1º de agosto de 1996) e para 162,5 milhões (estimativa para o início de 1999). A taxa anual de crescimento da população foi de cerca de 3% de 1950 a 1970 e de 2,5% entre 1970 e 1980, caiu para 1,9% de 1980 a 1991 e está agora abaixo de 1,4%[126].

Uma das conseqüências da redução da natalidade, combinada com o aumento da expectativa de vida[127], é a modificação da “pirâmide” da idade da população: diminui o número das crianças e cresce o número dos idosos, que são cerca de 13,5 milhões em

1997 (8,7% da população); isso também diminui a pressão da demanda por serviços à infância, mas exige com urgência atenção e serviços para a terceira idade.

Natalidade

A diminuição da natalidade está ligada a uma queda violenta da taxa de fecundidade, que passou da média de 4,4 filhos por mulher em 1980 para 2,7 filhos em 1991 e 2,4 em 1997 (pesquisas recentes entre os jovens confirmam que a grande maioria dos novos casais quer apenas dois filhos).

A queda da fecundidade está relacionada com a situação econômica (a renda média do brasileiro era, em 1991, inferior à de 1980) e com o uso de anticoncepcionais.

Segundo pesquisa do IBGE de 1986, 22% das mulheres entre 15 e 54 anos usavam métodos anticoncepcionais; 15,8% estavam esterilizadas e 61,2% não usavam anticoncepcionais – 1% não informou; em 1996, a pesquisa do IBGE a domicílio (PNAD) encontrava, nas mulheres entre 15 e 49 anos que vivem em união, 40,1% de esterilizadas e 76,7% que usavam algum método anticoncepcional (aí incluída a esterilização). Portanto, em dez anos, o número das mulheres esterilizadas aumentou cerca de 150% e o número das mulheres que usam algum método anticoncepcional aumentou um pouco mais de 100%.

Urbanização

A população urbana passou de 67,6% (1980) para 75,5% (1991) e 78,4% (1996), enquanto a população rural diminuiu, seja em números relativos (de 32,4% em 1980 para 21,6% em 1996), seja em números absolutos (de cerca de 38,5 milhões para 34 milhões, no mesmo período). Também continuam intensos os movimentos migratórios: milhões de trabalhadores deslocam-se, em busca de sobrevivência, para as safras agrícolas, para as grandes obras, para os serviços em geral.

Entre 1980 e 1991, o aumento maior da população deu-se nos municípios entre 100.000 e 500.000 habitantes (+ 30,4%), enquanto cresceu menos a população nos municípios com menos de 100 000 habitantes (+ 22,3%) e, principalmente, nos municípios com mais de 500 000 habitantes – (+ 18%), o que é confirmado pelo pequeno crescimento das grandes capitais (Rio de Janeiro, Recife, S. Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Brasília...), embora as regiões metropolitanas tenham tido um aumento levemente superior à média global, graças ao crescimento dos municípios ao redor do centro metropolitano.

Economia

À diferença dos anos '70 e mesmo do período 1945-70, a economia brasileira pára de crescer rapidamente, entrando numa fase de estagnação e crise nos anos '80; o resultado é que os brasileiros, em 1991, são – em média – mais pobres que em 1980; a renda per capita é cerca de 5% inferior à de dez anos antes; a situação não é pior por diversos motivos, como a queda da natalidade, o aumento do número das pessoas que trabalham, a expansão da “economia informal”, etc.; nos anos '90, alternam-se períodos de estagnação e períodos de crescimento; o IBGE calcula que o PIB (produto interno bruto), no final de 1998, tenha crescido 20,72% respeito a 1990; considerando-se que, no mesmo período, a população cresceu cerca de 12%, o aumento da renda “per capita” (ou seja, por pessoa) se reduz a 7,8%; como já vimos, o ano de 1998 foi de declínio da renda “per capita”, declínio que deve se acentuar em 1999. Assim a renda média dos brasileiros no final de 1999 será praticamente a mesma de 1980.

Distribuição da Renda

Na realidade, na década de '80, se o nível médio dos rendimentos caiu um pouco, a situação melhorou para os ricos e piorou para os pobres, contribuindo para tornar a

distribuição de renda no Brasil uma das mais perversas no mundo; o IBGE calcula que 1% dos brasileiros mais ricos em 1990 detinha 13,9% da renda nacional (contra 12,1% em 1981), enquanto os 50% mais pobres só dispunham de 12,1% (contra 14,5% em 1981); isto significa que a renda média por pessoa era de 2 885 dólares em 1990, mas o 1% mais rico tinha uma renda anual de 40 100 dólares e os 50% mais pobres, uma renda anual inferior a 700 dólares (ou 58 dólares por mês); na década de '90, a estabilização da moeda e a eliminação da inflação nos anos 1994-1997 parecem ter beneficiado os mais pobres e ter contribuído para uma melhoria do "índice de desenvolvimento humano", como registrava a pesquisa da ONU[128]. Mas são justamente essas conquistas que estão ameaçadas pelos últimos acontecimentos (desvalorização, recessão, desemprego...).

Trabalho feminino e infantil

O empobrecimento exerce uma pressão que faz aumentar, nas famílias pobres ou de classe média-baixa, o número das pessoas que trabalham. Aumenta especialmente a mão-de-obra feminina: entre as mulheres, a porcentagem das que trabalham fora de casa passou de 32,9% para 39,2% na década de '80; em 1997, o número tinha subido para 47,2%[129]. O número de crianças e adolescentes que trabalham não aumenta em termos relativos (também pelo envelhecimento da população), mas é muito expressivo, um dos mais altos da América Latina, com quase 3 milhões de crianças de 10 a 14 anos e 4,4 milhões de adolescentes, de 15 a 17 anos, trabalhando em 1990; até 1997, o trabalho infantil diminuiu, mas ainda assim envolvia 2,6 milhões de crianças entre 10 e 14 anos[130].

Salários e economia informal

Outra mudança importante na economia diz respeito à redução do emprego no setor primário (agricultura) e secundário (indústria) e à expansão da população empregada no setor terciário (comércio, serviços...), que em 1996 absorvia 55,6% da população ativa. Essa mudança é acompanhada também por modificações no perfil do trabalho: os salários perdem parte de seu valor; aumenta o número dos trabalhadores sem carteira assinada[131] e com remuneração baixa (sobretudo mulheres e jovens); aumenta o número dos trabalhadores autônomos, especialmente na chamada "economia informal" (quase duplica o número dos ocupados no comércio ambulante!).

Pobreza

Apesar desse esforço da grande maioria dos trabalhadores de garantir um rendimento mínimo para sobreviver, a pobreza – medida em termos de rendimentos – é extremamente grande; dos 29,5 milhões de pobres de 1980 (24,8% da população) se passa aos 39,2 milhões de 1990 (27% da população) [dados do IBGE, que considera pobre aquele que tem rendimento inferior a 1/4 do salário mínimo vigente]; a pobreza se concentra especialmente na área rural (onde atinge mais de 50% da população) e nas áreas metropolitanas, onde são evidentes as diferenças regionais: em 1990, Belém, Fortaleza e Recife têm mais de 40% de pobres em sua população; no Sudeste a situação é pouco consoladora: Rio de Janeiro: 32,2% de pobres; Belo Horizonte, 29,6%; São Paulo, cerca de 22%; no Sul, a situação é melhor: em Porto Alegre, os pobres são 20,9% da população; em Curitiba, 12,2%.

Índice de desenvolvimento humano

As diferenças regionais são muito grandes também se considerarmos o IDH (índice de desenvolvimento humano) da ONU, composto com base em indicadores de renda, saúde e educação. O índice de 1995, um dos mais favoráveis dos últimos anos, alcançou 0,809 para o Brasil. Entre os Estados, o índice mais alto é o de 0,869 no Rio Grande do Sul (seguido imediatamente pelo Distrito Federal e São Paulo); os índices mais fracos são 0,534 para o Piauí, 0,538 para Alagoas, 0,547 para o Maranhão e 0,557 para a Paraíba[132]. A evolução das diferenças regionais, contudo, aponta, ao menos para o

período 1970-1991, uma diminuição das distâncias: enquanto, em 1970, a diferença entre o Nordeste (IDH = 0,306, que é hoje o índice dos Países mais pobres do mundo) e o Sudeste (IDH = 0,570) era superior a 86%, em 1991 a diferença entre o Nordeste (IDH = 0,517) e o Sul (IDH = 0,777) ou o Sudeste (IDH = 0,775) era de cerca de 50%[133].

A situação do Brasil e dos Estados se modificou para melhor sobretudo entre 1970 e 1980, quando o IDH (índice de desenvolvimento humano) brasileiro passou de 0,462 para 0,685 com um aumento de 48,2%; entre 1980 e 1991, não houve progresso em termos de renda (que caiu 0,5%), mas melhoraram sensivelmente os índices relativos à saúde (+ 20,1%) e à educação (+ 11,8%) e o IDH passou de 0,685 para 0,742 (aumento de 8,3%); finalmente, entre 1991 e 1995, o IDH subiu de 0,742 para 0,809 (+ 9,2%), puxado pelo índices de educação (+ 24%) e de saúde (+ 8,1%), enquanto o índice de renda ficava estável, igual ao de 1991[134].

Serviços essenciais

As melhorias estão ligadas à difusão de serviços essenciais: no período 1981-1996, o abastecimento de água tratada alcança 74,2%; a instalação sanitária com rede de esgoto passa de 38% para 63,6% dos domicílios; a coleta de lixo passa de 65,8% para 87,4%. Tudo isso – mais um intenso trabalho de assistência materno-infantil no qual se distinguiu a Pastoral da Criança – trouxe uma expressiva diminuição da mortalidade infantil (de 75 por mil para 37,5 por mil, em média) e um aumento da expectativa de vida. Mas as diferenças regionais e por classe social são muito altas[135].

Educação

A situação da educação melhora em alguns aspectos: entre 1981 e 1990, temos menos analfabetismo (que cai de 22,3% para 17,8% na população de 10 anos ou mais); aumenta o número das pessoas com 8 ou mais anos de estudos (de 18,3% para 25%); duplica a freqüência ao pré-escolar; aumenta a taxa de escolarização entre os 7 e os 9 anos (de 70% para 85%) e na faixa de 10-14 anos (de 78,7% para 84,2%); em 1996, a escolarização alcança 93% das crianças entre 7 e 14 anos; o analfabetismo nas pessoas de 15 anos ou mais cai para 14,7%; mas a escolaridade média da população é de apenas 5,4 anos e 66% do eleitorado brasileiro não concluiu o 1º grau.

Crime e violência

Um indicador particularmente grave, que revela o esgarçamento do tecido social, é o aumento da violência e da criminalidade. De 1980 a 1996, a taxa de assassinatos dobrou no Brasil, passando de 13 para 25 por ano em cada 100 mil habitantes[136]. Mais impressionante é o fato de que esse índice sobe a 44,8 em cada 100 mil jovens entre 15 e 29 anos de idade e, na mesma faixa etária, chega a 215 mortes no Estado do Rio de Janeiro e a 134 no Estado de São Paulo. Estamos aqui evidentemente diante de um daqueles “pecados sociais que clamam ao céu”, resultado do comércio de droga, tráfico de armas, corrupção, desigualdade social...[137].

2. Causas das mudanças e perspectivas

125. A situação brasileira nos anos '90 é determinada – ainda mais do que nos anos '80 – pela globalização da economia. Como vimos, uma conjuntura internacional favorável, entre 1994 e 1996, permitiu aos Brasil obter empréstimos externos. Mas a situação se inverteu e crises econômicas de vários Países, em 1997 e 1998, precederam a atual crise brasileira. Em todos esses casos, além das fraquezas internas de cada País, teve peso decisivo o comportamento especulativo do capital internacional, que busca ganhos fáceis através da desvalorização da moeda de Países emergentes ou que foge apressadamente dos lugares onde prevê queda dos lucros ou moratória nos pagamentos.

126. A política adotada trouxe para o Brasil maior dependência do exterior – seja em relação a organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, G-7...), seja em relação a investidores privados – e também uma série de injunções na política interna, às vezes gravíssimas, como o extraordinário aumento dos juros, para atrair e remunerar o capital externo, a privatização, às vezes apressada, de empresas estatais, a restrição dos investimentos na área social etc. Trouxe também a sobrevalorização do real, invertendo o resultado da balança comercial. A eliminação da inflação interna custou o aumento das dívidas. Confirmou-se, assim, o fenômeno de enfraquecimento da autoridade do Estado nacional[138], que não afeta apenas o Brasil, e a necessidade de estabelecer novas regras e nova ordem jurídica internacional para regular a economia mundial e o uso dos capitais[139]. Hoje, nesta economia "globalizada", o capital tem livre trânsito e fronteiras abertas para investir onde quiser, enquanto os trabalhadores encontram obstáculos de toda ordem para se deslocarem de uma região para outra e barreiras intransponíveis para cruzar as fronteiras do País.

127. Nas atuais condições da economia mundial, a defesa do Estado nacional e a promoção do bem comum do povo parecem aconselhar não a adoção de formas rígidas de protecionismo, mas preferentemente alianças com Estados vizinhos e ampliação dos mercados, como por exemplo está se procurando fazer através do Mercosul.

128. Outra conseqüência do domínio da economia sobre a vida social é o esvaziamento da participação política. Cresce no povo a convicção de que as grandes decisões estão nas mãos de poucos, especialmente dos que possuem muito dinheiro[140] e cresce paralelamente o sentimento de que os políticos não são promotores eficazes do bem comum, mas instrumentos passivos da vontade de grandes empresas ou de interesses corporativos. Mais concretamente, o povo observa e sofre na carne os vícios de uma sociedade profundamente desigual: vê remunerações altíssimas para os dirigentes, tanto nas empresas privadas quanto nas instituições públicas, enquanto luta para sobreviver com um salário minguado; vê a freqüente impunidade dos sonegadores e dos grandes criminosos, enquanto o cárcere recebe – em condições aviltantes e cruéis – os pobres; suspeita de freqüentes casos de corrupção além do que a mídia divulga, mas que a sociedade não consegue punir ou extirpar. Todas essas frustrações geram um perigoso clima de desconfiança para com as instituições democráticas, que, ao contrário, devem ser reforçadas e ampliadas.

129. A participação política é dificultada também pela fragmentação da sociedade civil de um lado, e pela complexidade da administração pública ou pela ineficiência do Estado em muitas áreas. Infelizmente, o quadro atual não é muito diferente daquele de alguns anos atrás. Assim o que se tem visto, no Brasil, é que, ao lado de avanços democráticos, continua pesando sobre a vida pública a intervenção de grupos economicamente fortes, com interesses corporativos e restritos, que usam intensamente os meios de comunicação social de massa para influenciar a opinião pública, aproveitando-se da crise de credibilidade do sistema político tradicional. O cidadão, nestas circunstâncias, tende a virar mero *espectador,* enquanto os meios de comunicação apresentam sempre mais a vida pública de forma sensacionalista e espetacular, esvaziando ou escondendo as questões de real interesse geral.

130. O empobrecimento das massas, o crescimento do crime organizado e do tráfico de drogas, o enfraquecimento do Estado, a persistência e até o revigoramento de uma cultura autoritária que despreza os direitos do fraco e o esgarçamento dos antigos vínculos comunitários têm gerado um assustador *aumento da violência e da criminalidade*, cujas vítimas são, antes de tudo, os jovens do proletariado urbano, mas também – em grande medida, principalmente nos casos de violência doméstica – as crianças e as mulheres. Testemunho disso são, nas cidades, os numerosos "meninos de rua" e a formação de "gangues" de adolescentes.[141]

131. O resultado mais perverso de todas essas causas da crise social da atualidade é o fenômeno da *exclusão* (sobre o qual se debruçou a Campanha da Fraternidade de 1995 da Igreja no Brasil). A *exclusão* significa que o atual sistema econômico-político, que até

há pouco era criticado pela *exploração* das massas de trabalhadores, tende agora a rejeitá-las, porque desnecessárias como mão-de-obra e desinteressantes como consumidores de baixa renda. Antes, chega a vê-las como *perigosas* para a sociedade e a considerá-las como criminosas em potencial, após tê-las marginalizado.

132. Cabe relembrar o tema da Campanha da Fraternidade de 1999, "A Fraternidade e os Desempregados". Visa despertar uma atitude positiva para superar aquele que se configura como o problema social central das sociedades industriais avançadas, agora e nos próximos anos. No caso brasileiro, o problema se põe de forma aguda. Mas não faltam caminhos de solução. Segundo os diversos critérios de avaliação, o índice de desemprego aproxima-se de 10% da população (segundo IBGE), ou de 20% (segundo o DIEESE), sem ignorar os altíssimos índices de subemprego, empregos precários e de breve duração. As medidas a serem tomadas são numerosas: desde a política econômica social do Governo Federal, incluindo a Reforma Agrária, até a ação voluntária do povo que busca formas concretas de solidariedade aos desempregados e de geração de renda. Parece essencial sublinhar a importância, também para o futuro, da educação e formação profissional, sem as quais tornar-se-á sempre mais difícil a inserção no mercado de trabalho. Analistas mais críticos prevêem uma constante presença do desemprego, nos próximos anos, em decorrência de tecnologias industriais menos necessitadas de mão de obra e de políticas econômicas que valorizam o capital mais que o trabalho. Essa perspectiva deve incentivar ainda mais a busca e a implementação de políticas que ofereçam novas alternativas no combate ao desemprego.

133. As perspectivas para o futuro próximo dependem principalmente das *decisões políticas* a serem tomadas. Somente uma enérgica retomada do *primado da política* – e, portanto, *da ética na política:* do bem comum, da democratização, do interesse público – *sobre a economia* e os interesses privados ou particulares poderá inverter as atuais tendências de uma sociedade que, abandonada à lei do mais forte, só pode caminhar para um aprofundamento das desigualdades, o acirramento dos conflitos, a difusão do arbítrio e da violência. Esta mudança não é possível sem uma transformação ética e cultural. Mas, antes de aprofundar essas perspectivas, é preciso completar nossa análise.

3. Mudanças culturais

134. O processo de mudança cultural, que deu origem à "*modernidade*", dura há quatro ou cinco séculos nas sociedades ocidentais. Interessa-nos aqui colher seus *traços característicos* e sua *influência atual* na sociedade brasileira. A *modernidade* define-se, antes de tudo, por um processo de *diferenciação* da sociedade, que perde a unidade orgânica que a caracterizava no período pré-moderno, interligando profundamente cultura, religião, economia, política e vida quotidiana. Resultado dessa diferenciação, evidente nas últimas décadas, é a tendência dos "subsistemas" econômico e político a tornarem-se autônomos, auto-referenciais, sem vinculação com a ética e a religião (neste sentido a sociedade moderna é "secularizada"). Outra conseqüência é que a *cultura*, entendida aqui como o "mundo vital", onde as pessoas e os grupos formulam seus comportamentos e sua visão da realidade, passa a ser separada nitidamente do "sistema" econômico e político, o que abre espaço a um conflito entre *cultura* (vida) e *sistema* (organização da sociedade). Acrescente-se que, na sua formulação ideológica, esse conflito foi pensado por muitos como oposição entre uma conduta dominada pela *tradição* e uma conduta "moderna", dominada pela *razão crítica* e pela contínua *experimentação* do novo.

135. Na modernidade, a *tecnologia* ocupa um lugar central e sempre mais decisivo. As sociedades tradicionais também dispunham de tecnologias, criadas a serviço da própria sociedade, para satisfazer suas necessidades. Na sociedade moderna, sobretudo nos últimos anos, assistimos a uma *inversão paradoxal:* não é mais a tecnologia que está a serviço de um projeto humano, mas ela determina os rumos da sociedade, põe as pessoas humanas ao seu serviço, cria novas necessidades. O resultado é contraditório: de um lado, a tecnologia trouxe indubitáveis vantagens à humanidade. "Tornou a vida mais fácil, mais limpa e mais longa". Por outro lado, o mau uso da tecnologia aumentou

a desigualdade social e as discriminações, oferecendo a alguns mais do que necessitam e negando a muitos o mínimo necessário, condenando precocemente à morte milhões de seres humanos[142]. Um recente Relatório da ONU sobre o desenvolvimento (1994) atesta progressos relevantes: a extrema pobreza atinge ainda 32% da população mundial (contra 70% em 1960), enquanto um nível de vida satisfatório foi alcançado por cerca de 60% da população (contra 25% em 1960). Mas a distância entre pobres e ricos duplicou e 1 bilhão de pessoas gozam de uma renda 60 (sessenta) vezes superior à renda do bilhão de pessoas mais pobres. Junto com a desigualdade cresceram as guerras, a violência, o consumo de drogas, o crime organizado.

136. A influência da tecnologia manifesta-se crescentemente também nos âmbitos mais característicos e pessoais da vida humana, como o nascimento e a morte. Um recente documento ecumênico assim a descreve: “Nos últimos trinta anos, por exemplo, as inovações técnicas e científicas transformaram radicalmente as condições concretas em que os seres humanos nascem e morrem no “mundo ocidental”. O progresso da medicina, mais do que qualquer ideologia filosófica, influiu em nossa maneira de ver o início e o fim da vida humana. Antigamente, a procriação e o nascimento de uma criança dependiam sobretudo da “sorte”, de modo que os pais depositavam sua confiança na Divina Providência. Hoje, a crescente capacidade de controle do nascimento permite que se “planeje” a criança. Muito antes do parto, têm-se imagens que mostram se a criança é um menino ou uma menina. Além disso, o nascimento ocorre no ambiente médico, longe do lar familiar. Do mesmo modo, no outro extremo da vida, sociedade alguma conheceu tanta longevidade, tal proporção de pessoas idosas. Sociedade alguma afastou a tal ponto a morte do ambiente familiar: cerca de 70% das pessoas do mundo ocidental morrem num hospital, num ambiente técnico e médico”.[143] Mesmo se tais fatos ainda não atingiram igualmente todas as regiões do Brasil, podemos prever seu avanço e vale também para nós a conclusão do documento: “Transformações de tal envergadura exigem de nós que encaremos ativamente os desafios e aprendamos, enquanto comunidade cristã, a responder a eles em nossa pregação, em nossa liturgia e em nosso serviço”.

137. O domínio da natureza pela tecnologia tem oferecido aos seres humanos a possibilidade de planejar e limitar os nascimentos ou apressar a morte. Quando hoje se enfraquecem o sentido de Deus e a visão da vida como dom, chega-se por parte de muitos a praticar abortos e a pedir a legalização da eutanásia, práticas que o magistério da Igreja condena com vigor[144].

138. Talvez a maior influência da tecnologia e da nova organização econômica da sociedade, que a tecnologia favoreceu, manifeste-se no fenômeno do consumismo. O consumismo não é apenas um excesso de consumo de bens materiais ou imateriais, muitas vezes totalmente desnecessários e dispensáveis. Consumismo é também uma mentalidade que nasce no seio de uma civilização dominada pela técnica, torna-se seu motor e penetra no íntimo da vida de muitos indivíduos e no costume coletivo. O consumismo hodierno não se limita a buscar o prazer na sensação física do consumo, mas estimula o psiquismo humano através da imaginação e da emoção. Procura forjar as pessoas de tal maneira que se deixem seduzir por uma procura insaciável do novo, do sonho, do desejo, acima daquilo que já foi experimentado. O consumismo alimenta – pela realidade e pela ilusão – uma procura, nunca saciada, de um prazer e de uma felicidade que estão sempre além do alcançado. O êxito dessa procura sem fim do prazer não é, evidentemente, a maturação da pessoa, mas sua alienação ou escravização pelo desejo. Este mecanismo é particularmente evidente e destrutivo no consumo das drogas, fenômeno gravíssimo nos países americanos, alimentado por um comércio criminoso.[145] Outra conseqüência, denunciada especialmente pelos ecologistas[146], é o uso exagerado e voraz dos recursos naturais, levando ao seu esgotamento ou destruição.

139. Nos últimos anos, no Ocidente e no Brasil, cresceu a consciência da *crise* da modernidade. Ela se revelou, antes de tudo, na falência das promessas modernas de “liberdade e igualdade” ou de “progresso” em favor de todos, promessas que – nos anos '60 – tomaram a forma do “mito do desenvolvimento”, prevendo rápido acesso de todos

os povos aos níveis de bem-estar e consumo dos países “desenvolvidos”. Já no final dos anos '60, a teoria do desenvolvimento foi criticada radicalmente na América Latina pela teoria da “dependência”, que acabava propondo corte nítido das relações econômicas com o Primeiro Mundo e *libertação* dos laços de dependência. No início dos anos '70, difundiu-se a crítica ecológica dos *limites do crescimento*, apontando a inviabilidade da extensão do nível de consumo dos Países ricos ao mundo inteiro, o que traria o rápido esgotamento dos recursos naturais, e propondo em troca o desenvolvimento “auto-sustentável”, que não prejudicaria as gerações futuras.

140. Há um consenso bastante generalizado quanto à *crise* da modernidade. Mas há divergências profundas em sua interpretação e nas propostas de superação. Começou-se a falar em *pós-modernidade*, mas com vários sentidos: esgotamento e superação da modernidade; exasperação dos aspectos negativos da modernidade; primeiros sinais de uma nova época, que realizaria os sonhos ideais da modernidade (liberando-a dos “efeitos perversos” que a acompanharam até agora) ou que começaria uma sociedade diferente.

141. O consenso estende-se ao *diagnóstico* dos traços característicos da modernidade e de suas tendências atuais. Parece claro que a separação sistema/cultura facilitou a diversificação desta última e a expansão do *pluralismo* cultural. O fenômeno é evidente também em sociedades modernas, até há pouco tidas por culturalmente homogêneas e que agora assistem ao ressurgimento de antigos particularismos étnicos, regionais, lingüísticos, etc., ao renascimento de nacionalismos e racismos, ou à fragmentação do universo cultural numa multiplicidade de “novas tribos”. O Brasil (e outros Países semelhantes), que historicamente nasceu da convergência forçada de etnias, culturas e religiões diversas (índios, africanos, portugueses e outros imigrantes, inclusive do Extremo Oriente), ainda mais vai revelando um mosaico extremamente variado e apenas precariamente unificado de tradições ou núcleos culturais diferentes.

142. Típica da modernidade é a tendência, estruturalmente ligada ao seu dinamismo econômico e político, para o *individualismo.* Ele não resulta apenas do enfraquecimento dos laços comunitários e de solidariedade da sociedade tradicional, mas é um *valor* proclamado e justificado pelos autores modernos, desde o século XVIII, época do Iluminismo. Hoje, em medida crescente, é assimilado pelas massas e condiciona o comportamento da maioria. A mudança cultural traz também uma valorização da *subjetividade*, da livre escolha pessoal, da liberdade e da consciência dos direitos fundamentais, decisivos para uma autêntica promoção humana. O outro lado dessa tendência seria o *subjetivismo* exacerbado, que leva ao narcisismo do indivíduo demasiadamente preocupado consigo mesmo, e que exalta o *consumismo* materialista como grande objetivo de vida, empobrecendo as relações pessoais e sociais. No limite extremo desse horizonte cultural encontramos “uma espécie de atitude prometeica do homem que se ilude de poder apropriar-se da vida e da morte para decidir sobre elas, quando na realidade acaba derrotado e esmagado por uma morte irremediavelmente fechada a qualquer perspectiva de sentido e a qualquer esperança”[147].

143. À difusão do individualismo não são estranhos os grandes meios de comunicação social, particularmente a televisão. Ela gera um número crescente de espectadores e consumidores de imagens, que dedicam sempre menos tempo à vida social e comunitária, mesmo dentro de casa. Os espectadores estão expostos a maciços fenômenos de manipulação política, como se viu no Brasil e em outros Países, sobretudo onde os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de pouquíssimos e faltam condições para a democratização da informação. A televisão e a informatização da comunicação contribuem também para estimular a difusão e o consumo dos mesmos bens materiais e culturais nos diferentes Países, criando as condições para uma cultura global de massa, sem fronteiras, que abafa as culturas locais ou regionais.

144. Recentemente, no clima cultural que alguns classificam de “pós-modernidade”, o ritmo das mudanças e o caráter efêmero das contínuas novidades tornaram-se exasperados. O fenômeno é facilitado pelo novo poder dos meios de informação, que

permitem a comunicação instantânea com qualquer parte do mundo e induzem a decisões imediatas e emocionais, não refletidas e amadurecidas. Em conseqüência, as pessoas – especialmente as novas gerações – são induzidas a considerar provisórias e passageiras todas as atitudes e encontram dificuldade em aceitar um compromisso estável e definitivo, inclusive no matrimônio, na vida consagrada e sacerdotal.

145. As reações a essas tendências variam, antes de tudo, *segundo a condição sócio-cultural* de indivíduos e comunidades. A resistência à modernidade, sem deixar de assimilar seus avanços técnicos, é mais forte onde melhor se conservam as *raízes da cultura tradicional* e onde é possível exercer, com espírito crítico, um *discernimento.* Apesar do seu extraordinário poder, os modernos meios de comunicação de massa conseguem transmitir apenas parcialmente a mentalidade "moderna", alterando concepções e costumes a respeito de família, relacionamento, valores materiais e espirituais, política, religião... A cultura popular evolui, mas nem por isso desaparece ou se submete passivamente à nova cultura de massa.[148]

146. As resistências à modernidade são menores *nas grandes cidades e no meio da juventude.* Entre os jovens convivem elementos aparentemente contraditórios, como: o cultivo de relações amorosas passageiras e a valorização da família, o refluxo sobre si mesmos e a busca de grupos de referência, como rapp, funk, gangues etc. A comunidade eclesial ainda atrai um número significativo de jovens e a prova disso são os milhares de grupos que formam a Pastoral da Juventude, os movimentos, as escolas e os centros educacionais católicos. Há muitos sinais de vida surgindo no meio dos jovens, apesar de poucos estarem engajados e preocupados com as grandes questões do país.

147. As reações às tendências dominantes da cultura atual variam, também, segundo a forma de pensamento ou a ideologia de seus críticos. Há um consenso bastante generalizado sobre a *necessidade de nova postura ética e cultural*, que conduza não apenas à crítica dos valores da modernidade, mas também à transformação das estruturas econômicas e políticas (do "sistema").

4. Crise ética

148. A evolução da sociedade moderna tem trazido também uma *grave crise ética,* da qual a opinião pública tomou consciência, ao menos parcialmente, nos últimos anos, sobretudo com relação à *ética pública*[149]. Aqui basta retomar o resultado desse processo histórico e ressaltar os *desafios* que ele apresenta à ação da Igreja nesse final de século.

149. O *pluralismo* ético, tese característica dos pós-modernos, não é somente um fato inevitável, mas um valor e uma garantia das liberdades individuais e das diferenças culturais. Um *pluralismo ético* "de fato" já era reconhecido, desde o século XVIII e, sobretudo, após o desenvolvimento dos conhecimentos antropológicos no século XIX. Consistia em tomar consciência de que as diversas etnias, civilizações e culturas se inspiravam em *valores* ou princípios éticos *diferentes*. Prevalece a convicção da modernidade de que a *razão* humana, considerada *única e universal* pelo pensamento iluminista, poderia reconduzir a ética a princípios igualmente universais e aceitáveis por todos.

150. A *pós-modernidade*, ao contrário, suspeita dessa razão universal, à qual atribui pretensões totalitárias, historicamente responsáveis pelo esmagamento ou tentativa de eliminação das diferenças e das minorias e, em última análise, da liberdade individual. Teoriza, ao invés, as *vantagens práticas do pluralismo ético*, enquanto ele reconhece igual valor a todas as formas concretas e particulares de "ethos", assumidas por indivíduos ou grupos. Além disso, considera inviável a superação teórica das diferenças éticas, pois não haveria ética universal capaz de unificá-las.[150]

151. A afirmação de que "nenhuma proposição universal é válida" é, em si mesma, *contraditória*, pois nega validade universal à própria afirmação. Assim não se pode afirmar a impossibilidade de uma ética universal, embora ainda não se possa dizer –

neste momento do debate – qual ela é. Mas reconhecemos que existem esforços nesse campo, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na defesa da democracia como valor e nas buscas de consenso em questões de proteção do meio ambiente. Esta *contradição intrínseca* da afirmação *de um pluralismo ético absoluto* torna-se ainda mais clara no *plano prático*. Admitindo que todas as concepções éticas sejam igualmente válidas e que não exista uma ética universal, as democracias modernas encontram-se diante de um impasse. Não podendo reduzir todos os problemas da convivência social a questões meramente técnicas, racionalmente solúveis, nem podendo apelar para uma concepção ética partilhada por todos, acabam recorrendo ao voto da maioria. Assim fazendo, questões eminentemente éticas (como, por exemplo, as leis sobre o aborto, a assistência a doentes e pobres, a acolhida a imigrantes e estrangeiros...) são resolvidas pelo voto[151]. Isso significa que a opinião da maioria desconsidera ou sacrifica a concepção ética e os direitos das pessoas. "Amplos setores da opinião pública justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual"[152]. A "defesa das diferenças" acaba se transformando simplesmente na afirmação da vontade do mais forte.

152. Essa tendência é hoje dominante nas sociedades "desenvolvidas" e se choca com o ensinamento da Igreja, inspirado na busca de uma *liberdade* que não sacrifique a *verdade*, mas sobre ela se fundamente[153]. Em outras palavras, a Igreja reconhece uma *ética universal, com fundamento ontológico,* embora admitindo que o discernimento da norma universal nos casos particulares – na historicidade da existência – possa apresentar sérias dificuldades. A Igreja tem consciência de um particular dever de defesa do valor da pessoa humana porque "pela sua encarnação, Cristo, o Filho de Deus, uniu-se, de certo modo, a cada homem"[154]. O Papa João Paulo II não hesita em afirmar: "O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho"[155].

153. Os desafios, que a crise ética atual põe à Igreja, podem reduzir-se fundamentalmente a dois:

– contribuir para que a sociedade democrática reconheça a necessidade de um *fundamento ético comum*, além da mera vontade subjetiva dos indivíduos[156]
– contribuir para a educação da consciência moral dos cidadãos nas condições específicas da sociedade brasileira, o que exige a superação de um "ethos" tradicional marcado pelo autoritarismo e particularismo, bem como evitar as armadilhas do individualismo moderno na busca de uma ética da solidariedade e do reconhecimento da dignidade de cada pessoa humana[157].

5. Pluralismo religioso

154. Junto com o pluralismo cultural e ético, a sociedade brasileira é hoje marcada pelo pluralismo *religioso.* Este pluralismo acentuou-se nos últimos anos, tanto no plano quantitativo quanto na variedade das formas. As pesquisas mais recentes parecem confirmar que permanece, no povo brasileiro, uma *religiosidade de fundo.* Bem poucos são os brasileiros que se declaram ateus ou afirmam não acreditar em nada. A Igreja aparece entre as instituições mais dignas de confiança, ao lado da Escola, da Universidade e da Imprensa escrita.[158] Mas o modo de entender e viver a religião é muito diferenciado, como indicam os dados reunidos no quadro abaixo.

O número dos católicos

A porcentagem dos que se declaram católicos tem diminuído nos últimos 30 anos. O Censo de 1970 contava 91,77% de católicos; o de 1980, 88,95%; o de 1991, 83,0%. As pesquisas de opinião, realizadas em amostras de população adulta (geralmente dos 18 anos para acima) registram porcentagens ainda mais baixas. Por exemplo, a pesquisa da Datafolha de agosto/setembro de 1994, que sondou as preferências eleitorais de quase – 21 000 eleitores, encontrou uma porcentagem de 74,9% de católicos, 20,1% de outras religiões e 4,9% sem religião nenhuma.[159]

A diferenciação interna do catolicismo

Uma novidade dessa pesquisa é que ela procurou medir também a diversidade interna do catolicismo. Assim os católicos incluiriam 1,8% dos eleitores (ou seja, quase dois milhões de pessoas) ligados às CEBs, 3,8% dos eleitores (ou quase 4 milhões de pessoas) ligados à RCC (Renovação Carismática Católica) e 7,9% dos eleitores (ou quase 8 milhões de pessoas) ligados a outros movimentos católicos (de jovens, de casais etc.). Os outros católicos (61,4% da população) não estão ligados a nenhum movimento específico e são classificados como "tradicionais". As diferenças nas intenções de voto dos diversos grupos confirmam, ao menos no plano ideológico e político, a *diferenciação interna* dos católicos.

As outras religiões

Entre os que declaram pertencer a outras religiões, 3,4% dos eleitores são protestantes "históricos" ou tradicionais; 9,9% são protestantes pentecostais; 3,5% são espíritas kardecistas; 1,3% se dizem ligados a cultos afro-brasileiros; e 2% pertencem a outras religiões como islamismo, judaísmo, budismo, Seicho-no-iê, Perfeita Liberdade etc..

As grandes cidades

O pluralismo é maior nas grandes cidades, onde a porcentagem de católicos é a mais baixa; por exemplo: Rio de Janeiro, 59,3%; São Paulo, 65,2%; Salvador, 65,3%. Os católicos são proporcionalmente menos numerosos nas Capitais e Regiões metropolitanas; estão próximos da média geral nas cidades grandes e médias do interior; são proporcionalmente mais numerosos que as outras religiões nas cidades pequenas. Os números apontam, portanto, para os católicos, o desafio da *pastoral das grandes cidades.*[160] Mas também as outras religiões têm uma distribuição geográfica não uniforme. Em geral, todas elas são relativamente mais numerosas nas Capitais e Regiões metropolitanas do que no interior. Muito fraca é a presença de espíritas e kardecistas nas cidades pequenas. Os pentecostais estão mais presentes nas cidades pequenas do que nas médias e grandes do interior.

As diferenças regionais

Há diferenças notáveis também entre Estados e Regiões. A Região *mais católica* do Brasil é o Nordeste (80,4% de católicos entre os eleitores), seguida pela Região Sul (78,4%). Mais fraca é a presença católica no Sudeste (71.4%) e nas Regiões Norte e Centro-Oeste (71,2%). Nestas últimas há a maior concentração de *pentecostais* (14,6%, enquanto a média nacional é 9,9%). Os *protestantes históricos* (no caso, principalmente luteranos) são mais numerosos no Rio Grande do Sul (7,4% da população com direito a voto). Os *espíritas kardecistas* (média nacional: 3,5%) são mais freqüentes nas Cidades de São Paulo (8%) e Rio de Janeiro (7,5%). O *candomblé* é mais numeroso em Salvador (mesmo assim apenas 2,1% se declaram ligados a essa religião). Os *cultos afro-brasileiros* em geral estão mais presentes na cidade do Rio de Janeiro (4,9%), que também é o lugar onde maior número (11,1%) se declara *sem religião*.

155. A simples indicação da pertença a uma ou outra religião, como no quadro acima, permite apontar uma *visão geral* da configuração religiosa do País. É sabido, por exemplo, que há muitos brasileiros com dupla pertença religiosa ou que transitam com facilidade de uma religião a outra, ou ainda constroem sua própria visão religiosa com elementos de diversas procedências. Além do mais, a pesquisa citada não considera a maior ou menor assiduidade à prática religiosa. É importante, por isso, procurar fazer uma *análise qualitativa* do fenômeno.

156. Um primeiro fenômeno a ser assinalado, ligado à tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que *reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal,* a uma religião "invisível", que abandona totalmente ou em

parte as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8 a 10% das pessoas – principalmente homens abaixo dos 50 anos – declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que raramente ou nunca praticam uma religião. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.

157. Entre os que aderem a outras Igrejas cristãs ou a outras religiões, a prática religiosa é alta. Entre elas, porém, há pessoas que *freqüentam,* não raro, *mais de uma religião ou trocam de igreja com relativa facilidade,* ou ainda misturam elementos e práticas de religiões diferentes.[161] Entre os próprios católicos, embora em medida menor, há alguma tendência a confundir crenças e práticas de outros cultos (por exemplo, muitos acreditam na reencarnação, sem ter clara consciência das implicações espíritas dessa doutrina).

158. As causas da situação atual encontram-se, de um lado, no impacto da modernidade, com o processo de desagregação e desenraizamento da cultura tradicional, uma acelerada urbanização, contínuas migrações, atividade missionária de igrejas e seitas etc. Por outro lado encontra-se a *história do catolicismo brasileiro,* em grande parte constituído por devoções aos santos, transmitidas de geração em geração no ambiente rural e nas famílias, mas pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Isso trouxe como conseqüência a falta de uma iniciação cristã e de ligação estável e consciente do povo com os sacramentos e com a instituição eclesial.

159. Compreende-se, assim, porque muitos católicos não receberam claramente o primeiro anúncio de Jesus Cristo, nem passaram pelo processo de crescimento e amadurecimento pessoal da fé, através de uma verdadeira experiência catequética. Não é, então, de se estranhar que *esses católicos não sintam uma vinculação atual com a Igreja* e sejam atraídos por outras religiões, agora que mudaram as condições culturais, em especial pela acelerada urbanização.

160. Outro fato, que ajuda a compreender os dados e as pesquisas, é a coincidência da *renovação conciliar* com a *aceleração do processo de modernização* de nossa sociedade. Um terço dos católicos declaram participar regular ou assiduamente da vida da Igreja. Neles podemos reconhecer o contingente de leigos mais conscientes, que assumiram a renovação conciliar. A grande porcentagem dos que estão desligados de qualquer prática religiosa católica coincide com o expressivo número dos que têm enfraquecido os laços religiosos tradicionais. Não se identificam mais com suas devoções antigas, nem aderiram à nova orientação da Igreja.

161. A renovação pastoral recente *tem contribuído para melhorar notavelmente a prática religiosa* e o apostolado social dos católicos mais ligados às comunidades eclesiais e aos novos movimentos, desde a Ação Católica até os mais recentes. A *maioria dos católicos, porém, ainda não participa da vida da Igreja,* nem é alcançada pela ação evangelizadora. Após quase 500 anos de evangelização, o Brasil ainda é um país de missão. O clero é relativamente escasso (1 padre para cerca de 7.500 católicos). Apesar dos recentes progressos, a evangelização precisa da multiplicação das vocações sacerdotais e religiosas e da atuação dos leigos.

162. O contexto da modernidade, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza, produz reações diversas. Alguns rejeitam a modernidade e apegam-se exclusivamente ao passado. Muitos conservam a crença na doutrina católica tradicional, mesmo quando não praticam o culto ou dão à Igreja apenas uma “adesão parcial”, recusando seus ritos, sua disciplina e sobretudo suas normas éticas. Quase todos buscam alguma forma de segurança.

163. Essa busca pode levar a pessoa a renovar a sua adesão à Igreja católica, ou à religião tradicional da sua família. É o caso da maioria. Porém, como vimos, muitos católicos, sobretudo nos últimos 30 anos, procuraram outras religiões. A procura acontece em duas direções opostas: a do fundamentalismo e a do subjetivismo. No

primeiro caso, o fiel acredita que as Igrejas tradicionais não conservaram a fé em sua pureza e busca uma comunidade que julga ter redescoberto as origens ou os fundamentos do cristianismo. Nela se faz uma leitura literal da Bíblia e nunca se discute a interpretação dada pelo líder, mestre ou pastor. No segundo caso, o fiel – também inseguro diante do pluralismo das religiões e suas divergências – busca segurança dentro de si mesmo, na sua experiência pessoal, que eleva a critério de juízo da religião. Essa orientação, como já assinalamos, combina bem com a tendência moderna ao individualismo e ao abandono das práticas comunitárias.[162] Nessa mesma perspectiva, de uma religião de si mesmo, está situado o movimento chamado "Nova Era", que rejeita a tradição cristã – identificando-a como a era de violência e de guerra dos últimos 2.000 anos – e busca encontrar a Deus no interior da pessoa e na harmonia desta com o cosmo.

164. A força do subjetivismo é hoje tão avassaladora que penetra também nas comunidades (ou "seitas" ou "novos movimentos religiosos") que pretendem ser fundamentalistas e totalmente coesas. Essas comunidades, formadas por pessoas que a elas aderiram sobretudo nos últimos 10-20 anos, não são comunidades tradicionais, ligadas pelos vínculos da família, da vizinhança ou da mesma cultura. São comunidades reunidas ao redor de um líder carismático, que se apresenta como intérprete da verdadeira religião e que consegue o assentimento e apoio de um grupo de fiéis, que precisam sentir-se satisfeitos em suas aspirações religiosas e afetivamente acolhidos. Esse tipo de comunidade – que alguns sociólogos definem como "emocional" – mantém-se e cresce na medida em que atende às expectativas subjetivas dos fiéis. No seio do neopentecostalismo, onde prosperam esses grupos, é evidente a penetração do subjetivismo e o abandono da doutrina e da disciplina do pentecostalismo tradicional.

165. A necessidade de segurança e a busca de certezas estão presentes também no catolicismo, especialmente nos últimos anos. O subjetivismo aumenta o número dos que interpretam a seu modo a tradição católica, seja aceitando seus dogmas como referência, mas abandonando a participação no culto, seja misturando-a com elementos de outras religiões, seja descartando parte dos seus conteúdos[163]. O fundamentalismo e a procura de movimentos carismáticos atraem atualmente muitos fiéis, cuja subjetividade é valorizada e, ao mesmo tempo, inserida em um contexto que oferece guias seguros, na pessoa de líderes espirituais, portadores de novas expressões da espiritualidade católica.

166. Nos anos recentes, o quadro religioso foi modificado pelo surgimento de "Igrejas eletrônicas"[164] e pela freqüente presença na TV de líderes e programas religiosos de grande popularidade. Os programas dirigidos às grandes massas tendem a apelar aos sentimentos religiosos elementares, comuns a todos, e geralmente não insistem nos aspectos doutrinais, para não afastar o público de outras confissões. Eles despertam ou mantêm vivo o sentimento religioso em muitas pessoas que vivem à margem da Igreja Católica ou de outras Igrejas cristãs. Na opinião de alguns críticos, porém, os mass-media tendem a espetacularizar e a banalizar a religião, nivelando-a com entretenimentos televisivos de todo tipo. Diluem nos espectadores a consciência da necessária conversão pessoal, da participação efetiva na vida eclesial e do comportamento inspirado pelo Evangelho. De qualquer forma, o uso dos Meios de Comunicação Social merece maior atenção e deve ser avaliado cuidadosamente no seu impacto pastoral[165].

167. Terminamos esboçando, com base na sugestão de um estudioso[166], um *quadro de conjunto,* procurando cruzar os dados sócio-culturais com as atitudes propriamente religiosas. Podemos distinguir cinco situações ou faixas de população:

– uma faixa considerável de pessoas, marcadas por um contexto desumano ou subumano, vítimas da iníqua estrutura social. Entre elas vigora uma religiosidade conflitante, ambígua e confusa. E há aí um déficit incalculável de real evangelização, apesar de tentativas inegáveis e até heróicas de pessoas e de organismos pastorais
– uma faixa de pessoas ou grupos de fundo cristão-católico, estático e fixista. Para eles, em boa parte situados nas classes médias, a fé católica constitui um componente sócio-

cultural, parte de sua tradição e se expressa em termos de obrigações formais e sacramentalização ocasional, sobretudo nos ritos de passagem. Esta faixa é também primordialmente a geradora ou conservadora da situação estrutural de injustiça
– uma faixa ampla de profunda religiosidade católico-popular e, em geral, sincrética. As pessoas têm forte vivência religiosa, mas sem suficiente esclarecimento ou educação da fé. Articulam, porém, fé e vida, em termos de legitimação e compreensão religiosa da vida, ainda que nem sempre tenham consistência ética. Esta faixa retrata ainda o perfil da maioria da população brasileira
– uma faixa modernizante de pessoas e grupos de inspiração claramente não-religiosa, em plano individual, social ou cultural. É um conjunto de segmentos culturalmente secularizados, sob influência direta da cultura pós-moderna. Situam-se aqui os atores do mundo do espetáculo, do entretenimento, da publicidade e da cultura de massas, trabalhada sobretudo pela mídia
– uma faixa de cristãos-católicos esclarecidos, com boa fundamentação bíblico-teológica da fé e clara vinculação à vida. Essa faixa não é muito numerosa, mas significativa no Brasil de hoje, tanto nas camadas populares, como em certos segmentos da classe média, embora encontre dificuldades para integrar o serviço da fé e a promoção da justiça, a abertura e o empenho consciente na sociedade com um mundo religiosamente privatizado e pluralista.

168. O quadro da situação religiosa é hoje particularmente complexo e diversificado. Apresenta-se com múltiplos desafios à ação evangelizadora e pastoral da Igreja. Exige que esta ação, para ser eficaz, também se diversifique e se adapte às diversas situações a que se dirige, sem perder com isso sua unidade fundamental de inspiração e uma articulação adequada. A isso visam as diretrizes pastorais, que agora, com a graça de Deus, vamos procurar discernir e explicitar.

CAPÍTULO IV: ORIENTAÇÕES PRÁTICAS PARA A AÇÃO EVANGELIZADORA E PASTORAL

Sumário
– A evangelização é uma realidade complexa, que inclui exigências irrenunciáveis. Desde o Novo Testamento destacam-se serviço (*diakonia),* diálogo, anúncio *(kérygma),* testemunho (*martyria*) da comunhão eclesial *(koinonia*)
– No processo da evangelização, essas exigências podem representar *etapas,* mas na comunidade eclesial madura e vital, devem estar todas presentes e integradas.

Por uma evangelização inculturada
– A evangelização, nos seus diversos aspectos, tem como critério geral a inculturação
– Na América Latina, hoje, a evangelização é desafiada a inculturar-se: 1) nas culturas indígenas, afro-americanas e mestiças; 2) na cultura moderna e urbana
– Particularmente desafiantes são o conflito entre tradição e modernidade e o discernimento crítico dos valores e limites da modernidade
– A inculturação é um longo processo, que tem por sujeito o povo que acolhe o Evangelho em sua cultura e exige dos evangelizadores uma atitude de solidariedade, mas também de discernimento ou crítica.

1. Serviço e participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres
– Os cristãos são solidários com a sociedade humana e empenhados na luta pela justiça e a libertação integral, a partir da evangélica opção preferencial pelos pobres
– Dois desafios urgentes no Brasil, hoje:
a) Na *luta contra a pobreza e o desemprego*, unir ao socorro imediato e urgente a busca de reformas das estruturas geradoras de exclusão
b) Na *proposta da ética pública*, dialogar com os diversos setores da sociedade e formar a consciência moral dos católicos, com ênfase na responsabilidade social.

2. Diálogo com as culturas e outras religiões
– O diálogo com as outras religiões nasce da certeza de que o Espírito Santo opera também nelas e nas diversas culturas humanas

– Importância peculiar do ecumenismo entre as Igrejas cristãs
– Compromisso da Igreja no Brasil com a defesa e promoção das culturas indígenas e afro-brasileiras
– Urgência do diálogo com a cultura moderna e os setores da nossa sociedade que a representam
– Necessidade, para a Igreja católica, de investir no estudo e na promoção do diálogo inter-religioso e ecumênico e de acentuar a dimensão ecumênica na catequese e pedagogia pastoral.

3. Anúncio do Evangelho
– O anúncio de Jesus Cristo é o centro ou vértice da evangelização
– O anúncio é missão de todos os cristãos, mas deve ser feito no contexto de um diálogo com a cultura dos destinatários do anúncio
– O desafio que o mundo de hoje põe ao anúncio do Evangelho é enorme: *no Brasil,* há uma maioria de católicos não-praticantes, pessoas que não aderem publicamente a nenhuma religião, não-cristãos... no *mundo,* especialmente na Ásia e na África, há inúmeros não-cristãos...
– Orientações para a evangelização dos católicos não-praticantes, com especial atenção à *pastoral urbana* e aos *jovens;* para a evangelização dos indiferentes ou sem religião, com atenção às questões éticas e à comunicação social; para o empenho na missão "além-fronteiras" e na cooperação com as regiões mais carentes no Brasil.

4. Testemunho da comunhão eclesial
– A evangelização gera a fé e constrói, no fiel, um itinerário de amadurecimento do "homem novo" em Cristo
– A evangelização, suscitando a fé nas pessoas, cria a comunhão entre elas e entre as várias comunidades cristãs
– Na atualidade, é extremamente importante oferecer a jovens e adultos um itinerário de crescimento na fé e uma catequese articulada com a vida cristã, considerando que família e sociedade pouco contribuem para a educação da fé
– Essa tarefa exige comunidades eclesiais acolhedoras, que valorizem as pessoas e as ajudem a integrar fé e vida
– Exigências decorrentes: reconhecer todo cristão como sujeito; favorecer o acolhimento e a participação; estimular o encontro com a Palavra de Deus e a celebração vital dos sacramentos; valorizar as diversas dimensões da pessoa humana e da família, acompanhando e orientando a experiência espiritual, o empenho na sociedade, a educação, as associações de fiéis; dinamizar a paróquia como rede de comunidades, favorecendo a participação e o diálogo de CEBs e movimentos eclesiais, na busca da comunhão fraterna.

169. As orientações pastorais deste capítulo têm como base a experiência pastoral da Igreja no Brasil (cap. I), a teologia da evangelização desenvolvida no âmbito de toda a Igreja (cap. II) e as recentes mudanças sócio-culturais (cap. III). Elas foram organizadas ao redor de cinco itens: o primeiro, a *inculturação,* representa o critério geral da ação evangelizadora, como mostra o documento de Santo Domingo[167]; os outros quatro itens – *serviço*, *diálogo*, *anúncio* e *testemunho da comunhão* – são exigências ou aspectos distintos, mas complementares da própria ação evangelizadora e pastoral.

170. A escolha dessas quatro exigências, embora não sendo a única possível, certamente tem fundamento no próprio Novo Testamento. Nele emergem como aspectos constitutivos da evangelização o *serviço* (*diakonia*), que a Igreja presta ao mundo e, especialmente, aos pobres[168]; o diálogo, que ela mantém com os fiéis de outras religiões[169]; o anúncio (*kérygma*) da morte salvífica e da ressurreição de Cristo[170]; o testemunho (*martyria)* da *comunhão fraterna* (*koinonia*), em que os primeiros cristãos repartem o pão e a palavra, os bens materiais e os bens espirituais[171].

171. Documentos do Magistério, como aquele do Secretariado para os não-crentes de 10.6.1984, retomando uma intuição da *Evangelii Nuntiandi*[172], descrevem a missão da

Igreja ou *evangelização* como uma *realidade complexa,* que inclui *vários elementos*. "A missão apresenta-se, na consciência da Igreja, como uma realidade unitária, mas complexa e articulada. Podem ser indicados os seus elementos principais. A missão é constituída já pela simples presença e pelo *testemunho vivo da vida* cristã[173], mesmo se se deve reconhecer que 'levamos este tesouro em vasos de argila'[174], e por isso a distinção entre o modo como o cristão aparece, existencialmente, e aquilo que afirma ser, nunca desaparece. Há, depois, o empenho concreto ao *serviço* dos homens as atividades de promoção social e a luta contra a pobreza e as estruturas que a provocam. Há *a vida litúrgica*, a oração e a contemplação, testemunhos eloqüentes de uma relação viva e libertadora dos membros da Igreja entre si, com o mundo e com o Deus vivo e verdadeiro, que nos chama ao seu Reino e à sua glória[175]. Há o *diálogo*, no qual os cristãos encontram os que seguem outras tradições religiosas para caminhar juntos na busca da verdade e colaborar em ações de interesse comum. Há o *anúncio* e a catequese, quando se proclama a boa notícia do Evangelho e se aprofundam as conseqüências para a vida e a cultura. Tudo isto integra o conceito de missão"[176].

172. Os diversos aspectos da evangelização podem ser vistos como *etapas*, quando se considera idealmente a aproximação de uma cultura ou de um grupo não evangelizado. Nesse caso, o evangelizador começa pela presença e presta *serviços* de promoção humana; gradativamente pode encaminhar o *diálogo* religioso e, a partir daí, *anuncia* explicitamente o Evangelho, até criar condições plenas de *vivência e comunhão cristã*. Em nossa realidade, na maioria das vezes, toda a comunidade cristã é chamada a viver conjuntamente os diversos aspectos da missão da Igreja. Confirma-o, inclusive, a recente pesquisa sobre as comunidades católicas, onde mais de 40.000 respostas atestam que raramente as comunidades desenvolvem um só aspecto da existência cristã: ou são comunidades *vivas*, que unem a celebração à oração, à reflexão à luz da Palavra, o compromisso do serviço aos irmãos na promoção social e na conscientização política e o empenho missionário – ou são – algumas vezes – comunidades que definham na passividade e na acomodação. Outras vezes, como a experiência do Projeto Rumo ao Novo Milênio confirma, uma ou outra das exigências intrínsecas da evangelização pode tornar-se prioritária por imposição da própria realidade. Em outros casos verificou-se que o anúncio e o diálogo eram aspectos deficitários da ação evangelizadora da Igreja, mas eles se desenvolveram mais nos últimos anos, segundo a recente pesquisa realizada junto às dioceses e organismos pastorais. De qualquer forma, o evangelizador – mesmo que empenhado especialmente numa das tarefas da evangelização – não deixará de se manter em comunhão profunda com a Palavra, a Liturgia e a vida fraterna da comunidade cristã, se não quiser tornar-se – mais cedo ou mais tarde – o ramo seco que perdeu a seiva vital que provém do tronco[177].

173. No planejamento pastoral, desde o PPC de 1966-1970[178], foram adotadas seis *linhas* de ação, depois pensadas mais exatamente como *dimensões.* Elas correspondem fundamentalmente às exigências intrínsecas da evangelização agora descritas:

– o *serviço* se concretiza especialmente na dimensão sócio-transformadora (linha 6)
– o *diálogo* se concretiza na dimensão ecumênica e do diálogo religioso (linha 5)
– o *anúncio* se concretiza na dimensão missionária (linha 2)
– o *testemunho da comunhão* se concretiza na dimensão comunitário-participativa (linha 1), que se alimenta nas fontes da Palavra (dimensão bíblico-catequética – linha 3) e da liturgia (dimensão litúrgica – linha 4).

A nossa apresentação das exigências da *evangelização* acentua o *aspecto missionário* da vida da Igreja e por isso foi assumida nestas Diretrizes. A implementação do Projeto Rumo ao Novo Milênio tem comprovado que, na maioria das Dioceses e Regionais, a articulação entre as seis dimensões e as quatro exigências não têm causado problemas de continuidade pastoral. A organização pastoral, segundo as seis linhas ou dimensões, tem caráter mais prático e deve ser mantida onde continua funcional.

Por uma evangelização inculturada

174. Nos últimos anos, cresce sempre mais a consciência de que não há ação evangelizadora neutra, desvinculada da cultura, e que a compreensão desse fenômeno é imperativo para um empreendimento autenticamente evangelizador. "...tanto os evangelizadores como os evangelizados devem compreender que nenhum deles age num vazio cultural. Os evangelizadores cometerão injustiça perante os povos e culturas, se importarem ideologias políticas, econômicas ou sociais juntamente com o Evangelho".[179] E na Exortação Apostólica "Ecclesia in América", o Papa João Paulo II insiste que "é necessário inculturar a pregação, de forma que o Evangelho seja anunciado na linguagem e na cultura de quantos o ouvem".[180]

175. A evangelização sempre realizou-se dentro de um processo de inculturação, por vezes, conflitivo. Mas o termo "inculturação" só nos anos '60 foi usado pela missiologia e entrou pela primeira vez num documento pontifício, *Catechesi Tradendae* (1979), onde designa o processo de inserção da Igreja na cultura de um povo, o que "significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas"[181]. Inculturação é um termo eminentemente teológico e quer distinguir o processo do encontro da Igreja ou fé cristã com diferentes culturas daqueles processos que a antropologia designa como adaptação, aculturação, etc[182]

Desafios atuais

176. Atualmente, na América Latina e no Brasil, a evangelização é desafiada a tornar-se "inculturada", principalmente por dois processos que estão em ato, distinta mas simultaneamente: 1) o encontro do Evangelho com as culturas indígenas, afro-americanas e mestiças[183]; 2) o encontro com a cultura moderna particularmente no meio urbano[184].

177. Tomar consciência desses desafios implica:

– admitir a necessidade de que a evangelização das culturas indígenas, afro-americanas e mestiças *parta do acolhimento de seus valores humanos e das "sementes do Verbo"* nelas presentes[185], contrariamente às atitudes de desprezo e opressão praticadas muitas vezes no passado e pelas quais se pede perdão[186]
– procurar, portanto, aproximar-se dessas realidades culturais em *atitude de escuta*, *simpatia e compreensão,* para também crescer "no conhecimento crítico" dessas culturas, "para apreciá-las à luz do Evangelho"[187]
– reconhecer as *características específicas e inéditas das culturas moderna e pós-moderna* de origem ocidental, que – diferentemente das outras culturas – não têm a religião como eixo central e estão marcadas por forte pluralismo até à fragmentação, e por tendências secularistas[188].

178. Na situação que acabamos de evocar, dois problemas destacam-se como mais urgentes para a evangelização:

– o conflito entre tradição e modernidade
– o discernimento cristão dos valores da modernidade.

179. O conflito entre tradição e modernidade não desafia apenas a fé cristã e a evangelização. É um problema atual para todas as culturas. A modernidade constituiu-se a partir da pretensão de rejeitar a tradição. Ela pretendeu submeter tudo ao exame crítico da razão e à experimentação. Por isso, a modernidade tende para um dinamismo e uma mudança incessantes. Questiona suas próprias conquistas e busca continuamente inovações. No plano ético, valoriza a liberdade individual e incentiva o indivíduo a buscar os critérios do seu comportamento a partir de si mesmo, da sua razão e liberdade, assumindo uma atitude autônoma e crítica face aos valores tradicionais.

180. A Igreja, diante da modernidade, representada pelo iluminismo e pelo liberalismo, assumiu no século XIX uma atitude predominantemente defensiva, reafirmando seus

conceitos de verdade, de Revelação e de Tradição[189]. Todavia, diante dos totalitarismos do século XX, a Igreja se empenhou sempre mais na defesa da *liberdade* e dos *direitos fundamentais* da pessoa humana. O Concílio Vaticano II, com a declaração *Dignitatis Humanae* (1965), reconheceu que o regime moderno das liberdades civis é o mais conveniente também em matéria de *liberdade religiosa.* Isso significa que a pessoa *não pode ser forçada* na escolha da sua religião; por outro lado, ela conserva a obrigação moral de *buscar a verdade.*

181. A recente evolução da mentalidade moderna reabriu o debate, também dentro da Igreja, sobre *valores e limites da modernidade*. Esta tende hoje para um subjetivismo absoluto, que caminha para a negação de qualquer verdade e valor universal e para o niilismo e a "morte do homem". Em reação a este radicalismo, alguns cristãos optam pelo fundamentalismo e a rejeição total da modernidade. O Magistério da Igreja, em particular o Papa João Paulo II, estimula os católicos a um *discernimento*[190]*.* Trata-se de reafirmar o *valor incomparável da pessoa e da vida humana,* mas sem cair na armadilha do subjetivismo e da negação da verdade, que acabariam destruindo exatamente aquela liberdade que o homem moderno deseja gozar.

182. Neste contexto, a tradição religiosa não é mais transmitida com tranqüilidade e segurança pelas famílias e, muito menos, pela sociedade. Por isso, a fé deve ser comunicada por um trabalho consciente de iniciação e educação cristã. A nossa sociedade tornou-se "terra de missão", onde a *evangelização inculturada é exigência fundamental* para a Igreja.

Exigências práticas

183. As exigências práticas da inculturação da fé são aqui indicadas em *linhas gerais*. Serão concretizadas mais amplamente nos itens seguintes, tratando da inculturação no serviço, no diálogo, no anúncio, na liturgia e catequese.

184. A *primeira exigência* da inculturação é pensá-la como *processo* de longa duração[191], o que implica prever de antemão uma caminhada com diversas *etapas,* sem a pretensão de alcançar imediatamente as metas que indicam o rumo do processo.

185. A *segunda exigência* é reconhecer que *sujeito* da inculturação não é o Evangelho (abstratamente considerado), nem o missionário ou o evangelizador, mas *o povo* ou a *comunidade* que se abre ao Evangelho, acolhendo-o e se deixando por ele transformar. Isto, evidentemente, não exclui um papel inicial ou intermediário do evangelizador ou missionário, mas subordinado ao crescimento na fé e discernimento cristão da própria comunidade. Tampouco exclui a ação do Espírito, que prepara pessoas e comunidades para o encontro com o Evangelho.

186. A *terceira exigência,* como atitude inicial e básica da comunidade buscando a inculturação do Evangelho, é uma *atitude de abertura* à graça do Evangelho a partir dos valores da sua própria cultura: atitude de escuta e de acolhida, como a do discípulo, que está em busca da verdade sem preconceitos e sem antecipar conclusões.

187. A *quarta exigência* implica que, na medida em que uma comunidade cristã avança na inculturação do Evangelho, mantenha firmes tanto a atitude de *solidariedade* com a cultura em que está inserida quanto a atitude de *crítica* ou discernimento à luz do Evangelho, que ilumina, purifica, transforma toda cultura, pois a todas elas transcende. A experiência missionária e a da história mesmo recente do cristianismo assinalam acentuações diversas, ora da solidariedade, ora da crítica, em razão das circunstâncias concretas ou dos "sinais dos tempos".

1. Serviço e participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres

1.1. Fundamentação

188. O Novo Testamento afirma claramente que os primeiros cristãos sentiram-se chamados por Deus a prestar um *serviço* (*diakonia*) aos pobres, dentro e fora da comunidade eclesial[192]. O ideal, inspirado pelo Antigo Testamento, é que não haja necessitados entre eles[193]. Mesmo quando se recomenda uma atenção prioritária aos "irmãos na fé", não falta o apelo a "fazer o bem a todos"[194]. E se, dentro das circunstâncias da época, houve pouca participação política dos cristãos, eles não faltaram às suas obrigações civis e não deixaram de rezar pelos governantes, mesmo os perseguidores[195]. Nisto os primeiros cristãos têm consciência de seguir o exemplo de Jesus, enviado para evangelizar os pobres[196] e, Ele mesmo, exemplo de pobreza voluntária[197].

189. A *solidariedade* com todos os seres humanos é, para os cristãos de hoje, cidadãos de uma sociedade muito mais complexa que a do tempo de Jesus, uma exigência igualmente irrenunciável, intrínseca à própria fé no Deus, Pai de todos. É o que afirma o Concílio Vaticano II na abertura da *Gaudium et Spes*: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo"[198]. Por outro lado, o Concílio afirma – juntamente com a exigência da solidariedade – o respeito da justa autonomia das realidades terrestres ou temporais[199].

190. A evolução do Magistério eclesiástico, nos anos seguintes, trouxe novas acentuações, que complementam as teses do Concílio. Já o Sínodo dos Bispos de 1971 afirma que "a ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem claramente como dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, isto é, da missão da Igreja para a redenção do gênero humano e a libertação de toda opressão"[200]. A *Evangelii Nuntiandi*[201] do Papa Paulo VI, à luz do Sínodo de 1974, retoma a tese e explicita seus fundamentos. Mostra os laços de ordem antropológica, teológica e evangélica que unem evangelização e promoção humana (ou libertação, ou desenvolvimento integral). Outros esclarecimentos foram dados pelas Instruções *Libertatis nuntius* (1984) e *Libertatis conscientia* (1986).

No mesmo período, o Episcopado brasileiro explicitou as conseqüências da ética social cristã para a sociedade e apontava desde as *Exigências cristãs da Ordem Política* (1977) até os princípios *Por uma nova Ordem Constitucional* (1986) e as *Exigências éticas da Ordem democrática* (1989). O documento de Santo Domingo não hesitou em definir a promoção humana "como dimensão privilegiada da nova evangelização".[202] Recentemente, o Papa, ao referir-se ao fenômeno da globalização, ampliou o compromisso da Igreja com a promoção do bem comum e com a solidariedade, conclamando toda a Igreja da América a não só "criar uma autêntica cultura globalizada da solidariedade, mas também a colaborar com todos os meios legítimos para a redução dos efeitos negativos da globalização, tais como o domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos, especialmente no campo econômico, e a perda dos valores das culturas locais a favor de uma mal entendida homogeneização". E, afirmando a atualidade da Doutrina Social da Igreja, sublinha que com ela, "a Igreja oferece uma válida contribuição para a problemática que a atual economia globalizada apresenta. Sua visão moral nessa matéria apoia-se sobre os três alicerces fundamentais da dignidade humana, da solidariedade e da subsidiariedade"[203].

191. Junto com a reflexão sobre a responsabilidade da Igreja na promoção do desenvolvimento "do homem todo e de todo homem"[204], avançou também a consciência da evangélica *opção preferencial pelos pobres*. Ela encontra uma primeira expressão no n. 8 de *Lumen Gentium*, é explicitada nas Conferências do Episcopado latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979), confirmada em Santo Domingo (1992)[205] e assumida pela Igreja no Brasil[206]. A opção pelos pobres se revela como tendo dupla motivação e finalidade: 1) ela é condição necessária e irrenunciável do caráter *evangélico* da ação da Igreja, ou seja, de sua fidelidade a Cristo que "se fez pobre... para nos enriquecer com sua pobreza"[207]; 2) ela é condição necessária para *discernir criticamente* entre as políticas sociais, que se pretendem ao serviço de todos, mas freqüentemente

beneficiam apenas os mais fortes e descuidam dos últimos e dos excluídos, os “preferidos de Deus”.

192. Essa perspectiva está presente na Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in America* quando o Papa João Paulo II diz: “Essa constante dedicação aos pobres e excluídos da sociedade se reflete no Magistério social da Igreja, que não se cansa de convidar a comunidade cristã a comprometer-se a superar toda forma de exploração e de opressão. Trata-se, de fato, não só de aliviar as necessidades mais graves e urgentes mediante ações individuais ou esporádicas, mas de pôr em evidência as raízes do mal, sugerindo iniciativas que dêem às estruturas sociais, políticas e econômicas uma configuração mais justa e solidária”[208]. Assim, o Santo Padre reitera o dever da Igreja em relação aos pobres, afirmando que o mesmo decorre da sua fidelidade à Palavra de Deus: “É necessário intensificar e estender quanto já se vem fazendo neste campo, com o fim de alcançar o maior número de pobres. A Sagrada Escritura lembra que Deus escuta o grito dos pobres (cf. Sl 34 [33], 7)[209] e a Igreja deve permanecer atenta ao grito dos mais necessitados. Escutando a sua voz, ela deve viver com os pobres e participar dos seus sofrimentos. [...] Com seu estilo de vida, suas prioridades, suas palavras e suas ações, ela deve dar testemunho de que permanece em comunhão e solidariedade com eles”[210].

“O serviço aos pobres, para que seja evangélico e evangelizador, deve ser um reflexo fiel da atitude de Jesus, que veio 'para anunciar aos pobres a Boa Nova' (Lc 4, 18). Se realizado com esse espírito, torna-se uma manifestação do amor infinito de Deus por todos os homens e um modo significativo de transmitir a esperança de salvação que Cristo trouxe ao mundo, e que resplandece de modo particular quando é comunicada aos abandonados ou rejeitados pela sociedade”[211].

1.2. Urgências

193. As urgências do desenvolvimento e da promoção humana no plano mundial têm sido objeto de análises pertinentes e apelos dramáticos da parte dos últimos Papas[212]. As urgências da promoção humana em nosso País têm sido objeto de cuidado do Episcopado brasileiro e das pastorais sociais, desde os primeiros movimentos de renovação pastoral.[213]

194. À luz da análise da atual situação sócio-econômica e ético-política[214], parece-nos que os *serviços* mais urgentes que as comunidades cristãs podem prestar à sociedade brasileira são o empenho na luta contra a pobreza, o desemprego e a exclusão[215] e a contribuição para a criação de um novo sentido de responsabilidade na ética pública.

1.3. Indicações práticas

195. Os documentos citados contêm orientações práticas que se estendem às numerosas áreas em que atuam nossas pastorais sociais: o cuidado com as crianças e as gestantes, a assistência aos menores abandonados, a defesa dos direitos de índios e posseiros, o apoio a movimentos sociais e sindicais, a pastoral da saúde e as obras educacionais, os cuidados específicos a doentes, idosos, drogados, aidéticos, vítimas da prostituição etc. A tarefa do serviço ou *diakonia*, contudo, não deve ficar restrita às pastorais sociais ou a grupos especializados, mas deve ser assumida por toda a comunidade eclesial – CEB, paróquia, Diocese, movimentos... – como sinal privilegiado do seguimento daquele que veio para servir e não para ser servido[216]. Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos é um contra-testemunho, e celebra indignamente a liturgia[217].

196. Os católicos devem contribuir também para o melhor conhecimento da realidade social e de seu dinamismo. Recentemente a Santa Sé criou a Pontifícia Academia de Ciências Sociais e encorajou a realização de Semanas Sociais em diversos Países.

197. O empenho da Igreja pela promoção humana e pela justiça social exige também um amplo e decidido esforço para *educar os católicos* ao conhecimento da Doutrina Social da Igreja, para que penetre nas consciências como decorrência ética impreterível da própria

fé cristã. É lamentável que a ética social cristã apareça a muitos, mesmo entre o clero, apenas como opção facultativa ou generoso empenho de poucos. Ela deve ocupar lugar de destaque em nossos programas de formação e na própria pregação inspirada pelo Evangelho[218].

198. Convém que, sem adiar o socorro imediato e urgente às situações de maior carência (fome, doenças...), as iniciativas das pastorais sociais se voltem para o combate às *causas* dessas carências, promovendo – em parceria com outras organizações da sociedade civil e autoridades públicas – a criação de empregos, a multiplicação das oportunidades de educação, a assistência sanitária, a melhoria das condições de higiene e saneamento etc. O empenho consciente nesse trabalho social levará a questionar e lutar por transformar *as estruturas e as decisões políticas* que influem sobre essas situações e o absolutismo da economia de mercado, que se sobrepõe às outras dimensões da vida humana e gera a exclusão daqueles que não são economicamente úteis.

199. Nossa participação na transformação social e no serviço aos pobres seja feita em *colaboração com outras instituições da sociedade civil* e em parceria com instituições públicas, em todos os níveis, começando a *nível local.* O trabalho social deve promover a organização dos movimentos sociais ou populares, visando a que os oprimidos e excluídos tornem-se sujeitos da sua própria libertação e da edificação de novas formas de solidariedade.

200. Num mundo de reestruturação produtiva e de aceleradas mudanças, há que estar atento à grande rotatividade de migrantes em busca de trabalho e moradia. As estruturas pastorais devem adaptar-se aos que vivem na mobilidade forçada e não se enquadram nos limites e esquemas territoriais de paróquias e Dioceses. Igualmente merecem atenção os novos migrantes estrangeiros, em busca de sobrevivência, sobretudo latino-americanos sem documentação, que se encontram em situação de não cidadania e discriminação. Em relação a eles, “há de haver uma atitude hospitaleira e acolhedora, que os estimule a se inserir na vida eclesial, ressalvadas sempre sua liberdade e a peculiar identidade cultural. Para tanto, é muito vantajosa a colaboração entre as dioceses de onde eles provêm e aquelas em que são acolhidos”[219].

201. O empenho em formar uma consciência moral e uma prática social de inspiração cristã leva a Igreja a incentivar *o diálogo e a reflexão* de teólogos, cientistas e profissionais *acerca dos novos problemas de ordem ética,* que o avanço das ciências suscita em vários campos do saber e do agir humanos. Sejam lembradas, a título de exemplo, as novas responsabilidades na defesa da vida, na preservação do meio ambiente, na manipulação do patrimônio genético, no tratamento das doenças, na proteção dos direitos à informação e à privacidade etc. Especial atenção seja dada à recente Encíclica do Papa João Paulo II, *Evangelium Vitae*, que traça diretrizes para anunciar, celebrar e servir o “Evangelho da Vida”, visando contribuir para uma nova cultura da vida humana[220].

202. Finalmente, todos procurem fortalecer e estender a ativa participação na cidadania, nos diversos níveis da vida social, de modo que o exercício da democracia se torne efetivo através do exercício de direitos e deveres para com a sociedade por parte de todos, pois “não há democracia autêntica e estável sem justiça social”[221].

2. Diálogo com as culturas e as outras religiões

2.1. Fundamentação

203. O Concílio Vaticano II considera as diversas religiões dos povos ordenadas ao único Povo de Deus[222] e declara nada rejeitar “do que há de verdadeiro e santo nessas religiões”[223]. A encíclica *Redemptoris Missio,* bem como o documento *Diálogo e Anúncio* reconhecem que o Espírito Santo age sem limites de tempo ou espaço, fazendo germinar as sementes do Verbo nas religiões e nos esforços humanos à procura da verdade e do

bem[224]. Por isso – continua a Encíclica – as relações da Igreja com as religiões baseiam-se numa dupla consideração: "respeito pelo homem na sua busca de respostas às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito nesse mesmo homem"[225].

204. A Igreja vê nessa ação o mesmo Espírito que prepara o anúncio do Evangelho e o reconhecimento de Cristo e da Igreja. Em Pentecostes, o Espírito se dirige a todos os povos, em suas línguas e culturas[226]. Assim se revela que o mistério de Cristo preexiste à encarnação do Verbo[227], a qual por sua vez "manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação"[228].

205. A Igreja crê, portanto, na importância do *diálogo entre as religiões* e, mais amplamente, *entre as culturas*, das quais a religião é muitas vezes a alma[229]. Trata-se de um diálogo a respeito da salvação, que prolonga o diálogo com que o próprio Deus "ofereceu e continua a oferecer a salvação à humanidade"[230]. No diálogo inter-religioso não se procuram apenas a compreensão mútua e relações amistosas. "Mediante o diálogo, os cristãos e os outros são convidados a aprofundar o seu empenho religioso e a responder, com crescente sinceridade, ao apelo pessoal de Deus e ao dom gratuito que Ele faz de si mesmo..."[231]. Em outras palavras, o diálogo é apelo para uma *conversão* mais profunda de todos para Deus[232].

206. O diálogo inter-religioso não deve ser instrumentalizado a outras finalidades. Ele é legítimo e necessário na missão evangelizadora da Igreja[233]. Ele contribuirá, normalmente, para criar condições favoráveis para que o cristão possa dar testemunho da sua fé e anunciar Cristo Salvador de toda a humanidade[234].

207. O *diálogo* em si mesmo possui seu valor. Pode ser praticado de diversas formas: a partir da vida, na cooperação em obras comuns de serviço, através do intercâmbio da experiência religiosa ou espiritual ou mesmo no diálogo teológico dos peritos[235]. O mais importante é reconhecer e praticar as disposições que tornam o diálogo autêntico e proveitoso: *equilíbrio,* que une abertura e realismo; *convicção*, que permite expressar com sinceridade e integridade a própria fé; *busca do aprofundamento da verdade,* inclusive da compreensão mais completa da própria fé; *disposição para acolher com gratidão os dons de Deus* e os frutos do próprio diálogo[236]. Dessa forma, o diálogo contribuirá, não para dar impressão de relativismo religioso nem para pôr em dúvida a *identidade católica,* mas para torná-la mais consciente e firme, mais rica e madura.

208. Premissa e fundamento do diálogo é o reconhecimento da *liberdade religiosa*, assim como é formulada pelo Concílio Vaticano II[237] e o Magistério pontifício[238]. Ela não é um subjetivismo sem limites, mas a condição mais conveniente à dignidade da pessoa humana na procura da verdade, procura que faz parte dos direitos e obrigações de todo ser humano.

209. O diálogo com os cristãos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais – o "ecumenismo" em sentido estrito – merece uma atenção especial pela comunhão em Cristo que nos une, embora imperfeita em certos aspectos[239]. Fundamentos e orientações do ecumenismo cristão, além de encontrar sua expressão básica no decreto conciliar *Unitatis Redintegratio*, são hoje formulados e atualizados no *Diretório para o Ecumenismo* da Igreja Católica.

2.2. Urgências

210. No contexto brasileiro e latino-americano, é urgente, antes de tudo, assegurar a *subsistência das diversas culturas indígenas*, discernindo nelas os verdadeiros valores, nos quais a Igreja reconhece a presença de "sementes do Verbo". A Igreja, com seus pastores e fiéis, particularmente através de dedicados e corajosos missionários, empenha-se para que as comunidades indígenas tenham seus direitos reconhecidos, suas terras demarcadas e protegidas, suas culturas preservadas dentro do dinamismo que lhes é próprio[240].

211. Igualmente a Igreja empenha-se para que as *tradições culturais e religiosas afro-brasileiras e afro-americanas sejam respeitadas, valorizadas e apoiadas*, na busca da sua continuidade e da seu desenvolvimento, abrindo caminho para uma maior aproximação com o catolicismo[241]. Além de contribuir para combater toda forma de discriminação social e racismo, a Igreja sente obrigação de rever suas atitudes pastorais e valorizar pastoralmente a tradição afro-americana, por muito tempo descuidada ou negada[242].

212. Não menos urgente é, para a Igreja, o *diálogo com as formas culturais da modernidade,* na sua complexidade e diversificação. Deve-se prestar especial atenção pastoral àqueles grupos humanos ou setores da sociedade que mais intensamente são influenciados pela modernização e àqueles grupos que exercem influência privilegiada na formação da opinião pública, nas mudanças de comportamento, na proposta de novos sentidos e valores. A modernidade cria espaço para esses grupos, que geralmente se beneficiam dos avanços técnicos e da expansão do consumo, caindo, porém, freqüentemente no individualismo egoísta e amoral. Mas ela marginaliza as massas e gera "novos pobres", inclusive entre as classes médias menos favorecidas pela modernização. Tudo isso repercute não só em nível de promoção humana[243], mas também no plano do diálogo religioso e cultural. Nesse plano, a modernidade trouxe a valorização do indivíduo e da subjetividade, a exigência de igualdade fundamental de todos os seres humanos, a busca de autenticidade e qualidade no relacionamento intersubjetivo. Esses valores podem questionar expressões religiosas tradicionais e devem estimular a busca de novas expressões da vida cristã, que reconhece o valor central e incomparável da pessoa humana[244].

213. No diálogo religioso, exigem maior atenção o *diálogo ecumênico e a cooperação com as outras Igrejas cristãs.* É preciso incentivar e alimentar o espírito de diálogo ecumênico em *todos* os católicos, pois ele é uma dimensão constitutiva e irrenunciável da missão: "que eles sejam um para que o mundo creia!"[245]. Faz parte dos objetivos atuais e urgentes do movimento ecumênico oferecer aos nossos fiéis e aos irmãos de outras Igrejas, elementos para que possam distinguir o trigo e o joio, a adesão convicta e o fanatismo cego, o zelo missionário e a exploração interesseira das emoções do povo, a busca perseverante da vontade de Cristo e o autoritarismo sectário e sem escrúpulos. Impressionam-nos o vigor e a clareza com que o Papa, na carta *Tertio Millennio Adveniente,* acentua a necessidade de aprofundar e pôr em prática o ecumenismo e o diálogo inter-religioso[246].

2.3. Indicações práticas

214. Em nível regional e nacional, procure-se discernir atentamente quais são, entre as urgências enumeradas acima, aquelas que os afetam mais diretamente e devem tornar-se *prioridades da ação pastoral*. Sejam promovidas iniciativas adequadas, destinando-lhes os recursos humanos e materiais necessários.

215. Mesmo onde o diálogo não parece imediatamente possível, promovam-se *centros permanentes* ou *atividades conjunturais* com uma dupla finalidade:

a) ter em conta a *influência* das novas tendências religiosas ou de tradições não-cristãs *sobre o próprio povo católico,* contribuindo para o discernimento dos valores, a crítica dos elementos incompatíveis com a fé e a elaboração de respostas autenticamente cristãs aos novos questionamentos e à nova sensibilidade
b) *encaminhar estudos aprofundados* das novas tendências culturais, bem como das tradições características do lugar.

216. A ação pastoral e catequética da Igreja Católica deve assumir conscientemente uma *dimensão ecumênica*. Isso significa valorizar, na justa medida, tanto os bens da tradição cristã comum quanto apreciar a contribuição específica à espiritualidade e à prática cristãs que cada Igreja traz, tendo o cuidado de expor integralmente a doutrina católica, mas de forma que resulte mais facilmente compreensível pelos irmãos separados[247].

Promovam-se também, oportunamente, momentos de oração comum e de diálogo[248], em particular a *Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos,* entre Ascensão e Pentecostes[249].

217. Os católicos demonstrem sempre sincero respeito pela liberdade religiosa e pelas convicções dos outros em matéria de religião e costumes. Recordem a palavra do Concílio Vaticano II: "Se há de reconhecer ao homem a liberdade em sumo grau e não se há de restringi-la a não ser quando e quanto for necessário"[250]. Lembrem também a palavra do Papa: "A Igreja, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem por método o respeito à liberdade"[251].

218. Diante de atitudes sectárias e proselitistas, os pastores advirtam serena e firmemente os fiéis, evitando polêmicas estéreis, quando não contraproducentes. "A Igreja também não fecha os olhos ao perigo do fanatismo ou fundamentalismo daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem"[252]. O recente *Diretório para o Ecumenismo* pede que, onde esse trabalho ecumênico "encontrar oposições ou impedimentos por atitudes sectárias, os católicos sejam pacientes e perseverantes". Eles devem atuar "com honestidade, prudência e conhecimento dos fatos. Essa forma de proceder, gradual e cautelosa, sem iludir as dificuldades, é também uma garantia para não sucumbir à tentação do indiferentismo e proselitismo, o que seria ruína do verdadeiro espírito ecumênico"[253].

219. O Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, em recente publicação, acentua a pertinência do ecumenismo "na promoção de valores e ações positivas na sociedade humana". Enumera uma série de atividades onde essa ação conjunta já é possível: "desarmamento e promoção da paz, o socorro de urgência a refugiados, a vítimas de catástrofes naturais, trabalhar para alimentar os famintos, criar estruturas de ensino para analfabetos, organizar programas de reabilitação para drogados, salvar jovens, homens e mulheres da prostituição. Podemos trabalhar juntos para acabar com a discriminação racial e sexual, trabalhar pelos direitos e pela dignidade das mulheres, combater ativamente a legislação permissiva (quanto ao aborto e à eutanásia), promover o desenvolvimento urbano e rural e de moradia para os pobres, denunciar as violações ao meio ambiente e o uso irresponsável dos recursos naturais, renováveis e não renováveis". E conclui: "Por que fazemos separados o que podemos fazer juntos?[254].

220. Referindo-se aos elementos de comunhão com as outras Igrejas e Comunidades eclesiais, o Santo Padre sugere: "Os cristãos católicos, pastores e fiéis, promovam o encontro dos cristãos das diferentes confissões na colaboração, em nome do Evangelho, para responder ao grito dos pobres, com a promoção da justiça, a oração em comum pela unidade e a participação na Palavra de Deus e na experiência da fé em Cristo vivo"[255]. Estimulem-se também, quando for oportuno e conveniente, as reuniões de peritos das diversas Igrejas e Comunidades eclesiais para facilitar o diálogo ecumênico. O ecumenismo precisa ser objeto de reflexão e comunicação de experiências entre as distintas Conferências Episcopais católicas do Continente.

221. Base para a formação católica ao ecumenismo são os oportunos subsídios fornecidos pelo *Diretório para o Ecumenismo*[256], pelo CONIC e pelo setor de ecumenismo da CNBB[257]. É imprescindível um estudo sério da Encíclica *Ut Unum Sint* do Papa João Paulo II e dos textos publicados pelos Pontifícios Conselhos para a Promoção da Unidade dos Cristãos e do Diálogo Inter-Religioso.[258] A boa formação é a primeira condição para que os católicos possam dar contribuição proveitosa ao diálogo com os irmãos das outras igrejas.

3. Anúncio do Evangelho

3.1. Fundamentação

222. “A tarefa fundamental para a qual Cristo envia seus discípulos é o anúncio da Boa Nova, isto é, a evangelização (cf. Mc 16,15-18). Segue-se daí que evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, sua mais profunda identidade”[259]. A evangelização, para ser autêntica, precisa partir do encontro pessoal com Jesus Cristo, pois é Ele – sua vida, seu projeto, sua pessoa – o centro da missão. Esse encontro se dá no estudo e meditação da Sagrada Escritura, na vivência da dimensão celebrativa e nas “pessoas, especialmente os pobres com os quais Cristo se identifica”. A Escritura, a Eucaristia e as pessoas constituem, assim, os lugares por excelência, do encontro com Cristo na história[260].

223. Esse encontro, relatado inúmeras vezes na Sagrada Escritura, vem acompanhado da conversão daquele que se abriu a essa singular experiência. Conversão que se traduz em gestos concretos: recompõe a comunhão perdida e desperta para a solidariedade humana. Assim aconteceu com os discípulos de Emaús, com Zaqueu, com a Samaritana e tantos outros. Quem se encontra com o Cristo, transforma-se e “o primeiro impulso dessa transformação é comunicar aos outros a riqueza descoberta no encontro”[261]. Descobre que “é preciso anunciar Cristo com alegria e fortaleza, mas sobretudo com o testemunho da própria vida”[262].

224. “A evangelização há de conter também sempre – ao mesmo tempo como base, centro e vértice do seu dinamismo – uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus”[263]. O Apóstolo Paulo ressalta a necessidade do anúncio ou da proclamação (*kérygma*) para que se possa tornar explícita a fé em Cristo: “Como hão de invocar Aquele em quem não acreditam ? E como hão de acreditar naquele que não ouviram? E como ouvirão se ninguém lhes pregar? (...) A fé vem da pregação, e a pregação pela palavra de Cristo”[264]. Sobre a importância do anúncio insistem os documentos mais recentes[265].

225. Aqui é relevante destacar dois aspectos do *anúncio* ou querigma. O primeiro é que ele é claramente uma *missão apostólica*[266]. Mas essa missão – como se vê pelo Novo Testamento e a história do cristianismo – não se restringe aos Doze e a seus sucessores, embora eles tenham um especial encargo de garantir a autenticidade do anúncio e de promover a unidade na atuação da Igreja. A missão evangelizadora é confiada a *todos* os discípulos de Cristo e dela participam, de direito, todos os fiéis[267].

226. O segundo aspecto a ser ressaltado é que o querigma ou anúncio da salvação em Jesus Cristo não se faz através de fórmulas repetidas, mas em diálogo com a compreensão e as expectativas dos destinatários da mensagem. Por isso, *diálogo* e *anúncio* são aspectos complementares da evangelização[268]. Muitas vezes o *diálogo* ajudará a formular o anúncio da maneira mais adequada às circunstâncias e à ação do Espírito[269].

227. Um exemplo claro de *anúncio,* atento às condições dos ouvintes, encontra-se em Atos dos Apóstolos. Basta comparar os discursos de Paulo aos *judeus*[270], aos *camponeses* da Licaônia[271] e aos *intelectuais* de Atenas[272]. A conseqüência da procura de um querigma inculturado, ou de um anúncio de Jesus atento às aspirações e inquietações das pessoas humanas, é que também no *anúncio* – como, depois, na *catequese* que o aprofunda – deve valer o *método da interação* entre Palavra e situação do ouvinte, como o documento “Catequese Renovada” já mostrou[273].

228. Mesmo que muitas vezes a obstinação pessoal ou o peso de uma tradição cultural e religiosa diferente criem *obstáculos* radicais ao anúncio, isso não dispensa nenhum cristão do esforço sério de anunciar a salvação em Cristo e de testemunhar a fé com a vida.

3.2. Urgências

229. Tendo em vista os que precisam ouvir o *anúncio* de Cristo na sociedade brasileira de hoje, marcada pelo pluralismo religioso[274], apontamos três situações de urgência:

– a dos *católicos não-praticantes*, que receberam o batismo, mas cujo contato com a vida e a palavra da Igreja é tão pouco freqüente que eles precisam de uma "nova evangelização" (isto não exclui que haja, entre os que não freqüentam os sacramentos e as reuniões eclesiais, pessoas muito próximas de Deus e muito generosas na prática do amor fraterno); situam-se aqui também largas faixas de população flutuante, que, devido aos freqüentes deslocamentos geográficos, encontram sérias dificuldades de ter uma evangelização mais continuada, inclusive receber os sacramentos da iniciação cristã e o do matrimônio, e participar da comunidade; e ainda os católicos que, vivendo em nova união matrimonial sem o sacramento, encontram dificuldades para participar da comunidade e da Eucaristia

– a dos *cidadãos* que se declaram *sem religião* e cuja vida pessoal e social parece fortemente influenciada pelo secularismo ou pelo indiferentismo religioso
– a dos *não-cristãos* de algumas regiões brasileiras (como certas comunidades indígenas e comunidades vindas de outros continentes, como orientais etc.), para com os quais nossa Igreja tem uma dívida em relação à evangelização, mesmo que possa apenas "dar da própria pobreza"[275].

230. Em geral, diante do *dinamismo* das mudanças da cultura atual[276], o anúncio da salvação em Cristo – a boa nova do Evangelho – precisa ser repetido permanentemente e renovado em sua formulação, pois mudam a sensibilidade e a perspectiva com as quais é recebido. Ele, contudo, não será muito eficaz se não for precedido pelo *diálogo* e pelo esforço de compreender a evolução das mentalidades e se não for acompanhado pelo *testemunho de vida* dos cristãos.

231. Os ouvintes, que o nosso *anúncio* deve atrair, constituem massa imensa de pessoas. Os católicos não-praticantes são, ao menos, 50% da população adulta. Os cidadãos "sem religião" são relativamente poucos (10% nas grandes cidades, menos de 5% no conjunto da população adulta), mas pertencem muitas vezes a setores influentes da sociedade. Face a esses imensos desafios, é preciso mobilizar muito mais recursos humanos e materiais a serviço da *evangelização*, revendo seriamente a tendência de concentrar quase todos os esforços nos cuidados pastorais do "rebanho" que já está no redil.

232. A evangelização dos ambientes dos dirigentes da sociedade tem se tornado cada vez mais urgente, sobretudo face ao seu crescente secularismo. Nessa tarefa, "os pastores poderão contar com o apoio daqueles que – felizmente, são ainda numerosos – permanecem fiéis aos valores cristãos"[277]. Com eles, "os pastores enfrentarão a difícil tarefa de evangelização desses setores da sociedade com renovado fervor e uma metodologia atualizada, dirigir-se-ão aos dirigentes, homens e mulheres, para levar-lhes o anúncio de Cristo, insistindo principalmente na formação das consciências, por meio da Doutrina Social da Igreja. Essa formação constituirá o melhor antídoto contra os inúmeros casos de incoerência e, em certos casos, de corrupção existente na estrutura socio-política"[278]. Uma interpretação unilateral da opção pelos pobres não deve levar a descuidar da evangelização dos dirigentes da sociedade[279].

3.3. Indicações práticas

3.3.1. Com relação aos católicos não-praticantes ou pouco assíduos

233. Os *católicos não-praticantes constituem o maior desafio missionário* que a Igreja no Brasil enfrenta, ao menos do ponto de vista quantitativo[280]. Eles conservam com as comunidades eclesiais dois laços pastoralmente relevantes: 1º - a herança do catolicismo popular, especialmente através da devoção a Maria Santíssima e aos santos; 2º - a procura dos sacramentos nos momentos decisivos da vida: nascimento, primeira

Eucaristia e Crisma dos filhos; Matrimônio; doença grave e morte. As orientações pastorais que se impõem nessa situação são:

– a atenção e o cuidado para com as práticas de religiosidade popular, que podem estabelecer ou reforçar os vínculos entre os católicos não-praticantes e a comunidade eclesial
– um renovado esforço para promover ou fortalecer aquelas manifestações religiosas de massa que atraem, ao menos ocasionalmente, grandes parcelas da população
– um tratamento diferenciado e, quanto possível, personalizado para com os não-praticantes, quando procuram os sacramentos
– uma revisão séria e atenta das críticas e motivações que afastam os católicos da prática eclesial
– Privilegiar a pastoral do contato pessoal, as visitas às famílias – particularmente às que estiverem em situações de sofrimento ou alegria, como doenças, falecimentos, nascimento, aniversário etc. – e a acolhida aos migrantes
– uma reforma de estruturas e práticas pastorais inadequadas ao contexto urbano e alheias à mentalidade moderna.

234. Especial destaque merece a *pastoral urbana,* com a criação de estruturas eclesiais novas que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje[281]. As divisões entre as paróquias devem ser flexibilizadas, colocando o bem do povo acima de uma concepção territorial estreita e inadequada à realidade da cidade grande. Equipes pastorais podem servir mais eficazmente áreas urbanas compostas por várias comunidades.

235. Na cidade encontram-se em gestação as novas formas da cultura. Daí a necessidade de se buscar caminhos, na experiência e na imaginação, para a pastoral urbana. Por um lado, é preciso *multiplicar e diversificar*, segundo as especificidades do meio urbano, dentro de interesses e necessidades grupais, *comunidades eclesiais* que suscitem, eduquem e apoiem a experiência da fé a partir da Palavra, da Eucaristia, da comunhão fraterna e do empenho no serviço dos irmãos. Por outro lado, é preciso criar ou desenvolver polos ou *centros de evangelização,* que atendam à mobilidade da população urbana, que ofereçam oportunidades múltiplas de contato com a mensagem evangélica e a experiência eclesial, que possam tecer uma *rede de contatos* com aqueles cidadãos que dificilmente conseguem ligar-se de forma permanente com uma comunidade estável.

236. Atenção especial merecem *os jovens*, seja em consideração da sua situação social e religiosa[282], seja em consideração da *opção preferencial* assumida pela Igreja latino-americana em Puebla[283] e retomada com ênfase em Santo Domingo[284]. Os jovens "são um grande desafio para o futuro da Igreja"[285]. Eles não são apenas destinatários da evangelização, mas dela devem tornar-se sempre mais sujeitos ativos, "*protagonistas da evangelização e artífices da renovação social"*[286]. A Pastoral da Juventude, portanto, deve estar entre as principais preocupações dos pastores e das comunidades.[287]

237. Por ser muito diversificada, a situação dos jovens exige respostas adaptadas às necessidades concretas e aos meios específicos[288]. A título de exemplo, indicamos algumas ações que a Igreja deve privilegiar ou reforçar:

– atuação junto aos menores abandonados e às situações de miséria, visando oferecer a crianças e adolescentes – junto com os serviços públicos, muitas vezes precários – oportunidades de educação e cuidados com a saúde, especialmente através da prevenção de doenças
– atuação pastoral, propiciando oportunidades de conscientização e de ação aos grupos de jovens mais abertos aos valores cristãos e mais dispostos a um empenho coletivo para a transformação da sociedade; essa atuação visará a ajudar, também, no crescimento humano-afetivo e, sobretudo, tornar esses jovens evangelizadores, protagonistas da evangelização

– atuação evangelizadora e missionária voltada para a juventude urbana, especialmente para os jovens mais influenciados pela cultura do individualismo e mais isolados, menos apoiados pela família ou a escola, mais afastados dos padrões morais e religiosos tradicionais.

238. Essas ações demandam uma preparação específica e a busca de novas metodologias pedagógicas. Os presbíteros e outros agentes de pastoral precisam de ajuda para superar a distância entre as gerações. A nova geração tem outras perguntas, outras linguagens. As *escolas* católicas, também, devem renovar seu trabalho educacional para oferecer chances de educação autêntica e socialmente aberta a uma juventude marcada, especialmente nas classes médias, por uma visão utilitarista e individualista da vida e da profissão. São necessários recursos financeiros para essa tarefa pastoral.

239. As *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e o Projeto Rumo ao Novo Milênio,* profundamente marcados pela centralidade da evangelização, conseguiram despertar na grande maioria das dioceses brasileiras novo impulso missionário através, sobretudo, das Missões Populares e da multiplicação de ações evangelizadoras realizadas pelos leigos. Constata-se, nesse empreendimento, conhecido como Santas Missões Populares, uma expressão significativa da ministerialidade laical.

3.3.2. Com relação às pessoas indiferentes ou sem religião

240. Entre as pessoas que se mostram *indiferentes* ou se declaram *sem religião,* não encontramos – a não ser excepcionalmente – contatos com a pregação e a prática sacramental católica. As pessoas são atingidas pela "*presença pública"* da Igreja, tanto a que se manifesta através de pronunciamentos ou ações no campo social, como a que consegue comunicar algo de sua fé através dos meios de comunicação de massa ou outras manifestações públicas. Há aqui uma conexão relevante entre o "serviço" que a Igreja presta à sociedade e o "anúncio" do Evangelho.

241. Está aberto, também, o caminho do *testemunho pessoal* (e, mais raramente, comunitário) dos leigos cristãos, que se encontram continuamente com colegas de trabalho, vizinhos ou amigos, cuja atitude religiosa está mais ou menos próxima do indiferentismo. Será que o comportamento desses cristãos leva os indiferentes a lhes perguntar "as razões da esperança" que está neles?[289] Poderão "dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade"? "Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude"[290].

242. Outro caminho aberto passa pelo *diálogo sobre as grandes questões de ética*, levantadas por uma sociedade que precisa sempre mais urgentemente escolher entre a insensatez de um egoísmo desenfreado e a racionalidade de uma ordem social construída sobre valores universais ou, em última instância, sobre o reconhecimento da dignidade de toda pessoa humana, criada e amada por Deus como filha, e sobre a preservação do meio ambiente, condição de vida dos seres humanos.

243. Os *meios de comunicação de massa* são dominados, na grande maioria, por interesses econômicos e por uma mentalidade "secularista". A Igreja mantém, com seus fiéis, uma boa comunicação em nível interpessoal. Goza também de grande estima na opinião pública. Mas a presença da Igreja nos meios de comunicação ainda é insuficiente, apesar dos notáveis progressos conseguidos nos últimos anos*,* e o tratamento que deles recebe é ambíguo. É necessário continuar na busca de soluções realistas e eficazes. Devemos interrogar-nos sobre nossa própria *linguagem,* que conserva traços de uma cultura em grande parte alheia à modernidade e que está sobrecarregada de elementos

secundários, relevantes em outras épocas, mas cujo acúmulo hoje arrisca fazer perder de vista o essencial e dificultar a comunicação.

244. Outro questionamento inevitável origina-se da reivindicação moderna da *liberdade de informação, da democratização do acesso aos meios de comunicação,* da formação da consciência crítica, da exigência de veracidade e transparência. É desejável que haja uma *presença católica mais coordenada e eficaz nos grandes meios de comunicação.* No Brasil, a presença de instituições religiosas é forte no campo das editoras e do rádio. Em áreas onde a presença é mais fraca, é preciso criatividade para desenvolver atividades compatíveis com a escassez de recursos financeiros (programas televisivos específicos, agência de notícias etc.). Além disso, o desenvolvimento tecnológico facilita a cooperação (criação de redes) e a *multiplicação de pequenas iniciativas locais,* onde Dioceses, paróquias, congregações ou movimentos podem produzir informativos, subsídios didáticos e catequéticos, especialmente vídeos, atividades alternativas de formação da consciência crítica, visando aperfeiçoar gradativamente a tecnologia, a pedagogia e o conteúdo evangelizador. As Igrejas Particulares precisam investir na *formação de comunicadores* de inspiração cristã, com boa preparação profissional e pastoral, e na própria ação pastoral junto aos comunicadores em geral.

3.3.3. Com relação à missão "além-fronteiras" ou em áreas carentes

245. Durante séculos, a Igreja no Brasil dependeu fortemente da atividade missionária "além-fronteiras" das Igrejas das nações européias e, recentemente, da América do Norte. Hoje firma-se sempre mais a consciência de que a situação está mudada. As Igrejas de antiga cristandade vêem diminuir sua capacidade de enviar missionários. De outro lado, "finalmente *chegou para a América Latina a hora* de intensificar a ajuda mútua entre Igrejas particulares e *de se abrir para além de suas próprias fronteiras*, *"ad gentes"....* É verdade que também nós precisamos de missionários; devemos dar, porém, de nossa pobreza"[291]. Diante de inúmeros irmãos e irmãs que ainda desconhecem a riqueza do Evangelho, "seria um erro deixar de promover a atividade evangelizadora fora do continente sob o pretexto de que ainda há muito a fazer na América, ou à espera de se chegar primeiro a uma situação, fundamentalmente utópica, de plena realização da Igreja na América"[292]. "Uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a Missão para além de seu território. A maturidade eclesial é conseqüência e não apenas condição de abertura missionária. Estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse atrofiado seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais"[293].

246. Mantendo-se aberta ao mundo, a Igreja no Brasil olha para a *América Latina e a África* como *áreas geográficas prioritárias* da sua Missão "além-fronteiras". A *América Latina*, por razões compreensíveis de vizinhança e destino comum, tornadas mais claras ainda dentro de um novo desenho geopolítico dos blocos de nações; a *África*, pela raiz comum da população negra, e como pagamento da dívida contraída por séculos de escravidão; dentro da África, os países de língua portuguesa têm merecido maior atenção. Um outro desafio é apresentado pela maciça migração de latino-americanos e brasileiros para os Estados Unidos (cerca de 30 milhões).

247. O programa missionário "além-fronteiras" da Igreja no Brasil já está em *pleno andamento* com cerca de mil missionários trabalhando fora do País. A imensa maioria é constituída de religiosas, mas há, também, um bom número de presbíteros, alguns diocesanos, e uma pequena, mas significativa, presença de leigos. Convém enfatizar que os leigos precisam assumir um papel mais ativo também no campo da missão "ad gentes".

248. Um novo impulso para o trabalho missionário da Igreja no Brasil exige *esforços de animação missionária* em três direções. A *primeira* é o aprofundamento da consciência da vocação e responsabilidade missionária nas Igrejas particulares, em todas as paróquias, comunidades eclesiais e organizações de leigos. A *segunda* área diz respeito ao próprio

perfil dos missionários. É necessário um intenso trabalho nos presbitérios e nos seminários para ajudar os presbíteros diocesanos a descobrirem a Missão "além-fronteiras" como um caminho também próprio e particularmente rico, de realização de sua vocação de evangelizadores. Nos Seminários cultive-se o espírito missionário, dando o devido destaque ao ensino da Missiologia. Inicie-se trabalho semelhante junto aos leigos e suas organizações. A *terceira* é a da criação de novas formas de cooperação, diálogo e intercâmbio entre a nossa Igreja e as Igrejas de outros continentes. O envio missionário complementa-se pela criação de organizações específicas de apoio e de diálogo inter-religioso e intereclesial em torno de iniciativas e assuntos de interesse comum.

249. A Missão "além-fronteiras", pela complexidade de sua própria natureza e execução, exige uma *formação cuidadosa* de seus agentes e uma *organização* capaz de garantir a continuidade. As iniciativas missionárias devem fazer parte de um programa orgânico, coordenado com o apoio dos organismos da CNBB, da CRB e das Pontifícias Obras Missionárias. É desejável que se dêem novos passos para concretizar um Centro Missionário Nacional, para estudos e formação permanente, e um Instituto Brasileiro de Missões "além-fronteiras"[294].

250. Igreja do Norte do País, mais precisamente a Amazônia, equivalente aos Regionais da CNBB Norte I e Norte II, abrange 3.581.189 quilômetros quadrados, quase a metade, 42,07%, do território nacional. "Diante de tão ingente desafio, os bispos da Amazônia têm contribuído com a comunhão eclesial através de inúmeras riquezas de sua caminhada. Ao mesmo tempo, reiteram constantemente seu apelo aos outros Regionais para que atendam ao grito de socorro à Igreja da Amazônia pelos seus desafios pastorais, pela sua extensão e importância no cenário mundial"[295].

251. É necessário, porém, reconhecer que essa situação evoluiu positivamente nas últimas décadas. A Igreja no Brasil, através da CNBB e de iniciativas de Igrejas particulares e Institutos de Vida Consagrada, marcou uma progressiva presença na problemática pastoral da Amazônia. A questão indígena foi assumida com força em nível nacional, e vários apoios missionários foram prestados, sobretudo às regiões de novas fronteiras de ocupação. Merece, também, especial destaque o esforço e dedicação de missionários e missionárias de outros Países, e sua presença religiosa, social, educacional e humana na evangelização e defesa dos povos indígenas e de seus direitos.

252. Outra iniciativa, historicamente importante no despertar das Igrejas do Brasil para a Amazônia, as Regiões do Oeste e o Nordeste, foi o programa "Igrejas-Irmãs". Foi sobretudo aí que o programa encontrou, desde o início, maior motivação e expansão. O programa "Igrejas-Irmãs" vive, atualmente, uma fase de revitalização, sobretudo através dos regionais. Tem aumentado a solidariedade na missão[296]. Essa nova fase de empenho missionário é, certamente, importante e decisiva para favorecer o amadurecimento e a originalidade das Igrejas locais e suscitar projetos concretos de solidariedade e reciprocidade.

253. No mesmo espírito, porém fora do programa propriamente dito, encontram-se várias iniciativas de serviço missionário por parte de Igrejas de outras Regiões, com fins pastorais específicos. Prioritário é o serviço da formação de presbíteros e outros ministros autóctones.

4. Testemunho da comunhão eclesial

4.1. Fundamentação

254. Quando a palavra do Evangelho, anunciada pelos Apóstolos e seus sucessores e discípulos até hoje, é acolhida por uma *pessoa*, o Espírito Santo suscita a fé e vai progressivamente modificando sua vida e atitudes, fazendo brotar – na medida da resposta ao dom de Deus – as virtudes cristãs e os frutos do Espírito: caridade, alegria, paz, paciência, afabilidade, fidelidade, brandura, temperança..[297]. Paulo, que não

subestima as virtudes “humanas”, aquelas que também os pagãos apreciam[298], vê a perfeição cristã na imitação de Cristo, melhor, na identificação com Ele[299]. A primeira recomendação da exortação prática que conclui a maior carta de Paulo é: “Eu vos exorto, irmãos, a oferecerdes vossos corpos em sacrifício vivo, santo, agradável a Deus: é este o vosso culto espiritual”[300]. O cristão torna-se, assim, participante do tríplice ministério de Cristo, pelo qual Ele ofereceu sua própria vida[301].

255. No plano das pessoas, a finalidade da ação evangelizadora e pastoral consiste em transformar o homem velho em *homem novo;* fazer do batizado em Cristo, homem ou mulher, judeu ou pagão, o *santo* que desde já experimenta a comunhão com Deus[302]. “A finalidade da evangelização é (...) esta mudança interior: e se fosse necessário traduzir em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando (..) procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios”[303].

256. Suscitando os fiéis em Cristo e levando-os à comunhão com Ele e entre si, a ação evangelizadora e pastoral constrói a *Igreja* ou, melhor, faz com que a Igreja aconteça. Pelo dom de Deus, no Espírito e pela Palavra, reúnem-se fiéis e pastores para louvar o Senhor, celebrar a Eucaristia, meditar o ensinamento dos Apóstolos, partilhar seus bens materiais e espirituais[304]. Em todas as comunidades reunidas pelo Espírito e pelo Evangelho ao redor dos sucessores dos Apóstolos, “embora muitas vezes pequenas e pobres”[305], Cristo está realmente presente[306]. Está presente o Deus Uno e Trino – comunhão do Pai, do Filho e do Espírito – de onde provem sua origem a comunhão eclesial[307].

257. Com fundamento na Palavra e na Liturgia, cume e fonte de sua ação, a Igreja organiza e mantém sua pedagogia da iniciação cristã, sua catequese, suas celebrações, sua vida comunitária e articula as diversas comunidades para que estejam solidariamente a serviço do Evangelho e ofereçam aos cristãos a experiência inicial do Reino.

258. A variedade dos dons concedidos à Igreja, os sacramentos de Cristo, os diversos ministérios e vocações, que sustentam a Igreja na sua caminhada para a plena realização do Reino, são descritos com riqueza e profundidade na constituição conciliar *Lumen Gentium*. Ela permanece como referência fundamental de nossa visão da Igreja. O mesmo Concílio quis renovar e ilustrar a compreensão das *fontes* da vida eclesial, dedicando à Palavra de Deus e à Liturgia as constituições *Dei Verbum* e *Sacrosanctum Concilium*. Constituem os marcos que apontam a direção da Igreja que devemos continuamente construir para que possa ser “sinal da salvação” e da “unidade do gênero humano”[308], apontando o destino de todos em Cristo.

259. A variedade de dons e a diversidade de ministérios podem originar tensões na comunidade eclesial[309]. Ao longo da história do cristianismo, ela conheceu dolorosas lacerações que contradizem abertamente a vontade de Cristo e são escândalo para o mundo, “algumas vezes não sem culpa de pessoas de um ou de outro lado”[310]. Igrejas e comunidades eclesiais, que não estão em plena comunhão com a Igreja católica não foram privadas do seu significado e valor dentro do mistério de salvação. O batismo une em fraterna comunhão de graça todos os cristãos. Os católicos devem corresponder com solidariedade aos esforços empreendidos para superar as divisões herdadas do passado e construir de novo, entre os cristãos, uma comunhão de amor cada vez mais profunda e plena.

260. O *testemunho da comunhão eclesial* possui também uma dimensão missionária e evangelizadora, como recorda a oração de Jesus: “Para que todos sejam um ... a fim de que o mundo creia”[311]. A evangelização inicia quando um cristão ou um grupo de cristãos manifesta – através de sua compreensão e acolhimento, em sua comunhão de vida com os irmãos e em sua solidariedade com todos – a sua fé e a sua esperança em algo que não se vê[312]. Esse testemunho é manifestado pela comunidade cristã reunida para partilhar a sua fé, celebrar o louvor do Senhor e viver a caridade; assim aparecerá como

lugar da adoração do verdadeiro Deus. Até o incrédulo pode reconhecer: “Deus está realmente no meio de vós!”[313].

261. Como afirma o Papa João Paulo II, “no final do segundo milênio, a Igreja tornou-se novamente Igreja dos Mártires”. “É um testemunho que não se pode esquecer”. “Impõe-se que as Igrejas locais tudo façam para não deixar perecer a memória daqueles que sofreram o martírio”. A Igreja se empobrece quando não sabe cultivar a memória daqueles que deram a vida por assumirem com radicalidade a Palavra de Deus. A dimensão martirial da Igreja deve, cada vez mais, estar atenta ao seu caráter ecumênico. Na obra da evangelização, “o ecumenismo dos santos, dos mártires, é talvez o mais persuasivo”. Enfim, faz-se necessário estar atento aos inúmeros mártires da grande causa de Deus, muitas vezes desconhecidos.[314]

4.2. Urgências

262. A primeira urgência da atuação da Igreja em ordem à fé dos fiéis é oferecer-lhes a real possibilidade de descobrir e percorrer o *roteiro da iniciação cristã* – a experiência do seguimento de Cristo – adequada à idade e maturidade pessoal. A urgência tornou-se maior para boa parte das novas gerações, porque em nossa sociedade muitas famílias não sabem ou não querem propiciar a educação na fé. No contexto atual de pluralismo religioso e de confusão das informações, é extremamente importante que a Igreja ofereça algo semelhante ao antigo catecumenato para a educação na fé e a experiência do seguimento de Cristo. Promovam-se formas renovadas de catequese, articuladas com a vida, inculturadas no presente, não reduzidas à mera transmissão de noções formuladas em linguagem pouco significativa. Essas formas devem ser procuradas, aperfeiçoadas e difundidas hoje. A catequese, como a definiu o Santo Padre, “é uma dimensão essencial da nova evangelização. “A catequese é um itinerário de formação na fé, na esperança e na caridade, que forma a mente e toca o coração, levando a pessoa a abraçar Cristo de modo pleno e completo. Introduz o crente mais plenamente na experiência da vida cristã, que inclui a celebração litúrgica do mistério da redenção e o serviço cristão aos outros”[315].

263. Na mesma perspectiva, é urgente *vivificar e atualizar as diversas formas de celebração* litúrgica *e de comunicação da Palavra* aos adultos, buscando formulações adequadas à rápida evolução das mentalidades e da cultura. É preciso cuidar da *autenticidade e qualidade pastoral* das celebrações dos sacramentos, evitando que a preocupação com a quantidade leve à pressa e ao ritualismo minimalista. Critérios da qualidade são a *fidelidade objetiva* à Palavra de Deus e à tradição eclesial, a atenção à *participação subjetiva* dos fiéis, visando ao enriquecimento da experiência religiosa de cada um, e a *consciência do compromisso missionário*.

264. Outro desafio é estabelecer uma efetiva *unidade de fé e vida* na vivência cristã dos fiéis[316]. Causas históricas complexas têm enfraquecido esta conexão, reduzindo muitas vezes a prática religiosa a formalismos e devocionismos, enquanto o comportamento ético afasta-se e torna-se incompatível com o espírito cristão.

265. A mesma urgência pode ser formulada positivamente como necessidade de harmonizar e articular a dimensão *pessoal* e a dimensão *social* da existência cristã. Ou ainda, unir e fortalecer mutuamente a prática da *oração*, com sua dimensão contemplativa, e a prática da *ação*, com sua dimensão coletiva e histórica.

266. Condição para tornar acessíveis a educação na fé e a vivência cristã é a existência de comunidades eclesiais “com rosto humano”, cuja dimensão e espírito permitam a *acolhida e a valorização de cada pessoa,* segundo sua idade e necessidades espirituais. Essa prática, no pluralismo hodierno, implica em diversificação das comunidades (e associações, movimentos ou pastorais) a fim de estabelecer uma melhor correspondência entre estruturas eclesiais e situações sócio-culturais.

4.3. Indicações práticas

267. A cada cristão reconheça-se a condição de *sujeito*, no sentido pleno do termo, abrindo espaço para a experiência subjetiva e pessoal da fé, valorizando o sacerdócio comum dos fiéis e o consenso na fé de todo o povo de Deus.

268. A experiência religioso-cristã realiza-se através do *encontro com a Palavra de Deus,* com os Sacramentos e com a comunhão eclesial, com a Tradição e o Magistério da Igreja, não através de uma experiência meramente subjetiva.

269. A vocação, os dons e carismas pessoais sejam colocados a *serviço da comunidade eclesial* e de sua edificação, fazendo-se da *participação ativa* uma forma de realização cristã da pessoa.

270. A pastoral da reconciliação deve encontrar amplo espaço na vida da Igreja. A reconciliação das pessoas consigo mesmas, com o próximo e com Deus realiza-se de forma dinâmica e transformadora no sacramento da Penitência. Recordamos os ensinamentos do novo Catecismo da Igreja Católica: "Quem está consciente de um pecado grave deve receber o sacramento da reconciliação antes de receber a comunhão"[317]. Pois, recorda o mesmo Catecismo, "a confissão individual e integral dos pecados, seguida de absolvição, continua sendo o único modo ordinário pelo qual os fiéis reconciliam-se com Deus e com a Igreja"[318].

271. Importância especial seja dada ao *acolhimento* às pessoas. Para isso, recomendam-se algumas práticas: "ministério da acolhida", visitas às famílias que chegam; visitas domiciliares nos momentos marcados pela alegria ou pela tristeza; postura acolhedora, alegre e disponível, por parte do presbítero e demais agentes de pastoral.

272. A atitude de amizade e de acolhimento acentua a *valorização da pessoa*. Imita-se assim o gesto de Cristo acolhendo Zaqueu que, por sua vez, o recebe alegremente em sua casa. Ou a atitude de Jesus ao acolher as crianças ou, ainda, o gesto de Filipe e André que acolhem alguns gentios desejosos de ver o Cristo e os apresentam ao Mestre[319].

273. A acolhida poderá traduzir-se também em formas sistemáticas e organizadas: *aconselhamento*, com a colaboração de pessoas especificamente preparadas; revalorização do *sacramento da reconciliação*; disposição para o *diálogo* e a *direção espiritual.* Dê-se especial atenção ao *acolhimento das pessoas que procuram ocasionalmente um sacramento*, apesar de serem católicos pouco assíduos ou não-praticantes. Os chamados "cursos de preparação" (ao batismo das crianças e ao casamento) assumam a forma de encontros o mais possível personalizados, adequados às pessoas que os freqüentam, e podem ser substituídos, especialmente no caso da preparação ao batismo, por visitas às casas dos pais. Em qualquer caso, quem procura a comunidade eclesial sinta que é recebido com cordialidade e fraternidade cristã. E a comunidade lembre-se de que não pode apenas aguardar quem a procura, mas deve ir ao encontro do outro com espírito evangélico e coração aberto. Não se criem exigências, além das normas diocesanas, como condição para receber os sacramentos.

274. A pessoa merece ser acolhida na comunidade, com abertura e sensibilidade para os *diversos aspectos e dimensões de sua identidade e existência*. A comunidade, respeitando o princípio da liberdade cristã, ajude seus membros a não cair em atitudes unilaterais, como o intelectualismo, o intimismo, a excessiva importância dada à experiência emocional, a busca desmedida do "maravilhoso" e a fuga do compromisso com a transformação social.

275. Ao acolhimento segue-se o *acompanhamento.* Após o primeiro anúncio, haja continuidade de contatos para envolver a pessoa na vida da comunidade eclesial. Procure-se o apoio e envolvimento da *família,* especialmente em relação à educação cristã das crianças. A família é a primeira e fundamental estrutura a favor da "ecologia humana", no seio da qual o ser humano recebe as primeiras e determinantes noções

acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado e, conseqüentemente, o que significa, em concreto, ser uma pessoa.

276. Na experiência que a pessoa faz da comunidade cristã, predomine o primado da *experiência espiritual,* no sentido forte de uma autêntica experiência de Deus, emocionalmente envolvente, levando à conversão pessoal, a uma vivência de fé e a uma mística profundas, nas quais a liberdade humana se abre à comunicação de Deus, em Cristo. A experiência espiritual cristã da alteridade encontra no Outro sua origem e fundamento. Cada um de nós é chamado à vida e amado primeiro para entrar em aliança e comunhão com Deus e os irmãos.

277. Na *catequese*, busque-se a necessária conexão entre a experiência pessoal e comunitária e a doutrina; entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da tradição, à luz da Palavra de Deus[320]. Promova-se uma catequese mais atraente e diferenciada, respeitando os níveis de engajamento cristão das pessoas e procurando levá-las pedagogicamente à inserção na comunidade eclesial e na vida litúrgica. Não se retarde o início da catequese infantil, pois, desde cedo, a criança está exposta a muitas influências, especialmente dos meios de comunicação. O recente *Catecismo da Igreja Católica* será referência doutrinal segura na formação inicial e permanente de todo batizado e de todo agente de pastoral.

278. Nas *celebrações litúrgicas*, articulem-se melhor a tradição da Igreja e a experiência atual dos fiéis, valorizando as pessoas e sua vivência. É preciso redescobrir o aspecto simbólico da liturgia, enfatizar o sentido do mistério e recuperar as dimensões de festa, alegria e esperança e a riqueza da espiritualidade do Ano Litúrgico. As celebrações sejam menos apressadas e menos intelectualizadas, proporcionando maiores momentos de silêncio, interiorização e contemplação. Valorizem-se os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança[321]. Promova-se maior aproximação entre as celebrações litúrgicas e o universo simbólico das comunidades, através de uma legítima criatividade, adaptação e inculturação. A busca de uma simbologia mais adequada ao meio urbano deve ser hoje uma preocupação prioritária da pastoral litúrgica. Promova-se a constituição de Equipes de Liturgia e a formação para o desempenho da presidência e demais ministérios e serviços da celebração.

279. Respeite-se a liberdade do cristão na escolha das formas específicas de seu *empenho na sociedade.* Essa liberdade, porém, não seja abandonada a si mesma. No contexto da sociedade moderna e no meio urbano, criou-se uma dicotomia entre a fé e a vida, entre a esfera da religião e as esferas da ciência, da política, da economia e das atividades profissionais. É, portanto, necessário e urgente um esforço para descobrir modelos de vida cristã na sociedade moderna e estimular uma melhor integração entre fé e vida.

280. Uma das maiores expressões da valorização da pessoa por parte da Igreja é certamente o empenho com que ela tem promovido a *educação,* seja no âmbito familiar, seja na escola ou por outros meios. Através da educação, o indivíduo torna-se pessoa e amplia as dimensões de seu ser e de seu agir. É preciso, portanto, continuar e multiplicar as atividades educativas da Igreja, através das escolas católicas ou pelo empenho em levar a presença cristã às escolas públicas, dando-lhes nova qualidade e maior eficácia evangélica.

281. Cuide-se de uma pastoral da educação que não seja restrita ao Ensino Religioso ou à formação doutrinária dos professores, mas que trate do mundo da educação e de seus desafios e ajude os educadores a vivenciar a mística desse trabalho que envolve o direito dos filhos de Deus às melhores condições para o seu desenvolvimento integral. Nesse processo, dê-se especial acompanhamento aos que atendem aos educandos mais carentes.

282. Num mundo tão fragmentado, será muitas vezes ao redor da preocupação com a educação dos filhos que paróquias, comunidades, movimentos e instituições católicas de

ensino poderão reunir os pais e envolver ativamente jovens e adultos num trabalho de evangelização, concretizando variadas formas de *pastoral familiar.* Na família evangelizada, pais e filhos tornam-se evangelizadores[322]. Hoje, com o preceito constitucional, instituindo a pré-escola, deve-se atender ao despertar precoce da criança para o sentido dos valores no relacionamento com os outros. Não falte nessa fase da infância o despertar para a presença de Deus, que ama a cada um com ternura.

283. Nas Igrejas particulares e especialmente no meio urbano, reconheça-se a possibilidade de *diversas formas de vida comunitária, integração e associação dos fiéis*, sem querer impor um único modelo de comunidade eclesial. No contexto urbano, o fiel é exposto a um número muito grande de solicitações e tem relações com diversos meios profissionais, culturais e residenciais. Nesse contexto, a pastoral não pode ser uniforme ou ligada exclusivamente a um único centro de agregação. Ela torna-se, necessariamente, uma rede de relações com diversos aspectos da experiência cristã e vários níveis da organização eclesial. Por isso a organização pastoral, especialmente na grande cidade, deverá prever a articulação e a complementação entre os diversos tipos de comunidades, movimentos e formas ocasionais ou provisórias de participação dos fiéis na vida da Igreja. É urgente promover a formação de comunidades eclesiais inseridas nos ambientes culturais e profissionais.

284. A paróquia busque adequar-se às mudanças de nosso tempo. Nos dias de hoje, de maneira especial, ela é “chamada a ser acolhedora e solidária, lugar da iniciação cristã, da educação e da celebração da fé, aberta à variedade de carismas, serviços e ministérios, organizada comunitária e responsavelmente, capaz de comprometer os movimentos de apostolado já atuantes, atenta às distintas culturas dos habitantes e aberta aos projetos pastorais e supraparoquiais e às realidades circunstantes”. Tem-se revelado eficaz meio de renovação articular a paróquia como “comunidade de comunidades e movimentos”. O importante é perceber que ela não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo família de Deus e comunidade dos fiéis. Pela sua identidade teológica, enquanto comunidade eucarística, a paróquia constitui uma referência fundamental para todos os fiéis e suas comunidades menores, movimentos e pastorais. Na Eucaristia, encontra-se a raiz viva de sua edificação e o vínculo sacramental de sua comunhão com toda a Igreja.[323]

285. Nos anos recentes, especialmente diante das grandes paróquias urbanas, caracterizadas por uma baixa prática religiosa e o anonimato dos fiéis, reivindica-se a transformação da paróquia em *comunidades de dimensões humanas,* possibilitando relações pessoais fraternas. Seja, pois, estimulada tal prática, com a ajuda de novos ministérios confiados aos leigos, e seja incentivada também a formação de comunidades não territoriais, ligadas por interesses culturais ou laços pessoais e espirituais, especialmente nas grandes cidades. Tais comunidades fraternas permaneçam unidas entre si por uma rede de contatos e intercâmbios e recebam o apoio das estruturas mais amplas, paroquiais ou setoriais, segundo o princípio de subsidiariedade, para realizar atividades de aprofundamento e para manter viva a comunhão com a Igreja em seus diversos níveis.

286. Os *fiéis leigos* podem e devem contribuir grandemente para o crescimento de uma autêntica comunhão eclesial, no seio de suas paróquias, e para o despertar do impulso missionário em ordem aos não crentes e, mesmo, aos crentes que tenham abandonado ou arrefecido a prática da vida cristã.

287. Especial atenção pastoral seja dirigida às *populações ou categorias que*, por motivo de trabalho, de turismo ou outros, *têm grande mobilidade* e raramente podem ser atendidas pelas estruturas pastorais dos locais de residência. É necessário prever um acompanhamento tempestivo, ágil e que use de locais e horários adequados às diversas situações.

288. As *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) representam uma rica experiência eclesial, seja pela participação do laicato, seja pela criatividade pastoral, seja pelo

empenho na transformação social. Elas são “força de evangelização”. Entre os desafios das CEBs, hoje, destacam-se:

– trabalhar mais com as massas e não se fechar em pequenos grupos;
– acolher melhor a religiosidade popular e respeitar mais seu universo simbólico, evitando o perigo de um excessivo racionalismo, principalmente por parte dos agentes de pastoral mais intelectualizados;
– abrir-se criticamente aos novos desafios da cultura urbana, do pluralismo cultural e religioso, da televisão;
– empenhar-se para que a experiência das CEBs consolide-se e continue acompanhando as mudanças da sociedade;
– manter uma relação dinâmica entre fé e vida, dando grande atenção à espiritualidade e à inculturação;
– encorajar a formação de grupos permanentes de reflexão (Círculos Bíblicos ou outros), para fortalecer a fé e dinamizar a atuação;
– continuar o intercâmbio entre as próprias CEBs e buscar permanentemente a comunhão com o conjunto da Igreja.

289. Os *movimentos eclesiais,* trazendo a contribuição de seu próprio carisma, integrem-se nas Igrejas particulares, assumindo a evangélica opção preferencial pelos pobres. Valorizem a fé como experiência pessoal, sem esquecer a dimensão comunitária e social. Cuidem da formação de seus membros, pondo sua organização moderna a serviço da evangelização. Procurem seguir as orientações traçadas pelo Papa João Paulo II, tendo em conta que “Os aspectos institucional e carismático são como que co-essenciais à constituição da Igreja e concorram, ainda que de modo diverso, para a sua vida, a sua renovação e a santificação do Povo de Deus. E desta providencial redescoberta da dimensão carismática da Igreja foi que, antes e depois do Concílio, se consolidou uma singular linha de desenvolvimento dos movimentos eclesiais e das novas comunidades”[324].

290. Todos, pastores e fiéis, têm a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e *as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração* entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim, a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode oferecer sua contribuição fecunda e ordenada para a edificação da casa comum.

291. É necessário *valorizar e articular os mecanismos de comunhão e participação em todos os níveis* e melhorar a comunicação interna na Igreja para criar um clima de co-responsabilidade. O ideal é uma Igreja em que a *busca da comunhão e do diálogo respeita e valoriza a diversidade* de dons e vocações de cada pessoa e de cada comunidade. Esses dons e carismas, tanto os mais simples quanto os extraordinários, distribuídos pelo Espírito “a cada um como lhe apraz”[325], devem ser acolhidos com alegria e gratidão, por serem úteis para a renovação da Igreja, a nova evangelização e as necessidades do mundo atual[326]. Compete especialmente à hierarquia o discernimento e a aplicação pastoral dos carismas. Nesse dinamismo de comunhão, cada pessoa e cada grupo eclesial, sem nada perder de sua identidade, disponha-se a partilhar seus dons com os outros e a “caminhar juntos”, na direção que o Senhor aponta. Sobre as modalidades concretas da articulação pastoral, o capítulo V oferecerá indicações mais completas.

CAPÍTULO V: OS EVANGELIZADORES

Sumário
– Todos os batizados são evangelizadores
– O que as Diretrizes propõem aos evangelizadores?
– Cada evangelizador deve questionar-se, à luz das Diretrizes, e rever suas prioridades, sua inserção na Igreja Particular, seu papel específico, a formação de que precisa, sua articulação com o conjunto.

1. As responsabilidades da Igreja Particular
– A Igreja Particular é o lugar de comunhão e articulação das tarefas e dos agentes da evangelização
– Deve promover a reflexão participada, a elaboração de um projeto comum, pesquisa e avaliações, planos de pastoral, organismos permanentes de participação
– Deve cuidar da *espiritualidade*, da *formação* e da *articulação* entre todos os agentes.

a) Formação
– A formação possibilita capacidade de "dar conta da própria esperança", conhecimento adequado da realidade, capacidade de comunicar, realizar e avaliar.

b) Articulação
– É uma necessidade, particularmente sentida hoje, num contexto de especialização e fragmentação
– A evangelização constitui seu eixo unificador
– Envolve especialmente as exigências ou dimensões da evangelização
Tem por princípios: a variedade-complementaridade das vocações, a autonomia, a subsidiariedade e a participação responsável

2. Exigências específicas

a) Leigos
– São protagonistas da evangelização inculturada no mundo de hoje
– Necessitam da consciência de serem *sujeitos* da evangelização, de formação adequada e de espiritualidade profunda
– Têm diversas vocações e campos de atuação, dentro da missão comum
– Os leigos precisam de organismos permanentes de participação, justa autonomia.

b) Vida Consagrada
– Evangeliza pela sua própria existência e entrega radical ao seguimento de Cristo
– Na ação pastoral assume um papel pioneiro de renovação
– Deve aprofundar sua disponibilidade missionária em ligação com a Igreja Particular e seu empenho na formação de leigos.

c) Ministério ordenado
– É o elo visível de ligação entre as diversas categorias do povo de Deus
– Tem papel decisivo para impulsionar a Igreja local para a evangelização
– Espera-se dele um especial esforço no desempenho de sua missão e na animação da comunidade evangelizadora
– Deve estar prioritariamente ao serviço do "sacerdócio comum" dos fiéis
– Para isso, precisa de formação permanente e de profunda espiritualidade, numa perspectiva missionária.

3. Espiritualidade dos Evangelizadores
– Exigência de uma espiritualidade capaz de dar conta da esperança do evangelizador, de uma mística que o torne capaz de entregar a vida pela causa do Reino
– Para isso, o evangelizador deverá cultivar os fundamentos da espiritualidade cristã e desenvolver especialmente as características de uma espiritualidade da nossa época.

Conclusão

292. Jesus Cristo continua sua missão evangelizadora pela força do *Espírito Santo,* o "agente principal da Evangelização"[327], que suscita e inspira a ação da Igreja. A *Igreja universal* é o sujeito por excelência da missão. Todo o povo santo de Deus é por Cristo "assumido como instrumento de redenção de todos e enviado ao mundo inteiro"[328]. A ação do Povo de Deus manifesta-se e concretiza-se em cada *Igreja Particular,* onde atuam, de forma diferenciada e corresponsável, leigos e leigas, ministros ordenados, consagradas e consagrados.

293. Todos os batizados, seguidores de Jesus evangelizador, são chamados a tornarem-se, por sua vez, *evangelizadores.* Por graça e ação do Espírito Santo, "Cristo a uns concedeu ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e mestres, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo"[329]. No entanto, "*evangelizar não é,* para quem quer que seja, *um ato individual e isolado,* mas profundamente eclesial", a ser exercido em "união com a missão da Igreja e em nome da mesma"[330].

294. A Igreja do Brasil, consciente de sua missão evangelizadora (cap. II), considerando as atuais mudanças da sociedade (cap. III), procurou formular novas Diretrizes para sua ação pastoral (cap. IV). *O que as Diretrizes exigem dos evangelizadores?* O quinto e último capítulo quer responder a essa questão.

295. Cada evangelizador coloque a si mesmo essa questão, buscando conformar sua vida e sua ação aos apelos do Espírito. Cada evangelizador pergunte-se à luz dos novos desafios e das novas Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil:

– quais são as novas *prioridades* que devo assumir?
– quais, conseqüentemente, as tarefas menos urgentes ou relevantes, que posso deixar?
– *onde* a Igreja local quer que eu invista minha generosidade e minha competência?
– *qual é o papel específico* que me cabe como leigo ou leiga, consagrado ou consagrada, agente de pastoral, diácono, presbítero, bispo?
– *qual é a formação* ou a atualização de que preciso para desempenhar minha missão com a dedicação e competência que os outros esperam?
– *como articular* melhor meu esforço pessoal com o dos meus irmãos, colegas, companheiros, com minha comunidade, congregação, Diocese?

1. As responsabilidades da Igreja Particular

296. A Igreja, toda ela missionária, *encarna-se de fato na Igreja Particular* e nela *concretiza* a sua ação evangelizadora. É nela que a evangelização entra na história de um lugar, de um povo e de uma cultura. *Por sua vez, a Igreja Particular,* nascida da missão evangelizadora, *torna-se missionária* e educa os batizados a tornarem-se evangelizadores, seja de seus irmãos mais próximos, seja no serviço da missão "além-fronteiras", de outros povos ou culturas. Nela *a diversidade de vocações, carismas e ministérios coloca-se a serviço da evangelização.* Na prática, isso significa que ela deve converter-se num *lugar de Comunhão e Participação* dos agentes e das tarefas pastorais, para conseguir a união na diversidade e promover a realização de um projeto comum. A serviço desse projeto, ela oferecerá aos evangelizadores condições de *formação* atualizada, de *articulação* das responsabilidades e tarefas, de desenvolvimento de uma *espiritualidade* ou mística da evangelização.

a) Formação

297. A formação dos evangelizadores, hoje tão solicitada, tem como centro e fonte de dinamismo o mistério de Cristo e exige principalmente:

a) *capacidade de "dar conta da própria esperança".* Por isso é necessária uma formação específica quanto aos conteúdos fundamentais da fé e da moral católicas, que ajude a compreender e a explicitar melhor a vivência do mistério cristão, que fez surgir a vocação do evangelizador. Referência privilegiada dessa formação será o novo Catecismo da Igreja Católica
b) *conhecimento adequado da realidade,* sem aceitar o puro empirismo e nem as falsas certezas. Seria útil que cada evangelizador ou comunidade conhecesse de maneira concreta pessoas e grupos aos quais se dirige: que inquietações sentem; que instâncias congregam as pessoas e influenciam suas vidas; como encarnam os valores evangélicos (gratuidade, solidariedade, fé, perdão, partilha, entrega da vida, ...); como expressam sua experiência religiosa...

c) *capacidade de comunicar*, tanto em nível pessoal como através dos meios, sempre mais numerosos, que a cultura atual põe a disposição dos evangelizadores
d) *capacidade de avaliar e mudar*, para poder medir os efeitos da ação evangelizadora e reorientar os rumos, quando oportuno.

298. Além disso, é preciso que a formação dos evangelizadores satisfaça às exigências específicas de cada categoria do Povo de Deus.

299. Com relação aos conteúdos e métodos da formação específica, será preciso distinguir grupos diferentes segundo as situações pessoais, a participação na Igreja, a função na sociedade. Para isso, a Igreja Particular procurará: contar com a orientação de especialistas experientes; valer-se dos meios humanos adequados, inclusive daqueles oferecidos pelas ciências sociais; criar adequados organismos de estudo e pesquisa; realizar maiores investimentos, inclusive financeiros, na formação de lideranças; retomar, com novo vigor, a formação nos movimentos de juventude.

300. Um programa de formação sistemática, tendo por objetivo o revigoramento da fé e do testemunho de todos os fiéis católicos, foi promovido, conforme orientações da Assembléia dos Bispos, com base nas sugestões do Papa João Paulo II, para a preparação do Jubileu do ano 2000. Ele deverá ter continuidade, após os Jubileu do ano 2000, em novos programas, que levem em conta as experiências bem sucedidas, particularmente no campo bíblico-catequético e litúrgico.

b) Articulação

301. A *articulação* é uma *necessidade* hoje muito sentida, diante da tendência à segmentação, especialização e fragmentação, que atingem tanto a sociedade e a cultura em geral quanto a evangelização e a pastoral. A articulação não visa criar relações de subordinação de certas atividades a outras ou uniformidade na ação, mas a estabelecer uma efetiva comunicação entre os interlocutores, que permita o intercâmbio de informações e, eventualmente, através do diálogo, a elaboração de um consenso. Respeita a pluralidade, mas evita o isolamento. Cria o que, na linguagem atual, é chamado de “rede”. *Do ponto de vista prático*, evita falhas desnecessárias: visão estreita das responsabilidades da missão; acúmulo de trabalhos em poucos agentes; repetição e desperdício por um lado e tarefas não atendidas por outro; preocupação com o imediato em prejuízo do importante... *Do ponto de vista teológico e eclesial,* a articulação é, também, um testemunho de *comunhão e participação.*

302. A *missão evangelizadora* é o objetivo de toda a ação eclesial e, portanto, seu eixo unificador. Organismos e agregações, conforme seus próprios dons e carismas, têm na missão um *critério essencial* para a programação, execução e avaliação das suas atividades. Esse é, também, o critério de articulação entre os diversos evangelizadores e organismos que os congregam. Um aspecto especial da articulação refere-se às *exigências e dimensões da evangelização*: elas devem ser entendidas e realizadas como um conjunto e não como atividades isoladas.

303. Seguindo as Diretrizes[331] anteriores, reafirmamos como úteis para a articulação os seguintes princípios:

a) o da *variedade-complementaridade* das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades, como num corpo vivo, onde se realiza a “comunhão orgânica” entre seus membros[332]
b) o da *autonomia,* que garante a cada um dos membros do corpo eclesial o direito a cultivar a própria identidade e o próprio carisma, evitando o nivelamento
c) o da *subsidiariedade,* que atribui às pessoas e às comunidades intermédias a maior autonomia possível, em tudo o que elas podem fazer, sem recurso a níveis superiores a não ser quando necessário. A aplicação desse princípio exige a descentralização da organização e, em muitos casos, uma redistribuição de tarefas e responsabilidades

d) o da *participação responsável,* que pretende envolver o maior número possível de interessados na reflexão, decisão, execução e avaliação. Ao mesmo tempo, a participação exige uma definição clara das competências e responsabilidades.

304. Com vista a uma efetiva articulação, sugerem-se algumas ações concretas, em nível de Diocese, setor ou paróquia:

a) realizar reflexões em comum com os agentes
b) apontar os rumos específicos para a evangelização na realidade concreta
c) estabelecer temas e prioridades de interesses comum
d) avaliar a caminhada, promovendo pesquisas sobre a realidade local, fazendo a crítica, atualização e adaptação necessárias
e) realizar Assembléias ou Sínodos diocesanos, que suscitem um processo amplo de avaliação e planejamento
f) elaborar Planos de Pastoral, que orientem a tarefa comum e facilitem a avaliação
g) criar mecanismos de participação, onde os leigos, e entre eles mulheres e jovens, tenham possibilidade de apresentar, conhecer, estudar e refletir os problemas da evangelização e exercer a sua iniciativa
h) estabelecer Conselhos ou Comissões permanentes e realizar Assembléias periódicas para garantir a continuidade da ação pastoral e da vida comunitária
i) buscar os meios adequados para a formação necessária e a sustentação de uma espiritualidade missionária
j) garantir a necessária renovação dos ministérios.

305. Promova-se, em particular, a formação de Conselhos Diocesanos de Leigos e sua articulação com os Conselhos regionais e nacional "em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade, da organização do laicato"[333]. A Igrejas Particulares cuidem para que as organizações de leigos "não esgotem seus esforços apenas no cuidado de sua própria formação e espiritualidade, mas se voltem para o vasto campo do mundo dos afastados, dos católicos não-praticantes, dos excluídos da sociedade, abrindo seu coração à caridade e, mesmo, abrindo novos campos de promoção humana e de missão no mundo"[334].

306.A Igreja Particular promova *momentos ou eventos em que* se *expressem mais visivelmente a comunhão e o compromisso com a evangelização de todos,* e todos possam reconhecer melhor os dons de cada um.

307. A Igreja Particular alimenta a comunhão eclesial, *articulando-se com as demais Igrejas do Regional, com a Igreja no Brasil e no mundo,* procurando permanentemente reforçar os vínculos de comunhão e contribuir, segundo seus recursos, mesmo com sacrifícios generosos, para a missão universal e a ajuda a Igrejas-Irmãs particularmente carentes.

308. Na Igreja Particular compete ao Bispo a *responsabilidade principal* pela articulação da tarefa evangelizadora. Antes de tudo, ele, pessoalmente, seja testemunha do espírito evangélico e da tradição apostólica, pois é elo de comunhão e sinal de unidade da sua Igreja diocesana. Assuma, com zelo, a tarefa de incentivar e coordenar a ação evangelizadora, a ser realizada com a participação de toda a comunidade eclesial, com suas forças vivas e os diversos carismas que lhe foram concedidos. O Bispo dedique *particular empenho à animação do seu presbitério*, que lhe está estritamente associado no governo da Diocese[335], sem deixar de exortar todos os seus fiéis à ação apostólica e missionária[336].

2. Exigências específicas

a) Leigos

309. “A doutrina do Concílio Vaticano II sobre a unidade da Igreja, como Povo de Deus reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, destaca que são comuns à dignidade de todos os batizados a imitação e o seguimento de Cristo, a comunhão recíproca e o mandato missionário”[337]. É necessário, portanto, que os fiéis leigos conscientizem-se de sua dignidade de batizados e de evangelizadores. Por seu lado, os Pastores tenham profunda estima “pelo testemunho e pela ação evangelizadora dos leigos que, inseridos no Povo de Deus com espiritualidade de comunhão, conduzem os irmãos ao encontro com Jesus Cristo vivo. A renovação da Igreja na América não será possível sem a presença ativa dos leigos. Por isso, compete-lhes, em grande parte, a responsabilidade do futuro da Igreja”[338].

310. “Duplo é o âmbito em que se realiza a vocação dos fiéis leigos. O primeiro, e mais condizente com o seu estado laical, é o das realidades temporais, que são chamados a ordenar conforme a vontade de Deus. De fato, com seu peculiar modo de agir, levam o Evangelho para dentro das estruturas do mundo e, “agindo em toda parte santamente, consagram a Deus o próprio mundo”[339]. Graças aos fiéis leigos, “a presença e a missão da Igreja no mundo realiza-se, de modo especial, na variedade dos carismas e ministérios que possui o laicato. A secularidade é a nota característica e própria do leigo e da sua espiritualidade, que o leva a agir nos vários âmbitos da vida familiar, social, profissional, cultural e política, em vista de sua evangelização. Num Continente em que convivem a competição e a agressividade, o consumo desenfreado e a corrupção, os leigos são chamados a encarnar valores profundamente evangélicos como a misericórdia, o perdão, a honestidade, a transparência de coração e a paciência em situações difíceis. Dos leigos espera-se uma grande força criadora, em gestos e obras que manifestem uma vida coerente com o Evangelho”[340].

311. Com o Santo Padre e com o Sínodo para a América, destacamos a necessidade de formar homens e mulheres para atuarem na vida pública, visando o bem comum e o desempenho de cargos de dirigentes na sociedade. Eles podem encontrar o caminho de sua santificação no exercício da política. Eles devem conhecer mais profundamente a Doutrina Social da Igreja e testemunhar os princípios éticos e os valores morais cristãos[341].

312. Um segundo âmbito no qual muitos fiéis leigos são chamados a trabalhar, é aquele que se poderia definir “intra-eclesial”. São muitos os leigos na América que nutrem a legítima aspiração de contribuir com seus talentos e carismas “na construção da comunidade eclesial, como delegados da Palavra, catequistas, visitadores de enfermos ou de encarcerados, animadores de grupos etc.” O Papa, na recente Exortação *Ecclesia in America*, recorda o desejo dos Bispos de reconhecer “algumas destas tarefas como ministérios laicais, baseados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação, ressalvada porém a especificidade própria dos ministérios do Sacramento da Ordem”[342] . É o que procuramos fazer na 36ª e 37ª Assembléias Gerais da CNBB, dentro das orientações estabelecidas pelo Concílio Vaticano II e pelo Santo Padre, num documento que oferecemos a leigos e leigas e a todos na Igreja, para que seja acolhido, meditado e torne-se inspirador de novas e mais generosas formas de ação[343].

313. Em tudo isso – missão dos leigos no mundo e ministérios eclesiais – foi nossa preocupação manter firmemente unidos os dois aspectos da *variedade das vocações e da unidade da missão*. Pois não há uma vocação leiga única. Os dons e carismas do Espírito e a diversidade de situações que a realidade apresenta criam também uma grande diversidade de apelos e respostas. Poderíamos distinguir quatro campos nos quais se desenvolvem as vocações leigas: o amplo campo do *serviço* de transformação da sociedade, da assistência aos pobres, da promoção social e dos direitos humanos, da justiça e da política; o campo do *diálogo* religioso e da colaboração com pessoas de outras religiões ou credos; o campo do *anúncio* missionário de Jesus Cristo, tanto entre os que não o conhecem quanto entre os que o esqueceram ou nunca o conheceram suficientemente; e o campo dos *ministérios* e serviços para a construção e sustentação da vida da comunidade cristã. Nas diversas vocações, porém, deve transparecer claramente a única missão evangelizadora[344].

314. Especial menção merece a *tarefa evangelizadora das mulheres e dos jovens.* De fato, exercem responsabilidades significativas a serviço da evangelização, como catequese, educação, animação de comunidades, associações de bairro, entidades estudantis, sindicatos, política, ecumenismo, defesa da ecologia e cultura. Apreciamos os avanços acontecidos e insistimos na necessidade de continuar esse processo para que a ação evangelizadora seja mais plenamente evangélica. Santo Domingo propõe que "a opção preferencial pelos jovens" aconteça "não só de modo afetivo, mas também efetivamente"[345], e que se aceitem e valorizem as mulheres na comunidade eclesial "não só pelo que elas fazem, mas sobretudo pelo que elas são"[346]. Em nossas comunidades dedique-se atenção especial aos jovens, à Pastoral da Juventude, às Pastorais Específicas da Juventude e à Pastoral da Mulher.

315. Prestemos, ainda, atenção particular a um fato que o Papa João Paulo II reconheceu recentemente como "um dos frutos mais significativos daquela primavera da Igreja já prenunciada pelo Concílio Vaticano II"[347]. Trata-se dos *Movimentos Eclesiais*, que o Papa descreve como "novas formas de vida comunitária, que são expressão de uma multiforme variedade de carismas, métodos educativos, modalidades e finalidades apostólicas" e que se caracterizam como "uma realidade eclesial de participação prevalentemente laical, um itinerário de fé e de testemunho cristão que funda seu próprio método pedagógico sobre um carisma preciso, dado à pessoa do fundador em circunstâncias e modos determinados"[348]. Esses movimentos, cujos fundadores são muitas vezes leigos ou leigas, e onde há uma integração efetiva de leigos, religiosos e ministros ordenados, realizam sua missão não se distanciando, mas se inserindo na pastoral de conjunto da Igreja local. Pois não há missão sem comunhão e a missão tem, como sujeito principal, a Igreja Particular[349]. Por outro lado, os Movimentos podem enriquecer a Igreja Particular de novos carismas e, especialmente, de uma nova capacidade de estar presente no coração da sociedade e de evangelizar.

316. A ação evangelizadora dos leigos implica no aprofundamento de sua identidade e missão específica, através de uma adequada *formação*, assim como na sua articulação e organização em Conselhos. Entre os critérios da formação, o Papa destaca: "Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele campo"[350].

317. Concretamente, é oportuno que a formação dos leigos:

a) seja programada e sistemática, não apenas ocasional
b) ligue o aspecto antropológico e o teológico, não sendo apenas uma reprodução empobrecida da teologia dos seminários
c) seja integrada e tenha como ponto de partida os problemas e perguntas dos leigos, oferecendo-lhes respostas para uma presença cristã no mundo
d) seja orientada predominantemente para a atuação nas transformações sociais, onde o testemunho dos leigos é especialmente qualificado
e) desenvolva especialmente a capacidade de comunicação e diálogo, aprimorando o relacionamento humano
f) seja diversificada e, nos seus métodos, tempos e conteúdos, seja adaptada à diversidade de situações e tarefas dos cristãos leigos. Especial atenção merece a formação dos cristãos que atuam no campo da vida pública e política.

318. É preciso ajudar os leigos na busca de uma *espiritualidade autenticamente evangélica e missionária,* que supere o mero devocionismo, para sustentá-los em sua atuação humana e cristã na família, no trabalho, na sociedade, na vida quotidiana e nas diversas formas de apostolado e evangelização. A espiritualidade dos leigos alimenta-se nas fontes de toda espiritualidade cristã: a Palavra, a Liturgia, a Comunhão eclesial. Mas ela procura especialmente a união da fé e da vida. Os leigos encontram-se num lugar central no diálogo entre Deus e o mundo. Daí que a união com Deus, a oração, a vivência

comunitária e o compromisso no mundo – como serviço, diálogo e anúncio – revestem-se para os leigos de um acento especial.

b) Vida consagrada

319. A Vida Consagrada, em suas diversas formas, tanto apostólica como contemplativa e monástica, já é evangelizadora pela sua própria existência, pois vive radicalmente a experiência cristã e testemunha a entrega total no seguimento de Cristo. Por sua disponibilidade ao serviço do Evangelho, ela tem também condições de assumir um *papel pioneiro* na renovação pastoral, buscando iniciativas inovadoras. Dela espera-se, hoje, um *empenho especial na linha da evangelização inculturada.*

320. Além das tarefas tradicionais nas áreas da educação, saúde e obras de caridade, nos últimos anos a Vida Consagrada descobriu *novos campos* para a tarefa pastoral, novas maneiras de viver em *comunidades inseridas* e de *animação das comunidades eclesiais de base e das pastorais específicas.* Nesse processo, a Vida Consagrada tem-se renovado também por dentro, *aprofundando sua consagração a Deus na vivência dos conselhos evangélicos*. Esse é, sem dúvida, o melhor serviço que ela presta ao Povo de Deus. Com efeito, sua "força pastoral" lhe vem sobretudo do fato de ser expressão do seguimento de Cristo no meio do Povo de Deus e sinal de esperança para ele[351].

321. Outras exigências para a Vida Consagrada decorrem das novas situações e diretrizes pastorais:

– incentivar a *disponibilidade para a missão* "além-fronteiras" e em campos de "fronteira" (intelectuais, universidade, comunicação, ação social...)
– empenhar-se na *formação dos leigos e ministros*, contribuindo assim para responder a um dos pedidos mais freqüentes e urgentes das Igrejas locais
– aprofundar a *ligação com a Igreja Particular e suas opções pastorais*, pois esta é o lugar onde adquirem concretude histórica os carismas específicos. O Papa João Paulo II disse aos Superiores Gerais[352]: "A vossa vocação à Igreja Universal realiza-se dentro das estruturas da Igreja local... *A unidade com a Igreja universal, através da Igreja local*: eis o vosso caminho".

322. A Vida Consagrada e os Institutos religiosos são chamados à *renovação* reclamada pelas mudanças da sociedade e pelas exigências da nova evangelização. A serviço dessa renovação, a Vida Religiosa, além das iniciativas específicas dos respectivos Institutos, conta com o vasto serviço da Conferência dos Religiosos do Brasil e com inúmeras iniciativas intercongregacionais de formação inicial e de formação permanente[353].

c) Ministério ordenado

323. Compete ao ministério ordenado unir as diversas categorias do Povo de Deus, na Igreja Particular. "Sua vocação requer que ele seja sinal de unidade".[354] Pela sua autoridade e função peculiar, instituídas por Cristo, o ministério ordenado é decisivo para imprimir elã missionário à Igreja Particular. Mal exercido pode – eventualmente – prejudicar seu dinamismo missionário. Por isso, nesse momento, a Igreja no Brasil espera dos ministros ordenados um esforço muito especial em aprimorar o exercício do seu ministério.

324. Exigências desse aprimoramento são:

– *A caridade pastoral*

É preciso intensificar a vivência da "caridade pastoral", que assume – como núcleo da identidade ministerial e da própria vida – a missão evangelizadora e o cuidado pastoral por todos e cada um dos irmãos, e que anima a entrega pessoal e o serviço da comunidade.

325. Quanto à *espiritualidade presbiteral,* além das orientações fundamentais da *Pastores Dabo Vobis*[355] e do *Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero*[356], levem-se em conta as acentuações necessárias no contexto brasileiro atual, nacional e local. A encarnação do presbítero na vida do povo e a solidariedade com suas causas são exigências fundamentais de uma espiritualidade baseada na "identificação com Cristo Pastor e Servo de seus irmãos"[357].

O múnus de pastor não se reduz ao cuidado individual dos fiéis, mas abarca, como tarefa própria, a formação de uma autêntica comunidade cristã, que tem por raiz e centro a celebração da Eucaristia, impulso para as obras de caridade e auxílio mútuo, para a ação missionária e para as várias formas de testemunho cristão[358]. É o que reafirma a recente Exortação do Papa após o Sínodo para a América: "(A) paróquia renovada requer uma figura de pastor que, sobretudo, cultive uma profunda experiência de Cristo vivo, com espírito missionário, coração paterno, que seja animador da vida espiritual e evangelizador, capaz de promover a renovação"[359].

326. *A colegialidade e a corresponsabilidade pastoral*

O Presbitério constitui o ambiente propício para a vivência fraterna, a periodização e distribuição das tarefas pastorais e o cuidado pelo irmão.

327. O ministério ordenado necessita recuperar sua *vivência colegial.* O Concílio Vaticano II redescobriu a natureza comunitária do ministério ordenado. Essa "comunhão ministerial" deve ser vivenciada, afetiva e efetivamente em todos os graus do ministério: na colegialidade episcopal e na corresponsabilidade presbiteral no interior de cada Igreja Particular. A forma individualista do exercício do ministério ordenado, além de ser uma traição à sua própria essência, é um dos principais entraves à realização de uma Igreja toda ela responsável pela missão.

328. O presbítero é, antes de tudo, *membro de um presbitério* e somente em comunhão com ele pode exercer sua tarefa específica. Ao presbitério como um todo, presidido pelo Bispo, e não aos presbíteros separadamente, é confiado o pastoreio da Igreja Particular. Isso não isenta ninguém de sua responsabilidade pessoal. A ação pastoral do presbitério deve ser vivida como expressão de solidariedade fraterna, na qual todos se sentem corresponsáveis pela tarefa comum e, ainda mais, pela vida e ministério de cada um dos irmãos presbíteros. "O ministério ordenado tem uma radical 'forma comunitária' e pode ser assumido apenas como 'obra coletiva'"[360].

329. *Qualidade do ministério e autenticidade do testemunho*

Na atual conjuntura, procure o presbítero, antes de tudo, a *qualidade* do seu ministério e a *autenticidade* do seu testemunho, e sinta-se co-responsável pela qualidade do serviço pastoral e do testemunho do presbitério como um todo.

330. Para conseguir essas metas, o presbítero deve seriamente rever as *prioridades* de seu ministério, evitando a sobrecarga com tarefas burocráticas ou secundárias, descentralizando os serviços que podem ser confiados a outros agentes de pastoral.

331. O ministério ordenado está *a serviço do "sacerdócio comum" dos fiéis*[361]*.* Tarefa básica do ministério pastoral é contribuir para a edificação da comunidade cristã, toda ela missionária, onde os fiéis leigos possam alcançar a maturidade cristã[362] e tenham liberdade de ação e de iniciativa[363].

332. Por isso suas prioridades são:

– a *formação dos leigos,* com vista à sua atuação como protagonistas da evangelização
– a *animação da espiritualidade* dos mesmos, que tem suas fontes na Palavra de Deus e na liturgia da Igreja
– a garantia da *autenticidade e apostolicidade da vida e ação dos cristãos.*

333. Uma melhor *distribuição das tarefas* do ministério presbiteral realiza-se em dois níveis:

1) *dentro do próprio presbitério,* procurando que os presbíteros, na medida do possível, além ou em lugar da responsabilidade por uma paróquia ou conjunto de comunidades, assumam tarefas especializadas a serviço de outros colegas ou de toda a Diocese, valorizando dons pessoais ou carismas de cada um
2) *dentro da própria comunidade ou paróquia,* entregando com confiança a agentes de pastoral ou ministros leigos as tarefas que lhes convêm e que não são exclusivas do ministério presbiteral, e respeitando a iniciativa e a justa autonomia de todos os que se entregarem ao serviço do Evangelho. Será oportuno promover um *intenso e constante diálogo entre padres e leigos,* para enriquecimento mútuo da espiritualidade e da capacidade de trabalhar pastoralmente. Em certos casos, poderá ser oportuno constituir equipes integradas de padres, leigos e outros agentes de pastoral.

334. abertura e interesse para um processo de *formação continuada ou permanente*
A formação permanente é um processo que acompanha o presbítero em toda a sua existência; os próprios presbíteros sejam sujeitos desse processo que deve: contemplar as dimensões humana, afetiva, espiritual, teológica e pastoral; respeitar a diversidade cultural; favorecer o desenvolvimento dos carismas pessoais a serviço da missão; garantir uma qualificação especializada segundo os vários campos da pastoral, em especial a pastoral urbana; contar com investimentos específicos por parte das Dioceses e Institutos Religiosos; envolver os Seminários Maiores e os Institutos de Teologia em sua execução[364].

335. Os diáconos permanentes, nas Dioceses onde exercem o seu ministério, contribuem de maneira significativa para a tarefa da evangelização. Há que reconhecer o amplo campo de seu serviço, a geração de uma "cultura de solidariedade, fundamentada no testemunho de comunhão e caridade"[365]. Para o melhor desempenho dessa tarefa, a Igreja espera que cresça seu número e que eles se empenhem cada vez mais na evangelização. Precisam, também eles, como todos os ministros ordenados, aprofundar a vivência da espiritualidade cristã, fortalecer seu compromisso evangelizador, aprimorar sua formação teológica e pastoral, e viver seu compromisso com o serviço à comunidade. É necessário grande empenho de Bispos e presbíteros para a articulação dos diáconos permanentes com o presbitério[366].

3. Espiritualidade dos Evangelizadores

336. A exigência maior para cada evangelizador é de viver uma *espiritualidade sólida e capaz de dar conta da própria esperança*[367]. Só uma espiritualidade firme pode dar sustentação ao testemunho cristão, especialmente se levarmos em conta que a cultura atual aprecia a religiosidade e os valores espirituais, mas numa perspectiva fortemente individualista e subjetivista, e tende a atribuir o mesmo valor às várias opções religiosas.

337. Do evangelizador exige-se uma profunda mística cristã e missionária, que tenha força para envolvê-lo totalmente, ajudando-o a renovar as expressões do anúncio, o ardor evangélico e a busca de novos métodos. Mística que o auxilie a sintetizar as coisas do coração e da razão, tornando-o capaz de entregar a vida toda pela causa do Reino, a exemplo de Jesus, como prova maior de seu amor ao Pai e a seus irmãos. Mística que lhe dê coragem e audácia para exercer sua insubstituível missão de profeta e homem de Deus hoje.

338. O evangelizador, portanto, viverá e cultivará a espiritualidade autenticamente cristã, que tem seus fundamentos na Palavra de Deus e na Eucaristia, nas celebrações dos mistérios de Deus, na vida comunitária e no serviço ao mundo. Alguns aspectos são particularmente relevantes:

339. Deixar-se conduzir pelo Espírito, capaz de transformar tímidos discípulos em testemunhas corajosos, atentos aos “sinais” da presença do Reino em ação[368]. A *docilidade ao Espírito* exige do evangelizador contínua revisão de vida, para que suas atitudes correspondam aos apelos que lhe chegam da realidade.

340. Viver em íntima *comunhão com Cristo*[369]. Enviado para evangelizar, o Filho de Deus despoja-se de si mesmo, renuncia a projetos humanos e dedica-se totalmente ao projeto do Pai. A comunhão com Cristo, diariamente cultivada, exige hoje do evangelizador um processo contínuo de conversão para assumir, com generosidade e alegria, o projeto de uma evangelização inculturada. Esse processo exige-lhe renúncia a projetos particulares, colocando sua realização pessoal na doação de si pela causa do Reino.

341. Abrir-se a uma profunda sensibilidade com a maneira de ser do nosso povo, em sua fé, de modo especial, em sua piedade mariana. Para o evangelizador, a Virgem Maria, Mãe de Cristo e da Igreja, a mais perfeita discípula, é o modelo de todos os discípulos e evangelizadores. É exemplo, por seu testemunho de oração, de escuta da Palavra de Deus, de pronta e fiel disponibilidade ao serviço do Reino até à cruz. Ela nos precede na peregrinação da fé e no caminho da glória, até que nos encontremos definitivamente com o seu Filho. Por isso é a Estrela da primeira e da nova evangelização[370].

342. Pautar-se por uma profunda *caridade apostólica*. Percorrer o caminho de Jesus como evangelizador hoje leva-nos a descobri-lo como servo de todos[371], numa atitude de abertura e de diálogo[372], anunciando a Boa-Nova do Reino[373], vivendo em íntima comunhão com o Pai e com os discípulos[374], com eles celebrando a ação de graças e de louvor ao Pai[375]. Essa caridade apostólica é “feita de atenção, ternura, compaixão, acolhimento, disponibilidade e empenho pelos problemas da gente”[376].

343. Abraçar uma *atitude missionária* que, vencendo o comodismo e o medo, anuncia explicitamente Jesus Cristo e seu Reino. Esse anúncio explícito insere-se no meio da vida das pessoas e dos grupos e leva muito em conta as culturas. O esforço para realizar a inculturação é sinal de um amor semelhante ao que levou o Filho de Deus a se encarnar e assumir a nossa história.

344. Cultivar uma atitude de *fortaleza e perseverança diante das perplexidades,* adversidades *e conflitos*. Essa atitude é fruto da esperança a que somos chamados, e está fundada nas promessas do Senhor e não em nossos projetos. Não pode ser confundida com fundamentalismo, fanatismo ou teimosia.

345. Desenvolver uma atitude de *criatividade e coragem para propor novos caminhos.* Há valores e brechas na mentalidade moderna que favorecem as propostas evangélicas. É preciso descobrir as aberturas do coração humano e seus anseios como, por exemplo, daqueles que estão à procura de solidariedade, de paz, de novas relações com a natureza, de defesa dos direitos humanos, das minorias, da mulher...

346. Abrir-se para uma atitude de *acolhida do outro,* em especial de quem pertence a tradições religiosas e culturais diferentes. A acolhida refere-se especialmente às suas experiências espirituais mais profundas. Essa atitude está alicerçada num espírito de tolerância e respeito e realiza-se mediante o diálogo aberto, que valoriza a experiência do outro e o ajuda na sua busca, sem julgar nem condenar nem impor.

347. Assumir uma atitude de *misericórdia,* daquela misericórdia do próprio Deus, que encontrou a sua expressão mais alta nas atitudes de Jesus para com pobres, aflitos e pecadores, para com todos os crucificados dessa terra, que o evangelizador amará como os preferidos de Deus e ajudará a tornar-se eles mesmos evangelizadores, a partir de sua experiência do sofrimento e da paixão de Cristo.

348. *Participar generosa e alegremente na vida e na missão da comunidade,* sinal e germe do Reino, vencendo os perigos do individualismo e do fechamento em grupos restritos. Testemunho particularmente válido hoje é a comunidade solidária e alegre,

imagem e início da comunhão com a Trindade Santa. A comunhão eclesial requer também o reconhecimento da legítima pluralidade das formas de organização e de espiritualidade dos fiéis[377].

349. Em resumo, o evangelizador de hoje deve ser um santo, cheio de ardor missionário[378]; seu zelo "brote de uma verdadeira santidade de vida, alimentada pela oração e, sobretudo, pelo amor à Eucaristia"[379]. Assim, imitar-se-ão tantos exemplos de fidelidade do passado e alongar-se-á o martirológio, segundo a sugestão do Papa[380].

CONCLUSÃO

350. As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora são uma resposta da Igreja, no Brasil, aos desafios de sua missão, que é EVANGELIZAR.

351. Mais que as anteriores, estas Diretrizes foram pensadas e formuladas fazendo da EVANGELIZAÇÃO a prioridade real e o eixo central da ação da Igreja, procurando assim *atender aos apelos missionários da Redemptoris Missio,* da *IV Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Santo Domingo,* dos *Congressos missionários latino-americanos e do Sínodo para a América.* A própria ação pastoral, entendida como cuidado das comunidades cristãs já sólidas e maduras[381], foi orientada para a formação de evangelizadores e, de certo modo, subordinada à missão de anunciar o Evangelho e de testemunhá-lo diante daqueles que não estão vitalmente inseridos na comunidade eclesial.

352. A NOVA EVANGELIZAÇÃO, como sabemos, precisa ser nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão[382]. A complexidade e a mobilidade da sociedade atual impõem-nos esforço redobrado de compreensão das aspirações dos homens e mulheres de hoje e um empenho generoso e firme no anúncio da boa nova evangélica. Essa preocupação anima nossas Diretrizes e apresenta-se a nós como um grande desafio.

353. Temos certeza de que poderemos responder a esse desafio, unindo ao empenho generoso e à lucidez do olhar, a disposição de procurar a colaboração de todos, especialmente dos que buscam conosco os valores da verdade, da liberdade e da justiça. Confiamos principalmente na docilidade ao ESPÍRITO, PROTAGONISTA DA EVANGELIZAÇÃO, ao qual renovamos o nosso pedido, pela intercessão de Maria, Mãe da Igreja, do dom do discernimento, para que nossos planos humanos não se afastem do coração de Deus e realizem sua vontade de vida plena para todos.

Nota:1

cf. **Jo 1,9**: "A luz verdadeira, aquela que ilumina todo homem, estava chegando ao mundo".

Nota:2

EA 1: "A Igreja na América, cheia de alegria pela fé recebida e agradecida a Cristo por este dom imenso da fé, celebrou recentemente o quinto centenário do início da pregação do Evangelho em seu próprio território. Esta comemoração tornou todos os católicos americanos mais conscientes do anseio que Cristo tem de encontrar os habitantes do chamado Novo Mundo, para incorporá-los na sua Igreja e, desta forma, fazer-se presente na história do Continente. A evangelização da América não é somente um dom do Senhor; é também fonte de novas responsabilidades. Graças à ação dos que evangelizaram o Continente em todas as direções, inumeráveis filhos nasceram da Igreja e do Espírito Santo. Nos seus corações, tanto no passado como atualmente, continuam ecoando as palavras do Apóstolo: "Anunciar o Evangelho, não é glória para mim; é uma obrigação que se me impõe. Ai de mim, se eu não anunciar o Evangelho!" (1Cor 9,16). Este dever baseia-se no mandato conferido pelo Senhor ressuscitado aos Apóstolos, antes da sua Ascensão ao céu: "Pregai o Evangelho a toda criatura" (Mc 16,15).

Este mandato diz respeito a toda a Igreja, e a Igreja que está na América, neste particular momento da sua história, é chamada a acolhê-lo, respondendo, com amorosa generosidade, à tarefa fundamental da evangelização. Meu predecessor Paulo VI, o primeiro Papa que visitou a América, o sublinhava em Bogotá: "Caberá a nós, [Senhor Jesus], como teus representantes e administradores dos teus divinos mistérios (cf. 1Cor 4,1; 1Pd 4,10), difundir entre os homens os tesouros da tua palavra, da tua graça, dos teus exemplos". O dever da evangelização constitui, para o discípulo de Cristo, uma urgência ditada pela caridade: "O amor de Cristo nos constrange" (2Cor 5,14), afirma o Apóstolo Paulo, recordando a obra do Filho de Deus com o seu sacrifício redentor: "Um só morreu por todos [...], a fim de que os que vivem, já não vivam para si, mas para Aquele que por eles morreu e ressurgiu" (2Cor 5,14-15).

A comemoração de ocorrências particularmente evocadoras do amor de Cristo por nós suscita no coração, junto ao agradecimento, a necessidade de "anunciar as maravilhas de Deus", ou seja, a necessidade de evangelizar. Assim, a lembrança da recente celebração dos quinhentos anos da chegada da mensagem evangélica à

América, isto é, desde que Cristo chamou a América à fé, e o próximo Jubileu, no qual a Igreja celebrará os 2000 anos da encarnação do Filho de Deus, são ocasiões privilegiadas nas quais eleva-se espontaneamente com mais força do coração a expressão da nossa gratidão ao Senhor. Consciente da grandeza dos dons recebidos, a Igreja peregrina na América deseja partilhar a riqueza da fé e da comunhão em Cristo com toda a sociedade, e com cada um dos homens e mulheres que vivem em terra americana".

Nota:3

TMA 1: "Quando já se avizinha o terceiro milênio da era cristã, espontaneamente vêm ao pensamento as palavras do apóstolo Paulo: "Ao chegar a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher" (Gl 4,4). A plenitude do tempo identifica-se com o mistério da Encarnação do Verbo, Filho consubstancial ao Pai, e com o mistério da Redenção do mundo. São Paulo sublinha, nesta passagem, que o Filho de Deus nasceu de mulher, nasceu sujeito à Lei, e veio ao mundo resgatar quantos estavam sujeitos à Lei, para poderem receber a adoção de filhos. E acrescenta: "Porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho que clama: Abba, Pai!". A sua conclusão é verdadeiramente consoladora: "Portanto, já não és servo, mas filho; e, se és filho, também és herdeiro, pela graça de Deus" (Gl 4,6-7).

Esta apresentação paulina do mistério da Encarnação contém a revelação do mistério trinitário e da continuação da missão do Filho na missão do Espírito Santo. A Encarnação do Filho de Deus, a sua concepção, o seu nascimento constituem o pressuposto para o envio do Espírito Santo. O texto de São Paulo deixa assim transparecer a plenitude do mistério da Encarnação redentora".

Nota:4

Hb 13,8: "Jesus Cristo é o mesmo, ontem e hoje, e será sempre o mesmo".

Nota:5

EA 75: "Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo" (Mt 28,20). Confiando nessa promessa do Senhor, a Igreja peregrina no Continente americano prepara-se com entusiasmo para enfrentar os desafios do mundo atual e ainda os que o futuro lhe poderá trazer. No Evangelho, a Boa Nova da ressurreição do Senhor é acompanhada pelo convite a não ter medo (cf. Mt 28,5.10). A Igreja na América deseja caminhar na esperança, como afirmaram os Padres Sinodais: "Com serena confiança no Senhor da história, a Igreja prepara-se para cruzar o limiar do Terceiro Milênio sem preconceitos, nem pusilanimidade, sem egoísmo, sem medo nem dúvidas, persuadida do serviço fundamental e primário que deve prestar como testemunho de fidelidade a Deus e aos homens e mulheres do Continente".

Além disso, a Igreja na América sente-se particularmente impelida a caminhar na fé, correspondendo com gratidão ao amor de Jesus, "manifestação encarnada do amor misericordioso de Deus" (cf. Jo 3,16). A celebração do início do terceiro milênio cristão pode ser uma ocasião propícia para que o povo de Deus na América renove "a sua gratidão pelo grande dom da fé", que começou a receber faz cinco séculos. O ano de 1492, sem querer prescindir dos aspectos históricos e políticos, foi o grande ano de graça para a América que acolheu a fé: uma fé que anuncia o supremo benefício da Encarnação do Filho de Deus, que aconteceu há 2000 anos como recordaremos solenemente no Grande Jubileu, já próximo.

Esse duplo sentimento de esperança e gratidão deve acompanhar toda a ação pastoral da Igreja no Continente, repassando de espírito jubilar as diversas iniciativas das dioceses, das paróquias, das comunidades de vida consagrada, dos movimentos eclesiais, e ainda as atividades que for possível organizar em nível regional e continental".

Nota:6

Rm 1,16: "Não me envergonho do Evangelho, pois ele é força de Deus para a salvação de todo aquele que acredita, do judeu em primeiro lugar, mas também do grego".

Nota:7

Lc 4,18: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos".

Nota:8

Lc 17,21: "Nem se poderá dizer: Está aqui ou: está ali, porque o Reino de Deus está no meio de vocês".
Mc 1,15: "O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia".

Nota:9

Mt 19,21: "Jesus respondeu: Se você quer ser perfeito, vá, venda tudo o que tem, dê o dinheiro aos pobres, e você terá um tesouro no céu. Depois venha, e siga-me".

Nota:10

1Ts 1,6: "E vocês imitaram o nosso exemplo e o exemplo do Senhor, acolhendo a Palavra com a alegria do Espírito Santo, apesar de tantas tribulações".

Nota:11

1Ts 2,13: "O motivo do nosso contínuo agradecimento a Deus é este: quando ouviram a Palavra de Deus que anunciamos, vocês a acolheram não como palavra humana, mas como ela realmente é, como Palavra de Deus, que age com eficácia em vocês que acreditam".

Nota:12

Gl 5,22: "Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, bondade, benevolência, fé".

Nota:13

1Cor 9,16: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; pelo contrário, é uma necessidade que me foi imposta. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!".

Nota:14

RMi 42: "O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a testemunha por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).

A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentes. Mas

todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.
O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem".

Nota:15

EN 41: "E antes de mais nada - sem querermos repetir tudo aquilo já recordado anteriormente - é conveniente realçar isto: para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. "O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres - dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos - ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas." São Pedro exprimia isto mesmo muito bem, quando ele evocava o espetáculo de uma vida pura e respeitável, "para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento". Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade".

Nota:16

RMi 42: "O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a testemunha por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).
A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentes. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.
O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem".

Nota:17

Jo 13,34: "Eu dou a vocês um mandamento novo: amem-se uns aos outros. Assim como eu amei vocês, vocês devem se amar uns aos outros".

Nota:18

Jo 17,21: "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste".

Nota:19

Lc 10,1: "O Senhor escolheu outros setenta e dois discípulos, e os enviou dois a dois, na sua frente, para toda cidade e lugar aonde ele próprio devia ir".

Nota:20

cf. **At 2,42-44**: "Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas".
2Cor 9,12-14: "De fato, o serviço desta coleta não deve apenas satisfazer às necessidades dos cristãos, mas há de ser ocasião de dar efusivas ações de graças a Deus. Tal serviço será para eles uma prova; e eles agradecerão a Deus pela obediência que vocês professam ao Evangelho de Cristo e pela generosidade com que vocês repartem os bens com eles e com todos. Eles manifestarão a sua ternura, rezando por vocês por causa da graça extraordinária que Deus concedeu a vocês".

Nota:21

EN 23: "O anúncio, de fato, não adquire toda a sua dimensão, senão quando ele for ouvido, acolhido, assimilado e quando ele tiver feito brotar, naquele que assim o tiver recebido, uma adesão do coração. Sim, adesão às verdades que o Senhor, por misericórdia, revelou. Mais ainda, adesão ao programa de vida - vida doravante transformada - que ele propõe; adesão, numa palavra, ao reino, que o mesmo é dizer, ao "mundo novo", ao novo estado de coisas, à nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura. Uma tal adesão, que não pode permanecer abstrata e desencarnada, manifesta-se concretamente por uma entrada visível numa comunidade de fiéis.
Assim, aqueles cuja vida se transformou ingressam, portanto, numa comunidade que também ela própria é sinal da transformação e sinal da novidade de vida: é a Igreja, sacramento visível da salvação. Mas, a entrada na comunidade eclesial por sua vez, há de exprimir-se através de muitos outros sinais, que prolongam e desenvolvem o sinal da Igreja. No dinamismo da evangelização, aquele que acolhe o Evangelho como Palavra que salva, normalmente, o traduz depois nestas atitudes sacramentais: adesão à Igreja, aceitação dos sacramentos que manifestam e sustentam essa adesão, pela graça que eles conferem".

Nota:22

CfL 34: "Países inteiros e nações, onde a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas e capazes de dar origem a comunidades de fé viva e operosa, encontram-se hoje sujeitos a dura prova, e, por vezes, até são radicalmente transformados pela contínua difusão do indiferentismo, do secularismo e do ateísmo. É o caso, em especial, dos países e das nações do chamado Primeiro Mundo, onde o bem-estar econômico e o consumismo,

embora misturados com tremendas situações de pobreza e de miséria, inspiram e permitem viver como se Deus não existisse. Ora, a indiferença religiosa e a total insignificância prática de Deus nos problemas, mesmo graves, da vida não são menos preocupantes e subversivos do que o ateísmo declarado. E também a fé cristã, mesmo sobrevivendo em algumas manifestações tradicionais e ritualistas, tende a desaparecer nos momentos mais significativos da existência, como os momentos do nascer, do sofrer e do morrer. Daí que se levantem interrogações e enigmas tremendos, que, ao ficarem sem resposta, expõem o homem contemporâneo à desilusão desconfortante e à tentação de eliminar a mesma vida humana que levanta esses problemas.
Noutras regiões ou nações, porém, conservam-se bem vivas ainda tradições de piedade e de religiosidade popular cristã; mas, esse patrimônio moral e espiritual corre hoje o risco de esbater-se sob o impacto de múltiplos processos, entre os quais sobressaem a secularização e a difusão das seitas. Só uma nova evangelização poderá garantir o crescimento de uma fé límpida e profunda, capaz de converter tais tradições numa força de liberdade autêntica.
É urgente, sem dúvida, refazer em toda parte o tecido cristão da sociedade humana. Mas, a condição é a de se refazer o tecido cristão das próprias comunidades eclesiais que vivem nesses países e nessas nações.
Ora, os fiéis leigos, por força da sua participação do múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nessa tarefa da Igreja. Pertence-lhes, em particular, dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade. Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude.
Repito mais uma vez a todos os homens contemporâneos o grito apaixonado com que iniciei o meu serviço pastoral: Não tenhais medo! Abri, ou antes, escancarai as portas a Cristo! Abri ao seu poder salvador os confins dos Estados, os sistemas econômicos assim como os políticos, os vastos campos da cultura, da civilização, do progresso. Não tenhais medo! Cristo sabe bem o que está dentro do homem. Só ele o sabe! Hoje em dia muito freqüentemente o homem não sabe o que traz no interior de si mesmo, no profundo do seu ânimo e do seu coração. Muito freqüentemente se encontra incerto acerca do sentido da sua vida sobre esta Terra. E sucede que é invadido pela dúvida que se transforma em desespero. Permiti, pois peço-vos e vo-lo imploro com humildade e confiança , deixai que Cristo fale ao homem. Só ele tem palavras de vida; sim, de vida eterna.
Escancarar a porta a Cristo, acolhê-lo no espaço da própria humanidade, não é, de modo algum, ameaça para o homem, mas antes, é a única estrada a percorrer, se quisermos reconhecer o homem na sua verdade total e exaltá-lo nos seus valores.
A síntese vital que os fiéis leigos souberem fazer entre o Evangelho e os deveres quotidianos da vida será o testemunho mais maravilhoso e convincente de que não é o medo, mas a procura e a adesão a Cristo que são o fator determinante para que o homem viva e cresça, e para que se alcancem novas formas de viver mais conformes com a dignidade humana.
O homem é amado por Deus! Este é o mais simples e o mais comovente anúncio de que a Igreja é devedora ao homem. A palavra e a vida de cada cristão podem e devem fazer ecoar este anúncio: Deus ama-te, Cristo veio por ti, para ti Cristo é Caminho, Verdade, Vida (Jo 14,6)!
Esta nova evangelização, dirigida não apenas aos indivíduos, mas a inteiras faixas de população, nas suas diversas situações, ambientes e culturas, tem por fim formar comunidades eclesiais maduras, onde a fé desabroche e realize todo o seu significado originário de adesão à pessoa de Cristo e ao seu Evangelho, de encontro e de comunhão sacramental com ele, de existência vivida na caridade e no serviço.
Os fiéis leigos têm a sua parte a desempenhar na formação de tais comunidades eclesiais, não só com uma participação ativa e responsável na vida comunitária e, portanto, com o seu insubstituível testemunho, mas também com o entusiasmo e com a ação missionária dirigida a quantos não crêem ainda ou já não vivem a fé recebida no Batismo.
Em relação às novas gerações, os fiéis leigos devem dar um precioso contributo, necessário como nunca, com uma obra sistemática de catequese: os padres sinodais acolheram com gratidão o trabalho dos catequistas, reconhecendo que eles têm uma tarefa de grande importância na animação das comunidades eclesiais. É verdade que os pais cristãos são os primeiros e insubstituíveis catequistas dos próprios filhos, habilitados que o foram para isso pelo sacramento do Matrimônio, mas, ao mesmo tempo, devemos todos ter consciência do direito que assiste a todo batizado de ser instruído, educado, acompanhado na fé e na vida cristã".

Nota:23

cf. **Lc 4,18**: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos".
Mt 11,5: "os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia".

Nota:24

DP 1142: "Só por este motivo, os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem jaz obscurecida e também escarnecida. Por isso Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus".

Nota:25

Rm 12,2: "Não se amoldem às estruturas deste mundo, mas transformem-se pela renovação da mente, a fim de distinguir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que é agradável a ele, o que é perfeito".

Nota:26

RMi 14: "Jesus revela progressivamente as características e as exigências do Reino, por meio de suas palavras, suas obras e sua pessoa.
O Reino de Deus destina-se a todos os homens, pois todos foram chamados a pertencer-lhe. Para sublinhar este aspecto, Jesus aproximou-se sobretudo daqueles que eram marginalizados pela sociedade, dando-lhes preferência, ao anunciar a Boa-Nova. No início do seu ministério, proclama: fui enviado a anunciar a Boa-Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). Às vítimas da rejeição e do desprezo, declara: bem-aventurados vós, os pobres (Lc

6,20), fazendo-lhes, inclusive, sentir e viver, já, uma experiência de libertação, estando com eles, partilhando a mesma mesa (cf. Lc 5,30; 15,2), tratando-os como iguais e amigos (cf. Lc 7,34), procurando que se sentissem amados por Deus, e revelando, deste modo, imensa ternura pelos necessitados e pecadores (cf. Lc 15,1-32).
A libertação e a salvação, oferecidas pelo Reino de Deus, atingem a pessoa humana tanto em suas dimensões físicas como espirituais. Dois gestos caracterizam a missão de Jesus: curar e perdoar. As múltiplas curas provam sua grande compaixão diante das misérias humanas; mas significam, também, que, no Reino de Deus, não haverá doenças nem sofrimentos, e que sua missão, desde o início, visa libertar as pessoas desses males. Na perspectiva de Jesus, as curas são também sinal da salvação espiritual, isto é, da libertação do pecado. Realizando gestos de cura, Jesus convida à fé, à conversão, ao desejo do perdão (cf. Lc 5,24). Recebida a fé, a cura impele a ir mais longe: introduz na salvação (cf. Lc 18,42-43). Os gestos de libertação da possessão do demônio, mal supremo e símbolo do pecado e da rebelião contra Deus, são sinais de que o Reino de Deus chegou até vós (Mt 12,28)".

Nota:27

Ez 37,23: "Não se contaminarão mais com seus ídolos, com suas abominações e com seus crimes. Vou libertá-los das revoltas que os levaram a pecar. Vou purificá-los, e eles serão o meu povo e eu serei o Deus deles".

Nota:28

LG 9: "Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de Igreja de Deus (cf. Esd 13,1; Nm 20,4; Dt 23,1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13,14), pode ser chamado Igreja de Cristo (cf. Mt 16,18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20,28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu como Igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz. A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.
A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem ocaso da ressurreição".

Nota:29

EN 29: "Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação".

Nota:30

SRS 39: "A prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispondo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, hão de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros.
Sinais positivos no mundo contemporâneo são, ainda, a maior consciência de solidariedade dos pobres entre si, as suas intervenções de apoio recíproco e as manifestações públicas no cenário social sem recorrer à violência, mas tornando presentes as próprias necessidades e os próprios direitos perante a ineficácia e a corrupção dos poderes públicos. Em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, a Igreja sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres, a discernir a justiça das suas solicitações e a contribuir para as satisfazer, sem perder de vista o bem dos grupos no quadro do bem comum.
O mesmo critério aplica-se, por analogia, nas relações internacionais. A interdependência deve transformar-se em solidariedade, fundada sobre o principio de que os bens da criação são destinados a todos: aquilo que a indústria humana produz, com a transformação das matérias-primas e com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos.
Superando os imperialismos de todo gênero e os desígnios de conservar a própria hegemonia, as nações mais fortes e mais dotadas devem sentir-se moralmente responsáveis pelas outras, a fim de ser instaurado um verdadeiro sistema internacional que se apóie no fundamento da igualdade de todos os povos e seja regido pelo indispensável respeito das suas legítimas diferenças. Os países economicamente mais débeis, ou que se encontram nos limites da sobrevivência, com a assistência dos outros povos e da comunidade internacional, hão de ser postos em condições de dar também eles uma contribuição para o bem comum, mediante os seus tesouros de humanidade e de cultura que, de outro modo, se perderiam para sempre.
A solidariedade ajuda-nos a ver o outro pessoa, povo ou nação não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso semelhante, um auxílio (cf. Gn 2,18.20), que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus. Daqui a importância de despertar a consciência religiosa dos homens e dos povos.
Assim, a exploração, a opressão e o aniquilamento dos outros são excluídos. Estes fatos, na divisão atual do mundo em blocos contrapostos, vão confluir no perigo de guerra e na preocupação excessiva pela própria segurança, muitas vezes à custa da autonomia, da livre decisão e da própria integridade territorial das nações mais débeis, que estão abrangidas nas camadas zonas de influência ou nos cinturões de segurança.
As estruturas de pecado e os pecados que nelas vão convergir opõem-se com igual radicalidade à paz e ao desenvolvimento, porque o desenvolvimento, na conhecida expressão da Encíclica de Paulo VI, é o novo nome da paz.
Deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. Com efeito, a paz do mundo é inconcebível se não se chegar, por parte dos responsáveis, ao

reconhecimento de que a interdependência exige por si mesma a superação da política dos blocos, a renúncia a todas as formas de imperialismo econômico, militar ou político, e a transformação da reciproca desconfiança em colaboração. Esta última, precisamente, é o procedimento próprio da solidariedade entre os indivíduos e entre as nações.

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era *Opus iustitiae pax*: a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (cf. Is 32,17; Tg 3,18), Opus solidarietatis pax: a paz é fruto da solidariedade.

A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, unidos, construirmos, dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor".

Nota:31

Hb 10,23: "Sem vacilar, mantenhamos a profissão da nossa esperança, pois aquele que fez a promessa é fiel".

Nota:32

CfL 44: "O serviço à pessoa e à sociedade humana exprime-se e realiza-se através da criação e transmissão da cultura, que, especialmente nos nossos dias, constitui uma das mais graves tarefas da convivência humana e da evolução social. À luz do Concílio, entendemos por cultura todos aqueles meios com que o homem afina e usa os seus múltiplos dons de alma e de corpo; procura submeter ao seu poder, com o saber e o trabalho, o próprio cosmos; torna mais humana a vida social, tanto na família como em toda a sociedade civil, com o progresso do costume e das instituições; enfim, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e mesmo à humanidade inteira, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações. Nesse sentido, a cultura deve ser considerada como o bem comum de cada povo, a expressão da sua dignidade, liberdade e criatividade; o testemunho do seu percurso histórico. Em particular, só dentro e através da cultura é que a fé cristã se torna histórica e criadora de história.

Perante o progresso de uma cultura que aparece divorciada não só da fé cristã mas até dos próprios valores humanos, bem como perante uma certa cultura científica e tecnológica incapaz de dar resposta à premente procura de verdade e de bem que arde no coração dos homens, a Igreja tem plena consciência da urgência pastoral de se dar à cultura uma atenção toda especial.

Por isso, a Igreja pede aos fiéis leigos que estejam presentes, em nome da coragem e da criatividade intelectual, nos lugares privilegiados da cultura, como são o mundo da escola e da universidade, os ambientes da investigação científica e técnica, os lugares da criação artística e da reflexão humanística. Tal presença tem como finalidade não só o reconhecimento e a eventual purificação dos elementos da cultura existente, criticamente avaliados, mas também a sua elevação, graças ao contributo das originais riquezas do Evangelho e da fé cristã. O que o Concílio Vaticano II escreve sobre a relação entre o Evangelho e a cultura representa um fato histórico constante e, simultaneamente, um ideal de ação de singular atualidade e urgência; é um programa empenhativo que se impõe à responsabilidade pastoral da Igreja inteira e, nela, à responsabilidade específica dos fiéis leigos: A Boa Nova de Cristo renova continuamente a vida e a cultura do homem decaído, combate e elimina os erros e males nascidos da permanente sedução e ameaça do pecado. Purifica sem cessar e eleva os costumes dos povos... Desse modo, a Igreja, só com realizar a própria missão, já com isso mesmo estimula a ajuda a civilização e, com a sua atividade, também a litúrgia, educa o homem para a liberdade interior.

Merecem ser aqui ouvidas de novo certas expressões particularmente significativas da Exortação Evangelii nuntiandi de Paulo VI: A Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama (cf. Rm 1,16; 1Cor 1,18; 2,4), procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade a que se dedicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes a cultura e as culturas do homem... A ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Importa, assim, envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou, mais exatamente, das culturas.

O caminho que hoje se privilegia para a criação e a transmissão da cultura é o dos instrumentos da comunicação social. Também o mundo dos mass-media, na seqüência do acelerado progresso das inovações e da influência, ao mesmo tempo planetária e capilar, sobre a formação da mentalidade e do costume, constitui uma nova fronteira da missão da Igreja. Em particular, a responsabilidade profissional dos fiéis leigos neste campo, exercida tanto a título pessoal como através de iniciativas e instituições comunitárias, deve ser reconhecida em todo o seu valor e apoiada com mais adequados recursos materiais, intelectuais e pastorais.

No uso e na recepção dos instrumentos de comunicação, tornam-se urgentes tanto uma ação educativa em ordem ao sentido crítico, animado da paixão pela verdade, como uma ação de defesa da liberdade, do respeito pela dignidade pessoal, da elevação da autêntica cultura dos povos, com a recusa, firme e corajosa, de toda forma de monopolização e de manipulação.

Não deve ficar nessa ação de defesa a responsabilidade pastoral dos fiéis leigos: em todos os caminhos do mundo, também nos principais da imprensa, do cinema, da rádio, da televisão e do teatro, deve anunciar-se o Evangelho que salva".

Nota:33

Puebla, 450; 1147: "A religiosidade popular não só é objeto de evangelização, mas também, enquanto contém encarnada a palavra de Deus, é uma forma ativa com que o povo se evangeliza continuamente a si próprio.

1147. O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus".

Nota:34

1Cor 15,28: “E quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos”.

Nota:35

GS 44: “Assim como interessa ao mundo reconhecer a Igreja, na sua realidade social, como fermento da história, a Igreja não deve esquecer quanto lhe aproveita a evolução e a história do gênero humano.

A experiência dos séculos passados, o progresso das ciências e os muitos tesouros escondidos nas mais variadas culturas são extremamente úteis à Igreja: manifestam as virtudes da natureza humana e abrem novos caminhos para o conhecimento da verdade.

Desde o início de sua história a Igreja soube anunciar Cristo por intermédio de expressões e conceitos lingüísticos aprendidos dos diversos povos e torná-lo melhor conhecido recorrendo à sabedoria dos filósofos. A Igreja teve sempre por objetivo adaptar o Evangelho à capacidade de entender do povo e às exigências dos intelectuais. Essa acomodação da pregação da palavra revelada é uma lei permanente da evangelização. Em todas as nações a possibilidade de exprimir a seu modo a mensagem de Cristo deve ser cultivada, promovendo-se um intercâmbio fecundo entre a Igreja e as diversas culturas.

Para intensificar este intercâmbio, especialmente nos dias de hoje, em que as coisas mudam rapidamente e a maneira de pensar é extremamente variada, a Igreja precisa daqueles que vivem no mundo, conhecem por dentro as diversas instituições e disciplinas, mesmo que não sejam cristãos. Todo o povo de Deus, mas especialmente os bispos e os teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, devem estar atentos à linguagem do nosso tempo, analisá-la e interpretá-la à luz da palavra divina, para aprofundar sempre mais a compreensão da verdade revelada, melhor entendê-la e divulgá-la de maneira mais acessível.

Dotada de estrutura social visível, sinal de sua unidade em Cristo, a Igreja pode aproveitar e se aproveita de fato da evolução da sociedade. Não que lhe falte qualquer elemento constitucional, mas deve sempre se conhecer de maneira mais profunda e se exprimir de maneira mais adequada aos tempos em que vivemos. Tem consciência de que muito deve, quer individual, quer coletivamente, a pessoas de todas as classes e condições. Todos os que lutam pela promoção da família, da cultura, da vida econômica, social e política, tanto nacional como internacional, segundo o desígnio de Deus, promovem igualmente a comunidade eclesial no que ela depende do auxílio externo, que é muito importante. A Igreja reconhece ainda que mesmo as resistências e oposições que encontrou e ainda encontra lhe são proveitosas, como sempre o foram”.

Nota:36

GS 43: “Graças ao Espírito Santo a Igreja se manterá sempre como esposa fiel a seu Senhor e nunca deixará de ser, no mundo, sinal da salvação. Isto não quer dizer que entre os seus membros, não tenha havido muitos, através dos séculos, que foram infiéis ao Espírito de Deus, tanto clérigos como leigos. Ainda hoje a Igreja não ignora a distância que existe entre a mensagem que anuncia e a fraqueza humana daqueles a quem foi confiado o Evangelho. Devemos tomar conhecimento de tudo que a história registra a respeito dessas infidelidades e condená-las vigorosamente, para que não constituam obstáculo à difusão do Evangelho. Mas a Igreja tem consciência de quanto a experiência da história contribui para amadurecer suas relações com o mundo. Conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja, como mãe, exorta seus filhos a se purificarem e a se renovarem, para que o sinal de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja”.

DH 12: “Portanto a Igreja está sendo fiel à verdade evangélica e seguindo o caminho de Cristo e dos apóstolos quando reconhece que a noção de liberdade religiosa não só concorda com a dignidade humana e com a revelação divina, como lhes é favorável. A doutrina recebida do mestre e dos apóstolos se conservou e foi transmitida através dos tempos. Embora a vida do povo de Deus em peregrinação no tempo, sujeita às vicissitudes históricas, tenha passado por momentos de menor fidelidade ou mesmo contrários às exigências espirituais do Evangelho, a Igreja manteve sempre o princípio de que ninguém pode ser coagido a crer.

O fermento evangélico, operando lentamente no espírito das pessoas, contribuiu decisivamente para que se reconhecesse, com o passar dos tempos, a dignidade da pessoa e amadurecesse a convicção de que, na sociedade, é preciso mantê-la a salvo de qualquer coação humana”.

Nota:37

EN 58: “O Sínodo ocupou-se largamente destas “pequenas comunidades” ou “comunidades de base”, dado que, na Igreja de hoje, elas são freqüentemente mencionadas. O que vêm a ser tais “comunidades” e por que é que elas hão de ser destinatárias especiais da evangelização e ao mesmo tempo evangelizadoras?

Florescentes mais ou menos por toda parte na Igreja, atendo-nos ao que sobre isso se disse em vários testemunhos ouvidos durante as sessões do último Sínodo, essas comunidades diferem bastante entre si, mesmo dentro da mesma região, e, mais ainda, de uma região para outra.

Assim, em algumas regiões, elas brotam e desenvolvem-se, salvo algumas exceções, no interior da Igreja, e são solidárias com a vida da mesma Igreja, alimentadas por sua doutrina, e conservam-se unidas aos seus pastores. Nesses casos, elas nascem da necessidade de viver mais intensamente a vida da Igreja; ou então do desejo e da busca de uma dimensão mais humana do que aquela que as comunidades eclesiais mais amplas dificilmente poderão revestir, sobretudo nas grandes metrópoles urbanas contemporâneas, onde é mais favorecida a vida de massa e o anonimato ao mesmo tempo. Elas poderão muito simplesmente prolongar, a seu modo, no plano espiritual e religioso - culto, aprofundamento da fé, caridade fraterna, oração, comunhão com os Pastores - a pequena comunidade sociológica, a aldeia, ou outras similares. Ou então elas procurarão se congregar para ouvir e meditar a Palavra, para os sacramentos e para o vínculo do ágape, alguns grupos que a idade, a cultura, o estado civil ou a situação social tornam mais ou menos homogêneos, por exemplo casais, jovens, profissionais e outros; ou ainda, pessoas que as circunstâncias fazem com que vivam já reunidas nas lutas pela justiça, pela ajuda aos irmãos pobres, pela promoção humana etc. Ou, finalmente, elas reúnem os cristãos naqueles lugares em que a escassez de sacerdotes não favorece a vida ordinária de uma comunidade paroquial. Tudo isso, porém, é possível no interior de comunidades constituídas da Igreja, sobretudo das Igrejas particulares e das paróquias.

Em outras regiões, ao contrário, agrupam-se comunidades de base com um espírito de crítica acerba em relação à Igreja, que elas estigmatizam muito facilmente como “institucional” e à qual elas se contrapõem como comunidades carismáticas, libertas de estruturas e inspiradas somente no Evangelho. Estas têm, portanto, como sua característica uma evidente atitude de censura e de rejeição em relação às expressões da Igreja,

como a sua hierarquia e os seus sinais. Elas contestam radicalmente esta Igreja. Nesta linha, a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos.

A diferença já é notável: as comunidades que pelo seu espírito de contestação se separam da Igreja, cuja unidade prejudicam, podem muito bem denominar-se "comunidades de base", mas em tais casos há nesta terminologia uma designação puramente sociológica. Elas não poderiam, sem se dar um abuso de linguagem, intitular-se comunidades eclesiais de base, mesmo que elas, sendo hostis à hierarquia, porventura tivessem a pretensão de perseverar na unidade da Igreja. Essa designação pertence às outras, ou seja, àquelas que se reúnem em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja.

Estas últimas comunidades, sim, serão um lugar de evangelização, para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal, como nós tivemos ocasião de dizer ao terminar o Sínodo, na medida em que elas:

- procurem o seu alimento na Palavra de Deus e não se deixem enredar pela polarização política ou pelas ideologias que estejam na moda, prestes a explorar o seu imenso potencial humano;
- evitem a tentação sempre ameaçadora da contestação sistemática e do espírito hipercrítico, sob pretexto de autenticidade e de espírito de colaboração;
- permaneçam firmemente ligadas à Igreja local em que se inserem, e à Igreja universal, evitando assim o perigo - por demais real! - de se isolarem em si mesmas, e depois de se crerem a única autêntica Igreja de Cristo e, por conseqüência, perigo de anatematizarem as outras comunidades eclesiais;
- mantenham uma comunhão sincera com os Pastores que o Senhor dá à sua Igreja, e também com o Magistério que o Espírito de Cristo lhes confiou;
- jamais se considerem como o destinatário único ou como o único agente da evangelização - ou por outra, como o único depositário do Evangelho! -; mas, conscientes de que a Igreja é muito mais vasta e diversificada, aceitem que esta Igreja se encarna de outras maneiras, que não só através delas;
- progridam cada dia na consciência do dever missionário e no zelo, na aplicação e irradiação neste aspecto;
- demonstrem-se em tudo universalistas e nunca sectárias.

Com estas condições, exigentes sem dúvida alguma, mas exaltantes, as comunidades eclesiais de base corresponderão à sua vocação mais fundamental: de ouvintes do Evangelho que lhes é anunciado e de destinatárias privilegiadas da evangelização, elas próprias se tornarão sem demora anunciadoras do Evangelho".

Nota:38

Suas conclusões foram elaboradas pelo Papa Paulo VI na já citada Exortação Apostólica Pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi* (1975).

Nota:39

cf. *Ecclesia in America,* Exortação Pós-sinodal do Santo Padre João Paulo II (22.01.1999).

Nota:40

EA: "**49.** Entre a Igreja Católica e as outras Igrejas e Comunidades eclesiais existe um esforço de comunhão que se enraíza no Batismo administrado em cada uma delas. É um esforço que se alimenta pela oração, o diálogo e a ação comum. Os Padres Sinodais quiseram exprimir uma especial vontade de "colaboração no diálogo já encetado com a Igreja ortodoxa, com a qual temos muitos elementos em comum de fé, de vida sacramental e de piedade". São múltiplas as propostas concretas da Assembléia Sinodal, sobre o conjunto das Igrejas e Comunidades eclesiais cristãs não católicas. Sugere-se, em primeiro lugar, "que os cristãos católicos, pastores e fiéis, promovam o encontro dos cristãos das diferentes confissões, na colaboração, em nome do Evangelho, para responder ao grito dos pobres, com a promoção da justiça, a oração em comum pela unidade e a participação na Palavra de Deus e na experiência da fé em Cristo vivo". Deve estimular-se também, quando for oportuno e conveniente, as reuniões de peritos das diversas Igrejas e Comunidades eclesiais para facilitar o diálogo ecumênico. O ecumenismo deve ser objeto de reflexão e de comunicação de experiências entre as diferentes Conferências Episcopais católicas do Continente.

Apesar do Concílio Vaticano II se referir a todos os batizados e crentes em Cristo como a "irmãos no Senhor", é necessário saber distinguir com clareza as comunidades cristãs, com as quais é possível estabelecer relações inspiradas na dinâmica ecumênica, das seitas, cultos e outros movimentos religiosos falazes.

50. Na sociedade americana existem também comunidades de hebreus, com as quais a Igreja instaurou nestes últimos anos uma ampla colaboração. Na história da salvação, é evidente a nossa especial relação com o povo hebraico. Dele faz parte Jesus, que deu início à sua Igreja dentro da Nação judaica. Grande parte da Sagrada Escritura, que nós cristãos lemos como Palavra de Deus, constitui um patrimônio espiritual comum com os hebreus. Deve-se, portanto, evitar qualquer atitude negativa a seu respeito, pois, "para abençoar o mundo, é necessário que os Hebreus e os Cristãos sejam primeiramente bênção uns aos outros".

51. Quanto às religiões não cristãs, a Igreja Católica não rejeita nada do que há nelas de verdadeiro e de santo. Por isso, com relação às outras religiões, os católicos pretendem ressaltar os elementos de verdade onde quer que estejam, mas, ao mesmo tempo, testemunham com vigor a novidade da revelação de Cristo conservada na sua integridade pela Igreja. Coerentemente com esta atitude, eles rejeitam como alheia ao espírito de Cristo qualquer discriminação ou perseguição contra pessoas devido à sua raça, cor, condição de vida ou de religião. A diferença de religião jamais deve ser motivo de violência ou de guerra. Pelo contrário, pessoas de crenças diferentes devem sentir-se levadas, precisamente por causa da própria adesão a elas, a trabalhar unidas pela paz e pela justiça.

"Os muçulmanos, como os cristãos e os hebreus, chamam a Abraão seu pai. Este fato deve garantir que, em toda a América, essas três comunidades vivam em harmonia e trabalhem juntas pelo bem comum. Da mesma forma, a Igreja na América deve esforçar-se por incentivar o mútuo respeito e as boas relações com as religiões nativas americanas". Análoga atitude deve ser promovida com relação aos grupos de hinduístas e budistas ou de outras religiões, que os recentes fluxos migratórios, provindos de países orientais, levaram à terra americana."

Nota:41

Nm 13: “Javé falou a Moisés: ‘Mande gente para explorar o país de Canaã, que vou dar aos filhos de Israel. Mande um de cada tribo, e que todos sejam chefes’. Seguindo a ordem de Javé, Moisés os enviou do deserto de Farã. Todos eram chefes dos filhos de Israel, e seus nomes são os seguintes: da tribo de Rúben, Samua, filho de Zacur; da tribo de Simeão, Safat, filho de Huri; da tribo de Judá, Caleb, filho de Jefoné; da tribo de Issacar, Igal, filho de José; da tribo de Efraim, Oséias, filho de Nun; da tribo de Benjamim, Falti, filho de Rafu; da tribo de Zabulon, Gediel, filho de Sodi; da tribo de Manassés, filho de José, Gadi, filho de Susi; da tribo de Dã, Amiel, filho de Gemali; da tribo de Aser, Setur, filho de Miguel; da tribo de Neftali, Naabi, filho de Vapsi; da tribo de Gad, Güel, filho de Maqui. São esses os nomes dos homens que Moisés mandou explorar o país. Quanto a Oséias, filho de Nun, Moisés lhe deu o nome de Josué.
Moisés mandou que eles explorassem o país de Canaã, e lhes falou: ''Subam pelo deserto do Negueb até chegar à montanha. Observem como é o país e seus habitantes, se são fortes ou fracos, poucos ou numerosos. Vejam se a terra é boa ou ruim; como é que são as cidades onde moram, se são abertas ou fortificadas. Vejam se a terra é fértil ou estéril, se tem árvores ou não. Sejam corajosos e tragam frutos da terra''.
Era o tempo em que a uva começava a amadurecer. Eles subiram e exploraram o país desde o deserto de Sin até Roob, junto à entrada de Emat. Subiram pelo deserto e chegaram a Hebron, onde viviam Aimã, Sesai e Tolmai, filhos de Enac. Hebron tinha sido fundada sete anos antes que Tânis do Egito. Chegando ao vale do Cacho, cortaram um ramo de videira com um cacho de uvas, e o penduraram numa vara transportada por dois homens; colheram também romãs e figos. Esse lugar ficou sendo chamado vale do Cacho, por causa do cacho de uvas que os filhos de Israel aí cortaram.
Quarenta dias depois, voltaram os exploradores e se apresentaram diante de Moisés, Aarão e toda a comunidade de Israel, no deserto de Farã, em Cades. Diante deles e da comunidade, fizeram seu relatório e mostraram os frutos da terra. O relatório deles foi o seguinte: ''Entramos na terra aonde você nos enviou. É uma terra onde corre leite e mel, e aqui vocês podem ver os frutos dela. Mas o povo que mora no país é poderoso, e as cidades são grandes e fortificadas. Também vimos aí os filhos de Enac. Os amalecitas ocupam a região do Negueb; os heteus, amorreus e jebuseus vivem na montanha; os cananeus moram junto do mar e às margens do Jordão''.
Então Caleb fez o povo ficar em silêncio diante de Moisés, e falou: ''Temos que subir e tomar posse dessa terra; nós podemos fazer isso''. Mas os homens que haviam acompanhado Caleb replicaram: ''Não podemos atacar esse povo, porque ele é mais forte do que nós''. E, diante dos filhos de Israel, começaram a pôr defeitos na terra que haviam explorado: ‘A terra que fomos explorar é uma terra que devora seus habitantes; o povo que vimos nela são homens de grande estatura. Aí nós vimos gigantes, os filhos de Enac, que são gigantes mesmo. Tanto para nós próprios, como para eles, nós parecíamos gafanhotos’”.

Nota:42

cf. **Mt 11,5**: “os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia”.
Lc 4,18-19: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor”.

Nota:43

EN 14: “A Igreja sabe-o bem, ela tem a consciência viva de que a palavra do Salvador - “Eu devo anunciar a Boa Nova do reino de Deus” - se lhe aplica com toda a verdade. Assim, ela acrescenta de bom grado com São Paulo: “Não tenho, de fato, de que gloriar-me se eu anuncio o Evangelho; é um dever este que me incumbe, e ai de mim, se eu não pregasse”. Foi com alegria e reconforto que nós ouvimos, no final da grande assembléia de outubro de 1974, estas luminosas palavras: “Nós queremos confirmar, uma vez mais ainda, que a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja”; tarefa e missão, que as amplas e profundas mudanças da sociedade atual tornam ainda mais urgentes. Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores com Deus e perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e gloriosa ressurreição”.

Nota:44

EN 5: “Todos nós vemos a urgência em dar a esta pergunta uma resposta leal, humilde, corajosa e, depois, agir conseqüentemente.
Com o nosso “cuidado solícito de todas as Igrejas”, nós desejaríamos ajudar os nossos Irmãos e Filhos a responder a tais interpelações. Oxalá que as nossas palavras, que intentam ser uma reflexão sobre a evangelização, a partir das riquezas do Sínodo, possam levar à mesma reflexão todo o povo de Deus congregado na Igreja, e vir a ser um impulso novo para todos, especialmente para aqueles “que se afadigam na pregação e no ensino”, a fim de que cada um deles seja “um operário que distribui retamente a Palavra da verdade” e realize obra de pregador do Evangelho e se desempenhe com perfeição do próprio ministério.
Pareceu-nos de capital importância uma Exortação deste gênero, porque a apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderia ser substituída. Assim, ela não admite indiferença nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens que está em causa; é a beleza da Revelação que ela representa; depois, ela comporta uma sabedoria que não é deste mundo. Ela é capaz, por si mesma, de suscitar a fé, uma fé que se apóia na potência de Deus. Enfim, ela é a Verdade. Por isso, bem merece que o apóstolo lhe consagre todo o seu tempo, todas as suas energias e lhe sacrifique, se for necessário, a sua própria vida”.

Nota:45

RH 6: “ (...) Embora de modo diverso e com as devidas diferenças, importa aplicar isto que acabamos de dizer agora à atividade que busca a aproximação com os representantes das religiões não-cristãs e que se exprime também ela através do diálogo, dos contatos, da oração em comum e da busca dos tesouros da espiritualidade humana, os quais, como bem sabemos, não faltam também aos membros destas religiões. Não acontece, porventura, algumas vezes, que a crença firme dos sequazes das religiões não-cristãs crença que é feita também ela do Espírito da verdade operante para além das fronteiras visíveis do Corpo Místico deixa confundidos os cristãos, não raro tão dispostos, por sua vez, a duvidar quanto às verdades reveladas por Deus

e anunciadas pela Igreja, e tão propensos ao relaxamento dos princípios da moral e a abrir o caminho ao permissivismo ético? É nobre estar predisposto a compreender cada um dos homens, a analisar todos os sistemas e a dar razão àquilo que é justo; isso, porém, não significa absolutamente perder a certeza da própria fé ou então enfraquecer os princípios da moral, cuja falta bem depressa se fará ressentir na vida de inteiras sociedades, causando aí, além do mais, deploráveis conseqüências".

RMi 28: "O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as sementes do Verbo, presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.

O Espírito oferece ao homem luz e forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação; graças a ele, o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos; mais ainda, devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.

A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a História, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra.

Cristo ressuscitado, pela virtude de seu Espírito, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim. É ainda o Espírito que infunde as sementes do Verbo, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo".

Nota:46

1Cor 9,16: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; pelo contrário, é uma necessidade que me foi imposta. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!".

Nota:47

cf**. RMi**: "**11.** Que dizer, então, das objeções, anteriormente citadas, relativamente à missão ad gentes? Respeitando todas as crenças e todas as sensibilidades, devemos afirmar, antes de mais nada, com simplicidade, a nossa fé em Cristo, único salvador do homem fé que recebemos como um dom do Alto, sem mérito algum de nossa parte. Dizemos com São Paulo: eu não me envergonho do Evangelho, o qual é poder de Deus para salvação de todo o crente (Rm 1,16). Os mártires cristãos de todos os tempos também do nosso deram e continuam a dar a vida para testemunhar aos homens esta fé, convencidos de que cada homem necessita de Jesus Cristo, o qual, destruindo o pecado e a morte, reconciliou os homens com Deus.

Cristo proclamou-se Filho de Deus, intimamente unido ao Pai e, como tal, foi reconhecido pelos discípulos, confirmando suas palavras com milagres e, sobretudo, com a ressurreição. A Igreja oferece aos homens o Evangelho, documento profético, capaz de corresponder às exigências e aspirações do coração humano: é e será sempre a Boa-Nova. A Igreja não pode deixar de proclamar que Jesus veio revelar a face de Deus, e merecer, pela cruz e ressurreição, a salvação para todos os homens.

À pergunta por que a missão?, respondemos, com a fé e a experiência da Igreja, que abrir-se ao amor de Cristo é a verdadeira libertação. Nele, e só nele, somos libertados de toda a alienação e extravio, da escravidão ao poder do pecado e da morte. Cristo é verdadeiramente a nossa paz (Ef 2,14), e o amor de Cristo nos impele (2Cor 5,14), dando sentido e alegria à nossa vida. A missão é um problema de fé; é a medida exata de nossa fé em Cristo e no seu amor por nós.

A tentação, hoje, é reduzir o cristianismo a uma sabedoria meramente humana, como se fosse a ciência do bom viver. Num mundo fortemente secularizado, surgiu uma gradual secularização da salvação, onde se procura lutar, sem dúvida, pelo homem, mas por um homem dividido, reduzido unicamente à dimensão horizontal. Ora, sabemos que Jesus veio trazer a salvação integral, que abrange o homem todo e todos os homens, abrindo-lhes os horizontes admiráveis da filiação divina.

Por quê a missão? Porque para nós, como para São Paulo, nos foi dada esta graça de anunciar aos gentios a insondável riqueza de Cristo (Ef 3,8). A novidade de vida nele é Boa-Nova para o homem de todos os tempos: a ela todos são chamados e destinados. Todos, de fato, buscam-na, mesmo se, às vezes, confusamente, e têm o direito de conhecer o valor de tal dom e aproximar-se dele. A Igreja, e nela cada cristão, não pode esconder nem guardar para si esta novidade e riqueza, recebida da bondade divina para ser comunicada a todos os homens.

Eis porque a missão, para além do mandato formal do Senhor, deriva ainda da profunda exigência da vida de Deus em nós. Aqueles que estão incorporados na Igreja Católica devem sentir-se privilegiados, e, por isso mesmo, mais comprometidos a testemunhar a fé e a vida cristã como serviço aos irmãos e resposta devida a Deus, lembrados de que a grandeza de sua condição não se deve atribuir aos próprios méritos, mas a uma graça especial de Cristo; se não correspondem a essa graça por pensamentos, palavras e obras, em vez de se salvarem, incorrem num julgamento ainda mais severo.

5. Remontando às origens da Igreja, aparece clara a afirmação de que Cristo é o único salvador de todos, o único capaz de revelar e de conduzir a Deus. Às autoridades religiosas judaicas, que interrogam os apóstolos sobre a cura do aleijado, realizada por Pedro, este responde: É em nome de Jesus Nazareno, que vós crucificastes e Deus ressuscitou dos mortos; é por ele que este homem se apresenta curado diante de vós (...) E não há salvação em nenhum outro, pois não há debaixo do céu qualquer outro nome dado aos homens que nos possa salvar (At 4,10.12). Esta afirmação, dirigida ao Sinédrio, tem um valor universal, já que, para todos judeus e gentios a salvação só pode vir de Jesus Cristo.

A universalidade desta salvação em Cristo é afirmada em todo o Novo Testamento. São Paulo reconhece, em Cristo ressuscitado, o Senhor: Porque, ainda que haja alguns que são chamados deuses, quer no céu quer na Terra, existindo, assim, muitos deuses e muitos senhores, para nós há apenas um único Deus, o Pai de quem tudo procede e para quem nós existimos; e um único Senhor, Jesus Cristo, por meio do qual todas as coisas

existem, e igualmente nós existimos também (1Cor 8,5-6). O único Deus e o único Senhor são afirmados, em contraste com a multidão de deuses e de senhores que o povo admitia. Paulo reage contra o politeísmo do ambiente religioso de seu tempo, pondo em relevo a característica da fé cristã: crença num só Deus e num só Senhor, por aquele enviado.

No Evangelho de São João, esta universalidade salvífica de Cristo compreende os aspectos da sua missão de graça, de verdade e de revelação: o Verbo é a Luz verdadeira que ilumina a todo o homem (Jo 1,9). E ainda: ninguém jamais viu Deus: o Filho único, que está no seio do Pai, é que o deu a conhecer (Jo 1,18; cf. Mt 11,27). A revelação de Deus tornou-se definitiva e completa, na obra do seu Filho Unigênito: Tendo Deus falado, outrora, aos nossos pais, muitas vezes e de muitas maneiras, pelos profetas, agora falou-nos, nestes últimos tempos, pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de tudo, e por quem igualmente criou o mundo (Hb 1,1-2; cf. Jo 14,6). Nesta Palavra definitiva de sua revelação, Deus deu-se a conhecer de modo mais pleno: ele disse à humanidade quem é. E esta auto-revelação definitiva de Deus é o motivo fundamental pelo qual a Igreja é, por sua natureza, missionária. Não pode deixar de proclamar o Evangelho, ou seja, a plenitude da verdade que Deus nos deu a conhecer de si mesmo.

Cristo é o único mediador entre Deus e os homens: há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo Homem, que se deu em resgate por todos. Tal é o testemunho que foi dado, no tempo devido, e do qual eu fui constituído pregador, apóstolo e mestre dos gentios na fé e na verdade. Digo a verdade, não minto (1Tm 2,5-7; cf. Hb 4,14-16). Os homens, portanto, só poderão entrar em comunhão com Deus por meio de Cristo, e sob a ação do Espírito. Esta sua mediação única e universal, longe de ser obstáculo no caminho para Deus, é a via estabelecida pelo próprio Deus, e disso, Cristo tem plena consciência. Se não se excluem mediações participadas de diverso tipo e ordem, todavia elas recebem significado e valor unicamente da de Cristo, e não podem ser entendidas como paralelas ou complementares desta".

Lc 4,18-19: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor".

Nota:48

EN 17: "Na ação evangelizadora da Igreja há certamente elementos e aspectos que se devem lembrar. Alguns deles são de tal maneira importantes que se verifica a tendência para os identificar simplesmente com a evangelização. Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que hão de ser conferidos.

Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.

Tais elementos, acentuados com insistência no decorrer do mencionado Sínodo, são ainda agora aprofundados muitas vezes, sob a influência do trabalho sinodal. E nós regozijamo-nos pelo fato de eles se situarem, no fundo, na linha daqueles que o Concílio Vaticano II nos proporcionou, sobretudo nas Constituições Lumen Gentium e Gaudium et Spes e no Decreto Ad Gentes".

Nota:49

TMA: "**33.** Assim, quando o segundo milênio já se encaminha para o seu termo, é justo que a Igreja assuma com maior consciência o peso do pecado dos seus filhos, recordando todas aquelas circunstâncias em que, no arco da história, eles se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do testemunho de uma vida inspirada nos valores da fé, o espetáculo de modos de pensar e agir que eram verdadeiras formas de antitestemunho e de escândalo.

Embora sendo santa pela sua incorporação em Cristo, a Igreja não se cansa de fazer penitência: ela reconhece sempre como próprios, diante de Deus e dos homens, os filhos pecadores. Sobre isto, afirma a Constituição conciliar Lumen gentium: "a Igreja, contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação".

A Porta Santa do Jubileu do 2000 deverá ser, simbolicamente, mais ampla do que nos jubileus precedentes, porque a humanidade, chegada àquela meta, deixará atrás de si não apenas um século, mas um milênio. Será bom que a Igreja entre por essa passagem com a consciência clara daquilo que viveu ao longo dos últimos dez séculos. Ela não pode transpor o limiar do novo milênio sem impelir os seus filhos a purificarem-se, pelo arrependimento, de erros, infidelidades, incoerências, retardamentos. Reconhecer as cedências de ontem é ato de lealdade e coragem que ajuda a reforçar a nossa fé, tornando-nos atentos e prontos para enfrentar as tentações e as dificuldades de hoje.

34. Entre os pecados que requerem maior empenho de penitência e conversão, devem certamente ser incluídos os que prejudicaram a unidade querida por Deus para o seu Povo. Ao longo dos mil anos que estão para se concluir, mais ainda do que no primeiro milênio, a comunhão eclesial, "algumas vezes não sem culpa dos homens de um e de outro lado", conheceu dolorosas lacerações que contradizem abertamente a vontade de Cristo e são escândalo para o mundo. Tais pecados do passado fazem sentir ainda, infelizmente, o seu peso e permanecem como tentações igualmente no presente. É necessário emendar-se, invocando intensamente o perdão de Cristo.

Neste crepúsculo do milênio, a Igreja deve dirigir-se com prece mais instante ao Espírito Santo, implorando-lhe a graça da unidade dos cristãos. Este é um problema crucial para o testemunho evangélico no mundo. Sobretudo depois do Concílio Vaticano II, muitas foram as iniciativas ecumênicas empreendidas com generosidade e solicitude: pode-se dizer que toda a atividade das Igrejas locais e da Sé Apostólica assumiu nestes anos uma dimensão ecumênica. O Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos Cristãos tornou-se um dos principais centros propulsores do processo para a plena unidade.

Mas todos estamos conscientes de que a obtenção desta meta não pode ser fruto apenas de esforços humanos, embora indispensáveis. A unidade é, em última análise, dom do Espírito Santo. A nós, é-nos pedido para secundar este dom, sem cairmos em abdicações nem reticências no testemunho da verdade, mas pondo generosamente em ação as diretrizes traçadas pelo Concílio e sucessivos documentos da Santa Sé, que mereceram o apreço inclusive de muitos dos cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica.

Eis, portanto, uma das tarefas dos cristãos a caminho do ano 2000. A aproximação do fim do segundo milênio incita todos a um exame de consciência e a oportunas iniciativas ecumênicas, de tal modo que possamos

apresentar-nos ao Grande Jubileu, se não totalmente unidos, pelo menos muito mais perto de superar as divisões do segundo milênio. Para tal, é necessário está à vista de todos um esforço enorme. Impõe-se prosseguir com o diálogo ecumênico, mas sobretudo empenhar-se mais na oração ecumênica.
Esta muito se intensificou depois do Concílio, mas deve crescer ainda colocando os cristãos cada vez mais em sintonia com a grande invocação de Cristo, antes da Paixão: "Pai... que também eles sejam um em nós" (Jo 17,21).
35. Outro capítulo doloroso, sobre o qual os filhos da Igreja não podem deixar de tornar com espírito aberto ao arrependimento, é a condescendência manifestada, especialmente em alguns séculos, perante métodos de intolerância ou até mesmo de violência no serviço à verdade.
Certo é que um correto juízo histórico não pode prescindir da atenta consideração dos condicionalismos culturais da época, pelos quais muita gente podia ter considerado, em boa fé, que um autêntico testemunho da verdade comportasse o sufocamento da opinião de outrem ou, pelo menos, a sua marginalização. Múltiplos motivos convergiam freqüentemente para criar premissas de intolerância, alimentando uma atmosfera passional, da qual apenas grandes espíritos, verdadeiramente livres e cheios de Deus, conseguiam de algum modo subtrair-se. Mas a consideração das circunstâncias atenuantes não dispensa a Igreja do dever de lastimar profundamente as fraquezas de tantos filhos seus, que lhe deturparam o rosto, impedindo-a de refletir plenamente a imagem do seu Senhor crucificado, testemunha insuperável de amor paciente e de humilde mansidão. Desses momentos dolorosos do passado deriva uma lição para o futuro, que deve induzir todo cristão a manter-se bem firme sobre aquela regra áurea ditada pelo Concílio: "a verdade não se impõe de outro modo senão pela sua própria força, que penetra nos espíritos de modo ao mesmo tempo suave e forte".
36. Numerosos Cardeais e Bispos desejaram se fizesse um sério exame de consciência, principalmente sobre a Igreja de hoje. No limiar do novo milênio, os cristãos devem pôr-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo. Na verdade, a época atual, a par de muitas luzes, apresenta também tantas sombras.
Como calar, por exemplo, a indiferença religiosa, que leva tantos homens de hoje a viverem como se Deus não existisse ou a contentarem-se com uma religiosidade vaga, incapaz de se confrontar com o problema da verdade e com o dever da coerência? A isto, é preciso ligar também a difusa perda do sentido transcendente da existência humana e o extravio no campo ético, até mesmo em valores fundamentais como os da vida e da família. Impõe-se, pois, uma verificação aos filhos da Igreja: em que medida estão eles também tocados pela atmosfera de secularismo e relativismo ético? E que parte de responsabilidade devem eles reconhecer, quanto ao progressivo alastramento da irreligiosidade, por não terem manifestado o genuíno rosto de Deus, "pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social"?
Realmente não se pode negar que, em muitos cristãos, a vida espiritual atravessa um momento de incerteza que se repercute não só na vida moral, mas também na oração e na própria retidão teologal da fé. Esta, já posta à prova pelo confronto com o nosso tempo, vê-se às vezes ainda desorientada por posições teológicas errôneas, que se difundem também por causa da crise de obediência ao Magistério da Igreja.
E quanto ao testemunho da Igreja no nosso tempo, como não sentir pesar pela falta de discernimento, quando não se torna mesmo condescendência, de não poucos cristãos perante a violação de direitos humanos fundamentais por regimes totalitários? E não será porventura de lamentar, entre as sombras do presente, a corresponsabilidade de tantos cristãos em formas graves de injustiça e marginalização social? Seria de perguntar quantos deles conhecem a fundo e praticam coerentemente as diretrizes da doutrina social da Igreja.
O exame de consciência não pode deixar de incluir também a recepção do Concílio, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio. Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a Dei Verbum? É vivida a liturgia como "fonte e cume" da vida eclesial, segundo o ensinamento da Sacrosanctum Concilium? Vai-se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da Lumen gentium, dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do Povo de Deus, embora sem descair para um democraticismo e sociologismo que não reflete a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares oferecidas na Gaudium et spes e em outros documentos de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um maior empenho".

Nota:50
cf. **EA 67**: "Jesus Cristo é a boa nova da salvação comunicada aos homens de ontem, de hoje e de sempre; mas, ao mesmo tempo, ele é também o primeiro e supremo evangelizador".

Nota:51
Mt 16,16: "Simão Pedro respondeu: Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo".

Nota:52
EN 22: "Entretanto isto permanecerá sempre insuficiente, pois ainda o mais belo testemunho virá a demonstrar-se, com o andar do tempo, impotente, se ele não vier a ser esclarecido, justificado - aquilo que São Pedro chamava dar "a razão da própria esperança" - explicitado por um anúncio claro e inelutável do Senhor Jesus. Por conseguinte, a Boa Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados.
A história da Igreja, a partir da pregação de Pedro na manhã do Pentecostes, identifica-se e confunde-se com a história de tal anúncio. Em cada nova fase da história humana, a Igreja, constantemente estimulada pelo desejo de evangelizar, não tem senão uma preocupação instigadora: Quem enviar a anunciar o mistério de Jesus? Com que linguagem anunciar um tal mistério? Como fazer para que ele ressoe e chegue a todos aqueles que hão de ouvi-lo? Este anúncio - kerigma, pregação ou catequese - ocupa um tal lugar na evangelização que, com freqüência, se tornou sinônimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto da evangelização".

Nota:53
cf. **Rm 5, 12-15**: "Assim como o pecado entrou no mundo através de um só homem e com o pecado veio a morte, assim também a morte atingiu todos os homens, porque todos pecaram. De fato, já antes da Lei existia pecado no mundo, embora o pecado não possa ser levado em conta quando não existe Lei. Ora, a morte reinou

de Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não haviam pecado, cometendo uma transgressão igual à de Adão, o qual é figura daquele que devia vir.
O dom da graça, porém, não é como a falta. Se todos morreram devido à falta de um só, muito mais abundantemente se derramou sobre todos a graça de Deus e o dom gratuito de um só homem, Jesus Cristo. Também não acontece com o dom da graça, como aconteceu com o pecado de um só que pecou: a partir do pecado de um só, o julgamento levou à condenação, ao passo que a partir de numerosas faltas, o dom da graça levou à justificação. Porque se através de um só homem reinou a morte por causa da falta de um só, com muito mais razão reinarão na vida aqueles que recebem a abundância da graça e do dom da justiça, por meio de um só: Jesus Cristo".

Nota:54

Fidelis et Ratio 12. O Papa segue citando a *Gaudium et Spes* 22: "Na realidade, o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente".

Nota:55

EA 7: "O mandato de evangelizar, que o Senhor ressuscitado deixou à sua Igreja, está acompanhado da certeza, baseada na sua promessa, de que ele continua vivo e agindo entre nós: "Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo" (Mt 28,20). Esta misteriosa presença de Cristo na sua Igreja constitui para ela uma garantia de sucesso no cumprimento da tarefa que lhe foi confiada. Ao mesmo tempo, tal presença torna possível o nosso encontro com ele, como Filho enviado pelo Pai, como Senhor da Vida que nos comunica o seu Espírito. Um renovado encontro com Jesus Cristo conscientizará todos os membros da Igreja na América do fato de ser chamados a continuar a missão do Redentor em suas terras.
O encontro pessoal com o Senhor, se for autêntico, trará também consigo a renovação eclesial: as Igrejas particulares do Continente, como Igrejas irmãs e vizinhas entre si, aumentarão os vínculos de cooperação e de solidariedade, para prolongar e tornar mais incisiva a obra salvadora de Cristo na história da América. Em atitude de abertura à unidade, fruto de uma autêntica comunhão com o Senhor ressuscitado, as Igrejas particulares, e nelas cada um dos seus membros, descobrirão, através da própria experiência espiritual, que o "encontro com Jesus Cristo vivo" é "caminho de conversão, de comunhão e de solidariedade". E, na medida em que estas metas forem alcançadas, tornar-se-á possível uma dedicação sempre maior à nova evangelização da América".

Nota:56

EA 68: "O encontro com o Senhor gera uma profunda transformação em todos aqueles que não se fecham a ele. O primeiro impulso que nasce dessa transformação é comunicar aos outros a riqueza descoberta nesse encontro. Não se trata apenas de ensinar aquilo de que tivemos conhecimento, mas de fazer também, à semelhança da mulher samaritana, com que os outros encontrem pessoalmente Jesus: "Vinde ver" (Jo 4,29). O resultado será igual ao que então se verificou no coração dos samaritanos: "Já não é por causa das tuas palavras que acreditamos; nós próprios ouvimos e sabemos que ele é realmente o Salvador do mundo" (Jo 4,42). A Igreja, que vive da presença permanente e misteriosa do seu Senhor ressuscitado, tem como centro da sua missão o empenho de "levar todos os homens a encontrar-se com Cristo".
Ela é chamada a anunciar que Cristo é verdadeiramente o Vivente, o Filho de Deus, que se fez homem, morreu e ressuscitou. Ele é o único Salvador de todos os homens e do homem todo e, como Senhor da história, atua continuamente na Igreja e no mundo, por meio do seu Espírito, até ao fim dos séculos. Essa presença do Ressuscitado na Igreja torna possível o nosso encontro com ele, graças à ação invisível do seu Espírito vivificante. Aquele encontro realiza-se na fé recebida e vivida na Igreja, o corpo místico de Cristo. Este, portanto, possui essencialmente uma dimensão eclesial e leva a um compromisso de vida. De fato, "encontrar Cristo vivo significa acolher o amor com que ele primeiro nos amou, optar por ele, aderir livremente à sua pessoa e ao seu projeto, que consiste no anúncio e realização do Reino de Deus".
O chamado faz-nos ir à procura de Jesus: "Rabbi que quer dizer Mestre , onde moras?. Vinde ver, respondeu-lhes. Foram, pois, e viram onde morava e permaneceram junto dele nesse dia (Jo 1,38-39). Esse permanecer não se limita ao dia da vocação, mas estende-se a toda a vida. Segui-lo implica viver como ele viveu, aceitar a sua mensagem, assumir como próprios os seus critérios, abraçar o seu destino, partilhar o seu projeto que é o desígnio do Pai: convidar a todos para a comunhão trinitária e para a comunhão com os irmãos numa sociedade justa e solidária". O desejo ardente de convidar os outros para se encontrarem com Aquele que nós encontramos está na raiz da missão evangelizadora a que é chamada toda a Igreja, mas que é sentida com particular urgência hoje na América, depois de ter celebrado os 500 anos da primeira evangelização e quando se prepara para comemorar com gratidão os 2000 anos da vinda do Filho unigênito de Deus ao mundo".

Nota:57

Jo 4,4-42: "Jesus tinha que atravessar a Samaria. Chegou, então, a uma cidade da Samaria chamada Sicar, perto do campo que Jacó tinha dado ao seu filho José. Aí ficava a fonte de Jacó. Cansado da viagem, Jesus sentou-se junto à fonte. Era quase meio-dia. Então chegou uma mulher da Samaria para tirar água. Jesus lhe pediu: Dê-me de beber. (Os discípulos tinham ido à cidade para comprar mantimentos). A samaritana perguntou: Como é que tu, sendo judeu, pedes de beber a mim, que sou samaritana? (De fato, os judeus não se dão bem com os samaritanos). Jesus respondeu: Se você conhecesse o dom de Deus, e quem lhe está pedindo de beber, você é que lhe pediria. E ele daria a você água viva. A mulher disse a Jesus: Senhor, não tens um balde, e o poço é fundo. De onde vais tirar a água viva? Certamente não pretendes ser maior do que o nosso pai Jacó, que nos deu este poço, e do qual ele bebeu junto com seus filhos e animais! Jesus respondeu: Quem bebe desta água vai ter sede de novo. Mas aquele que beber a água que eu vou dar, esse nunca mais terá sede. E a água que eu lhe darei, vai se tornar dentro dele uma fonte de água que jorra para a vida eterna. A mulher disse a Jesus: Senhor, dá-me dessa água, para que eu não tenha mais sede, nem precise vir aqui para tirar.
Jesus disse à samaritana: Vá chamar o seu marido e volte aqui. A mulher respondeu: Eu não tenho marido. Jesus disse: Você tem razão ao dizer que não tem marido. De fato, você teve cinco maridos. E o homem que você tem agora, não é seu marido. Nisso você falou a verdade. A mulher então disse a Jesus: Senhor, vejo que és profeta! Os nossos pais adoraram a Deus nesta montanha. E vocês judeus dizem que é em Jerusalém o lugar onde se deve adorar. Jesus disse: Mulher, acredite em mim. Está chegando a hora, em que não adorarão o Pai, nem sobre esta montanha e nem em Jerusalém. Vocês adoram o que não conhecem, nós adoramos o

que conhecemos, porque a salvação vem dos judeus. Mas está chegando a hora, e é agora, em que os verdadeiros adoradores vão adorar o Pai em espírito e verdade. Porque são estes os adoradores que o Pai procura. Deus é espírito, e aqueles que o adoram devem adorá-lo em espírito e verdade. A mulher disse a Jesus: Eu sei que vai chegar um Messias (aquele que se chama Cristo); e quando chegar, ele nos vai mostrar todas as coisas. Jesus disse: Esse Messias sou eu, que estou falando com você.
Nesse momento, os discípulos de Jesus chegaram. E ficaram admirados de ver Jesus falando com uma mulher, mas ninguém perguntou o que ele queria, ou por que ele estava conversando com a mulher. Então a mulher deixou o balde, foi para a cidade e disse para as pessoas: Venham ver um homem que me disse tudo o que eu fiz. Será que ele não é o Messias? O pessoal saiu da cidade e foi ao encontro de Jesus. Enquanto isso, os discípulos insistiam com Jesus, dizendo: Mestre, come alguma coisa. Jesus disse: Eu tenho um alimento para comer, que vocês não conhecem. Os discípulos comentavam: Será que alguém trouxe alguma coisa para ele comer? Jesus disse: O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra. Vocês não dizem que faltam quatro meses para a colheita? Pois eu digo a vocês: ergam os olhos e olhem os campos: já estão dourados para a colheita. Aquele que colhe, recebe desde já o salário, e recolhe fruto para a vida eterna; desse modo, aquele que semeia se alegra junto com aquele que colhe. Na verdade é como diz o provérbio: Um semeia e outro colhe. Eu enviei vocês para colher aquilo que vocês não trabalharam. Outros trabalharam, e vocês entraram no trabalho deles.
Muitos samaritanos dessa cidade acreditaram em Jesus, por causa do testemunho que a mulher tinha dado. Ele me disse tudo o que eu fiz. Os samaritanos então foram ao encontro de Jesus e lhe pediram que ficasse com eles. E Jesus ficou aí dois dias. Muitas outras pessoas acreditaram em Jesus ao ouvir sua palavra. E diziam à mulher: Já não acreditamos por causa daquilo que você disse. Agora, nós mesmos ouvimos e sabemos que este é, de fato, o salvador do mundo".

Nota:58

EA 7: "O mandato de evangelizar, que o Senhor ressuscitado deixou à sua Igreja, está acompanhado da certeza, baseada na sua promessa, de que ele continua vivo e agindo entre nós: "Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo" (Mt 28,20). Esta misteriosa presença de Cristo na sua Igreja constitui para ela uma garantia de sucesso no cumprimento da tarefa que lhe foi confiada. Ao mesmo tempo, tal presença torna possível o nosso encontro com ele, como Filho enviado pelo Pai, como Senhor da Vida que nos comunica o seu Espírito. Um renovado encontro com Jesus Cristo conscientizará todos os membros da Igreja na América do fato de ser chamados a continuar a missão do Redentor em suas terras.
O encontro pessoal com o Senhor, se for autêntico, trará também consigo a renovação eclesial: as Igrejas particulares do Continente, como Igrejas irmãs e vizinhas entre si, aumentarão os vínculos de cooperação e de solidariedade, para prolongar e tornar mais incisiva a obra salvadora de Cristo na história da América. Em atitude de abertura à unidade, fruto de uma autêntica comunhão com o Senhor ressuscitado, as Igrejas particulares, e nelas cada um dos seus membros, descobrirão, através da própria experiência espiritual, que o "encontro com Jesus Cristo vivo" é "caminho de conversão, de comunhão e de solidariedade". E, na medida em que estas metas forem alcançadas, tornar-se-á possível uma dedicação sempre maior à nova evangelização da América".

Nota:59

LG 8c: "Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.
Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.
Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação".

Nota:60

RMi 46: "O anúncio da Palavra de Deus visa a conversão cristã, isto é, a adesão plena e sincera a Cristo e ao seu Evangelho, mediante a fé. A conversão é dom de Deus, obra da Trindade: é o Espírito que abre as portas dos corações, para que os homens possam acreditar no Senhor e confessá-lo (1Cor 12,3). Jesus, referindo-se a quem se aproxima dele pela fé, diz: ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, o não atrair (Jo 6,44).
Desde o início, a conversão exprime-se com uma fé total e radical: não põe limites nem impedimentos ao dom de Deus. Ao mesmo tempo, porém, determina um processo dinâmico e permanente que se prolonga por toda a existência, exigindo uma passagem contínua da vida segundo a carne à vida segundo o Espírito (cf. Rm 8,3-13). Esta significa aceitar, por decisão pessoal, a soberania salvífica de Cristo, tornando-se seu discípulo.
A Igreja chama a todos para esta conversão, a exemplo de João Batista que preparava o caminho para Cristo, pregando um batismo de conversão, em ordem ao perdão dos pecados (Mc 1,4), e a exemplo do próprio Cristo que, depois de João ter sido preso, veio para a Galiléia pregar a Boa-Nova de Deus, dizendo: Completou-se o tempo, o Reino de Deus está próximo: arrependei-vos, e acreditai no Evangelho (Mc 1,14-15).
Hoje, o apelo à conversão, que os missionários dirigem aos não-cristãos, é posto em discussão ou facilmente deixado no silêncio. Vê-se nele um ato de proselitismo; diz-se que basta ajudar os homens a tornarem-se mais homens ou mais fiéis à própria religião, que basta construir comunidades capazes de trabalharem pela justiça, pela liberdade, pela paz, e pela solidariedade. Esquece-se, porém, que toda a pessoa tem o direito de ouvir a Boa-Nova de Deus que se revela e se dá em Cristo, para realizar, em plenitude, sua própria vocação. A grandeza deste evento ressoa nas palavras de Jesus à samaritana: Se tu conhecesses o dom de Deus, e no desejo inconsciente, mas intenso, da mulher: Senhor, dá-me dessa água, para que eu não tenha mais sede (Jo 4,10.15)".

Nota:61

EN 15: “Quem quer que releia no Novo Testamento as origens da Igreja e queira acompanhar passo a passo a sua história e, enfim, a examine em sua vida e ação, verá que ela se acha vinculada à evangelização naquilo que ela tem de mais íntimo.

- A Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze. Ela é o fruto normal, querido, o mais imediato e o mais visível dessa evangelização: “Ide, pois, ensinai todas as gentes”. Ora “aqueles que acolheram a Palavra foram batizados, e naquele dia agregaram-se a eles umas três mil pessoas... E o Senhor ia aumentando todos os dias os que eram salvos”.

- Nascida da missão, pois, a Igreja é por sua vez enviada por Jesus, a Igreja fica no mundo quando o Senhor da glória volta para o Pai. Ela fica aí como um sinal, a um tempo opaco e luminoso, de uma nova presença de Jesus, sacramento da sua partida e da sua permanência. Ela prolonga-o e continua-o. Ora, é exatamente toda a sua missão e a sua condição de evangelizador, antes de mais nada, que ela é chamada a continuar. A comunidade dos cristãos, realmente, nunca é algo fechado sobre si mesmo. Nela, a vida íntima - vida de oração, ouvir a Palavra e o ensino dos apóstolos, caridade fraterna vivida e fração do pão - não adquire todo o seu sentido senão quando ela se torna testemunha, a provocar a admiração e a conversão e se desenvolve na pregação e no anúncio da Boa Nova. Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar, e a atividade de cada um é importante para o todo.

- Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor. Povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela precisa ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus, que a converteram para o Senhor; precisa sempre ser convocada e reunida de novo por ele. É o mesmo que dizer, numa palavra, que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar vigor, alento e força para anunciar o Evangelho. O Concílio Vaticano II recordou e depois o Sínodo de 1974 retomou com vigor este mesmo tema: a Igreja que se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade.

- A Igreja é depositária da Boa Nova que há de ser anunciada. As promessas da nova aliança em Jesus Cristo, os ensinamentos do Senhor e dos apóstolos, a Palavra da vida, as fontes da graça e da benignidade de Deus, o caminho da salvação, tudo isso lhe foi confiado. É o conteúdo do Evangelho e, por conseguinte, da evangelização, que ela guarda como um depósito vivo e precioso, não para manter escondido, mas sim para o comunicar.

- Enviada e evangelizadora, a Igreja envia também ela própria evangelizadores. É ela que coloca em seus lábios a Palavra que salva, que lhes explica a mensagem de que ela mesma é depositária, que lhes confere o mandato que ela própria recebeu e que, enfim, os envia a pregar. E a pregar, não as suas próprias pessoas ou as suas idéias pessoais, mas sim um Evangelho do qual nem eles nem ela são senhores e proprietários absolutos, para dele disporem a seu bel-prazer, mas de que são os ministros para o transmitir com a máxima fidelidade”.

Nota:62

Lc 7,18-23: “Os discípulos de João o puseram a par de todas essas coisas. Então João chamou dois de seus discípulos, e os mandou perguntar ao Senhor: És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro? Eles foram a Jesus, e disseram: João Batista nos mandou a ti para perguntar: És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro? Nessa mesma hora, Jesus curou muitas pessoas de suas doenças, males e espíritos maus, e fez muitos cegos recuperar a vista. Depois respondeu: Voltem, e contem a João o que vocês viram e ouviram: os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e a Boa Notícia é anunciada aos pobres. E feliz é aquele que não se escandaliza por causa de mim!”.

Nota:63

EA 12: “Confiando na ajuda de Maria, a Igreja na América deseja conduzir os homens e as mulheres do Continente ao encontro de Cristo, ponto de partida para uma autêntica conversão e uma renovada comunhão e solidariedade. Este encontro contribuirá eficazmente para consolidar a fé de muitos católicos, favorecendo o seu amadurecimento numa fé convicta, viva e operativa.

Para que a procura de Cristo, presente na sua Igreja, não se reduza a algo meramente abstrato, é necessário mostrar os lugares e momentos concretos nos quais, no âmbito da Igreja, é possível encontrá-lo. A reflexão dos Padres Sinodais a este propósito foi rica de sugestões e observações.

Em primeiro lugar, eles apontaram “a Sagrada Escritura, lida à luz da Tradição, dos Padres e do Magistério, e aprofundada através da meditação e da oração”. Foi encarecida a promoção do conhecimento dos Evangelhos, nos quais é proclamado, com palavras facilmente acessíveis a todos, o modo como Jesus viveu entre os homens. A leitura destes textos sagrados, quando acolhida com a mesma atenção com que as multidões escutavam Jesus na encosta do monte das Bem-aventuranças, ou na margem do lago de Tiberíades enquanto Ele pregava desde a barca, produz autênticos frutos de conversão do coração.

Um segundo lugar de encontro com Jesus é a Sagrada Liturgia. Ao Concílio Vaticano II devemos uma riquíssima exposição da multíplice presença de Cristo na Liturgia, cuja importância deve ser objeto de constante pregação: Cristo está presente no celebrante que renova sobre o altar o mesmo e único sacrifício da Cruz; está presente nos sacramentos onde exerce sua força eficaz. Quando é proclamada a sua palavra, é ele mesmo que nos fala. Além disso, está presente na comunidade, como prometeu: “Onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mt 18,20). Ele está presente “sobretudo sob as espécies eucarísticas”. O meu predecessor Paulo VI considerou necessário explicar a peculiariedade da presença real de Cristo na Eucaristia, que “é chamada real, não por exclusão, como se as outras não fossem reais, mas por antonomásia, porque é substancial”. Sob as espécies do pão e do vinho, “encontra-se presente Cristo total na sua realidade física, inclusive corporalmente”.

A Escritura e a Eucaristia, como lugares de encontro com Cristo, são evocadas na narração da aparição do Ressuscitado aos discípulos de Emaús. Mas o texto do Evangelho sobre o juízo final (cf. Mt 25,31-46), onde se diz que seremos julgados acerca do amor para com os mais necessitados, nos quais Jesus Cristo está misteriosamente presente, indica que é preciso não descurar um terceiro lugar de encontro com o Senhor: “as

pessoas, especialmente os pobres, com os quais Cristo se identifica". No encerramento do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI recordava que "no rosto de todo homem, sobretudo se se tornou transparente pelas lágrimas ou pelas dores, podemos e devemos descobrir o rosto de Cristo (cf. Mt 25,40), o Filho do Homem".

Nota:64

Lc 4,18-22: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor. Em seguida Jesus fechou o livro, o entregou na mão do ajudante, e sentou-se. Todos os que estavam na sinagoga tinham os olhos fixos nele. Então Jesus começou a dizer-lhes: Hoje se cumpriu essa passagem da Escritura, que vocês acabam de ouvir. Todos aprovavam Jesus, admirados com as palavras cheias de encanto que saíam da sua boca. E diziam: Este não é o filho de José?".

Nota:65

EA 74: "Jesus Cristo confiou à sua Igreja a missão de evangelizar todas as nações: "Ide, pois, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar tudo quanto vos tenho mandado" (Mt 28,19-20). A consciência da universalidade da missão evangelizadora que a Igreja recebeu deve permanecer viva, como aliás o testemunha continuamente a história do Povo de Deus que peregrina na América. A evangelização torna-se mais urgente junto de todos aqueles que, vivendo neste Continente, ainda não conhecem o nome de Jesus, o único nome dado aos homens para se salvarem (cf. At 4,12).

Infelizmente, este nome é desconhecido por larga parte da humanidade e em muitos ambientes da sociedade americana. Basta pensar nas etnias indígenas ainda não cristianizadas ou na presença de religiões não-cristãs tais como o Islamismo, o Budismo, o Hinduísmo, sobretudo entre os imigrantes vindos da Ásia.

Isso obriga a Igreja na América a permanecer disponível para a missão ad gentes. O programa de uma nova evangelização no Continente, objetivo de muitos projetos pastorais, não pode limitar-se a revitalizar a fé dos crentes habituais, mas deve também procurar anunciar Cristo nos ambientes onde ele é desconhecido.

Além disso, as Igrejas particulares da América são chamadas a estender este ímpeto evangelizador para além das fronteiras do seu Continente. Não podem reservar só para elas as riquezas imensas do seu patrimônio cristão. Devem levá-lo ao mundo inteiro e comunicá-lo a quantos ainda o ignoram. Trata-se de muitos milhões de homens e mulheres que, sem a fé, padecem da mais grave das pobrezas. Diante de tal pobreza, seria um erro deixar de promover a atividade evangelizadora fora do Continente com o pretexto de que ainda há muito para fazer na América, ou à espera de se chegar primeiro a uma situação, fundamentalmente utópica, de plena realização da Igreja na América.

Com votos de que o Continente americano, em sintonia com a sua vitalidade cristã, tome parte na grande tarefa da missão ad gentes, faço minhas as propostas concretas que os Padres Sinodais apresentaram: "apoiar uma maior cooperação entre as Igrejas irmãs; enviar missionários (sacerdotes, consagrados e fiéis leigos) para dentro e fora do Continente; revigorar ou criar Institutos missionários; favorecer a dimensão missionária da vida consagrada e contemplativa; dar maior impulso à animação, formação e organização missionária". Estou certo de que o zelo pastoral dos Bispos e dos outros filhos da Igreja em toda a América conseguirá suscitar iniciativas concretas, inclusive em nível internacional, que levem a realizar com grande dinamismo e criatividade estes propósitos missionários".

Nota:66

RMi 56: "O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as sementes do Verbo, os fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos.

Daqui deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa".

Nota:67

1Tm 2,4: "Ele quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade".

Nota:68

DV 2: "Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2 Pd 1, 4).

Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.

A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam os acontecimentos e iluminam o mistério neles contido.

A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação".

Nota:69

RMi 28: "O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as sementes do Verbo, presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.

O Espírito oferece ao homem luz e forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação; graças a ele, o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos; mais ainda, devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.

A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a História, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra.

Cristo ressuscitado, pela virtude de seu Espírito, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim. É ainda o Espírito que infunde as sementes do Verbo, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo".

Nota:70

AG 15: "Por intermédio das sementes da Palavra e pela pregação do Evangelho, o Espírito Santo chama a Cristo todos os seres humanos, desperta-lhes no coração a atitude de fé, gera nas fontes batismais, para uma nova vida, os que crêem em Cristo, reúne-os em um só povo de Deus como "raça eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido por Deus" (1Pd 2, 9).

Como cooperadores de Deus os missionários devem suscitar grupos de fiéis que caminhem de maneira digna da vocação a que foram chamados e exerçam os papéis sacerdotal, profético e régio, que lhes foram atribuídos por Deus.

Dessa forma a comunidade cristã se torna sinal da presença de Deus no mundo. No sacrifício eucarístico, está em contato incessante com o Pai, por intermédio de Cristo. Alimentada constantemente pela palavra de Deus, dá testemunho de Cristo e caminha na caridade e no ardor apostólico, segundo o Espírito.

Desde o início a comunidade eclesial deve ser formada de tal maneira que possa suprir às suas próprias necessidades.

A comunidade dos fiéis, dotada com a riqueza cultural do povo a que pertence, deve estar profundamente radicada nesse povo. As famílias devem ser portadoras do espírito evangélico; as escolas, mantidas por pessoas capazes; estabeleçam-se associações e grupos por intermédio dos quais os leigos possam imbuir do espírito evangélico toda a sociedade; que reine finalmente um espírito de caridade entre os católicos de ritos diversos.

Cultive-se o espírito ecumênico entre os neófitos. Que encarem como irmãos em Cristo todos os discípulos de Cristo, regenerados pelo batismo e participantes dos muitos bens do povo de Deus. Na medida em que as circunstâncias religiosas o permitam, promovam-se atividades ecumênicas em comum, excluindo-se toda espécie de indiferentismo, confusão ou falsa emulação. Cooperando uns com os outros na ação social, nas áreas técnicas, culturais e religiosas, dá-se a todos testemunho da fé em Deus e em Jesus Cristo. A colaboração dos católicos obedeça às normas ditadas no decreto sobre o ecumenismo. Tenha-se em vista, antes de tudo, a Cristo, Nosso Senhor. Que seu nome nos reúna a todos! Não se trata de uma colaboração entre indivíduos apenas, mas deve se chegar, sob orientação do bispo, a uma colaboração entre igrejas e entre comunidades eclesiais.

Ao se reunirem na Igreja, "os fiéis não se diferenciam das outras pessoas nem pelo governo a que estão sujeitos, nem pela língua, nem pelas instituições políticas". Vivem por isso para Deus e para Cristo, segundo as maneiras de ser e os costumes honestos de seu próprio povo. Como bons cidadãos, cultivam o amor da pátria, verdadeiro e eficaz, mas evitam absolutamente o nacionalismo exacerbado e o desprezo de outras raças, empenhados que estão na promoção do amor universal para com todos os seres humanos.

Na obtenção de tais objetivos, desempenham papel primordial os leigos, isto é, os fiéis que, tendo sido incorporados a Cristo pelo batismo, vivem contudo no mundo. Imbuídos do Espírito de Cristo, compete-lhes especificamente, como o fermento na massa, animar por dentro as realidades temporais e ordená-las de tal forma que se desenrolem sempre segundo o pensamento e a vontade de Cristo.

Não basta, porém, que a comunidade cristã esteja presente e seja organizada num determinado povo, como também não basta o apostolado do exemplo. Está presente e se organiza para anunciar Cristo aos concidadãos não-cristãos, pela palavra e pela ação, tudo fazendo para que o recebam da melhor forma possível.

A implantação e o crescimento da Igreja requerem grande diversidade de ministérios. A ação divina os suscita na comunidade, mas devem ser reconhecidos e cultivados com diligência. Dentre estes, contam-se o sacerdócio e o diaconato, o ministério dos catequistas e a ação católica. Também os religiosos e religiosas são chamados a trabalhar para o enraizamento e conseqüente desenvolvimento, nas almas, do reino de Cristo, tanto pela oração como pela ação e demais obras indispensáveis".

GS 26: "O bem comum é a soma das condições sociais que permite, tanto às pessoas como aos grupos humanos, alcançar mais fácil e plenamente a perfeição a que são chamados.

A crescente interdependência entre os seres humanos, que se estende progressivamente ao mundo inteiro, torna o bem comum cada vez mais universal, abrangendo direitos e deveres em relação a todo o gênero humano.

Cada grupo deve considerar as necessidades e as legítimas aspirações dos outros, e de toda a família humana.

Cresce igualmente a consciência da dignidade superior da pessoa, que está acima de tudo, dotada de direitos e de deveres universais e invioláveis.

O ser humano tem direito a tudo de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, roupa, moradia, liberdade na escolha do seu estado de vida e na constituição de sua família, educação, trabalho, reputação, respeito, informação objetiva, liberdade de agir segundo a norma de sua consciência reta, privacidade e gozo de uma justa liberdade, inclusive religiosa.

Numa ordem social justa, o bem das pessoas passa na frente do progresso, de tal forma que a ordem das coisas está sujeita ao bem das pessoas, e não vice-versa. Como disse o Senhor, o sábado é para o homem e

não o homem para o sábado. A ordem social deve ir se aperfeiçoando dia após dia, baseada na verdade, edificada segundo a justiça e animada pelo amor, obtendo-se aos poucos um equilíbrio cada vez mais humano entre as liberdades. Tudo isso requer porém uma nova mentalidade e profundas transformações sociais.
O Espírito de Deus, que dirige o curso da história com admirável providência e renova a face da terra, preside a essa evolução. O fermento do Evangelho despertou e continua alimentando, no coração humano, uma irrefreável exigência de dignidade".

Nota:71

RMi 28: "O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as sementes do Verbo, presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.
O Espírito oferece ao homem luz e forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação; graças a ele, o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos; mais ainda, devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.
A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a História, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra.
Cristo ressuscitado, pela virtude de seu Espírito, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim. É ainda o Espírito que infunde as sementes do Verbo, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo".

Nota:72

RMi 29: "Assim, o Espírito que sopra onde quer (Jo 3,8) e que já operava no mundo, antes da glorificação do Filho, que enche o universo, abrangendo tudo e de tudo tem conhecimento (Sb 1,7), induz-nos a estender o olhar, para podermos melhor considerar sua ação, presente em todo o tempo e lugar. É uma referência que eu próprio sigo, muitas vezes, e que me guiou nos encontros com os mais diversos povos. As relações da Igreja com as restantes religiões baseiam-se num duplo aspecto: respeito pelo homem na sua busca de resposta às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito nesse mesmo homem. O encontro inter-religioso de Assis, excluída toda e qualquer interpretação equívoca, reforçou minha convicção de que toda a oração autêntica é suscitada pelo Espírito Santo, que está misteriosamente presente no coração dos homens.
Este Espírito é o mesmo que agiu na encarnação, vida, morte e ressurreição de Jesus, e atua na Igreja. Não é, de modo nenhum, uma alternativa para Cristo, nem vem preencher uma espécie de vazio, como algumas vezes se sugere existir, entre Cristo e o Logos. Tudo quanto o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel de preparação evangélica, e não pode deixar de se referir a Cristo, Verbo feito carne pela ação do Espírito, a fim de, como homem perfeito, salvar todos os homens e recapitular em si todas as coisas.
A ação universal do Espírito, portanto, não pode ser separada da obra peculiar que ele desenvolve no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Sempre é o Espírito que atua, quer quando dá vida à Igreja, impelindo-a a anunciar Cristo, quer quando semeia e desenvolve seus dons em todos os homens e povos, conduzindo a Igreja à descoberta, promoção e acolhimento desses dons, por meio do diálogo. Qualquer presença do Espírito deve ser acolhida com estima e gratidão, mas compete à Igreja discerni-la. A ela, Cristo deu o seu Espírito para a guiar até à verdade total (cf. Jo 16,13)".

Nota:73

TMA: "**2.** No seu Evangelho, Lucas transmitiu-nos uma descrição concisa das circunstâncias em que se deu o nascimento de Jesus: "Naqueles dias, saiu um edito de César Augusto, para ser recenseada toda a terra (...) E iam todos recensear-se, cada qual à sua própria cidade. Também José, deixando a cidade de Nazaré, na Galiléia, subiu até à Judéia, à cidade de Davi, chamada Belém, por ser da casa e linhagem de Davi, a fim de recensear-se com Maria, sua mulher, que se encontrava grávida. E, quando eles ali se encontravam, completaram-se os dias de ela dar à luz e teve o seu filho primogênito, que envolveu em panos e recostou numa manjedoura, por não haver para eles lugar na hospedaria" (2,1.3-7).
Assim se cumpria aquilo que o anjo Gabriel tinha predito na Anunciação. À Virgem de Nazaré, tinha-se ele dirigido com estas palavras: "Salve, ó cheia de graça, o Senhor está contigo" (1,28). Tais palavras deixaram Maria perturbada, pelo que o Mensageiro divino apressara-se a acrescentar: "Não tenhas receio, Maria, pois achaste graça diante de Deus. Eis que conceberás no teu seio e darás à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus. Será grande e chamar-se-á Filho do Altíssimo. (...) O Espírito Santo descerá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra. Por isso o Santo que nascer será chamado Filho de Deus" (1,30-32.35). A resposta de Maria à mensagem angélica foi inequívoca: "Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra" (1,38). Nunca como então na história do homem, esteve tão dependente do consentimento da criatura humana.
3. No prólogo do seu Evangelho, João resume toda a profundidade do mistério da Encarnação numa única frase: "E o Verbo fez-se homem e habitou entre nós, e nós vimos a sua glória, glória que lhe vem do Pai, como Filho unigênito cheio de graça e de verdade" (1,14). Para João, na concepção e no nascimento de Jesus realiza-se a Encarnação do Verbo eterno, consubstancial ao Pai. O evangelista refere-se ao Verbo, que no princípio estava junto de Deus e por quem foi feito tudo quanto existe; o Verbo no qual estava a vida, vida que era a luz dos homens (cf. 1,1-5). Do Filho unigênito, Deus de Deus, o apóstolo Paulo escreve que foi "o Primogênito de toda a criação" (Cl 1,15). Deus cria o mundo por meio do Verbo. O Verbo é a eterna Sabedoria, o Pensamento e a Imagem substancial de Deus, "resplendor da sua glória e imagem da sua substância" (Hb 1,3). Gerado

eternamente e eternamente amado pelo Pai, como Deus de Deus e Luz da Luz, ele é o princípio e o arquétipo de todas as coisas, criadas por Deus no tempo.

O fato de o Verbo ter assumido, na plenitude dos tempos, a condição de criatura confere ao acontecimento de Belém, de há dois mil anos, um valor cósmico singular. Graças ao Verbo, o mundo das criaturas apresenta-se como "cosmos", isto é, como universo ordenado. E é ainda o Verbo que, encarnando-se, renova a ordem cósmica da criação. A Carta aos Efésios fala do desígnio que Deus tinha preestabelecido em Cristo, "para ser realizado ao completarem-se os tempos: recapitular em Cristo todas as coisas que há no Céu e na Terra" (1,10).

4. Cristo, Redentor do mundo, é o único Mediador entre Deus e os homens e não há outro nome debaixo do céu pelo qual possamos ser salvos (cf. At 4,12). Lê-se na Carta aos Efésios: nele "temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça, que abundantemente derramou sobre nós com plena sabedoria e discernimento (…) segundo o beneplácito que nele de antemão estabelecera, para ser realizado ao completarem-se os tempos" (1,7-10). Assim Cristo, Filho consubstancial ao Pai, é aquele que revela o desígnio de Deus relativo a toda a criação, e de modo particular sobre o homem. Como sugestivamente afirma o Concílio Vaticano II, ele "revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime". Mostra-lhe esta vocação, revelando o mistério do Pai e do seu amor. "Imagem do Deus invisível", Cristo é o homem perfeito que restituiu aos filhos de Adão a semelhança com Deus, deformada pelo pecado. Na sua natureza humana, imune de todo o pecado e assumida pela Pessoa divina do Verbo, a natureza comum a todo ser humano é elevada a uma dignidade sublime. "Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado".

5. O fato do Filho de Deus "se fazer um de nós" verificou-se na maior humildade, pelo que não admira que a historiografia profana, absorvida por fatos mais clamorosos e personagens que davam mais na vista, lhe tenha dedicado, no início, somente acenos fugidios, ainda que significativos. Encontram-se referências a Cristo, por exemplo, em Antiguidades Judaicas, obra redigida em Roma pelo historiador Flávio Josefo, nos anos 93/94,4 e sobretudo nos Anais de Tácito, compostos entre os anos 115 e 120; ao referir-se lá ao incêndio de Roma no ano 64, falsamente imputado por Nero aos cristãos, o historiador acena explicitamente a Cristo, "supliciado por obra do Procurador Pôncio Pilatos sob o império de Tibério". Também Suetônio, ao escrever a biografia do imperador Cláudio pelo ano 121, nos informa sobre a expulsão dos judeus de Roma, porque "por instigação de um certo Cresto suscitavam freqüentes tumultos". É convicção comum dos intérpretes que tal passagem se refere a Jesus Cristo, que se tornara motivo de controvérsia no seio do judaísmo romano. De salientar ainda, como confirmação da rápida difusão do cristianismo, o testemunho de Plínio o Jovem, governador da Bitínia, que, entre 111 e 113, comunica ao imperador Trajano que um grande número de pessoas costumava reunir-se "num dia fixo, antes da aurora, para, em coros alternados, cantar um hino a Cristo como a um Deus".

Mas aquele grande acontecimento, que os historiadores não-cristãos se limitam a mencionar, adquire a sua luz plena nos escritos do Novo Testamento, os quais, apesar de documentos de fé, nem por isso deixam de ser, no conjunto das suas referências, menos atendíveis como testemunhos históricos. Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Senhor do cosmos, é também Senhor da história, de que é "o Alfa e o Ômega" (Ap 1,8; 21,6), "o Princípio e o Fim" (Ap 21,6). Nele, o Pai pronunciou a palavra definitiva sobre o homem e sobre a sua história. É o que, numa real síntese, exprime a Carta aos Hebreus: "Tendo Deus falado outrora aos nossos pais, muitas vezes e de muitas maneiras, pelos profetas, agora falou-nos nestes últimos tempos por meio do Filho" (1,1-2).

6. Jesus nasceu do Povo eleito, dando cumprimento à promessa feita a Abraão e depois constantemente recordada pelos profetas. Estes falavam em nome e em lugar de Deus. A economia do Antigo Testamento, de fato, está essencialmente ordenada à preparação e ao anúncio da vinda de Cristo, Redentor do universo, e do seu Reino messiânico. Assim, os livros da Antiga Aliança são testemunhas permanentes de uma solícita pedagogia divina. Em Cristo, esta pedagogia atinge a sua meta: com efeito, ele não se limita a falar "em nome de Deus" como os profetas, mas é o próprio Deus que fala no seu Verbo eterno feito carne. Tocamos, aqui, o ponto essencial onde o cristianismo se diferencia das outras religiões, nas quais se foi exprimindo, desde o início, a busca de Deus por parte do homem. No cristianismo, o ponto de partida está na Encarnação do Verbo. Aqui, não é apenas o homem a procurar Deus, mas é Deus que vem em pessoa falar de si ao homem e mostrar-lhe o caminho, por onde é possível atingi-lo. Isto mesmo proclama o prólogo do Evangelho de João: "Ninguém jamais viu a Deus: o Filho único que está no seio do Pai é que o deu a conhecer" (1,18). O Verbo Encarnado é, por conseguinte, o cumprimento do anseio presente em todas as religiões da humanidade: este cumprimento é obra de Deus e ultrapassa toda a expectativa humana. É mistério de graça.

Em Cristo, a religião deixa de ser um "procurar Deus como que às apalpadelas" (cf. At 17,27), para se tornar resposta de fé a Deus que se revela: resposta na qual o homem fala a Deus como seu Criador e Pai; resposta feita possível por aquele Homem único, que ao mesmo tempo é o Verbo consubstancial ao Pai, no qual Deus fala a cada homem, e cada homem se torna capaz de responder a Deus. Mais ainda, nesse Homem responde a Deus a criação inteira. Jesus Cristo é o novo início de tudo: tudo nele se reencontra, é acolhido e reconduzido ao Criador de quem teve origem. Deste modo, Cristo é o cumprimento do anseio de todas as religiões do mundo, constituindo por isso mesmo o seu único e definitivo ponto de chegada. Se por um lado Deus em Cristo fala de si à humanidade, por outro, no mesmo Cristo, a humanidade inteira e toda a criação falam de si a Deus melhor, dão-se a Deus. Assim, tudo volta ao seu princípio. Jesus Cristo é, ao mesmo tempo, a recapitulação (cf. Ef 1,10) e o cumprimento de todas as coisas em Deus: cumprimento que é glória de Deus. A religião, que se funda em Jesus Cristo, é religião da glória, é um existir em novidade de vida para louvor da glória de Deus (cf. Ef 1,12). Na realidade, toda a criação é manifestação da sua glória; de modo particular, o homem (vivens homo) é epifania da glória de Deus, chamado a viver da plenitude da vida em Deus.

7. Em Jesus Cristo, Deus não só fala ao homem, mas procura-o. A Encarnação do Filho de Deus testemunha que Deus procura o homem. Jesus fala desta busca como sendo a recuperação de uma ovelha tresmalhada (cf. Lc 15,1-7). É uma busca que nasce no íntimo de Deus e tem o seu ponto culminante na Encarnação do Verbo. Se Deus vai à procura do homem, criado à sua imagem e semelhança, fá-lo porque o ama eternamente no Verbo, e em Cristo quer elevá-lo à dignidade de filho adotivo. Portanto, Deus procura o homem, que é sua

particular propriedade, de maneira diversa de como o é qualquer outra criatura. Aquele é propriedade de Deus na base de uma opção de amor: Deus procura o homem, impelido pelo seu coração de Pai.
Por que é que o busca? Porque o homem se afastou dele, escondendo-se como Adão entre as árvores do paraíso terreal (cf. Gn 3,8-10). O homem deixou-se transviar pelo inimigo de Deus (cf. Gn 3,13). Satanás enganou-o, persuadindo-o de que ele próprio era deus, e de que, como Deus, podia conhecer o bem e o mal, governando o mundo a seu livre arbítrio, sem obrigação de ter em conta a vontade divina (cf. Gn 3,5). Ao procurar o homem por intermédio do Filho, Deus quer induzi-lo a abandonar os caminhos do mal, onde tende a sumir-se cada vez mais. "Fazê-lo abandonar" tais caminhos, significa fazer-lhe compreender que está seguindo por sendas erradas; significa derrotar o mal disseminado na história humana. Derrotar o mal: eis a Redenção. Esta realiza-se no sacrifício de Cristo, pelo qual o homem resgata a dívida do pecado e fica reconciliado com Deus. O Filho de Deus fez-se homem, assumindo um corpo e uma alma no seio da Virgem Maria para isto mesmo: para fazer de si o sacrifício redentor perfeito. A religião da Encarnação é a religião da Redenção do mundo através do sacrifício de Cristo, no qual está contida a vitória sobre o mal, sobre o pecado e sobre a própria morte. Cristo, aceitando a morte na cruz, contemporaneamente manifesta e dá a vida, porque ressuscita e a morte fica sem qualquer poder sobre ele.
8. A religião, que tem origem no mistério da Encarnação redentora, é a religião caracterizada pelo "permanecer no íntimo de Deus", pelo participar na sua própria vida. Afirma-o São Paulo na passagem citada no início: "Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho que clama: Abba, Pai!" (Gl 4,6). O homem levanta a sua voz à semelhança de Cristo, que "com grande clamor e lágrimas" (Hb 5,7) se dirigia a Deus, especialmente no Getsêmani e na cruz: o homem clama por Deus como clamou Cristo, testemunhando assim que participa da sua filiação por obra do Espírito Santo. O Espírito Santo, que o Pai enviou em nome do Filho, faz com que o homem participe na vida íntima de Deus. Faz com que o homem seja também filho à semelhança de Cristo, e herdeiro daqueles bens que constituem a parte do Filho (cf. Gl 4,7). Tal é a religião do "permanecer na vida íntima de Deus", que tem início na Encarnação do Filho de Deus. O Espírito Santo, que perscruta as profundezas de Deus (cf. 1Cor 2,10), introduz-nos a nós, homens, nessas profundezas em virtude do sacrifício de Cristo".

Nota:74

LG 1: "O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).
A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.
Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.
Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo."

Nota:75

1Cor 4,1: "Que os homens nos considerem como servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus".

Nota:76

RH 14: "A Igreja não pode abandonar o homem, cuja sorte, ou seja, a escolha, o chamamento, o nascimento e a morte, a salvação ou a perdição, estão de maneira tão íntima e indissolúvel unidos a Cristo. E trata-se aqui precisamente de todos e cada um dos homens sobre este planeta, nesta terra que o Criador deu ao primeiro homem, dizendo ao mesmo tempo ao homem e à mulher: submetei-a (a terra) e dominai-a. Cada homem, pois, em toda a sua singular realidade do ser e do agir, da inteligência e da vontade, da consciência e do coração. O homem nessa sua singular realidade (porque é pessoa) tem uma história própria da sua vida e, sobretudo, uma história própria da sua alma. O homem que segundo a abertura interior do seu espírito, e conjuntamente a tantas e tão diversas necessidades do seu corpo e da sua existência temporal, escreve esta sua história pessoal, fá-lo através de numerosos ligames, contatos, situações e estruturas sociais, que o unem a outros homens; e faz isso a partir do primeiro momento da sua existência sobre a terra, desde o momento da sua concepção e do seu nascimento. O homem, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social no âmbito da própria família, no âmbito de sociedades e de contextos bem diversos, no âmbito da própria nação, ou povo (e, talvez, ainda somente do clã ou da tribo), enfim no âmbito de toda a humanidade este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é a primeira e fundamental via da Igreja, via traçada pelo próprio Cristo e via que imutavelmente conduz através do mistério da encarnação e da redenção.
Este homem assim precisamente, em toda a verdade da sua vida, com a sua consciência, com a sua contínua inclinação para o pecado e, ao mesmo tempo, com a sua contínua aspiração pela verdade, pelo bem, pelo belo, pela justiça e pelo amor, precisamente um tal homem tinha diante dos olhos o Concílio Vaticano II, quando, ao delinear a sua situação no mundo contemporâneo, se transferia sempre das componentes externas desta situação para a verdade imanente da humanidade: É no íntimo do homem precisamente que muitos elementos se combatem entre si. Enquanto por uma parte ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outra, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer. Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão graves discórdias se originam para a sociedade.
É este homem assim que é a via da Igreja; via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar: porque o homem todos e cada um dos homens, sem exceção alguma foi remido por Cristo; e porque com o homem cada homem, sem exceção alguma Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando tal homem disso não se acha consciente: Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes a todos e a cada um dos homens oferece sempre... a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação.
Sendo, portanto, o homem a via da Igreja, via da sua vida e experiência cotidianas, da sua missão e atividade, a Igreja do nosso tempo tem de estar, de maneira sempre renovada, bem ciente da situação de tal homem. E

mais: a Igreja deve estar bem ciente das suas possibilidades, que tomam sempre nova orientação e assim se manifestam; ela tem de estar bem ciente, ao mesmo tempo ainda, das ameaças que se apresentam contra o homem. Ela deve estar cônscia, além disso, de tudo aquilo que parece ser contrário ao esforço para que a vida humana se torne cada vez mais humana e para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem. Numa palavra, a Igreja deve estar bem cônscia de tudo aquilo que é contrário a tal processo de nobilitação da vida humana."

Nota:77

CNBB, Diretrizes Gerais, doc. 61: "180. A Igreja, diante da modernidade, representada pelo iluminismo e pelo liberalismo, assumiu no século XIX uma atitude predominantemente defensiva, reafirmando seus conceitos de verdade, de Revelação e de Tradição. Todavia, diante dos totalitarismos do século XX, a Igreja se empenhou sempre mais na defesa da liberdade e dos direitos fundamentais da pessoa humana. O Concílio Vaticano II, com a declaração Dignitatis Humanae (1965), reconheceu que o regime moderno das liberdades civis é o mais conveniente também em matéria de liberdade religiosa. Isso significa que a pessoa não pode ser forçada na escolha da sua religião; por outro lado, ela conserva a obrigação moral de buscar a verdade.

181. A recente evolução da mentalidade moderna reabriu o debate, também dentro da Igreja, sobre valores e limites da modernidade. Esta tende hoje para um subjetivismo absoluto, que caminha para a negação de qualquer verdade e valor universal e para o niilismo e a morte do homem. Em reação a este radicalismo, alguns cristãos optam pelo fundamentalismo e a rejeição total da modernidade. O Magistério da Igreja, em particular o Papa João Paulo II, estimula os católicos a um discernimento. Trata-se de reafirmar o valor incomparável da pessoa e da vida humana, mas sem cair na armadilha do subjetivismo e da negação da verdade, que acabariam destruindo exatamente aquela liberdade que o homem moderno deseja gozar.

182. Neste contexto, a tradição religiosa não é mais transmitida com tranqüilidade e segurança pelas famílias e, muito menos, pela sociedade. Por isso, a fé deve ser comunicada por um trabalho consciente de iniciação e educação cristã. A nossa sociedade tornou-se terra de missão, onde a evangelização inculturada é exigência fundamental para a Igreja.

183. As exigências práticas da inculturação da fé são aqui indicadas em linhas gerais. Serão concretizadas mais amplamente nos itens seguintes, tratando da inculturação no serviço, no diálogo, no anúncio, na liturgia e catequese.

184. A primeira exigência da inculturação é pensá-la como processo de longa duração, o que implica prever de antemão uma caminhada com diversas etapas, sem a pretensão de alcançar imediatamente as metas que indicam o rumo do processo.

185. A segunda exigência é reconhecer que sujeito da inculturação não é o Evangelho (abstratamente considerado), nem o missionário ou o evangelizador, mas o povo ou a comunidade que se abre ao Evangelho, acolhendo-o e se deixando por ele transformar. Isto, evidentemente, não exclui um papel inicial ou intermediário do evangelizador ou missionário, mas subordinado ao crescimento na fé e discernimento cristão da própria comunidade. Tampouco exclui a ação do Espírito, que prepara pessoas e comunidades para o encontro com o Evangelho.

186. A terceira exigência, como atitude inicial e básica da comunidade buscando a inculturação do Evangelho, é uma atitude de abertura à graça do Evangelho a partir dos valores da sua própria cultura: atitude de escuta e de acolhida, como a do discípulo, que está em busca da verdade sem preconceitos e sem antecipar conclusões.

187. A quarta exigência implica que, na medida em que uma comunidade cristã avança na inculturação do Evangelho, mantenha firmes tanto a atitude de solidariedade com a cultura em que está inserida quanto a atitude de crítica ou discernimento à luz do Evangelho, que ilumina, purifica, transforma toda cultura, pois a todas elas transcende. A experiência missionária e a da história mesmo recente do cristianismo assinalam acentuações diversas, ora da solidariedade, ora da crítica, em razão das circunstâncias concretas ou dos sinais dos tempos.

188. O Novo Testamento afirma claramente que os primeiros cristãos sentiram-se chamados por Deus a prestar um serviço (diakonia) aos pobres, dentro e fora da comunidade eclesial. O ideal, inspirado pelo Antigo Testamento, é que não haja necessitados entre eles. Mesmo quando se recomenda uma atenção prioritária aos irmãos na fé, não falta o apelo a fazer o bem a todos. E se, dentro das circunstâncias da época, houve pouca participação política dos cristãos, eles não faltaram às suas obrigações civis e não deixaram de rezar pelos governantes, mesmo os perseguidores. Nisto os primeiros cristãos têm consciência de seguir o exemplo de Jesus, enviado para evangelizar os pobres e, Ele mesmo, exemplo de pobreza voluntária.

189. A solidariedade com todos os seres humanos é, para os cristãos de hoje, cidadãos de uma sociedade muito mais complexa que a do tempo de Jesus, uma exigência igualmente irrenunciável, intrínseca à própria fé no Deus, Pai de todos. É o que afirma o Concílio Vaticano II na abertura da Gaudium et Spes: As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Por outro lado, o Concílio afirma juntamente com a exigência da solidariedade o respeito da justa autonomia das realidades terrestres ou temporais.

190. A evolução do Magistério eclesiástico, nos anos seguintes, trouxe novas acentuações, que complementam as teses do Concílio. Já o Sínodo dos Bispos de 1971 afirma que a ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem claramente como dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, isto é, da missão da Igreja para a redenção do gênero humano e a libertação de toda opressão. A Evangelii Nuntiandi do Papa Paulo VI, à luz do Sínodo de 1974, retoma a tese e explicita seus fundamentos. Mostra os laços de ordem antropológica, teológica e evangélica que unem evangelização e promoção humana (ou libertação, ou desenvolvimento integral). Outros esclarecimentos foram dados pelas Instruções Libertatis nuntius (1984) e Libertatis conscientia (1986). No mesmo período, o Episcopado brasileiro explicitou as conseqüências da ética social cristã para a sociedade e apontava desde as Exigências cristãs da Ordem Política (1977) até os princípios Por uma nova Ordem Constitucional (1986) e as Exigências éticas da Ordem democrática (1989). O documento de Santo Domingo não hesitou em definir a promoção humana como dimensão privilegiada da nova evangelização. Recentemente, o Papa, ao referir-se ao fenômeno da globalização, ampliou o compromisso da Igreja com a promoção do bem comum e com a solidariedade, conclamando toda a Igreja da América a não só criar uma autêntica cultura globalizada da solidariedade, mas também a colaborar com todos os meios

legítimos para a redução dos efeitos negativos da globalização, tais como o domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos, especialmente no campo econômico, e a perda dos valores das culturas locais a favor de uma mal entendida homogeneização. E, afirmando a atualidade da Doutrina Social da Igreja, sublinha que com ela, a Igreja oferece uma válida contribuição para a problemática que a atual economia globalizada apresenta. Sua visão moral nessa matéria apoia-se sobre os três alicerces fundamentais da dignidade humana, da solidariedade e da subsidiariedade.

191. Junto com a reflexão sobre a responsabilidade da Igreja na promoção do desenvolvimento do homem todo e de todo homem, avançou também a consciência da evangélica opção preferencial pelos pobres. Ela encontra uma primeira expressão no n. 8 de Lumen Gentium, é explicitada nas Conferências do Episcopado latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979), confirmada em Santo Domingo (1992) e assumida pela Igreja no Brasil. A opção pelos pobres se revela como tendo dupla motivação e finalidade: 1) ela é condição necessária e irrenunciável do caráter evangélico da ação da Igreja, ou seja, de sua fidelidade a Cristo que se fez pobre... para nos enriquecer com sua pobreza; 2) ela é condição necessária para discernir criticamente entre as políticas sociais, que se pretendem ao serviço de todos, mas freqüentemente beneficiam apenas os mais fortes e descuidam dos últimos e dos excluídos, os preferidos de Deus.

192. Essa perspectiva está presente na Exortação Pós-Sinodal Ecclesia in America quando o Papa João Paulo II diz: Essa constante dedicação aos pobres e excluídos da sociedade se reflete no Magistério social da Igreja, que não se cansa de convidar a comunidade cristã a comprometer-se para superar toda forma de exploração e de opressão. Trata-se de fato, não só de aliviar as necessidades mais graves e urgentes mediante ações individuais ou esporádicas, mas de pôr em evidência as raízes do mal, sugerindo iniciativas que dêem às estruturas sociais, políticas e econômicas uma configuração mais justa e solidária. Assim, o Santo Padre reitera o dever da Igreja em relação aos pobres, afirmando que o mesmo decorre da sua fidelidade à Palavra de Deus: É necessário intensificar e estender quanto já se vem fazendo neste campo, com o fim de alcançar o maior número de pobres. A Sagrada Escritura lembra que Deus escuta o grito dos pobres (cf. Sl 34 [33], 7) e a Igreja deve permanecer atenta ao grito dos mais necessitados. Escutando a sua voz, ela deve viver com os pobres e participar dos seus sofrimentos. [...] Com seu estilo de vida, suas prioridades, suas palavras e suas ações, ela deve dar testemunho de que permanece em comunhão e solidariedade com eles. O serviço aos pobres, para que seja evangélico e evangelizador, deve ser um reflexo fiel da atitude de Jesus, que veio para anunciar aos pobres a Boa Nova (Lc 4, 18). Se realizado com esse espírito, tornauma manifestação do amor infinito de Deus por todos os homens e um modo significativo de transmitir a esperança de salvação que Cristo trouxe ao mundo, e que resplandece de modo particular quando é comunicada aos abandonados ou rejeitados pela sociedade.

193. As urgências do desenvolvimento e da promoção humana no plano mundial têm sido objeto de análises pertinentes e apelos dramáticos da parte dos últimos Papas. As urgências da promoção humana em nosso País têm sido objeto de cuidado do Episcopado brasileiro e das pastorais sociais, desde os primeiros movimentos de renovação pastoral".

Nota:78

DSD 13: "O anúncio cristão, por seu próprio vigor, tende a curar, firmar e promover o homem, para constituir uma comunidade fraterna, renovando a própria humanidade e dando-lhe sua plena dignidade humana, com a novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho (cf. EN 18). A Evangelização promove o desenvolvimento integral, exigindo de todos e de cada um o pleno respeito a seus direitos e a plena observância de seus deveres, a fim de criar uma sociedade justa e solidária, a caminho de sua plenitude no Reino definitivo. O homem é chamado a colaborar e ser instrumento com Jesus Cristo na Evangelização. Na América Latina, continente religioso e sofrido, urge uma Nova Evangelização que proclame inequivocamente o Evangelho da Justiça, do amor e da misericórdia.

Sabemos que, em virtude da encarnação, Cristo se uniu de certo modo a todo homem (cf. GS 22). Ele é a perfeita revelação do homem ao próprio homem e revela a sublimidade de sua vocação (GS 22). Jesus Cristo se insere no coração da humanidade e convida todas as culturas a se deixar levar por seu espírito à plenitude, elevando nelas o que é bom e purificando o que se encontra marcado pelo pecado. Toda evangelização há de ser, portanto, inculturação do Evangelho. Assim toda cultura pode chegar a ser cristã, ou seja, a fazer referência a Cristo e inspirar-se nele e em sua mensagem (cf. João Paulo II, Discurso à II Assembléia da Pontifícia Comissão para a América Latina, 14 de junho de 1991, 4). Jesus Cristo é, com efeito, a medida de toda cultura e de toda obra humana. A inculturação do Evangelho é um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo (cf. LG 8). Trabalho que se realiza no projeto de cada povo, fortalecendo sua identidade e libertando-o dos poderes da morte. Por isso podemos anunciar com confiança: homens e mulheres da América Latina, abri os corações a Jesus Cristo. Ele é o caminho, a verdade e a vida, quem o segue não anda nas trevas (cf. Jo 14,6; 8,12)".

Nota:79

RMi 52: "Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.

O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.

Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.

Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas,

presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.
A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão ad gentes, as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os Pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização".

Nota:80

DSD 13: "O anúncio cristão, por seu próprio vigor, tende a curar, firmar e promover o homem, para constituir uma comunidade fraterna, renovando a própria humanidade e dando-lhe sua plena dignidade humana, com a novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho (cf. EN 18). A Evangelização promove o desenvolvimento integral, exigindo de todos e de cada um o pleno respeito a seus direitos e a plena observância de seus deveres, a fim de criar uma sociedade justa e solidária, a caminho de sua plenitude no Reino definitivo. O homem é chamado a colaborar e ser instrumento com Jesus Cristo na Evangelização. Na América Latina, continente religioso e sofrido, urge uma Nova Evangelização que proclame inequivocamente o Evangelho da Justiça, do amor e da misericórdia.
Sabemos que, em virtude da encarnação, Cristo se uniu de certo modo a todo homem (cf. GS 22). Ele é a perfeita revelação do homem ao próprio homem e revela a sublimidade de sua vocação (GS 22). Jesus Cristo se insere no coração da humanidade e convida todas as culturas a se deixar levar por seu espírito à plenitude, elevando nelas o que é bom e purificando o que se encontra marcado pelo pecado. Toda evangelização há de ser, portanto, inculturação do Evangelho. Assim toda cultura pode chegar a ser cristã, ou seja, a fazer referência a Cristo e inspirar-se nele e em sua mensagem (cf. João Paulo II, Discurso à II Assembléia da Pontifícia Comissão para a América Latina, 14 de junho de 1991, 4). Jesus Cristo é, com efeito, a medida de toda cultura e de toda obra humana. A inculturação do Evangelho é um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo (cf. LG 8). Trabalho que se realiza no projeto de cada povo, fortalecendo sua identidade e libertando-o dos poderes da morte. Por isso podemos anunciar com confiança: homens e mulheres da América Latina, abri os corações a Jesus Cristo. Ele é o caminho, a verdade e a vida, quem o segue não anda nas trevas (cf. Jo 14,6; 8,12)".

Nota:81

RMi 52: "Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.
O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.
Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.
Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas, presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.
A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão ad gentes, as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os Pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização".

Nota:82

RMi 53: "Os missionários, provenientes de outras Igrejas e países, devem inserir-se no mundo sociocultural daqueles a quem são enviados, superando os condicionalismos do próprio ambiente de origem. Assim, torna-se necessário aprender a língua da região onde trabalham, conhecer as expressões mais significativas de sua cultura, descobrindo seus valores, por experiência direta. Eles só poderão levar aos povos, de maneira crível e frutuosa, o conhecimento do mistério escondido (cf. Rm 16,25-27; Ef 3,5), mediante aquela aprendizagem. Não se trata, por certo, de renegar a própria identidade cultural, mas de compreender, estimar, promover e evangelizar a do ambiente em que atuam e, deste modo, conseguir realmente comunicar-se com ele, assumindo um estilo de vida que seja sinal de testemunho evangélico e de solidariedade com o povo.
As comunidades eclesiais em formação, inspiradas pelo Evangelho, poderão exprimir, progressivamente, a própria experiência cristã, em modos e formas originais, em consonância com as próprias tradições culturais, embora sempre em sintonia com as exigências objetivas da própria fé. Para isso, especialmente no que toca aos setores mais delicados da inculturação, as Igrejas particulares do mesmo território devem trabalhar em comunhão entre si e com toda a Igreja, certas de que só a atenção tanto à Igreja universal como à Igreja particular as tornará capazes de traduzirem o tesouro da fé, na legítima variedade de suas expressões. Portanto, os grupos evangelizados oferecerão os elementos para uma tradução da mensagem evangélica, tendo presente os contributos positivos provenientes do contato do cristianismo com as várias culturas, ao longo dos séculos, mas sem nunca esquecer os perigos de alteração, que, de quando em vez, nos tentam".

Nota:83

LG 8: "Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.
Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.
Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a

realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).
Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerce e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).
Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.
Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.
Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.
Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.
A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada".
DSD 243: "A ação de Deus, através do seu Espírito, dá-se permanentemente no interior de todas as culturas. Na plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho Jesus Cristo, que assumiu as condições sociais e culturais dos povos e se fez em tudo como nós, com exceção do pecado (Hb 4,14; cf. GS 22).
A analogia entre a encarnação e a presença cristã no contexto sociocultural e histórico dos povos suscita para nós o problema teológico da inculturação. Esta inculturação é um processo que vai do Evangelho ao coração de cada povo e comunidade com a mediação da linguagem e dos símbolos compreensíveis e apropriados segundo o juízo da Igreja.
Uma meta da Evangelização inculturada será sempre a salvação e libertação integral de determinado povo ou grupo humano, que fortaleça sua identidade e confie em seu futuro específico, contrapondo-se aos poderes da morte, adotando a perspectiva de Jesus Cristo encarnado, que salvou o homem partindo da fraqueza, da pobreza e da cruz redentora. A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força esmagadora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna".

Nota:84

DSD 230: "Posto que hoje em dia percebe-se uma crise cultural de proporções inimagináveis (João Paulo II, Discurso Inaugural, 21) na qual vão desaparecendo valores evangélicos e ainda humanos fundamentais, apresenta-se à Igreja um desafio gigantesco para uma nova evangelização, ao qual se pretende responder com o esforço da inculturação do Evangelho. É necessário inculturar o Evangelho à luz dos três grandes mistérios da salvação: a Natividade, que mostra o caminho da Encarnação e move o evangelizador a partilhar sua vida com o evangelizado; a Páscoa, que conduz através do sofrimento à purificação dos pecados, para que sejam redimidos; e Pentecostes, que pela força do Espírito possibilita a todos entender, na sua própria língua, as maravilhas de Deus.
A inculturação do Evangelho é um processo que supõe reconhecimento dos valores evangélicos que se têm mantido mais ou menos puros na atual cultura; e o reconhecimento de novos valores que coincidem com a mensagem de Cristo. Mediante a inculturação, busca-se que a sociedade descubra o caráter cristão desses valores, os aprecie e os mantenha como tais. Além disso, pretende a incorporação de valores evangélicos que estão ausentes da cultura, ou porque se tenham obscurecido ou porque tenham chegado a desaparecer. Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e simultaneamente introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, transmitindo-lhes os seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro (RMi 52). A fé, ao se encarnar nessas culturas, deve corrigir seus erros e evitar sincretismos. A tarefa da inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção dos seus pastores, com a participação de todo o povo de Deus. Os critérios fundamentais neste processo são a sintonia com as exigências objetivas da fé e a abertura à comunhão com a Igreja universal (cf. RMi 54)".

Nota:85

A ordem aqui adotada para expor as quatro exigências intrínsicas da evangelização não deve ser entendida como ordem de importância, pois, as exigências são todas necessárias e se complementam mutuamente, como explicitamos melhor no início do cap. IV, nn. 175-179.

Nota:86

RMi 56: "O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as sementes do Verbo, os fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos.

Daqui deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa".

Nota:87

RMi 56: "O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as sementes do Verbo, os fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos no Espírito. As outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na, efetivamente, quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos.

Daqui deriva o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. Não deve haver qualquer abdicação nem irenismo, mas o testemunho recíproco em ordem a um progresso comum, no caminho da procura e da experiência religiosa, e, simultaneamente, em vista do superamento de preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos. O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa".

Nota:88

RMi 44: "O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da Boa-Nova de que Deus os ama e salva. A evangelização conterá sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a vida nova, divina e eterna. É esta a Boa-Nova, que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai".

Nota:89

EN 27: "A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus.

E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade".

Nota:90

AG: "**19.** A implantação da Igreja num determinado grupo humano alcança uma primeira etapa quando a comunidade dos fiéis, já minimamente entrosada com a vida social local, começa a desfrutar de uma certa estabilidade e de maior firmeza. Contando com sacerdotes, religiosos e leigos provenientes deste mesmo grupo humano, ainda que não em número suficiente, mostra-se capaz de desempenhar os ministérios e de dar continuidade às instituições indispensáveis à vida e ao crescimento do povo de Deus, sob a direção do bispo.

Nessas novas igrejas a vida do povo de Deus deve ir amadurecendo sob todos os aspectos, na linha da renovação proposta pelo concílio. Ao tomar consciência de sua fé, os grupos de fiéis, se tornam verdadeiras comunidades de fé e de culto, no amor fraterno. Os leigos, por sua atividade civil e apostólica, empenham-se, na sociedade, em favor da justiça e da prática da caridade. Os meios de comunicação passam a ser devidamente utilizados. A vida familiar, inspirada pelo Evangelho, torna-se foco de apostolado leigo e sementeira de vocações sacerdotais e religiosas. A prática da catequese educa a fé. A liturgia, celebrada de acordo com a maneira de sentir do povo e de acordo com a norma canônica, leva a se constituírem tradições e costumes locais.

Juntamente com seu presbitério, em comunhão com a Igreja universal, procurem os bispos desenvolver cada vez mais o espírito de Cristo e da Igreja. As novas igrejas, unindo-se ao resto da Igreja, contribuam para enriquecê-la e fazê-la crescer, proporcionando-lhe elementos de sua própria tradição e cultura que passam a fazer parte da corrente de vida que anima o corpo místico. Daí que é preciso valorizar os elementos teológicos, psicológicos e humanos que favoreçam e fortaleçam os vínculos com a Igreja universal.

Tais igrejas, situadas freqüentemente nas regiões mais pobres da terra, sofrem muito com a falta de sacerdotes e com a escassez de recursos materiais. Precisam pois de uma constante ação missionária da Igreja universal

para poderem amadurecer mais rápido. Ação que se faz igualmente necessária junto a igrejas mais antigas, que se encontram em estado de regressão ou de grande debilidade.

No entanto estas igrejas devem organizar uma pastoral adequada para que as vocações tanto sacerdotais como religiosas aumentem em número e em qualidade e sejam melhor cultivadas de tal sorte que vão-se tornando auto-suficientes e capazes de ajudar a outras igrejas.

20. Representante a título pleno da Igreja universal, saiba a igreja particular que foi enviada aos não-fiéis que habitam o território em que está implantada deve, pois, individual e comunitariamente dar testemunho e ser sinal de Cristo junto a eles.

Além disso é preciso que o ministério da palavra alcance a todos, para que lhes chegue o anúncio do Evangelho. Antes de mais nada, o bispo é pregador, que deve trazer para Cristo novos discípulos. A fim de cumprir devidamente esse ministério precípuo, conheça o melhor possível as condições em que vive seu rebanho, assim como as opiniões que nele circulam a respeito de Deus, leve em conta as mudanças por que está passando a sociedade, especialmente no que concerne à urbanização, às migrações e à difusão da indiferença religiosa.

Os sacerdotes oriundos dessas igrejas particulares devem se dedicar com afinco à obra da evangelização, colaborando com os missionários que vêm de fora, na unidade de um mesmo presbitério sob a autoridade do bispo. Essa colaboração não se limita ao pastoreio dos fiéis e à celebração do culto, mas se estende à pregação do Evangelho aos que estão fora da comunidade cristã. Alegrem-se os sacerdotes quando têm ocasião de se oferecer ao bispo para serem enviados como missionários nas regiões mais distantes e menos favorecidas da diocese ou mesmo na fundação de novas dioceses.

Espera-se que religiosos e religiosas, e mesmo leigos, tenham o mesmo zelo, especialmente para com os mais pobres.

Num mundo em constante mudança, que passa, como o nosso, por transformações profundas, as conferências episcopais devem promover, em datas fixas, cursos de renovação bíblica, teológica, espiritual e pastoral, que coloquem o clero a par do pensamento teológico em evolução e dos novos métodos pastorais.

Observe-se, de modo geral, o que prescreve o decreto conciliar sobre o ministério e a vida dos presbíteros.

O trabalho missionário na sua especificidade exige ministros capazes de ser desde cedo preparados tendo em conta as condições particulares de suas próprias igrejas. Hoje em dia verifica-se um desenvolvimento dos grandes grupos que reúnem um numero crescente de pessoas. É indispensável que as conferências episcopais procurem estabelecer um diálogo com eles. Quando certos grupos humanos encontram dificuldade em abraçar a fé católica dada a forma como existe a Igreja em sua região, devem ser tomadas providências especiais para que a Igreja se adapte à forma de ser do grupo humano em questão enquanto não for possível reunir todos os cristãos numa única comunidade. Se a sé apostólica dispõe de missionários capazes de estabelecer esse contato, os bispos os devem convidar e alegremente recebê-los em suas dioceses, dando efetivo apoio às suas iniciativas.

Para despertar o zelo missionário é conveniente que as novas igrejas se disponham quanto antes a participar da ação missionária da Igreja universal, enviando também elas missionários que anunciem o Evangelho em todo o mundo, apesar da penúria do clero. A plena comunhão com a Igreja universal requer que as igrejas particulares participem ativamente da missão da Igreja junto aos povos.

21. A Igreja só está verdadeiramente fundada, só alcança a plenitude de sua vida e só constitui um sinal adequado de Cristo no meio dos seres humanos, quando, juntamente com a hierarquia, compõe-se de um laicato verdadeiro e ativo. O Evangelho não penetra em profundidade nas pessoas nem na vida e na atividade de um povo senão por intermédio da presença ativa dos leigos. Por isso é preciso pensar em constituir logo um laicato cristão maduro, desde a implantação da Igreja.

Os fiéis leigos pertencem ao mesmo tempo ao povo de Deus e à sociedade civil. Pertencem ao povo em que nasceram, pela educação recebida, tornaram-se participantes de seus tesouros culturais, a eles estão ligados por uma série de vínculos sociais, envidam os mesmos esforços para progredir, dedicam-se às mesmas profissões, enfrentam os mesmos problemas, que, juntos, se esforçam por resolver. Mas pertencem também a Cristo, por cuja fé e batismo foram regenerados na Igreja, para que sejam de Cristo por suas obras a fim de que, por intermédio de Cristo, tudo venha a estar sujeito a Deus e Deus se torne tudo em todos.

O principal dever dos leigos, mulheres e homens, é dar testemunho de Cristo, pela vida e pela palavra, no grupo social em que vivem e na esfera de sua profissão. São chamados a manifestar o novo homem criado por Deus em santidade e verdade, no âmbito da sociedade em que vivem e de sua pátria, de acordo com as suas tradições nacionais. Devem primar pelo conhecimento de sua própria cultura, conservá-la e saná-la de seus limites, ajudá-la a evoluir em consonância com as exigências modernas, procurando sempre mais aperfeiçoá-la, a fim de que a fé em Cristo e a vida da Igreja deixem de ser estranhas à sociedade em que vivem, mas comecem a compenetrá-la e a transformá-la.

Estejam unidos a seus concidadãos por uma caridade sincera, para que se lhes torne manifesto o novo laço de unidade e de amor universal, haurido na participação do mistério de Cristo. Difundam a fé de Cristo entre aqueles a que estão unidos pelos laços da vida e da profissão. Obrigação tanto mais urgente quanto um grande número de pessoas não pode ouvir o Evangelho e reconhecer a Cristo senão por intermédio dos que lhe são mais próximos. Onde for possível, sejam os leigos preparados para colaborar com a missão mais específica da hierarquia de anunciar o Evangelho e comunicar a doutrina cristã para contínuo fortalecimento da Igreja.

Que os ministros da Igreja valorizem ao máximo o apostolado leigo. Cuidem de sua formação como membros de Cristo, que devem ter consciência de sua responsabilidade em relação a todos os seres humanos. Seja-lhes comunicado o mistério de Cristo em toda sua profundidade. Sejam iniciados na metodologia prática cristã e assistidos em suas dificuldades, de acordo com a constituição conciliar sobre a Igreja e o decreto a respeito do apostolado dos leigos.

Respeitadas as funções e responsabilidades próprias, tanto dos pastores como dos fiéis, a nova Igreja dará um consistente testemunho de Cristo, tornando-se sinal luminoso dos dons com que ele nos cumulou a todos.

22. Como semente, a palavra de Deus, ao cair em terra boa e irrigada pela chuva do céu, absorve o líquido da vida, transforma-o, assimila-o e dá muitos frutos. Assim também, radicadas em Cristo e tendo os apóstolos por fundamento, as novas igrejas, segundo a mesma lógica da encarnação, assumem, numa transação admirável, todos os préstimos das nações, dadas a Cristo como herança, enriquecem-se com os costumes e as tradições, a

sabedoria e a doutrina, as artes e as maneiras de ser de seus respectivos povos, convertem-nos em objeto de louvor ao Criador e de ação de graças ao Salvador e os colocam, na medida do possível, a serviço da vida cristã.

Para alcançar tal objetivo é indispensável que em cada uma das grandes regiões sócio-culturais estimule-se a reflexão teológica, de acordo com a Tradição da Igreja universal, submetendo a novas pesquisas os fatos e as palavras revelados por Deus, consignados nas Sagradas Escrituras e explicados pelos padres e pelo magistério da Igreja. Só então se poderá ver com maior clareza os caminhos a serem seguidos pela fé em busca de um conhecimento que leve em conta a maneira de pensar e a sabedoria dos diversos povos, seu modo de ser, sua forma de encarar a vida e de conceber a sociedade. Só então, também, se poderá avaliar até que ponto sua vida é compatível com o que ensina a divina revelação. Ver-se-á melhor como se há de desenrolar em profundidade a vida cristã desse povo, superando-se todo sincretismo no esforço de acomodar o cristianismo à índole e ao gênio de cada cultura.

Seria desejável e de grande importância que as conferências episcopais, no âmbito de sua grande região sócio-cultural comum, se articulassem umas com as outras, para realizar essa proposta de adaptação num mesmo sentido e segundo as mesmas orientações."

RMi 49: "Antes de mais nada, é necessário procurar estabelecer, em cada lugar, comunidades cristãs que sejam sinal da presença divina no mundo e cresçam até se tornarem Igrejas. Não obstante o elevado número de dioceses, existem ainda vastas áreas onde as Igrejas locais não se encontram, ou são insuficientes relativamente à vastidão do território e à densidade da população: está ainda por realizar um grande trabalho de implantação e de desenvolvimento da Igreja. Não está terminada esta fase da história eclesial, dita plantatio Ecclesiae; pelo contrário, em muitos aglomerados humanos, está ainda por iniciar.

A responsabilidade de tal tarefa recai sobre a Igreja universal e sobre as Igrejas particulares, sobre todo o Povo de Deus e sobre as diversas forças missionárias. Cada Igreja, mesmo aquela que é formada por neoconvertidos, é, por sua natureza, missionária; é simultaneamente evangelizada e evangelizadora, devendo a fé ser apresentada como dom de Deus, tanto quando se vive em comunidade (família, paróquia, associações) como quando se irradia para o exterior, quer pelo testemunho de vida quer pela palavra. A ação evangelizadora da comunidade cristã, primeiramente no próprio território, e depois, mais além, como participação na missão universal, é o sinal mais claro da maturidade da fé. Impõe-se uma conversão radical da mentalidade para nos tornarmos missionários e isto vale tanto para os indivíduos como para as comunidades. O Senhor chama-nos constantemente a sairmos de nós próprios, a partilhar com os outros os bens que temos, começando pelo mais precioso, que é a fé. À luz deste imperativo missionário, dever-se-á medir a validade dos organismos, movimentos, paróquias e obras de apostolado da Igreja. Somente tornando-se missionária é que a comunidade cristã conseguirá superar divisões e tensões internas, e reencontrar sua unidade e vigor de fé.

As forças missionárias, vindas de outras Igrejas e países, devem agir em comunhão com as forças locais, no desenvolvimento da comunidade cristã. Em particular, toca àquelas sempre segundo as diretrizes dos Bispos e em colaboração com os responsáveis locais promover a difusão da fé e a expansão da Igreja nos ambientes e grupos não-cristãos; cabe-lhes, ainda, animar o sentido missionário das Igrejas locais, para que a preocupação pastoral sempre fique associada, a da missão ad gentes. Assim, cada Igreja fará verdadeiramente sua a solicitude de Cristo, o bom Pastor, que se prodigaliza por seu rebanho, mas pensa, ao mesmo tempo, nas outras ovelhas que não são deste aprisco (Jo 10,16)".

Nota:91

EA 12: "Confiando na ajuda de Maria, a Igreja na América deseja conduzir os homens e as mulheres do Continente ao encontro de Cristo, ponto de partida para uma autêntica conversão e uma renovada comunhão e solidariedade. Este encontro contribuirá eficazmente para consolidar a fé de muitos católicos, favorecendo o seu amadurecimento numa fé convicta, viva e operativa.

Para que a procura de Cristo, presente na sua Igreja, não se reduza a algo meramente abstrato, é necessário mostrar os lugares e momentos concretos nos quais, no âmbito da Igreja, é possível encontrá-lo. A reflexão dos Padres Sinodais a este propósito foi rica de sugestões e observações.

Em primeiro lugar, eles apontaram "a Sagrada Escritura, lida à luz da Tradição, dos Padres e do Magistério, e aprofundada através da meditação e da oração". Foi encarecida a promoção do conhecimento dos Evangelhos, nos quais é proclamado, com palavras facilmente acessíveis a todos, o modo como Jesus viveu entre os homens. A leitura destes textos sagrados, quando acolhida com a mesma atenção com que as multidões escutavam Jesus na encosta do monte das Bem-aventuranças, ou na margem do lago de Tiberíades enquanto Ele pregava desde a barca, produz autênticos frutos de conversão do coração.

Um segundo lugar de encontro com Jesus é a Sagrada Liturgia. Ao Concílio Vaticano II devemos uma riquíssima exposição da multíplice presença de Cristo na Liturgia, cuja importância deve ser objeto de constante pregação: Cristo está presente no celebrante que renova sobre o altar o mesmo e único sacrifício da Cruz; está presente nos sacramentos onde exerce sua força eficaz. Quando é proclamada a sua palavra, é ele mesmo que nos fala. Além disso, está presente na comunidade, como prometeu: "Onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles" (Mt 18,20). Ele está presente "sobretudo sob as espécies eucarísticas". O meu predecessor Paulo VI considerou necessário explicar a peculiariedade da presença real de Cristo na Eucaristia, que "é chamada real, não por exclusão, como se as outras não fossem reais, mas por antonomásia, porque é substancial". Sob as espécies do pão e do vinho, "encontra-se presente Cristo total na sua realidade física, inclusive corporalmente".

A Escritura e a Eucaristia, como lugares de encontro com Cristo, são evocadas na narração da aparição do Ressuscitado aos discípulos de Emaús. Mas o texto do Evangelho sobre o juízo final (cf. Mt 25,31-46), onde se diz que seremos julgados acerca do amor para com os mais necessitados, nos quais Jesus Cristo está misteriosamente presente, indica que é preciso não descurar um terceiro lugar de encontro com o Senhor: "as pessoas, especialmente os pobres, com os quais Cristo se identifica". No encerramento do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI recordava que "no rosto de todo homem, sobretudo se se tornou transparente pelas lágrimas ou pelas dores, podemos e devemos descobrir o rosto de Cristo (cf. Mt 25,40), o Filho do Homem".

Nota:92

1Cor 11,26: "Portanto, todas as vezes que vocês comem deste pão e bebem deste cálice, estão anunciando a morte do Senhor, até que ele venha".

Nota:93
TMA 41: “O empenho de atualização sacramental, atrás mencionado, poderá, ao longo do ano, valer-se da redescoberta do Batismo como fundamento da existência cristã, segundo as palavras do Apóstolo: “Vós que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo” (Gl 3, 27). O Catecismo da Igreja Católica, por seu lado, recorda que o Batismo constitui “o fundamento da comunhão entre todos os cristãos, mesmo com aqueles que ainda não estão em plena comunhão com a Igreja Católica”. Precisamente sob a vertente ecumênica, este será um ano muito importante para juntos voltarem o olhar para Cristo, único Senhor, com o compromisso de se tornarem um só, nos termos da sua súplica ao Pai. O destaque da centralidade de Cristo, da Palavra de Deus e da fé não deveria deixar de suscitar interesse e acolhimento favorável nos cristãos de outras Confissões”.
Nota:94
cf. **Diretório para o Ecumenismo, 20**.
Nota:95
EN 17: “Na ação evangelizadora da Igreja há certamente elementos e aspectos que se devem lembrar. Alguns deles são de tal maneira importantes que se verifica a tendência para os identificar simplesmente com a evangelização. Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que hão de ser conferidos.
Nenhuma definição parcial e fragmentária, porém, chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica que é a evangelização, a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar. É impossível captá-la se não se procurar abranger com uma visão de conjunto todos os seus elementos essenciais.
Tais elementos, acentuados com insistência no decorrer do mencionado Sínodo, são ainda agora aprofundados muitas vezes, sob a influência do trabalho sinodal. E nós regozijamo-nos pelo fato de eles se situarem, no fundo, na linha daqueles que o Concílio Vaticano II nos proporcionou, sobretudo nas Constituições Lumen Gentium e Gaudium et Spes e no Decreto Ad Gentes”.
Nota:96
EN 21: “E esta Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou grupo de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é - ou quem é - que os inspira? Por que é que eles estão conosco?
Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valorosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades, mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome. E outras perguntas surgirão, depois, mais profundas e mais de molde a ditar um compromisso, provocadas pelo testemunho aludido, que comporta presença, participação e solidariedade e que é um elemento essencial, geralmente o primeiro de todos, na evangelização.
Todos os cristãos são chamados a dar este testemunho e podem ser, sob este aspecto, verdadeiros evangelizadores. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade que se origina para os migrantes nos países que os recebem.
RMi: “**42.** O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a testemunha por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).
A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentes. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.
O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem.
43. O cristão e as comunidades cristãs vivem profundamente inseridos na vida dos respectivos povos, e são também sinal do Evangelho pela fidelidade à sua pátria, ao seu povo, e à sua cultura nacional, sempre, porém, na liberdade que Cristo trouxe. O cristianismo está aberto à fraternidade universal, porque todos os homens são filhos do mesmo Pai e irmãos em Cristo.
A Igreja é chamada a dar o seu testemunho por Cristo, assumindo posições corajosas e proféticas, em face da corrupção do poder político ou econômico; não correndo ela própria atrás da glória e dos bens materiais; usando seus bens para o serviço dos mais pobres e imitando a simplicidade de vida de Cristo. A Igreja e os missionários devem ainda dar o testemunho da humildade, começando por si próprios, ou seja, desenvolvendo a capacidade de exame de consciência, a nível pessoal e comunitário, a fim de corrigirem, em suas atitudes, aquilo que é anti-evangélico e desfigura o rosto de Cristo”.
Nota:97
RMi 42: “O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e

insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a testemunha por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).
A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentes. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.
O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem".

Nota:98

1Pd 3,1: "Do mesmo modo, vocês mulheres, submetam-se aos seus maridos. Assim, se alguns são rebeldes à Palavra, a conduta de suas mulheres poderá ganhá-los sem palavras".

Nota:99

EA 66: "Cristo ressuscitado, antes da sua ascensão ao céu, enviou os Apóstolos a anunciar o Evangelho pelo mundo inteiro (cf. Mc 16,15), conferindo-lhes os poderes necessários para realizar essa missão. É significativo que, antes de confiar o último mandato missionário, Jesus tenha feito referência ao poder universal que recebera do Pai (cf. Mt 28,18). Na realidade, Cristo transmitiu aos Apóstolos a missão recebida do Pai (cf. Jo 20,21), tornando-os assim participantes dos seus poderes.
Mas também "os fiéis leigos, precisamente por serem membros da Igreja, têm por vocação e por missão anunciar o Evangelho: para essa obra foram habilitados e nela comprometidos pelos sacramentos da iniciação cristã e pelos dons do Espírito Santo". De fato, eles foram "feitos participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo". Por conseguinte, "os fiéis leigos, devido à sua participação no múnus profético de Cristo, estão plenamente comprometidos nesta tarefa da Igreja" e, portanto, devem sentir-se chamados e enviados a proclamar a Boa Nova do Reino. As palavras de Jesus: "Ide vós também para a minha vinha" (Mt 20,4), devem ser vistas como dirigidas não só aos Apóstolos, mas a todos aqueles que desejam ser autênticos discípulos do Senhor.
A tarefa fundamental para a qual Cristo envia os seus discípulos é o anúncio da Boa Nova, isto é, a evangelização (cf. Mc 16,15-18). Segue-se daí que "evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade". Como já disse em outras ocasiões, a singularidade e novidade da situação em que o mundo e a Igreja se encontram, às portas do terceiro milênio, e as exigências que daí derivam, fazem com que a missão evangelizadora atualmente requeira também um novo programa que, no seu conjunto, pode definir-se "nova evangelização". Como Pastor supremo da Igreja, desejo ardentemente convidar todos os membros do Povo de Deus, e de modo especial os que vivem no Continente americano donde fiz, pela primeira vez, apelo a um compromisso novo "no seu entusiasmo, nos seus métodos, na sua expressão" para assumirem este projeto e colaborarem nele. Cada um, ao aceitar esta missão, lembre-se de que o núcleo vital da nova evangelização deve ser o anúncio claro e inequívoco da pessoa de Jesus Cristo, isto é, o anúncio do seu nome, da sua doutrina, da sua vida, das suas promessas e do Reino que ele nos conquistou por meio do seu mistério pascal".

Nota:100

RMi 33: "As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.
Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão ad gentes.
Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.
Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma nova evangelização, ou re-evangelização".

Nota:101

RMi 33: "As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.
Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão ad gentes.
Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.
Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma nova evangelização, ou re-evangelização".

Nota:102

AG 6: “Embora varie, de acordo com as circunstâncias e com o modo como é exercida, a ação missionária é a mesma e uma só, realizada em todas as partes do mundo e em todas as situações pelos bispos, sob a presidência do sucessor de Pedro, conjuntamente com a oração e a colaboração de toda a Igreja. Portanto, as diferenças que se observam na Igreja quanto ao exercício da atividade missionária, não provêm da natureza da missão, mas se devem às diferentes situações em que é exercida.
A diversidade de situações pode vir da própria Igreja, dos vários povos em sua grande multiplicidade, dos grupos humanos e das pessoas a que se dirige a missão.
Apesar de dispor da totalidade e da plenitude dos meios de salvação, a Igreja nem sempre nem simultaneamente recorre a todos. Sua ação é gradual e progressiva, num esforço de ir aos poucos realizando o desígnio divino. Acontece mesmo que às vezes, depois de brilhantes começos, experimenta dolorosos retrocessos ou passa por longos estágios de incompletude e de insuficiência.
Pessoas, grupos humanos e populações, por sua vez, não são senão progressiva e lentamente influenciados e compenetrados pela plenitude católica. Os instrumentos de ação devem levá-lo em conta e se adaptarem a essas diversas situações e condições.
Denominam-se habitualmente missões a atividade própria desenvolvida por aqueles que percorrem o mundo pregando o Evangelho e implantando a Igreja entre os povos ou grupos humanos que ainda não vivem segundo a fé em Cristo. A atividade missionária no sentido estrito é esse trabalho feito em determinados territórios designados pela santa sé. O objetivo primordial dessa atividade é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos e grupos humanos em que ela ainda não tem raízes.
As Igrejas autóctones particulares, plantadas a partir da semente da palavra de Deus, crescem por sua própria força e alcançam a maturidade quando, dotadas de hierarquia própria, unidas ao povo fiel, e dos meios de salvação necessários ao desempenho de uma vida cristã plena, contribuem a seu modo para o bem da Igreja universal.
O principal instrumento desta implantação é a pregação do Evangelho de Jesus Cristo, para cujo anúncio o Senhor enviou os seus discípulos a todo o mundo com o objetivo de fazer com os seres humanos renascidos pela palavra de Deus, se incorporassem pelo batismo à Igreja que, como corpo do Verbo encarnado, alimenta-se e vive da palavra de Deus e do pão eucarístico.
Na atividade missionária da Igreja ocorrem às vezes situações mistas: o começo e a implantação se fazem sem maior novidade, nem nenhuma expressão de juventude. Uma vez porém implantada a Igreja, sua ação missionária não pode cessar. É dever das igrejas particulares prossegui-la, pregando o Evangelho àqueles que ainda não o conhecem.
Por outro lado, os grupos humanos em que vive a Igreja estão habitualmente sujeitos a profundas modificações, que dão origem a situações inteiramente diversas. A Igreja deve estar atenta para ver se estas mudanças não requerem de sua parte novas ações missionárias.
As circunstâncias são às vezes de tal natureza que durante algum tempo tornam impossível anunciar o Evangelho diretamente. Os missionários podem então e até devem perseverar no testemunho de Cristo com paciência e prudência, grande confiança, caridade e amor. Preparam assim o caminho do Senhor e de certa maneira o mantêm presente nas circunstâncias adversas que a Igreja atravessa.
Vê-se claramente que a atividade missionária decorre da própria natureza da Igreja, cuja fé salvadora se propaga, torna aos poucos efetiva a unidade católica, sustenta a apostolicidade, desperta a hierarquia para o amor da colegialidade, dá testemunho, difunde e promove a santidade.
A atividade missionária entre os povos é distinta tanto da ação pastoral, que se exerce junto aos fiéis, como da ação que se empenha na restauração da unidade entre os cristãos. Ambas, porém, conservam estreitos laços com a atividade missionária, pois a divisão entre os cristãos prejudica a pregação do Evangelho a toda a criatura e fecha, para muitos, as vias de acesso à fé.
Todos os batizados estão convidados a se reunir num único rebanho, para dar unanimemente testemunho de Cristo Senhor. Não se pode ainda dar testemunho de uma só fé, que ao menos, porém, dê-se testemunho da estima e do amor recíproco que nos deve animar a todos”.

Nota:103

CfL 3: “O significado fundamental deste Sínodo e, conseqüentemente, o seu fruto mais precioso, é que os fiéis leigos escutem o chamamento de Cristo para trabalharem na sua vinha, para tomarem parte viva, consciente e responsável na missão da Igreja, nesta hora magnífica e dramática da história, no limiar do terceiro milênio.
Novas situações, tanto eclesiais como sociais, econômicas, políticas e culturais, reclamam hoje, com uma força toda particular, a ação dos fiéis leigos. Se o desinteresse foi sempre inaceitável, o tempo presente torna-o ainda mais culpável. Não é lícito a ninguém ficar inativo.
Retomemos a leitura da parábola evangélica: Ao sair novamente pelas cinco horas, encontrou outros que ali estavam e disse-lhes: Por que ficais aqui o dia inteiro inativos? Eles responderam-lhe: Porque ninguém nos contratou. Disse-lhes ele: Ide vós também para a minha vinha (Mt 20,6-7).
Não há lugar para o ócio, uma vez que é muito o trabalho que a todos espera na vinha do Senhor. O proprietário insiste ainda mais no seu convite: Ide vós também para a minha vinha.
A voz do Senhor ressoa sem dúvida no íntimo do próprio ser de cada cristão, que, graças à fé e aos sacramentos da iniciação cristã, torna-se imagem de Jesus Cristo, insere-se na Igreja como seu membro vivo e é sujeito ativo da sua missão de salvação. A voz do Senhor, porém, também se faz sentir através dos acontecimentos históricos da Igreja e da humanidade, como nos lembra o Concílio: O povo de Deus, movido pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, que compartilha juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença e do desígnio de Deus. Pois a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas.
Temos pois de encarar de frente este nosso mundo, com os seus valores e problemas, as suas ânsias e esperanças, as suas conquistas e fracassos: um mundo cujas situações econômicas, sociais, políticas e culturais apresentam problemas e dificuldades mais graves do que o que foi descrito pelo Concílio na Constituição pastoral Gaudium et spes. É esta, todavia, a vinha, é este o campo no qual os fiéis leigos são chamados a viver

a sua missão. Jesus quer que eles, como todos os seus discípulos, sejam sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5,13-14). Mas qual é o rosto atual da terra e do mundo, de que os cristãos devem ser sal e luz?
É deveras grande a diversidade das situações e das problemáticas que existem hoje no mundo, aliás caracterizadas por uma aceleração crescente de mudança. Por isso, é absolutamente necessário precaver-se contra generalizações e simplificações indevidas. Podem, todavia, individuar-se algumas linhas de tendência que emergem na sociedade atual. Como crescem juntos no campo evangélico o joio e o bom trigo, assim na história, teatro quotidiano de uma prática muitas vezes contraditória da liberdade humana, encontram-se, lado a lado, por vezes profundamente emaranhados entre si, o mal e o bem, a injustiça e a justiça, a angústia e a esperança".

Nota:104

CfL 4: "Como não pensar na persistente difusão do indiferentismo religioso e do ateísmo nas suas mais variadas formas, particularmente naquela que hoje talvez é a mais espalhada, a do secularismo? Embriagado pelas conquistas prodigiosas de um progresso científico-técnico e, sobretudo, fascinado pela mais antiga e sempre nova tentação de querer tornar-se como Deus (cf. Gn 3,5), através do uso de uma liberdade sem limites, o homem corta as raízes religiosas que mergulham no seu coração: esquece-se de Deus, considera-o vazio de significado para a sua existência, recusa-o, prostrando-se em adoração diante dos mais diversos ídolos.
É verdadeiramente grave o fenômeno atual do secularismo: não atinge apenas os indivíduos, mas, de certa forma, comunidades inteiras, como já observava o Concílio: Multidões cada vez maiores praticamente se separam da religião. Repetidas vezes eu mesmo recordei o fenômeno da descristianização que atinge os povos cristãos de velha data e que exige, sem mais delongas, uma nova evangelização.
E, todavia, a aspiração e a necessidade religiosas não poderão extinguir-se de todo. A consciência de cada homem, quando tem a coragem de encarar as interrogações mais sérias da existência humana, especialmente a do sentido do viver, do sofrer e do morrer, não pode deixar de fazer sua a palavra de verdade que Santo Agostinho gritou: Fizeste-nos para ti, Senhor, e o nosso coração inquieta-se enquanto não descansar em ti. O mesmo mundo de hoje também o atesta, manifestando de formas cada vez mais amplas e vivas a abertura para uma visão espiritual e transcendente da vida, o despertar da procura religiosa, o regresso ao sentido do sagrado e à oração, a exigência de liberdade na invocação do nome do Senhor".

Nota:105

RMi 34: "A atividade missionária específica, ou missão ad gentes, tem como destinatários os povos ou grupos que ainda não crêem em Cristo, aqueles que estão longe de Cristo, entre os quais a Igreja não está ainda radicada, e cuja cultura ainda não foi influenciada pelo Evangelho. Distingue-se das outras atividades eclesiais por se dirigir a grupos e ambientes não-cristãos, caracterizados pela ausência ou insuficiência do anúncio evangélico e da presença eclesial. Vem a ser, portanto, a obra do anúncio de Cristo e de seu Evangelho, da edificação da Igreja local, da promoção dos valores do Reino. A peculiariedade da missão ad gentes deriva do fato de se orientar para os não-cristãos. É preciso evitar, por isso, que esta tarefa especificamente missionária, que Jesus confiou e continua, cotidianamente, a confiar à sua Igreja, se torne numa realidade diluída na missão global de todo o Povo de Deus, ficando, desse modo, descurada ou esquecida.
De resto, os confins entre o cuidado pastoral dos fiéis, a nova evangelização e a atividade missionária específica não são facilmente identificáveis, e não se deve pensar em criar entre esses âmbitos barreiras ou compartimentos estanques. Não se pode, no entanto, perder a tensão para o anúncio e para a fundação de novas Igrejas entre povos ou grupos humanos, onde elas ainda não existem, porque esta é a tarefa primeira da Igreja, que é enviada a todos os povos, até aos confins da Terra. Sem a missão ad gentes, a própria dimensão missionária da Igreja ficaria privada de seu significado fundamental e de seu exemplo de atuação.
Registre-se, também, uma real e crescente interdependência entre as diversas atividades salvíficas da Igreja: cada uma influi sobre a outra, estimula-a e a ajuda. O dinamismo missionário permite uma troca de valores entre as Igrejas, e projeta, para o mundo exterior, influência positiva, em todos os sentidos. As Igrejas de antiga tradição cristã, por exemplo, preocupadas com a dramática tarefa da nova evangelização, estão mais conscientes de que não podem ser missionárias dos não-cristãos de outros países e continentes, se não se preocuparem seriamente com os não-cristãos da própria casa: a atividade missionária ad intra é sinal de autenticidade e de estímulo para realizar a outra, ad extra, e vice-versa".

Nota:106

CfL 4: "Como não pensar na persistente difusão do indiferentismo religioso e do ateísmo nas suas mais variadas formas, particularmente naquela que hoje talvez é a mais espalhada, a do secularismo? Embriagado pelas conquistas prodigiosas de um progresso científico-técnico e, sobretudo, fascinado pela mais antiga e sempre nova tentação de querer tornar-se como Deus (cf. Gn 3,5), através do uso de uma liberdade sem limites, o homem corta as raízes religiosas que mergulham no seu coração: esquece-se de Deus, considera-o vazio de significado para a sua existência, recusa-o, prostrando-se em adoração diante dos mais diversos ídolos.
É verdadeiramente grave o fenômeno atual do secularismo: não atinge apenas os indivíduos, mas, de certa forma, comunidades inteiras, como já observava o Concílio: Multidões cada vez maiores praticamente se separam da religião. Repetidas vezes eu mesmo recordei o fenômeno da descristianização que atinge os povos cristãos de velha data e que exige, sem mais delongas, uma nova evangelização.
E, todavia, a aspiração e a necessidade religiosas não poderão extinguir-se de todo. A consciência de cada homem, quando tem a coragem de encarar as interrogações mais sérias da existência humana, especialmente a do sentido do viver, do sofrer e do morrer, não pode deixar de fazer sua a palavra de verdade que Santo Agostinho gritou: Fizeste-nos para ti, Senhor, e o nosso coração inquieta-se enquanto não descansar em ti. O mesmo mundo de hoje também o atesta, manifestando de formas cada vez mais amplas e vivas a abertura para uma visão espiritual e transcendente da vida, o despertar da procura religiosa, o regresso ao sentido do sagrado e à oração, a exigência de liberdade na invocação do nome do Senhor".

Nota:107

DSD 179: "O crescente empobrecimento a que estão submetidos milhões de irmãos nossos, que chega a intoleráveis extremos de miséria, é o mais devastador e humilhante flagelo que vive a América Latina e Caribe.

Assim o denunciamos tanto em Medellín como em Puebla e hoje voltamos a fazê-lo com preocupação e angústia.
- As estatísticas mostram com eloqüência que na última década as situações de pobreza cresceram tanto em números absolutos como relativos. A nós, pastores, comove-nos até as entranhas ver continuamente a multidão de homens e mulheres, crianças e jovens e anciãos que sofrem o insuportável peso da miséria, assim como diversas formas de exclusão social, étnica e cultural; são pessoas humanas concretas e irrepetíveis que vêem seus horizontes cada vez mais fechados e sua dignidade desconhecida.
- Vemos o empobrecimento de nosso povo não só como um fenômeno econômico e social, registrado e quantificado pelas ciências sociais. Nós o vemos de dentro da experiência de muita gente com quem compartilhamos, como pastores, sua luta cotidiana pela vida.
- A política de corte neoliberal que predomina hoje na América Latina e no Caribe aprofunda ainda mais as conseqüências negativas destes mecanismos. Ao desregular indiscriminadamente o mercado, eliminar partes importantes da legislação trabalhista e despedir empregados, ao reduzir os gastos sociais que protegiam as famílias dos trabalhadores, foram ainda mais aumentadas as distâncias na sociedade.
- Temos de aumentar a lista dos rostos sofridos que já havíamos assinalado em Puebla (cf. Puebla 31-39), todos eles desfigurados pela fome, aterrorizados pela violência, envelhecidos por condições de vida infra-humanas, angustiados pela sobrevivência familiar. O Senhor nos pede que saibamos descobrir seu próprio rosto nos rostos sofridos dos irmãos.
- Por outro lado, comprovamos com alegria os múltiplos esforços que diversos grupos e instituições da América Latina e do Caribe estão fazendo, a fim de transformar esta realidade. A Igreja, chamada a ser cada vez mais fiel a sua opção preferencial pelos pobres, tem tido crescente participação nos mesmos. Damos graças a Deus por isto e convocamos a alargar o caminho já aberto, porque muito mais são os que ainda têm de caminhar por ele".

Nota:108

DSD: "**296.** Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla. Esta opção, não exclusiva nem excludente, iluminará, à imitação de Jesus Cristo, toda nossa ação evangelizadora.
A essa luz, convidamos a promover uma nova ordem econômica, social e política, conforme a dignidade de todas e cada uma das pessoas, implantando a justiça e a solidariedade e abrindo para todas elas horizontes de eternidade.
297. Dizemos sim à vida e à família. Diante das graves agressões à vida e à família, agravadas nos últimos anos, propomos uma decidida ação para defender e promover a vida e a família, Igreja doméstica, e santuário da vida, desde sua concepção até o final natural de sua etapa temporal. Toda vida humana é sagrada.
Uma evangelização inculturada: É o terceiro compromisso que assumimos na perspectiva de novos métodos e expressões para viver hoje a mensagem evangélica.
298. As grandes cidades da América Latina e do Caribe, com os seus múltiplos problemas, têm-nos interpelado. Atenderemos à evangelização desses centros onde vive a maior parte da nossa população. Nossa solicitude dirigir-se-á também às áreas rurais; nelas já se sente o impacto das mudanças culturais.
299. Queremos aproximar-nos dos povos indígenas e afro-americanos, a fim de que o Evangelho encarnado em suas culturas manifeste toda a sua vitalidade e entrem eles em diálogo de comunhão com as demais comunidades cristãs para mútuo enriquecimento.
300. Buscaremos também impulsionar uma eficaz ação educativa e um decidido empenho por uma moderna comunicação.
301. Colocamo-nos sob a ação do Espírito Santo, que, desde Pentecostes, conduz a Igreja no amor. Ele nos concedeu a graça do Concílio Vaticano II e de nossas Conferências Gerais do Rio de Janeiro, Medellín e Puebla.
Estamos certos de que não nos há de faltar seu auxílio para continuarmos, a partir de Santo Domingo, mais unidos entre nós sob a orientação e guia do Santo Padre, sucessor de Pedro e, apesar de nossas limitações, a impulsionar com entusiasmo na América Latina e Caribe o anúncio de Jesus Cristo e do seu Reino".

Nota:109

PRNM 90: "A nova evangelização visa, em novos contextos, recriar a experiência cristã para uma nova síntese entre fé e vida, fé e história, no cotidiano de uma comunidade ou de um povo: primeiro, como experiência pessoal de Deus em Jesus Cristo, refazendo a unidade entre a dimensão contemplativa e orante e o quotidiano da vida, unidade enfraquecida ou mesmo perdida no contexto do mundo secular; segundo, como processo para refazer o tecido cristão das comunidades eclesiais, formando assim comunidades maduras, alimentadas pela escuta da Palavra de Deus e a celebração da Liturgia (cf. CfL 34); terceiro, como impulso às comunidades cristãs para saírem de suas próprias fronteiras para um novo compromisso com a missão da Igreja no mundo".

Nota:110

DSD 19: "A obra evangelizadora, inspirada pelo Espírito Santo, que no começo teve como generosos protagonistas sobretudo membros de ordens religiosas, foi uma obra conjunta de todo o povo de Deus, dos Bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas e fiéis leigos. Entre os últimos, é importante assinalar também a colaboração dos próprios indígenas batizados, aos quais se somaram, no correr do tempo, catequistas afro-americanos.
A primeira evangelização teve como instrumentos privilegiados homens e mulheres de vida santa. Os meios pastorais foram uma incansável pregação da Palavra, a celebração dos sacramentos, a catequese, o culto mariano, a prática das obras de misericórdia, a denúncia das injustiças, a defesa dos pobres e a especial solicitude pela educação e promoção humana".

Nota:111

DSD 230: "Posto que hoje em dia percebe-se uma crise cultural de proporções inimagináveis (João Paulo II, Discurso Inaugural, 21) na qual vão desaparecendo valores evangélicos e ainda humanos fundamentais, apresenta-se à Igreja um desafio gigantesco para uma nova evangelização, ao qual se pretende responder com o esforço da inculturação do Evangelho. É necessário inculturar o Evangelho à luz dos três grandes mistérios da salvação: a Natividade, que mostra o caminho da Encarnação e move o evangelizador a partilhar sua vida com o evangelizado; a Páscoa, que conduz através do sofrimento à purificação dos pecados, para que sejam

redimidos; e Pentecostes, que pela força do Espírito possibilita a todos entender, na sua própria língua, as maravilhas de Deus.

A inculturação do Evangelho é um processo que supõe reconhecimento dos valores evangélicos que se têm mantido mais ou menos puros na atual cultura; e o reconhecimento de novos valores que coincidem com a mensagem de Cristo. Mediante a inculturação, busca-se que a sociedade descubra o caráter cristão desses valores, os aprecie e os mantenha como tais. Além disso, pretende a incorporação de valores evangélicos que estão ausentes da cultura, ou porque se tenham obscurecido ou porque tenham chegado a desaparecer. Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e simultaneamente introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, transmitindo-lhes os seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro (RMi 52). A fé, ao se encarnar nessas culturas, deve corrigir seus erros e evitar sincretismos. A tarefa da inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção dos seus pastores, com a participação de todo o povo de Deus. Os critérios fundamentais neste processo são a sintonia com as exigências objetivas da fé e a abertura à comunhão com a Igreja universal (cf. RMi 54)".

Nota:112

RMi 62: "Tudo quanto, no início do cristianismo, se fez pela missão universal, conserva, ainda hoje, sua validade e urgência. A Igreja é, por sua natureza, missionária, porque o mandato de Cristo não é algo de contingente e exterior, mas atinge o próprio coração da Igreja. Segue-se, daí, que a Igreja toda e cada uma das Igrejas é enviada aos não-cristãos. Mesmo as Igrejas mais jovens, precisamente para este zelo missionário florescer nos membros de sua pátria, devem participar, o quanto antes, e de fato, na missão universal da Igreja, enviando também elas, por todo o mundo, missionários para pregar o Evangelho, mesmo que tenham escassez de clero. Muitas já o fazem: eu as encorajo, vivamente, a continuar.

Neste vínculo essencial de comunhão entre a Igreja universal e as Igrejas particulares, exercita-se o seu autêntico e pleno caráter missionário. Num mundo que, com a diminuição das distâncias, se torna cada vez menor, as comunidades eclesiais devem coligar-se entre si, trocando energias e meios, empenhar-se, conjuntamente, na única e comum missão de anunciar e viver o Evangelho (...) As Igrejas denominadas jovens (...) têm necessidade da força das antigas, enquanto estas precisam do testemunho e do estímulo das mais jovens, de tal modo que cada Igreja possa haurir da riqueza das outras Igrejas".

Nota:113

EN 20: "Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar - não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes - a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição Gaudium et Spes, a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus.

O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas.

A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada".

Nota:114

EN 19: "Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação".

Nota:115

Lc 24,32-35: "Então um disse ao outro: Não estava o nosso coração ardendo quando ele nos falava pelo caminho, e nos explicava as Escrituras? Na mesma hora, eles se levantaram e voltaram para Jerusalém, onde encontraram os Onze, reunidos com os outros. E estes confirmaram: Realmente, o Senhor ressuscitou, e apareceu a Simão! Então os dois contaram o que tinha acontecido no caminho, e como tinham reconhecido Jesus quando ele partiu o pão".

Nota:116

Fl 2,6-11: "Ele tinha a condição divina, mas não se apegou a sua igualdade com Deus. Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo e tornando-se semelhante aos homens. Assim, apresentando-se como simples homem, humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz! Por isso, Deus o exaltou grandemente, e lhe deu o Nome que está acima de qualquer outro nome; para que, ao nome de Jesus, se dobre todo joelho no céu, na terra e sob a terra; e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai".

Nota:117

EN 44: "Um dos aspectos que não deve ser descuidado na evangelização é a do ensino catequético. A inteligência especialmente a inteligência das crianças e a dos adolescentes, tem necessidade de aprender, mediante um sistemático ensino religioso, os dados fundamentais, o conteúdo vivo da verdade que Deus nos quis transmitir, e que a Igreja procurou exprimir de maneira cada vez mais rica, no decurso da sua história. Depois, que um semelhante ensino deva ser ministrado para educar hábitos de vida religiosa e não para permanecer apenas intelectual, ninguém o negará. É fora de dúvida que o esforço de evangelização poderá tirar um grande proveito deste meio do ensino catequético, feito na igreja, ou nas escolas onde isso é possível, e sempre nos lares cristãos; isso, porém, se os catequistas dispuserem de textos apropriados e atualizados com prudência e com competência, sob a autoridade dos Bispos. Os métodos, obviamente, hão de ser adaptados à idade, à cultura e à capacidade das pessoas, procurando sempre fazer com que elas retenham na memória, na inteligência e no coração, aquelas verdades essenciais que deverão depois impregnar toda a sua vida. Importa sobretudo preparar bons catequistas - catequistas paroquiais, mestres e pais - que se demonstrem cuidadosos

em se aperfeiçoar constantemente nesta arte superior, indispensável e exigente do ensino religioso. Além disso, sem minimamente negligenciar, seja em que aspecto for, a formação religiosa das crianças, verifica-se que as condições do mundo atual tornam cada vez mais urgente o ensino catequético, sob a forma de um catecumenato, para numerosos jovens e adultos que, tocados pela graça, descobrem pouco a pouco o rosto de Cristo e experimentam a necessidade de a ele se entregar".

Nota:118

cf. João Paulo II, **Fides et Ratio**, n.16: "Existe uma unidade profunda e indivisível entre o conhecimento da razão e o da fé. O mundo e o que nele acontece, assim como a história e as diversas vicissitudes da nação são realidades observadas, analisadas e julga
das com os meios próprios da razão, mas sem deixar a fé alheia a este processo".

Nota:119

O neoliberalismo é definido pelo Papa, na **EA 56**: "Sistema que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis do mercado como parâmetros absolutos em detrimento da dignidade e do respeito da pessoa e do povo".

Nota:120

EA 20: "A tendência à globalização é característica do mundo contemporâneo; fenômeno esse que, mesmo não sendo exclusivamente americano, é mais perceptível e tem maiores repercussões na América. Trata-se de um processo que fica a dever à maior comunicação existente entre as diversas partes do mundo, na prática levando à superação das distâncias, com evidentes efeitos nos mais distintos campos.

As repercussões do ponto de vista ético podem ser positivas ou negativas. Existe, certamente, uma globalização econômica que traz em si algumas conseqüências positivas, tais como o fenômeno da eficiência e o aumento da produção e que, com o crescimento das relações entre os diversos países no âmbito econômico, pode reforçar o processo da unidade dos povos e prestar um melhor serviço à família humana. Porém, se a globalização é dirigida pelas puras leis do mercado aplicadas conforme a conveniência dos mais poderosos, as conseqüências só podem ser negativas. Tais são, por exemplo, a atribuição de um valor absoluto à economia, o desemprego, a diminuição e o deterioramento de alguns serviços públicos, a destruição do ambiente e da natureza, o aumento das diferenças entre ricos e pobres, a concorrência injusta que põe as nações pobres numa situação de inferioridade sempre mais acentuada. A Igreja, mesmo estimando os valores positivos que comporta a globalização, vê com preocupação os aspectos negativos por ela veiculados.

E que dizer, então, da globalização cultural produzida por pressão dos meios de comunicação social? Estes impõem em toda parte novas escalas de valores, com freqüência arbitrários e fundamentalmente materialistas, diante dos quais é difícil manter viva a adesão aos valores do Evangelho".

Nota:121

Segundo dados do Banco Central, a dívida externa passou de 145,7 bilhões de dólares, em 1994, para US$ 193,2 bilhões, no início de 1998. Em novembro de 1998, era estimada em 229 bilhões de dólares, dos quais cerca de 200 bilhões de dívidas de médio e longo prazo (81 do setor público e 119 do setor privado) e 29 milhões de dívidas de curto prazo (85% das quais do setor privado).

Nota:122

Segundo o ex-ministro Antônio Delfim Netto, a dívida interna líquida passou de pouco mais de R$ 100 bilhões no fim de 1994 para cerca de R$ 380 bilhões no fim de 1998, pulando de 29,2% do PIB para 42%, um crescimento perturbador (Folha de S. Paulo, 17.2.1999, cad. 1, p.2).

Nota:123

Ainda antes da desvalorização, 1998 foi um ano de estagnação: o PIB aumentou apenas 0,15% e a renda per capita dos brasileiros recuou em 1,12%. Confira dados do IBGE divulgados em 19.02.1999 Jornal do Brasil, 20.02.1999, p.1.

Nota:124

Sobre as relações entre Ética, Política e Economia, continuam fundamentais as orientações do Papa João Paulo II na Sollicitudo Rei Socialis (1987). cf. também o número 34 da Centesimus Annus.

Nota:125

Para um quadro da situação retratada pelos últimos Censos, cf. o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado em cooperação com a ONU (PNUD), IBGE, IPEA e FJP (1998). O IBGE oferece também, em suas páginas na Internet e em publicações, dados de 1995, 1996 e 1997.

Nota:126

Há diferenças regionais importantes. Segundo o Censo de 1991, a taxa de crescimento difere muito entre o Norte (4,1%) ou o Centro-Oeste (3,0%) e o Sul (1,4%), enquanto o Nordeste e Sudeste estão quase empatados (1,8% e 1,7% respectivamente). A taxa por Região é influenciada também pelas migrações (do Sul para o Norte e o Centro-Oeste).

Nota:127

A expectativa de vida dos brasileiros, em 1996, era de 64,33 anos para os homens e de 71,97 anos para as mulheres, enquanto em 1980 era, respectivamente, de 59,01 e 65,35 (o que eqüivale a um aumento de 9% para os homens e 10,1% para as mulheres). cf. dados do IBGE em Jornal do Brasil, 7.3.1999, p.4.

Nota:128

cf. o Relatório da ONU sobre o Desenvolvimento Humano para 1995, publicado em 1998, que situava o Brasil no 62º lugar no ranking mundial, entre os últimos países classificados como de desenvolvimento alto, pouco acima do índice 0,800 (cf. Folha de São Paulo, 9.9.1998, p. 1/7-8). Em 1994, o Brasil estava em 68º lugar, com índice 0,783, entre os países de desenvolvimento médio.

Nota:129

cf. dados do IBGE e Jornal do Brasil, 7.3.1999, p. 4.:

Nota:130

cf. indicadores sociais divulgados pelo IBGE em 10.3.1999 Jornal do Brasil, 11.3.1999, p. 6 e Folha de S. Paulo, 11.3.1999, cad. 3, p.4.

Nota:131

Segundo o IBGE, 38% dos empregados brasileiros não têm carteira assinada (cf. as fontes citadas na nota anterior). Segundo outras estimativas, só 22,5 milhões de trabalhadores (30%) têm carteira assinada em 75 milhões de população economicamente ativa.

Nota:132

cf. a nota 126 e Folha de S. Paulo, 9.9.1998, cad.1, p.8.

Nota:133

cf. Atlas do Desenvolvimento Humano, 1998, PNUD/IBGE, tabela do Índice de Desenvolvimento Humano por Regiões.

Nota:134

cf. Atlas do Desenvolvimento Humano, IBGE/ONU, 1998.

Nota:135

Sobre a incidência das diferenças sociais, note-se que, em 1984, a expectativa de vida era estimada em 57,5 anos nas famílias com renda até 1 salário mínimo e em 73,4 anos para as famílias com mais de 5 salários mínimos!.

Nota:136

cf. indicadores sociais divulgados pelo IBGE em 10.3.1999 Jornal do Brasil, 11.3.1999, p. 6 e Folha de S. Paulo, 11.3.1999, cad. 3, p.4.

Nota:137

EA 56: “À luz da doutrina social da Igreja compreende-se melhor a gravidade dos “pecados sociais que clamam ao céu, porque geram violência, rompem a paz e a harmonia entre as comunidades de uma mesma nação, entre nações e as diferentes zonas do Continente”. Entre eles devem ser lembrados, “o comércio de drogas, a reciclagem de lucros ilícitos, a corrupção em qualquer ambiente, o terror da violência, a corrida aos armamentos, a discriminação racial, as desigualdades entre os grupos sociais, a destruição irracional da natureza”. Estes pecados manifestam uma crise profunda devida à perda do sentido de Deus e pela ausência daqueles princípios morais que devem nortear a vida de cada homem. Sem referências morais, cai-se na avidez desenfreada de riqueza e de poder, que ofusca qualquer visão evangélica da realidade social.

Não raro, isto leva algumas instâncias públicas a descurar a situação social. Domina cada vez mais, em muitos Países americanos, um sistema conhecido como “neoliberalismo”; sistema este que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis de mercado como parâmetros absolutos a prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo. Por vezes, este sistema transformou-se numa justificação ideológica de algumas atitudes e modos de agir no campo social e político que provocam a marginalização dos mais fracos. De fato, os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas freqüentemente injustas.

A melhor resposta, a partir do Evangelho, para esta dramática situação é a promoção da solidariedade e da paz, em vista da efetiva realização da justiça. A tal fim, ocorre estimular e ajudar os que são exemplo de honestidade na administração das finanças públicas e da justiça. Ocorre, outrossim, apoiar o processo de democratização que se está realizando na América, pois num sistema democrático são maiores as possibilidades de controle que permitem evitar os abusos.

‘O Estado de direito é a condição necessária para estabelecer uma autêntica democracia”. Para que esta se possa desenvolver, é necessária a educação cívica e a promoção da ordem pública e da paz. Com efeito, “não há democracia autêntica e estável sem justiça social. Por isso, é necessário que a Igreja ponha maior atenção na formação das consciências, prepare os dirigentes sociais para a vida pública em todos os níveis, promova a educação cívica, a observância da lei e dos direitos humanos e dedique um maior esforço para a formação ética da classe política’”.

Nota:138

cf. **DGAE 1995-98, n. 133**: “As mudanças econômicas tiveram importantes *repercussões políticas,* provocando um *enfraquecimento dos Estados nacionais,* que nos últimos anos têm encontrado crescentes dificuldades na regulação da economia, sempre mais dependente de decisões que envolvem outros Países e centros financeiros internacionais. A isto se acrescenta a dificuldade técnica de planejar ou dirigir uma economia sempre mais complexa, o que contribuiu para a crise mais ampla das economias socialistas e seu envolvimento cheio de contradições com o capitalismo mundial”.

Nota:139

Neste sentido, embora com outra formulação, expressa-se a exortação **EA 59**: “A existência de uma dívida externa que sufoca não poucos povos do Continente americano constitui um problema complexo. Mesmo sem abordar seus numerosos aspectos, a Igreja, na sua solicitude pastoral, não pode ignorar este problema, pois este se refere à vida de tantas pessoas. Por isso, diversas Conferências Episcopais na América, conscientes da sua gravidade, organizaram a este respeito encontros de estudo e publicaram documentos destinados a indicar soluções operacionais. Também eu expressei, em diversas ocasiões, minha preocupação por esta situação, que se tornou, em certos casos, insustentável. Na perspectiva do já iminente Grande Jubileu do Ano 2000, ao recordar o significado social que revestiam os jubileus no Antigo Testamento, escrevi: “No espírito do livro do Levítico (25,8-12), os cristãos deverão fazer-se eco de todos os pobres do mundo, propondo o Jubileu como um tempo oportuno para pensar, além do mais, numa consistente redução, se não mesmo no perdão total da dívida internacional, que pesa sobre o destino de muitas nações”.

Reitero o auspício, feito a propósito pelos Padres Sinodais, de que o Pontifício Conselho Justiça e Paz, junto com outros organismos competentes como a Seção para as Relações com os Estados da Secretaria de Estado, “procure, no estudo e no diálogo com os representantes do Primeiro Mundo e com os responsáveis do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, vias de solução para o problema da dívida externa e normas que impeçam a repetição de idênticas situações por ocasião de futuros empréstimos”. Do maior nível possível, seria oportuno que ‘peritos em economia e em questões monetárias, de prestígio internacional, procedessem a uma análise crítica da ordem econômica mundial, nos seus aspectos positivos e negativos, para, deste modo, corrigir a ordem atual, e propusessem um sistema e mecanismos capazes de garantir o desenvolvimento integral e solidário das pessoas e dos povos’”.

Nota:140

O 9º Relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano, publicado no final de 1998, evidencia que, em 1960, os 20% mais ricos da população mundial possuía 30 vezes a riqueza dos 20% mais pobres. Em 1995, a diferença era de 82 vezes! Nesse item sobre a distribuição da riqueza, o Relatório explicita também que entre os ricos, há também os ultra-ricos. As três pessoas mais ricas do mundo possuem, elas sozinhas, um patrimônio superior ao PIB (Produto Interno Bruto) dos 48 países menos desenvolvidos. Os 15 primeiros ricos possuem uma riqueza maior que o PIB de toda a África ao sul do Saara. E as 225 pessoas mais ricas do mundo têm um patrimônio de mais de mil bilhões de dólares. (O PIB brasileiro, em 1996, foi de 779 bilhões de dólares). A ONU calcula que gastando apenas 4% por ano deste patrimônio daria para garantir água, alimentação, tratamento médico e escola às populações que não os têm (cf. 9º Relatório da ONU e Folha de São Paulo, 9.9.1998, cad. 1, pp. 7-8, e Jornal do Brasil, 9.9.1998, p.1). No caso brasileiro, uma só pessoa possui 70 000 km2 de terras no Pará, ou seja, uma área mais extensa que os Estados do Rio de Janeiro e de Sergipe juntos (cf. Veja, 13.01.1999, p.28-29)".

Nota:141

cf. acima o ítem Crime e Violência no quadro sobre Realidade brasileira nos anos 90: "Um indicador particularmente grave, que revela o esgarçamento do tecido social, é o aumento da violência e da criminalidade. De 1980 a 1996, a taxa de assassinatos dobrou no Brasil, passando de 13 para 25 por ano em cada 100 mil habitantes. Mais impressionante é o fato de que esse índice sobe a 44,8 em cada 100 mil jovens entre 15 e 29 anos de idade e, na mesma faixa etária, chega a 215 mortes no Estado do Rio de Janeiro e a 134 no Estado de São Paulo. Estamos aqui evidentemente diante de um daqueles pecados sociais que clamam ao céu, resultado do comércio de droga, tráfico de armas, corrupção, desigualdade social...".

Nota:142

cf. **João Paulo II, EV 10**: **"**O Senhor disse a Caim: "Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama da terra até mim" (Gn 4,10). A voz do sangue derramado pelos homens não cessa de clamar, de geração em geração, assumindo tons e acentos sempre novos e diversos.

A pergunta do Senhor "que fizeste?", à qual Caim não se pode esquivar, é dirigida também ao homem contemporâneo, para que tome consciência da amplitude e gravidade dos atentados à vida que continuam a registrar-se na história da humanidade, para que vá à procura das múltiplas causas que os geram e alimentam, e, enfim, para que reflita com extrema seriedade sobre as conseqüências que derivam desses mesmos atentados para a existência das pessoas e dos povos.

Algumas ameaças provêm da própria natureza, mas são agravadas pelo descuido culpável e pela negligência dos homens que, não raro, lhes poderiam dar remédio; outras, ao contrário, são fruto de situações de violência, de ódio, de interesses contrapostos, que induzem homens a agredirem outros homens com homicídios, guerras, massacres, genocídios.

Como não pensar na violência causada à vida de milhões de seres humanos, especialmente crianças, constrangidos à miséria, à subnutrição e à fome, por causa da iníqua distribuição das riquezas entre os povos e entre as classes sociais? Ou na violência inerente às guerras, e ainda antes delas, ao escandaloso comércio de armas, que favorece o torvelinho de tantos conflitos armados que ensangüentam o mundo? Ou então na sementeira de morte que se provoca com a imprudente alteração dos equilíbrios ecológicos, com a criminosa difusão da droga, ou com a promoção do uso da sexualidade segundo modelos que, além de serem moralmente inaceitáveis, acarretam ainda graves riscos para a vida? É impossível registrar de modo completo a vasta gama das ameaças à vida humana, tantas são as formas, abertas ou camufladas, de que se revestem no nosso tempo!".

Nota:143

cf. Relatório sobre a Quarta Fase (1990-1997) do Diálogo internacional entre a Igreja Católica Romana e as Igrejas Pentecostais tradicionais...., nn. 35-36 (cf. tradução brasileira: Diálogo Católico Pentecostal. Paulinas, 1999, 78 p.).

Nota:144

cf. João Paulo II, *Evangelium vitae* (1995) e EA 63. **EA 63**: "Hoje, na América, como em outras partes do mundo, parece entrever-se um modelo de sociedade em que dominam os poderosos, marginalizando e até mesmo eliminando os mais fracos: penso aqui nas crianças não-nascidas, vítimas indefesas do aborto; nos anciãos e nos doentes incuráveis, às vezes objeto de eutanásia; e nos inumeráveis seres humanos postos à margem pelo consumismo e pelo materialismo. Não posso esquecer, também, do desnecessário recurso à pena de morte, quando "outros processos incruentos forem suficientes para defender do agressor e para proteger a segurança das pessoas [...]. De fato, hoje, com os meios à disposição do Estado para reprimir o crime com eficácia, tornando inofensivo quem o cometeu, sem privá-lo definitivamente a possibilidade de redimir-se, os casos de absoluta necessidade de supressão do réu são já muito raros, se não mesmo praticamente inexistentes". Este modelo de sociedade é baseado na cultura da morte, estando, portanto, em contraste com a mensagem evangélica. Perante esta realidade desoladora, a Comunidade eclesial propõe-se defender sempre mais a cultura da vida.

A este respeito, os Padres Sinodais, fazendo-se eco dos recentes documentos do Magistério da Igreja, reafirmaram com vigor o incondicionado respeito e total devotamento a favor da vida humana desde a concepção até a morte natural, e exprimem a condenação dos males como o aborto e a eutanásia. Para sustentar estes ensinamentos da lei divina e natural, é essencial promover o conhecimento da doutrina social da Igreja, e esforçar-se a fim de que os valores da vida e da família sejam reconhecidos e defendidos na vivência social e nos ordenamentos do Estado. Paralelamente à tutela da vida, há de ser intensificada, através de várias instituições pastorais, uma promoção ativa das adoções e uma constante assistência às mulheres com problemas na gravidez, quer antes quer depois do nascimento do filho. Mais, há de reservar-se uma especial atenção pastoral às mulheres que sofreram ou procuraram ativamente o aborto.

Como não dar graças a Deus, e como não expressar vivo apreço pelos irmãos e irmãs na fé que na América, junto a outros cristãos e inúmeras pessoas de boa vontade, estão empenhados em defender, com todos os meios legais, a vida e a tutelar o nascituro, o doente incurável e os inválidos? Sua ação é ainda mais meritória se se consideram a indiferença de muitos, as ameaças eugenéticas e os atentados à vida e à dignidade humana, que diariamente se cometem em todo lugar.

Idêntico cuidado se há de ter pelos anciãos, por vezes descurados e abandonados a si próprios. Estes devem ser respeitados como pessoas; é importante realizar para eles iniciativas de acolhida e de assistência, que promovam seus direitos e garantam, na medida do possível, o bem-estar físico e espiritual. Os anciãos hão de ser protegidos das situações e pressões que poderiam induzi-los ao suicídio; de modo particular, eles devem ser amparados hoje contra a tentação do suicídio assistido e a eutanásia.

Junto aos Pastores do Povo de Deus na América, faço apelo aos "católicos que trabalham no campo médico-sanitário e a todos os que desempenham funções públicas, como também aos que se dedicam ao ensino, a fim de que façam todo o possível para defender as vidas que correm maior perigo, agindo com uma consciência bem-formada segundo a doutrina católica. Os Bispos e os presbíteros têm, neste campo, a especial responsabilidade de testemunhar sem tréguas o Evangelho da vida e de exortar a coerência dos fiéis". Ao mesmo tempo, é indispensável que a Igreja na América ilumine, com oportunas intervenções, a elaboração das decisões das assembléias legislativas, estimulando os cidadãos, seja os católicos seja as outras pessoas de boa vontade, a constituir organizações para promover válidos projetos de lei e para se opor aos que ameaçam a família e a vida, que são duas realidades inseparáveis. Hoje em dia, é preciso cuidar especialmente daquilo que se refere ao diagnóstico pré-natal, para que, de modo algum, a dignidade humana seja lesionada".

Nota:145

Contra esses consumo e comércio manifesta-se vigorosamente a exortação *Ecclesia in America*; cf. n. **24**: "O comércio, com o conseqüente consumo de substâncias entorpecentes, constitui uma séria ameaça para as estruturas sociais das nações americanas. Isso "contribui para a criminalidade e a violência, para a destruição da vida familiar e da vida física e psicológica de muitos indivíduos e comunidades, sobretudo dos jovens. Além disso, corrói a dimensão ética do trabalho, favorecendo o aumento de pessoas recluídas em cárceres, numa palavra, o envelhecimento da pessoa criada à imagem de Deus". Um comércio tão funesto como este causa, ademais, a "destruição de governos, corroendo a segurança econômica e a estabilidade das nações". Encontramo-nos aqui diante de um dos desafios mais urgentes que muitas nações no mundo devem enfrentar: é, de fato, um desafio que põe em causa grande parte das vantagens conseguidas nos últimos tempos pelo progresso da humanidade. Para algumas nações na América, a produção, o tráfico e o consumo de drogas constituem fatores que comprometem seu prestígio internacional, pois reduzem sua credibilidade e tornam mais difícil aquela auspiciada colaboração com outros países, tão necessária em nossos dias para o desenvolvimento harmônico de todos os povos".

Nota:146

Denúncia acolhida pela exortação **EA**, cf. n.**25: "'**E Deus viu que isto era bom' (Gn 1,25). Essas palavras que lemos no primeiro capítulo do livro do Gênesis, oferecem o sentido da obra realizada por ele. O Criador entrega ao homem, coroação de todo o processo criador, o cultivo da terra (cf. Gn 2,15). Daí nascem, para cada indivíduo, específicas obrigações no que diz respeito à ecologia. O seu cumprimento supõe a abertura para uma perspectiva espiritual e ética que supere as atitudes e "os estilos de vida egoístas que acarretam o esgotamento das reservas naturais".

Também neste setor, de tanta atualidade hoje em dia, a intervenção dos fiéis crentes é muitíssimo importante. É necessária a colaboração de todos os homens de boa vontade com as instâncias legislativas e governamentais, para conseguir uma proteção eficaz do ambiente, considerado como dom de Deus. Quantos abusos e prejuízos ecológicos não há inclusive em muitas regiões americanas! Pense-se na emissão descontrolada de gases nocivos ou no dramático fenômeno dos incêndios florestais, provocados às vezes intencionalmente por pessoas movidas por interesses egoístas. Essas devastações podem conduzir a uma real desertificação em muitas zonas da América, com as inevitáveis conseqüências de fome e miséria. O problema chega a atingir especial entidade na floresta amazônica, imenso território que interessa a várias nações: Brasil, Guiânia, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Trata-se de um dos espaços naturais mais apreciados no mundo pela sua diversidade biológica, que o torna vital para o equilíbrio ambiental de todo o planeta".

Nota:147

EV, 15: "Ameaças não menos graves pesam também sobre os doentes incuráveis e os doentes terminais, num contexto social e cultural que, tornando mais difícil enfrentar e suportar o sofrimento, aviva a tentação de resolver o problema do sofrimento eliminando-o pela raiz, com a antecipação da morte para o momento considerado mais oportuno.

Para tal decisão concorrem, muitas vezes, elementos de natureza diversa, mas infelizmente convergentes para essa terrível saída. Pode ser decisivo, na pessoa doente, o sentimento de angústia, exasperação, ou até desespero, provocado por uma experiência de dor intensa e prolongada. Vêem-se, assim, duramente postos à prova os equilíbrios, por vezes já abalados, da vida pessoal e familiar, de maneira que, por um lado, o doente, não obstante os auxílios cada vez mais eficazes da assistência médica e social, corre o risco de se sentir esmagado pela própria fragilidade; por outro lado, naqueles que lhe estão afetivamente ligados, pode gerar-se um sentimento de compreensível, ainda que mal-entendida, compaixão. Tudo isto fica agravado por uma atmosfera cultural que não vê qualquer significado nem valor no sofrimento, antes considera-o como o mal por excelência, que se há de eliminar a todo custo; isto verifica-se especialmente quando não se possui uma visão religiosa que ajude a decifrar positivamente o mistério da dor.

Mas, no conjunto do horizonte cultural, não deixa de incidir também uma espécie de atitude prometêica do homem que, desse modo, se ilude de poder apropriar-se da vida e da morte para decidir delas, quando na realidade acaba derrotado e esmagado por uma morte irremediavelmente fechada a qualquer perspectiva de sentido e a qualquer esperança. Uma trágica expressão de tudo isto, encontra-mo-la na difusão da eutanásia, ora mascarada e sub-reptícia, ora atuada abertamente e até legalizada. Para além do motivo de presumida compaixão diante da dor do paciente, às vezes, pretende-se justificar a eutanásia também com uma razão utilitarista, isto é, para evitar despesas improdutivas demasiado gravosas para a sociedade. Propõe-se, assim, a supressão dos recém-nascidos defeituosos, dos deficientes graves, dos inválidos, dos idosos, sobretudo quando não auto-suficientes, e dos doentes terminais. Nem nos é lícito calar frente a outras formas mais astuciosas, mas não menos graves e reais, de eutanásia, como são as que se poderiam verificar, por exemplo, quando, para aumentar a disponibilidade de material para transplantes, se procedesse à extração dos órgãos sem respeitar os critérios objetivos e adequados de comprovação da morte do doador.

23. O eclipse do sentido de Deus e do homem conduz inevitavelmente ao materialismo prático, no qual prolifera o individualismo, o utilitarismo e o hedonismo. Também aqui se manifesta a validade perene daquilo que escreve o Apóstolo: "Como não procuraram ter de Deus conhecimento perfeito, entregou-os Deus a um sentimento pervertido, a fim de que fizessem o que não convinha (Rm 1,28). Assim os valores do ser ficam substituídos pelos do ter.

O único fim que conta, é a busca do próprio bem-estar material. A chamada "qualidade de vida" é interpretada prevalente ou exclusivamente como eficiência econômica, consumismo desenfreado, beleza e prazer da vida física, esquecendo as dimensões mais profundas da existência, como são as interpessoais, espirituais e religiosas.

Em tal contexto, o sofrimento peso inevitável da existência humana, mas também fator de possível crescimento pessoal , é "deplorado", rejeitado como inútil, ou mesmo combatido como mal a evitar sempre e por todos os modos. Quando não é possível superá-lo e a perspectiva de um bem-estar, pelo menos futuro, se desvanece, parece então que a vida perdeu todo o significado e cresce no homem a tentação de reivindicar o direito à sua eliminação.

Sempre no mesmo horizonte cultural, o corpo deixa de ser visto como realidade tipicamente pessoal, sinal e lugar da relação com os outros, com Deus e com o mundo. Fica reduzido à dimensão puramente material: é um simples complexo de órgãos, funções e energias, que há de ser usado segundo critérios de mero prazer e eficiência. Conseqüentemente, também a sexualidade fica despersonalizada e instrumentalizada: em lugar de ser sinal, lugar e linguagem do amor, ou seja, do dom de si e do acolhimento do outro na riqueza global da pessoa, torna-se cada vez mais ocasião e instrumento de afirmação do próprio eu e de satisfação egoísta dos próprios desejos e instintos. Deste modo se deforma e falsifica o conteúdo original da sexualidade humana, e os seus dois significados unitivo e procriativo , inerentes à própria natureza do ato conjugal, acabam artificialmente separados: assim a união é atraiçoada e a fecundidade fica sujeita ao arbítrio do homem e da mulher. A geração torna-se, então, o "inimigo" a evitar no exercício da sexualidade: quando aceita, é apenas porque exprime o próprio desejo ou mesmo a determinação de ter o filho "a todo o custo", e não já porque significa total acolhimento do outro e, por conseguinte, abertura à riqueza de vida que o filho é portador.

Na perspectiva materialista até aqui descrita, as relações interpessoais experimentam um grave empobrecimento. E os primeiros a sofrerem os danos são a mulher, a criança, o enfermo ou atribulado, o idoso. O critério próprio da dignidade pessoal isto é, o do respeito, do altruísmo e do serviço é substituído pelo critério da eficiência, do funcional e da utilidade: o outro é apreciado não por aquilo que "é", mas por aquilo que "tem, faz e rende". É a supremacia do mais forte sobre o mais fraco".

Nota:148

"A Exortação Pós-sinodal Ecclesia in America enfatiza a necessidade de conhecer e usar bem os Meios de Comunicação Social, que contribuem para modelar a cultura e a mentalidade dos homens e mulheres do nosso tempo (n. 72). Requer, porém, usuários críticos (ibidem). A propósito da globalização, também observa: (Os Meios de Comunicação Social) impõem em toda a parte novas escalas de valores, com freqüência arbitrários e fundamentalmente materialistas, diante dos quais é difícil manter viva a adesão aos valores do Evangelho (n. 20)".

Nota:149

"Já analisamos detalhadamente raízes e efeitos dessa crise no capítulo II (n. 19 e ss) do documento n. 50 da CNBB: Ética: Pessoa e Sociedade (1993)".

Nota:150

cf. **Fides et Ratio, n.5**: "A legítima pluralidade de posições cedeu o lugar a um pluralismo indefinido, fundado no pressuposto de que todas as posições são equivalentes: trata-se de um dos sintomas mais difusos, no contexto atual, da desconfiança na verdade".

Nota:151

cf. João Paulo II, *Evangelium vitae*, 69; *Fides et Ratio*, 89. **Evangelium vitae 69: "**Certo é que, na cultura democrática do nosso tempo, se acha amplamente generalizada a opinião, segundo a qual o ordenamento jurídico de uma sociedade haveria de limitar-se a registrar e acolher as convicções da maioria e, conseqüentemente, dever-se-ia construir apenas sobre aquilo que a própria maioria reconhece e vive como moral. Se, depois, se chega a pensar que uma verdade comum e objetiva seria realmente inacessível, então o respeito pela liberdade dos cidadãos que, num regime democrático, são considerados os verdadeiros soberanos exigiria que, a nível legislativo, se reconhecesse a autonomia da consciência de cada um e, por conseguinte, ao estabelecer aquelas normas que são absolutamente necessárias à convivência social, se adequassem exclusivamente à vontade da maioria, fosse ela qual fosse. Desta maneira, todo político deveria separar claramente, no seu agir, o âmbito da consciência privada e o do comportamento público.

Em conseqüência disto, registram-se duas tendências que na aparência são diametralmente opostas. Por um lado, os indivíduos reivindicam para si a mais completa autonomia moral de decisão, e pedem que o Estado não assuma nem imponha qualquer concepção ética, mas se limite a garantir o espaço mais amplo possível à liberdade de cada um, tendo como único limite externo não lesar o espaço de autonomia a que cada um dos outros cidadãos também tem direito. Mas por outro lado, pensa-se que, no desempenho das funções públicas e profissionais, o respeito pela liberdade alheia de escolha obrigaria cada qual a prescindir das próprias convicções para se colocar a serviço de qualquer petição dos cidadãos, que as leis reconhecem e tutelam, aceitando como único critério moral no exercício das próprias funções aquilo que está estabelecido pelas mesmas leis. Deste modo, a responsabilidade da pessoa é delegada na lei civil com a abdicação da própria consciência moral, pelo menos no âmbito da ação pública".

Fides et Ratio 89: "Portador de perigos não menores é o pragmatismo, atitude mental própria de quem, ao fazer as suas opções, exclui o recurso a reflexões abstratas ou a avaliações fundadas sobre princípios éticos. As conseqüências práticas que derivam desta linha de pensamento são notáveis. De modo particular, tem vindo a ganhar terreno uma concepção da democracia que não contempla o referimento a fundamentos de ordem axiológica e, por isso mesmo, imutáveis: a admissibilidade, ou não, de determinado comportamento é decidida com base no voto da maioria parlamentar. A conseqüência de semelhante posição é clara: as grandes decisões morais do homem ficam efetivamente subordinadas às deliberações que os órgãos institucionais vão assumindo pouco a pouco. Mais, a própria antropologia fica fortemente condicionada com a proposta duma visão

unidimensional do ser humano, da qual se excluem os grandes dilemas éticos e as análises existenciais sobre o sentido do sofrimento e do sacrifício, da vida e da morte".

Nota:152

EV 4: "Infelizmente, este panorama inquietante, longe de diminuir, tem vindo a dilatar-se: com as perspectivas abertas pelo progresso científico e tecnológico, nascem outras formas de atentados à dignidade do ser humano, enquanto se delineia e consolida uma nova situação cultural que dá aos crimes contra a vida um aspecto inédito e se é possível ainda mais iníquo, suscitando novas e graves preocupações: amplos setores da opinião pública justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual e, sobre tal pressuposto, pretendem não só a sua impunidade, mas ainda a própria autorização da parte do Estado para os praticar com absoluta liberdade e, mais, com a colaboração gratuita dos Serviços de Saúde.

Ora, tudo isto provoca uma profunda alteração na maneira de considerar a vida e as relações entre os homens. O fato de as legislações de muitos países, afastando-se quiçá dos próprios princípios basilares das suas Constituições, terem consentido em não punir, ou mesmo até reconhecer a plena legitimidade de tais ações contra a vida, é conjuntamente sintoma preocupante e causa não marginal de uma grave derrocada moral: opções, outrora consideradas unânimemente criminosas e rejeitadas pelo senso moral comum, tornam-se pouco a pouco socialmente respeitáveis. A própria medicina que, por vocação, se orienta para a defesa e cuidado da vida humana, em alguns dos seus setores vai-se prestando em escala cada vez maior a realizar tais atos contra a pessoa, e, deste modo, deforma o seu rosto, contradiz-se a si mesma e humilha a dignidade de quantos a exercem. Em semelhante contexto cultural e legal, os graves problemas demográficos, sociais ou familiares que incidem sobre numerosos povos do mundo e exigem a atenção responsável e operante das comunidades nacionais e internacionais , encontram-se também sujeitos a soluções falsas e ilusórias, em contraste com a verdade e o bem das pessoas e das nações.

O resultado de tudo isto é dramático: se é muitíssimo grave e preocupante o fenômeno da eliminação de tantas vidas humanas nascentes ou encaminhadas para o seu ocaso, não o é menos o fato de à própria consciência, ofuscada por tão vastos condicionalismos, lhe custar cada vez mais a perceber a distinção entre o bem e o mal, precisamente naquilo que toca o fundamental valor da vida humana".

Nota:153

cf. João Paulo II, CA 46; *Veritatis Splendor*, 31-34; 95-97; *Fides et Ratio*, 25; CNBB, *Ética: Pessoa e Sociedade*, 74.

CA 46: "A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjetividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.

A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.

Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionalismos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer".

Veritatis Splendor, 31: "Os problemas humanos mais debatidos e diversamente resolvidos na reflexão moral contemporânea, estão ligados, mesmo se de várias maneiras, a um problema crucial: o da liberdade do homem. Não há dúvida que a nossa época adquiriu uma percepção particularmente viva da liberdade. "Os homens de hoje tornam-se cada vez mais conscientes da dignidade da pessoa humana", como já constatava a Declaração conciliar Dignitatis humanae sobre a liberdade religiosa. Daí a reivindicação de que os homens possam "agir segundo a própria convicção e com liberdade responsável, não forçados por coação, mas levados pela consciência do dever". Em particular, o direito à liberdade religiosa e ao respeito da consciência no seu caminho para a verdade é sentido cada vez mais como fundamento dos direitos da pessoa, considerados no seu conjunto.

Assim, o sentido mais agudo da dignidade e da unicidade da pessoa humana, bem como do respeito devido ao caminho da consciência, constitui certamente uma conquista positiva da cultura moderna. Esta percepção, em si mesma autêntica, encontrou múltiplas expressões, mais ou menos adequadas, algumas das quais, porém, se afastam da verdade do homem enquanto criatura e imagem de Deus, e requerem, portanto, ser corrigidas ou purificadas à luz da fé.

32. Em algumas correntes do pensamento moderno, chegou-se a exaltar a liberdade até ao ponto de se tornar um absoluto, que seria a fonte dos valores. Nesta direção, movem-se as doutrinas que perderam o sentido da transcendência ou as que são explicitamente atéias. Atribuíram-se à consciência individual as prerrogativas de

instância suprema do juízo moral, que decide categórica e infalivelmente o bem e o mal. A afirmação do dever de seguir a própria consciência foi indevidamente acrescentada aquela outra de que o juízo moral é verdadeiro pelo próprio fato de provir da consciência. Deste modo, porém, a imprescindível exigência de verdade desapareceu em prol de um critério de sinceridade, de autenticidade, de "acordo consigo próprio", a ponto de se ter chegado a uma concepção radicalmente subjetivista do juízo moral.

Como facilmente se compreende, não é alheia a esta evolução, a crise em torno da verdade. Perdida a idéia de uma verdade universal sobre o bem, cognoscível pela razão humana, mudou também inevitavelmente a concepção da consciência: esta deixa de ser considerada na sua realidade original, ou seja, como um ato da inteligência da pessoa, a quem cabe aplicar o conhecimento universal do bem numa determinada situação e exprimir assim um juízo sobre a conduta justa a eleger, aqui e agora; tende-se a conceder à consciência do indivíduo o privilégio de estabelecer autonomamente os critérios do bem e do mal e agir em conseqüência. Esta visão identifica-se com uma ética individualista, na qual cada um se vê confrontado com a sua verdade, diferente da verdade dos outros. Levado às últimas conseqüências, o individualismo desemboca na negação da idéia mesma de natureza humana.

Estas diversas concepções estão na origem das orientações de pensamento que sustentam a antinomia entre lei moral e consciência, entre natureza e liberdade.

33. Paralelamente à exaltação da liberdade, e paradoxalmente em contraste com ela, a cultura moderna põe radicalmente em questão a própria liberdade. Um conjunto de disciplinas, agrupadas sob o nome de "ciências humanas", chamou justamente a atenção para os condicionamentos de ordem psicológica e social, que pesam sobre o exercício da liberdade humana. O conhecimento desses condicionalismos e a atenção que lhes é prestada são conquistas importantes, que encontraram aplicação em diversos âmbitos da existência, como, por exemplo, na pedagogia ou na administração da justiça. Mas alguns, ultrapassando as conclusões, que legitimamente se podem tirar destas observações, chegaram ao ponto de pôr em dúvida ou de negar a própria realidade da liberdade humana.

São de lembrar ainda algumas interpretações abusivas da pesquisa científica a nível antropológico. Partindo da grande variedade de tradições, hábitos e instituições existentes na humanidade, concluem, senão sempre pela negação de valores humanos universais, pelo menos com uma concepção relativista da moral.

34. "Mestre, que devo fazer de bom para alcançar a vida eterna?". A pergunta moral, à qual responde Cristo, não pode prescindir da questão da liberdade, pelo contrário, coloca-a no centro dela, porque não há moral sem liberdade: "Só na liberdade é que o homem se pode converter ao bem". Mas qual liberdade? Perante os nossos contemporâneos que "apreciam grandemente" a liberdade e que a "procuram com ardor", mas que "muitas vezes fomentam-na dum modo condenável, como se ela consistisse na licença de fazer seja o que for, mesmo o mal, contanto que agrade", o Concílio apresenta a "verdadeira" liberdade: "A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina no homem. Pois Deus quis deixar o homem entregue à sua própria decisão (cf. Eclo 15,14), para que busque por si mesmo o seu Criador e livremente chegue à total e beatífica perfeição, aderindo a ele". Se existe o direito de ser respeitado no próprio caminho em busca da verdade, há ainda antes a obrigação moral grave para cada um de procurar a verdade e de aderir a ela, uma vez conhecida. Neste sentido, afirmava com decisão o Cardeal J. H. Newman, eminente defensor dos direitos da consciência: "A consciência tem direitos, porque tem deveres".

Algumas tendências da teologia moral hodierna, sob a influência das correntes subjetivistas e individualistas agora lembradas, interpretam de um modo novo a relação da liberdade com a lei moral, com a natureza humana e com a consciência, e propõem critérios inovadores de avaliação moral dos atos: são tendências que, em sua variedade, coincidem no fato de atenuar ou mesmo negar a dependência da liberdade da verdade.

Se queremos realizar um discernimento crítico destas tendências, capaz de reconhecer o que nelas existe de legítimo, útil e válido, e indicar, ao mesmo tempo, as suas ambigüidades, perigos e erros, devemos examiná-las à luz da dependência fundamental da liberdade da verdade, dependência que foi expressa do modo mais claro e autorizado pelas palavras de Cristo: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos tornará livres" (Jo 8,32).

95. A doutrina da Igreja, e particularmente a sua firmeza em defender a validade universal e permanente dos preceitos que proíbem os atos intrinsecamente maus, é julgada freqüentemente como sinal de uma intransigência intolerável, sobretudo nas situações extremamente complexas e conflituosas da vida moral do homem e da sociedade de hoje: uma intransigência que estaria em contraste com o sentido materno da Igreja. Nesta, dizem, escasseia a compreensão e a compaixão. Mas, na verdade, a maternidade da Igreja nunca pode ser separada da missão de ensinar que ela deve cumprir sempre como Esposa fiel de Cristo, a Verdade em pessoa: "Como Mestra, ela não se cansa de proclamar a norma moral (...) De tal norma, a Igreja não é, certamente, nem a autora nem o juiz. Em obediência à verdade que é Cristo, cuja imagem se reflete na natureza e na dignidade da pessoa humana, a Igreja interpreta a norma moral e propõe-na a todos os homens de boa vontade, sem esconder as suas exigências de radicalidade e de perfeição".

Na realidade, a verdadeira compreensão e a genuína compaixão devem significar amor pela pessoa, pelo seu verdadeiro bem, pela sua liberdade autêntica. E isto, certamente, não acontece escondendo ou enfraquecendo a verdade moral, mas sim propondo-a no seu íntimo significado de irradiação da Sabedoria eterna de Deus, que nos veio por Cristo, e de serviço ao homem, ao crescimento da sua liberdade e à consecução da sua felicidade.

Ao mesmo tempo, a apresentação clara e vigorosa da verdade moral jamais pode prescindir de um profundo e sincero respeito, animado por um amor paciente e confiante, de que o homem sempre necessita na sua caminhada moral, tornada, com freqüência, cansativa pelas dificuldades, debilidades e situações dolorosas. A Igreja, que jamais poderá renunciar ao "princípio da verdade e da coerência, pelo qual não aceita chamar bem ao mal e mal ao bem", deve estar sempre atenta para não quebrar a cana já rachada e para não apagar a chama que ainda fumega (cf. Is 42,3). Paulo VI escreveu: "Não diminuir em nada a doutrina salvadora de Cristo constitui eminente forma de caridade para com as almas. Esta, porém, deve ser sempre acompanhada da paciência e bondade, de que o próprio Senhor deu exemplo ao tratar com os homens. Tendo vindo não para julgar mas para salvar (cf. Jo 3,17), ele foi certamente intransigente com o mal, mas misericordioso com as pessoas".

96. A firmeza da Igreja em defender as normas morais universais e imutáveis, nada tem de humilhante. Fá-lo apenas a serviço da verdadeira liberdade do homem: dado que não há liberdade fora ou contra a verdade, a

defesa categórica, ou seja, sem concessões nem compromissos, das exigências absolutamente irrenunciáveis da dignidade pessoal do homem, deve considerar-se caminho e condição para a existência mesma da liberdade. Este serviço é oferecido a cada homem, considerado na unicidade e irrepetibilidade do seu ser e existir: só na obediência às normas morais universais, o homem encontra plena confirmação da unicidade como pessoa e possibilidade de verdadeiro crescimento moral. E, precisamente por isso, um tal serviço é prestado a todos os homens: não só aos indivíduos, mas também à comunidade, à sociedade como tal. Estas normas constituem, de fato, o fundamento inabalável e a sólida garantia de uma justa e pacífica convivência humana, e, portanto, de uma verdadeira democracia, que pode nascer e crescer apenas sobre a igualdade de todos os seus membros, irmanados nos direitos e deveres. Diante das normas morais que proíbem o mal intrínseco, não existem privilégios, nem exceções para ninguém. Ser o dono do mundo ou o último "miserável" sobre a face da terra, não faz diferença alguma: perante as exigências morais, todos somos absolutamente iguais.

97. Assim as normas morais, e primariamente as negativas que proíbem, o mal manifestam o seu significado e a sua força, ao mesmo tempo, pessoal e social: ao proteger a inviolável dignidade pessoal de cada homem, elas servem a própria conservação do tecido social humano e o seu reto e fecundo desenvolvimento. Particularmente os mandamentos da segunda tábua do Decálogo, lembrados também por Jesus ao jovem do Evangelho (cf. Mt 19,18), constituem as regras primordiais de toda a vida social.

Estes mandamentos são formulados em termos gerais. Mas, o fato de que "a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais", permite precisá-los e explicitá-los num código de comportamento mais pormenorizado. Neste sentido, as regras morais fundamentais da vida social comportam exigências determinadas, às quais se devem ater tanto as autoridades públicas, como os cidadãos. Independentemente das intenções, por vezes boas, e das circunstâncias, amiúde difíceis, as autoridades civis e os sujeitos particulares nunca estão autorizados a transgredir os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. Assim, só uma moral que reconhece normas válidas sempre e para todos, sem qualquer exceção, pode garantir o fundamento ético da convivência social tanto nacional como internacional.

Fides et Ratio, 25: "Todos os homens desejam saber, e o objeto próprio desse desejo é a verdade. A própria vida quotidiana demonstra o interesse que tem cada um em descobrir, para além do que ouve, a realidade das coisas. Em toda a criação visível, o homem é o único ser que é capaz não só de saber, mas também de saber que sabe, e por isso se interessa pela verdade real daquilo que vê. Ninguém pode sinceramente ficar indiferente quanto à verdade do seu saber. Se descobre que é falso, rejeita-o; se, pelo contrário, consegue certificar-se da sua verdade, sente-se satisfeito. É a lição que nos dá santo Agostinho, quando escreve: Encontrei muitos com desejos de enganar outros, mas não encontrei ninguém que quisesse ser enganado. Considera-se, justamente, que uma pessoa alcançou a idade adulta, quando consegue discernir, por seus próprios meios, entre aquilo que é verdadeiro e o que é falso, formando um juízo pessoal sobre a realidade objetiva das coisas. Está aqui o motivo de muitas pesquisas, particularmente no campo das ciências, que levaram, nos últimos séculos, a resultados tão significativos, favorecendo realmente o progresso da humanidade inteira.

E a pesquisa é tão importante no campo teórico, como no âmbito prático: ao referir-me a este, desejo aludir à procura da verdade a respeito do bem que se deve realizar. Com efeito, graças precisamente ao agir ético, a pessoa, se atuar segundo a sua livre e reta vontade, entra pela estrada da felicidade e encaminha-se para a perfeição. Também neste caso, está em questão a verdade. Reafirmei esta convicção na carta encíclica Veritatis splendor: Não há moral sem liberdade (...). Se existe o direito de ser respeitado no próprio caminho em busca da verdade, há ainda antes a obrigação moral grave para cada um de procurar a verdade e de aderir a ela, uma vez conhecida.

Por isso, é necessário que os valores escolhidos e procurados na vida sejam verdadeiros, porque só estes é que podem aperfeiçoar a pessoa, realizando a sua natureza. Não é fechando-se em si mesmo que o homem encontra essa verdade dos valores, mas abrindo-se para a receber mesmo de dimensões que o transcendem. Essa é uma condição necessária para que cada um se torne ele mesmo e cresça como pessoa adulta e madura.

Ética: Pessoa e Sociedade, 74: "É relevante, para a questão ética, compreender corretamente as diversas faces da liberdade humana. A vocação à liberdade é um dado antropológico fundamental, que se exprime mediante escolhas e atos determinados **por mim** e não por outrem. Nem todos os atos que eu faço são plenamente meus. Podem ser determinados por fatores que eu não quis e não consigo controlar. Os atos realmente **meus** são os que manifestam minha liberdade, minha escolha, como escolha moral, ou seja, consciente e consentida, querida. Logo, eu sou livre porque sou moralmente responsável. O apelo moral, sempre iluminado pela percepção da verdade, é **fundamento** e norma da liberdade, que é suscitada por ele, e a liberdade é a **condição** de minha resposta ao apelo moral. A liberdade humana não é absoluta: ela dispõe livremente das condições reais em que a pessoa se encontra. Segundo uma conhecida fórmula, a liberdade é o que eu faço daquilo que os outros fizeram de mim. Por isso, a liberdade é tanto um dado quanto uma tarefa, uma resposta crescente aos apelos éticos que emergem na história. A pessoa humana não é absolutamente livre, mas é livre de tornar-se livre ou de renunciar à sua liberdade".

Nota:154

GS 22: "O mistério do ser humano só se ilumina de fato à luz do mistério do Verbo encarnado. O primeiro homem, Adão, era imagem do futuro, o Cristo Senhor.

Ao revelar o mistério do Pai e de seu amor, Jesus Cristo, o último Adão, manifesta plenamente aos seres humanos o que é o ser humano e a sublimidade da vocação humana. Não admira pois que todas as verdades a que anteriormente aludíamos tenham sua fonte em Cristo e, nele, alcancem sua máxima expressão.

Ele é imagem do Deus invisível (Cl 1, 15), homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a integridade violada pelo pecado. Nele, a natureza humana foi assumida sem ser afetada e, por isso mesmo, tornou-se ainda mais digna e preciosa. Pela sua encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, uniu-se a todos os seres humanos. Trabalhou com mãos humanas, pensou e agiu como qualquer ser humano, amando com um coração humano. Nascido da virgem Maria, foi realmente um dos nossos em tudo, exceto no pecado.

Cordeiro inocente, tendo derramado livremente o seu sangue, nos mereceu a vida. Nele, Deus se reconciliou conosco e nos livrou da escravidão do demônio e do pecado, para que cada um de nós pudesse dizer com o apóstolo: o Filho de Deus me amou e se entregou por mim (Gl 2, 20). Sofrendo por nós, não apenas deu

exemplo, para que lhe sigamos os passos, mas estabeleceu o caminho através do qual a vida e a morte ganham um sentido novo e se tornam vias de santificação.
O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as primícias do Espírito (Rm 8, 23), tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que é penhor da herança (Ef 1, 14), o homem interior se renova completamente, até a redenção do corpo (Rm 8, 23): Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês (Rm 8, 11).
O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição.
Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível. Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se pois admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associar ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus.
Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruiu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: Abba! Pai!".

Nota:155

EV 2: "O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus.
A sublimidade desta vocação sobrenatural revela a grandeza e o valor precioso da vida humana, inclusive já na sua fase temporal. Com efeito, a vida temporal é condição basilar, momento inicial e parte integrante do processo global e unitário da existência humana: um processo que, para além de toda expectativa e merecimento, fica iluminado pela promessa e renovado pelo dom da vida divina, que alcançará a sua plena realização na eternidade (cf. 1Jo 3,1-2) . Ao mesmo tempo, porém, o próprio chamamento sobrenatural sublinha a relatividade da vida terrena do homem e da mulher. Na verdade, esta vida não é realidade "última", mas "penúltima"; trata-se, em todo o caso, de uma realidade sagrada que nos é confiada para a guardarmos com sentido de responsabilidade e levarmos à perfeição no amor pelo dom de nós mesmos a Deus e aos irmãos.
A Igreja sabe que este Evangelho da vida, recebido do seu Senhor, encontra um eco profundo e persuasivo no coração de cada pessoa, crente e até não-crente, porque se ele supera infinitamente as suas aspirações, também lhes corresponde de maneira admirável. Mesmo por entre dificuldades e incertezas, todo homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. Rm 2,14-15), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário. Sobre o reconhecimento de tal direito é que se funda a convivência humana e a própria comunidade política.
De modo particular, devem defender e promover este direito os crentes em Cristo, conscientes daquela verdade maravilhosa, recordada pelo Concílio Vaticano II: "Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem". De fato, neste acontecimento da salvação, revela-se à humanidade não só o amor infinito de Deus que "amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único" (Jo 3,16), mas também o valor incomparável de cada pessoa humana.
A Igreja, perscrutando assiduamente o mistério da Redenção, descobre com assombro incessante este valor, e sente-se chamada a anunciar aos homens de todos os tempos este "evangelho", fonte de esperança invencível e de alegria verdadeira para cada época da história. O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho.
É por este motivo que o homem, o homem vivo, constitui o primeiro e fundamental caminho da Igreja".

Nota:156

Veritatis Splendor, 98: "Perante as graves formas de injustiça social e econômica e de corrupção política, que gravam sobre povos e nações inteiras, cresce a reação indignada de muitíssimas pessoas oprimidas e humilhadas nos seus direitos humanos fundamentais e torna-se sempre mais ampla e sentida a necessidade de uma radical renovação pessoal e social capaz de assegurar justiça, solidariedade, honestidade, transparência.
É certamente longa e dura, a estrada a percorrer; numerosos e ingentes são os esforços a cumprir para levar a cabo uma tal renovação, inclusive pela multiplicidade e gravidade das causas que geram e alimentam as situações de injustiça hoje presentes no mundo. Mas, como ensina a história e a experiência de cada um, não é difícil identificar na base destas situações, causas propriamente "culturais", isto é, relacionadas com determinadas visões do homem, da sociedade e do mundo. Na verdade, no âmago da questão cultural está o sentido moral, que, por sua vez, se fundamenta e realiza no sentido religioso.
99. Só Deus, o Bem supremo, constitui a base irremovível e a condição insubstituível da moralidade, e portanto dos mandamentos, em particular dos negativos que proíbem, sempre e em todos os casos, o comportamento e os atos incompatíveis com a dignidade pessoa, de cada homem. Deste modo, o Bem supremo e o bem moral encontram-se na verdade: a verdade de Deus Criador e Redentor e a verdade do homem criado e redimido por ele. Apenas sobre esta verdade é possível construir uma sociedade renovada e resolver os complexos e gravosos problemas que a abalam, sendo o primeiro deles vencer as mais diversas formas de totalitarismo para abrir caminho à autêntica liberdade da pessoa. "O totalitarismo nasce da negação da verdade em sentido objetivo: se não existe uma verdade transcendente, na obediência à qual o homem adquire a sua plena identidade, então não há qualquer princípio seguro que garanta relações justas entre os homens. Com efeito, o seu interesse de classe, de grupo, de Nação contrapõe-nos inevitavelmente uns aos outros. Se não se reconhece a verdade transcendente, triunfa a força do poder, e cada um tende a aproveitar-se ao máximo dos meios à sua disposição para impor o próprio interesse ou opinião, sem atender aos direitos do outro (...) A raiz do totalitarismo moderno, portanto, deve ser individuada na negação da transcendente dignidade da pessoa humana, imagem visível de Deus invisível e, precisamente por isso, pela sua própria natureza, sujeito de direitos que ninguém pode violar: seja indivíduo, grupo, classe, Nação ou Estado. Nem tão pouco o pode fazer a

maioria de um corpo social, lançando-se contra a minoria, alienando, oprimindo, explorando ou tentando destruí-la".

Por isso, a conexão indivisível entre verdade e liberdade que exprime o vínculo essencial entre a sabedoria e a vontade de Deus possui um significado de extrema importância para a vida das pessoas no âmbito sócio-econômico e sócio-político, como resulta da doutrina social da Igreja a qual "pertence (...) ao campo da teologia e, especialmente da teologia moral". e da sua apresentação de mandamentos que regulam a vida social, econômica e política, não só no que se refere a atitudes gerais, mas também a precisos e determinados comportamentos e atos concretos.

100. Desta forma, o Catecismo da Igreja Católica, depois de ter afirmado que, "em matéria econômica, o respeito da dignidade humana exige a prática da virtude da temperança, para moderar o apego aos bens deste mundo; da virtude da justiça, para acautelar os direitos do próximo e dar-lhe o que é devido; e da solidariedade, segundo a regra de ouro e conforme a liberalidade do Senhor, que sendo rico se fez pobre para nos enriquecer com a sua pobreza (2Cor 8,9)", apresenta uma série de comportamentos e atos que vão contra a dignidade humana: o furto, o reter deliberadamente coisas recebidas por empréstimo ou objetos perdidos, a fraude no comércio (cf. Dt 25,13-16), os salários injustos (cf. Dt 24,14-15; Tg 5,4), o aumento dos preços, especulando sobre a ignorância e a necessidade alheia (cf. Am 8,4-6), a apropriação e o uso privado dos bens sociais de uma empresa, os trabalhos mal executados, a fraude fiscal, a falsificação de cheques e faturas, os gastos excessivos, o desperdício etc. E ainda: "O sétimo mandamento proíbe os atos ou empreendimentos que, seja por que motivo for egoísta ou ideológico, mercantil ou totalitário , conduzam a escravizar seres humanos, a desconhecer a sua dignidade pessoal, a comprá-los, vendê-los, trocá-los como mercadoria. É um pecado contra a dignidade das pessoas e seus direitos fundamentais reduzi-las, pela violência, a um valor utilitário ou a uma fonte de lucro. S. Paulo ordenava a um amo cristão que tratasse seu escravo, também cristão, não como escravo, mas como irmão (...), como um homem, no Senhor (Fm 16)".

101. No âmbito político, deve-se assinalar que a veracidade nas relações dos governantes com os governados, a transparência na administração pública, a imparcialidade no serviço das Instituições públicas, o respeito dos direitos dos adversários políticos, a tutela dos direitos dos acusados face a processos e condenações sumárias, o uso justo e honesto do dinheiro público, a recusa de meios equívocos ou ilícitos para conquistar, manter e aumentar a todo o custo o poder, são princípios que encontram a sua raiz primária como também a sua singular urgência no valor transcendente da pessoa e nas exigências morais objetivas de governo dos Estados. Quando aqueles deixam de ser observados, esmorece o próprio fundamento da convivência política e toda a vida social fica progressivamente comprometida, ameaçada e votada à sua dissolução (cf. Sl 13/14,3-4; Ap 18,2-3. 9-24). Após a queda, em muitos países, das ideologias que vinculavam a política a uma concepção totalitária do mundo sendo o marxismo, a primeira dentre elas , esboça-se hoje um risco não menos grave para a negação dos direitos fundamentais da pessoa humana e para a reabsorção na política da própria inquietação religiosa que habita no coração de cada ser humano: é o risco da aliança entre democracia e relativismo ético, que tira à convivência civil qualquer ponto seguro de referência moral, e, mais radicalmente, priva-a da verificação da verdade. De fato, "se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções políticas podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra".

Desta forma, em qualquer campo da vida pessoal, familiar, social e política, a moral que se baseia sobre a verdade e na verdade se abre à autêntica liberdade presta um serviço original, insubstituível e de enorme valor não só para o indivíduo e o seu crescimento no bem, mas também para a sociedade e o seu verdadeiro progresso".

Nota:157

Ética: Pessoa e Sociedade, 40: "A sociedade brasileira ficou decididamente marcada pela desigualdade e por diversidade étnica, geradoras de um dualismo ético. Há uma elite dominante, que explora o trabalho, usa da violência, ostenta luxo, despreza e oprime as culturas indígena e africana. Há os dominados, com sua ética popular, com seu jeito próprio de sobrevivência e conservando a alegria, mesmo nas mais duras condições de vida.

41. A economia escravagista deixou como herança um ethos da Casa-Grande, com sua arrogância do poder. Esse ethos atribui aos poderosos privilégios e mordomias. Ignora o princípio moderno da igualdade perante a lei. Quem pode, pode. É a constatação resignada ou complacente do povo. Quem pode no plano econômico ou político, pode também no plano moral. O poderoso teria direito a tirar proveito do seu poder, independentemente de critérios da lei e da justiça, mesmo se isto comportar que a coisa pública seja reduzida a propriedade quase privada, subordinada aos interesses particulares. Infelizmente, esta privatização do público continua hoje particularmente forte.

42. De outro lado, entre o povo, há aqueles que praticam a ética da esperteza, do jeitinho e mesmo da malandragem. Para muitos, a contravenção se torna coisa normal. Valoriza-se por demais a sorte como caminho para a riqueza (jogos de azar e loterias). Outro caminho muito procurado é o pistolão e, também, o apadrinhamento por parte de ricos, poderosos e políticos, com benefícios em troca de favores, num sistema de clientelismo.

43. Estas breves afirmações não querem desconhecer outros fatos e tendências. Não podemos, por exemplo, esquecer que, entre os dois extremos, foram se introduzindo novos comportamentos, com o suporte de novas condições sociais. Assim, por exemplo, a colonização baseada em pequenas propriedades conservou uma forte marca religiosa, regendo o comportamento ético. Mais recentemente, a formação de novas classes médias leva, repetidas vezes, a manifestações de indignação e de protesto por parte destas contra o comportamento dos poderosos.

44. Deveriam também ser lembradas aqui as relações entre ética e religião na sociedade brasileira. Especialmente nos tempos da Colônia e do Império, o catolicismo procurou afirmar os princípios de uma ética de inspiração cristã, fortemente marcada, contudo, pelo contexto histórico. Legitimou-se uma ordem hierárquica na sociedade desigual, que atribuía direitos e deveres diferentes a senhores e escravos, ricos e pobres, homens e mulheres.

45. Nas últimas décadas, com a maior difusão do pluralismo religioso, é possível observar, além da moral católica, duas correntes nitidamente distintas no plano ético. Uma difunde uma ética de tipo puritano, que tem como pressupostos a rigorosa observância da lei, tanto eclesiástica quanto civil, considerada expressão da vontade de Deus, e a promessa do prêmio, nesta e na outra vida, ao comportamento eticamente correto. Outra procura o bem do indivíduo. Seu pressuposto não é Deus que rege o universo, mas a existência de forças em competição, contra as quais é necessário assegurar a proteção. Note-se que hoje há ressurgimento da magia e do esoterismo, manifestando desconfiança na ciência e na razão.

109. Na perspectiva cristã, não há separação entre conversão individual e reforma das estruturas sócio-políticas, entre moralidade pessoal e ética social (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 1888; *Doc. de Puebla*, n.1155, 1221). O pensamento cristão julga impossível construir uma sociedade bem ordenada, que conjugue liberdade e solidariedade, sem que os indivíduos procurem inspirar seu comportamento em critérios éticos.

110. No mesmo sentido, faz parte da busca de uma nova ética a crítica da concepção liberal da democracia, que se baseia apenas na aceitação das regras do jogo. Procura-se, ao contrário, encontrar um consenso substancial quanto aos valores que devem reger a sociedade atual, indispensáveis para o efetivo reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

111. Se, como vimos, **ético** é o comportamento que tem por princípio a realização de todos, não haverá comportamento ético no indivíduo sem uma dimensão política. A relação com o outro necessita da mediação de canais de informação e participação nas decisões, de instituições e estruturas adequadas, que reduzam as desigualdades sociais.

112. Inversamente, uma sociedade dominada por um sistema econômico e político-ético desestimula a moral individual e exige do cidadão consciente uma atitude crítica perspicaz e uma firmeza corajosa, quando não heróica, para inverter a tendência e permanecer fiel à honestidade e à justiça.

113. Coloca-se, de qualquer forma, o problema de um possível conflito entre a consciência do indivíduo e a vontade do Estado, seja ele autoritário, seja democrático e respeitoso dos direitos individuais. O conflito pode ter origem nas convicções religiosas do indivíduo. A Igreja Católica deseja que a liberdade religiosa seja respeitada pelo Estado, sem outras restrições que não aquelas absolutamente necessárias, como no caso em que certas práticas religiosas implicassem conseqüências negativas para outras pessoas ou estabelecessem formas de discriminação, o que negaria a uns o direito exigido por outros (cf. Concílio Vaticano II, *Dignitatis Humanae*, 7).

114. O Estado não pode forçar alguém a agir contra a sua consciência; só pode impedi-lo de realizar ações prejudiciais ao bem comum ou à ordem pública. Em geral, o uso da força é lícito somente em último caso, depois de ter tentado outros recursos, quando uma pessoa ou grupo se recusam a abandonar um comportamento mau e injusto ou a praticar ações a que estão moral e legalmente obrigados. Este princípio deve ser lembrado porque, em nossa sociedade, não apenas a autoridade recorre com demasiada facilidade ao uso da violência, provocando freqüentemente vítimas inocentes, mas até grupos privados generalizam o uso da violência, para encobrir ou impor atividades criminosas, e outros grupos recorrem a outras formas de agressão e de manipulação cultural.

115. Mais amplamente ainda, devemos nos perguntar se, ao contrário da propalada convivência pacífica entre os cidadãos e da solidariedade nos meios populares, cidades e regiões do nosso país não estão se transformando em terreno de um bellum omnium contra omnes, uma espécie de guerra de todos contra todos, não somente pelo freqüente uso da violência física, mas também por um espírito de agressividade mútua, de competição e de individualismo exacerbado.

116. Neste momento de crise da sociedade e de desagregação de muitas das antigas formas de solidariedade, que deixam lugar à defesa a qualquer preço dos interesses particulares ou corporativos, somente uma redescoberta de uma ética verdadeiramente universal poderá contribuir à reconstrução de uma sociedade reconciliada. Aos cristãos e a todas as pessoas de boa vontade renovamos o apelo para que sejam construtores de paz (cf. *Mt* 5,9).

127. Para continuar e aprofundar a reflexão sobre este tema, com a colaboração vinda dos fiéis leigos e de sua vivência cristã, estamos oferecendo o presente documento."

Nota:158

cf. pesquisas da Vox Populi em Jornal do Brasil 13.02.95, p. 3 e 26.05.96, p. 8; Estado de Minas, 26.05.96, p.3; pesquisa do Instituto Lumen para a Arquidiocese de Belo Horizonte, 1998.

Nota:159

Os resultados foram publicados e analisados por A.F.PIERUCCI e R. PRANDI em A realidade social das religiões no Brasil, HUCITEC, S. Paulo, 1997, pp. 211-238 (quadro resumo à p. 216).

Nota:160

O CERIS, a pedido da CNBB, está realizando uma pesquisa, em seis das principais metrópoles do País, sobre As tendências atuais do catolicismo brasileiro. Para Belo Horizonte, confira a pesquisa Igreja e Comunicação na Arquidiocese de Belo Horizonte, Instituto Lumen, 1998. Várias outras dioceses nos últimos anos têm desenvolvido pesquisas sobre a situação religiosa, promovendo um melhor conhecimento de seus fiéis e das demandas religiosas da população em geral. O início do Projeto Rumo ao Novo Milênio incentivou esse esforço de conhecimento da realidade e avaliação da ação pastoral.

Nota:161

Na pesquisa sobre a população acima de 16 anos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realizada em 1998 pelo Instituto Lumen, 60% dos entrevistados declararam ter freqüentado mais de uma religião.

Nota:162

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, doc.61, n.156: "Um primeiro fenômeno a ser assinalado, ligado à tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal, a uma religião invisível, que abandona totalmente ou em parte as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8 a 10% das pessoas principalmente homens abaixo dos 50 anos declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que raramente ou nunca praticam uma religião. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja".

Nota:163

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, doc.61, n.156: "Um primeiro fenômeno a ser assinalado, ligado à tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal, a uma religião invisível, que abandona totalmente ou em parte as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8 a 10% das pessoas principalmente homens abaixo dos 50 anos declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que raramente ou nunca praticam uma religião. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.

157. Entre os que aderem a outras Igrejas cristãs ou a outras religiões, a prática religiosa é alta. Entre elas, porém, há pessoas que freqüentam, não raro, mais de uma religião ou trocam de igreja com relativa facilidade, ou ainda misturam elementos e práticas de religiões diferentes. Entre os próprios católicos, embora em medida menor, há alguma tendência a confundir crenças e práticas de outros cultos (por exemplo, muitos acreditam na reencarnação, sem ter clara consciência das implicações espíritas dessa doutrina).

162. O contexto da modernidade, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza, produz reações diversas. Alguns rejeitam a modernidade e apegam-se exclusivamente ao passado. Muitos conservam a crença na doutrina católica tradicional, mesmo quando não praticam o culto ou dão à Igreja apenas uma adesão parcial, recusando seus ritos, sua disciplina e sobretudo suas normas éticas. Quase todos buscam alguma forma de segurança".

Nota:164

O fenômeno alcançou grande expansão especialmente nos Estados Unidos, onde se estima que 50% dos fiéis cristãos pertençam a Igrejas eletrônicas. No Brasil, nas grandes cidades, é provável que o número dos católicos que seguem os programas religiosos apenas na rádio e na TV seja hoje quase igual ao número dos que freqüentam a missa dominical nas igrejas.

Nota:165

EA 72: "Para a eficácia da nova evangelização, é fundamental um profundo conhecimento da cultura atual, na qual têm grande influência os meios de comunicação social. Por isso, é indispensável conhecer e servir-se desses meios, tanto nas suas formas tradicionais como nas formas introduzidas mais recentemente pelo progresso tecnológico. A realidade atual requer que se saiba dominar a linguagem, a natureza e as características da mídia. Utilizando-os de maneira correta e competente, pode-se levar a termo uma autêntica inculturação do Evangelho. Por outro lado, estes mesmos meios contribuem para modelar a cultura e a mentalidade dos homens e mulheres do nosso tempo, pelo que os agentes no campo dos instrumentos de comunicação social devem ser destinatários de uma especial ação pastoral.

A esse respeito, os Padres Sinodais apontaram numerosas iniciativas concretas para uma presença eficaz do Evangelho no mundo dos meios de comunicação social: a formação de agentes pastorais para esse âmbito; o incremento de centros de produção qualificada; o uso prudente e atento de satélites e das novas tecnologias; a formação dos fiéis para que sejam usuários "críticos"; a união de esforços para adquirir e depois gerir em conjunto novas emissoras e redes televisivas, e também para coordenar as que já existem. Quanto às publicações católicas, estas merecem ser apoiadas e têm necessidade de alcançar, como desejado, um progresso qualitativo.

É preciso animar os empresários para apoiarem economicamente os produtos de qualidade que promovem os valores humanos e cristãos. Mas, um programa tão vasto supera amplamente as possibilidades de cada uma das Igrejas particulares do Continente americano. Por isso, os Padres Sinodais propuseram a coordenação inter-americana das atividades existentes no campo dos meios de comunicação social, que ajude ao recíproco conhecimento e cooperação nas realidades já em ato no setor".

Nota:166

cf. Marcello de C. AZEVEDO, América Latina: Perfil Complexo de um Universo Religioso, Itaici, Revista de Espiritualidade, n. 25, set. de 1996, p.5-16.

Nota:167

DSD, 228: "A vinda do Espírito Santo em Pentecostes (cf. At 2,1-11) põe de manifesto a universalidade do mandato evangelizador: pretende chegar a toda cultura. Manifesta também a diversidade cultural dos fiéis, quando ouviam cada um dos apóstolos falar na sua própria língua.

Nasce a cultura com o mandato inicial de Deus aos seres humanos: crescer e multiplicar-se, encher a terra e submetê-la (Gn 1,28-30). Dessa maneira, a cultura é cultivo e expressão de todo o humano em relação amorosa com a natureza e na dimensão comunitária dos povos.

Quando Jesus Cristo, na encarnação, assume e exprime todo o humano, exceto o pecado, então o Verbo de Deus entra na cultura. Assim, Jesus Cristo é a medida de todo o humano e portanto também da cultura. Ele, que se encarnou na cultura de seu povo, traz para cada cultura histórica o dom da purificação e da plenitude. Todos os valores e expressões culturais que possam dirigir-se a Cristo promovem o autêntico humano. O que não passa pelo Cristo não poderá ficar redimido.

229. Por nossa adesão radical a Cristo no batismo, comprometemo-nos a fazer com que a fé, plenamente anunciada, pensada e vivida, chegue a fazer-se cultura. Assim, podemos falar de uma cultura cristã quando o sentir comum da vida de um povo tiver sido penetrado interiormente, até situar a mensagem evangélica na base de seu pensamento, nos seus princípios fundamentais de vida, nos seus critérios de juízo, nas suas normas de ação (João Paulo II, Discurso Inaugural, 24) e dali projeta-se no ethos de um povo... nas suas instituições e em todas as estruturas (ibid., 20).

Esta evangelização da cultura, que a invade até seu núcleo dinâmico, manifesta-se no processo de inculturação, que João Paulo II chamou de centro, meio e objetivo da Nova Evangelização (Discurso ao Conselho Internacional de Catequese, 26 de setembro de 1992). Os autênticos valores culturais, discernidos e assumidos pela fé, são necessários para encarnar nessa mesma cultura a mensagem evangélica e a reflexão e práxis da Igreja.

A Virgem Maria acompanha os apóstolos quando o Espírito de Jesus ressuscitado penetra e transforma os povos das diversas culturas. Maria, que é modelo da Igreja, também é modelo da evangelização da cultura. É a mulher judia que representa o povo da Antiga Aliança com toda sua realidade cultural. Mas abre-se à novidade do Evangelho e está presente nas nossas terras como Mãe comum, tanto dos aborígenes como daqueles que para cá vieram, propiciando desde o princípio a nova síntese cultural que é a América Latina e o Caribe.

230. Inculturação do Evangelho: Posto que hoje em dia percebe-se uma crise cultural de proporções inimagináveis (João Paulo II, Discurso Inaugural, 21) na qual vão desaparecendo valores evangélicos e ainda humanos fundamentais, apresenta-se à Igreja um desafio gigantesco para uma nova evangelização, ao qual se pretende responder com o esforço da inculturação do Evangelho. É necessário inculturar o Evangelho à luz dos três grandes mistérios da salvação: a Natividade, que mostra o caminho da Encarnação e move o evangelizador a partilhar sua vida com o evangelizado; a Páscoa, que conduz através do sofrimento à purificação dos pecados, para que sejam redimidos; e Pentecostes, que pela força do Espírito possibilita a todos entender, na sua própria língua, as maravilhas de Deus.

A inculturação do Evangelho é um processo que supõe reconhecimento dos valores evangélicos que se têm mantido mais ou menos puros na atual cultura; e o reconhecimento de novos valores que coincidem com a mensagem de Cristo. Mediante a inculturação, busca-se que a sociedade descubra o caráter cristão desses valores, os aprecie e os mantenha como tais. Além disso, pretende a incorporação de valores evangélicos que estão ausentes da cultura, ou porque se tenham obscurecido ou porque tenham chegado a desaparecer. Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e simultaneamente introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, transmitindo-lhes os seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro (RMi 52). A fé, ao se encarnar nessas culturas, deve corrigir seus erros e evitar sincretismos. A tarefa da inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção dos seus pastores, com a participação de todo o povo de Deus. Os critérios fundamentais neste processo são a sintonia com as exigências objetivas da fé e a abertura à comunhão com a Igreja universal (cf. RMi 54).

231. Criados à imagem de Deus, temos a medida de nossa conduta moral em Cristo, Verbo encarnado, plenitude do homem. Já a conduta ética natural, essencialmente ligada à dignidade humana e seus direitos, constitui a base para um diálogo com os que não-crentes.

Pelo batismo nascemos para uma vida nova e recebemos a capacidade de nos aproximar do modelo que é Cristo. Caminhar em direção a Ele é a moral cristã; é a forma de vida própria do homem de fé, que com a ajuda da graça sacramental segue a Jesus Cristo, vive a alegria da salvação e abunda em frutos de caridade para a vida do mundo (cf. Jo 15; OT 16).

Consciente da necessidade de seguir este caminho, o cristão se empenha na formação da própria consciência. Desta formação, tanto individual como coletiva, da maturidade de mentalidade, do seu sentido de responsabilidade e da pureza dos costumes dependem o desenvolvimento e a riqueza dos povos (cf. João Paulo II, Discurso Inaugural, 19). A moral cristã só se entende dentro da Igreja e se plenifica na Eucaristia. Tudo o que nela podemos oferecer é vida; o que não se pode oferecer é o pecado.

232. Graças a Deus, na América Latina e no Caribe, há muita gente que segue com fidelidade a Jesus Cristo, mesmo em circunstâncias adversas. Todavia, observa-se na nossa realidade social o crescente desajuste ético-moral, em especial a deformação da consciência, a ética permissiva e uma sensível queda do sentido do pecado. Decresce o influxo da fé, perde-se o valor religioso, desconhece-se a Deus como sumo bem e último juiz. diminui a prática do sacramento da reconciliação. É deficiente a apresentação do magistério moral da Igreja.

233. A corrupção tem-se generalizado. Há um mau emprego dos recursos econômicos públicos; progridem a demagogia, o populismo, a mentira política nas promessas eleitorais; burla-se a justiça, generaliza-se a impunidade e a comunidade se sente impotente e indefesa diante do delito. Com tudo isso, fomenta-se a insensibilidade social e o ceticismo ante a falta de aplicação da justiça, emitem-se leis contrárias aos valores humanos e cristãos fundamentais. Não há uma eqüitativa distribuição dos bens da terra, abusa-se da natureza e se danifica o ecossistema.

234. Fomentam-se a mentalidade e as ações contra a vida mediante campanhas antinatalistas, de manipulação genética, do abominável crime do aborto e da eutanásia. Muda-se o sentido da vida como conquista do forte sobre o fraco, que propicia ações de ódio e destruição, e impede a construção e o crescimento do homem.

235. Assiste-se assim à crescente deterioração da dignidade da pessoa humana. Crescem a cultura da morte, a violência e o terrorismo, a toxicomania e o narcotráfico. Desnaturaliza-se a dimensão integral da sexualidade humana, faz-se de homens e mulheres, inclusive de crianças, uma indústria de pornografia e prostituição; no âmbito da permissividade e promiscuidade sexual cresce o terrível mal da AIDS e aumentam as doenças venéreas.

236. Introduz-se como norma de moralidade a chamada ética civil ou cidadã, na base de um consenso mínimo de todos com a cultura reinante, sem necessidade de respeitar a moral natural e as normas cristãs. Observa-se uma moral de situação segundo a qual algo mau em si deixaria de sê-lo segundo as pessoas, circunstâncias e interesses em jogo. Freqüentemente os meios de comunicação social se fazem eco de todos esses critérios e os difundem.

237. Trabalhar na formação cristã das consciências e resgatar os valores perdidos da moral cristã. Voltar a tomar consciência do pecado (do pecado original e dos pecados pessoais) e da graça de Deus como força para poder seguir nossa consciência cristã. Despertar em todos a experiência do amor que o Espírito Santo derrama nos corações, como força de toda Moral cristã.

238. Zelar para que os meios de comunicação social nem manipulem nem sejam manipulados ao transmitir, sob pretexto de pluralismo, o que destrói o povo latino-americano. Fortalecer a unidade da família e sua influência na formação da consciência cristã.

239. Apresentar a vida moral como seguimento de Cristo, frisando a vivência das Bem-aventuranças e a freqüente prática dos Sacramentos. difundir as virtudes morais e sociais que nos convertam em homens novos, criadores de uma nova humanidade. Este anúncio tem de ser vital e querigmático, especialmente onde mais se houver introduzido o secularismo, apresentando na catequese a conduta cristã como o autêntico seguimento de Cristo. Cuidar que, no campo moral, a justa aplicação de critérios de gradualidade não diminua as exigências peremptórias da conversão.

240. Favorecer a formação permanente dos bispos e presbíteros, dos diáconos, dos religiosos, religiosas e leigos, especialmente dos agentes de pastoral segundo o ensinamento do Magistério. A liturgia deve expressar mais claramente os compromissos morais que comporta. A religiosidade popular, especialmente nos Santuários, deve voltar-se para a conversão. É mister fomentar e facilitar o acesso ao sacramento da reconciliação.

241. Quanto ao problema da droga, implementar ações de prevenção na sociedade e de atenção e cura dos toxicômanos; denunciar com coragem os males que o vício e o tráfico da droga produzem em nossos povos, e o gravíssimo pecado que significa a sua produção, comercialização e consumo. Chamar especialmente a atenção sobre a responsabilidade dos poderosos mercados consumidores. Promover a solidariedade e a cooperação nacional e internacional no combate a este flagelo.

242. Orientar e acompanhar pastoralmente os construtores da sociedade na formação de uma consciência moral em suas tarefas e na atuação política.

Estar sempre abertos ao diálogo com aqueles que guiam suas vidas por caminhos diferentes da ética cristã. Comprometer-nos efetivamente na consecução da justiça e da paz dos nossos povos.

243. A ação de Deus, através do seu Espírito, dá-se permanentemente no interior de todas as culturas. Na plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho Jesus Cristo, que assumiu as condições sociais e culturais dos povos e se fez em tudo como nós, com exceção do pecado (Hb 4,14; cf. GS 22).

A analogia entre a encarnação e a presença cristã no contexto sociocultural e histórico dos povos suscita para nós o problema teológico da inculturação. Esta inculturação é um processo que vai do Evangelho ao coração de cada povo e comunidade com a mediação da linguagem e dos símbolos compreensíveis e apropriados segundo o juízo da Igreja.

Uma meta da Evangelização inculturada será sempre a salvação e libertação integral de determinado povo ou grupo humano, que fortaleça sua identidade e confie em seu futuro específico, contrapondo-se aos poderes da morte, adotando a perspectiva de Jesus Cristo encarnado, que salvou o homem partindo da fraqueza, da pobreza e da cruz redentora. A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força esmagadora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna.

244. A América Latina e o Caribe configuram um continente multiétnico e pluricultural. Nele convivem, em geral, povos aborígenes, afro-americanos, mestiços e descendentes de europeus e asiáticos, cada qual com sua própria cultura que os situa em sua respectiva identidade social, segundo a cosmovisão de cada povo. Eles buscam, porém, uma unidade a partir da identidade católica.

245. Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das sementes do Verbo que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. ibid.).

A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias.

246. As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão marcadas por uma constante resistência à escravidão. Estes povos, que somam milhões de pessoas, têm também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença do Deus criador.

Durante os quatro séculos passados, é indubitável que vários milhões de africanos negros foram transportados como escravos, violentamente arrancados de suas terras, separados de suas famílias e vendidos como mercadoria. A escravidão dos negros e a matança dos índios foram o maior pecado da expansão colonial do Ocidente. Infelizmente, no que se refere à escravidão, ao racismo e à discriminação, houve batizados que não se mantiveram alheios a essa situação.

247. Como o assinalou vigorosamente o Documento de Puebla, nos povos que são fruto da mestiçagem racial, tem-se desenvolvido uma cultura mestiça particular, na qual está muito vigente a religiosidade popular, como forma inculturada do catolicismo. Coexistem, no entanto, o descumprimento de deveres cristãos ao lado de admiráveis exemplos de vida cristã e um desconhecimento da doutrina ao lado de vivências católicas enraizadas nos princípios do Evangelho.

Nas expressões culturais e religiosas de camponeses e de habitantes das periferias urbanas, reconhece-se grande parte do patrimônio cristão do continente e uma fé arraigada dos valores do Reino de Deus.

248. Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:

1. Para com nossos irmãos indígenas:

- Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.
- Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.
- Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.
- Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais , que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.
- Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentes.
- Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino.

249. 2. Para com nossos irmãos afro-americanos: Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a Igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos (cf. ibid.).

Pela mesma razão, a Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores; como também ajudá-los a manter vivos seus

usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã (discurso do Papa João Paulo II aos Afro-americanos em São Domingos).

Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas (Ib.).

250. 3. Desenvolver a consciência da mestiçagem, não só em nível racial, mas também cultural, que caracteriza as grandes maiorias em muitos dos nossos povos, pois está vinculada à inculturação do Evangelho.

251. Para uma autêntica promoção humana, a Igreja quer apoiar os esforços que estes povos fazem para ser reconhecidos como tais pelas leis nacionais e internacionais, com pleno direito à terra, às suas próprias organizações e vivências culturais, a fim de garantir o direito que têm de viver segundo sua identidade, sua própria língua e seus costumes ancestrais, e de se relacionar em plena igualdade com todos os povos da terra.

Portanto assumimos os seguintes compromissos:

- Superar a mentalidade e a práxis do desenvolvimento induzido do exterior, em favor do autodesenvolvimento, a fim de que estes povos sejam artífices do seu próprio destino.
- Contribuir eficazmente para deter e erradicar as políticas tendentes a fazer desaparecer as culturas autóctones como meios de forçada integração; ou pelo contrário, políticas que queiram manter os indígenas isolados e marginalizados da realidade nacional.
- Impulsionar a plena vigência dos direitos humanos dos indígenas e afro-americanos, incluindo a legítima defesa de suas terras.
- Como gesto concreto de solidariedade em favor dos camponeses, indígenas e afro-americanos, apoiar a Fundação Populorum Progressio, instituída pelo Santo Padre.
- Rever completamente nossos sistemas educacionais, para eliminar definitivamente todo aspecto discriminatório no que diz respeito a métodos educativos, volume e investimento de recursos.
- Fazer o possível para que se garanta aos indígenas e afro-americanos uma educação adequada a suas respectivas culturas, começando inclusive com a alfabetização bilíngüe.

252. Embora realidade pluricultural, a América Latina e o Caribe estão profundamente marcados pela cultura ocidental, cuja memória, consciência e projeto se apresentam sempre no nosso predominante estilo de vida comum. Daí o impacto que a cultura moderna e as possibilidades a nós atualmente oferecidas por seu período pós-moderno produziram em nossa maneira de ser.

A cultura moderna se caracteriza pela centralidade do homem; os valores da personalização, da dimensão social e da convivência; a absolutização da razão, cujas conquistas científicas e tecnológicas e informáticas têm satisfeito muitas das necessidades do homem, ao mesmo tempo que têm buscado autonomia em relação à natureza, a qual domina; em relação à história, cuja construção ele assume; e inclusive em relação a Deus, do qual se desinteressa ou relega à consciência pessoal, privilegiando exclusivamente a ordem temporal.

A pós-modernidade é o resultado do fracasso da pretensão reducionista da razão moderna, que leva o homem a questionar tanto alguns êxitos da modernidade como a confiança no progresso indefinido, embora reconheça, como o faz também a Igreja (GS 57), seus valores.

Tanto a modernidade, com seus valores e contravalores, como a pós-modernidade enquanto espaço aberto à transcendência, apresentam sérios desafios à evangelização da cultura.

253. Ruptura entre fé e cultura, conseqüência do fechamento homem moderno à transcendência, e da excessiva especialização que impede a visão de conjunto.

- Escassa consciência da necessidade de uma verdadeira inculturação como caminho para à evangelização da cultura.
- Incoerência entre os valores do povo, inspirados em princípios cristãos, e as estruturas sociais geradoras de injustiças, que impedem o exercício dos direitos humanos.
- O vazio ético e o individualismo reinante, que reduzem a fundamentação dos valores a meros consensos sociais subjetivos.
- O poder massivo dos meios de comunicação social, com freqüência a serviço de contravalores.
- A escassa presença da Igreja no campo das expressões dominantes da arte, do pensamento filosófico e antropológico-social, do universo da educação.
- A nova cultura urbana, com seus valores, expressões e estruturas características, com seu espaço aberto e, ao mesmo tempo, diversificado, com sua mobilidade, em que predominam as relações funcionais.

254. Apresentar Jesus Cristo como paradigma de toda atitude pessoal e social, e como resposta aos problemas que afligem as culturas modernas: o mal, a morte, a falta de amor.

- Intensificar o diálogo entre fé e ciência, fé e expressões, fé e instituições, grandes âmbitos da cultura moderna.
- Cuidar dos sinais e da linguagem cultural que assinala a presença cristã e permite introduzir a originalidade da mensagem evangélica no coração das culturas, especialmente no campo da liturgia.
- Promover e formar o laicado para exercer no mundo sua tríplice função: a profética, no campo da Palavra, do pensamento, de sua expressão e valores; a sacerdotal, no mundo da celebração e do sacramento, enriquecida pelas expressões da arte, e da comunicação; a régia no universo das estruturas sociais, políticas, econômicas.
- Promover o conhecimento e discernimento da cultura moderna, visando a uma adequada inculturação.

255. A América Latina e o Caribe acham-se hoje num acelerado processo de urbanização. A cidade pós-industrial não representa só uma variante do tradicional habitat humano, mas constitui, de fato, a passagem da cultura rural à cultura urbana, sede e motor da nova civilização universal (cf. DP 429). Nela altera-se a forma com a qual, num grupo social, num povo, numa nação, os homens cultivam sua relação com eles mesmos, com os outros, com a natureza e com Deus.

Na cidade, as relações com a natureza se limitam, quase sempre e pelo próprio ser da cidade, ao processo de produção de bens de consumo. As relações entre as pessoas se tornam amplamente funcionais e as relações com Deus passam por uma acentuada crise, porque falta a mediação da natureza, tão importante na religiosidade rural e porque a modernidade tende a fechar o homem dentro da imanência do mundo. As relações do homem urbano com ele mesmo também mudam, porque a cultura moderna faz com que valorize principalmente sua liberdade, sua autonomia, a racionalidade científico-tecnológica e, de modo geral, sua subjetividade, sua dignidade humana e seus direitos. Com efeito, na cidade, encontram-se os grandes centros geradores da ciência e tecnologia moderna.

Nossas metrópoles latino-americanas têm também como característica atual periferias de pobreza e miséria, que quase sempre constituem a maioria da população, fruto de modelos econômicos exploradores e excludentes. Até o campo se urbaniza pela multiplicação das comunicações e transportes.

Por sua vez, o homem urbano atual apresenta um tipo diverso do homem rural: confia na ciência e na tecnologia; é influenciado pelos grandes meios de comunicação social; é dinâmico e voltado para o novo; consumista, audiovisual, anônimo na massa e desarraigado.

256. Realizar uma pastoral urbanamente inculturada com relação à catequese, à liturgia, e à organização da Igreja. A Igreja deverá inculturar o Evangelho na cidade e no homem urbano. discernir seus valores e antivalores; captar sua linguagem e seus símbolos. O processo de inculturação abrange o anúncio, a assimilação e a reexpressão da fé.

257. Reprogramar a paróquia urbana. A Igreja na cidade deve reorganizar as suas estruturas pastorais. A paróquia urbana deve ser mais aberta, flexível e missionária, permitindo uma ação pastoral transparoquial e supraparoquial. Além disso, a estrutura da cidade exige uma pastoral especialmente pensada para essa realidade. Lugares privilegiados da missão deveriam ser as grandes cidades, onde surgem novas formas de cultura e comunicação.

258. Promover a formação de leigos para a pastoral urbana, com formação bíblica e espiritual; criar ministérios conferidos aos leigos para a evangelização das grandes cidades.

259. Multiplicar as pequenas comunidades, os grupos e movimentos eclesiais, e as comunidades eclesiais de base. Iniciar a chamada pastoral dos edifícios, mediante a ação de leigos comprometidos que vivam neles.

260. Programar uma pastoral ambiental e funcional, diferenciada segundo os espaços da cidade. Uma pastoral de acolhida, dado o fenômeno das migrações. Uma pastoral para os grupos marginalizados. Assegurar a assistência religiosa aos habitantes das grandes cidades durante os meses de verão e férias; dispensar atenção pastoral aos que passam habitualmente os fins de semana fora da cidade, onde não têm possibilidade de cumprir o preceito dominical.

261. Incentivar a evangelização dos grupos de influência e dos responsáveis da cidade, no sentido de fazer da mesma, principalmente nos bairros populares, um habitat digno do homem.

262. Promover no âmbito continental (CELAM), nacional e regional, encontros e cursos sobre evangelização das grandes metrópoles.

263. Reafirmamos o que dissemos em Medellín e Puebla (cf. Documento de Educação, Medellín, Puebla) e a partir dali assinalamos alguns aspectos importantes para a educação católica nos nossos dias.

A educação é a assimilação da cultura. A educação cristã é a assimilação da cultura cristã. É a inculturação do Evangelho na própria cultura. Seus níveis são bem diversos: escolares ou não-escolares, elementares ou superiores, formais ou não-formais. Em todo caso, a educação é um processo dinâmico que dura a vida toda da pessoa e dos povos. Recolhe a memória do passado, ensina a viver hoje e se projeta para o futuro. Por isso, a educação cristã é indispensável na nova evangelização.

264. A educação cristã desenvolve e assegura a cada cristão a sua vida de fé e faz com que verdadeiramente nele sua vida seja Cristo (cf. Fl 1,21). Por ela, ecoam no homem as palavras de vida eterna (Jo 6,68), realiza-se em cada pessoa a nova criatura (2Cor 5,17) e se leva a cabo o projeto do Pai de recapitular em Cristo todas as coisas (Ef 1,10). Assim a educação cristã se funda numa verdadeira antropologia cristã, que significa a abertura do homem para Deus como Criador e Pai, para os outros como seus irmãos, e para o mundo como àquilo que lhe foi entregue para potenciar suas virtualidades e não para exercer sobre ele um domínio despótico que destrua a natureza.

265. Nenhum mestre educa sem saber para que educa e em que direção educa. Há um projeto de homem encerrado em todo projeto educativo; e este projeto vale ou não segundo construa ou destrua o educando. Este é o valor educativo. Quando falamos de uma educação cristã, queremos dizer que o mestre educa para um projeto de homem no qual Jesus Cristo viva. Há muitos aspectos nos quais educar e muitos que constam do projeto educativo do homem; há muitos valores; mas estes valores nunca estão sós, sempre formam uma constelação ordenada, explícita ou implicitamente. Se a estruturação tem como fundamento e termo a Cristo, tal educação recapitulará tudo em Cristo e será uma verdadeira educação cristã; caso contrário, pode falar de Cristo, mas não é educação cristã.

O mestre cristão deve ser considerado como sujeito eclesial que evangeliza, que catequiza e educa cristãmente. Tem uma identidade definida na comunidade eclesial. Seu papel deve ser reconhecido na Igreja.

266. Na situação atual encontramos uma pluralidade de valores que nos interpelam e que são ambivalentes. Daí surge a necessidade de confrontar os novos valores educacionais com Cristo revelador do mistério do homem. Na nova educação, trata-se de fazer crescer e amadurecer a pessoa segundo as exigências dos novos valores; a isto deve agregar a harmonização com a tipologia própria do contexto latino-americano.

Geralmente nos pedem, com base em critérios secularistas, que eduquemos o homem técnico, o homem apto para dominar seu mundo e viver num intercâmbio de bens produzidos sob certas normas políticas; as mínimas. Esta realidade nos interpela fortemente para podermos ser conscientes de todos os valores que estão nela e podê-los recapitular em Cristo; interpela-nos para continuar a linha da Encarnação do Verbo na nossa educação cristã, e para chegar ao projeto de vida para todo homem, que é Cristo morto e ressuscitado.

267. A partir de outros aspectos, a realidade educacional latino-americana nos interpela pela exclusão de muita gente da educação escolar, mesmo a básica, pelo grande analfabetismo que existe em vários dos nossos países; interpela-nos pela crise da família, a primeira educadora, pelo divórcio existente entre o Evangelho e a cultura; pelas diferenças sociais e econômicas que fazem com que a educação católica seja dispendiosa para muitos, especialmente nos níveis superiores. Interpela-nos também a educação informal que se recebe através de tantos comunicadores não propriamente cristãos, p. ex., na televisão.

268. Um grande desafio é a Universidade católica e a Universidade de inspiração cristã, já que o seu papel é especialmente o de realizar um projeto cristão de homem e portanto, tem de estar em diálogo vivo, contínuo e progressivo com o Humanismo e com a cultura técnica, de maneira que saiba ensinar a autêntica Sabedoria cristã, pela qual o modelo do homem trabalhador, aliado ao de homem sábio, culmine em Jesus Cristo. Só assim poderá apontar soluções para os complexos problemas não resolvidos da cultura emergente e para as novas estruturações sociais, como a dignidade da pessoa humana, os direitos invioláveis da vida, a liberdade religiosa, a família como primeiro espaço para o compromisso social, a solidariedade nos seus distintos níveis, o

compromisso próprio de uma sociedade democrática, a complexa problemática econômico-social, o fenômeno das seitas, a velocidade da mudança cultural.

269. No campo escolar, outro desafio é o que representa, em vários países, o espinhoso problema das relações entre a educação estatal e a educação cristã. Embora em outras nações se tenha produzido uma maior viabilidade das mesmas, há países em que ainda não se compreende que a educação católica é um direito inalienável dos pais de família católicos e de seus filhos e ali não se dispensam os recursos necessários para ela, ou simplesmente é proibida.

270. Outros desafios significativos são a ignorância religiosa da juventude, a educação extra-escolar e a educação informal. Também é um desafio a educação adequada às diferentes culturas, em especial às culturas indígenas e afro-americanas; não só no sentido de que não se adapta à sua maneira de ser, mas no de não marginalizá-las nem excluí-las do progresso, da igualdade de oportunidades e da capacidade de construir a unidade nacional.

271. Nossos compromissos no campo educacional se resumem, sem dúvida, à linha pastoral da inculturação: a educação é a mediação metodológica para a evangelização da cultura. Portanto, pronunciamo-nos por uma educação cristã desde e para a vida no âmbito individual, familiar e comunitário e no âmbito do ecossistema; que fomente a dignidade da pessoa humana e a verdadeira solidariedade; educação a ser integrada por um processo de formação cívico-social inspirado no Evangelho e na Doutrina Social da Igreja. Comprometemo-nos com uma educação evangelizadora.

272. Apoiamos os pais de família para que decidam de acordo com suas convicções o tipo de educação para seus filhos e denunciamos todas as intromissões do poder civil que coarte este direito natural. Deve garantir-se o direito da formação religiosa para cada pessoa, e, portanto, o do ensino religioso nas escolas em todos os níveis.

273. Apoiamos os educadores cristãos que trabalham em instituições da Igreja, as congregações que se dedicam ao trabalho educativo e os professores católicos que trabalham em instituições não-católicas. Devemos promover a formação permanente dos educadores católicos no que concerne ao crescimento de sua fé e à capacidade de comunicá-la como verdadeira Sabedoria, especialmente na educação católica.

274. Urge uma verdadeira formação cristã sobre a vida, o amor e a sexualidade, que corrija os desvios de certas informações que se recebem nas escolas. Urge uma educação para a liberdade, um dos valores fundamentais da pessoa. É também necessário que a educação cristã se preocupe em educar para o trabalho, especialmente nas circunstâncias da cultura atual.

275. Os carismas das ordens e congregações religiosas, postos a serviço da educação católica nas diversas igrejas particulares do nosso Continente, nos auxiliam sobremodo a cumprir o mandato recebido do Senhor de ir ensinar a todas as gentes (Mt 28,18-20), especialmente na evangelização da cultura. Conclama-mos os religiosos e religiosas que abandonaram este campo tão importante da educação católica a que se reincorporem à sua tarefa; recordando que a opção preferencial pelos pobres inclui a opção preferencial pelos meios para que as pessoas saiam da sua miséria. Um dos meios privilegiados para isto é a educação católica. A opção preferencial pelos pobres se manifesta também em que os religiosos educadores continuem seu trabalho educativo em tantas regiões rurais, tão afastadas como necessitadas.

276. Devemos também nos esforçar para que a educação católica escolar em todos seus níveis esteja ao alcance de todos e não se veja restrita a alguns, mesmo em vista dos problemas econômicos que isso implica. Deve-se promover a responsabilidade da comunidade paroquial na escola e sua gestão. Pedimos que se garantam os recursos públicos destinados à educação católica.

Cremos particularmente que a universidade católica, a partir da Constituição apostólica Ex corde Ecclesiae, é chamada a uma importante missão de diálogo entre o Evangelho e as culturas e de promoção humana na América Latina e Caribe.

277. Cientes da extensão planetária da cultura atual, formaremos, a partir da educação católica e em todo nível, uma consciência crítica diante dos meios de comunicação social. Urge dotar as famílias de critérios de verdade para capacitá-las para o uso da TV, da imprensa e do rádio.

278. Transformar a escola católica numa comunidade, centro de irradiação evangelizadora, mediante alunos, pais e mestres. Empenhamo-nos em fortalecer a comunidade educativa e nela um processo de formação cívico-social, inspirado no Evangelho e no magistério social da Igreja, que responda às verdadeiras necessidades do povo. Reforçar-se-á outrossim a organização dos estudantes, docentes, pais de alunos e ex-alunos, como método de educação cívico-social e política que possibilite a formação democrática das pessoas. Solicitamos aos governos que sigam em seus esforços de promover cada vez mais a democratização da educação.

279. A evangelização, anúncio do Reino, é comunicação, para que vivamos em comunhão (cf. Puebla 1063): O que vimos e ouvimos, vo-lo anunciamos, para que estejais também em comunhão conosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo (1Jo 1,3). Cada pessoa e cada grupo humano desenvolve sua identidade no encontro com outros (alteridade). Esta comunicação é caminho necessário para chegar à comunhão (comunidade). A razão é que o homem foi feito à imagem de Deus Uno e Trino, e no coração da Revelação encontramos seu mistério trinitário como a comunicação eternamente interpessoal, cuja palavra se faz diálogo, entra na história por obra do Espírito e inaugura assim um mundo de novos encontros, intercâmbios, comunicação e comunhão. Esta comunicação é importante não só com o mundo, mas também ao interior da Igreja.

No gesto de comunicação do Pai, através do Verbo feito carne, a Palavra se faz libertadora e redentora para toda a humanidade na pregação e na ação de Jesus. Este ato de amor pelo qual Deus se revela, associado à resposta de fé da humanidade, gera um diálogo profundo (Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, Instrução pastoral Ætatis novæ. 6). Cristo é o modelo de comunicador, nEle, Deus, o totalmente Outro, sai ao nosso encontro e espera nossa resposta livre. Este encontro de comunhão com Ele é sempre crescimento. É o caminho da santidade.

Assim dá-se uma relação muito íntima entre evangelização, promoção humana e cultura, fundada na comunicação, o que impõe à Igreja tarefas e desafios concretos no campo da comunicação social. disse-o o Papa no Discurso Inaugural desta Conferência: Intensificar a presença da Igreja no mundo da comunicação há de ser certamente uma das vossas prioridades (João Paulo II, Discurso Inaugural, 23).

Sabemos que nos encontramos na nova cultura da imagem, e que a Mensagem evangélica deve inculturar-se nessa cultura, levando-a a ser expressão de Cristo, a máxima comunicação. Compreendemos a importância dos inumeráveis meios eletrônicos que agora estão ao nosso alcance para anunciar o Evangelho. Damos graças a Deus por este novo dom que nos deu na cultura atual.

280. O desenvolvimento tecnológico em matéria de comunicações, especialmente na televisão, oferece à evangelização amplas perspectivas de comunicação nos mais diversos níveis e facilita à sociedade em geral uma inter-relação também planetária. Este é um fato positivo, mas também no contexto atual apresenta desafios muito sérios pela orientação secularista de muitas programações.

Damo-nos conta do desenvolvimento da indústria da comunicação na América Latina e Caribe que mostra o crescimento de grupos econômicos e políticos que concentram cada vez mais em poucas mãos e com enorme poder a propriedade dos diferentes meios e chegam a manipular a comunicação, impondo uma cultura que estimula o hedonismo e o consumismo e atropela nossas culturas com os seus valores e identidades.

Vemos como a publicidade freqüentemente introduz falsas expectativas e cria necessidades fictícias; vemos também como especialmente na programação televisiva sobejam a violência e a pornografia que penetram agressivamente no seio das famílias. Também constatamos que as seitas fazem uso cada vez mais intensivo e extensivo dos meios de comunicação.

Por outro lado, a presença da Igreja no sistema de meios é ainda insuficiente e se carece de suficientes agentes com a preparação devida para enfrentar o desafio; além disso, falta por parte dos diferentes episcopados um adequado planejamento da pastoral das comunicações.

A telemática e a informática são novos desafios para a integração da Igreja no seu mundo.

281. Apoiar e estimular os esforços daqueles que, com o uso dos meios, defendem a identidade cultural, assumem o desafio do encontro com realidades novas e distintas e procuram que se dê lugar a um diálogo autêntico. Articular a comunicação massiva com a comunitária e grupal. Esforçar-se para ter meios próprios e, ao menos, uma produtora de vídeo a serviço da América Latina e do Caribe.

282. Ajudar a discernir e orientar as políticas e estratégias da comunicação, que devem encaminhar-se a criar condições para o encontro entre as pessoas, para a vigência de uma autêntica e responsável liberdade de expressão, para fomentar os valores culturais próprios e buscar a integração latino-americana.

283. Dar aos profissionais católicos da comunicação o apoio suficiente para cumprir sua missão. Procurar uma crescente relação de comunhão eclesial com as organizações internacionais (OCIC-AL, UNDA-AL, UCLAP), cujos membros podem ser colaboradores valiosos e competentes das Conferências episcopais e dos diferentes bispos (Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, Instrução pastoral Ætatis novæ, 17). As comissões episcopais de comunicação de cada país e o próprio DECOS-CELAM e o SERTAL hão de aumentar e melhorar sua presença neste campo".

Nota:168

cf. **Mc 10,45**: "Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

At 6,2: "Então os Doze convocaram uma assembléia geral dos discípulos, e disseram: Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus para servir às mesas".

Nota:169

cf. At 14,14-18; 17,16-34; cf. também os diálogos dos Padres Apologistas.

At 14,14-18: "Ao saber disso, os apóstolos Barnabé e Paulo rasgaram as vestes e foram para o meio da multidão, gritando: Homens, o que vocês estão fazendo? Nós também somos homens mortais como vocês. Estamos anunciando que vocês precisam deixar esses ídolos vazios e se converter ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que neles existe. Nas gerações passadas, Deus permitiu que todas as nações seguissem o próprio caminho. No entanto, ele não deixou de dar testemunho de si mesmo através de seus benefícios. Do céu ele manda chuvas e colheitas, dando alimento e alegrando o coração de vocês. E assim falando, com muito custo conseguiram que a multidão desistisse de lhes oferecer um sacrifício".

At 17,16-34: "Enquanto Paulo os esperava em Atenas, ficou revoltado ao ver a cidade cheia de ídolos. Por isso, discutia na sinagoga com os judeus e pagãos que adoravam o Deus único. E todos os dias discutia em praça pública com aqueles que ia encontrando. Também alguns filósofos epicureus e estóicos começaram a conversar com ele. Alguns diziam: O que estará querendo dizer esse charlatão? Outros diziam: Deve ser um pregador de divindades estrangeiras. Porque Paulo anunciava Jesus e a Ressurreição. Tomando Paulo consigo, o levaram ao Areópago, dizendo: Podemos saber qual é a nova doutrina que você está expondo? De fato, as coisas que você diz soam estranhas para nós; queremos, portanto, saber do que se trata. Com efeito, todos os atenienses e os estrangeiros residentes passavam o tempo a contar ou a ouvir as últimas novidades.

De pé, no meio do Areópago, Paulo disse: Senhores de Atenas, em tudo eu vejo que vocês são extremamente religiosos. De fato, passando e observando os monumentos sagrados de vocês, encontrei também um altar com esta inscrição: Ao Deus desconhecido. Pois bem, esse Deus que vocês adoram sem conhecer, é exatamente aquele que eu lhes anuncio. O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe. Sendo Senhor do céu e da terra, ele não habita em santuários feitos por mãos humanas. Também não é servido por mãos humanas, como se precisasse de alguma coisa; pois é ele que dá a todos vida, respiração e tudo o mais. De um só homem, ele fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, tendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites de sua habitação. Assim fez, para que buscassem a Deus e para ver se o descobririam, ainda que fosse às apalpadelas. Ele não está longe de cada um de nós, pois nele vivemos, nos movemos e existimos, como alguns dentre os poetas de vocês disseram: Somos da raça do próprio Deus. Sendo, portanto, da raça de Deus, não devemos pensar que a divindade é semelhante ao ouro, à prata ou à pedra, trabalhados pela arte e imaginação do homem. Mas Deus, sem levar em conta os tempos da ignorância, agora anuncia aos homens que todos e em todo lugar se arrependam, pois ele estabeleceu um dia em que irá julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou e creditou diante de todos, ressuscitando-o dos mortos.

Quando ouviram falar de ressurreição dos mortos, alguns caçoavam e outros diziam: Nós ouviremos você falar disso em outra ocasião. A essa altura, Paulo saiu do meio deles. Alguns, porém, se uniram a ele e abraçaram a fé. Entre esses estava também Dionísio, o areopagita, uma mulher chamada Dâmaris e outros com eles".

Nota:170

cf. **1Cor 15, 2-5**: “É pelo Evangelho que vocês serão salvos, contanto que o guardem do modo como eu lhes anunciei; do contrário, vocês terão acreditado em vão. Por primeiro, eu lhes transmiti aquilo que eu mesmo recebi, isto é: Cristo morreu por nossos pecados, conforme as Escrituras; ele foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras; apareceu a Pedro e depois aos Doze”.

At 2,14-36: “Então Pedro, que aí estava com os outros onze apóstolos, levantou-se e falou em voz alta: Homens da Judéia e todos vocês que se encontram em Jerusalém! Compreendam o que está acontecendo e prestem atenção nas minhas palavras: estes homens não estão embriagados como vocês pensam, pois são apenas nove horas da manhã. Pelo contrário, está acontecendo aquilo que o profeta Joel anunciou: Nos últimos dias, diz o Senhor, eu derramarei o meu Espírito sobre todas as pessoas. Os filhos e filhas de vocês vão profetizar, os jovens terão visões e os anciãos terão sonhos. E, naqueles dias, derramarei o meu Espírito também sobre meus servos e servas, e eles profetizarão. Farei prodígios no alto do céu, e sinais embaixo na terra: sangue, fogo e nuvens de fumaça. O sol se transformará em trevas, e a lua em sangue, antes que chegue o dia do Senhor, dia grande e glorioso. E todo aquele que invocar o nome do Senhor, será salvo.

Homens de Israel, escutem estas palavras: Jesus de Nazaré foi um homem que Deus confirmou entre vocês, realizando por meio dele os milagres, prodígios e sinais que vocês bem conhecem. E Deus, com sua vontade e presciência, permitiu que Jesus lhes fosse entregue, e vocês, através de ímpios, o mataram, pregando-o numa cruz. Deus, porém, ressuscitou Jesus, libertando-o das cadeias da morte, porque não era possível que ela o dominasse. De fato, Davi assim falou a respeito de Jesus: Eu via sempre o Senhor diante de mim, porque ele está à minha direita, para que eu não vacile. Por isso, meu coração se alegra, minha língua exulta e minha carne repousa com esperança. Porque não me abandonarás na região dos mortos, nem permitirás que o teu santo conheça a corrupção. Tu me ensinaste os caminhos da vida, e me encherás de alegria na tua presença.

Irmãos, quanto ao patriarca Davi, permitam que eu lhes diga com franqueza: ele morreu, foi sepultado e seu túmulo está entre nós até hoje. Mas, ele era profeta, e sabia que Deus lhe havia jurado solenemente fazer com que um descendente seu lhe sucedesse no trono. Por isso, previu a ressurreição de Cristo e falou: ele não foi abandonado na região dos mortos, e a sua carne não conheceu a corrupção.

Deus ressuscitou a este Jesus. E nós todos somos testemunhas disso. Ele foi exaltado à direita de Deus, recebeu do Pai o Espírito prometido e o derramou: é o que vocês estão vendo e ouvindo. De fato, Davi não subiu ao céu, mas falou: O Senhor disse ao meu Senhor: sente-se à minha direita, até que eu faça de seus inimigos um lugar para apoiar seus pés. Que todo o povo de Israel fique sabendo com certeza que Deus tornou Senhor e Cristo aquele Jesus que vocês crucificaram”.

At 3,11-26: “O homem curado não deixava mais Pedro e João. E todo o povo assombrado, foi correndo ao chamado Pórtico de Salomão.

Ao ver isso, Pedro se dirigiu ao povo: Israelitas, por que vocês se espantam com o que aconteceu? Por que ficam olhando para nós, como se tivéssemos feito esse homem andar com o nosso próprio poder ou piedade? O Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, o Deus de nossos antepassados glorificou o seu servo Jesus. Vocês o entregaram e o rejeitaram diante de Pilatos, que estava decidido a soltá-lo. Vocês, porém, renegaram o Santo e o Justo, e pediram clemência para um assassino. Vocês mataram o Autor da vida, mas Deus o ressuscitou dos mortos. E disso nós somos testemunhas. Graças à fé no nome de Jesus, esse Nome acaba de fortalecer este homem que vocês vêem e reconhecem. A fé em Jesus deu saúde perfeita a esse homem que está na presença de todos vocês.

Apesar disso, meus irmãos, eu sei que vocês agiram por ignorância, assim como os chefes de vocês. Deus, porém, cumpriu desse modo o que havia anunciado através de todos os profetas: que o seu Messias haveria de sofrer. Portanto, arrependam-se e convertam-se para que os pecados de vocês sejam perdoados. Assim vocês poderão alcançar o tempo do repouso que vem do Senhor. E ele enviará Jesus, o Messias que havia destinado para vocês. No entanto, é necessário que o céu o receba, até que se cumpra o tempo da restauração de todas as coisas, conforme disse Deus nos tempos passados pela boca de seus santos profetas. De fato, Moisés afirmou: O Senhor Deus fará surgir, entre os irmãos de vocês, um profeta como eu. Escutem tudo o que ele disser a vocês. Quem não der ouvidos a esse profeta será eliminado do meio do povo. E todos os profetas que falaram desde Samuel e seus sucessores, também eles anunciaram estes dias.

Vocês são filhos dos profetas e dos homens com quem Deus fez a Aliança, quando disse a Abraão: Através da sua descendência, serão abençoadas todas as famílias da terra. Após ter ressuscitado o seu servo, Deus o enviou em primeiro lugar a vocês, para os abençoar e para que cada um se converta de suas maldades”.

At 4,1-22: “Pedro e João ainda estavam falando ao povo, quando chegaram os sacerdotes, o chefe da guarda do Templo e os saduceus. Estavam irritados porque os apóstolos ensinavam o povo e anunciavam que a ressurreição dos mortos tinha acontecido em Jesus. Prenderam Pedro e João e os colocaram na prisão até o dia seguinte, porque já estava anoitecendo. Todavia, muitos daqueles que tinham ouvido o discurso acreditaram. E o número dos homens chegou a uns cinco mil.

No dia seguinte se reuniram em Jerusalém os chefes, os anciãos e os doutores da Lei. Aí estava o sumo sacerdote Anás e também Caifás, João Alexandre e todos os que pertenciam às famílias dos chefes dos sacerdotes. Fizeram Pedro e João comparecer diante deles e os interrogavam: Com que poder, ou em nome de quem, vocês fizeram isso?

Então Pedro, cheio do Espírito Santo, falou para eles: Chefes do povo e anciãos! Hoje estamos sendo interrogados em julgamento porque fizemos o bem a um enfermo e pelo modo com que ele foi curado. Pois fiquem sabendo todos vocês, e também todo o povo de Israel: é pelo nome de Jesus Cristo, de Nazaré, aquele que vocês crucificaram e que Deus ressuscitou dos mortos, é pelo seu nome, e por nenhum outro, que este homem está curado diante de vocês. Jesus é a pedra que vocês, construtores, rejeitaram, que se tornou a pedra angular. Não existe salvação em nenhum outro, pois debaixo do céu não existe outro nome dado aos homens, pelo qual possamos ser salvos.

Eles ficaram admirados ao ver a segurança com que Pedro e João falavam, pois eram pessoas simples e sem instrução. Reconheceram que eles eram companheiros de Jesus. No entanto, viam em pé, junto a eles, o homem que tinha sido curado. E não podiam dizer nada em contrário.

Mandaram que saíssem para fora do Sinédrio, e começaram a discutir entre si: O que vamos fazer com esses homens? Eles realizaram um milagre claríssimo, e o fato se tornou de tal modo conhecido por todos os

habitantes de Jerusalém, que não podemos negar. Contudo, a fim de que a coisa não se espalhe ainda mais entre o povo, vamos ameaçá-los, para que não falem mais a ninguém a respeito do nome de Jesus.
Chamaram de novo Pedro e João e lhes ordenaram que de modo algum falassem ou ensinassem em nome de Jesus. Pedro e João responderam: Julguem vocês mesmos se é justo diante de Deus que obedeçamos a vocês e não a ele! Quanto a nós, não podemos nos calar sobre o que vimos e ouvimos.
Então, insistindo em suas ameaças, deixaram Pedro e João em liberdade, já que não tinham meio de castigá-los, por causa do povo. Pois todos glorificavam a Deus pelo que tinha acontecido. De fato, o homem que tinha sido milagrosamente curado tinha mais de quarenta anos."
2Tm 2,8: "E assim como Janes e Jambres se opuseram a Moisés, também esses se opõem à verdade; são homens de espírito corrupto e fé inconsistente".

Nota:171

cf. **At 2,42-47**: "Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação".
At 4,32-37: "A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles. Com grande poder, os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus. E todos eles gozavam de grande aceitação. Entre eles ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro e o colocavam aos pés dos apóstolos; depois, ele era distribuído a cada um conforme a sua necessidade. Foi assim que procedeu José, um levita nascido em Chipre, apelidado pelos apóstolos com o nome de Barnabé, que significa filho da exortação. Ele vendeu o campo que possuía, trouxe o dinheiro e o colocou aos pés dos apóstolos".
At 5,12-14: "Muitos sinais e prodígios eram realizados entre o povo pelas mãos dos apóstolos. E todos os fiéis se reuniam em grupo no Pórtico de Salomão. Os outros não se atreviam a juntar-se a eles, mas o povo os elogiava muito. Uma multidão cada vez maior de homens e mulheres aderia ao Senhor, pela fé".
1Cor 10,15-17: "Falo a vocês como a pessoas sensatas; julguem vocês mesmos o que estou dizendo. O cálice da bênção que nós abençoamos, não é comunhão com o sangue de Cristo? O pão que partimos, não é comunhão com o corpo de Cristo? E como há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, pois participamos todos desse único pão".
2Cor 9,11-14: "E vocês ficarão enriquecidos de todos os modos para praticar toda espécie de generosidade, que provocará a ação de graças a Deus por meio de nós. De fato, o serviço desta coleta não deve apenas satisfazer às necessidades dos cristãos, mas há de ser ocasião de dar efusivas ações de graças a Deus. Tal serviço será para eles uma prova; e eles agradecerão a Deus pela obediência que vocês professam ao Evangelho de Cristo e pela generosidade com que vocês repartem os bens com eles e com todos. Eles manifestarão a sua ternura, rezando por vocês por causa da graça extraordinária que Deus concedeu a vocês".

Nota:172

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: "17. A Igreja no Brasil procura concretizar essa fraternidade no espírito da experiência comunitária, reconstruindo na sua base aquele tecido de pequenas comunidades eclesiais, ligadas com profundos vínculos de fraternidade, sempre abertas, no meio social em que vivem, à solidariedade com o povo.
Viver a comunhão fraterna é também sentir-se solidário com toda a criação, que provém de um Deus-Comunhão, que deseja a promoção da vida e a busca da harmonia entre todos os seres criados.
40. Estes acontecimentos latino-americanos, os sucessivos Sínodos dos Bispos e os documentos pontifícios vão levando a missão da Igreja a ser entendida mais claramente como evangelização, serviço do Evangelho, tendo como centro Jesus Cristo e seu Reino. Neste sentido, destacam-se o Sínodo de 1974 e a subseqüente Exortação Apostólica de Paulo VI Evangelii Nuntiandi e, mais recentemente, a encíclica de João Paulo II, Redemptoris Missio, sobre a atividade missionária da Igreja.
41. A prática eclesial, animada pelos acontecimentos e documentos acima lembrados, despertou para a consciência das várias dimensões constitutivas ou integrantes da evangelização e dos seus desafios. Eles, por sua vez, vão encontrando resposta na prática evangelizadora e nos vários níveis da ação pastoral.
42. As orientações do PPC, prorrogadas em 1970 e atualizadas no final de 1975, iluminaram, por quinze anos, o amplo projeto de renovação da Igreja em busca de uma Pastoral Orgânica ou de Conjunto. A partir de 1970, adotou-se uma metodologia de planejamento mais flexível. Buscou-se a unidade em nível nacional através das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1975), deixando-se a definição de planos para os Regionais e as Dioceses, apoiados por planos bienais dos organismos nacionais. Sob o impulso recente do Concílio, a Igreja viveu esse período em clima de grande alegria e esperança. A Assembléia de Medellín (1968), partindo da análise estrutural da realidade latino-americana, abriu caminhos para aplicação mais concreta das exigências conciliares na situação de injustiça vivida pelos povos do continente. Ao mesmo tempo, o Sínodo de 1971 sobre A Justiça no Mundo, enfatizava o empenho pela justiça e pela libertação integral da pessoa humana como dimensão constitutiva da evangelização.
43. Vivendo os tempos difíceis e sofridos da ditadura militar, a Igreja assumiu compromisso sempre mais claro e conseqüente com a defesa dos direitos humanos, sobretudo dos mais pobres e oprimidos: camponeses, operários e estudantes. O testemunho de solidariedade com os oprimidos foi selado pela perseguição e o sangue de agentes de pastoral e estimulou os pronunciamentos de algumas Igrejas locais ou regionais, em documentos tais como Testemunho de Paz (Sul 1, S. Paulo, 1972), Eu ouvi os clamores do povo (Nordeste, 1973), Marginalização de um povo Grito das Igrejas (Centro-Oeste, 1973). A Assembléia Geral, reunida em Brasília em 1970, apesar das pressões oficiais, denunciou a prática da tortura e, em 1977, publicou o documento Exigências Cristãs da Ordem Política, de singular importância histórica para a sociedade brasileira.
44. Data também desse período a consolidação de novas iniciativas pastorais. Surgem pastorais específicas em áreas particularmente desafiantes e conflitivas, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1972) e a CPT

(Comissão Pastoral da Terra, 1975), cuja atuação persiste e se atualiza até hoje. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) vinham crescendo desde os inícios da década de 60. A eclesiologia que as impulsiona valoriza elementos significativos do Concílio Vaticano II: a comunidade, a diversificação dos ministérios, a consciência missionária, a sensibilidade para com os apelos da realidade. Elas se revelam agora como grande esperança da Igreja. Promovem o 1º Encontro Intereclesial em Vitória do Espírito Santo (1975), seguido de tantos outros. Comunidades Religiosas descobrem novos apelos missionários e se inserem nos meios populares.

45. A ação da Igreja era claramente favorável às reivindicações de liberdade associativa e melhoria de vida dos Movimentos populares e sindicais. Não obstante as constantes tensões intra-eclesiais, a Igreja no Brasil conheceu um período de raro reconhecimento por parte da sociedade civil, sobretudo de certos setores (universidades, imprensa, profissionais liberais) tradicionalmente menos propensos a olhá-la com simpatia.

46. Na segunda metade dos anos 70, a Igreja no Brasil recebeu notável impulso do Sínodo sobre a Evangelização do mundo contemporâneo, e da preparação e realização da Conferência de Puebla (1979), para a qual, aliás, colaborou de maneira significativa.

47. Com a preocupação de reintegrar o laicato e organizá-lo com expressão e representatividade nacional, a CNBB incentivou a criação do Conselho Nacional de Leigos.

48. No início dos anos 70, consegue-se também reverter a crise que atingiu a muitos presbíteros e reduziu o número das vocações ao ministério presbiteral. Por volta de 1982, o número dos seminaristas maiores já supera o dos anos mais favoráveis do período pré-conciliar. Logo após, o número de ordenações cresce, expressivamente, permitindo que o número de presbíteros por habitante volte a aumentar após 1990. Por outro lado, sobrecarregados de trabalhos pastorais, os padres partilham as suas tarefas com ministros leigos e redobram as formas de intercâmbio e colaboração, promovendo também os Encontros Nacionais de Presbíteros".

Nota:173

EN 21: "E esta Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou grupo de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é - ou quem é - que os inspira? Por que é que eles estão conosco?

Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valorosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades, mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome. E outras perguntas surgirão, depois, mais profundas e mais de molde a ditar um compromisso, provocadas pelo testemunho aludido, que comporta presença, participação e solidariedade e que é um elemento essencial, geralmente o primeiro de todos, na evangelização.

Todos os cristãos são chamados a dar este testemunho e podem ser, sob este aspecto, verdadeiros evangelizadores. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade que se origina para os migrantes nos países que os recebem".

Nota:174

2Cor 4,7: "Todavia, esse tesouro nós o levamos em vasos de barro, para que todos reconheçam que esse incomparável poder pertence a Deus e não é propriedade nossa".

Nota:175

At 2,42: "Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações".

Nota:176

cf. *A atitude da Igreja diante dos servidores de outras religiões. Orientação sobre diálogo e missão*. SEDOC 17, 1984, 387-399, n.13. Para outros esclarecimentos sobre a terminologia, cf. *Diálogo e Anúncio* (1991), nn. 8-10, (Ver texto abaixo) e RMi n.41-60.

cf. **Diálogo e Anúncio nn. 8-10**: "8. O termo missão evangelizadora, ou mais simplesmente evangelização, refere-se à missão da Igreja no seu conjunto. Na Exortação apostólica Evangelii Nuntiandi, o vocábulo evangelização é usado em diversas acepções. Significa levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e, pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro, tornar nova a própria humanidade (EN 18). Mediante a evangelização, além disso, a Igreja procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos seres humanos, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios (ibid.).

A Igreja desempenha a sua missão de evangelização através de diversas atividades. O conceito de evangelização assume, portanto, um amplo significado. Pois bem, no mesmo documento este conceito de evangelização é usado num sentido mais específico como o anúncio claro e irresistível do Senhor Jesus (EN 22). A Exortação afirma que este anúncio kerigma, pregação ou catequese ocupa um tal lugar na evangelização que com freqüência se tornou sinônimo dela. No entanto, ele não é senão um aspecto da evangelização (ibid.). Neste documento, o termo missão evangelizadora é usado para evangelização em sentido lato, enquanto o aspecto mais específico é apresentado com o termo anúncio.

9. O diálogo pode ser compreendido de diversos modos. Em primeiro lugar, em nível puramente humano, significa comunicação recíproca, para alcançar um fim comum ou, em um nível mais profundo, uma comunhão interpessoal. Em segundo lugar, o diálogo pode ser considerado como uma atitude de respeito e de amizade, que penetra, ou deveria penetrar, em todas as atividades que constituem a missão evangelizadora da Igreja. Isto pode ser chamado com razão o espírito do diálogo. Em terceiro, num contexto de pluralismo religioso, o diálogo significa o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades

de outros credos para um conhecimento mútuo e um recíproco enriquecimento (DM 3), na obediência à verdade e no respeito à liberdade. Isto inclui quer o testemunho quer a descoberta das respectivas convicções religiosas. É nesta última acepção que o presente documento utiliza o termo diálogo como um dos elementos integrantes da missão evangelizadora da Igreja.

10. O anúncio é a comunicação da mensagem evangélica, o mistério de salvação realizado por Deus para todos em Jesus Cristo, com o poder do Espírito. É um convite a um empenho de fé em Jesus Cristo, a entrar, mediante o batismo, na comunidade dos crentes que é a Igreja. Este anúncio pode fazer-se em forma solene e pública, como aconteceu no dia do Pentecostes (cf. At 2,541) ou sob forma de simples conversão privada (cf. At 8,30-38). Conduz naturalmente a uma catequese que tende a aprofundar esta fé. O anúncio é a base, o centro e o ápice da evangelização (cf. EN 27)".

O Secretariado para os Não-Crentes emitiu recentemente um documento em que é especificada a posição da Igreja Católica perante as outras religiões não-cristãs. O texto é extraído de L' Osservatore Romano. ed. port., de 12-08-84 **A Igreja e as outras religiões. Introdução -**

1. O Concílio Vaticano II assinalou uma nova etapa nas relações da Igreja com os que seguem as outras religiões. Muitos documentos conciliares fazem-lhes referência expressa, e em particular um, a declaração Nostra aetate, é inteiramente dedicado à relação da Igreja católica com as religiões não cristãs.

2. As rápidas transformações no mundo e o aprofundamento do mistério da Igreja sacramento universal de salvação (LG 48) favoreceu esta atitude para com as religiões não cristãs. Graças à abertura realizada pelo Concílio, a Igreja e todos os cristãos puderam alcançar uma consciência mais completa do mistério de Cristo (RH 11).

3. Esta nova atitude recebeu o nome de diálogo. Este vocábulo, que é norma e ideal, foi valorizado na Igreja por Paulo VI com a Encíclica Ecclesiam suam (6 de agosto de 1964). Desde então tornou-se freqüente no Concílio e na linguagem eclesial. Indica não só o colóquio, mas também o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, para um mútuo conhecimento e um recíproco enriquecimento.

4. Como sinal institucional desta vontade de colóquio e de encontro com os fiéis das outras tradições religiosas do mundo, o próprio Paulo VI instituiu, no clima do Concílio Vaticano II, no dia do Pentecostes de 1964, o *Secretariatus pro non christianis* (Secretariado para os Não-Cristãos), distinto da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos. As suas atribuições vieram assim definidas na Constituição Regimini Ecclesiae: Buscar o método e os caminhos para o estabelecimento de um diálogo adequado com os não-cristãos. Procura, portanto, que os não-cristãos sejam devidamente conhecidos e justamente estimados pelos cristãos, para que, por sua vez, os mesmos possam também conhecer e estimar a doutrina e a vida cristãs (AAS 59, 1967, p. 919-920).

5. A 20 anos da publicação da Ecclesiam suam, e da sua fundação, o Secretariado, reunido em Assembléia Planetária, fez um balanço das experiências de diálogo verificadas por toda a parte na Igreja, e refletiu sobre as atitudes eclesiais para com os outros crentes e em particular sobre a relação existente entre diálogo e missão.

6. A visão teológica deste documento inspira-se no Concílio Vaticano II e no magistério sucessivo. Permanece porém sempre desejável e necessário um ulterior aprofundamento por parte dos teólogos. Solicitada e enriquecida pela experiência, esta reflexão tem caráter prevalentemente pastoral; pretende favorecer um comportamento evangélico em relação aos outros crentes com os quais os cristãos convivem na cidade, no trabalho e na família.

7. Com este documento deseja-se ajudar a comunidade cristã, e em particular os seus responsáveis, a viver segundo as indicações do Concílio, oferecendo elementos de solução às dificuldades que possam surgir da presença simultânea, na missão, dos deveres de evangelização e de diálogo. Os membros das outras religiões poderão também compreender melhor como a Igreja os vê e como deseja comportar-se com eles.

8. Muitas Igrejas cristãs têm feito experiências semelhantes em relação aos outros crentes. O Conselho Ecumênico das Igrejas é dotado de um organismo para o Diálogo com os povos de crenças vivas e ideologias, no âmbito do departamento Testemunho Fiel. O Secretariado para os não-cristãos mantém relações estáveis e fraternas de consulta e de colaboração com esse organismo.

Missão - 9. Deus é amor (1Jo 4,8.16). O seu amor salvífico foi revelado e comunicado aos homens em Cristo e está presente e ativo mediante o Espírito Santo. A Igreja deve ser o sinal vivo deste amor de modo a torná-lo norma de vida para todos. Querida por Cristo, a missão da Igreja é uma missão de amor, pois que é nele que encontra a origem, o fim e a modalidade de exercício (cf. AG 2-5, 12; EN 26). Cada aspecto e cada atividade da Igreja devem, portanto, estar impregnados de caridade, exatamente por fidelidade a Cristo, que ordenou a missão e que continua a animá-la e a torná-la possível na história.

10. A Igreja, como sublinhou o Concílio, é povo messiânico, assembléia visível e comunidade espiritual, povo peregrinante, a caminho, com toda a humanidade, com a qual compartilha a experiência. Deve ser fermento e alma da sociedade para renová-la em Cristo e torná-la família de Deus (cf. Lg 9; Gs 9, 40). Este povo messiânico tem por lei o novo mandamento, o de amar assim como o próprio Cristo nos amou, e tem por fim o Reino de Deus, começado na terra pelo próprio Deus (LG 9). A Igreja peregrina é, pois, por sua natureza, missionária(AG 2, cf. 6, 35, 36). A dimensão missionária é, para cada cristão, uma expressão normal da sua fé vivida.

11. A missão da Igreja realiza-se, pois, mediante a atividade pela qual, obedecendo ao mandamento de Cristo e movida pela graça e pela caridade do Espírito Santo, ela se torna atual e plenamente presente a todos os homens e povos... (AG 5).

Esta tarefa é única, mas realiza-se de diversos modos, de acordo com os condicionamentos em que se exerce a missão. Esses condicionamentos tanto podem depender da Igreja como dos povos, dos agrupamentos ou até dos indivíduos a quem a *missão* se dirige... A cada condicionamento e a cada situação devem corresponder ações apropriadas ou meios aptos... O fim próprio desta atividade missionária é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos ou grupos em que ainda não está radicada (AG 6). Outras passagens do mesmo Concílio sublinham que a missão da Igreja é também trabalhar para a extensão do Reino e dos seus valores entre todos os homens (cf. LG 5, 9; 35; GS 39, 40-45, 91, 92; UR e; DH l4; AA 5).

12. Os diversos modos e aspectos da missão foram globalmente delineados pelo Concílio Vaticano II. Ata e documentos do magistério eclesiástico sucessivo, como o Sínodo dos Bispos sobre a justiça social (1971), o

Sínodo dedicado à evangelização (1974) e à catequese (1977), numerosas intervenções de Paulo VI e de João Paulo II e das Conferências Episcopais da Ásia, da África e da América Latina, desenvolveram outros aspectos do ensinamento conciliar, apontando, por exemplo, como elemento essencial da missão da Igreja, indissoluvelmente unido a ela (RH 15) o compromisso em favor do homem, da justiça social, da liberdade e dos direitos humanos e a reforma das estruturas sociais injustas.

13. A missão apresenta-se, na consciência da Igreja, como uma realidade unitária, mas complexa e articulada. Podem ser indicados os seus elementos principais. A missão é constituída já pela simples presença e pelo testemunho vivo da vida cristã (cf. EN 21), mesmo se se deve reconhecer que levamos este tesouro em vasos de argila(2Cor 4,7), e por isso a diferença entre o modo como o cristão aparece, existencialmente, e aquilo que afirma ser, nunca desaparece. Há, depois, o empenho concreto ao serviço dos homens e toda atividade de promoção social e de luta contra a pobreza e as estruturas que a provocam.

Há a vida litúrgica, a oração e a contemplação, testemunhas eloqüentes de uma relação viva e libertadora com o Deus vivo, e verdadeiro que nos chama ao seu Reino e à sua glória (cf. At 2,42).

Há o diálogo, no qual os cristãos encontram os que seguem outras tradições religiosas para caminhar em conjunto em direção à verdade e colaborar em ações de interesse comum. Há o anúncio e a catequese, quando se proclama a boa notícia do Evangelho e se aprofundam as suas conseqüências para a vida e para a cultura. Tudo isto faz parte do conceito amplo de missão.

14. Cada Igreja particular é responsável por toda a missão. Também cada cristão, em virtude da fé e do batismo, é chamado a exercê-la, toda, em alguma medida. As exigências das situações, a posição concreta no Povo de Deus e o carisma pessoal habilitam o cristão a exercer prevalentemente um ou outro aspecto da missão.

15. A vida de Jesus contém todos os elementos da missão. Segundo os Evangelhos, Ele manifesta-se com o silêncio, com a ação, com a oração, com o diálogo e com o anúncio. A sua mensagem é inseparável da ação; anuncia Deus e o seu Reino, não só com as palavras, mas também com os fatos, e com as ações que realiza. Aceita a contradição, o insucesso e a morte; a sua vitória passa pelo Dom da vida. Tudo nEle é meio e caminho de revelação e de salvação (cf. EN 6-12); tudo é expressão do Seu amor (cf. Jo 3,16; 13,1; 1Jo 4,7-19). Assim devem fazer também os cristãos: Por isto reconhecerão todos que sois Meus discípulos, se vos amardes uns aos outros (Jo 13,35).

16. Também o Novo Testamento dá uma imagem complexa e diferenciada da missão. Há uma pluralidade de serviços e de funções, originada por uma variedade de carismas (cf. 1Cor 12,28-30; Ef 4,11-12; Rm 12,6-8). O próprio S. Paulo nota a particularidade da sua vocação missionária quando declara não ter sido enviado por Cristo a batizar, mas a anunciar o Evangelho (1Cor 1,17). Por esta razão, ao lado dos apóstolos, dos profetas, dos evangelistas, encontramos os que são chamados para as ações comunitárias e para a ajuda aos que sofrem; há as tarefas das famílias, dos maridos, das mulheres e dos filhos; há os deveres dos patrões e dos empregados. Cada um tem uma tarefa de testemunho particular na sociedade. A primeira carta de Pedro dá aos cristãos que vivem em situação de diáspora indicações que não deixam de surpreender pela atualidade. João Paulo II indicava uma passagem dessa Carta com a regra de outro nas relações dos cristãos com os seus concidadãos de fé diversa: Venerai Cristo Senhor em vossos corações, prontos sempre a responder a quem quer que seja sobre a razão da esperança que há em vós. Mas que seja com brandura e respeito, conservando uma boa consciência (1Pd 3,15-16) (Ankara, 29-11-1979).

17. Entre os múltiplos exemplos, na história da missão cristã, são significativas as normas dadas por S. Francisco, na Regra não submetida à aprovação (1221), aos irmãos que por divina inspiração quiserem ir para o meio dos sarracenos...: Podem organizar as relações espirituais, no meio deles, de dois modos. Um modo é que não façam litígios ou disputas, mas sejam sujeitos a cada criatura humana por amor de Deus e confessem ser cristãos. O outro modo é que, quando virem que agrada ao Senhor, anunciem a palavra de Deus.

O nosso século viu surgir e afirmar-se, sobretudo no mundo islâmico, a experiência de Carlos de Foucaud, que exerceu a missão numa atitude humilde e silenciosa de união com Deus, de comunhão com os pobres e de fraternidade universal.

18. A missão dirige-se sempre ao homem no respeito pleno de sua liberdade. Por isso o Concílio Vaticano II, afirmando a necessidade e a urgência de anunciar Cristo, a luz da vida, com desassombro e fortaleza apostólica, até à efusão de sangue se necessário (DH 14), confirmou a exigência de promover e respeitar em cada interlocutor uma verdadeira liberdade, isenta de coação de qualquer espécie, sobretudo no âmbito religioso.

De fato, a verdade deve ser buscada pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana e da sua natureza social, isto é, por meio de uma busca livre, com a ajuda do magistério ou ensino, da comunicação e do diálogo, com os quais os homens dão a conhecer uns aos outros a verdade que encontram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na inquirição da verdade; uma vez conhecida esta, deve-se aderir a ela com um firme assentimento pessoal (DH 3). Por conseqüência, na difusão da fé religiosa e na introdução de novas práticas, deve sempre evitar-se todo o modo de agir que tenha aspectos de coação, persuasão desonesta ou simplesmente menos leal, sobretudo quando se trata de gente rude ou recursos. Tal modo de agir deve ser considerado como um abuso do próprio direito e lesão do direito alheio (DH 4).

19. O respeito por cada pessoa deve caracterizar a atividade missionária no mundo atual (cf. ES 77; ASS 1964, p. 642-643; EN 79-80; RH 12). O homem é o primeiro caminho que a igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão(RH 14).

Estes valores que a Igreja continua a aprender de Cristo seu mestre devem levar o cristão a amar e respeitar tudo o que há de bom na cultura e no compromisso religioso do outro. Trata-se de respeito por tudo o que realizou, em cada homem, o Espírito que sopra onde quer (RH 12; cf. EN 79). A missão cristã não pode dissociar-se nunca o amor e do respeito pelos outros, e isto põe em evidência para nós, cristãos, o lugar do diálogo na missão.

O diálogo - Princípios fundamentais: 20. O diálogo não brota de oportunismos táticos do momento, mas sim de razões que experiência, a reflexão, bem como as próprias dificuldades, foram aprofundando.

21. A Igreja abre-se aos diálogo por fidelidade ao homem. Em cada homem e em cada grupo humano há a aspiração e a exigência de ser considerado e de poder agir como sujeito responsável, quer quando se adverte a necessidade de receber, quer, sobretudo, quando se é consciente de possuir qualquer coisa para comunicar.

Como sublinham as ciências humanas, no diálogo interpessoal o homem experimenta os próprios limites, mas também a possibilidade de superá-los; descobre que não possui a verdade de modo perfeito e total, mas que pode caminhar com confiança ao seu encontro, juntamente com os outros. O acerto mútuo, a correção recíproca, a permuta fraterna dos respectivos dons favorecem uma maturidade cada vez maior, que gera a comunhão interpessoal. As próprias experiências e divisões religiosas podem ser purificadas e enriquecidas neste processo de confronto.

Esta dinâmica de relações humanas impele-nos a nós, cristãos, escutar e compreender o que os outros crentes possam transmitir-nos, para tirar proveito dos dons que Deus concede.

As transformações sócio-culturais, com as tensões e dificuldades inerentes, a maior interdepedência em todos os setores da convivência e da promoção humana, e em particular as exigências em favor da paz, tornam hoje mais urgente um estilo dialogal das relações.

22. A Igreja, todavia sente-se empenhada no diálogo sobretudo por causa da sua fé: A revelação faz-nos entrever no mistério trinitário uma vida de comunhão e de intercâmbio.

Em Deus Pai nós contemplamos um amor preveniente, sem limites de espaço nem de tempo. O universo e a história estão repletos dos seus dons. Todas as realidades e todos os acontecimentos estão envolvidos pelo seu amor. Apesar da manifestação, por vezes violenta, do mal, nas vicissitudes de cada homem e de cada povo está presente a força da graça que eleva e redime.

A Igreja tem o dever de descobrir, trazer à luz, fazer amadurecer a riqueza que o Pai escondeu na criação e na história, não só celebrar a glória de Deus na sua liturgia, mas também para promover a circulação, entre todos os homens, dos dons do Pai.

23. Em Deus Filho é-nos dada a Palavra e a Sabedoria, onde tudo preexiste e subsiste desde todo o sempre. Cristo é o Verbo que ilumina todo o homem, porque nele se manifesta ao mesmo tempo o mistério de Deus e o mistério do homem (cf. RH 8, 10, 11, 13).

Ele é o Redentor presente com a graça em cada encontro humano, para libertar-nos do nosso egoísmo e fazer-nos amar uns aos outros como ele nos amou.

Cada homem, sem exceção alguma escreve João Paulo II foi redimido por Cristo, e com o homem, com todo e qualquer homem, sem nenhuma exceção, Cristo está de algum modo unido, mesmo quando esse homem não é disso consciente. Cristo, morto e ressuscitado por todos, dá sempre ao homem a cada homem e a todos os homens luz e força para responder à sua suprema vocação (RH 14).

24. Em Deus Espírito Santo, a fé faz-nos entrever aquela força de vida, de movimento e de regeneração perene (cf. LG 4) que age na profundidade da consciência, e acompanha o caminho secreto dos corações em direção à Verdade (cf. GS 22). Espírito que atua mesmo para além dos confins visíveis do Corpo Místico... (RH 6; cf. LG 16; GS 22; Ag 15); Espírito que antecipa e acompanha o caminho da Igreja, a qual, em conseqüência, se sente comprometida em discernir os sinais da sua presença, a segui-lo aonde quer que Ele a conduza, e a servi-lo como colaboradora humilde e discreta.

25. O Reino de Deus é a meta final de todos os homens. A Igreja, que é dele o germe e o início (Lg 5, 9), é solicitada a empreender, em primeiro lugar, este caminho para o Reino, e a fazer avançar todo o resto da humanidade em direção a ele.

Este compromisso inclui a luta e a vitória sobre o mal e sobre o pecado, começando sempre por si mesma e abraçando o mistério da cruz. A Igreja prepara assim o Reino até à consecução da comunhão perfeita de todos os irmãos em Deus.

Cristo Constitui para a Igreja e para o mundo a garantia de que os últimos tempo já começaram, de que a época final da história está fixada (cf. LG 48) e que por isso a Igreja está habilitada e comprometida a atuar para que se concretize o progressivo cumprimento de todas as coisas em Cristo.

26. Esta perspectiva levou os Padres do Concílio Vaticano II a afirmar que nas tradições religiosas não cristãs existem coisas boas e verdadeiras (OT 16), preciosos elementos religiosos e humanos (Gs 92), germes de contemplação (AG 18), elementos de verdade e de graça (Ag 9) sementes do Verbo (AG 11, 15), raios da verdade que ilumina a todos os homens (NA 2). Segundo explícitas indicações conciliares, estes valores encontram-se condensados nas grandes tradições religiosas da humanidade. Elas merecem, portanto, a atenção e a estima dos cristãos e o seu patrimônio espiritual é um eficaz convite ao diálogo (cf. a 2.3; AG 11), não só sobre os elementos convergentes, mas também sobre os divergentes.

27. O Vaticano II pôde, assim, deduzir conseqüências do empenho concreto, exprimindo-se nos seguintes termos:

Para poderem dar frutuosamente o testemunho de Cristo (os cristãos) relacionem-se com os homens do seu tempo com estima e caridade, considerem-se a si mesmos como membros dos agrupamentos humanos em que vivem, e participem na vida cultural e social através dos vários intercâmbios e problemas da vida humano; familiarizem-se com as suas tradições nacionais e religiosas, façam assomar à luz com alegria e respeito, as sementes do Verbo neles adormecidas... Como o próprio Cristo... assim os seus discípulos... tomem conhecimento dos homens no meio dos quais vivem e conversem com eles, para que, através de um diálogo sincero e paciente, eles aprendam as riquezas que Deus liberalmente outorgou aos povos; mas esforcem-se também por iluminar estas riquezas com a luz evangélica, por libertá-las e restituí-las aos domínio de Deus Salvador(AG 11; cf. 41; AA 14, 29 etc.).

Formas de Diálogo: 28. A experiência destes anos pôs em evidência a multiplicidade dos modos em que se exerce o diálogo. As principais formas típicas aqui elencadas são vividas, ou de modo separado, ou então conjuntamente, umas com as outras.

29. O diálogo é, acima de tudo, um estilo de ação, uma atitude e um espírito que guia o comportamento. Implica atenção, respeito e acolhimento para com outro, a quem se reconhece espaço para a sua identidade pessoal, para as suas expressões, os seus valores. Tal diálogo é a norma e o estilo necessários de toda a missão e de cada uma das suas partes, quer se trate das simples presença e testemunho, ou do serviço ou do próprio anúncio direto (CJC 787, parágrafo 1). Uma missão que não fosse permeada pelo espírito dialogal estaria contra as exigências da verdadeira humanidade e contra as indicações do Evangelho.

30. Cada discípulo de Cristo, por força da sua vocação humana e cristã, é chamado a viver o diálogo na sua vida quotidiana, quer se encontre em situação de maioria, quer em situação de minoria. Deve infundir o sabor

evangélico em cada ambiente em que vive e atua: o ambiente familiar, social, educativo, artístico, econômico, político, etc. O diálogo insere-se, assim, no grande dinamismo da missão eclesial.

31. Um nível ulterior é o diálogo das ações e da colaboração com objetivos de caráter humanitário, social, econômico e político que se orientem para a libertação e a promoção do homem. O que acontece freqüentemente nas organizações locais, nacionais e internacionais, onde cristãos e crentes de outras religiões enfrentam em conjunto aos problemas do mundo.

32. Pode ser vastíssimo o campo da colaboração. Referindo-se em particular aos Mulçumanos, o Concílio Vaticano II exorta a esquecer o passado e a defender e promover em conjunto a justiça social, os bens morais e a paz e a liberdade para todos os homens(NA 3; cf. AG 11, 15, 21...). No mesmo sentido se pronunciaram Paulo VI, especialmente na *Ecclesiam suam* (AAS 56, 1964, p.655), e João Paulo II nos numerosos encontros com chefes e representantes das diversas religiões. Os grandes problemas que atormentam a humanidade chamam os cristãos a colaborar com os outros crentes, exatamente em razão da fé de cada um.

33. De particular interesse é o diálogo a nível de especialistas, seja para confrontar, aprofundar e enriquecer os respectivos patrimônios religiosos, seja para aplicar os recursos, aí contidos, aos problemas que põem à humanidade no decurso da sua história.

Esse diálogo acontece normalmente nos casos em que o interlocutor possui já uma sua visão do mundo e adere a uma religião que o inspira para a ação. Realiza-se mais facilmente nas sociedades pluralistas, onde coexistem e por vezes se defrontam diversas tradições e ideologias diferentes.

34. Neste confronto, os interlocutores conhecem e apreciam reciprocamente os valores espirituais e as categorias culturais, promovendo a comunhão e a fraternidade entre os homens (cf. NA 1). O cristão colabora, assim, na transformação evangélica da cultura (cf. EN 18-20, 63).

35. A um nível mais profundo, homens radicados nas próprias tradições religiosas podem compartilhar as suas experiências de oração, de contemplação, e de fé e de compromisso, expressões e caminhos da busca do Absoluto. Este tipo de diálogo torna-se enriquecimento recíproco e cooperação fecunda, na promoção e preservação dos valores e dos ideais espirituais mais altos do homem. Isso leva naturalmente à comunicação recíproca das razões da própria fé e não se detém diante das diferenças, às vezes profundas, mas confia-se, com humildade e confiança, a Deus, que é maior do que o nosso coração (1Jo 3,20). O cristão tem, assim, a ocasião de oferecer ao outro a possibilidade de experimentar, de maneira existencial, os valores do Evangelho.

Diálogo e Missão: 36. São múltiplas as relações entre diálogo e missão. Detenhamo-nos em alguns aspectos que no momento atual têm maior relevância, pelos desafios e pelos problemas postos ou pelas atitudes requeridas.

Missão e Conversão: 37. Para o Concílio Vaticano II, o anúncio missionário tem por fim a conversão: Só assim os não-cristãos, a quem o Espírito Santo abrirá o coração, acreditarão, converter-se-ão livremente ao Senhor e aderirão sinceramente a Ele...(AG 13; CJC 787, parágrafo 2). No contexto do diálogo entre crentes de fé diversa, não se pode evitar uma reflexão sobre o caminho espiritual da conversão.

Na linguagem bíblica e cristã, a conversão é o retorno do coração contrito e arrependimento a Deus, com o desejo de submeter-lhe mais generosamente a própria vida (cf. AG 13). Todos são chamados permanentemente a esta conversão. Neste processo, pode nascer a decisão de deixar uma situação espiritual ou religiosa anterior para dirigir-se para uma outra. Assim, por exemplo, de um amor particular, o coração pode abrir-se a uma caridade universal.

Todo o autêntico apelo de Deus comporta sempre um superamento de si mesmo. Não há vida nova sem porte, como mostra a dinâmica do mistério pascal (cf. GS 22). E qualquer conversão é obra da graça, na qual o homem se deve reencontrar plenamente a si mesmo (RH 12).

38. Neste processo de conversão prevalece a lei suprema da consciência, porque ninguém deve ser forçado a agir contra a sua consciência. E também deve ser impedido de atuar segundo ela, sobretudo em matéria religiosa (DH 3).

39. Na perspectiva cristã, o agente principal da conversão não é o homem, mas o Espírito Santo. É Ele que impulsiona a anunciar o Evangelho, e que no íntimo da consciência faz acolher e compreender a palavra da salvação (EN 75). É Ele que guia o movimento dos corações e faz nascer o ato de fé em Jesus, o Senhor (cf. 1Cor 2,4). O Cristão é um simples instrumento e colaborador de Deus (cf. 1Cor 3,9).

40. Também no diálogo, o cristão alimenta normalmente no seu coração o desejo de partilhar a sua experiência de Cristo com o irmão de outra religião (cf. At 26,29; ES 46). É igualmente natural que o outro crente deseje algo de semelhante.

O Diálogo para a edificação do Reino: 41. Deus continua a reconciliar os homens consigo, mediante o Espírito. A Igreja confia na promessa que lhe foi feita por Cristo de que o Espírito a guiará, na história, para a plenitude da verdade (cf. Jo 16,13). Por isso, vai ao encontro dos homens, dos povos e das suas culturas, consciente de que toda a comunidade humana tem gérmenes de bem e de verdade, e que Deus tem um projeto de amor para todas as nações (cf. At 17,26-27). A Igreja quer, pois colaborar com todos para a realização deste projeto, valorizando assim todas as riquezas da sabedoria infinita multiforme de Deus, e contribuindo para a evangelização da cultura (cf .EN 18-20).

42. Voltamos também o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas sua tradições preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e a segui-lo com entusiasmo.

Por nossa parte, o desejo de tal diálogo, guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu autor; nem aqueles que se opõem à Igreja, e de várias maneiras a perseguem.

Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos eles, todos somos chamados a ser irmãos. Por isso, chamados a esta mesmo vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo na verdadeira paz (GS 92; cf. *Mensagem para o Dia mundial da Paz* de Paulo VI e João Paulo II).

43. O diálogo torna-se, assim, fonte de esperança e fator de comunhão na transformação recíproca. É o Espírito Santo que guia a realização do plano de Deus na história dos indivíduos e de toda a humanidade, até todos os filhos de Deus, dispersos pelo pecado, estarem reunidos na unidade (cf. Jo 11,52).

44. Só Deus conhece os tempo, Ele a quem nada é impossível, e cujo misterioso e silencioso Espírito abre, ás pessoas e aos povos, os caminhos do diálogo para superar as diferenças raciais, sociais e religiosas, e enriquecer-se reciprocamente. Eis, pois, o tempo da paciência de Deus, no qual atua a Igreja e todas as comunidades cristãs, porque ninguém pode obrigar Deus a agir mais depressa do que Ele decidiu fazer.
Mas, perante a nova humanidade do terceiro milênio, possa a Igreja irradiar um cristianismo aberto, para esperar, na paciência, que desponte a semente lançada com lágrimas e com confiança (cf. Tt 5,7-8; Mc 4,26-30).
10 de junho de 1984, solenidade do Pentecostes.
† FRANCIS ARINZE, Pró-Presidente do Secretariado para os Não-Cristãos
P. MARCELLO ZAGO, O.M.I., Secretário".

Nota:177

cf. **Jo 15,1-8**: "Eu sou a verdadeira videira, e meu Pai é o agricultor. Todo ramo que não dá fruto em mim, o Pai o corta. Os ramos que dão fruto, ele os poda para que dêem mais fruto ainda. Vocês já estão limpos por causa da palavra que eu lhes falei. Fiquem unidos a mim, e eu ficarei unido a vocês. O ramo que não fica unido à videira não pode dar fruto. Vocês também não poderão dar fruto, se não ficarem unidos a mim. Eu sou a videira, e vocês são os ramos. Quem fica unido a mim, e eu a ele, dará muito fruto, porque sem mim vocês não podem fazer nada. Quem não fica unido a mim será jogado fora como um ramo, e secará. Esses ramos são ajuntados, jogados no fogo e queimados.
Se vocês ficam unidos a mim e minhas palavras permanecem em vocês, peçam o que quiserem e será concedido a vocês. A glória de meu Pai se manifesta quando vocês dão muitos frutos e se tornam meus discípulos".

Nota:178

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, doc.61: "**9.** Só evangeliza quem aceita e segue o caminho de Jesus: Vem e segue-me é o convite fundamental que o Senhor continua fazendo a todos os que querem participar da aventura do Reino. Para ser verdadeiro evangelizador, é necessário, antes de tudo, deixar-se evangelizar, sendo ouvinte atento ao que Deus fala, a exemplo da Virgem Maria. É necessário acolher a Palavra com a alegria do Espírito Santo e aceitá-la não como palavra humana, mas como verdadeiramente é: Palavra de Deus que está produzindo efeito entre vós.
10. Só uma Igreja missionária e evangelizadora experimenta a fecundidade e a alegria de quem realmente realiza sua vocação. Assumir permanentemente a missão evangelizadora é, para todas as comunidades e para cada cristão, a condição fundamental para preservar e reviver o clima pascal de alegria no Espírito que animou a Igreja em seu nascimento e a sustentou em todos os grandes momentos de sua história. Por isso, o Apóstolo Paulo podia afirmar com todo o vigor: Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim. É, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim se não evangelizar!".

Nota:179

Diálogo Católico-Pentecostal: "**30.** Pentecostais e católicos concordam que tanto os evangelizadores como os evangelizados devem compreender que nenhum deles age num vazio cultural. Os evangelizadores cometerão injustiça perante povos e culturas, se importarem ideologias políticas, econômicas ou sociais juntamente com o Evangelho. Os evangelizados, de sua parte, não devem ignorar sua própria cultura e história religiosa, e devem saber discernir de que forma sua resposta aos evangelizadores corresponde ao Evangelho enquanto encarnado em sua cultura e história religiosa".
cf. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.
cf. João Paulo II, *Evangelium vitae* (1995) e **EA 63**: "Hoje, na América, como em outras partes do mundo, parece entrever-se um modelo de sociedade em que dominam os poderosos, marginalizando e até mesmo eliminando os mais fracos: penso aqui nas crianças não-nascidas, vítimas indefesas do aborto; nos anciãos e nos doentes incuráveis, às vezes objeto de eutanásia; e nos inumeráveis seres humanos postos à margem pelo consumismo e pelo materialismo. Não posso esquecer, também, do desnecessário recurso à pena de morte, quando "outros processos incruentos forem suficientes para defender do agressor e para proteger a segurança das pessoas [...]. De fato, hoje, com os meios à disposição do Estado para reprimir o crime com eficácia, tornando inofensivo quem o cometeu, sem privá-lo definitivamente a possibilidade de redimir-se, os casos de absoluta necessidade de supressão do réu são já muito raros, se não mesmo praticamente inexistentes". Este modelo de sociedade é baseado na cultura da morte, estando, portanto, em contraste com a mensagem evangélica. Perante esta realidade desoladora, a Comunidade eclesial propõe-se defender sempre mais a cultura da vida.
A este respeito, os Padres Sinodais, fazendo-se eco dos recentes documentos do Magistério da Igreja, reafirmaram com vigor o incondicionado respeito e total devotamento a favor da vida humana desde a concepção até a morte natural, e exprimem a condenação dos males como o aborto e a eutanásia. Para sustentar estes ensinamentos da lei divina e natural, é essencial promover o conhecimento da doutrina social da Igreja, e esforçar-se a fim de que os valores da vida e da família sejam reconhecidos e defendidos na vivência social e nos ordenamentos do Estado. Paralelamente à tutela da vida, há de ser intensificada, através de várias instituições pastorais, uma promoção ativa das adoções e uma constante assistência às mulheres com problemas na gravidez, quer antes quer depois do nascimento do filho. Mais, há de reservar-se uma especial atenção pastoral às mulheres que sofreram ou procuraram ativamente o aborto.
Como não dar graças a Deus, e como não expressar vivo apreço pelos irmãos e irmãs na fé que na América, junto a outros cristãos e inúmeras pessoas de boa vontade, estão empenhados em defender, com todos os meios legais, a vida e a tutelar o nascituro, o doente incurável e os inválidos? Sua ação é ainda mais meritória se se consideram a indiferença de muitos, as ameaças eugenéticas e os atentados à vida e à dignidade humana, que diariamente se cometem em todo lugar.
Idêntico cuidado se há de ter pelos anciãos, por vezes descurados e abandonados a si próprios. Estes devem ser respeitados como pessoas; é importante realizar para eles iniciativas de acolhida e de assistência, que promovam seus direitos e garantam, na medida do possível, o bem-estar físico e espiritual. Os anciãos hão de ser protegidos das situações e pressões que poderiam induzi-los ao suicídio; de modo particular, eles devem ser amparados hoje contra a tentação do suicídio assistido e a eutanásia.

Junto aos Pastores do Povo de Deus na América, faço apelo aos "católicos que trabalham no campo médico-sanitário e a todos os que desempenham funções públicas, como também aos que se dedicam ao ensino, a fim de que façam todo o possível para defender as vidas que correm maior perigo, agindo com uma consciência bem-formada segundo a doutrina católica. Os Bispos e os presbíteros têm, neste campo, a especial responsabilidade de testemunhar sem tréguas o Evangelho da vida e de exortar a coerência dos fiéis". Ao mesmo tempo, é indispensável que a Igreja na América ilumine, com oportunas intervenções, a elaboração das decisões das assembléias legislativas, estimulando os cidadãos, seja os católicos seja as outras pessoas de boa vontade, a constituir organizações para promover válidos projetos de lei e para se opor aos que ameaçam a família e a vida, que são duas realidades inseparáveis. Hoje em dia, é preciso cuidar especialmente daquilo que se refere ao diagnóstico pré-natal, para que, de modo algum, a dignidade humana seja lesionada".

Nota:180

EA 70: "O meu predecessor Paulo VI, com sábia inspiração punha em relevo que a "ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época". Justamente por isso, os Padres Sinodais consideraram que "a nova evangelização requer um esforço lúcido, sério e organizado para evangelizar a cultura". O Filho de Deus, quando assumiu a natureza humana, encarnou-se no âmbito de um determinado povo, embora a sua morte redentora tenha trazido a salvação a todos os homens, qualquer que seja a sua cultura, raça e condição. O dom do seu Espírito e o seu amor são destinados a todos e cada um dos povos e culturas para os unir entre si à imagem daquela perfeita união que existe em Deus Uno e Trino. Para que isso seja possível, é necessário inculturar a pregação, de forma que o Evangelho seja anunciado na linguagem e na cultura de quantos o ouvem. Simultaneamente, porém, é preciso não esquecer que só o mistério pascal de Cristo, suprema manifestação do Deus infinito na finitude da história, poderá ser válido ponto de referência para toda a humanidade peregrina à procura da unidade autêntica e da verdadeira paz.

O rosto mestiço da Virgem de Guadalupe constituiu, desde o início, um símbolo da inculturação da evangelização, da qual ela foi a estrela e a guia. Com a sua poderosa intercessão, a evangelização poderá penetrar no coração dos homens e mulheres da América, e permear as suas culturas transformando-as a partir de dentro".

Nota:181

Mi 52: "Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.

O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.

Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.

Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas, presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.

A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão ad gentes, as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os Pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização".

Nota:182

Veja capítulo II, nn. 88 ss deste documento - cf. também M. de C. Azevedo, verbete "**Inculturação**", in: René Latourelle e Rino Fisichella (Org.), Dicionário de Teologia Fundamental. Vozes, Petrópolis, - Santuário,Aparecida, 1994, 464-472 (Veja texto abaixo):

I**. Problemática**

1. **Semântica do termo:** Desde o Concílio Vaticano II e, sobretudo, desde o sínodo sobre a evangelização, em 1974, e a subseqüente publicação, por Paulo VI, de *Evangelii Nuntiandi* (08.12.1975), aprofundase, na reflexão teológica e na práxis eclesial, a sensibilidade à relação *fé* Esta relação vem sendo significada pelo termo *inculturação*. Esta não é um modismo teológico, missiológico ou pastoral, mas uma qualificação indispensável da *revelação,* da *evangelização* e da reflexão *teológica.* A *revelação* se fez efetivamente no contexto de um povo e no quadro evolutivo de sua formação sócio (Hb 1,1A *evangelização* deve igualmente levar em conta a realidade sócio tural muito diversificada de seus destinatários. A reflexão *teológica* sempre também se desenvolveu dentro e a partir de um universo sócioidentificável e que é significativo para a compreensão, interpretação e avaliação do que é teologicamente produzido.

Inculturação é um termo teológico, com uma conotação antropológicoDistinguedas noções puramente antropológicas de *aculturação* (processo de transformações de uma pessoa ou grupo humano, resultantes de seu contato com uma cultura que não é a sua), de *enculturação* (conceito análogo a socialização = processo de iniciação de uma pessoa ou grupo à sua própria cultura ou sociedade), de *transculturação* (termo que denota ou a presença de determinados elementos culturais através de várias culturas, ou a transferência etnocêntrica e unidirecional de elementos culturais de uma cultura dominante a uma outra cultura, em geral subordinada). Distinguetambém de *adaptação*, tomada como o ajustamento fenomenológico tanto do evangelizador (modos de ser e de agir), como da mensagem (tradução e expressão) à cultura destinatária.

Por inculturação designao processo ativo a partir de dentro mesmo daquela cultura que recebe a revelação através da evangelização e que a compreende e traduz segundo seu modo próprio de ser, de atuar e de comunicarPelo processo de evangelização inculturada lançano solo da cultura a semente evangélica. O germe da fé vem a desenvolverentão nos termos e segundo a índole peculiar desta cultura que o recebe.

A *inculturação*, pois, é um processo de evangelização pelo qual a vida e a mensagem cristãs são assimiladas por uma cultura de modo que não somente elas se exprimam através dos elementos próprios desta cultura, mas venham a constituirtambém princípio de inspiração, a um tempo norma e força de unificação que transforma, recria e relança esta cultura.

Inculturação, portanto, implica e conota sempre uma relação entre *fé* e *cultura(s)*, realidades que atingem e abraçam a totalidade da vida e da pessoa humana, no plano individual e comunitário. Por fé cristã entendeaqui não o assentimento racional a um corpo de idéias ou de doutrinas, nem a organização religiosa, sociologicamente identificável, de um conjunto de crenças ou de um sistema simbólico de rituais e disciplinas. Fé cristã é tomada aqui como a plena resposta existencial de aceitação dada por uma pessoa ou grupo humanos ao dom vivo de Deus em Jesus Cristo. Por *cultura,* entendeaqui não somente o grupo humano em si mesmo (dado etnológico) ou o fenomenológico descritível a seu respeito (dado etnográfico); nem só o conjunto de ação humana sobre a natureza ou o acervo de criações do espírito humano e suas expressões de todo tipo (arte, ciência e técnicas). Cultura é assumida aqui como o conjunto de sentidos e significações, de valores e modelos, subjacentes ou incorporados à ação e comunicação de um grupo humano ou sociedade concreta e por eles considerados expressões próprias e distintivas de sua realidade humana.

A *inculturação*, portanto, não é um ato, mas um processo, isto é, supõe e envolve história e tempo. É um processo ativo, que exige mútua acolhida e diálogo, consciência crítica e discer nimento, fidelidade e conversão, transformação e crescimento, renovação e inovação.

Inculturação supõe interação entre fé viva e cultura viva. Não é, pois, arqueologia cultural. O processo de evangelização inculturada não leva a absolutizar em abstrato uma cultura ideal ou a restaurar uma cultura histórica pretensamente válida, porém só na realidade de seu passado.

Inculturação supõe interação da fé com a(s) cultura(s) assim como esta(s) existe(m) ao vivo, em seu processo dinâmico, que integra tradição e mudança, fidelidade às origens e novas criações. Tampouco a inculturação se reduz a uma arqueologia teológica. A mensagem bíblico-evangélica, fiel a si mesma e ao Deus que se revela em e por Jesus Cristo, é, contudo, anunciada a pessoas e grupos concretos. As expressões, as ênfases, as formulações, as mediações de compreensão, pautampelos ritmos humanos. Elas hão de proporcionaraos contextos específicos da vida em que se processa a evangelização. Como nos mostra a pedagogia de Javé no Antigo Testamento, de Jesus e de Paulo, no Novo, e da Igreja, sob a ação do Espírito, ao longo da história, o processo de evangelização articula as dimensões de educação e de comunicação. Uma e outra pressupõem e implicam atenção ao interlocutor, a seu universo próprio, a seu contexto histórico, a seu nível de apreensão e capacidade de assimilação. Metodologicamente, pois, não pode haver um modo único e uniforme de evangelizar. Evangelizador e evangelizando são ambos sujeitos do processo e devem estar atentos aos respectivos quadros históricorais e à peculiar ação do Espírito Santo.

Inculturação, finalmente, não é um processo que privilegia a evangelização da cultura em detrimento ou substituição da evangelização da sociedade. Cultura e sociedade são conceitos e realidades distintos. Mas toda cultura tem expressões sociais. Toda sociedade repousa sobre pressupostos culturais que ela escolhe e propugna, transmite e implementa. Pode haver maior ou menor coincidência entre o húmus cultural de um grupo humano e o quadro concreto de suas mediações e instituições sociais. Pode também haver ruptura e discrepância entre as duas realidades. Na evangelização inculturada, pois, está implicada a relação féA evangelização inculturada não se dá, portanto, apenas na transferência ou modificação de linguagens e métodos, de ritos e símbolos, de organização e normas, de modos externos de fazer e de expressarEla deve ir mais longe e atingir os alicerces, as raízes da cultura (EN 19), isto é, seus sentidos e critérios, sua visão de mundo, a inspiração tácita ou patente, mas realmente determinante, da práxis sóciodeste grupo humano e que se traduz na elaboração dinâmica e nas transformações históricas de seu ethos sócioA evangelização incultura da toca assim o nível mais profundo da realidade humana, no plano individual ou social. Ela se faz, pois, ao nível da pessoa e a partir dela, tendo presentes as complexas redes de relações entre as pessoas e delas com Deus (EN 20), numa dinâmica de conversão individual e comunitária. Ela se faz também em todo o alcance das expressões éticas da fé, que trazem consigo a exigência de transformação e aperfeiçoamento das estruturas da sociedade.

2. **Fundamentação Biblico-teológica da inculturação:** O fato em si da inculturação é tão antigo quanto a própria história da salvação. A relação de Deus com a humanidade e, particularmente, com o povo de Israel, é um atestado dessa revelação que Deus faz de si como um dom gratuito, mas que faz levando em conta contextos sóciobem definidos. A inculturação pressupõe a universalidade do plano salvífico de Deus e a capacidade potencial de resposta a Deus por parte de todos os seres humanos, a partir da diversidade sócio-cultural em que vivem. Neste sentido, é paradigmática a realidade histórica do povo de Israel. Há uma multiplicidade de culturas que entram na elaboração sócio-cultural deste povo e se traduzem na realidade nômade ou sedentária de suas tribos. Deus se serve desta pluralidade cultural (Mesopotâmia, Egito, Canaã, Pérsia, judaísmo póshelenismo, judaísmodio, cultura grecopara veicular à humanidade facetas várias de seu mistério. Deus faz mesmo um uso não simultâneo, mas suces sivo destas culturas, sem que a sucessão implique em rejeição, negação ou substituição do estágio anterior. Há um processo contínuo e descontínuo, interativo e integrativo, entre os vários elementos culturais, processo que fará de Israel um referencial. históricoimportante e inconfundível, para o processo de inculturação. Esta manifestação de Deus se faz a partir da realidade mesma da vida do povo e da evolução na compreensão que este povo vai tendo de si mesmo e de seu Deus. Este se comunica ao povo por pessoas, situações, acontecimentos, expressões contingentes e relativas (DV 13). Por um lado, não se pode absolutizar uma cultura, nem mesmo Israel, como forma única e fixa de expressar a revelação de Deus, embora Israel permaneça um referencial indispensável e decisivo, precisamente porque neste povo se deu a inculturação do próprio Deus, em Jesus Cristo. Por outro lado, não se pode excluir qualquer cultura de sua condição potencial de ser de algum modo portadora da revelação, como não se pode privilegiar uma cultura como mediação preferencial da revelação. Esta afirmação se alicerça na fé e se apóia na realidade efetiva da história da salvação. Vai, portanto, para além da eqüidade em relação às culturas, postulado da antropologia cultural.

A inculturação é, pois, um problema de ordem teológica, embora servido pela constatação e análise antropológica da multiplicidade das culturas, como expressão diversa da profunda unidade humana.O Verbo que é Deus, e sem deixar de sêfazplenamente homem em *Jesus Cristo* (Jo 1,1Traduz e realiza assim, pela

encarnação, a forma primogênia e mais radical de inculturação. A encarnação se realiza num espaço e tempo culturais definidos e por aí nos dá o alcance teológico do povo de Israel e a inspiração fundamental de todo processo de inculturação. Pela encarnação, a natureza divina assume a natureza humana: Deus se faz homem; relação de natureza a natureza. Pela inculturação, a natureza divina traduzpor este *homem*, neste povo, nesta cultura, neste grupo humano, nos quais se situa, neste tempo e neste espaço, este indivíduo humano, que é Jesus. Pela encarnação, o Verbo feito homem em Jesus é homem como o são todos os seres huma nos. Pela inculturação, o Verbo se faz homem, como o são alguns seres humanos, na realidade diversificada de sua cultura e sociedade: os judeus daquele tempo de Jesus. Historicamente, em Jesus, o Verbo fezigualmente e ao mesmo tempo homem(nível da natureza) e homemmano (nível da cultura), porque judeu.

A inculturação que hoje se faz pelo processo de evangelização é como uma réplica daquela inculturação que em Jesus se realizou existencialmente. Fundamentada teológica e cristologicamente no mistério da encarnação, a inculturação se projeta na evangelização como expressão da missão. Por sua vez, Jesus, fortemente enraizado em sua própria cultura, mantém, contudo, em relação a ela uma liberdade crítica: nela assume e confirma o que é evangelicamente válido; nela corrige ou reorienta, numa dinâmica de conversão e de transformação, o que nela se desviou ou perverteu, atuando assim o plano salvífico de Deus. Este discernimento sobre a cultura, a do evangelizador como a do evangelizando, é indispensável na inculturação e inerente a ela. Com efeito, enquanto realidade humana, toda cultura é apenas uma entre mui tas e participa dos limites que marcam o ser humano, no plano ontológico e psicológico, moral e teológico. Nenhuma cultura, pois, pode ser absolutizada como veículo adequado e único da revelação. Em toda cultura há espaço e deve haver exigência de conversão, transformação e crescimento. O processo de implantação da *Igreja* em seus primórdios e ao longo dos primeiros séculos de sua história revela igualmente uma grande abertura às culturas e um constante proporcionara elas. Semítica em sua origem, a Igreja implantará comunidades na diáspora e o fará dentro de um amplo processo de mediação cultural. Primeiro, através da fixação escrita, pelos evangelistas, dos conteúdos da nova aliança, em expressão narrativa grega. Segundo, na fixação doutrinal e conciliar do mistério cristão, em sua expressão racional e cultural grega. Na simbiose grecodo Império, os Santos Padres bem como o Monarquismo oriental e ocidental vão alicerçar, em termos de cultura latina e helenística, a teologia, a espiritualidade e a ação pastoral de praticamente todo o primeiro milênio de nossa era cristã. Por aí se concretizou o grande e talvez o único processo pleno de inculturação da fé cristã, na medida em que esta fé se assimilou e se reexprimiu, de fato, a partir dos elementos e do gênio próprio da cultura que foi evangelizada. A lenta incorporação cristã dos povos nórdicos (bárbaros) e eslavos, embora atenta a suas culturas e receptiva a elas em muitos aspectos, se fará já em boa parte condicionada por este molde cristão de extração cultural greco

Nos primeiros séculos do segundo milênio, a Igreja será decisiva no constituir a grande síntese pluricultural do Ocidente europeu, que tem no cristianismo medieval seu catalisador e se vai logo tornar a cultura cristãEla será o referencial da evangelização de praticamente três quartas partes do segundo milênio. Será considerada como expressão preferencial e, não raro, legitimada como única portadora válida da revelação. A reação à Reforma Protestante e o movimento missionário a partir da ContraReforma, que coincide com o descobrimento, colonização e evangelização de novos continentes, serão, ao mesmo tempo, o esforço de construir a unidade cristã universal sobre a uniformidade cultural do Ocidente e a difusão da mensagem evangélica nos termos exclusivos desta única cultura, ao preço do eclipse, da repressão ou da supressão da dimensão cultural de outros povos.

Podemos dizer, portanto, que, do fato *teológico* da inculturação bíblica, passamos ao fato *cristológico* da inculturação dos primeiros séculos da era cristã. Na vertente final do primeiro milênio e em boa parte do segundo, surge e se impõe, no Ocidente e, a partir dele, em várias partes do mundo, o fato *histórico* da hegemonia cultural cristã. A cristalização e difusão deste modelo cultural como veículo privilegiado e mesmo único da evangelização leva à retração e ao desaparecimento da inculturação. Reforçao predomínio de uma aculturação e transculturação hegemônica da influência ocidental com uma conseqüente dissociação entre fé e cultura, entre fé cristã em sua veste cultural ocidental e a multiplicidade de culturas que entram na consciência da história mundial. Para os povos não europeus, abraçar a fé significará sempre mais abrir mão da própria cultura e internalizar o quadro cultural ocidental dentro do qual é proposta esta fé. Paulo VI dirá que a dissociação entre a fé e a(s) cultura(s) é o drama de nosso tempo, como o foi de outras épocas (EN 20).

3. **A nova consciência da necessidade de Inculturação:** Três fatores sobretudo vão influir para o ressurgir da consciência eclesial sobre a necessidade de inculturação: a experiência diversificada de uma igreja efetivamente mundial; a valorização das igrejas locais e suas conseqüências; a reabilitação ou reemergência de culturas longamente reprimidas ou oprimidas, pela constituição dos estados nacionais ou pelo processo de colonização.

a. Consciência de uma Igreja Mundial Contrariamente aos Concílios de Trento e do Vaticano I, o Concílio Vaticano II teve a presença significativa de bispos de todo o mundo. Este é um mundo que, após a Segunda Guerra Mundial, se tornou consciente tanto de sua unidade planetária, como de sua profunda diversidade. Embora a teologia do Vaticano II tenha sido formulada preponderantemente em termos europeus, as decisões do Concílio e sua gradual implementação refletiram muito a presença ampla e múltipla da Igreja. Isto se tornaria sempre mais claro a partir dos sínodos mundiais dos bispos, entre os quais cabe destacar, sob este aspecto, os sínodos sobre a justiça (1971), sobre a evangelização (1974) e sobre a catequese (1977). Os três revelaram esta dimensão geográfica e culturalmente mundial que caracteriza a Igreja nesta segunda metade do século XX.

Neste contexto, já antes do Concílio Vaticano II e sobretudo nele e a partir dele, duas posições teológicas fundamentais se consolida ram e tiveram imenso alcance sobre a recente caminhada histórica da Igreja e, portanto, da fé cristã no mundo.

A primeira posição, centrada em *Lumen Gentium*, irradiasobre vários outros documentos conciliares. Ela focaliza uma Igreja-em-relação, disposta ao diálogo, aberta à diversidade da busca de Deus pelos seres humanos e à múltipla concretização deste esforço (*Ad Gentes*). É uma igreja sensível, portanto, à dimensão ecumênica entre as tradições e denominações cristãs (*Orientalium Ecclesiarum e Unitatis Redintegratio*), à relação com as religiões nãotãs (*Nostra Aetate*), o que conduz a uma colocação nova tanto de sua perspectiva

missionária (*Ad Gentes*) como da índole e qualidade mesma de sua presença no mundo (*Dignitatis Humanae, Apostolicam Actuositatem e Gravissimum Educationis*) e de sua intercomunicação com ele (*Inter Mirifica*).

A segunda posição, centrada em *Gaudium et spes*, explicita e reforça sobretudo a relação entre Igreja e Mundo. Ela o faz particularmente através de uma chave analítica e hermenêutica que é a *cultura.* Esta é tomada em uma perspectiva que, além do enfoque filosóficodominante no século XIX e em boa parte ainda da reflexão teológica, integra e sublinha a contribuição atual das ciências so ciais. Por aí, precisamente, deitaluz sobre a multiplicidade e diversidade das *culturas*. Há uma revalorização da importância da relação da fé à cultura e às culturas. Usada no singular, a *cultura* é vista tanto como presença e ação do ser humano sobre a natureza quanto como criação do espírito humano. Um destaque fundamental é dado à relação entre a fé e a cultura moderna, numa visão otimista, que contrasta com a diuturna ruptura entre Igreja e Mundo e a divergente evolução de ambos nos últimos cinco séculos. Usada no plural, a palavra culturas põe em relevo principalmente a diversidade tanto de etnias e formações sociais, como de sentidos, valores e visões de mundo coem um mundo complexo e plural.

A consciência, pois, de ser uma Igreja efetivamente mundial, na experiência vivida de uma realidade pluricultural, encaminha a Igreja para uma nova sensibilidade à necessidade de inculturação.

b. *A valorização das igrejas locais* Este segundo fator decorre também de uma posição teológica primordial de *Lumen Gentium:* a importância da colegialidade episcopal e, portanto, da identidade e autonomia relativa das igrejas locais *(Christus Dominus, Presbyterorum Ordinis)*. Uma das principais conseqüências deste processo foi a proximidade maior entre os pastores e os fiéis, com uma percepção mais aguda de suas situações e problemas, necessidades e aspirações, uma atitude eclesial muito presente nos primórdios cristãos e ao longo de boa parte do primeiro milênio. As conseqüências principais deste enfoque eclesiológico do Vaticano II foram: a leitura contextualizada do próprio concílio, como atestado, por exemplo, nas assembléias episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979) para a realidade latino-americana, mas com ampla repercussão sobre toda a igreja; a realização dos sínodos mundiais, pondo em relevo a variedade de solicitudes pastorais em decorrência das diversidades históricas e sócio-culturais das regiões, a crescente individuação das conferências episcopais nacionais, regionais ou continentais, com tratamento específico de problemas afins, como, por exemplo, a diversa abordagem da questão nuclear pelo episcopado norte-americano, alemão e francês respectivamente às situações e responsabilidades de seus países; a multiplicação de elaborações teológicas diversificadas, em consonância com a sensibilidade às realidades várias da América Latina, da África, de áreas distintas da Ásia, como Índia e Filipinas, por exemplo; o enfoque teológico e pastoral de realidades transculturais, como as culturas do jovem, da mulher, do negro e outras, gerando leituras específicas da Bíblia e da Tradição, em função dos reclamos próprios das várias realidades vividas; a tudo isto se deveria acrescentar a experiência cultural direta de Paulo VI, mas sobretudo de João Paulo II, através de suas viagens pastorais. É sabido quanto a preparação destas viagens e sua realização tem contribuído, muito mais do que o poderia fazer o funcionamento burocrático e postal do Estado Cidade do Vaticano ou da Santa Sé, para o conhecimento, a análise e a interpretação da enorme variedade de realidades culturais-eclesiais, que são o cotidiano dos fiéis cristãos em várias partes do mundo.

É relevante a real ou potencial repercussão posterior destas viagens na interação entre o Papa e os Episcopados respectivos. Este acervo de dados e o desenvolvimento de novas percepções eclesiais, em decorrência da valorização da colegialidade e das igrejas locais, tornou imperativa a perspectiva de inculturação e ainda está longe de valorizar todo o seu alcance a serviço do povo de Deus.

c. A reabilitação ou reemergência de culturas Este é um fator por si extrínseco à vida da Igreja, mas que teve sobre ela grande alcance.

Em primeiro lugar os estudos de antropologia cultural e social durante os últimos cem anos deram ao mundo um conhecimento mais aprimorado da diversidade das etnias e de seus pressupostos históricos e culturais. Já anteriormente ao Concílio Vaticano II, a lenta assimilação destes novos dados pela Igreja foi reorientando sua sensibilidade missionária. A reformulação do vocabulário missiológico, através da evolução semântica, por palavras como trans plantação, adaptação, acomodação, encarnação, inserção, indigenização, contextualização, inculturação, revela toda uma nova compreensão da relação evangelizadorem função de uma perspectiva eclesiológica que decorre do novo enfoque antropológico de revalorização das identidades culturais.

Em segundo lugar, o tramonto dos impérios e do processo de colonização política em vários continentes levou à independência de jovens nações, especialmente na África, na Ásia e na Oceania. Ainda que nem sempre tenham sido respeitadas as fronteiras culturais no desenho de unidades políticas, este processo representou um reassumir de identidades culturais reprimidas pela colonização. Quase sem exceção este fato repercutiu sobre as relações entre a Igreja e estas novas situações de fiéis seus, tendo como conseqüências principais a implantação de um clero e episcopado autóctone, o desenvolvimento de laicatos militantes e toda uma revisão dos processos educativos, pastorais e promocionais da igreja nestes países.

Em terceiro lugar, a tomada de consciência de minorias culturais reprimidas por ocasião da formação dos estados nacionais no mundo ocidental suscitou a participação da Igreja e sua nova sensibilidade a realidades hibernadas por séculos, como foi o caso dos bascos e catalães, na Espanha, do Québec, no Canadá, as situações análogas na Europa Central e, mais recentemente, dos hispanos, nos Estados Unidos.

Em quarto lugar, a própria viabilização da relação intercultural, seja através da comunicação e informação, seja do desenvolvimento acelerado da indústria turística, ao mesmo tempo que unificou ou aproximou o mundo, por um lado, revelou, por outro lado, a irredutível diversidade cultural das populações deste mesmo mundo. A própria difusão hegemônica da cultura moderna ocidental que, a certa altura, havia levantado a hipótese do rápido encaminhamento a uma cultura universal homogênea vai revelando precisamente o contrário, isto é, uma crescente disposição de salvaguarda da diversidade e das autonomias culturais e subculturais específicas. O fenômeno recente da desocidentalização progressiva do Extremo Oriente, junto com seu desenvolvimento e crescente participação nas economias ocidentais é um dado significativo desta transformação. Este dado foi precedido pelo tramonto dos impérios colonizadores e conseqüente surto de independência de vários países ou criação de novos, principalmente na Africa, na Ásia e na Oceania. Na África, este movimento foi marcado por uma retomada cultural. A paciente preservação de uma rica tradição oral vem contribuindo para a revalorização do patrimônio e identidade culturais. Já na Ásia, a densidade de várias tradições escritas, intimamente ligadas a

religiões milenares, permitiu se conservassem perfis culturais bem definidos, que prevaleceram, de resto, como grandes maiorias populacionais em face de minorías cristãs.

Esta diversificação de situações coloca à inculturação problemas específicos, de ordem antropológica e teológica, em cada uma destas áreas culturais, como nos vem mostrando a experiência, a pesquisa e a bibliografia sempre mais abundante a respeito.

Finalmente, cumpre ressaltar a criação e o desempenho de fóruns internacionais pluriculturais, como a ONU e suas subsidiárias, UNESCO, FAO, UNICEF, etc., ao lado de instâncias particulares como as organizações internacio nais e pluriculturais de todo gênero, assim como os congressos e convenções internacionais de natureza temática ou corporativa. Tudo isto tem revelado a experiência e a consciência da diver sidade cultural e da impossibilidade real de unidades hegemônicas construídas sobre a uniformidade ou a partir de uma inconsciência ou subestima da diversidade sócioca tão patente no mundo atual. Esta reemergência e revalorização das culturas é uma outra via de acesso da Igreja à consciência da urgência de inculturação e à reelaboração construtiva de uma relação entre fé e cultura.

4. **Elementos indispensáveis numa evangelização Inculturada:** A conceituação de *cultura* acima proposta, como o conjunto de sentidos e significações, de valores e modelos subjacentes e ou incorporados à ação e comunicação de um determinado grupo humano, é antropologicamente bem fundada e teologicamente operativa. Com efeito, ela se pode aplicar tanto às macroculturas (culturas nacionais ou étnicas), como às microculturas (peque nos grupos, guetos urbanos, etc.), como, finalmente, a todo tipo de subcultura (organizações e instituições, conjuntos transculturais individuados, como a cultura dos jovens, dos pobres, das mulheres, dos campesinos, etc.). Neste último sentido, uma universidade, uma ordem religiosa, um partido político ou uma organização sindical é e tem de certo modo uma *cultura*, isto é, distingue-se por um conjunto de sentidos e significações, de valores e modelos, uma percepção e visão de mundo, através da qual precisamente se afirma sua identidade, em si mesma e em relação a outros grupos humanos.

A *inculturação,* pois, como processo de evangelização que articula fé e cultura, não se limita apenas à evangelização de grupos e comunidades às quais o evangelho não fora anteriormente anunciado (aos territórios de missão ou às missões estrangeiras, no vocabulário pré-conciliar. A inculturação deve qualificar todo e qualquer processo de evangelização, seja em relação a grupos humanos de tradição ou origem cristã em sua formação cultural (como a maior parte dos países ocidentais, marcados hoje pela cultura moderno-contemporânea), seja em relação a grupos sem um passado cristão anterior ou determinante em sua formação cultural (como a maioria das regiões da Ásia, da África e da Oceania), seja, enfim, em relação a subculturas no interior de cada um destes grupos (como organizações, instituições, regiões específicas, grupos transculturais).

A razão desta afirmação está precisamente no fato de que, pela inculturação, se relacionam fé viva e cultura viva, marcadas ambas pelo dinamismo de transformação e crescimento. Um verdadeiro processo de evangelização, pois, estará sempre atento a uma tríplice dimensão.

Primeiro, não existe um núcleo evangélico em abstrato, que possa ser isolado e transmitido de uma cultura a uma outra cultura. O que, de fato, existe, é a mensagem evangélica já concretamente inculturada em alguma cultura, no caso, a cultura que evangeliza, propondo a mensagem a uma outra cultura, a que está sendo evangelizada. Neste sentido, o propor ou transmitir a mensagem (evangelizar) assim como o recebê-la e assumi-la (ser evangelizado) é uma interação de culturas. A fé que leva a propor a mensagem e a fé que resulta da acolhida da mensagem é a mesma fé (isto é, a plena resposta existencial de aceitação dada por uma pessoa ou grupo humanos ao dom vivo de Deus em Jesus Cristo), mas será uma fé culturalmente qualificada e, portanto, diferenciada em sua percepção e expressão.

Segundo, nesta relação entre culturas, que é o processo de evangelização, tanto o evangelizador, como o evangelizando são sujeitos ativos.

A evangelização, portanto, não é simplesmente uma transmissão ou tradução unilateral da mensagem evangélica, nos termos da cultura que evangeliza. Não é mera adaptação extrínseca ou superficial, no plano apenas fenomenológico da expressão. Não é tampouco a recepção passiva desta mensagem, assim como veiculada pelo evangelizador. A evangelização é o processo de interação dialogal entre as duas culturas, a do evangelizador e a do evangelizando, diálogo que se faz em função da mensagem. A evangelização inculturada, portanto, é um processo crítico de discernimento em relação tanto à cultura do evangelizador como à cultura do evangelizando. Não se pede ao evangelizador que renuncie a sua própria cultura, mas que seja consciente da identidade que a caracteriza no modo próprio de perceber e viver a mensagem evangélica e não imponha este modo como veículo obrigatório da mensagem. Pedeademais, que ajude o evangelizando a ativamente compreender, as similar e expressar a mensagem a partir da identidade da cultura dele, evangelizando, nos termos e segundo o gênio desta cultura.

Terceiro: porque a evangelização inculturada é um processo de relação entre culturas em função da mensagem evangélica, é importante ter presente que, na concreta realidade da história, a relação entre culturas não é, em geral, simétrica ou igualitária, mas assimétrica. As culturas não se relacionam como pares, mas como culturas dominantes e culturas subordinadas. Isto é assim no plano político e econômico, social e militar, e o foi, por certo, também no plano eclesial, como o comprova a evangelizaçâo sobretudo nos últimos cinco séculos. Toda forma de relação entre culturas relação de aculturação, transculturação ou inculturação deve estar aberta à suspeita da possibilidade real de dominação de uma sobre a outra. Essas relações interculturais, portanto, não serão por si mesmas relações naturalmente tranqüilas e fáceis. Serão, pelo contrário, relações marcadas pela tensão, conflito e perplexidade. Daí a necessidade de discernimento, que visa a purificação e a libertação dos elementos de imposição e pressão, de poder e violência. O processo de evangelização inculturada, como expressão de relação entre culturas em vista da fé, é um processo dialético de libertação de ambas as culturas, a do evangelizador e a do evangelizando, para que haja espaço livre para a ação do Espírito sobre os sujeitos da evangelização, no propor a mensagem e no suscitar sua acolhida pela fé. Corn efeito, a fé, resultado final da evangelização, não é uma conquista do esforço humano, nem o produto de um método, mas o dom gratuito de Deus que se manifesta e comunica. O verdadeiro processo de evangelização inculturada é, pois, também um processo libertador da cultura. Por sua vez, só será autêntico o processo de evangelização libertadora e transformadora da sociedade se for também um processo inculturado. Não há, pois, contradição, mas complernentaridade integrada entre as temáticas teológicas da *inculturação* e da *libertação*. Uma exige a outra.

5. **Dados elementares de um modelo de inculturação:** O Evangelho não pode ser identificado com as culturas, mas não é independente delas, seja porque foi revelado no contexto de uma cultura (Israel), seja porque ao longo da história tem sido vivido em contextos culturais concretos (Tradição), seja, enfim, porque as pessoas às quais é proclamado estão inseridas em culturas específicas. O Evangelho, contudo, não se confunde com nenhuma cultura particular, mas se destina a todas as culturas e pode por todas ser acolhido e animá-Ias todas. Ele não surge como produto espontâneo de qualquer cultura, mas é transmitido sempre a partir de um diálogo apostólico que está inevitavelmente associado a um diálogo entre culturas concretas. São numerosos os *modelos de evangelização*, que se têm proposto nos estudos missiológicoNa perspectiva de uma evangelização inculturada, os seguintes dados parecem imprescindíveis. As quatro etapas que se seguem são analiticamente distintas, embora possam desenvolverde modo integrado e até simultâneo.

Primeira etapa. Identificação antropológica da cultura. É fundamental o conhecimento dos traços principais da identidade da cultura a evangelizar, das mediações, canais e veículos que exprimem e nos quais estão incorporados os sentidos, valores e critérios que caracterizam a visão de mundo, a ação e comunicação desta cultura. Os membros da cultura são a fonte principal deste conhecimento, mas podem ser completados por outras fontes e documentos, sobretudo em relação ao que é por eles vivido espontânea e inconscientemente. Este conhecimento antropológico precede o conhecimento teológico da cultura: como Deus atuou e está presente na vida e história desta cultura antes da chegada e iniciativa do evangelizador? Onde se encontram os vestígios de Deus, as marcas latentes ou patentes de seu amor na história deste povo ou deste grupo humano? Os critérios para esta leitura teológica são o Homem e Jesus Cristo. As eventuais dúvidas sobre a validade dos critérios relativos ao Homem perplexidades naturais em contextos pluralistas terão sua possível solução na referência ao Homem -Jesus Cristo. O que na cultura corresponde a esses critérios pode ser conservado assim como se expressa no código da cultura. Como, a partir daí, se pode proceder e caminhar com os membros da cultura? Como respeitarlhes a identidade e o ritmo, em vista da gradual e crescente acolhida por eles da mensagem evangélica?

Segunda etapa. Como já foi dito, o limite é inerente a toda realidade humana, pessoal ou cultural. Há sempre desvios reais em relação à teleologia fundamental do bem do ser humano para o qual, em princípio, deveria orientara cultura. Estas perversões ou inflexões da cultura são nela a marca existencial do pecado, da fragilidade, da incoerência. O processo de inculturação, assim como identificou antes as sinto nias profundas entre a cultura e o evangelho, deve criticamente individuar e discernir as *incompatibilidades* entre ambos. Pode haver incompatibilidades *absolutas* de ordem moral, estrutural ou funcional, tais como, p. ex.: a violência, a injustiça, a opressão, a discriminação, legitimadas e, não raro, até mesmo institucionalizadas pela cultura. Pode haver práticas culturais incompatíveis com a dignidade humana ou com o ensinamento de Jesus Cristo. Há também incompatibilidades *relativas* entre o evangelho e modalidades concretas de tal ou tal cultura. São aspectos em que não se necessita de convers ão ou ruptura, como no caso anterior. Requer-se, porém, reorientação ou uma melhor explicitação de meios que ajudem a cultura a redescobrir ou retomar sua própria teologia (p. ex.: a posição de Jesus em relação ao sábado). A mensagem evangélica pode também abrir à cultura uma perspectiva de crescimento na direção de sua orientação original (p. ex.: as contraposições de Jesus no Sermão da Montanha entre as exigências da antiga e da nova lei).

Estas duas primeiras etapas num modelo básico de evangelização inculturada ocupamcom a cultura assim como é, em sua realidade humana, concreta e presente. Nela buscam as sintonias existentes ou as correções e aperfeiçoamentos necessários ou possíveis em relação à acolhida e assimilação interativa do evangelho, na fidelidade seja a ele, seja à identidade cultural. Estabelecepor aí a relação *dialogal* e *dialética* entre fé e cultura, a que já nos referimos. A homologação (primeira etapa) ou a reorientação da cultura (segunda etapa), à luz do Homem e de Jesus Cristo, é já uma forma implícita de *proclamação*, que permanece, contudo, no horizonte imanente da própria cultura.

Terceira etapa. Aqui se dá então o anúncio explícito aos sujeitos da cultura daquilo que é para eles o *dom*, a novidade em relação à cultura. Este dom transcende o alcance imanente, próprio da cultura, aquilo que ela pode atingir por si, no desdobramento máximo de seu potencial humano. Este dom é feito por Deus a todas as culturas humanas em e por Jesus Cristo. É um dom que não deve violentar nem desfigurar as culturas. Pelo contrário, há de levátanto otimização de seu alcance imanente, na plena realização de sua virtualidade humana, individual e social, quanto à transcendência deste plano, na plena abertura da cultura para Deus. Nesta terceira etapa tem lugar a proclamação explícita do evangelho e o anúncio de seu projeto e identidade, à luz da totalidade do mistério de Jesus Cristo.

Quarta etapa. Este anúncio é feito a partir uma comunidade que acolheu o evangelho e procura vivêe partilhar com outros o dom que ele representa. Esta comunidade de fé é a Igreja. Ela é a portadora da BoaNova, este dom que é manifestado à cultura na terceira etapa. Mas a Igreja é, também ela, parte do mesmo dom, parte daquilo que é anunciado. De fato, a acolhida e a vivência da fé cristã se fazem sempre em comunidade. Neste sentido, a progressiva evangelização de uma comunidade humana concreta, que é a tal cultura, vai leváa ser também, enquanto grupo cultural específico, parte da comunidade evangélica dos que crêem e partilham a fé, na esperança e no amor.

O processo evangelizador que se desdobra segundo este modelo elementar supõe naturalmente o testemunho (martýrion) coerente e confiável dos que já vivem a mensagem e a trazem à cultura. Implica não menos a interação *dialogal* com os membros da cultura (*koinõnía*). Envolve o potenciamento do serviço para o crescimento humano e cristão dos membros da cultura (diakonía). Conduz ao *anúncio* propriame nte dito da mensagem evangélica, como *dom* gratuito de Deus, em e por Jesus Cristo (*mystêrion*), a ser vivido na *comunidade de fé eclesial* (*ekkIesía*).

O resultado deste processo no tempo é a crescente inculturação da fé. É a criação nova de uma comunidade a um tempo *cultural*, na fidelidade integrada às inspirações fundamentais da cultura e da fé, do Homem e de Jesus Cristo. Este resultado se caracterizará por suas mediações e expressões de ação e comunicação. Elas terão uma identidade peculiar, enquanto são tributárias de raízes culturais específicas. Mas elas se encontrarão também numa unidade profunda, enquanto todas estas comunidades culturaisse inspiram na mesma fé, que se faz fonte e alimento de sua comunhão e relação intercultural. Realizaassim a unida de da fé e da Igreja. Esta unidade repousa não sobre a *uniforrmidade* de um único paradigma cultural, eventual mediador preferencial ou exclusivo da fé, indevidamente imposto, de fato, às várias culturas. É antes, uma *unidade* que se constrói sobre

a *diversidade* consciente das culturas, impregnadas, porém, do mesmo evangelho e por ele reconfiguradas à luz da novidade gratuita do dom".

Nota:183

DSD: "243. A ação de Deus, através do seu Espírito, dá-se permanentemente no interior de todas as culturas. Na plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho Jesus Cristo, que assumiu as condições sociais e culturais dos povos e se fez em tudo como nós, com exceção do pecado (Hb 4,14; cf. GS 22).

A analogia entre a encarnação e a presença cristã no contexto sociocultural e histórico dos povos suscita para nós o problema teológico da inculturação. Esta inculturação é um processo que vai do Evangelho ao coração de cada povo e comunidade com a mediação da linguagem e dos símbolos compreensíveis e apropriados segundo o juízo da Igreja.

Uma meta da Evangelização inculturada será sempre a salvação e libertação integral de determinado povo ou grupo humano, que fortaleça sua identidade e confie em seu futuro específico, contrapondo-se aos poderes da morte, adotando a perspectiva de Jesus Cristo encarnado, que salvou o homem partindo da fraqueza, da pobreza e da cruz redentora. A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força esmagadora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna.

244. A América Latina e o Caribe configuram um continente multiétnico e pluricultural. Nele convivem, em geral, povos aborígenes, afro-americanos, mestiços e descendentes de europeus e asiáticos, cada qual com sua própria cultura que os situa em sua respectiva identidade social, segundo a cosmovisão de cada povo. Eles buscam, porém, uma unidade a partir da identidade católica.

245. Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das sementes do Verbo que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. ibid.).

A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias.

246. As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão marcadas por uma constante resistência à escravidão. Estes povos, que somam milhões de pessoas, têm também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença do Deus criador.

Durante os quatro séculos passados, é indubitável que vários milhões de africanos negros foram transportados como escravos, violentamente arrancados de suas terras, separados de suas famílias e vendidos como mercadoria. A escravidão dos negros e a matança dos índios foram o maior pecado da expansão colonial do Ocidente. Infelizmente, no que se refere à escravidão, ao racismo e à discriminação, houve batizados que não se mantiveram alheios a essa situação.

247. Como o assinalou vigorosamente o Documento de Puebla, nos povos que são fruto da mestiçagem racial, tem-se desenvolvido uma cultura mestiça particular, na qual está muito vigente a religiosidade popular, como forma inculturada do catolicismo. Coexistem, no entanto, o descumprimento de deveres cristãos ao lado de admiráveis exemplos de vida cristã e um desconhecimento da doutrina ao lado de vivências católicas enraizadas nos princípios do Evangelho.

Nas expressões culturais e religiosas de camponeses e de habitantes das periferias urbanas, reconhece-se grande parte do patrimônio cristão do continente e uma fé arraigada dos valores do Reino de Deus.

248. Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:

1. Para com nossos irmãos indígenas:

- Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.
- Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.
- Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.
- Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais , que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.
- Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentes.
- Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino.

249. 2. Para com nossos irmãos afro-americanos:

Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a Igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos (cf. ibid.).

Pela mesma razão, a Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores; como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã (discurso do Papa João Paulo II aos Afro-americanos em São Domingos).

Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas (Ib.).

250. 3. Desenvolver a consciência da mestiçagem, não só em nível racial, mas também cultural, que caracteriza as grandes maiorias em muitos dos nossos povos, pois está vinculada à inculturação do Evangelho.

251. Para uma autêntica promoção humana, a Igreja quer apoiar os esforços que estes povos fazem para ser reconhecidos como tais pelas leis nacionais e internacionais, com pleno direito à terra, às suas próprias organizações e vivências culturais, a fim de garantir o direito que têm de viver segundo sua identidade, sua própria língua e seus costumes ancestrais, e de se relacionar em plena igualdade com todos os povos da terra.
Portanto assumimos os seguintes compromissos:
- Superar a mentalidade e a práxis do desenvolvimento induzido do exterior, em favor do autodesenvolvimento, a fim de que estes povos sejam artífices do seu próprio destino.
- Contribuir eficazmente para deter e erradicar as políticas tendentes a fazer desaparecer as culturas autóctones como meios de forçada integração; ou pelo contrário, políticas que queiram manter os indígenas isolados e marginalizados da realidade nacional.
- Empulsionar a plena vigência dos direitos humanos dos indígenas e afro-americanos, incluindo a legítima defesa de suas terras.
- Como gesto concreto de solidariedade em favor dos camponeses, indígenas e afro-americanos, apoiar a Fundação Populorum Progressio, instituída pelo Santo Padre.
- Rever completamente nossos sistemas educacionais, para eliminar definitivamente todo aspecto discriminatório no que diz respeito a métodos educativos, volume e investimento de recursos.
- Fazer o possível para que se garanta aos indígenas e afro-americanos uma educação adequada a suas respectivas culturas, começando inclusive com a alfabetização bilíngüe".

Nota:184

DSD: "252. Embora realidade pluricultural, a América Latina e o Caribe estão profundamente marcados pela cultura ocidental, cuja memória, consciência e projeto se apresentam sempre no nosso predominante estilo de vida comum. Daí o impacto que a cultura moderna e as possibilidades a nós atualmente oferecidas por seu período pós-moderno produziram em nossa maneira de ser.
A cultura moderna se caracteriza pela centralidade do homem; os valores da personalização, da dimensão social e da convivência; a absolutização da razão, cujas conquistas científicas e tecnológicas e informáticas têm satisfeito muitas das necessidades do homem, ao mesmo tempo que têm buscado autonomia em relação à natureza, a qual domina; em relação à história, cuja construção ele assume; e inclusive em relação a Deus, do qual se desinteressa ou relega à consciência pessoal, privilegiando exclusivamente a ordem temporal.
A pós-modernidade é o resultado do fracasso da pretensão reducionista da razão moderna, que leva o homem a questionar tanto alguns êxitos da modernidade como a confiança no progresso indefinido, embora reconheça, como o faz também a Igreja (GS 57), seus valores.
Tanto a modernidade, com seus valores e contravalores, como a pós-modernidade enquanto espaço aberto à transcendência, apresentam sérios desafios à evangelização da cultura.
253. Ruptura entre fé e cultura, conseqüência do fechamento homem moderno à transcendência, e da excessiva especialização que impede a visão de conjunto.
Escassa consciência da necessidade de uma verdadeira inculturação como caminho para à evangelização da cultura.
Incoerência entre os valores do povo, inspirados em princípios cristãos, e as estruturas sociais geradoras de injustiças, que impedem o exercício dos direitos humanos.
O vazio ético e o individualismo reinante, que reduzem a fundamentação dos valores a meros consensos sociais subjetivos.
O poder massivo dos meios de comunicação social, com freqüência a serviço de contravalores.
A escassa presença da Igreja no campo das expressões dominantes da arte, do pensamento filosófico e antropológico-social, do universo da educação.
A nova cultura urbana, com seus valores, expressões e estruturas características, com seu espaço aberto e, ao mesmo tempo, diversificado, com sua mobilidade, em que predominam as relações funcionais.
254. Apresentar Jesus Cristo como paradigma de toda atitude pessoal e social, e como resposta aos problemas que afligem as culturas modernas: o mal, a morte, a falta de amor.
Intensificar o diálogo entre fé e ciência, fé e expressões, fé e instituições, grandes âmbitos da cultura moderna.
Cuidar dos sinais e da linguagem cultural que assinala a presença cristã e permite introduzir a originalidade da mensagem evangélica no coração das culturas, especialmente no campo da liturgia.
Promover e formar o laicado para exercer no mundo sua tríplice função: a profética, no campo da Palavra, do pensamento, de sua expressão e valores; a sacerdotal, no mundo da celebração e do sacramento, enriquecida pelas expressões da arte, e da comunicação; a régia no universo das estruturas sociais, políticas, econômicas.
Promover o conhecimento e discernimento da cultura moderna, visando a uma adequada inculturação.
255. A América Latina e o Caribe acham-se hoje num acelerado processo de urbanização. A cidade pós-industrial não representa só uma variante do tradicional habitat humano, mas constitui, de fato, a passagem da cultura rural à cultura urbana, sede e motor da nova civilização universal (cf. DP 429). Nela altera-se a forma com a qual, num grupo social, num povo, numa nação, os homens cultivam sua relação com eles mesmos, com os outros, com a natureza e com Deus.
Na cidade, as relações com a natureza se limitam, quase sempre e pelo próprio ser da cidade, ao processo de produção de bens de consumo. As relações entre as pessoas se tornam amplamente funcionais e as relações com Deus passam por uma acentuada crise, porque falta a mediação da natureza, tão importante na religiosidade rural e porque a modernidade tende a fechar o homem dentro da imanência do mundo. As relações do homem urbano com ele mesmo também mudam, porque a cultura moderna faz com que valorize principalmente sua liberdade, sua autonomia, a racionalidade científico-tecnológica e, de modo geral, sua subjetividade, sua dignidade humana e seus direitos. Com efeito, na cidade, encontram-se os grandes centros geradores da ciência e tecnologia moderna.
Nossas metrópoles latino-americanas têm também como característica atual periferias de pobreza e miséria, que quase sempre constituem a maioria da população, fruto de modelos econômicos exploradores e excludentes. Até o campo se urbaniza pela multiplicação das comunicações e transportes.
Por sua vez, o homem urbano atual apresenta um tipo diverso do homem rural: confia na ciência e na tecnologia; é influenciado pelos grandes meios de comunicação social; é dinâmico e voltado para o novo; consumista, audiovisual, anônimo na massa e desarraigado.

256. Realizar uma pastoral urbanamente inculturada com relação à catequese, à liturgia, e à organização da Igreja. A Igreja deverá inculturar o Evangelho na cidade e no homem urbano; discernir seus valores e antivalores; captar sua linguagem e seus símbolos. O processo de inculturação abrange o anúncio, a assimilação e a reexpressão da fé.
257. Reprogramar a paróquia urbana. A Igreja na cidade deve reorganizar as suas estruturas pastorais. A paróquia urbana deve ser mais aberta, flexível e missionária, permitindo uma ação pastoral transparoquial e supraparoquial. Além disso, a estrutura da cidade exige uma pastoral especialmente pensada para essa realidade. Lugares privilegiados da missão deveriam ser as grandes cidades, onde surgem novas formas de cultura e comunicação.
258. Promover a formação de leigos para a pastoral urbana, com formação bíblica e espiritual; criar ministérios conferidos aos leigos para a evangelização das grandes cidades.
259. Multiplicar as pequenas comunidades, os grupos e movimentos eclesiais, e as comunidades eclesiais de base. Iniciar a chamada pastoral dos edifícios, mediante a ação de leigos comprometidos que vivam neles.
260. Programar uma pastoral ambiental e funcional, diferenciada segundo os espaços da cidade. Uma pastoral de acolhida, dado o fenômeno das migrações. Uma pastoral para os grupos marginalizados. Assegurar a assistência religiosa aos habitantes das grandes cidades durante os meses de verão e férias; dispensar atenção pastoral aos que passam habitualmente os fins de semana fora da cidade, onde não têm possibilidade de cumprir o preceito dominical.
261. Incentivar a evangelização dos grupos de influência e dos responsáveis da cidade, no sentido de fazer da mesma, principalmente nos bairros populares, um habitat digno do homem.
262. Promover no âmbito continental (CELAM), nacional e regional, encontros e cursos sobre evangelização das grandes metrópoles".

Nota:185

DSD 245: "Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das sementes do Verbo que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. ibid.).
A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias".

Nota:186

DSD: "245. Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das sementes do Verbo que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. ibid.).
A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias.
246. As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão marcadas por uma constante resistência à escravidão. Estes povos, que somam milhões de pessoas, têm também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença do Deus criador.
Durante os quatro séculos passados, é indubitável que vários milhões de africanos negros foram transportados como escravos, violentamente arrancados de suas terras, separados de suas famílias e vendidos como mercadoria. A escravidão dos negros e a matança dos índios foram o maior pecado da expansão colonial do Ocidente. Infelizmente, no que se refere à escravidão, ao racismo e à discriminação, houve batizados que não se mantiveram alheios a essa situação.
248. Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:
1. Para com nossos irmãos indígenas:
Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.
Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.
Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.
Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais , que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.
Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentes.
Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino".

Nota:187

DSD 248: "Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:
1. Para com nossos irmãos indígenas:

- Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.
- Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.
- Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.
- Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais , que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.
- Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentes.
- Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino".

Nota:188

DSD: "252. Embora realidade pluricultural, a América Latina e o Caribe estão profundamente marcados pela cultura ocidental, cuja memória, consciência e projeto se apresentam sempre no nosso predominante estilo de vida comum. Daí o impacto que a cultura moderna e as possibilidades a nós atualmente oferecidas por seu período pós-moderno produziram em nossa maneira de ser.

A cultura moderna se caracteriza pela centralidade do homem; os valores da personalização, da dimensão social e da convivência; a absolutização da razão, cujas conquistas científicas e tecnológicas e informáticas têm satisfeito muitas das necessidades do homem, ao mesmo tempo que têm buscado autonomia em relação à natureza, a qual domina; em relação à história, cuja construção ele assume; e inclusive em relação a Deus, do qual se desinteressa ou relega à consciência pessoal, privilegiando exclusivamente a ordem temporal.

A pós-modernidade é o resultado do fracasso da pretensão reducionista da razão moderna, que leva o homem a questionar tanto alguns êxitos da modernidade como a confiança no progresso indefinido, embora reconheça, como o faz também a Igreja (GS 57), seus valores.

Tanto a modernidade, com seus valores e contravalores, como a pós-modernidade enquanto espaço aberto à transcendência, apresentam sérios desafios à evangelização da cultura.

253. Ruptura entre fé e cultura, conseqüência do fechamento homem moderno à transcendência, e da excessiva especialização que impede a visão de conjunto.

Escassa consciência da necessidade de uma verdadeira inculturação como caminho para à evangelização da cultura.

Incoerência entre os valores do povo, inspirados em princípios cristãos, e as estruturas sociais geradoras de injustiças, que impedem o exercício dos direitos humanos.

O vazio ético e o individualismo reinante, que reduzem a fundamentação dos valores a meros consensos sociais subjetivos.

O poder massivo dos meios de comunicação social, com freqüência a serviço de contravalores.

A escassa presença da Igreja no campo das expressões dominantes da arte, do pensamento filosófico e antropológico-social, do universo da educação.

A nova cultura urbana, com seus valores, expressões e estruturas características, com seu espaço aberto e, ao mesmo tempo, diversificado, com sua mobilidade, em que predominam as relações funcionais.

254. Linhas pastorais: **-** Apresentar Jesus Cristo como paradigma de toda atitude pessoal e social, e como resposta aos problemas que afligem as culturas modernas: o mal, a morte, a falta de amor.
- Intensificar o diálogo entre fé e ciência, fé e expressões, fé e instituições, grandes âmbitos da cultura moderna.
- Cuidar dos sinais e da linguagem cultural que assinala a presença cristã e permite introduzir a originalidade da mensagem evangélica no coração das culturas, especialmente no campo da liturgia.
- Promover e formar o laicado para exercer no mundo sua tríplice função: a profética, no campo da Palavra, do pensamento, de sua expressão e valores; a sacerdotal, no mundo da celebração e do sacramento, enriquecida pelas expressões da arte, e da comunicação; a régia no universo das estruturas sociais, políticas, econômicas.
- Promover o conhecimento e discernimento da cultura moderna, visando a uma adequada inculturação.

255. A América Latina e o Caribe acham-se hoje num acelerado processo de urbanização. A cidade pós-industrial não representa só uma variante do tradicional habitat humano, mas constitui, de fato, a passagem da cultura rural à cultura urbana, sede e motor da nova civilização universal (cf. DP 429). Nela altera-se a forma com a qual, num grupo social, num povo, numa nação, os homens cultivam sua relação com eles mesmos, com os outros, com a natureza e com Deus.

Na cidade, as relações com a natureza se limitam, quase sempre e pelo próprio ser da cidade, ao processo de produção de bens de consumo. As relações entre as pessoas se tornam amplamente funcionais e as relações com Deus passam por uma acentuada crise, porque falta a mediação da natureza, tão importante na religiosidade rural e porque a modernidade tende a fechar o homem dentro da imanência do mundo. As relações do homem urbano com ele mesmo também mudam, porque a cultura moderna faz com que valorize principalmente sua liberdade, sua autonomia, a racionalidade científico-tecnológica e, de modo geral, sua subjetividade, sua dignidade humana e seus direitos. Com efeito, na cidade, encontram-se os grandes centros geradores da ciência e tecnologia moderna.

Nossas metrópoles latino-americanas têm também como característica atual periferias de pobreza e miséria, que quase sempre constituem a maioria da população, fruto de modelos econômicos exploradores e excludentes. Até o campo se urbaniza pela multiplicação das comunicações e transportes.

Por sua vez, o homem urbano atual apresenta um tipo diverso do homem rural: confia na ciência e na tecnologia; é influenciado pelos grandes meios de comunicação social; é dinâmico e voltado para o novo; consumista, audiovisual, anônimo na massa e desarraigado.

Linhas pastorais:

256. Realizar uma pastoral urbanamente inculturada com relação à catequese, à liturgia, e à organização da Igreja. A Igreja deverá inculturar o Evangelho na cidade e no homem urbano. discernir seus valores e

antivalores; captar sua linguagem e seus símbolos. O processo de inculturação abrange o anúncio, a assimilação e a reexpressão da fé.

257. Reprogramar a paróquia urbana. A Igreja na cidade deve reorganizar as suas estruturas pastorais. A paróquia urbana deve ser mais aberta, flexível e missionária, permitindo uma ação pastoral transparoquial e supraparoquial. Além disso, a estrutura da cidade exige uma pastoral especialmente pensada para essa realidade. Lugares privilegiados da missão deveriam ser as grandes cidades, onde surgem novas formas de cultura e comunicação.

258. Promover a formação de leigos para a pastoral urbana, com formação bíblica e espiritual; criar ministérios conferidos aos leigos para a evangelização das grandes cidades.

259. Multiplicar as pequenas comunidades, os grupos e movimentos eclesiais, e as comunidades eclesiais de base. Iniciar a chamada pastoral dos edifícios, mediante a ação de leigos comprometidos que vivam neles.

260. Programar uma pastoral ambiental e funcional, diferenciada segundo os espaços da cidade. Uma pastoral de acolhida, dado o fenômeno das migrações. Uma pastoral para os grupos marginalizados. Assegurar a assistência religiosa aos habitantes das grandes cidades durante os meses de verão e férias; dispensar atenção pastoral aos que passam habitualmente os fins de semana fora da cidade, onde não têm possibilidade de cumprir o preceito dominical.

261. Incentivar a evangelização dos grupos de influência e dos responsáveis da cidade, no sentido de fazer da mesma, principalmente nos bairros populares, um habitat digno do homem.

262. Promover no âmbito continental (CELAM), nacional e regional, encontros e cursos sobre evangelização das grandes metrópoles.

263. Reafirmamos o que dissemos em Medellín e Puebla (cf. Documento de Educação, Medellín, Puebla) e a partir dali assinalamos alguns aspectos importantes para a educação católica nos nossos dias.

A educação é a assimilação da cultura. A educação cristã é a assimilação da cultura cristã. É a inculturação do Evangelho na própria cultura. Seus níveis são bem diversos: escolares ou não-escolares, elementares ou superiores, formais ou não-formais. Em todo caso, a educação é um processo dinâmico que dura a vida toda da pessoa e dos povos. Recolhe a memória do passado, ensina a viver hoje e se projeta para o futuro. Por isso, a educação cristã é indispensável na nova evangelização.

264. A educação cristã desenvolve e assegura a cada cristão a sua vida de fé e faz com que verdadeiramente nele sua vida seja Cristo (cf. Fl 1,21). Por ela, ecoam no homem as palavras de vida eterna (Jo 6,68), realiza-se em cada pessoa a nova criatura (2Cor 5,17) e se leva a cabo o projeto do Pai de recapitular em Cristo todas as coisas (Ef 1,10). Assim a educação cristã se funda numa verdadeira antropologia cristã, que significa a abertura do homem para Deus como Criador e Pai, para os outros como seus irmãos, e para o mundo como àquilo que lhe foi entregue para potenciar suas virtualidades e não para exercer sobre ele um domínio despótico que destrua a natureza.

265. Nenhum mestre educa sem saber para que educa e em que direção educa. Há um projeto de homem encerrado em todo projeto educativo; e este projeto vale ou não segundo construa ou destrua o educando. Este é o valor educativo. Quando falamos de uma educação cristã, queremos dizer que o mestre educa para um projeto de homem no qual Jesus Cristo viva. Há muitos aspectos nos quais educar e muitos que constam do projeto educativo do homem; há muitos valores; mas estes valores nunca estão sós, sempre formam uma constelação ordenada, explícita ou implicitamente. Se a estruturação tem como fundamento e termo a Cristo, tal educação recapitulará tudo em Cristo e será uma verdadeira educação cristã; caso contrário, pode falar de Cristo, mas não é educação cristã.

O mestre cristão deve ser considerado como sujeito eclesial que evangeliza, que catequiza e educa cristãmente. Tem uma identidade definida na comunidade eclesial. Seu papel deve ser reconhecido na Igreja.

266. Na situação atual encontramos uma pluralidade de valores que nos interpelam e que são ambivalentes. Daí surge a necessidade de confrontar os novos valores educacionais com Cristo revelador do mistério do homem. Na nova educação, trata-se de fazer crescer e amadurecer a pessoa segundo as exigências dos novos valores; a isto deve agregar a harmonização com a tipologia própria do contexto latino-americano.

Geralmente nos pedem, com base em critérios secularistas, que eduquemos o homem técnico, o homem apto para dominar seu mundo e viver num intercâmbio de bens produzidos sob certas normas políticas; as mínimas. Esta realidade nos interpela fortemente para podermos ser conscientes de todos os valores que estão nela e podê-los recapitular em Cristo; interpela-nos para continuar a linha da Encarnação do Verbo na nossa educação cristã, e para chegar ao projeto de vida para todo homem, que é Cristo morto e ressuscitado.

Desafios pastorais

267. A partir de outros aspectos, a realidade educacional latino-americana nos interpela pela exclusão de muita gente da educação escolar, mesmo a básica, pelo grande analfabetismo que existe em vários dos nossos países; interpela-nos pela crise da família, a primeira educadora, pelo divórcio existente entre o Evangelho e a cultura; pelas diferenças sociais e econômicas que fazem com que a educação católica seja dispendiosa para muitos, especialmente nos níveis superiores. Interpela-nos também a educação informal que se recebe através de tantos comunicadores não propriamente cristãos, p. ex., na televisão.

268. Um grande desafio é a Universidade católica e a Universidade de inspiração cristã, já que o seu papel é especialmente o de realizar um projeto cristão de homem e portanto, tem de estar em diálogo vivo, contínuo e progressivo com o Humanismo e com a cultura técnica, de maneira que saiba ensinar a autêntica Sabedoria cristã, pela qual o modelo do homem trabalhador, aliado ao de homem sábio, culmine em Jesus Cristo. Só assim poderá apontar soluções para os complexos problemas não resolvidos da cultura emergente e para as novas estruturações sociais, como a dignidade da pessoa humana, os direitos invioláveis da vida, a liberdade religiosa, a família como primeiro espaço para o compromisso social, a solidariedade nos seus distintos níveis, o compromisso próprio de uma sociedade democrática, a complexa problemática econômico-social, o fenômeno das seitas, a velocidade da mudança cultural.

269. No campo escolar, outro desafio é o que representa, em vários países, o espinhoso problema das relações entre a educação estatal e a educação cristã. Embora em outras nações se tenha produzido uma maior viabilidade das mesmas, há países em que ainda não se compreende que a educação católica é um direito inalienável dos pais de família católicos e de seus filhos e ali não se dispensam os recursos necessários para ela, ou simplesmente é proibida.

270. Outros desafios significativos são a ignorância religiosa da juventude, a educação extra-escolar e a educação informal. Também é um desafio a educação adequada às diferentes culturas, em especial às culturas indígenas e afro-americanas; não só no sentido de que não se adapta à sua maneira de ser, mas no de não marginalizá-las nem excluí-las do progresso, da igualdade de oportunidades e da capacidade de construir a unidade nacional.

Linhas pastorais

271. Nossos compromissos no campo educacional se resumem, sem dúvida, à linha pastoral da inculturação: a educação é a mediação metodológica para a evangelização da cultura. Portanto, pronunciamo-nos por uma educação cristã desde e para a vida no âmbito individual, familiar e comunitário e no âmbito do ecossistema; que fomente a dignidade da pessoa humana e a verdadeira solidariedade; educação a ser integrada por um processo de formação cívico-social inspirado no Evangelho e na Doutrina Social da Igreja. Comprometemo-nos com uma educação evangelizadora.

272. Apoiamos os pais de família para que decidam de acordo com suas convicções o tipo de educação para seus filhos e denunciamos todas as intromissões do poder civil que coarte este direito natural. Deve garantir-se o direito da formação religiosa para cada pessoa, e, portanto, o do ensino religioso nas escolas em todos os níveis.

273. Apoiamos os educadores cristãos que trabalham em instituições da Igreja, as congregações que se dedicam ao trabalho educativo e os professores católicos que trabalham em instituições não-católicas. Devemos promover a formação permanente dos educadores católicos no que concerne ao crescimento de sua fé e à capacidade de comunicá-la como verdadeira Sabedoria, especialmente na educação católica.

274. Urge uma verdadeira formação cristã sobre a vida, o amor e a sexualidade, que corrija os desvios de certas informações que se recebem nas escolas. Urge uma educação para a liberdade, um dos valores fundamentais da pessoa. É também necessário que a educação cristã se preocupe em educar para o trabalho, especialmente nas circunstâncias da cultura atual.

275. Os carismas das ordens e congregações religiosas, postos a serviço da educação católica nas diversas igrejas particulares do nosso Continente, nos auxiliam sobremodo a cumprir o mandato recebido do Senhor de ir ensinar a todas as gentes (Mt 28,18-20), especialmente na evangelização da cultura. Conclama-mos os religiosos e religiosas que abandonaram este campo tão importante da educação católica a que se reincorporem à sua tarefa; recordando que a opção preferencial pelos pobres inclui a opção preferencial pelos meios para que as pessoas saiam da sua miséria. Um dos meios privilegiados para isto é a educação católica. A opção preferencial pelos pobres se manifesta também em que os religiosos educadores continuem seu trabalho educativo em tantas regiões rurais, tão afastadas como necessitadas.

276. Devemos também nos esforçar para que a educação católica escolar em todos seus níveis esteja ao alcance de todos e não se veja restrita a alguns, mesmo em vista dos problemas econômicos que isso implica. Deve-se promover a responsabilidade da comunidade paroquial na escola e sua gestão. Pedimos que se garantam os recursos públicos destinados à educação católica.

Cremos particularmente que a universidade católica, a partir da Constituição apostólica Ex corde Ecclesiae, é chamada a uma importante missão de diálogo entre o Evangelho e as culturas e de promoção humana na América Latina e Caribe.

277. Cientes da extensão planetária da cultura atual, formaremos, a partir da educação católica e em todo nível, uma consciência crítica diante dos meios de comunicação social. Urge dotar as famílias de critérios de verdade para capacitá-las para o uso da TV, da imprensa e do rádio.

278. Transformar a escola católica numa comunidade, centro de irradiação evangelizadora, mediante alunos, pais e mestres. Empenhamo-nos em fortalecer a comunidade educativa e nela um processo de formação cívico-social, inspirado no Evangelho e no magistério social da Igreja, que responda às verdadeiras necessidades do povo. Reforçar-se-á outrossim a organização dos estudantes, docentes, pais de alunos e ex-alunos, como método de educação cívico-social e política que possibilite a formação democrática das pessoas. Solicitamos aos governos que sigam em seus esforços de promover cada vez mais a democratização da educação.

279. A evangelização, anúncio do Reino, é comunicação, para que vivamos em comunhão (cf. Puebla 1063): O que vimos e ouvimos, vo-lo anunciamos, para que estejais também em comunhão conosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo (1Jo 1,3). Cada pessoa e cada grupo humano desenvolve sua identidade no encontro com outros (alteridade). Esta comunicação é caminho necessário para chegar à comunhão (comunidade). A razão é que o homem foi feito à imagem de Deus Uno e Trino, e no coração da Revelação encontramos seu mistério trinitário como a comunicação eternamente interpessoal, cuja palavra se faz diálogo, entra na história por obra do Espírito e inaugura assim um mundo de novos encontros, intercâmbios, comunicação e comunhão. Esta comunicação é importante não só com o mundo, mas também ao interior da Igreja.

No gesto de comunicação do Pai, através do Verbo feito carne, a Palavra se faz libertadora e redentora para toda a humanidade na pregação e na ação de Jesus. Este ato de amor pelo qual Deus se revela, associado à resposta de fé da humanidade, gera um diálogo profundo (Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, Instrução pastoral Ætatis novæ. 6). Cristo é o modelo de comunicador, nEle, Deus, o totalmente Outro, sai ao nosso encontro e espera nossa resposta livre. Este encontro de comunhão com Ele é sempre crescimento. É o caminho da santidade.

Assim dá-se uma relação muito íntima entre evangelização, promoção humana e cultura, fundada na comunicação, o que impõe à Igreja tarefas e desafios concretos no campo da comunicação social. Disse-o o Papa no Discurso Inaugural desta Conferência: Intensificar a presença da Igreja no mundo da comunicação há de ser certamente uma das vossas prioridades (João Paulo II, Discurso Inaugural, 23).

Sabemos que nos encontramos na nova cultura da imagem, e que a Mensagem evangélica deve inculturar-se nessa cultura, levando-a a ser expressão de Cristo, a máxima comunicação. Compreendemos a importância dos inumeráveis meios eletrônicos que agora estão ao nosso alcance para anunciar o Evangelho. Damos graças a Deus por este novo dom que nos deu na cultura atual.

Desafios pastorais:

280. O desenvolvimento tecnológico em matéria de comunicações, especialmente na televisão, oferece à evangelização amplas perspectivas de comunicação nos mais diversos níveis e facilita à sociedade em geral

uma inter-relação também planetária. Este é um fato positivo, mas também no contexto atual apresenta desafios muito sérios pela orientação secularista de muitas programações.

Damo-nos conta do desenvolvimento da indústria da comunicação na América Latina e Caribe que mostra o crescimento de grupos econômicos e políticos que concentram cada vez mais em poucas mãos e com enorme poder a propriedade dos diferentes meios e chegam a manipular a comunicação, impondo uma cultura que estimula o hedonismo e o consumismo e atropela nossas culturas com os seus valores e identidades.

Vemos como a publicidade freqüentemente introduz falsas expectativas e cria necessidades fictícias; vemos também como especialmente na programação televisiva sobejam a violência e a pornografia que penetram agressivamente no seio das famílias. Também constatamos que as seitas fazem uso cada vez mais intensivo e extensivo dos meios de comunicação.

Por outro lado, a presença da Igreja no sistema de meios é ainda insuficiente e se carece de suficientes agentes com a preparação devida para enfrentar o desafio; além disso, falta por parte dos diferentes episcopados um adequado planejamento da pastoral das comunicações.

A telemática e a informática são novos desafios para a integração da Igreja no seu mundo.

281. Linhas pastorais: Apoiar e estimular os esforços daqueles que, com o uso dos meios, defendem a identidade cultural, assumem o desafio do encontro com realidades novas e distintas e procuram que se dê lugar a um diálogo autêntico. Articular a comunicação massiva com a comunitária e grupal. Esforçar-se para ter meios próprios e, ao menos, uma produtora de vídeo a serviço da América Latina e do Caribe.

282. Ajudar a discernir e orientar as políticas e estratégias da comunicação, que devem encaminhar-se a criar condições para o encontro entre as pessoas, para a vigência de uma autêntica e responsável liberdade de expressão, para fomentar os valores culturais próprios e buscar a integração latino-americana.

283. Dar aos profissionais católicos da comunicação o apoio suficiente para cumprir sua missão. Procurar uma crescente relação de comunhão eclesial com as organizações internacionais (OCIC-AL, UNDA-AL, UCLAP), cujos membros podem ser colaboradores valiosos e competentes das Conferências episcopais e dos diferentes bispos (Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, Instrução pastoral Ætatis novæ, 17). As comissões episcopais de comunicação de cada país e o próprio DECOS-CELAM e o SERTAL hão de aumentar e melhorar sua presença neste campo.

284. Deve-se pôr todo empenho na formação técnica, doutrinal e moral de todos os agentes de pastoral que trabalham em e com os meios de comunicação social. Ao mesmo tempo, é necessário um plano de educação orientado para a percepção crítica, especialmente nos lares, como para a capacidade de utilizar ativa e criativamente os meios e sua linguagem, empregando os símbolos culturais do nosso povo.

285. É necessário levar as Universidades católicas a oferecer formação do melhor nível humano, acadêmico e profissional em comunicação social. Nos seminários e casas de formação religiosa, ensinar-se-ão as linguagens e técnicas de comunicação, que garantam uma preparação sistemática suficente.

Hoje é imprescindível usar a informática para otimizar nossos recursos evangelizadores. Deve-se avançar na instalação da rede de informática da Igreja nas diferentes Conferências episcopais.

286. Que as editoras católicas ajam coordenadamente dentro da pastoral orgânica.

287. Linhas pastorais prioritárias: De nossas Igrejas particulares viemos até Santo Domingo. Éramos portadores das alegrias e das esperança, das tristeza e das angústias (GS 1) dos nossos povos. Acompanharam-nos os anseios de vida e esperança para o Continente.

Nosso encontro com o Santo Padre nos confirmou na fé, na esperança e no amor ao Senhor e à Igreja. A companhia espiritual de tantos irmãos que oraram por nós e nos ofereceram seu apoio nos deu fortaleza.

A celebração diária da Eucaristia, a meditação da Palavra de Deus e o trabalho comum, realizado com a confiança depositada no Senhor, permitiram-nos uma autêntica experiência da presença de Jesus no meio de nós (Mt 18,20) e na ação do Espírito.

Jesus Cristo, o mesmo ontem, hoje e sempre fez-nos sentir que Ele faz de nós criaturas novas (2Cor 5,17); que nos dá vida abundante (Jo 10,10); que nos promete vida eterna (Jo 6,54). Ele é nossa esperança (1Tm 1,1).

Agora regressamos aos diferentes campos do nosso ministério. Anunciaremos o Evangelho da vida. Continuaremos dando razão dessa mesma esperança (1Pd 3,15) a cada uma das pessoas que o Senhor colocar em nossos caminhos.

288. Ao finalizar nossas reflexões, com o coração agradecido a Deus, voltamos nosso olhar ao trabalho realizado para identificar as principais linhas pastorais que encontramos e para continuar caminhando guiados pelos três temas que o Santo Padre nos convidou a estudar, aprofundar e aplicar a partir desta IV Conferência.

Revendo nosso caminho, proclamamos com novo ardor nossa fé em Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, única razão da nossa vida e fonte da nossa missão. Ele é o caminho, a verdade e a vida. Ele nos dá a vida que desejamos comunicar plenamente a nossos povos para que tenham todos um espírito de solidariedade, reconciliação e esperança.

289. Fazemos esta profissão de fé sob a proteção de Nossa Senhora de Guadalupe, Padroeira da América Latina, que esteve conosco neste encontro episcopal e que nos acompanha sempre na missão que o Senhor nos confia.

290. Renovamos nossa intenção de levar adiante as orientações pastorais do Concílio Vaticano II, aplicados nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano celebradas em Medellín e em Puebla, atualizando-as através das linhas pastorais traçadas na presente Conferência.

291. Os três temas propostos pelo Santo Padre constituem para nós as três grandes linhas pastorais que assumimos para nossas Igrejas. Cada Igreja particular a cada Conferência episcopal poderão encontrar, nas orientações de Santo Domingo, os desafios e as linhas pastorais que mais respondam a suas exigências concretas.

292. Em nome de nossas Igrejas particulares da América Latina e do Caribe, comprometemo-nos a trabalhar em:

1. Uma nova evangelização dos nossos povos.
2. Uma promoção integral dos povos latino-americanos e caribenhos.
3. Uma Evangelização inculturada.

Neste sentido, ressaltamos os elementos que durante a Conferência foram indicados com ênfase e aprovados para impulsionar e concretizar as três linhas pastorais principais.

293. 1. Uma nova evangelização dos novos povos. 1.1. O compromisso é de todos a partir de comunidades vivas. Um especial protagonismo corresponde aos leigos em continuidade com as orientações da Exortação apostólica Christifideles Laici. Entre eles, seguindo o convite constante do Papa, convocamos mais uma vez os jovens para que sejam força renovadora da Igreja e esperança do mundo.
A fim de suscitar presbíteros, diáconos permanentes, religiosos, religiosas e membros dos institutos seculares para a nova evangelização, impulsionaremos uma vigorosa pastoral das vocações.
294. 1.2**.** Somos todos chamados à santidade (cf. LG. 39-42). Numa Igreja, comunidade missionária, nos urge um decidido empenho pela contínua educação da fé, por meio da catequese, que tem seu fundamento na Palavra de Deus e o Magistério da Igreja, e permite aos católicos dar razão de sua esperança em toda ocasião em face das seitas e dos novos movimentos religiosos.
A celebração da fé na liturgia, cume da vida da Igreja, há de realizar-se com alegria e de forma a permitir uma participação mais viva, ativa e comprometida na realidade dos nossos povos.
295. 1.3. É a hora missionária da América. Dirigimos a todos um anúncio forte e entusiasta para a Evangelização, não só no seio de nossas igrejas, mas para além de nossas fronteiras. Esta será a resposta segundo o exemplo dos missionários que de outras partes chegaram à América, para nos comunicar sua fé e será também fonte de generosidade para nossos jovens e bênção para nossas igrejas.
296. 2. Promoção humana integral dos povos latino-americanos e caribenhos - **2.1.** Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla. Esta opção, não exclusiva nem excludente, iluminará, à imitação de Jesus Cristo, toda nossa ação evangelizadora.
A essa luz, convidamos a promover uma nova ordem econômica, social e política, conforme a dignidade de todas e cada uma das pessoas, implantando a justiça e a solidariedade e abrindo para todas elas horizontes de eternidade.
297. 2.2. Dizemos sim à vida e à família. Diante das graves agressões à vida e à família, agravadas nos últimos anos, propomos uma decidida ação para defender e promover a vida e a família, Igreja doméstica, e santuário da vida, desde sua concepção até o final natural de sua etapa temporal. Toda vida humana é sagrada.
298. 3. Uma evangelização inculturada - É o terceiro compromisso que assumimos na perspectiva de novos métodos e expressões para viver hoje a mensagem evangélica. **3.1** As grandes cidades da América Latina e do Caribe, com os seus múltiplos problemas, têm-nos interpelado. Atenderemos à evangelização desses centros onde vive a maior parte da nossa população. Nossa solicitude dirigir-se-á também às áreas rurais; nelas já se sente o impacto das mudanças culturais.
299. 3.2. Queremos aproximar-nos dos povos indígenas e afro-americanos, a fim de que o Evangelho encarnado em suas culturas manifeste toda a sua vitalidade e entrem eles em diálogo de comunhão com as demais comunidades cristãs para mútuo enriqueci-mento.
300. 3.3 Buscaremos também impulsionar uma eficaz ação educativa e um decidido empenho por uma moderna comunicação.
301. Colocamo-nos sob a ação do Espírito Santo, que, desde Pentecostes, conduz a Igreja no amor. Ele nos concedeu a graça do Concílio Vaticano II e de nossas Conferências Gerais do Rio de Janeiro, Medellín e Puebla.
Estamos certos de que não nos há de faltar seu auxílio para continuarmos, a partir de Santo Domingo, mais unidos entre nós sob a orientação e guia do Santo Padre, sucessor de Pedro e, apesar de nossas limitações, a impulsionar com entusiasmo na América Latina e Caribe o anúncio de Jesus Cristo e do seu Reino.
302. A Igreja na América Latina e Caribe proclama sua fé: Jesus Cristo: ontem, hoje e sempre
(cf. Hb 13,8) Nossas Igrejas particulares, unidas na esperança e no amor, sob a proteção de Nossa Senhora de Guadalupe, em comunhão com o Santo Padre e em continuidade com as orientações pastorais das Conferências Gerais de Medellín e Puebla, comprometem-se a trabalhar em:
1. Uma nova evangelização de nossos povos
- À qual TODOS estão chamados
- Com ênfase na PASTORAL VOCACIONAL com especial protagonismo dos LEIGOS e, entre eles, dos JOVENS
- mediante a educação contínua da fé e sua celebração: a CATEQUESE e a LITURGIA
- Para além de nossas próprias fronteiras: AMÉ-RICA LATINA MISSIONÁRIA.

2. Uma promoção integral do povo latino-americano e caribenho
- A partir de uma evangélica e renovada opção pelos POBRES
- A serviço da VIDA e da FAMÍLIA

3. Uma evangelização inculturada
- Que penetre os ambientes marcados pela CULTURA URBANA
- Que se encarne nas CULTURAS INDÍGENAS e AFRO-AMERICANAS
- Com uma eficaz AÇÃO EDUCATIVA e uma MODERNA COMUNICAÇÃO".

Nota:189
cf. **Concílio Vaticano I**.
Nota:190
cf. as encíclicas *Veritatis Splendor*, *Evangelium Vitae* e *Fides et ratio*.
Nota:191
RMi 52: "Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.
O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.
Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de

bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.
Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas, presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.
A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão ad gentes, as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os Pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização".

Nota:192

cf. **At 6,1-6**: "Naqueles dias, o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário. Então os Doze convocaram uma assembléia geral dos discípulos, e disseram: Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus para servir às mesas. Irmãos, é melhor que escolham entre vocês sete homens de boa fama, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos dessa tarefa. Desse modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra. A proposta agradou a toda a assembléia. Então escolheram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo; e também Filipe, Prócoro, Nicanor, Timon, Pármenas, e Nicolau de Antioquia, um pagão que seguia a religião dos judeus. Todos estes foram apresentados aos apóstolos, que oraram e impuseram as mãos sobre eles".
At 20,35: "Em tudo mostrei a vocês que é trabalhando assim que devemos ajudar os fracos, recordando as palavras do próprio Senhor Jesus, que disse: Há mais felicidade em dar do que em receber".
2Cor 8-9: "Irmãos, agora damos a conhecer a vocês a graça que Deus concedeu às igrejas da Macedônia. Em meio às muitas tribulações que puseram à prova essas igrejas, a grande alegria e a extrema pobreza delas transbordaram em riquezas de generosidade. Eu sou testemunha de que eles, conforme seus meios e até além de seus meios, com toda a espontaneidade e com muita insistência, nos rogaram a graça de tomarem parte nesse serviço em favor dos cristãos. Ultrapassando qualquer de nossas expectativas, eles se entregaram primeiramente ao Senhor, e pela vontade de Deus, também a nós. Por isso, insistimos junto a Tito para que termine essa obra de generosidade, que ele já havia começado entre vocês.
Em tudo vocês sobressaem: na fé, no dom da palavra, no conhecimento e entusiasmo, além do amor que vocês têm por nós. Pois então, procurem também distinguir-se nessa obra de generosidade. Não digo isso para lhes impor uma ordem. Cito para vocês o exemplo de outros, para lhes dar ocasião de provar a sinceridade do amor que vocês têm. De fato, vocês conhecem a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês. A propósito, vou dar-lhes uma sugestão, e é o que convém a vocês, já que foram os primeiros, desde o ano passado, não só a realizar, mas também a querer realizar essa obra. Agora, portanto, a executem até o fim, de modo que a essa boa disposição da vontade corresponda a realização, na medida dos meios que vocês têm. Quando existe boa vontade, somos bem aceitos com os recursos que temos; pouco importa o que não temos. Não queremos que o alívio para os outros seja causa de aflição para vocês; mas que haja igualdade. Neste momento, o que está sobrando para vocês vai compensar a carência deles, a fim de que o supérfluo deles venha um dia compensar a carência de vocês. Assim haverá igualdade, como está na Escritura: A quem recolhia muito, nada lhe sobrava; e a quem recolhia pouco, nada lhe faltava.
Graças sejam dadas a Deus, que colocou no coração de Tito o mesmo zelo por vocês. Ele acolheu o meu pedido e, mais apressado que nunca, vai espontaneamente ao encontro de vocês. Com ele estamos enviando o irmão que é elogiado em todas as igrejas, por causa da pregação do Evangelho. Mais ainda: foi escolhido pelas igrejas para ser nosso companheiro de viagem nesta obra de generosidade, serviço que empreendemos para dar glória ao Senhor e realizar as nossas boas intenções. Tomamos essa precaução para evitar qualquer crítica na administração da grande quantia que nos confiaram. De fato, estamos preocupados com o bem, não somente aos olhos de Deus, mas também diante dos homens. Junto com os representantes, enviamos também o nosso irmão, cuja dedicação muitas vezes e de muitos modos temos experimentado, e que agora se mostra muito mais disposto, já que deposita plena confiança em vocês. Quanto a Tito, ele é meu companheiro e colaborador junto a vocês, ao passo que os nossos irmãos são os enviados das igrejas, as quais são a glória de Cristo. Portanto, diante das igrejas, dêem a eles provas do amor de vocês, e façam que eles vejam como é justo o motivo do nosso orgulho a respeito de vocês".
Capítulo 9: "Quanto ao serviço a ser prestado aos cristãos, é inútil que eu escreva a vocês. Conheço a boa vontade de vocês e por causa dela me orgulho de vocês junto aos macedônios, dizendo-lhes: A Acaia está preparada desde o ano passado. E o zelo de vocês tem servido de estímulo para a maioria das igrejas. Entretanto, estou mandando os irmãos até vocês, a fim de que o elogio que fiz de vocês não seja desmentido nesse ponto e para que vocês como eu dizia antes estejam realmente preparados. Se alguns macedônios fossem comigo e não os encontrassem preparados, essa plena confiança seria motivo de nos envergonharmos, para não dizer que seria motivo de vocês se envergonharem. Julguei, portanto, necessário pedir aos irmãos que fossem até vocês à nossa frente e organizassem as ofertas já prometidas; uma vez recolhidas, tais ofertas seriam sinal de autêntica generosidade, e não demonstração de avareza.
Saibam de uma coisa: quem semeia com mesquinhez, com mesquinhez há de colher; quem semeia com generosidade, com generosidade há de colher. Cada um dê conforme decidir em seu coração, sem pena ou constrangimento, porque Deus ama quem dá com alegria. Deus pode enriquecer vocês com toda espécie de graças, para que tenham sempre o necessário em tudo e ainda fique sobrando alguma coisa para poderem colaborar em qualquer boa obra, conforme diz a Escritura: Ele distribuiu e deu aos pobres; e sua justiça permanece para sempre.
Deus, que dá semente ao semeador, também dará o pão em alimento; para vocês multiplicará a semente, e ainda fará crescer o fruto da justiça que vocês têm. E vocês ficarão enriquecidos de todos os modos para praticar toda espécie de generosidade, que provocará a ação de graças a Deus por meio de nós. De fato, o serviço desta coleta não deve apenas satisfazer às necessidades dos cristãos, mas há de ser ocasião de dar efusivas ações de graças a Deus. Tal serviço será para eles uma prova; e eles agradecerão a Deus pela

obediência que vocês professam ao Evangelho de Cristo e pela generosidade com que vocês repartem os bens com eles e com todos. Eles manifestarão a sua ternura, rezando por vocês por causa da graça extraordinária que Deus concedeu a vocês. Graças sejam dadas a Deus por seu dom extraordinário".

Nota:193

cf. **At 4,34**: "Entre eles ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro".

Dt 15,4: "É verdade que no meio de você não haverá nenhum pobre, porque Javé vai abençoar você na terra que Javé seu Deus dará a você, para que a possua como herança".

Nota:194

Gl 6,10: "Portanto, enquanto temos tempo, façamos o bem a todos, especialmente aos que pertencem à nossa família na fé".

Nota:195

cf. **Rm 13,1-7**: "Submetam-se todos às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus. Quem se opõe à autoridade, se opõe à ordem estabelecida por Deus. Aqueles que se opõem, atraem sobre si a condenação. Na verdade, os que governam não devem ser temidos quando se faz o bem, mas quando se faz o mal. Se você não quer ter medo da autoridade, faça o bem, e ela o elogiará. A autoridade é o instrumento de Deus para o bem de você, mas, se você pratica o mal, tema, pois não é à toa que a autoridade usa a espada: quando castiga, ela está a serviço de Deus, para manifestar a ira dele contra o malfeitor. Por isso, é preciso submeter-se, não só por medo do castigo, mas também por dever de da criatura humana por causa do Senhor, seja ao rei como soberano, seja aos governadores como enviados dele para punir os malfeitores e para louvar os que fazem o bem. Pois esta é a vontade de Deus: praticar o bem, fazendo calar a ignorância dos insensatos. Comportem-se como homens livres, não usando a liberdade como desculpa para o mal, mas como servos de Deus. Respeitem a todos, amem os irmãos, temam a Deus e respeitem o rei.

Criados, com todo o temor submetam-se aos seus patrões, não só aos bons e compreensivos, mas também aos que são duros".

Nota:196

cf. **Mt 11,5**: "os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia".

Lc 4,18: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos".

Nota:197

cf. **2Cor 8,9**: "De fato, vocês conhecem a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês".

Mt 5,3: "Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu".

Nota:198

GS 1: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.

A comunidade dos discípulos de Cristo é formada por homens e mulheres que, reunidos em Cristo e guiados pelo Espírito Santo em sua busca do reino de Deus, sentem-se real e intimamente unidos a todo o gênero humano e à sua história, por terem recebido a mensagem da salvação para comunicar a todos".

Nota:199

GS 36: "Hoje em dia, muitos temem que a vinculação da atividade humana à moral e à religião prejudique a autonomia das pessoas e da sociedade, constituindo um empecilho para o progresso da ciência.

É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando.

É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que lhes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé.

Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé.

Quando, porém, se entende por autonomia das coisas terrenas, a pretensão de que não foram criadas por Deus e que se pode delas usar sem qualquer referência ao criador, é claro que se trata de uma falsa idéia, a ser rejeitada por todo aquele que reconhece a Deus. Sem o criador a criatura se reduz a nada. Aliás todas as pessoas que têm fé, independentemente da religião que professem, reconhecem a voz e a manifestação de Deus nas criaturas. O esquecimento de Deus torna o mundo incompreensível".

Nota:200

Justiça no mundo, introd.

Nota:201

EN 31: "Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do

homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar "que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade".

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa".

Nota:202

DSD: "**159.** Jesus ordenou a seus discípulos que repartissem o pão multiplicado à multidão necessitada, de modo que todos comeram e ficaram saciados (cf. Mc 6,34-44). Curou os enfermos, passou a vida fazendo o bem (At 10,38). No final dos tempos, nos julgará no amor (cf. Mt 25).

Jesus é o bom samaritano (Lc 10,25-37) que encarna a caridade e não só se comove, mas se transforma em ajuda eficaz. Sua ação é motivada pela dignidade de todo homem, cujo fundamento está em Jesus Cristo como Verbo criador (cf. Jo 1,3), encarnado (cf. Jo 1,14). Como indicava a Gaudium et spes: O mistério do homem só se torna claro verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado. Com efeito, Adão o primeiro homem era figura daquele que haveria de vir, isto é, de Cristo Senhor. Novo Adão, na mesma revelação do mistério do Pai e de seu amor, Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação (GS 22).

Dignidade que não se perdeu pela ferida do pecado, mas que foi exaltada pela compaixão de Deus, que se revela no coração de Jesus Cristo (cf. Mc 6,34). A solidariedade cristã é certamente serviço aos necessitados, mas é, sobretudo, fidelidade a Deus. Isto fundamenta a relação entre evangelização e promoção humana (E. N. 31).

160. Nossa fé no Deus de Jesus Cristo e o amor aos irmãos têm de traduzir-se em obras concretas. O seguimento de Cristo significa comprometer-se a viver segundo seu estilo. Esta preocupação de coerência entre a fé e a vida sempre esteve presente nas comunidades cristãs. Já o apóstolo Tiago escrevia: Meus irmãos, se alguém disser que tem fé, mas não tem obras, que lhe aproveitará isso? Acaso a fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã não tiverem o que vestir e lhes faltar o necessário para a subsistência de cada dia, e alguém dentre vós lhes disser: Ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, e não lhes der o necessário para a sua manutenção, que proveito haverá nisso? Assim também a fé, se não tiver obras, está morta em seu isolamento. Com efeito, como o corpo sem o sopro da vida é morto, assim também é morta a fé sem obras (Tg 2,14-17.26).

161. A falta de coerência entre a fé que se professa e a vida cotidiana é uma das várias causas que geram pobreza em nossos países, porque os cristãos não souberam encontrar na fé a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis pela liderança ideológica e pela organização da convivência social, econômica e política de nossos povos. Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça (P 437).

162. A promoção, como indica a Doutrina Social da Igreja, deve levar o homem e a mulher a passar de condições menos humanas para condições cada vez mais humanas, até chegar ao pleno conhecimento de Jesus Cristo (Populorum progressio 14-15). Em sua raiz, descobrimos, pois, que se trata de um verdadeiro canto à vida, de toda vida, desde o não-nascido até o abandonado.

163. Maria, a mulher solícita ante a necessidade surgida nas bodas de Caná, é modelo e figura da Igreja ante toda forma de necessidade humana (cf. Jo 2,3ss). À Igreja, assim como a Maria, Jesus lhe recomenda preocupar-se pelo cuidado maternal da humanidade, sobretudo dos que sofrem (cf. Jo 19,26-27)".

Nota:203

EA 55: "O complexo fenômeno da globalização, como lembrei anteriormente, é uma das características da nossa época, verificável especialmente na América. Dentre esta variada realidade, o aspecto econômico assume grande importância. Com a sua doutrina social, a Igreja oferece uma válida contribuição para a problemática que apresenta a atual economia globalizada. Sua visão moral nesta matéria "apóia-se sobre os três alicerces fundamentais da dignidade humana, da solidariedade e da subsidiariedade". A economia globalizada deve ser analisada à luz dos princípios da justiça social, respeitando a opção preferencial pelos pobres, que devem ser colocados em condições de defender-se numa economia globalizada, e as exigências do bem comum internacional. Na verdade, "a doutrina social da Igreja é a visão moral que visa estimular os governos, as instituições e as organizações privadas para que projetem um futuro compatível com a dignidade humana. Nesta perspectiva, pode-se considerar as questões relacionadas com a dívida externa, a corrupção política interna e a discriminação tanto dentro das nações como entre elas".

A Igreja na América é chamada não só a promover uma maior integração entre as nações, contribuindo assim a criar uma autêntica cultura globalizada da solidariedade, mas também a colaborar com todos os meios legítimos para a redução dos efeitos negativos da globalização, tais como o domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos, especialmente no campo econômico, e a perda dos valores das culturas locais a favor de uma mal-entendida homogeneização".

Nota:204

PP 14: "O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se inclui. O que conta para nós, é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira".

Nota:205

DSD: "**178.** Evangelizar é fazer o que Jesus Cristo fez, quando mostrou na sinagoga que veio para evangelizar os pobres (cf. Lc 4,18-19). Ele se fez pobre, embora fosse rico, para nos enriquecer com sua pobreza (2Cor 8,9). Ele nos desafia a dar testemunho autêntico de pobreza evangélica em nosso estilo de vida e em nossas estruturas eclesiais, tal qual Ele fez.

Esta é a fundamentação que nos compromete numa opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável, mas não exclusiva e nem excludente, tão solenemente afirmada nas Conferências de Medellín e Puebla. Sob a luz desta opção preferencial, a exemplo de Jesus, nos inspiramos para toda ação evangelizadora comunitária e pessoal (cf. SRS 42; RMi 14; João Paulo II, Discurso Inaugural, 16). Com o potencial evangelizador dos pobres (P 1147), a Igreja pobre quer impulsionar a evangelização de nossas comunidades.

Descobrir nos rostos sofredores dos pobres o rosto do Senhor (Mt 25,31-46) é algo que desafia todos os cristãos a uma profunda conversão pessoal e eclesial. Na fé encontramos os rostos desfigurados pela fome, conseqüência da inflação, da dívida externa e das injustiças sociais; os rostos desiludidos pelos políticos que prometem, mas não cumprem; os rostos humilhados por causa de sua própria cultura, que não é respeitada, quando não desprezada; os rostos aterrorizados pela violência diária e indiscriminada; os rostos angustiados dos menores abandonados que caminham por nossas ruas e dormem sob nossas pontes; os rostos sofridos das mulheres humilhadas e desprezadas; os rostos cansados dos migrantes que não encontram digna acolhida; os rostos envelhecidos pelo tempo e pelo trabalho dos que não têm o mínimo para sobreviver dignamente (cf. CECAM, Documento de Trabalho, 163). O amor misericordioso é também voltar-se para os que se encontram em carência espiritual, moral, social e cultural.

Desafios pastorais:

179. O crescente empobrecimento a que estão submetidos milhões de irmãos nossos, que chega a intoleráveis extremos de miséria, é o mais devastador e humilhante flagelo que vive a América Latina e Caribe. Assim o denunciamos tanto em Medellín como em Puebla e hoje voltamos a fazê-lo com preocupação e angústia.

As estatísticas mostram com eloqüência que na última década as situações de pobreza cresceram tanto em números absolutos como relativos. A nós, pastores, comove-nos até as entranhas ver continuamente a multidão de homens e mulheres, crianças e jovens e anciãos que sofrem o insuportável peso da miséria, assim como diversas formas de exclusão social, étnica e cultural; são pessoas humanas concretas e irrepetíveis que vêem seus horizontes cada vez mais fechados e sua dignidade desconhecida.

Vemos o empobrecimento de nosso povo não só como um fenômeno econômico e social, registrado e quantificado pelas ciências sociais. Nós o vemos de dentro da experiência de muita gente com quem compartilhamos, como pastores, sua luta cotidiana pela vida.

A política de corte neoliberal que predomina hoje na América Latina e no Caribe aprofunda ainda mais as conseqüências negativas destes mecanismos. Ao desregular indiscriminadamente o mercado, eliminar partes importantes da legislação trabalhista e despedir empregados, ao reduzir os gastos sociais que protegiam as famílias dos trabalhadores, foram ainda mais aumentadas as distâncias na sociedade.

Temos de aumentar a lista dos rostos sofridos que já havíamos assinalado em Puebla (cf. DP 31-39), todos eles desfigurados pela fome, aterrorizados pela violência, envelhecidos por condições de vida infra-humanas, angustiados pela sobrevivência familiar. O Senhor nos pede que saibamos descobrir seu próprio rosto nos rostos sofridos dos irmãos.

Por outro lado, comprovamos com alegria os múltiplos esforços que diversos grupos e instituições da América Latina e do Caribe estão fazendo, a fim de transformar esta realidade. A Igreja, chamada a ser cada vez mais fiel a sua opção preferencial pelos pobres, tem tido crescente participação nos mesmos. Damos graças a Deus por isto e convocamos a alargar o caminho já aberto, porque muito mais são os que ainda têm de caminhar por ele.

Linhas pastorais

180. Assumir com decisão renovada a evangélica opção preferencial pelos pobres, seguindo o exemplo e as palavras do Senhor Jesus, com plena confiança em Deus, austeridade de vida e partilha de bens.

Privilegiar o serviço fraterno aos mais pobres entre os pobres e ajudar as instituições que cuidam deles: os deficientes, enfermos, idosos solitários, crianças abandonadas, presos, aidéticos e todos aqueles que requerem a proximidade misericordiosa do bom samaritano.

Corrigir atitudes e comportamentos pessoais e comunitários, bem como as estruturas e métodos pastorais, a fim de que não afastem os pobres, mas que propiciem a proximidade e a partilha com eles.

Promover a participação social junto ao Estado, pleiteando leis que defendam os direitos dos pobres.

181. Fazer de nossas paróquias um espaço para a solidariedade.

Apoiar e estimular as organizações de economia solidária, com as quais nossos povos tratam de responder às angustiosas situações de pobreza.

Urgir respostas dos Estados para as difíceis situações agravadas pelo modelo econômico neoliberal, que afeta principalmente os mais pobres. Entre estas situações, é importante destacar os milhões de latino-americanos que lutam para sobreviver na economia informal.

296. Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla. Esta opção, não exclusiva nem excludente, iluminará, à imitação de Jesus Cristo, toda nossa ação evangelizadora.

A essa luz, convidamos a promover uma nova ordem econômica, social e política, conforme a dignidade de todas e cada uma das pessoas, implantando a justiça e a solidariedade e abrindo para todas elas horizontes de eternidade.

302. A Igreja na América Latina e Caribe proclama sua fé: Jesus Cristo: ontem, hoje e sempre (cf. Hb 13,8). Nossas Igrejas particulares, unidas na esperança e no amor, sob a proteção de Nossa Senhora de Guadalupe, em comunhão com o Santo Padre e em continuidade com as orientações pastorais das Conferências Gerais de Medellín e Puebla, comprometem-se a trabalhar em: 1. Uma nova evangelização de nossos povos. À qual TODOS estão chamados

Com ênfase na PASTORAL VOCACIONAL com especial protagonismo dos LEIGOS e, entre eles, dos JOVENS, mediante a educação contínua da fé e sua celebração: a CATEQUESE e a LITURGIA. Para além de nossas próprias fronteiras: AMÉRICA LATINA MISSIONÁRIA.

2. Uma promoção integral do povo latino-americano e caribenho a partir de uma evangélica e renovada opção pelos POBRES a serviço da VIDA e da FAMÍLIA.

3. Uma evangelização inculturada que penetre os ambientes marcados pela CULTURA URBANA, que se encarne nas CULTURAS INDÍGENAS e AFRO-AMERICANAS, com uma eficaz AÇÃO EDUCATIVA e uma MODERNA COMUNICAÇÃO".

Nota:206
DGAP, 15: "*A evangélica opção preferencial pelos pobres* é uma atitude de Jesus, que deve ser assumida pela Igreja. Cristo veio evangeli zar a todos e, por isso, teve como preferência específica: evangelizar os pobres. Os primeiros destinatários da missão são os pobres, sendo a sua evangelização sinal e prova, por excelên cia, da missão de Jesus.
16. A opção pelos pobres pode e deve impulsionar a Igreja a descobrir, sempre de novo, a exigência radical do Evangelho, libertando-a da acomodação e do conformismo aos esquemas deste mundo.
Jesus, ao aproximar-se dos marginalizados pela sociedade e das vítimas da rejeição e do desprezo, fá-los sentir e viver uma experiência de libertação, e uma partilha junto à mes ma mesa.
Entre o anúncio evangélico e a promoção do homem, entre a caridade cristã e a promoção humana, há uma estreita e profunda conexão, como mostra o ensino social da Igreja".
Nota:207
2Cor 8,9: "De fato, vocês conhecem a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês".
Nota:208
EA 18: "Entre os fatores que favorecem o influxo da Igreja na formação cristã dos americanos, deve-se ressaltar sua vasta presença no campo da educação, especialmente no mundo universitário. As numerosas Universidades católicas espalhadas no Continente constituem um aspecto característico da vida eclesial na América. Da mesma forma, no âmbito do ensino primário e secundário, o elevado número de escolas católicas oferece a possibilidade de uma ação evangelizadora do mais alto alcance, desde que seja acompanhada por uma vontade decidida a fornecer uma educação realmente cristã.
Outro campo importante onde a Igreja acha-se presente em toda parte da América é a assistência caritativa e social. As múltiplas iniciativas a favor dos idosos, dos enfermos e dos que passam necessidade, tais como asilos, hospitais, dispensários, refeições gratuitas e outros centros sociais, são testemunho palpável do amor preferencial que a Igreja na América nutre pelos pobres, movida pelo amor do Senhor e ciente de que "Jesus se identificou com eles (cf. Mt 25,31-46)". Nesta tarefa que não conhece fronteiras, ela soube criar uma consciência de solidariedade concreta entre as diversas comunidades do Continente e do mundo inteiro, manifestando assim a fraternidade que deve caracterizar os cristãos de todos os tempos e lugares.
O serviço aos pobres, para que seja evangélico e evangelizador, deve ser um reflexo fiel da atitude de Jesus, que veio "para anunciar aos pobres a Boa Nova" (Lc 4,18). Se realizado com este espírito, torna-se uma manifestação do amor infinito de Deus por todos os homens e um modo significativo de transmitir a esperança de salvação que Cristo trouxe ao mundo, e que resplandece de modo particular quando é comunicada aos abandonados ou rejeitados pela sociedade.
Esta constante dedicação pelos pobres e excluídos da sociedade se reflete no Magistério social da Igreja, que não se cansa de convidar a comunidade cristã a comprometer-se a superar toda forma de exploração e de opressão. Trata-se, de fato, não só de aliviar as necessidades mais graves e urgentes através de ações individuais ou esporádicas, mas de pôr em evidência as raízes do mal, sugerindo iniciativas que dêem às estruturas sociais, políticas e econômicas uma configuração mais justa e solidária".
Nota:209
cf. **Sl 34 [33], 7**: "Este pobre gritou, Javé ouviu, e o salvou de todos os apertos".
Nota:210
EA 58: "'A Igreja na América deve encarnar nas suas iniciativas pastorais a solidariedade da Igreja universal pelos pobres e pelos marginalizados de toda espécie. Sua posição deve compreender a assistência, a promoção, a libertação e a acolhida fraterna. O objetivo da Igreja é que não haja nenhum marginalizado'. A recordação dos capítulos cinzas da história da América, relativos à prática da escravidão e outras situações de discriminação social, não deve deixar de suscitar um sincero desejo de conversão que leve à reconciliação e à comunhão.
A atenção aos mais necessitados provém da opção de amar de modo preferencial os pobres. Trata-se de um amor que não é exclusivo e não pode ser interpretado como sinal de parcialidade ou de facciosismo; amando os pobres, o cristão segue o comportamento do Senhor, o qual, na sua vida terrena, dedicou-se, com sentimentos de particular compaixão, às necessidades espirituais e materiais das pessoas indigentes.
A obra da Igreja em favor dos pobres em todas as zonas do Continente é importante; deve-se, porém, continuar a trabalhar a fim de que esta linha de ação pastoral seja sempre mais destinada ao encontro com Cristo, o qual, sendo rico, Se fez pobre por nós, a fim de nos enriquecer com a sua pobreza (cf. 2Cor 8,9). É necessário intensificar e estender quanto já se vem fazendo neste campo, com o fim de alcançar o maior número de pobres. A Sagrada Escritura lembra que Deus escuta o grito dos pobres (cf. Sl 34 [33], 7) e a Igreja deve permanecer atenta ao grito dos mais necessitados. Escutando a sua voz, 'ela deve viver com os pobres e participar dos seus sofrimentos. [...] Com o seu estilo de vida, as suas prioridades, as suas palavras e as suas ações, ela deve testemunhar que está em comunhão e solidariedade com eles'".
Nota:211
EA 18: "Entre os fatores que favorecem o influxo da Igreja na formação cristã dos americanos, deve-se ressaltar sua vasta presença no campo da educação, especialmente no mundo universitário. As numerosas Universidades católicas espalhadas no Continente constituem um aspecto característico da vida eclesial na América. Da mesma forma, no âmbito do ensino primário e secundário, o elevado número de escolas católicas oferece a possibilidade de uma ação evangelizadora do mais alto alcance, desde que seja acompanhada por uma vontade decidida a fornecer uma educação realmente cristã.
Outro campo importante onde a Igreja acha-se presente em toda parte da América é a assistência caritativa e social. As múltiplas iniciativas a favor dos idosos, dos enfermos e dos que passam necessidade, tais como asilos, hospitais, dispensários, refeições gratuitas e outros centros sociais, são testemunho palpável do amor preferencial que a Igreja na América nutre pelos pobres, movida pelo amor do Senhor e ciente de que "Jesus se identificou com eles (cf. Mt 25,31-46)". Nesta tarefa que não conhece fronteiras, ela soube criar uma consciência de solidariedade concreta entre as diversas comunidades do Continente e do mundo inteiro, manifestando assim a fraternidade que deve caracterizar os cristãos de todos os tempos e lugares.

O serviço aos pobres, para que seja evangélico e evangelizador, deve ser um reflexo fiel da atitude de Jesus, que veio "para anunciar aos pobres a Boa Nova" (Lc 4,18). Se realizado com este espírito, torna-se uma manifestação do amor infinito de Deus por todos os homens e um modo significativo de transmitir a esperança de salvação que Cristo trouxe ao mundo, e que resplandece de modo particular quando é comunicada aos abandonados ou rejeitados pela sociedade.

Esta constante dedicação pelos pobres e excluídos da sociedade se reflete no Magistério social da Igreja, que não se cansa de convidar a comunidade cristã a comprometer-se a superar toda forma de exploração e de opressão. Trata-se, de fato, não só de aliviar as necessidades mais graves e urgentes através de ações individuais ou esporádicas, mas de pôr em evidência as raízes do mal, sugerindo iniciativas que dêem às estruturas sociais, políticas e econômicas uma configuração mais justa e solidária".

Nota:212

cf. Mater et Magistra (1961), Populorum Progressio (1967), Laborem Exercens (1981), Sollicitudo Rei Socialis (1987), Centesimus Annus (1991) e outros inúmeros documentos específicos.

Nota:213

cf. o Movimento de Natal, o MEB, o Plano de Emergência e documentos como Mensagem da Comissão Central da CNBB, 30.4.1963; Plano de Pastoral de Conjunto, 1966; Ouvi o clamor do meu povo, 1973; Exigências cristãs da Ordem política, 1977; Igreja e problemas da terra, 1980; Solo urbano e Ação pastoral, 1982; Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil, 1984; Por uma nova ordem constitucional, 1986; etc.; cf. também as recentes Campanhas da Fraternidade.

Nota:214

cf. capítulo III, CNBB - Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da igreja no Brasil.:

Nota:215

cf. CF 99 e as Conclusões da II e da III Semanas Sociais Brasileiras.

Nota:216

Mc 10,45: "Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

Nota:217

1Cor 11,17-34: "Dito isso, não posso elogiar vocês, porque as suas assembléias, em vez de ajudá-los a progredir, os prejudicam. Antes de tudo, ouço dizer que, quando estão reunidos em assembléia, há divisões entre vocês. E, em parte, eu acredito nisso. É preciso mesmo que haja divisões entre vocês, a fim de que se veja quem dentre vocês resiste a essa prova. De fato, quando se reúnem, o que vocês fazem não é comer a Ceia do Senhor, porque cada um se apressa em comer a sua própria ceia. E, enquanto um passa fome, outro fica embriagado. Será que vocês não têm suas casas onde comer e beber? Ou desprezam a Igreja de Deus e querem envergonhar aqueles que nada têm? O que vou dizer para vocês? Devo elogiá-los? Não! Nesse ponto não os elogio.

De fato, eu recebi pessoalmente do Senhor aquilo que transmiti para vocês: Na noite em que foi entregue, o Senhor Jesus tomou o pão e, depois de dar graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo que é para vocês; façam isto em memória de mim. Do mesmo modo, após a Ceia, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue; todas as vezes que vocês beberem dele, façam isso em memória de mim. Portanto, todas as vezes que vocês comem deste pão e bebem deste cálice, estão anunciando a morte do Senhor, até que ele venha.

Por isso, todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Portanto, cada um examine a si mesmo antes de comer deste pão e beber deste cálice, pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo, come e bebe a própria condenação. É por isso que entre vocês há tantos fracos e enfermos, e muitos morreram. Se nós examinássemos a nós mesmos, não seríamos julgados; mas, o Senhor nos corrige por meio de seus julgamentos, para que não sejamos condenados com o mundo.

Em resumo, irmãos, quando vocês se reúnem para a Ceia, esperem uns pelos outros. Se alguém tem fome, coma em sua casa. Assim vocês não estarão se reunindo para a própria condenação. Quanto ao resto darei instruções quando aí chegar".

Nota:218

Ética, pessoa e sociedade: "117. A violência e a injustiça são, hoje, o sinal mais evidente do fracasso da nossa sociedade no plano ético. Além de uma leitura sociológica das causas dessa situação, como cristãos fazemos uma leitura teológica. Uma ênfase excessiva sobre o pecado individual, de um lado, mesmo no meio da tradição católica, e a recusa moderna da noção de culpa, por outro lado, têm contribuído para a perda do sentido do pecado, percebida e denunciada pelo Magistério. Ela manifesta não apenas uma menor sensibilidade religiosa, enquanto o sentido do pecado está intrinsecamente ligado à responsabilidade perante Deus, mas também uma menor sensibilidade moral, que afeta a todos, mesmo aqueles que não queiram fazer uma explícita profissão de fé.

118. Convém frisar como os pecados individuais geram estruturas de pecado chamadas também, por analogia, pecados sociais (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 1846-1876). É significativo que já o Apóstolo Paulo usasse quase exclusivamente o termo pecado no singular, para indicar uma força personificada, que exerce uma tirania sobre a vida das pessoas humanas, reduzidas, assim, a uma condição de alienação ou de escravidão (cf. *Rm* 5,12-21; 6,17-20; *1Cor* 15,21; *Ef* 2,3; *Gl* 5,17,21). O Apóstolo e com ele a Igreja acredita, porém, que Cristo venceu o pecado. A plenitude da salvação vem da graça de Cristo, como dom gratuito de Deus, acessível a toda pessoa humana, libertando-a do pecado e do império da injustiça e da iniquidade (cf *Rm* 5,20). Esta libertação não é apenas dom ou perdão. Ela suscita a necessidade de uma resposta, que corresponda ao amor do Deus libertador. O cristão é chamado a se empenhar no caminho de sua libertação e da libertação da humanidade, fazendo do dom recebido também uma tarefa permanente, um empenho cotidiano, que inspira toda a sua vida.

119. Devemos reconhecer que o espírito de Deus age entre todos os seres humanos, suscitando em sua consciência a busca do bem e a participação na gigantesca luta pela justiça e pela libertação do pecado, que atravessa toda a história humana. Nela, todas as pessoas humanas, cristãs ou não, são solidárias: tanto no sofrimento que a injustiça traz, quanto no empenho pela libertação. Sobre esta solidariedade se apóia o diálogo

entre a Igreja e a sociedade, na busca de um futuro que corresponda aos anseios de paz e à esperança de justiça da humanidade (cf. *Gaudium et Spes*, 40-44).

120. A Igreja católica sente-se responsável, perante Deus, não somente por anunciar a mensagem evangélica, mensagem de graça e esperança, mas também por indicar princípios e normas morais, tanto no plano individual quanto na ordem social, na medida em que os considera necessários à salvação que anuncia e ligados a direitos fundamentais das pessoas (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 2032).

121. Na sociedade brasileira, nas últimas décadas, o Episcopado tem-se esforçado especialmente para expressar as exigências cristãs de uma ordem política e as exigências éticas da ordem democrática (cf. *Documentos da CNBB*, nº 10, 1977, e nº 42, 1989). Em geral, seu ensinamento e sua atuação parecem contar com a aprovação e a confiança da grande maioria dos brasileiros, o que torna ainda maior a nossa responsabilidade perante a questão ética.

122. A Igreja contribui para a formação das consciências não apenas através de pronunciamentos ou documentos magisteriais. Os princípios morais e sociais são, em tese, acessíveis ao conhecimento humano, mesmo sem iluminação religiosa ou evangélica. A Igreja crê, contudo, que a prática correta e generosa da moral individual ou da ética social precisa da solidariedade da comunidade eclesial e das diversas formas com que ela procura educar a fé e fomentar a caridade, levando ao seguimento de Cristo, bem como elevar seu louvor a Deus e promover a santificação dos fiéis, por meio da celebração dos sacramentos. Entre eles contribui eficazmente à formação da consciência moral o sacramento da penitência, junto com as outras expressões de conversão, penitência e reconciliação, que querem ajudar as pessoas a renovar continuamente uma vida moral voltada para a santidade. Também a direção espiritual e as outras formas de educação da consciência, individuais ou comunitárias (como a revisão de vida, a reflexão bíblica em pequenos grupos, o diálogo fraterno sobre o compromisso na sociedade) contribuem para manter o cristão vigilante e disposto à renovação e ao crescimento.

123. A importância que a Igreja católica e, em geral, toda a tradição bíblico-cristã atribuem à dimensão ética se torna evidente na identificação da santidade com a oferta da própria vida, como hóstia viva, santa, agradável a Deus (*Rm* 12,1). Todos os fiéis são chamados a exercer juntos, em Cristo e na Igreja, este sacerdócio, marcado pela fé e a entrega a Deus, segundo o exemplo do próprio Cristo, mas cuja substância é constituída precisamente pelos atos morais, pela atuação livre da pessoa, pela sua prática da justiça e do amor (cf. *Lumen Gentium*, 10; *Catecismo da Igreja Católica*, 2031).

124. Na sua história, porém, a Igreja faz também experiência da distância que separa a mensagem que ela revela e a fraqueza humana daqueles aos quais o Evangelho é confiado (*Gaudium et Spes*, 43, par. 6).

125. A recente Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em Santo Domingo (1992), constatava a realidade de um Continente no qual se dá um divórcio entre fé e vida ao ponto de produzir clamorosas situações de injustiça, desigualdade social e violência (*Conclusões*, 24). Muitos se perguntam por que um Continente, que se diz cristão, apresenta situações de desigualdade entre as mais extremas e trágicas do mundo. A resposta envolve, sem dúvida, dados históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Mas é preciso reconhecer também o divórcio entre fé e vida. Uma das causas desse divórcio está na separação que se criou, até hoje, entre leigos e clero, ficando esse último com a responsabilidade da reflexão teológica e ética, enquanto o povo cristão se alimentava mais de devoções do que de uma espiritualidade de atuação cristã na família, na profissão, na economia, na política, na cultura...

126. Essa situação nos impõe, hoje, uma revisão de atitudes do passado e a criação de novas atitudes, como, por exemplo:

- a superação da distância entre clérigos e leigos, hierarquia e povo, intensificando a comunicação e o intercâmbio, fazendo participar ativamente os cristãos, engajados nas realidades terrestres, da elaboração de orientações éticas adequadas à sociedade presente e futura;
- a revisão de alguns aspectos da moral tradicional, que foram utilizados para justificar a escravidão, o racismo, o machismo, a desigualdade, a violência, e hoje exercem influência negativa na avaliação do corpo, da sexualidade, da dignidade da mulher, da dívida da sociedade para com os discriminados de ontem e de hoje;
- a revisão de uma moral individualista, demasiadamente centrada nas questões pessoais ou privadas, em detrimento de uma ética social e política, que se torne alma de uma atuação corajosa e lúcida dos cristãos na edificação da sociedade e da cultura;
- a busca sempre renovada dos ideais e valores evangélicos, para não se deixar subjugar pelo sistema econômico e político.

127. Para continuar e aprofundar a reflexão sobre este tema, com a colaboração vinda dos fiéis leigos e de sua vivência cristã, estamos oferecendo o presente documento".

Nota:219

EA 65: "O Continente americano conheceu na sua história muitos movimentos migratórios, com contingentes de homens e mulheres chegados às várias regiões, na esperança de um futuro melhor. O fenômeno continua ainda hoje, e engloba, de modo particular, numerosas pessoas e famílias provindas das Nações latino-americanas, estabelecidas nas regiões setentrionais do Continente, a ponto de constituir, em alguns casos, uma considerável parte da população. Com freqüência, estas são portadoras de um patrimônio cultural e religioso rico de significativos elementos cristãos. A Igreja está ciente dos problemas surgidos com esta situação e empenha-se em desenvolver, com todos os meios, a própria ação pastoral entre estes imigrantes, para favorecer o seu estabelecimento no território, e para suscitar, ao mesmo tempo, uma atitude de acolhida por parte das populações locais, convencida de que da mútua abertura trará um enriquecimento para todos.

As comunidades eclesiais não deixarão de ver no fenômeno uma específica chamada a viver o valor evangélico da fraternidade e, ao mesmo tempo, um convite a imprimir um renovado impulso à própria religiosidade, para uma evangelização mais incisiva. Nesse sentido, os Padres Sinodais lembraram que "a Igreja na América deve ser advogada atenta que defende, contra toda injusta e restrição, o direito natural da livre movimentação de toda pessoa dentro da sua nação e de uma nação para outra. É preciso cuidar dos direitos dos migrantes e das suas famílias, e do respeito da sua dignidade humana, inclusive no caso das imigrações ilegais".

Com relação aos migrantes há de haver uma atitude hospitaleira e acolhedora, que os estimule a se inserir na vida eclesial, ressalvadas sempre sua liberdade e a peculiar identidade cultural. Para tanto, é de sobremaneira vantajosa a colaboração entre as Dioceses de onde eles provêm e aquelas em que são acolhidos, inclusive

através de específicas estruturas pastorais previstas na legislação e na praxe da Igreja. Dessa forma, pode assegurar-se uma mais adequada e completa assistência pastoral. A Igreja na América deve sentir-se mobilizada pela constante solicitude de não deixar faltar uma eficaz ação evangelizadora dos que acabam de chegar e ainda não conhecem a Cristo".

Nota:220

EV CAP. IV, 78: "A Igreja recebeu o Evangelho, como anúncio e fonte de alegria e de salvação. Recebeu-o como dom de Jesus, que foi enviado pelo Pai "para anunciar a Boa Nova aos pobres" (Lc 4,18). Recebeu-o através dos Apóstolos, que o Mestre enviou pelo mundo inteiro (cf. Mc 16,15; Mt 28,19-20). Nascida desta ação missionária, a Igreja ouve ressoar em si mesma todos os dias aquela palavra de incitamento apostólico: "Ai de mim se não evangelizar!" (2Cor 9,16). "Evangelizar como escrevia Paulo VI constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar".

A evangelização é uma ação global e dinâmica que envolve a Igreja na sua participação da missão profética, sacerdotal e real do Senhor Jesus. Por isso, a evangelização compreende indivisivelmente as dimensões do anúncio, da celebração e do serviço da caridade. É um ato profundamente eclesial, que compromete todos os operários do Evangelho, cada um segundo os seus carismas e o próprio ministério.

O mesmo acontece quando se trata de anunciar o Evangelho da vida, parte integrante do Evangelho que é Jesus Cristo. Nós estamos a serviço deste Evangelho, amparados na certeza de o termos recebido como dom e de sermos enviados a proclamá-lo a toda a humanidade, "até aos confins do mundo" (At 1,8). Por isso, grata e humildemente conservamos a consciência de ser o povo da vida e pela vida e assim nos apresentamos diante de todos".

Nota:221

EA 56: "À luz da doutrina social da Igreja compreende-se melhor a gravidade dos "pecados sociais que clamam ao céu, porque geram violência, rompem a paz e a harmonia entre as comunidades de uma mesma nação, entre nações e as diferentes zonas do Continente". Entre eles devem ser lembrados, "o comércio de drogas, a reciclagem de lucros ilícitos, a corrupção em qualquer ambiente, o terror da violência, a corrida aos armamentos, a discriminação racial, as desigualdades entre os grupos sociais, a destruição irracional da natureza". Estes pecados manifestam uma crise profunda devida à perda do sentido de Deus e pela ausência daqueles princípios morais que devem nortear a vida de cada homem. Sem referências morais, cai-se na avidez desenfreada de riqueza e de poder, que ofusca qualquer visão evangélica da realidade social.

Não raro, isto leva algumas instâncias públicas a descurar a situação social. Domina cada vez mais, em muitos Países americanos, um sistema conhecido como "neoliberalismo"; sistema este que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis de mercado como parâmetros absolutos a prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo. Por vezes, este sistema transformou-se numa justificação ideológica de algumas atitudes e modos de agir no campo social e político que provocam a marginalização dos mais fracos. De fato, os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas freqüentemente injustas.

A melhor resposta, a partir do Evangelho, para esta dramática situação é a promoção da solidariedade e da paz, em vista da efetiva realização da justiça. A tal fim, ocorre estimular e ajudar os que são exemplo de honestidade na administração das finanças públicas e da justiça. Ocorre, outrossim, apoiar o processo de democratização que se está realizando na América, pois num sistema democrático são maiores as possibilidades de controle que permitem evitar os abusos.

"O Estado de direito é a condição necessária para estabelecer uma autêntica democracia". Para que esta se possa desenvolver, é necessária a educação cívica e a promoção da ordem pública e da paz. Com efeito, "não há democracia autêntica e estável sem justiça social. Por isso, é necessário que a Igreja ponha maior atenção na formação das consciências, prepare os dirigentes sociais para a vida pública em todos os níveis, promova a educação cívica, a observância da lei e dos direitos humanos e dedique um maior esforço para a formação ética da classe política'".

Nota:222

LG 16: "Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se filiam à fé de Abraão e conosco adoram a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como salvador, os quer salvar a todos, (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, dom daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo Maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: Pregai o Evangelho a todas as criaturas. (Mc 16, 15)".

Nota:223

NA 2: "Da mais remota antigüidade, até os dias de hoje, todos os povos têm certa percepção da energia latente na vida e nos acontecimentos humanos. Reconhecem assim, de algum modo, a divindade, o Pai. Esta percepção e este reconhecimento correspondem, em profundidade, a seu senso religioso.

A religião, desenvolvendo-se em conexão com a cultura, procura exprimir a resposta a estas questões fundamentais por intermédio de noções mais apuradas e numa linguagem melhor elaborada.

No hinduísmo, por exemplo, medita-se sobre o mistério divino, que se exprime numa fecundidade inexaurível de mitos, envidando incansáveis esforços filosóficos para conseguir a libertação dos vínculos de nossa condição.

Com o mesmo objetivo, buscando refúgio em Deus, com amor e confiança, praticam-se diversas formas de vida ascética e de meditação transcendental.
Nas variadas formas de budismo, reconhece-se a radical insuficiência deste mundo mutável e se ensina o caminho a ser seguido pelo homem devoto e confiante, seja para chegar ao estado de perfeita libertação, seja para alcançar a suprema iluminação, com suas próprias forças e contando com o auxílio do alto.
De maneira semelhante, as demais religiões, espalhadas pelo mundo inteiro, procuram vir, de muitos modos, ao encontro da inquietação do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas, preceitos e ritos sagrados.
A Igreja católica não rejeita o que é verdadeiro e santo em todas as religiões. Considera suas práticas, maneiras de viver, preceitos e doutrinas como reflexo, não raramente autêntico, da verdade que ilumina todos os seres humanos, ainda que se distanciem do que ela crê e ensina. Anuncia, porém, a Cristo, e se sente incessantemente obrigada a fazê-lo, como "caminho, verdade e vida" (Jo 14, 16), em que todos somos chamados a encontrar a plenitude da religião e em quem Deus reconciliou consigo todas as coisas.
Por isso a Igreja católica exorta seus filhos ao diálogo e à colaboração com os seguidores das outras religiões, para que dêem o testemunho da fé e da vida cristã, reconhecendo, servindo e promovendo os bens espirituais e morais assim como os valores sócio-culturais presentes nelas".

Nota:224

RMi 28: "O Espírito manifesta-se particularmente na Igreja e em seus membros, mas sua presença e ação são universais, sem limites de espaço nem de tempo. O Concílio Vaticano II lembra a obra do Espírito no coração de cada homem, cuidando e fazendo germinar as sementes do Verbo, presentes nas iniciativas religiosas e nos esforços humanos à procura da verdade, do bem, e de Deus.
O Espírito oferece ao homem luz e forças que lhe permitem corresponder à sua altíssima vocação; graças a ele, o homem chega, por meio da fé, a contemplar e saborear o mistério dos planos divinos; mais ainda, devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério pascal. Seja como for, a Igreja sabe que o homem, solicitado incessantemente pelo Espírito de Deus, nunca poderá ser totalmente indiferente ao problema da religião, mantendo sempre o desejo de saber, mesmo se confusamente, qual o significado de sua vida, de sua atividade, e de sua morte. O Espírito está, portanto, na própria origem da questão existencial e religiosa do homem, que surge não só de situações contingentes, mas sobretudo da estrutura própria de seu ser.
A presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a História, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra.
Cristo ressuscitado, pela virtude de seu Espírito, atua já nos corações dos homens, não só despertando o desejo da vida futura, mas também alentando, purificando e robustecendo a família humana para tornar mais humana a sua própria vida e submeter a Terra inteira a este fim. É ainda o Espírito que infunde as sementes do Verbo, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo".

DA 17: "Estas poucas referências bastam para demonstrar que o Concílio reconheceu abertamente a presença de valores positivos não só na vida religiosa de cada crente das outras tradições religiosas, mas também nas mesmas tradições religiosas a que eles pertencem. Atribui estes valores à presença ativa de Deus mesmo através do seu Verbo, e também à ação universal do Espírito: Sem dúvida alguma afirma Ad Gentes o Espírito Santo estava já operando no mundo, antes da glorificação do Filho (AG 4).
Partindo, pois, de tudo isto, pode-se ver que estes elementos, como preparação para o Evangelho (LG 16), desempenharam e ainda desempenham um papel providencial na economia divina da salvação. E a Igreja reconhecendo-o é levada a entrar em diálogo e colaboração (NA 2; cf. GS 92-93): E exorta os seus filhos a que (...), dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais, assim como os valores sócioculturais nelas existentes (NA 2)."

Nota:225

RMi 29: "Assim, o Espírito que sopra onde quer (Jo 3,8) e que já operava no mundo, antes da glorificação do Filho, que enche o universo, abrangendo tudo e de tudo tem conhecimento (Sb 1,7), induz-nos a estender o olhar, para podermos melhor considerar sua ação, presente em todo o tempo e lugar. É uma referência que eu próprio sigo, muitas vezes, e que me guiou nos encontros com os mais diversos povos. As relações da Igreja com as restantes religiões baseiam-se num duplo aspecto: respeito pelo homem na sua busca de resposta às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito nesse mesmo homem. O encontro inter-religioso de Assis, excluída toda e qualquer interpretação equívoca, reforçou minha convicção de que toda a oração autêntica é suscitada pelo Espírito Santo, que está misteriosamente presente no coração dos homens.
Este Espírito é o mesmo que agiu na encarnação, vida, morte e ressurreição de Jesus, e atua na Igreja. Não é, de modo nenhum, uma alternativa para Cristo, nem vem preencher uma espécie de vazio, como algumas vezes se sugere existir, entre Cristo e o Logos. Tudo quanto o Espírito opera no coração dos homens e na história dos povos, nas culturas e religiões, assume um papel de preparação evangélica, e não pode deixar de se referir a Cristo, Verbo feito carne pela ação do Espírito, a fim de, como homem perfeito, salvar todos os homens e recapitular em si todas as coisas.
A ação universal do Espírito, portanto, não pode ser separada da obra peculiar que ele desenvolve no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Sempre é o Espírito que atua, quer quando dá vida à Igreja, impelindo-a a anunciar Cristo, quer quando semeia e desenvolve seus dons em todos os homens e povos, conduzindo a Igreja à descoberta, promoção e acolhimento desses dons, por meio do diálogo. Qualquer presença do Espírito deve ser acolhida com estima e gratidão, mas compete à Igreja discerni-la. A ela, Cristo deu o seu Espírito para a guiar até à verdade total (cf. Jo 16,13)."

Nota:226

DSD 228: "A vinda do Espírito Santo em Pentecostes (cf. At 2,1-11) põe de manifesto a universalidade do mandato evangelizador: pretende chegar a toda cultura. Manifesta também a diversidade cultural dos fiéis, quando ouviam cada um dos apóstolos falar na sua própria língua.

Nasce a cultura com o mandato inicial de Deus aos seres humanos: crescer e multiplicar-se, encher a terra e submetê-la (Gn 1,28-30). Dessa maneira, a cultura é cultivo e expressão de todo o humano em relação amorosa com a natureza e na dimensão comunitária dos povos.
Quando Jesus Cristo, na encarnação, assume e exprime todo o humano, exceto o pecado, então o Verbo de Deus entra na cultura. Assim, Jesus Cristo é a medida de todo o humano e portanto também da cultura. Ele, que se encarnou na cultura de seu povo, traz para cada cultura histórica o dom da purificação e da plenitude. Todos os valores e expressões culturais que possam dirigir-se a Cristo promovem o autêntico humano. O que não passa pelo Cristo não poderá ficar redimido".
At 2,1-11: "Quando chegou o dia de Pentecostes, todos eles estavam reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um barulho como o sopro de um forte vendaval, e encheu a casa onde eles se encontravam. Apareceram então umas como línguas de fogo, que se espalharam e foram pousar sobre cada um deles. Todos ficaram repletos do Espírito Santo, e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem.
Acontece que em Jerusalém moravam judeus devotos de todas as nações do mundo. Quando ouviram o barulho, todos se reuniram e ficaram confusos, pois cada um ouvia, na sua própria língua, os discípulos falarem. Espantados e surpresos, diziam: Esses homens que estão falando, não são todos galileus? Como é que cada um de nós os ouve em sua própria língua materna? Entre nós há partos, medos e elamitas; gente da Mesopotâmia, da Judéia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frígia e da Panfília, do Egito e da região da Líbia vizinha de Cirene; alguns de nós vieram de Roma, outros são judeus ou pagãos convertidos; também há cretenses e árabes. E cada um de nós em sua própria língua os ouve anunciar as maravilhas de Deus!".
Nota:227
DA 25: "Com efeito, estes padres dos primeiros séculos apresentam aquilo que se poderia chamar de teologia da história. A história converte-se em história da salvação, à medida que Deus, através dela, se manifesta progressivamente e se comunica à humanidade. Este processo de manifestação e de comunicação divina atinge o seu ápice na encarnação do Filho de Deus em Jesus Cristo. É o significado da distinção de Ireneu entre as quatro alianças feitas por Deus com o gênero humano: com Adão, Noé, Moisés e Jesus Cristo.8 Esta mesma corrente patrística, cuja importância não se pode subestimar atingiu, pode-se dizer, o seu ponto culminante com Agostinho, que nas suas últimas obras salienta a presença e a influência universal do mistério de Cristo, ainda antes da Encarnação. Em cumprimento do seu plano de Salvação, Deus, no seu Filho, alcançou a humanidade inteira. Assim, em certo sentido, o cristianismo já existia no início da humanidade".
Nota:228
GS 22: "O mistério do ser humano só se ilumina de fato à luz do mistério do Verbo encarnado. O primeiro homem, Adão, era imagem do futuro, o Cristo Senhor.
Ao revelar o mistério do Pai e de seu amor, Jesus Cristo, o último Adão, manifesta plenamente aos seres humanos o que é o ser humano e a sublimidade da vocação humana. Não admira pois que todas as verdades a que anteriormente aludíamos tenham sua fonte em Cristo e, nele, alcancem sua máxima expressão.
Ele é imagem do Deus invisível (Cl 1, 15), homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a integridade violada pelo pecado. Nele, a natureza humana foi assumida sem ser afetada e, por isso mesmo, tornou-se ainda mais digna e preciosa. Pela sua encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, uniu-se a todos os seres humanos. Trabalhou com mãos humanas, pensou e agiu como qualquer ser humano, amando com um coração humano. Nascido da virgem Maria, foi realmente um dos nossos em tudo, exceto no pecado.
Cordeiro inocente, tendo derramado livremente o seu sangue, nos mereceu a vida. Nele, Deus se reconciliou conosco e nos livrou da escravidão do demônio e do pecado, para que cada um de nós pudesse dizer com o apóstolo: o Filho de Deus me amou e se entregou por mim (Gl 2, 20). Sofrendo por nós, não apenas deu exemplo, para que lhe sigamos os passos, mas estabeleceu o caminho através do qual a vida e a morte ganham um sentido novo e se tornam vias de santificação.
O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as primícias do Espírito (Rm 8, 23), tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que é penhor da herança (Ef 1, 14), o homem interior se renova completamente, até a redenção do corpo (Rm 8, 23): Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês (Rm 8, 11).
O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição.
Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível. Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se pois admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associar ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus.
Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruiu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: Abba! Pai!".
Nota:229
DA 45: "Outro contexto em que o diálogo inter-religioso parece urgente é o da cultura. O conceito de cultura é mais amplo que o de religião. Há uma concepção segundo a qual a religião representa a dimensão transcendente da cultura e, em certo sentido, a sua alma. As religiões contribuíram sem dúvida para o progresso da cultura e para a edificação de uma sociedade mais humana. Mas, algumas vezes, as práticas religiosas tiveram um influxo alienante sobre as culturas. Uma cultura autônoma secularizada pode hoje exercer um papel crítico a respeito de certos elementos negativos em certas religiões. A questão, portanto, é complexa dado que diversas religiões podem coexistir numa única moldura cultural, enquanto uma mesma religião deve exprimir-se em contextos culturais diferentes. Acontece também que as diferenças religiosas podem conduzir para culturas diversas numa mesma região".
Nota:230

DA 38: “Neste contexto, é mais fácil ver por que e em que sentido o diálogo inter-religioso é um elemento integrante da missão evangelizadora da Igreja. A razão fundamental do empenho da Igreja no diálogo não é meramente de natureza antropológica, mas principalmente teológica. Deus, num diálogo que dura ao longo dos tempos, ofereceu e continua a oferecer a salvação à humanidade. Para ser fiel à iniciativa divina, a Igreja deve, pois, entrar num diálogo de salvação com todos”.
DV 2: “Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2 Pd 1, 4).
Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.
A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam s acontecimentos e iluminam o mistério neles contido.
A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação”.
Nota:231
DA 40: “Neste diálogo de salvação, os cristãos e os outros são chamados a colaborar com o Espírito do Senhor Ressuscitado, Espírito que está presente e opera universalmente. O diálogo inter-religioso não tende simplesmente para uma compreensão mútua e para relações amistosas. Atinge um nível muito mais profundo, que é o do espírito, onde o intercâmbio e a partilha consistem num testemunho mútuo do próprio credo e numa descoberta comum das respectivas convicções religiosas. Mediante o diálogo, os cristãos e os outros são convidados a aprofundar seu empenho religioso e a responder, com crescente sinceridade, ao apelo pessoal de Deus e ao dom gratuito que ele faz de si mesmo, dom que sempre passa, como proclama a nossa fé, através da mediação de Jesus Cristo e da obra do seu Espírito”.
Nota:232
DA 41: “Com este objetivo, ou seja, uma conversão mais profunda de todos para Deus, o diálogo inter-religioso já possui o seu próprio valor. Neste processo de conversão, pode nascer a decisão de deixar uma situação espiritual ou religiosa anterior, a fim de se dirigir para outra (DM 37). O diálogo sincero supõe, por um lado, aceitar reciprocamente a existência das diferenças, ou também das contradições, e, pelo outro respeitar a livre decisão que as pessoas tomam em conformidade com a própria consciência (cf. DH 2). O ensinamento do Concílio deve ser tido sempre em mente: E todos os homens estão obrigados a procurar a verdade, sobretudo no que se refere a Deus e à sua Igreja, e a abraçá-la e a pô-la em prática, uma vez conhecida (DH 1)”.
Nota:233
DA 77: “O diálogo inter-religioso e o anúncio, embora não no mesmo nível, são autênticos elementos da missão evangelizadora da Igreja. São legítimos e necessários. Estão intimamente ligados, mas não são intercambiáveis: o verdadeiro diálogo inter-religioso supõe, da parte do cristão, o desejo de fazer conhecer melhor, reconhecer e amar Jesus Cristo, e o anúncio de Jesus Cristo deve fazer-se no espírito evangélico do diálogo. As duas atividades permanecem distintas mas, como a experiência demonstra, a mesma Igreja local e a mesma pessoa podem estar diversamente empenhadas em ambas”.
Nota:234
DA: “**66.** Como disse o Papa Paulo VI na sua Exortação Evangelii nuntiandi: A apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens e as mulheres possam acreditar e serem salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderá ser substituída. Ela não admite indiferença, nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens e das mulheres que está em causa (EN 5). A urgência foi salientada por Paulo:
Mas como hão de invocar aquele em quem não acreditaram? E como hão de acreditar naquele que não ouviram? E como ouvirão se ninguém lhes prega? E como pregarão se não forem enviados? Logo, a fé vem da pregação, e a pregação pela palavra de Cristo (Rm 10,14s).
Esta lei, estabelecida outrora pelo apóstolo Paulo, conserva ainda hoje todo o seu vigor (EN 42). É oportuno recordar também estas outras palavras de Paulo: Porque, se anuncio o Evangelho, não tenho de que me gloriar, pois que me é imposta essa obrigação: Ai de mim se não evangelizar! (1Cor 9,16).
67. O anúncio é uma resposta à aspiração humana à salvação.
Onde quer que Deus abre a porta da palavra, para anunciar o mistério de Cristo a todos os homens, com confiança e constância, seja anunciado o Deus vivo e aquele que enviou para salvação de todos, Jesus Cristo, para que os não-cristãos, por moção interior do Espírito Santo, creiam e se convertam livremente ao Senhor, e sinceramente adiram àquele que, sendo caminho, verdade e vida (Jo 14,6), satisfaz todas as suas exigências espirituais, superando-as (AG 13)”.
Nota:235
Diálogo e Anúncio: “42. Existem formas diferentes de diálogo inter-religioso. Pode ser útil recordar aqui as mencionadas pelo documento de 1984 do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso (cf. DM 28-35). As formas citadas são quatro, sem que se tenha procurado estabelecer uma ordem de prioridade:
a) O diálogo da vida, onde as pessoas se esforçam por viver num espírito de abertura e de boa vizinhança, compartilhando as suas alegrias e tristezas, os seus problemas e as suas preocupações.
b) O diálogo das obras, onde os cristãos e os outros colaboram em vista do desenvolvimento integral e da libertação da gente.
c) O diálogo dos intercâmbios teológicos, onde os peritos procuram aprofundar a compreensão das suas respectivas heranças religiosas, e apreciar os valores espirituais uns dos outros.
d) O diálogo da experiência religiosa, onde pessoas radicadas nas próprias tradições religiosas compartilham as suas riquezas espirituais, por exemplo, no que se refere à oração e à contemplação, à fé e aos caminhos da busca de Deus e do Absoluto.
Diálogo Católico-Pentecostal: “129. Acreditamos que pentecostais e católicos podem atuar juntos na promoção de valores e ações positivas na sociedade humana. Seguindo o espírito de Mateus 25,31-46,

podemos lutar juntos contra o pecado na promoção da dignidade humana e da justiça social. Com o tempo, outras questões surgirão, mas já existem muitas com as quais podemos trabalhar juntos. Podemos cooperar em ações tais como o desarmamento e a paz, o socorro de urgência a refugiados, a vítimas de catástrofes naturais, trabalhar para alimentar os famintos, criar estruturas de ensino para analfabetos, organizar programas de reabilitação para drogados, salvar jovens, homens e mulheres, da prostituição. Podemos trabalhar juntos para acabar com a discriminação racial e sexual, trabalhar pelos direitos e pela dignidade das mulheres, combater ativamente a legislação permissiva (quanto ao aborto, à eutanásia), promover o desenvolvimento urbano e rural e de moradia para os pobres, denunciar as violações ao meio ambiente e o uso irresponsável dos recursos naturais, renováveis e não-renováveis. Em algumas partes do mundo, os pentecostais já colaboram com os católicos em muitos desses problemas e outros mais, mas ainda há muito em que cooperar, sobretudo na América do Norte. Por que fazemos separados o que podemos fazer juntos?".

Nota:236

DA: "47. O diálogo requer uma atitude equilibrada tanto da parte dos cristãos como da parte dos seguidores das outras tradições. Não deveriam ser nem demasiado ingênuos nem hipercríticos, mas abertos e acolhedores. Já se fez referência ao desinteresse e à imparcialidade, assim como à aceitação das diferenças, e também às possíveis contradições. As outras disposições requeridas são a vontade de se empenhar em conjunto, ao serviço da verdade, e a prontidão em se deixar transformar pelo encontro.

48. Isto não significa que, ao entrar em diálogo, devam ser postas de lado as próprias convicções religiosas. Pelo contrário, a sinceridade do diálogo inter-religioso exige que se entre nele com a integralidade da própria fé. Ao mesmo tempo, permanecendo firmes na sua fé que em Jesus Cristo, o único mediador entre Deus e o ser humano (cf. 1Tm 2,4-6), foi-lhes dada a plenitude da revelação, os cristãos não se devem esquecer que Deus também se manifestou de certo modo aos seguidores das outras tradições religiosas. Por conseguinte, são chamados a considerar as convicções e os valores dos outros abertamente.

49. Além disso, a plenitude da verdade recebida em Jesus Cristo não dá aos cristãos, individualmente, a garantia de terem assimilado de modo pleno essa verdade. Em última análise, a verdade não é algo que possuímos, mas uma pessoa por quem nos devemos deixar possuir. Trata-se, portanto, de um processo sem fim. Embora mantendo intacta a sua identidade, os cristãos devem estar dispostos a aprender e a receber dos outros e por intermédio deles os valores positivos das suas tradições. Assim, mediante o diálogo, podem ser induzidos a vencer os preconceitos inveterados, a rever as idéias preconcebidas e a aceitar, por vezes, que a compreensão da sua fé seja purificada.

50. Se os cristãos cultivarem esta abertura e aceitarem ser postos à prova, vão acolher os frutos do diálogo. Assim descobrirão tudo aquilo que a ação de Deus, através de Jesus Cristo e do seu Espírito, realizou e continua realizando no mundo e na humanidade inteira. Longe de lhes enfraquecer a fé, o verdadeiro diálogo torná-la-á mais profunda. Terão, cada vez mais, consciência da sua identidade cristã e compreenderão mais claramente os elementos distintivos da mensagem cristã. A sua fé abrir-se-á a novas dimensões, ao mesmo tempo que descobrem a presença operante do mistério de Jesus Cristo para além dos confins visíveis da Igreja e do rebanho cristão".

Nota:237

cf. especialmente Dignitatis Humanae - do Concílio Vaticano II.

Nota:238

CfL 39: "O respeito da dignidade pessoal, que comporta a defesa e a promoção dos direitos humanos, exige que se reconheça a dimensão religiosa do homem. Não se trata de uma exigência meramente confessional, mas sim de uma exigência que mergulha a sua raiz inextirpável na própria realidade do homem. A relação com Deus é, na verdade, elemento constitutivo do próprio ser e existir do homem: é em Deus que nós vivemos, nos movemos e existimos (At 17,28). Se nem todos acreditam nesta verdade, todos os que dela estão convencidos têm o direito de serem respeitados na sua fé e nas opções de vida, individual e comunitária, que dela derivam. Este é o direito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa, cujo efetivo reconhecimento está entre os bens mais elevados e entre os deveres mais graves de todo o povo que queira verdadeiramente assegurar o bem da pessoa e da sociedade: A liberdade religiosa, exigência insuprimível da dignidade de todos e de cada um dos homens, constitui uma pedra angular do edifício dos direitos humanos; e, portanto, é um fator insubstituível do bem das pessoas e de toda a sociedade, assim como da realização pessoal de cada um. Disto resulta, conseqüentemente, que a liberdade das pessoas consideradas individualmente e das comunidades professarem e praticarem a própria religião é um elemento essencial da convivência pacífica dos homens... O direito civil e social à liberdade religiosa, ao atingir a esfera mais íntima do espírito, torna-se ponto de referência e, de certo modo, a medida dos outros direitos fundamentais.

O Sínodo não se esqueceu dos muitos irmãos e irmãs que ainda não gozam desse direito e que têm de enfrentar dificuldades, marginalizações, sofrimentos, perseguições e, por vezes, a morte por causa da confissão da fé. São, na sua maioria, irmãos e irmãs do laicato cristão. O anúncio do Evangelho e o testemunho cristão da vida no sofrimento e no martírio são o ápice do apostolado dos discípulos de Cristo, assim como o amor ao Senhor Jesus até ao dom da própria vida constitui uma fonte de fecundidade extraordinária para a edificação da Igreja. A mística videira mostra, assim, a sua vitalidade, como sublinhava Santo Agostinho: Mas essa videira, como fora prenunciado pelos profetas e pelo próprio Senhor, que espalhava pelo mundo inteiro as suas vides carregadas de fruto, tanto mais vicejava quanto mais a regava o abundante sangue dos mártires.

A Igreja inteira sente-se profundamente grata com esse exemplo e com esse dom: desses seus filhos ela tira razões para renovar o seu impulso de vida santa e apostólica.

Nesse sentido, os padres sinodais consideraram seu especial dever agradecer àqueles leigos que vivem quais incansáveis testemunhas da fé, em união fiel com a Sé Apostólica, apesar das restrições à liberdade e da falta de ministros sagrados. Eles jogam tudo, até a própria vida. Dessa maneira, os leigos dão testemunho de uma propriedade essencial da Igreja: a Igreja de Deus nasce da graça de Deus e a forma mais sublime de o manifestar é o martírio.

Quanto até aqui dissemos sobre o respeito pela dignidade pessoal e sobre o reconhecimento dos direitos humanos, prende-se, sem dúvida, com a responsabilidade de cada cristão, de cada homem. Mas, devemos imediatamente sublinhar como isso se revista hoje de uma dimensão mundial: trata-se, de fato, de uma questão que já atinge grupos humanos inteiros, até povos inteiros, que são violentamente espezinhados nos

seus direitos fundamentais. Daí, aquelas formas de desigualdade de progresso entre os diversos mundos que na recente Encíclica Sollicitudo rei socialis foram abertamente denunciadas.
O respeito pela pessoa humana ultrapassa a exigência de uma moral individual e coloca-se como critério de base, quase como pilar fundamental, na estruturação da própria sociedade, sendo a sociedade inteiramente finalizada para a pessoa.
Assim, intimamente ligada à responsabilidade de servir a pessoa põe-se a responsabilidade de servir a sociedade, qual tarefa geral daquela animação cristã da ordem temporal a que os fiéis leigos são chamados segundo as modalidades próprias e específicas".

Nota:239

UR 3: "Nesta Igreja de Deus, una e única, surgiram, desde o início, algumas fissuras, que o apóstolo condena com vigor. Com o passar dos séculos, apareceram maiores dissensões, sendo que muitas comunidades se afastaram da plena comunhão com a Igreja católica, quase sempre com culpa de pessoas de ambos os lados.
Os que hoje nascem nessas comunidades e por seu intermédio recebem a fé não podem ser acusados do pecado de separação. A Igreja católica os abraça com respeito e amor fraternos.
Os que crêem em Cristo e foram devidamente batizados mantêm comunhão, embora imperfeita, com a Igreja católica. As discrepâncias doutrinárias, disciplinares ou relativas à estrutura da Igreja, que existem em relação aos católicos, criam sérios impedimentos à plena comunhão eclesial, que o movimento ecumênico procura justamente superar.
No entanto, os que são justificados pela fé e se tornam, no batismo, membros de Cristo merecem o nome de cristãos e são reconhecidos como irmãos no Senhor, pelos filhos da Igreja católica.
Além disso, dentre os elementos ou bens que, tomados em seu conjunto, constituem e vivificam a Igreja, muitos dentre os mais importantes podem existir fora das fronteiras visíveis da Igreja católica, tais como: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e o amor, os dons interiores e os sinais visíveis do Espírito Santo. Tudo isso provém de Cristo e a Cristo conduz, pertencendo, pois, de direito, à Igreja de Cristo.
Os irmãos separados realizam também inúmeras ações sagradas da religião cristã, as quais, de diversos modos e dependendo da condição específica de cada igreja ou comunidade, geram e alimentam realmente a vida da graça e podem ser consideradas aptas a abrir as portas da salvação.
Por conseguinte as igrejas e as comunidades separadas, apesar de seus limites, não podem ser inteiramente despidas de significação e peso no mistério da salvação. O Espírito de Cristo não reluta em passar por elas como meios de salvação, cuja virtude deriva da plenitude de graça e verdade, confiada à Igreja católica.
No entanto os irmãos separados de nós, quer individualmente, quer em suas comunidades ou igrejas, não gozam da unidade com que Jesus Cristo quis cumular todos os que reuniu num só corpo, regenerou e vivificou para a nova vida, tal como o professam as Escrituras Sagradas e a Tradição.
A plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja católica de Cristo, que constitui o auxílio, na sua generalidade. Acreditamos, de fato, que o Senhor somente confiou a totalidade dos bens da Nova Aliança ao colégio apostólico, presidido por Pedro, para de fato constituir, na terra, um só corpo de Cristo, a que todo o povo de Deus é chamado a se incorporar e ao qual, de certo modo, já pertence.
Esse povo, durante sua peregrinação terrestre, embora, em seus membros, esteja sujeito ao pecado, vai crescendo em Cristo, para Deus, de acordo com seus misteriosos desígnios, e é suavemente conduzido para a plenitude final da glória eterna, na Jerusalém celestial, a que chegará um dia, na alegria".

Nota:240

DSD: "**245.** Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação. Eles têm, nas palavras de João Paulo II, a certeza de que o mal se identifica com a morte e o bem com a vida (João Paulo II, Mensagem aos indígenas, 2). Estes valores e convicções são fruto das sementes do Verbo que estavam já presentes e atuantes nos seus antepassados, para que fossem descobrindo a presença do Criador em todas as suas criaturas: o sol, a lua, a mãe terra etc. (cf. ibid.).
A Igreja, ao se encontrar com estes povos nativos, desde o princípio, tratou de acompanhá-los na luta pela própria sobrevivência, ensinando-lhes o caminho de Cristo Salvador, a partir da injusta situação de povos vencidos, invadidos e tratados como escravos. Na primeira evangelização, junto a enormes sofrimentos, houve grandes acertos e intuições pastorais valiosas, cujos frutos perduram até os nossos dias.
248. Depois de ter pedido perdão com o Papa aos nossos irmãos indígenas e afro-americanos perante a infinita santidade de Deus, pelos fatos marcados pelo pecado, pela injustiça e pela violência (Audiência geral, quarta-feira 21 de outubro de 1991), queremos desenvolver uma evangelização inculturada:
1. Para com nossos irmãos indígenas:
Oferecer o evangelho de Jesus com o testemunho de uma atitude humilde, compreensiva e profética, valorizando sua palavra através de um diálogo respeitoso, franco e fraterno e esforçar-nos por conhecer suas próprias línguas.
Crescer no conhecimento crítico de suas culturas para apreciá-las à luz do Evangelho.
Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja.
Acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais , que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança.
Crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentes.
Promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones mediante uma inculturação da Igreja, para atingir uma maior realização do Reino".

Nota:241

DSD: "**246.** As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão marcadas por uma constante resistência à escravidão. Estes povos, que somam milhões de pessoas, têm também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença do Deus criador.
Durante os quatro séculos passados, é indubitável que vários milhões de africanos negros foram transportados como escravos, violentamente arrancados de suas terras, separados de suas famílias e vendidos como mercadoria. A escravidão dos negros e a matança dos índios foram o maior pecado da expansão colonial do

Ocidente. Infelizmente, no que se refere à escravidão, ao racismo e à discriminação, houve batizados que não se mantiveram alheios a essa situação.

249. 2. Para com nossos irmãos afro-americanos:

Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a Igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos (cf. ibid.).

Pela mesma razão, a Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores; como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã (discurso do Papa João Paulo II aos Afro-americanos em São Domingos).

Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas (Ib.)".

Nota:242

DSD 249: "Para com nossos irmãos afro-americanos: Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a Igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos (cf. ibid.).

Pela mesma razão, a Igreja na América Latina e no Caribe quer apoiar os povos afro-americanos na defesa de sua identidade e no reconhecimento de seus próprios valores; como também ajudá-los a manter vivos seus usos e costumes compatíveis com a doutrina cristã (discurso do Papa João Paulo II aos Afro-americanos em Santo Domingo).

Da mesma forma, comprometemo-nos a dedicar especial atenção à causa das comunidades afro-americanas no campo pastoral, favorecendo a manifestação das expressões religiosas próprias de suas culturas (Ib.)".

DGAP: "221. A história da América Latina impôs uma política de assimilação ou integração cultural, submetendo e sacrificando muitas vezes as culturas indígenas e africa nas. Impõe-se hoje, urgentemente, à consciência cristã, não apenas reconhecer claramente suas responsabilidades históricas e seus pecados nesta matéria, mas afirmar, com absoluta firmeza, o princípio do respeito a todas as culturas e particularmente a defesa das culturas oprimidas e injustiçadas.

222. É necessário que se aprofunde a *questão da inculturação,* tanto na evangelização de grupos caracterizados por uma cultura própria (por exemplo: negros, índios, nômades etc.), como na maioria do povo que vive um processo de fragmentação cultural".

Nota:243

cf. item 1.2 deste capítulo, especialmente os números 193 e 194.

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: "193. As urgências do desenvolvimento e da promoção humana no plano mundial têm sido objeto de análises pertinentes e apelos dramáticos da parte dos últimos Papas. As urgências da promoção humana em nosso País têm sido objeto de cuidado do Episcopado brasileiro e das pastorais sociais, desde os primeiros movimentos de renovação pastoral.

194. À luz da análise da atual situação sócio-econômica e ético-política, parece-nos que os serviços mais urgentes que as comunidades cristãs podem prestar à sociedade brasileira são o empenho na luta contra a pobreza, o desemprego e a exclusão e a contribuição para a criação de um novo sentido de responsabilidade na ética pública".

Nota:244

EV 2: "O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus.

A sublimidade desta vocação sobrenatural revela a grandeza e o valor precioso da vida humana, inclusive já na sua fase temporal. Com efeito, a vida temporal é condição basilar, momento inicial e parte integrante do processo global e unitário da existência humana: um processo que, para além de toda expectativa e merecimento, fica iluminado pela promessa e renovado pelo dom da vida divina, que alcançará a sua plena realização na eternidade (cf. 1Jo 3,1-2) . Ao mesmo tempo, porém, o próprio chamamento sobrenatural sublinha a relatividade da vida terrena do homem e da mulher. Na verdade, esta vida não é realidade "última", mas "penúltima"; trata-se, em todo o caso, de uma realidade sagrada que nos é confiada para a guardarmos com sentido de responsabilidade e levarmos à perfeição no amor pelo dom de nós mesmos a Deus e aos irmãos.

A Igreja sabe que este Evangelho da vida, recebido do seu Senhor, encontra um eco profundo e persuasivo no coração de cada pessoa, crente e até não-crente, porque se ele supera infinitamente as suas aspirações, também lhes corresponde de maneira admirável. Mesmo por entre dificuldades e incertezas, todo homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. Rm 2,14-15), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário. Sobre o reconhecimento de tal direito é que se funda a convivência humana e a própria comunidade política.

De modo particular, devem defender e promover este direito os crentes em Cristo, conscientes daquela verdade maravilhosa, recordada pelo Concílio Vaticano II: "Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem". De fato, neste acontecimento da salvação, revela-se à humanidade não só o amor infinito de Deus que "amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único" (Jo 3,16), mas também o valor incomparável de cada pessoa humana.

A Igreja, perscrutando assiduamente o mistério da Redenção, descobre com assombro incessante este valor, e sente-se chamada a anunciar aos homens de todos os tempos este "evangelho", fonte de esperança invencível e de alegria verdadeira para cada época da história. O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho.

É por este motivo que o homem, o homem vivo, constitui o primeiro e fundamental caminho da Igreja".

Nota:245

Jo 17,21: "para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste".

Nota:246

TMA 53: “No que se refere, pelo contrário, ao horizonte da consciência religiosa, a vigília do ano 2000 será uma grande ocasião como se vê pelos acontecimentos destes últimos decênios para o diálogo interreligioso, segundo as indicações claras emanadas pelo Concílio Vaticano II na Declaração Nostra aetate sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs.

Neste diálogo, deverão ter lugar proeminente os hebreus e os muçulmanos. Queira Deus que, como sigilo de tais intenções, se possam realizar também encontros comuns em lugares significativos para as grandes religiões monoteístas.

A respeito disto, está-se estudando como predispor quer encontros históricos em Belém, em Jerusalém e no Sinai, lugares de grande valor simbólico, para intensificar o diálogo com os hebreus e os fiéis do Islão, quer encontros com representantes das grandes religiões do mundo em outras cidades. Contudo dever-se-á prestar sempre atenção a não dar ensejo a perigosos equívocos, vigiando de perto sobre o risco de sincretismo e de um irenismo fácil e enganador”.

Nota:247

UR 11: “A maneira de exprimir ou de sistematizar a fé não deve, de modo algum, constituir obstáculo ao diálogo com os irmãos separados. É indispensável exprimir integral e claramente a doutrina. Nada há de tão distante do ecumenismo quanto o falso irenismo, que prejudica à pureza da fé católica e torna confuso ou obscuro seu sentido autêntico.

Que a fé católica, exposta com maior profundidade e maior exatidão, encontre uma expressão mais facilmente aceita pelos irmãos separados.

Além disso, no diálogo ecumênico, os teólogos católicos, aderindo ao ensinamento da Igreja, progridam, junto com os irmãos separados, na investigação dos mistérios divinos, somente guiados pelo amor da verdade, pela caridade e pela humildade.

No confronto das diversas doutrinas, lembrem-se da ordem interna ou hierarquia que há entre as verdades da doutrina católica articuladas com os fundamentos da fé. Dessa forma abre-se caminho para uma verdadeira emulação entre irmãos, que buscam todos um conhecimento mais profundo e uma visão mais clara das investigáveis riquezas de Cristo”.

Nota:248

UR 8: “A conversão do coração e a santidade da vida, juntamente com a oração pública pela unidade dos cristãos, devem ser consideradas a alma de todo o movimento ecumênico e podem ser denominadas ecumenismo espiritual.

Os católicos costumam se unir para orar pela unidade da Igreja, repetindo a oração com que o próprio Salvador suplicou ao Pai, na véspera de sua morte: Para que todos sejam um (Jo 17, 21).

Em determinadas circunstâncias, como por ocasião da oração pela unidade e nas reuniões ecumênicas, não só é lícito, como recomendável, que os católicos orem em conjunto com os irmãos separados.

Tais preces são especialmente eficazes na obtenção da graça da unidade e para exprimir a verdadeira significação dos laços que ainda unem os católicos aos irmãos separados: Onde dois ou três se reúnem em meu nome, estarei no meio deles (Mt 18, 20).

No entanto a intercomunhão (communicatio in sacris) não deve ser considerada um meio a ser empregado abusivamente para a restauração da unidade entre os cristãos. Ela decorre de dois princípios: significa a unidade da Igreja e a participação nos mesmos meios de salvação. Inexistindo a unidade, a significação da intercomunhão fica prejudicada, embora a busca comum da graça a possa, eventualmente, recomendar.

Concretamente, levando-se em conta todas as circunstâncias de tempo, lugar e pessoas, a autoridade episcopal deve decidir prudencialmente, a não ser que haja uma norma contrária da conferência episcopal, dos próprios estatutos diocesanos ou da santa sé.

9. O conhecimento recíproco – É indispensável conhecer o que pensam os irmãos separados. Isto requer estudo, feito com o propósito de encontrar a verdade. É preciso que os católicos devidamente preparados adquiram conhecimento da doutrina, da história, da vida espiritual e cultural, da psicologia religiosa e da cultura dos irmãos separados.

Para tanto são de grande utilidade as reuniões com participação dos dois lados especialmente para discutir questões teológicas, em que ambos se tratem como iguais desde que os participantes sejam realmente peritos e estejam sob vigilância do bispo. Nestes diálogos, aparece qual é realmente a situação da Igreja católica, conhece-se melhor o que pensam os irmãos separados e se tem ocasião de esclarecer a nossa fé”.

Nota:249

UR 8: “A conversão do coração e a santidade da vida, juntamente com a oração pública pela unidade dos cristãos, devem ser consideradas a alma de todo o movimento ecumênico e podem ser denominadas ecumenismo espiritual.

Os católicos costumam se unir para orar pela unidade da Igreja, repetindo a oração com que o próprio Salvador suplicou ao Pai, na véspera de sua morte: Para que todos sejam um (Jo 17, 21).

Em determinadas circunstâncias, como por ocasião da oração pela unidade e nas reuniões ecumênicas, não só é lícito, como recomendável, que os católicos orem em conjunto com os irmãos separados.

Tais preces são especialmente eficazes na obtenção da graça da unidade e para exprimir a verdadeira significação dos laços que ainda unem os católicos aos irmãos separados: Onde dois ou três se reúnem em meu nome, estarei no meio deles (Mt 18, 20).

No entanto a intercomunhão (communicatio in sacris) não deve ser considerada um meio a ser empregado abusivamente para a restauração da unidade entre os cristãos. Ela decorre de dois princípios: significa a unidade da Igreja e a participação nos mesmos meios de salvação. Inexistindo a unidade, a significação da intercomunhão fica prejudicada, embora a busca comum da graça a possa, eventualmente, recomendar.

Concretamente, levando-se em conta todas as circunstâncias de tempo, lugar e pessoas, a autoridade episcopal deve decidir prudencialmente, a não ser que haja uma norma contrária da conferência episcopal, dos próprios estatutos diocesanos ou da santa sé.

9. O conhecimento recíproco – É indispensável conhecer o que pensam os irmãos separados. Isto requer estudo, feito com o propósito de encontrar a verdade. É preciso que os católicos devidamente preparados

adquiram conhecimento da doutrina, da história, da vida espiritual e cultural, da psicologia religiosa e da cultura dos irmãos separados.
Para tanto são de grande utilidade as reuniões com participação dos dois lados especialmente para discutir questões teológicas, em que ambos se tratem como iguais desde que os participantes sejam realmente peritos e estejam sob vigilância do bispo. Nestes diálogos, aparece qual é realmente a situação da Igreja católica, conhece-se melhor o que pensam os irmãos separados e se tem ocasião de esclarecer a nossa fé".
Diretório para o Ecumenismo, 1994: "108. Quando for aconselhável, os católicos devem ser encorajados a se reunirem segundo as normas dadas pela Igreja com cristãos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais para rezarem em conjunto. Estas orações em comum são certamente um meio eficaz de pedir a graça da unidade e constituem uma expressão autêntica dos laços que unem os católicos aos outros cristãos. A oração comum, em si, é um caminho que conduz à reconciliação espiritual.
109. A oração em comum é recomendada aos católicos e aos outros cristãos para apresentarem a Deus, em conjunto, as necessidades e as preocupações que todos partilham por exemplo a paz, as questões sociais, a caridade mútua entre os homens, a dignidade da família, os efeitos da pobreza, a fome, a violência etc.; podem ser aqui também incluídos ainda os casos em que, segundo as circunstâncias, uma nação, uma região ou uma comunidade quer dar graças a Deus comunitariamente ou pedir a sua ajuda; o mesmo se diga igualmente num dia de festa nacional, em tempo de calamidade ou luto públicos, no dia fixado para celebrar a memória dos mortos pela pátria etc. Esta oração comum é também recomendada nas reuniões onde se juntam os cristãos para estudo ou atividades.
110. Entretanto, a oração comum deveria, primeiramente, ter por objetivo o restabelecimento da unidade entre os cristãos. Pode ela centrar-se, por exemplo, no mistério da Igreja e da sua unidade, no batismo como vínculo sacramental de unidade, ou ainda na renovação da vida pessoal e comunitária como caminho necessário para chegar à unidade. Esta oração comum é particularmente recomendada durante a Semana de oração pela unidade dos cristãos ou durante o período que decorre entre a Ascensão e o Pentecostes.
111. Essa oração deve ser preparada, de comum acordo, com a colaboração dos representantes das Igrejas, Comunidades Eclesiais e outros grupos. Convém determinar em conjunto o papel de uns e de outros e escolher os temas, as leituras da Sagrada Escritura, os hinos e as orações desta celebração.
a) Esta celebração pode incluir toda a leitura, oração ou hino que exprimam o que é comum a todos os cristãos em relação à fé e à vida espiritual. Pode integrar uma exortação, uma alocução ou uma meditação que, partindo da fonte da herança cristã comum, faça progredir na aceitação mútua e na unidade.
b) Deve haver a preocupação de que as versões da Sagrada Escritura utilizadas sejam aceitas por todos e sejam traduções fiéis do texto original.
c) Aconselha-se que a estrutura destas celebrações tenha em consideração diferentes modelos de oração comunitária segundo a renovação litúrgica de muitas Igrejas e Comunidades Eclesiais, dando especial atenção à herança comum de hinos, de textos extraídos de lecionários e orações litúrgicas.
d) Na preparação das celebrações entre católicos e membros de uma Igreja Oriental deve-se ter atentamente em consideração a disciplina litúrgica própria de cada uma das Igrejas, conforme o que se refere no n.115.
112. Ainda que a Igreja seja o lugar em que uma comunidade normalmente costuma celebrar a sua própria liturgia, as celebrações comuns de que se falou podem realizar-se na Igreja de uma ou de outra das comunidades referidas, com o consentimento de todos os participantes. Seja qual for o lugar utilizado, é importante que agrade a todos, que possa ser preparado convenientemente e seja propício ao recolhimento.
113. Aqueles que desempenham uma função em determinada cerimônia, é permitido usar, com o consentimento comum dos participantes, veste própria da sua posição eclesiástica e da natureza da celebração.
114. Em certos casos, pode ser proveitoso recorrer à partilha espiritual, sob a orientação de pessoas com uma formação e uma experiência especiais, em forma de encontros de reflexão, exercícios espirituais, grupos de estudo e partilha das tradições de espiritualidade e de associações mais estáveis para o aprofundamento de uma vida espiritual comum. Deve-se prestar sempre uma atenção especial tanto ao que foi dito sobre o reconhecimento das diferenças reais de doutrina que existem quanto ao ensino e à disciplina da Igreja Católica sobre a partilha sacramental.
115. Dado que a celebração da Eucaristia, no dia do Senhor, é o fundamento e o centro de todo o ano litúrgico, devem os católicos participar na missa aos domingos e dias de preceito, salvaguardando o direito das Igrejas Orientais. Por este motivo, não é aconselhável organizar serviços ecumênicos ao domingo e, mesmo quando os católicos participam em serviços ecumênicos e em serviços de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, continuam com a obrigação de participar da Missa nesses dias".

Nota:250

DH 7: "Como é um direito social que se exerce em sociedade, o direito à liberdade religiosa está, evidentemente, sujeito a certas normas.
Na prática da liberdade é preciso observar sempre o princípio moral da responsabilidade pessoal e social. No exercício de seus direitos, individuais e grupais, os seres humanos devem sempre levar em conta as obrigações da lei moral, os direitos alheios e seus próprios deveres para com os outros e para com o bem comum. É indispensável que a justiça e a humanidade sejam observadas em tudo que fazemos.
A sociedade civil tem o direito de se proteger contra os abusos que possam ser praticados sob pretexto da liberdade religiosa. Compete especialmente ao poder civil velar sob esse aspecto, não de modo arbitrário ou parcial. Devem-se estabelecer normas jurídicas consentâneas com a ordem moral objetiva, reclamadas pela efetiva proteção dos direitos de todos os cidadão, por seu convívio pacífico e pelas exigências efetivas da tranqüilidade social, que requer a prática da justiça e da moralidade pública. Tudo isso faz parte do bem comum fundamental e decorre da própria noção de ordem pública.
Observem-se, finalmente, os costumes sociais no que diz respeito à prática integral da liberdade, pois ao ser humano deve-se reconhecer basicamente a liberdade, sempre que não houver razão nem necessidade de restringi-la".

Nota:251

CA 46: "A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto,

favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.
Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjetividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.
A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.
Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionalismos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer".

Nota:252

CA 46: "A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.
Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjetividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.
A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.
Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionalismos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer".

Nota:253

Diretório para o Ecumenismo 23: "Os católicos são convidados a corresponder, seguindo as orientações dos seus pastores, com solidariedade e gratidão, aos esforços empreendidos por muitas Igrejas e Comunidades Eclesiais e organizações em que cooperam para restabelecer a unidade dos cristãos. Onde não houver qualquer trabalho ecumênico, que os católicos se esforcem em promover. Onde este trabalho encontrar oposições ou impedimentos por atitudes sectárias ou atividades que levam a divisões ainda maiores entre os que confessam o nome de Cristo, que os católicos sejam pacientes e perseverantes. Os Ordinários do lugar, os Sínodos das Igrejas Orientais Católicas e as Conferências Episcopais terão, por vezes, de tomar medidas especiais para ultrapassar o perigo de indiferentismo ou proselitismo. Será às jovens Igrejas, especialmente, que estas advertências se dirigem. Os católicos devem atuar com honestidade, prudência e conhecimento dos fatos em todos os contatos com membros de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Esta forma de proceder, gradual e cautelosa, sem iludir as dificuldades, é também uma garantia para não sucumbir à tentação do indiferentismo e proselitismo, o que seria a ruína do verdadeiro espírito ecumênico".

Nota:254

Diálogo Católico-Pentecostal 129: "Acreditamos que pentecostais e católicos podem atuar juntos na promoção de valores e ações positivas na sociedade humana. Seguindo o espírito de Mateus 25,31-46, podemos lutar juntos contra o pecado na promoção da dignidade humana e da justiça social. Com o tempo, outras questões surgirão, mas já existem muitas com as quais podemos trabalhar juntos. Podemos cooperar em ações tais como o desarmamento e a paz, o socorro de urgência a refugiados, a vítimas de catástrofes naturais, trabalhar para alimentar os famintos, criar estruturas de ensino para analfabetos, organizar

programas de reabilitação para drogados, salvar jovens, homens e mulheres, da prostituição. Podemos trabalhar juntos para acabar com a discriminação racial e sexual, trabalhar pelos direitos e pela dignidade das mulheres, combater ativamente a legislação permissiva (quanto ao aborto, à eutanásia), promover o desenvolvimento urbano e rural e de moradia para os pobres, denunciar as violações ao meio ambiente e o uso irresponsável dos recursos naturais, renováveis e não-renováveis. Em algumas partes do mundo, os pentecostais já colaboram com os católicos em muitos desses problemas e outros mais, mas ainda há muito em que cooperar, sobretudo na América do Norte. Por que fazemos separados o que podemos fazer juntos?".

Nota:255

EA 49: "Entre a Igreja Católica e as outras Igrejas e Comunidades eclesiais existe um esforço de comunhão que se enraíza no Batismo administrado em cada uma delas. É um esforço que se alimenta pela oração, o diálogo e a ação comum. Os Padres Sinodais quiseram exprimir uma especial vontade de «colaboração no diálogo já encetado com a Igreja ortodoxa, com a qual temos muitos elementos em comum de fé, de vida sacramental e de piedade». São múltiplas as propostas concretas da Assembléia Sinodal, sobre o conjunto das Igrejas e Comunidades eclesiais cristãs não católicas. Sugere-se, em primeiro lugar, «que os cristãos católicos, pastores e fiéis, promovam o encontro dos cristãos das diferentes confissões, na colaboração, em nome do Evangelho, para responder ao grito dos pobres, com a promoção da justiça, a oração em comum pela unidade e a participação na Palavra de Deus e na experiência da fé em Cristo vivo». Deve estimular-se também, quando for oportuno e conveniente, as reuniões de peritos das diversas Igrejas e Comunidades eclesiais para facilitar o diálogo ecumênico. O ecumenismo deve ser objeto de reflexão e de comunicação de experiências entre as diferentes Conferências Episcopais católicas do Continente.

Apesar do Concílio Vaticano II se referir a todos os batizados e crentes em Cristo como a «irmãos no Senhor», é necessário saber distinguir com clareza as comunidades cristãs, com as quais é possível estabelecer relações inspiradas na dinâmica ecumênica, das seitas, cultos e outros movimentos religiosos falazes".

Nota:256

Diretório Ecumênico: "55. O encargo de restabelecer a união compromete toda a Igreja, fiéis e pastores, cada um segundo as próprias forças, tanto na vida cristã de cada dia, como nos estudos teológicos e históricos". Considerada a natureza da Igreja Católica, é na fidelidade às indicações do Concílio Vaticano II que os católicos encontrarão os meios que contribuem para a formação ecumênica de cada um dos membros e também de toda a comunidade a que pertencem. A unidade de todos em Cristo é, assim, o resultado de um crescimento comum e de uma comum maturação, pois o chamado de Deus à conversão interior e à renovação na Igreja, tão importante na busca da unidade, não exclui ninguém.

Por esta razão, todos os fiéis são chamados a comprometer-se na promoção de uma comunhão crescente com os outros cristãos. Mas os membros do Povo de Deus empenhados na formação superiores e professores de institutos superiores e de institutos especializados podem prestar uma especial contribuição. Todos aqueles que têm um trabalho pastoral, de modo particular os párocos e os outros ministros ordenados, têm um papel a desempenhar nesta matéria. É da responsabilidade de cada Bispo, dos Sínodos das Igrejas Orientais Católicas e das Conferências Episcopais dar orientações gerais em relação à formação ecumênica.

56. O ecumenismo requer uma renovação de atitudes e flexibilidade nos métodos da busca da unidade. Convém também considerar a diversidade das pessoas, das funções e das situações e até a especificidade das Igrejas particulares e das Comunidades empenhadas na busca da unidade. Conseqüentemente, a formação ecumênica requer uma pedagogia adaptada às situações concretas da vida das pessoas e dos grupos, respeitando a exigência da progressividade num esforço de contínua renovação e mudança de atitudes.

57. Todos aqueles que se ocupam na pastoral, e não apenas os professores, são assim formados progressivamente, segundo as grandes orientações que se seguem:

a) O conhecimento da Escritura e a formação doutrinal são necessários desde o início, ligados ao conhecimento da história e da situação ecumênica do país em que se vive.

b) O conhecimento da história das divisões e dos esforços de reconciliação e também das posições doutrinais das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais permite analisar os problemas no seu contexto sócio-cultural e discernir, nas expressões da fé, o que é diversidade legítima e o que é divergência incompatível com a fé católica.

c) Esta maneira de ver terá em consideração os resultados e as clarificações procedentes dos diálogos teológicos e dos estudos científicos. É até de toda a conveniência que os cristãos escrevam em conjunto a história das suas divisões e dos seus esforços na busca da unidade.

d) Assim, pode-se evitar o perigo de interpretações subjetivas, tanto na apresentação da sua fé católica, como na forma como a Igreja Católica compreende a fé e a vida das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais.

e) À medida que vai progredindo, a formação ecumênica evidencia como inseparáveis a preocupação da unidade da Igreja Católica e a da comunhão com as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais.

f) A preocupação desta unidade e desta comunhão implica que os católicos se empenhem em aprofundar, ao mesmo tempo, a relação com os cristãos orientais e com os cristãos provenientes da Reforma.

g) O método de ensino que tem presente a necessidade da progressividade permite distinguir e distribuir gradualmente a matéria e os conteúdos respectivos, segundo as diversas fases da formação doutrinal e da experiência ecumênica.

Assim, todos aqueles que se ocupam de pastoral devem ser fiéis à santa e viva Tradição que, na Igreja, é fonte de iniciativa. Devem saber avaliar e acolher a verdade, onde quer que ela se encontre: "Toda a verdade, venha de onde vier, é do Espírito Santo".

58. A preocupação pela unidade está no coração da concepção da Igreja. A formação ecumênica pretende que todos os cristãos sejam animados pelo espírito ecumênico, seja qual for a sua missão e a sua função particular, no mundo e na sociedade. Na vida do cristão, cheio do Espírito de Cristo, é primordial o dom pedido por Cristo antes da Paixão, isto é, "a graça da unidade". Esta unidade é, em primeiro lugar, a unidade com Cristo num único movimento de caridade em direção ao Pai e ao próximo. Em segundo lugar, ela é a comunhão profunda e ativa do cristão com a Igreja universal, na Igreja particular a que pertence. Em terceiro lugar, é a plenitude da unidade visível procurada com todos os cristãos das outras Igrejas e Comunidades eclesiais.

59. Escuta e estudo da Palavra de Deus. A Igreja Católica sempre considerou a Sagrada Escritura, juntamente com a Tradição, "como regra suprema da sua própria fé"; elas são, para os seus filhos, "o alimento da alma, a

fonte pura e permanente da sua vida espiritual". Os nossos irmãos e irmãs de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais têm uma veneração e um amor profundo pela Sagrada Escritura que os incitam ao estudo constante e diligente dos livros sagrados. Portanto, sendo a Palavra de Deus única e a mesma para todos os cristãos, ela há-de fortalecer progressivamente o caminho da unidade, na medida em que ela for abordada com respeito religioso e estudo amoroso.

60. A pregação. Deve atribuir-se um cuidado especial à pregação, durante e para além do culto propriamente litúrgico. Como afirma Paulo VI, "na qualidade de evangelizadores, devemos oferecer aos fiéis de Cristo a imagem, não de homens divididos e separados por conflitos que em nada edificam, mas de pessoas maduras na fé, capazes de se encontrarem em conjunto para além das tensões concretas, graças à busca comum, sincera e desinteressada da verdade". As diferentes partes do ano litúrgico proporcionam ocasiões favoráveis para o desenvolvimento dos temas da unidade cristã, e para o interesse pelo estudo, reflexão e oração.

A pregação deve preocupar-se com revelar o mistério da unidade da Igreja e, na medida do possível, em promover, de forma visível, a unidade dos cristãos. Deve-se evitar na pregação o uso inexato da Sagrada Escritura.

61. A catequese. A catequese não consiste apenas no ensino da doutrina, mas na iniciação a toda a vida cristã, com plena participação nos sacramentos da Igreja. Mas este ensino pode também ajudar a formar um autêntico comportamento ecumênico, como vem indicado na Exortação Apostólica de João Paulo II Catechesi Tradendae (nn. 32-33), de acordo com as seguintes linhas diretrizes:

a) Em primeiro lugar, a catequese deve expor com clareza, com caridade e com a firmeza necessária toda a doutrina da Igreja Católica, respeitando especialmente a ordem e a hierarquia das verdades e evitando as expressões ou formas de expor a doutrina que criem obstáculos para o diálogo.

b) Ao falar das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, é importante que se apresente, de forma correta e leal, o seu ensinamento. Entre os elementos que constituem a própria Igreja e a vivificam, há muitos, e de grande valor, que podem existir para além dos limites visíveis da Igreja Católica. O Espírito de Cristo não recusa, pois, servir-se destas comunidades como meios de salvação. Esta atitude põe em evidência as verdades de fé comuns às diferentes confissões cristãs. E isso ajuda os católicos, por um lado, a aprofundar a sua fé e, por outro, a conhecer melhor e estimar os outros cristãos, facilitando assim a busca, em comum, do caminho da unidade plena na verdade total.

c) A catequese terá uma dimensão ecumênica se suscitar e alimentar um verdadeiro desejo de unidade e, mais ainda, se provocar esforços sinceros, incluindo esforços de humildade na linha de purificação, com o fim de remover obstáculos ao longo do caminho, não por fáceis omissões e concessões no plano doutrinal, mas tendendo à unidade perfeita, tal como o Senhor a quer e pelos meios que ele quer.

d) Além disso, a catequese terá esta mesma dimensão ecumênica se se esforçar por preparar as crianças e os jovens e também os adultos para viverem em contato com outros cristãos, formando-se como católicos e respeitando a fé dos outros.

e) Pode-se conseguir esta formação discernindo as possibilidades oferecidas pela distinção entre as verdades de fé e as formas de se exprimirem; pelo esforço mútuo de conhecimento e de estima dos valores presentes nas respectivas tradições teológicas; pelo fato de mostrar claramente que o diálogo criou novas relações que, bem compreendidas, podem levar à colaboração e à paz.

f) A Exortação Apostólica Catechesi Tradendae deve ser o ponto de referência na elaboração dos novos catecismos que são preparados nas Igrejas locais, sob a autoridade dos Bispos. (*)

62. A liturgia. Sendo a liturgia "a primeira e indispensável fonte onde os fiéis devem poder ir beber o espírito genuinamente cristão" dela resulta uma importante contribuição para a unidade de todos os que crêem em Cristo; ela é uma celebração e um fator de unidade; onde ela for plenamente compreendida e onde cada um nela participar plenamente, "a liturgia contribuirá no mais alto grau para que os fiéis, pela sua vida, exprimam e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja".

a) Dado que a Santa Eucaristia é o admirável sacramento "pelo qual a unidade da Igreja se exprime e realiza" é muito importante velar para que ela seja bem celebrada, para que os fiéis que nela participam, "oferecendo a vítima sem mancha, não apenas pelas mãos do sacerdote, mas também em conjunto com ele, aprendendo a oferecer-se a si mesmos dia após dia sejam consumados pela mediação de Cristo, na unidade com Deus e entre eles, para que finalmente Deus seja tudo em todos".

b) Aconselha-se a fidelidade à oração pela unidade dos cristãos segundo as indicações apresentadas pelo presente Diretório, quer nos momentos em que a liturgia o propõe como por exemplo em celebrações da Palavra ou nas celebrações orientais chamadas "Litia" e "Molebem" quer especialmente durante a Missa na oração universal ou durante as ladainhas chamadas "Ectenie", quer ainda pela celebração da Missa Votiva pela unidade da Igreja, com a ajuda de textos apropriados.

Além disso, é muito positivo alargar as orações pela unidade a certas ocasiões, tais como a Semana de Oração pela Unidade (18-25 de janeiro) ou a semana que vai da Ascensão ao Pentecostes, para que o Espírito Santo queira confirmar a Igreja na sua unidade e na apostolicidade da sua missão universal de salvação.

63. A vida espiritual. No movimento ecumênico deve dar-se prioridade à conversão do coração, à vida espiritual e à sua renovação. "Esta conversão do coração e esta santidade de vida, juntamente com as orações particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem considerar-se como a alma de todo o movimento ecumênico e podem com razão chamar-se ecumenismo espiritual". Assim, na medida em que cada cristão vive uma vida espiritual autêntica, tendo por centro o próprio Cristo Salvador e por fim a glória de Deus Pai, pode, sempre e em toda parte, participar em profundidade no movimento ecumênico dando testemunho do Evangelho de Cristo na sua vida.

a) Os católicos devem também valorizar certos elementos e bens, fontes de vida espiritual que se encontram nas outras Igrejas e Comunidades Eclesiais e que pertencem à única Igreja de Cristo: Sagrada Escritura, Sacramentos e outras ações sagradas, a fé, a esperança, a caridade e outros dons do Espírito. Estes bens frutificaram, por exemplo, na tradição mística do Oriente cristão e nos tesouros espirituais da vida monástica, no culto e na piedade dos anglicanos, na oração evangélica e nas diversas formas de espiritualidade dos protestantes.

b) Este apreço não deve contentar-se em ser puramente teórico; quando as condições particulares o permitirem, ele deve ser aperfeiçoado com o conhecimento prático das outras tradições de espiritualidade. Por

isso a partilha da oração e uma certa forma de participação no culto público ou em formas de devoção dos outros cristãos, de acordo com as normas existentes, podem ter um valor formativo.

64. Outras iniciativas. A colaboração em iniciativas caritativas e sociais tais como em escolas, hospitais, prisões etc. tem um valor formativo incontestável; também o trabalho pela paz no mundo ou em regiões determinadas da terra onde essa paz se encontra ameaçada; e ainda pelos direitos do homem e pela liberdade religiosa.

Estas ações, bem orientadas, podem mostrar a eficácia da aplicação social do Evangelho e a força prática da sensibilidade ecumênica em diversos ambientes. Será igualmente educativa e construtiva uma reflexão periódica sobre os fundamentos cristãos de tais ações, com o fim de comprovar a sua qualidade e fecundidade e corrigir os seus defeitos.

65. Ambiente propício é aquele em que se desenvolvem, passo a passo, a maturidade humana e cristã, o sentido da sociabilidade e da comunhão. Por isso, a família, a paróquia, a escola, os grupos, as associações e os movimentos eclesiais têm aí uma especial importância.

66. A família, chamada "Igreja doméstica" pelo Concílio Vaticano II, é o primeiro lugar onde a unidade é construída ou enfraquecida, diariamente, no encontro de pessoas, diferentes em muitos aspectos, mas que se aceitam numa comunhão de amor. Também aí não pode haver preconceitos, mas, ao contrário, deve procurar-se sempre a verdade.

a) A consciência da sua identidade e missão cristãs converte a família numa comunidade para os outros, aberta não só à Igreja, mas também à sociedade humana, preparada para o diálogo e empenho social. Tal como a Igreja, a família deve ser um meio onde o Evangelho é transmitido e de onde ele se irradia; de fato, a constituição conciliar Lumen Gentium afirma que, na Igreja doméstica, "os pais sejam para os filhos, através da palavra e do exemplo, os primeiros mestres da fé" (n. 11).

b) As famílias constituídas por casamentos mistos devem esforçar-se por confessar a Cristo, de acordo com as exigências do batismo que têm em comum; além disso, têm o delicado dever de ser artífices da unidade. "O batismo comum e o dinamismo da graça concedem aos esposos, nestes casamentos, o fundamento e a motivação que os levam a exprimir a sua unidade, na esfera dos valores morais e espirituais".

67. A paróquia, enquanto unidade eclesial reunida à volta da Eucaristia, deve ser e considerar-se o lugar do autêntico testemunho ecumênico. Um dos grandes deveres da paróquia é, por isso, educar os seus membros no espírito ecumênico. Este espírito requer uma cuidadosa atenção aos conteúdos e às formas da pregação, sobretudo da homilia e da catequese. Além disso, é necessário um programa pastoral, o que pressupõe que haja alguém encarregado da animação e da coordenação ecumênica trabalhando em estreita colaboração com o pároco; possivelmente ele próprio se encarregará das diferentes formas de colaboração com as paróquias correspondentes dos outros cristãos. Por fim, tudo isto exige que a paróquia não se encontre abalada com polêmicas internas, polarizações ideológicas ou acusações recíprocas entre cristãos, mas que cada um, seguindo o seu espírito e a sua própria vocação, se converta em servidor da verdade, no amor.

68. A escola, de qualquer classe e nível, deve dar uma dimensão ecumênica ao ensino religioso e, segundo a sua própria organização, contribuir para a formação do coração e da inteligência, nos valores humanos e religiosos, educando para o diálogo, para a paz e para as relações interpessoais.

a) O espírito de caridade, respeito e diálogo requerem a eliminação dos preconceitos e palavras que deformam a imagem dos outros irmãos cristãos. Este aspecto é importante sobretudo nas escolas católicas, onde os jovens devem crescer na fé, na oração e na vontade de pôr em prática o Evangelho cristão da unidade. Deve-se ensinar-lhes o ecumenismo autêntico, de acordo com a doutrina da Igreja Católica.

b) Sempre que possível e em colaboração com os outros professores, haverá a preocupação de abordar as diversas disciplinas, tais como a história e a arte, de forma a acentuar os problemas ecumênicos num espírito de diálogo e de unidade. Com essa finalidade, é também aconselhável que os professores se informem correta e adequadamente sobre as origens, a história e a doutrina das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, sobretudo das que estão implantadas no mesmo território.

69. Os grupos, as associações e os movimentos eclesiais. A vida cristã e, de forma especial, a vida das Igrejas particulares enriqueceram-se no decurso da história com uma variedade de expressões, de projetos, de espiritualidades, adequados aos carismas dados pelo Espírito para a edificação da Igreja, exprimindo-se numa clara distinção de tarefas ao serviço da comunidade. Todos os cristãos que fazem parte destes grupos, movimentos ou associações devem estar impregnados de um sólido espírito ecumênico. Para viver o seu compromisso batismal no mundo, procurando quer a unidade católica pelo diálogo e pela comunhão entre os diversos movimentos e associações, quer uma comunhão mais vasta com outras Igrejas e Comunidades Eclesiais ou com os movimentos e os grupos nelas inspirados, é necessário que estes esforços sejam feitos na base de uma sólida formação e à luz da sabedoria e prudência cristãs.

70. Entre os principais deveres de qualquer futuro ministro ordenado, sobressai o de formar a sua personalidade de modo que, na medida do possível, possa servir à sua missão de ajudar os outros a encontrar Cristo. Nesta perspectiva, o candidato ao ministério deve cultivar plenamente as qualidades humanas que o tornam uma pessoa credível e com aceitação junto dos outros, preocupando-se com a própria linguagem e a capacidade de diálogo, para adquirir assim uma atitude autenticamente ecumênica. Isso é essencial para quem tiver a função de mestre e pastor numa Igreja particular, como é o caso do Bispo, ou tiver o cuidado pastoral na sua condição de padre, e não é menos importante para o diácono e, de forma especial, para os diáconos permanentes, chamados a servir a comunidade dos fiéis.

71. O ministro, ao tomar iniciativas e organizar encontros, deve atuar com lucidez e na fidelidade à Igreja, respeitando as diferentes competências e seguindo as disposições que os pastores da Igreja, por mandato próprio, estabelecerem para o movimento ecumênico da Igreja universal e para cada Igreja particular, com o fim de colaborar na construção da unidade dos cristãos, sem preconceitos ou iniciativas inoportunas.

72. As Conferências Episcopais devem garantir que os planos de estudos dêem uma dimensão ecumênica a cada disciplina e prevejam um estudo específico do ecumenismo. Devem ainda verificar se estes planos de estudo estão em conformidade com as orientações deste diretório.

73. A ação ecumênica "tem de ser plena e sinceramente católica, quer dizer, fiel à verdade que recebemos dos Apóstolos e dos Padres e de acordo com a fé que a Igreja Católica sempre tem professado".

74. Os alunos devem aprender a distinguir entre as verdades reveladas, que requerem todas o mesmo consentimento de fé, a forma de as enunciar e as doutrinas teológicas. No que se refere à formulação das verdades reveladas, deve ter-se em consideração, entre outros documentos, a declaração da Congregação para a Doutrina da Fé Mysterium Ecclesiae, 5: "As verdades que a Igreja entende realmente ensinar nas suas fórmulas dogmáticas são, sem dúvida, distintas das concepções variáveis próprias de uma determinada época; mas não é de excluir que sejam eventualmente formuladas, mesmo pelo Magistério, em termos que denunciam vestígios de tais concepções. Tendo presente estas considerações, deve-se acrescentar que, desde o princípio, as fórmulas dogmáticas do Magistério tiveram a capacidade de comunicar a verdade revelada e que, permanecendo imutáveis, elas a comunicarão sempre a quem bem as interpretar". Que os estudantes aprendam, pois, a fazer a distinção entre "o próprio depósito da fé em si mesmo, ou as verdades contidas na nossa venerável doutrina" e o modo como elas são formuladas; entre as verdades a enunciar e as diversas formas de as perceber e de as manifestar; entre a tradição apostólica e as tradições estritamente eclesiásticas; e que aprendam ao mesmo tempo a reconhecer e a respeitar o valor permanente das fórmulas dogmáticas. A partir da sua formação filosófica, os estudantes devem estar preparados para reconhecer a legítima diversidade em teologia, resultante dos diferentes métodos e das diversas linguagens que os téologos utilizam ao penetrarem nos mistérios divinos. Com efeito, poderá acontecer que as diferentes formulações teológicas, mais do que contraditórias, sejam antes complementares.

75. Além disso, deve-se respeitar sempre a "hierarquia das verdades" da doutrina católica, verdades essas que, embora exigindo todas o consentimento de fé que lhes é devido, não ocupam, no entanto, o mesmo lugar central no mistério revelado em Jesus Cristo, porque estão diferentemente ligadas àquilo que é o fundamento da fé cristã.

76. A abertura ecumênica é uma dimensão indispensável na formação dos futuros padres e diáconos. "O ensino da sagrada teologia e das outras disciplinas, especialmente históricas, deve ministrar-se também numa dimensão ecumênica para que correspondam o melhor possível à realidade". A dimensão ecumênica da formação teológica não deve limitar-se às diferentes categorias de ensino. O ensino interdisciplinar de que falamos e não apenas pluridisciplinar tem de implicar a cooperação entre os respectivos professores e uma coordenação recíproca. Para todas as disciplinas, mesmo fundamentais, devem-se destacar os seguintes aspectos:

a) os elementos do patrimônio cristão no plano da verdade e da santidade, comuns a todas as Igrejas e Comunidades eclesiais, mesmo se, por vezes, são enunciados numa formulação teológica diferente;

b) as riquezas da liturgia, da espiritualidade e da doutrina, próprias de cada comunidade, podem ajudar os cristãos a obter um conhecimento mais profundo da natureza da Igreja;

c) os pontos que, em matéria de fé e de moral, são motivos de desacordo podem levar a investigações mais profundas da palavra de Deus e à distinção entre as contradições reais e as contradições aparentes.

77. Em cada disciplina teológica, a abordagem ecumênica deve levar-nos a considerar o laço existente entre a matéria particular e o mistério da unidade da Igreja. Além disso, o professor deve inculcar nos alunos a fidelidade a toda a tradição autenticamente cristã em matéria de teologia, espiritualidade e disciplina eclesiástica. Ao compararem o seu próprio patrimônio com as riquezas das tradições cristãs do Oriente e do Ocidente, segundo a sua expressão antiga ou moderna, os alunos podem adquirir uma consciência mais viva desta plenitude.

78. Este estudo comparativo é importante em todas as matérias: para o estudo da Escritura, fonte comum da fé de todos os cristãos; para o estudo da tradição apostólica que encontramos nos Padres da Igreja e nos outros escritores eclesiásticos do Oriente e do Ocidente; para a liturgia, onde as diversas formas do culto divino e a sua importância doutrinal e espiritual são cientificamente comparadas; para a teologia dogmática e moral, especialmente no que se refere aos problemas resultantes do diálogo ecumênico; para a história da Igreja, que deve ser objeto de uma cuidadosa investigação sobre a unidade da Igreja e as causas de separação; para o direito Canônico em que se deve distinguir bem os elementos de direito divino dos elementos de direito eclesiástico e que podem estar sujeitos a alterações conforme o tempo, as formas de cultura ou as tradições locais; e, finalmente, para a formação pastoral e missionária e para os estudos sociológicos em que é importante estar atento à situação comum a todos os cristãos, confrontados com o mundo moderno. Deste modo, a plenitude da revelação divina será expressa de uma maneira mais completa e nós cumpriremos melhor a missão que Cristo confiou à sua Igreja no mundo.

79. Para além da dimensão ecumênica presente em toda a formação teológica, reveste-se de grande importância ministrar um curso de ecumenismo no momento mais adequado no quadro do primeiro ciclo. Este curso deve mesmo tornar-se obrigatório. Em termos gerais e com a possível adaptação, pode ter o conteúdo seguinte:

a) as noções de catolicidade, de unidade orgânica e visível da Igreja, de "oikoumené", de ecumenismo, segundo a origem histórica e o significado atual, do ponto de vista católico;

b) os fundamentos doutrinais da atividade ecumênica, com especial atenção aos laços de comunhão atualmente existentes entre as Igrejas e as Comunidades Eclesiais.

c) a história do ecumenismo que abrange a história das divisões e das numerosas tentativas, empreendidas durante séculos, para restabelecer a unidade, os seus êxitos e os seus fracassos; e, igualmente, o estado atual da busca da unidade;

d) o objetivo e o método do ecumenismo, diversas formas de união e colaboração, a esperança de restabelecer a unidade, as condições da unidade, o conceito de plena e perfeita unidade;

e) o aspecto "institucional" e a vida atual das diferentes comunidades cristãs; tendências doutrinais, verdadeiras causas das separações, esforços missionários, espiritualidade, formas de culto divino, necessidade de um melhor conhecimento da teologia e da espiritualidade orientais.

f) alguns problemas mais específicos, tais como: a participação comum no culto, o proselitismo e o irenismo, a liberdade religiosa, os casamentos mistos, o lugar dos leigos e sobretudo das mulheres na Igreja;

g) o ecumenismo espiritual, em particular o significado da oração pela unidade e outras formas de aproximação da unidade pela qual Cristo orou.

80. Para a organização do plano de estudos sugere-se o seguinte:

a) Aconselha-se que seja ministrada, bastante cedo, uma introdução geral ao ecumenismo de forma que os alunos possam ficar sensibilizados, logo desde o início dos estudos teológicos, para a dimensão ecumênica dos seus estudos. Tal introdução deve tratar dos elementos básicos do ecumenismo.
b) A parte especialmente dedicada ao ensino do ecumenismo surge no fim do primeiro ciclo de estudos teológicos ou então na parte final dos estudos nos seminários, de modo que os alunos, adquirindo um largo conhecimento sobre o ecumenismo, possam fazer com ele uma síntese na sua formação teológica.
c) Deve-se proceder com cuidado à escolha dos textos de estudo e dos manuais que devem expor com fidelidade o ensino dos outros cristãos em história, teologia e espiritualidade, permitindo assim uma confrontação honesta e objetiva e estimulando um posterior aprofundamento da doutrina católica.

81. Pode ser vantajoso convidar conferencistas e especialistas das outras tradições, no contexto das regras da colaboração entre as instituições católicas e os centros que dependem dos outros cristãos. Se surgirem problemas especiais num seminário ou num instituto privado, compete ao Bispo da diocese decidir, de acordo com as diretivas estabelecidas pela Conferência Episcopal, sobre as iniciativas a tomar, sob a responsabilidade das autoridades acadêmicas e depois de se ter certificado das qualidades morais e profissionais requeridas para os conferencistas das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Deve-se assegurar sempre, nestes intercâmbios culturais, a identidade do caráter católico deste instituto, assim como o direito e o dever de formar os seus próprios candidatos e de ensinar a doutrina católica, segundo as normas da Igreja.

82. Durante o período de formação, para que a abordagem do ecumenismo não seja desligada da vida, mas antes enraizada na experiência viva das comunidades, é aconselhável organizar encontros e diálogos com outros cristãos, observando as normas da Igreja Católica, tanto a nível universal como particular, e convidando representantes das outras comunidades que possuam a preparação profissional e religiosa e o espírito ecumênico necessários a um diálogo sincero e construtivo. Será mesmo de considerar a possibilidade de encontros com alunos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Mas os institutos de formação diferem de tal modo que não é possível fixar regras uniformes. De fato, a realidade comporta diferentes graduações conforme a diversidade dos países ou das regiões e a diversidade das relações entre a Igreja Católica e as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, nos planos da eclesiologia, da cooperação e do diálogo. Também aqui é muito importante e indispensável a exigência da gradualidade e da adaptação. Os superiores devem recorrer aos princípios gerais e adaptá-los às circunstâncias e às ocasiões especiais.

83. Para colaborar na ação pastoral, para além dos ministros ordenados, há outros colaboradores indiscutíveis os catequistas, os professores, os animadores leigos. Para a sua fomação, foram criados nas Igrejas locais os institutos de ciências religiosas, os institutos de pastoral e outros centros de formação e reciclagem. A esses, aplicam-se os mesmos planos de estudo e as mesmas normas dos institutos de teologia, mas adaptados ao nível dos participantes e respectivos estudos.

84. De forma especial, tendo em conta a legítima variedade dos carismas e das próprias obras dos mosteiros, dos institutos de vida consagrada e das sociedades de vida apostólica, é de particular importância que “todo o instituto participe na vida da Igreja e, segundo o seu próprio caráter, faça suas e favoreça na medida das suas possibilidades as iniciativas e as intenções da Igreja nos diversos domínios”, incluindo o “domínio ecumênico”.
Tal formação deve estar imbuída de uma dimensão ecumênica desde o noviciado e, depois, no decurso das etapas seguintes. A Ratio formationis de cada instituto deve prever, em relação com os planos de estudos dos ministros ordenados, que seja sublinhada simultaneamente a dimensão ecumênica das diferentes disciplinas e um curso específico de ecumenismo, adaptado às circunstâncias e às situações locais. Ao mesmo tempo, é importante que a autoridade competente do instituto se preocupe com a formação de especialistas em ecumenismo para orientar o empenho ecumênico de todo o instituto.

85. Para passar da teoria à prática, é útil desenvolver contatos e intercâmbios entre os mosteiros e as comunidades religiosas católicas e com os das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, sob a forma de permutas de informação, de ajuda espiritual e por vezes material ou sob a forma de intercâmbios culturais.

86. Dada a importância do papel dos leigos na Igreja e na sociedade, os leigos responsáveis pela ação ecumênica devem ser encorajados a desenvolver contatos e permutas com as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, seguindo as normas deste Diretório.

87. Importância da formação para o diálogo. Considerando a influência dos centros superiores de cultura, parece evidente que as faculdades eclesiásticas e os outros institutos superiores devem ter um papel particularmente importante a desempenhar na preparação do diálogo ecumênico, no seu desenvolvimento e no progresso da unidade dos cristãos que este mesmo diálogo permite atingir. A preparação pedagógica para este diálogo deve corresponder às seguintes exigências:
a) um empenho pessoal e sincero, vivido na fé, sem o qual não há diálogo entre irmãos e irmãs, mas um puro exercício acadêmico;
b) a busca de caminhos e de novos meios para estabelecer relações mútuas e restabelecer a unidade, fundamentada numa maior fidelidade ao Evangelho e numa autêntica profissão da fé cristã, na verdade e na caridade;
c) a consciência de que o diálogo ecumênico não tem um caráter puramente privado entre pessoas ou grupos particulares, mas se insere no empenho de toda a Igreja e por isso deve ser conduzido de forma coerente com o ensino e as orientações dos seus Pastores;
d) uma atitude de abertura para reconhecer que os membros das diferentes Igrejas e Comunidades Eclesiais podem ajudar-nos a compreender melhor e a expor exatamente a doutrina e a vida das suas próprias comunidades;
e) o respeito pela consciência e convicção pessoais de quem expõe um aspecto ou uma doutrina da própria Igreja ou então o seu modo particular de compreender a revelação divina;
f) o reconhecimento do fato de que nem todos se beneficiam de uma mesma preparação para tomar parte num diálogo, dado que os níveis de instrução, de maturidade de espírito e de progresso espiritual são diferentes.

88. A constituição apostólica Sapientia Christiana especifica que, a partir do primeiro ciclo da faculdade de teologia, o estudo da teologia fundamental deve incluir também as questões relacionadas com o ecumenismo.
Do mesmo modo, no segundo ciclo, “as questões ecumênicas devem ser cuidadosamente estudadas, segundo as normas dadas pela autoridade eclesiástica competente”. Por outras palavras, será oportuno ministrar cursos

de especialização sobre o ecumenismo, os quais, para além dos elementos já indicados anteriormente no n. 79, poderão abordar os temas seguintes:

a) O estado atual das relações entre a Igreja Católica e as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais, baseado no estudo dos resultados publicados sobre o diálogo;

b) o estudo do patrimônio e das tradições dos outros cristãos do Oriente e do Ocidente;

c) a importância do Conselho Ecumênico das Igrejas para o movimento ecumênico e a atual situação das relações entre a Igreja Católica e este Conselho;

d) o papel dos Conselhos de Igrejas nacionais e supranacionais, as suas realizações e dificuldades.

É preciso, além disso, lembrar que a dimensão ecumênica deve estar presente no ensino e na investigação teológicas.

89. Também as Universidades Católicas são chamadas a ministrar uma formação ecumênica sólida. Entre as medidas apropriadas que podem tomar, a título de exemplo, citam-se as seguintes:

a) estimular, quando a matéria se prestar para isso, uma dimensão ecumênica nos métodos de ensino e de investigação;

b) prever palestras e jornadas de estudo consagrados às questões ecumênicas;

c) organizar conferências e reuniões para realizar, em comum, um estudo, um trabalho ou uma atividade social, deixando tempo para pesquisar os princípios cristãos de ação social e os meios de os aplicar. Estas ocasiões, agrupando somente católicos ou então católicos e outros cristãos, devem, na medida do possível, encorajar a colaboração com outros institutos superiores que existam no território;

d) nos jornais e revistas universitárias, reservar lugar para a notícia dos acontecimentos relativos ao ecumenismo e também para estudos mais aprofundados, de preferência comentando os documentos comuns do diálogo entre as Igrejas;

e) nos colégios ligados às universidades, devem recomendar-se vivamente as boas relações entre os católicos e os outros estudantes cristãos que, bem orientados, podem, graças a estas relações, aprender a viver juntos num espírito ecumênico aprofundado e ser fiéis testemunhas da sua fé cristã.

f) Convém atribuir uma especial atenção à oração pela unidade, não só durante a semana prevista para esse fim, mas também em outras ocasiões durante o ano. De acordo com as circunstâncias dos lugares e das pessoas e as normas estabelecidas para as celebrações comuns, podem-se projetar retiros em comum, sob a direção de um guia espiritual experiente.

g) Para o testemunho comum há um campo muito vasto, em particular no setor das obras de caráter social ou de beneficência. Os estudantes devem ser preparados e encorajados nesta matéria não apenas os estudantes de teologia, mas também os das outras faculdades, como o direito, a sociologia, a economia política, que, pela sua contribuição, podem ajudar a facilitar e a realizar essas iniciativas.

h) Os assistentes, os orientadores dos estudantes e os professores devem ter uma preocupação especial no desempenho da sua missão com espírito ecumênico, organizando algumas das iniciativas indicadas anteriormente. Para esta tarefa, requer-se um conhecimento aprofundado da doutrina da Igreja, uma competência adequada nas disciplinas acadêmicas, uma prudência firme e o sentido da justa medida: todas estas qualidades devem proporcionar um apoio aos estudantes, levando-os a harmonizar a sua própria vida de fé com a abertura aos outros.

90. Para realizar a sua missão ecumênica a Igreja necessita de um grande número de peritos nesta matéria: clero, religiosos, leigos, homens e mulheres. Estes peritos são necessários, mesmo nas regiões de maioria católica.

a) Esta tarefa requer institutos especializados equipados

com uma documentação adequada sobre o ecumenismo, nomeadamente sobre o diálogo em curso e os programas futuros;

com um corpo docente capaz e bem preparado em doutrina católica e ecumenismo;

b) os institutos devem empenhar-se sobretudo na investigação ecumênica, em colaboração, na medida do possível, com peritos de outras tradições teológicas e com os seus fieis; devem organizar encontros ecumênicos, tais como conferências e congressos; devem também manter-se em contato com as comissões ecumênicas nacionais e com o Conselho Pontifício para a promoção da unidade dos cristãos para uma permanente informação sobre o estado dos diálogos interconfessionais e dos progressos verificados.

c) Os peritos assim formados podem oferecer quadros para o movimento ecumênico na Igreja Católica, como membros ou como dirigentes dos organismos responsáveis diocesanos, nacionais ou internacionais, como professores de cursos de ecumenismo em institutos ou em centros eclesiásticos bem como animadores de um autêntico espírito e ação ecumênicos, no seu próprio meio.

91. A formação doutrinal e prática não se limita ao período de formação, mas exigem, dos ministros ordenados e daqueles que trabalham no ministério pastoral, uma contínua atualização, dada a evolução do movimento ecumênico.

Ao executarem o programa previsto para a atualização pastoral do clero em reuniões e congressos, retiros, jornadas de encontros de reflexão ou estudo dos problemas pastorais os bispos e os superiores religiosos devem prestar uma especial atenção ao ecumenismo, com base nas seguintes indicações:

a) Instrução sistemática dos padres, diáconos, religiosos, religiosas e leigos, sobre o estado atual do movimento ecumênico, de modo a poderem inserir a dimensão ecumênica na pregação, na catequese, na oração e na vida cristã em geral. No caso de ser possível e oportuno, será bom que, por vezes, se convide um ministro de uma outra Igreja, para que fale da sua própria tradição ou então de problemas pastorais, que muitas vezes são comuns a todos.

b) Se se proporcionar ocasião para isso e com o consentimento do bispo da diocese, o clero católico e aqueles que se ocupam de pastoral na diocese podem participar em reuniões interconfessionais, visando melhorar as relações recíprocas e resolver problemas pastorais, com a contribuição de todos. A realização destas iniciativas é muitas vezes facilitada pela criação de conselhos ou associações locais e regionais para o clero etc., ou então pela adesão a associações congêneres já existentes.

c) As faculdades de teologia, os institutos de estudo superiores, os seminários e outros institutos de formação podem contribuir grandemente para a formação permanente, quer organizando cursos de estudo para todos

aqueles que se dedicam ao ministério pastoral, quer contribuindo, com recursos humanos e materiais, para disciplinas e cursos organizados por outros.
d) Além disso, são de grande utilidade os seguintes meios: a informação exata nos mídia da Igreja local e, se for possível, nos do Estado; uma troca de informações com os serviços dos mídia das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais; relações sistemáticas e permanentes com as comissões ecumênicas diocesanas ou nacionais, de maneira a proporcionar a todos os católicos empenhados na pastoral, uma documentação precisa sobre o desenvolvimento do movimento ecumênico.
e) Além disso, convém aproveitar as diversas formas de encontros espirituais para aprofundar os elementos de espiritualidade comuns e próprios. Estes encontros proporcionam ocasião de refletir sobre a unidade e de orar pela reconciliação de todos os cristãos. A participação de membros de diferentes Igrejas e Comunidades Eclesiais em encontros semelhantes pode favorecer a compreensão recíproca e o crescimento da comunhão espiritual.
f) Por fim, aconselha-se que se faça periodicamente uma avaliação da atividade ecumênica".

Nota:257

Sobre o pluralismo religioso no Brasil , cf. especialmente, nn. 62, 69 e 71 dos Estudos da CNBB.

Nota:258

Veja, por exemplo, do Pontifício Conselho para a Unidade Cristã, o Diretório para o Ecumenismo (várias edições no Brasil) e o Relatório sobre a Quarta Fase do Diálogo Internacional entre a Igreja Católica Romana e as Igrejas Pentecostais Tradicionais (tradução brasileira: Diálogo Católico-Pentecostal. Paulinas, 1999, 78 p.) e, do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, Diálogo e Missão (SEDOC 17, 1984, 387-399) e Diálogo e Anúncio, 1991 (várias edições no Brasil).

Nota:259

EA 66: "Cristo ressuscitado, antes da sua ascensão ao céu, enviou os Apóstolos a anunciar o Evangelho pelo mundo inteiro (cf. Mc 16,15), conferindo-lhes os poderes necessários para realizar essa missão. É significativo que, antes de confiar o último mandato missionário, Jesus tenha feito referência ao poder universal que recebera do Pai (cf. Mt 28,18). Na realidade, Cristo transmitiu aos Apóstolos a missão recebida do Pai (cf. Jo 20,21), tornando-os assim participantes dos seus poderes.
Mas também "os fiéis leigos, precisamente por serem membros da Igreja, têm por vocação e por missão anunciar o Evangelho: para essa obra foram habilitados e nela comprometidos pelos sacramentos da iniciação cristã e pelos dons do Espírito Santo". De fato, eles foram "feitos participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo". Por conseguinte, "os fiéis leigos, devido à sua participação no múnus profético de Cristo, estão plenamente comprometidos nesta tarefa da Igreja" e, portanto, devem sentir-se chamados e enviados a proclamar a Boa Nova do Reino. As palavras de Jesus: "Ide vós também para a minha vinha" (Mt 20,4), devem ser vistas como dirigidas não só aos Apóstolos, mas a todos aqueles que desejam ser autênticos discípulos do Senhor.
A tarefa fundamental para a qual Cristo envia os seus discípulos é o anúncio da Boa Nova, isto é, a evangelização (cf. Mc 16,15-18). Segue-se daí que "evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade". Como já disse em outras ocasiões, a singularidade e novidade da situação em que o mundo e a Igreja se encontram, às portas do terceiro milênio, e as exigências que daí derivam, fazem com que a missão evangelizadora atualmente requeira também um novo programa que, no seu conjunto, pode definir-se "nova evangelização". Como Pastor supremo da Igreja, desejo ardentemente convidar todos os membros do Povo de Deus, e de modo especial os que vivem no Continente americano donde fiz, pela primeira vez, apelo a um compromisso novo "no seu entusiasmo, nos seus métodos, na sua expressão" para assumirem este projeto e colaborarem nele. Cada um, ao aceitar esta missão, lembre-se de que o núcleo vital da nova evangelização deve ser o anúncio claro e inequívoco da pessoa de Jesus Cristo, isto é, o anúncio do seu nome, da sua doutrina, da sua vida, das suas promessas e do Reino que ele nos conquistou por meio do seu mistério pascal".

Nota:260

EA 12: "Confiando na ajuda de Maria, a Igreja na América deseja conduzir os homens e as mulheres do Continente ao encontro de Cristo, ponto de partida para uma autêntica conversão e uma renovada comunhão e solidariedade. Este encontro contribuirá eficazmente para consolidar a fé de muitos católicos, favorecendo o seu amadurecimento numa fé convicta, viva e operativa.
Para que a procura de Cristo, presente na sua Igreja, não se reduza a algo meramente abstrato, é necessário mostrar os lugares e momentos concretos nos quais, no âmbito da Igreja, é possível encontrá-lo. A reflexão dos Padres Sinodais a este propósito foi rica de sugestões e observações.
Em primeiro lugar, eles apontaram "a Sagrada Escritura, lida à luz da Tradição, dos Padres e do Magistério, e aprofundada através da meditação e da oração". Foi encarecida a promoção do conhecimento dos Evangelhos, nos quais é proclamado, com palavras facilmente acessíveis a todos, o modo como Jesus viveu entre os homens. A leitura destes textos sagrados, quando acolhida com a mesma atenção com que as multidões escutavam Jesus na encosta do monte das Bem-aventuranças, ou na margem do lago de Tiberíades enquanto Ele pregava desde a barca, produz autênticos frutos de conversão do coração.
Um segundo lugar de encontro com Jesus é a Sagrada Liturgia. Ao Concílio Vaticano II devemos uma riquíssima exposição da multíplice presença de Cristo na Liturgia, cuja importância deve ser objeto de constante pregação: Cristo está presente no celebrante que renova sobre o altar o mesmo e único sacrifício da Cruz; está presente nos sacramentos onde exerce sua força eficaz. Quando é proclamada a sua palavra, é ele mesmo que nos fala. Além disso, está presente na comunidade, como prometeu: "Onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles" (Mt 18,20). Ele está presente "sobretudo sob as espécies eucarísticas". O meu predecessor Paulo VI considerou necessário explicar a peculiariedade da presença real de Cristo na Eucaristia, que "é chamada real, não por exclusão, como se as outras não fossem reais, mas por antonomásia, porque é substancial". Sob as espécies do pão e do vinho, "encontra-se presente Cristo total na sua realidade física, inclusive corporalmente".
A Escritura e a Eucaristia, como lugares de encontro com Cristo, são evocadas na narração da aparição do Ressuscitado aos discípulos de Emaús. Mas o texto do Evangelho sobre o juízo final (cf. Mt 25,31-46), onde se diz que seremos julgados acerca do amor para com os mais necessitados, nos quais Jesus Cristo está

misteriosamente presente, indica que é preciso não descurar um terceiro lugar de encontro com o Senhor: “as pessoas, especialmente os pobres, com os quais Cristo se identifica”. No encerramento do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI recordava que ‘no rosto de todo homem, sobretudo se se tornou transparente pelas lágrimas ou pelas dores, podemos e devemos descobrir o rosto de Cristo (cf. Mt 25,40), o Filho do Homem’”.

Nota:261

EA 68: “O encontro com o Senhor gera uma profunda transformação em todos aqueles que não se fecham a ele. O primeiro impulso que nasce dessa transformação é comunicar aos outros a riqueza descoberta nesse encontro. Não se trata apenas de ensinar aquilo de que tivemos conhecimento, mas de fazer também, à semelhança da mulher samaritana, com que os outros encontrem pessoalmente Jesus: “Vinde ver” (Jo 4,29). O resultado será igual ao que então se verificou no coração dos samaritanos: “Já não é por causa das tuas palavras que acreditamos; nós próprios ouvimos e sabemos que ele é realmente o Salvador do mundo” (Jo 4,42). A Igreja, que vive da presença permanente e misteriosa do seu Senhor ressuscitado, tem como centro da sua missão o empenho de “levar todos os homens a encontrar-se com Cristo”.

Ela é chamada a anunciar que Cristo é verdadeiramente o Vivente, o Filho de Deus, que se fez homem, morreu e ressuscitou. Ele é o único Salvador de todos os homens e do homem todo e, como Senhor da história, atua continuamente na Igreja e no mundo, por meio do seu Espírito, até ao fim dos séculos. Essa presença do Ressuscitado na Igreja torna possível o nosso encontro com ele, graças à ação invisível do seu Espírito vivificante. Aquele encontro realiza-se na fé recebida e vivida na Igreja, o corpo místico de Cristo. Este, portanto, possui essencialmente uma dimensão eclesial e leva a um compromisso de vida. De fato, “encontrar Cristo vivo significa acolher o amor com que ele primeiro nos amou, optar por ele, aderir livremente à sua pessoa e ao seu projeto, que consiste no anúncio e realização do Reino de Deus”.

O chamado faz-nos ir à procura de Jesus: “Rabbi que quer dizer Mestre , onde moras?. Vinde ver, respondeu-lhes. Foram, pois, e viram onde morava e permaneceram junto dele nesse dia (Jo 1,38-39). Esse permanecer não se limita ao dia da vocação, mas estende-se a toda a vida. Segui-lo implica viver como ele viveu, aceitar a sua mensagem, assumir como próprios os seus critérios, abraçar o seu destino, partilhar o seu projeto que é o desígnio do Pai: convidar a todos para a comunhão trinitária e para a comunhão com os irmãos numa sociedade justa e solidária”. O desejo ardente de convidar os outros para se encontrarem com Aquele que nós encontramos está na raiz da missão evangelizadora a que é chamada toda a Igreja, mas que é sentida com particular urgência hoje na América, depois de ter celebrado os 500 anos da primeira evangelização e quando se prepara para comemorar com gratidão os 2000 anos da vinda do Filho unigênito de Deus ao mundo”.

Jo 4,39: “Muitos samaritanos dessa cidade acreditaram em Jesus, por causa do testemunho que a mulher tinha dado. Ele me disse tudo o que eu fiz”.

Nota:262

EA 67: “Jesus Cristo é a “boa nova” da salvação comunicada aos homens de ontem, de hoje e de sempre; mas, ao mesmo tempo, Ele é também o primeiro e supremo evangelizador. A Igreja deve colocar o centro da sua atenção pastoral e da sua ação evangelizadora em Cristo crucificado e ressuscitado. “Tudo o que se projeta no campo eclesial deve partir de Cristo e do seu Evangelho”. Por isso, “a Igreja na América deve falar cada vez mais de Jesus Cristo, rosto humano de Deus e rosto divino do homem. É este anúncio que verdadeiramente mexe com os homens, que desperta e transforma os ânimos, ou seja, que converte. É preciso anunciar Cristo com alegria e fortaleza, mas sobretudo com o testemunho da própria vida”.

Cada cristão poderá cumprir eficazmente a sua missão, na medida em que assumir a vida do Filho de Deus feito homem como o modelo perfeito da sua ação evangelizadora. A simplicidade do seu estilo e as suas opções devem ser regras para todos na obra da evangelização. Nesta perspectiva, os pobres hão de ser considerados entre os primeiros destinatários da evangelização, a exemplo de Cristo que dizia de si mesmo: “O Espírito do Senhor (...) me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres” (Lc 4,18).

Como já indiquei antes, o amor pelos pobres deve ser preferencial, mas não exclusivo. O ter limitado a atenção pastoral pelos pobres com um certo exclusivismo como assinalaram os Padres Sinodais , levou, às vezes, a descurar os ambientes dos dirigentes da sociedade, com o conseqüente afastamento da Igreja de muitos deles. Os prejuízos derivados da difusão do secularismo nesses ambientes, tanto políticos como econômicos, sindicais, militares, sociais ou culturais, demonstram a urgência da sua evangelização, que deve ser animada e guiada pelos Pastores, chamados por Deus para cuidar de todos. Estes poderão contar com o apoio daqueles que e, felizmente, são ainda numerosos permaneceram fiéis aos valores cristãos: a este respeito, os Padres Sinodais recordaram “o empenho de não poucos (...) dirigentes na construção de uma sociedade justa e solidária”. Com o seu apoio, os Pastores enfrentarão a difícil tarefa de evangelização destes setores da sociedade: com renovado fervor e uma metodologia atualizada, dirigir-se-ão aos dirigentes, homens e mulheres, para levar-lhes o anúncio de Cristo, insistindo principalmente sobre a formação das consciências, através da doutrina social da Igreja. Esta formação constituirá o melhor antídoto contra os inúmeros casos de incoerência e, em certos casos, de corrupção existentes na estrutura sociopolítica. Vice-versa, se se descura esta evangelização dos dirigentes, não deve surpreender que muitos deles sigam critérios alheios e, às vezes, claramente contrários ao Evangelho”.

Nota:263

EN 27: “A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus.

E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que ja tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade”.

Nota:264

Rm 10,14-15: “Ora, como poderão invocar aquele no qual não acreditaram? Como poderão acreditar, se não ouviram falar dele? E como poderão ouvir, se não houver quem o anuncie? Como poderão anunciar se ninguém for enviado? Como diz a Escritura: Como são belos os pés daqueles que anunciam boas notícias!”.

Nota:265

EN 27: "A evangelização há de conter também sempre - ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo - uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus.

E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exaurisse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que ja tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade".

RMi : "44. O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da Boa-Nova de que Deus os ama e salva. A evangelização conterá sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (…) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a vida nova, divina e eterna. É esta a Boa-Nova, que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai.

45. Sendo feito em união com toda a comunidade eclesial, o anúncio nunca é um fato pessoal. O missionário está presente e atuante em virtude de um mandato recebido, pelo que, mesmo se estiver sozinho, sempre viverá unido, por meio de laços invisíveis mas profundos, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Os ouvintes, mais cedo ou mais tarde, entrevêem, por detrás dele, a comunidade que o enviou e o apóia.

O anúncio é animado pela fé, que gera entusiasmo e ardor no missionário. Como ficou dito, os Atos dos Apóstolos definem uma tal atitude com a palavra parresía, que significa falar com coragem e desembaraço; o mesmo termo aparece em São Paulo: Em nosso Deus, encontramos coragem para vos anunciar o Evangelho, no meio de muitos obstáculos (1Ts 2,2). Rezai também por mim, para que, quando abrir a boca, me seja dado anunciar corajosamente o mistério do Evangelho, do qual, mesmo com as algemas, sou embaixador, e para que tenha a audácia de falar dele como convém (Ef 6,19-20).

Ao anunciar Cristo aos não-cristãos, o missionário está convencido de que existe já, nas pessoas e nos povos, pela ação do Espírito, uma ânsia mesmo se inconsciente de conhecer a verdade acerca de Deus, do homem, do caminho que conduz à libertação do pecado e da morte. O entusiasmo posto no anúncio de Cristo deriva da convicção de responder a tal ânsia, pelo que, o missionário não perde a coragem nem desiste do seu testemunho, mesmo quando é chamado a manifestar sua fé num ambiente hostil ou indiferente. Ele sabe que o Espírito do Pai fala nele (cf. Mt 10,17-20; Lc 12,11-12), podendo repetir com os apóstolos: nós somos testemunhas destas coisas, juntamente com o Espírito Santo (At 5,32). Está ciente de que não anuncia uma verdade humana, mas a Palavra de Deus, dotada de intrínseca e misteriosa força (cf. Rm 1,16).

A prova suprema é o dom da vida, até ao ponto de aceitar a morte para testemunhar a fé em Jesus Cristo. Como sempre, na história cristã, os mártires, isto é, as testemunhas, são numerosas e indispensáveis no caminho do Evangelho. Também em nossa época, há tantos: bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos, tantas vezes heróis desconhecidos que deram a vida para testemunhar a fé. São esses os anunciadores e as testemunhas por excelência".

DA: "55. O Senhor Jesus confiou aos seus discípulos o mandato de anunciar o Evangelho. É o que narram os quatro Evangelhos e os Atos dos Apóstolos. Há, contudo, algumas variantes nas diversas versões.

No Evangelho de Mateus, Jesus diz aos seus discípulos: Foi-me dado todo o poder no céu e na terra: Ide, pois, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a cumprir tudo quanto vos tenho mandado. E eu estarei sempre convosco, até o fim do mundo (Mt 28,18-20).

O Evangelho de Marcos apresenta esta ordem de modo mais sucinto: Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda criatura. Quem acreditar e for batizado será salvo, mas quem não acreditar será condenado (Mc 16,15-16).

No Evangelho de Lucas, a expressão é menos direta: Assim está escrito que o Messias haveria de sofrer e ressuscitar dentre os mortos ao terceiro dia, que haveria de ser pregado, em seu nome, o arrependimento e a remissão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém. Vós sois as testemunhas destas coisas (Lc 24,46-48).

Nos Atos dos Apóstolos é acentuada a extensão daquele testemunho: Mas ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judéia e Samaria, e até os confins do mundo (At 1,8).

No Evangelho de João, a missão é expressa de modo ainda diferente: Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os envio ao mundo (Jo 17,18); Assim como o Pai me enviou, também eu vos en-vio a vós (Jo 20,21). Anunciar a Boa Nova a todos os seres humanos, dar testemunho, batizar, ensinar, todos estes aspectos entram na missão evangelizadora da Igreja, mas devem ser considerados à luz da missão realizada por Jesus mesmo, a missão recebida do Pai".

56. Jesus proclamava o Evangelho de Deus, dizendo: Completou-se o tempo e o reino de Deus está perto: arrependei-vos e acreditai na Boa Nova (Mc 1,14-15). Esta passagem resume todo o ministério de Jesus. Jesus

proclama esta Boa Nova do Reino não só com as palavras, mas também com as suas ações, as suas atitudes, as suas opções, ou seja, com toda a sua vida e por fim com a sua morte e ressurreição. As suas parábolas, os seus milagres, os exorcismos que faz, tudo está ligado ao Reino de Deus por ele anunciado. Este Reino, por outro lado, não é só algo a anunciar, totalmente destacado da sua própria pessoa. Jesus mostra de modo claro que é por ele e nele que o Reino de Deus vem ao mundo (cf. Lc 17,20-22), e que nele o Reino já veio entre nós, embora ainda deva alcançar a sua plenitude.

57. Seu ensinamento é confirmado por sua vida. Se não credes em mim, crede nas minhas obras (Jo 10,38). Assim como as suas obras são explicadas com as suas palavras, cuja fonte é a consciência de ser um com o Pai: Em verdade, em verdade vos digo: não pode o Filho fazer nada por si mesmo se não vir o Pai fazê-lo (Jo 5,19). No processo diante de Pilatos, Jesus disse que tinha vindo ao mundo a fim de dar testemunho da verdade (Jo 18,37). Também o Pai dá testemunho dele, quer com palavras que vêm do céu quer nas obras poderosas, os sinais, que Jesus é capaz de realizar. É o Espírito que dá o seu sinal ao testemunho de Jesus, autenticando a sua veracidade (cf. Jo 3,32-35).

58. É neste contexto que se deve compreender o mandato confiado pelo Senhor ressuscitado à Igreja apostólica. A missão da Igreja é proclamar o Reino de Deus estabelecido na terra em Jesus Cristo, mediante a sua vida, a sua morte e ressurreição, como o dom decisivo e universal de salvação que Deus faz ao mundo. É por isso que não há verdadeira evangelização se o nome, o ensinamento, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não são proclamados (EN 22). Há, pois, continuidade entre o Reino anunciado por Jesus e o mistério de Cristo anunciado pela Igreja.

59. Continuando a missão de Jesus, a Igreja é o germe e o início do Reino (LG 5). Ela está a serviço deste Reino e dá-lhe testemunho. Isto compreende o testemunho de fé em Jesus Cristo, o Salvador, porque este é o verdadeiro coração da mesma fé e vida da Igreja. Na história da Igreja, todos os apóstolos foram testemunhas da vida, morte e ressurreição de Cristo. O testemunho dá-se com palavras e atos, que nunca devem ser postos uns contra os outros. O ato ratifica a palavra, mas sem a palavra o ato pode ser mal-interpretado. O testemunho dos apóstolos, tanto em palavras como em sinais, está subordinado ao Espírito Santo enviado pelo Pai, para que se cumpra plenamente esta tarefa de testemunho.

60. No dia do Pentecostes, em cumprimento da promessa de Cristo, o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos. Naquele tempo, residiam em Jerusalém judeus piedosos provenientes de todas as nações que há debaixo do céu (At 2,5) a lista das pessoas presentes, dada pelo livro dos Atos, serve para salientar o alcance universal deste primeiro evento eclesial.

Pedro, em nome dos Onze, dirige-se à multidão reunida, anunciando Jesus acreditado por Deus com milagres e prodígios, crucificado pelos homens, mas ressuscitado por Deus. E conclui: Saiba toda a casa de Israel, com absoluta certeza, que Deus estabeleceu, como Senhor e Messias, a esse Jesus por vós crucificado (At 2,36). Pedro convida, todos os presentes a converterem-se, a tornarem-se discípulos de Jesus mediante o batismo no seu nome, para o perdão dos pecados, e assim receberem o dom do Espírito Santo. Mais tarde, diante do Sinédrio, Pedro dá testemunho da sua fé em Cristo ressuscitado, dizendo com clareza: não há salvação em nenhum outro, pois não há debaixo do céu qualquer outro nome dado aos homens que nos possa salvar (At 4,11-12). Fala-se de novo da natureza universal da mensagem cristã de salvação, ao descrever a conversão de Cornélio. Quando Pedro deu testemunho da vida e da obra de Jesus, desde o início do seu ministério na Galiléia até a sua Ressurreição, o Espírito Santo desceu sobre quantos ouviam a palavra, por isso aqueles que acompanhavam Pedro ficaram estupefatos ao verem que o dom do Espírito Santo fora derramado também sobre os pagãos (At 10,44-45).

61. Os apóstolos, seguindo o evento do Pentecostes, apresentam-se como testemunhas da ressurreição de Cristo (cf. At 1,22; 4,33; 5,32-33), ou, numa fórmula mais concisa, simplesmente como testemunhas de Cristo (cf. At 3,15; 13,31). Isto emerge ainda mais claramente em Paulo apóstolo por vocação, escolhido para anunciar o Evangelho de Deus (Rm 1,1), que recebeu de Jesus Cristo a graça e o apostolado, a fim de implantar, em honra do seu nome, a obediência à fé no meio de todos os gentios (Rm 1,5). Paulo anuncia o Evangelho que Deus de antemão prometera por meio dos seus profetas nas Santas Escrituras (Rm 1,2), O Evangelho de seu Filho (Rm 1,9). Prega Cristo crucificado: escândalo para os judeus e loucura para os gentios (1Cor 1,23; cf. 2,2); porque ninguém pode pôr outro fundamento diferente do que foi posto, isto é, Jesus Cristo (1Cor 3,11). Toda a mensagem de Paulo está resumida nesta solene declaração aos Efésios:

A mim, o menor de todos os santos, foi dada esta graça de anunciar aos gentios a insondável riqueza de Cristo, e de elucidar a todos sobre qual seja a economia do Mistério escondido desde tempos antigos em Deus, que tudo criou, para que esta multiforme sabedoria de Deus seja agora revelada mediante a Igreja, conforme o desígnio eterno que realizou em Cristo Jesus, Nosso Senhor (Ef 3,8-11).

Encontramos a mesma mensagem nas Cartas Pastorais. Deus deseja que todos os seres humanos se salvem e conheçam a verdade. Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo Homem, que se deu em resgate por todos (1Tm 2,46). Este mistério da nossa religião que é bastante profundo encontra a sua expressão num fragmento litúrgico:

Manifestou-se na carne, foi justificado pelo Espírito, visto pelos anjos, pregado aos gentios, acreditado no mundo e exaltado na glória (1Tm 3,16).

62. O apóstolo João apresenta-se sobretudo como uma testemunha, alguém que viu Jesus e descobriu o seu mistério (cf. Jo 13,23-25; 21,24). O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também vós tenhais comunhão conosco (1Jo 1,3). E vimos e testificamos que o Pai enviou seu Filho como Salvador do mundo (1Jo 4,14). Para João, a Encarnação é o apoio da mensagem: E o Verbo fez-se homem e veio habitar entre nós, e nós vimos a sua glória, glória que lhe vem do Pai, como Filho único, cheio de graça e de verdade (Jo 1,14). Em Jesus pode-se ver o Pai (cf. Jo 14,9); é o caminho para o Pai (cf. Jo 14,6). Levantado na cruz atrai todos a si (cf. Jo 12,32). É, realmente, o salvador do mundo (Jo 4,42).

63. Prega a palavra, escreve Paulo a Timóteo (2Tm 4,2). O conteúdo desta palavra exprime-se de diversos modos: é o Reino (cf. At 20,25), o Evangelho do Reino (cf. Mt 24,14), o Evangelho de Deus (cf. Mc 1,14; 1Ts 2,9).

Mas estas formulações diferentes significam verdadeiramente a mesma coisa: pregar Jesus (cf. At 9,20; 19,13), pregar Cristo (cf. At 8,5). Assim como Jesus refere as palavras de Deus (cf. Jo 3,34), também os apóstolos pregam a palavra de Deus, precisamente porque pregam Jesus que é a Palavra.

A mensagem cristã, portanto, é poderosa e deve ser escutada por aquilo que verdadeiramente é, não como palavra de homem, mas como palavra de Deus (1Ts 2,13). Acolhida na fé, a palavra será viva e eficaz, mais penetrante que uma espada de dois gumes (Hb 4,12). É uma palavra que purifica (cf. Jo 15,3), é fonte de verdade que torna livres (cf. Jo 8,31-32). A palavra tornar-se-á uma presença interior: Se alguém me ama, guardará a minha palavra; meu Pai amá-lo-á e viremos a ele e faremos nele morada (Jo 14,23). É esta a palavra de Deus que deve ser anunciada pelos cristãos.

64. Ao anunciar esta palavra, a Igreja sabe que pode contar com o Espírito Santo, que inspira o seu anúncio e leva aqueles que a escutam à obediência da fé.

É o Espírito que hoje como nos inícios da Igreja age em cada um dos evangelizadores que se deixa possuir e conduzir por ele, e põe na sua boca as palavras que ele sozinho não poderia encontrar, ao mesmo tempo que predispõe a alma daqueles que escutam, a fim de a tornar aberta a acolhedora para a Boa Nova e para o Reino anunciado (EN 75).

65. A força do Espírito é confirmada pelo fato que o testemunho mais poderoso é com freqüência dado precisamente no momento em que o discípulo é mais indefeso, incapaz de falar ou de agir, mas todavia permanece fiel. Como diz Paulo: prefiro vangloriar-me das minhas fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo. Alegro-me nas minhas fraquezas, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias por Cristo, pois, quando me sinto fraco, então é que sou forte (2Cor 12,9-10). O testemunho pelo qual o Espírito leva os homens e as mulheres a conhecerem Jesus como Senhor não é uma realização humana, mas obra de Deus.

66. Como disse o Papa Paulo VI na sua Exortação Evangelii nuntiandi: A apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens e as mulheres possam acreditar e serem salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderá ser substituída. Ela não admite indiferença, nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens e das mulheres que está em causa (EN 5). A urgência foi salientada por Paulo:

Mas como hão de invocar aquele em quem não acreditaram? E como hão de acreditar naquele que não ouviram? E como ouvirão se ninguém lhes prega? E como pregarão se não forem enviados? Logo, a fé vem da pregação, e a pregação pela palavra de Cristo (Rm 10,14s).

Esta lei, estabelecida outrora pelo apóstolo Paulo, conserva ainda hoje todo o seu vigor (EN 42). É oportuno recordar também estas outras palavras de Paulo: Porque, se anuncio o Evangelho, não tenho de que me gloriar, pois que me é imposta essa obrigação: Ai de mim se não evangelizar! (1Cor 9,16).

67. O anúncio é uma resposta à aspiração humana à salvação.

Onde quer que Deus abre a porta da palavra, para anunciar o mistério de Cristo a todos os homens, com confiança e constância, seja anunciado o Deus vivo e aquele que enviou para salvação de todos, Jesus Cristo, para que os não-cristãos, por moção interior do Espírito Santo, creiam e se convertam livremente ao Senhor, e sinceramente adiram àquele que, sendo caminho, verdade e vida (Jo 14,6), satisfaz todas as suas exigências espirituais, superando-as (AG 13).

68. Proclamando a mensagem de Deus em Jesus Cristo, a Igreja evangelizadora deve ter sempre presente que este anúncio não se realiza no vácuo. Porque o Espírito Santo, o Espírito de Cristo, está presente e atua entre aqueles que escutam a Boa Nova, ainda antes de a ação missionária da Igreja iniciar (cf. RH 12; DV 53). Em muitos casos, eles podem já ter respondido implicitamente à oferta de Deus de salvação em Jesus Cristo; um sinal disto pode ser a prática sincera das próprias tradições religiosas, à medida que elas contêm autênticos valores religiosos. Podem já ter sido atingidos pelo Espírito e, de certo modo, estar associados, sem o saberem, ao Mistério Pascal de Jesus Cristo (cf. GS 22).

69. Consciente daquilo que Deus já realizou naqueles a quem se dirige, a Igreja procura descobrir a maneira adequada de anunciar a Boa Nova. Deixa-se guiar pela pedagogia divina. Isto significa que aprende de Jesus mesmo e observa os tempos e as estações, como o Espírito sugere. Jesus, com efeito, revelou progressivamente àqueles que o escutavam, o significado do Reino, o plano salvífico de Deus realizado no mistério da sua pessoa. Só gradualmente, e com extremo cuidado, lhes revelou os significados profundos da sua mensagem, a sua identidade de Filho de Deus e o escândalo da cruz. Também os seus discípulos mais próximos como atestam os Evangelhos , só chegaram à fé plena no seu Mestre através da própria experiência pascal e do dom do Espírito. Aqueles, pois, que desejam ser discípulos de Jesus, hoje, deverão passar através do mesmo processo, de descoberta e de empenho. Por conseguinte, o anúncio feito pela Igreja deve ser progressivo e paciente; deve manter o ritmo daqueles que escutam a mensagem, respeitando a sua liberdade e também a sua lentidão em crer (cf. EN 79).

70. Também outras qualidades devem caracterizar o anúncio feito pela Igreja. Este deveria ser:

a) Confiante no poder do Espírito e obediente ao mandato recebido do Senhor.

b) Fiel na transmissão do ensinamento recebido de Cristo e conservado na Igreja, depositária da Boa Nova a anunciar (cf. EN 15). A fidelidade a uma mensagem da qual nós somos servidores... constitui o eixo central da evangelização (EN 4). Evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial (EN 60).

c) Humilde, porque consciente de que a plenitude da revelação em Jesus Cristo foi recebida como dom gratuito, e que os mensageiros do Evangelho nem sempre estão plenamente à altura das suas exigências.

d) Respeitoso da presença e da ação do Espírito de Deus nos corações daqueles que escutam a mensagem, reconhecendo que o Espírito é o agente principal de evangelização (EN 75).

e) Dialogador, dado que no anúncio aquele que escuta a Palavra não é um ouvinte passivo. Existe um progresso dos germes do Verbo, já presentes em quem escuta, para o mistério pleno da salvação em Jesus Cristo. A Igreja deve reconhecer um processo de purificação e de iluminação no qual o Espírito de Deus abre a mente e o coração de quem escuta na obediência da fé.

Inculturado, encarnado na cultura e na tradição espiritual daqueles a quem se dirige, de modo que a mensagem não só lhes seja inteligível, mas também compreendida como correspondente às suas mais profundas aspirações, e verdadeiramente como a Boa Nova que eles esperavam (cf. EN 20; 62).

71. Para manter estas qualidades, a Igreja não deve ter em conta só as circunstâncias da vida e da experiência religiosa daqueles a quem se dirige. Deve também viver em diálogo constante com o seu Senhor e Mestre,

mediante a oração, a penitência, a meditação e a vida litúrgica, e sobretudo na celebração da Eucaristia. Só assim a proclamação e a celebração da mensagem evangélica se tornam plenamente vivas.

72. O anúncio da Boa Nova por parte da Igreja impõe sérias exigências, tanto à Igreja evangelizadora e aos seus membros empenhados na evangelização, quanto àqueles que são chamados por Deus à obediência da fé cristã. Não é uma tarefa fácil.

A seguir, são apresentados alguns dos principais obstáculos que podem ser encontrados.

73. Dificuldades internas:

a) Pode acontecer que o testemunho cristão não corresponda àquilo em que se acredita; pode haver uma discrepância entre palavras e ações, entre a mensagem cristã e o modo de viver dos cristãos.

b) Os cristãos poderiam descuidar do anúncio do Evangelho por negligência, por medo ou por vergonha aquilo que São Paulo chamava exatamente envergonhar-se do Evangelho (cf. Rm 1,16) ou por se seguirem idéias falsas (EN 80) a respeito do plano divino de salvação.

c) Os cristãos que não têm apreço nem respeito pelos outros crentes e pelas suas tradições religiosas, estão mal preparados para lhes anunciar o Evangelho.

d) Uma atitude de superioridade de alguns cristãos, que se manifesta em nível cultural, poderia fazer supor que uma determinada cultura está ligada à mensagem cristã, e que deve ser imposta aos convertidos.

74. Dificuldades externas:

a) O peso da história torna o anúncio mais difícil, dado que certos métodos de evangelização, no passado, por vezes fizeram surgir temores e suspeitas entre os seguidores de outras religiões.

b) Os membros das outras religiões poderiam temer que o resultado da missão evangelizadora da Igreja fosse a destruição da sua religião e da sua cultura.

c) Uma concepção diferente dos direitos humanos ou uma falta de respeito pelas praxes deles pode dar como resultado a falta de liberdade religiosa.

d) A perseguição pode tornar o anúncio particularmente difícil ou quase impossível. Deve-se contudo recordar que a cruz é fonte de vida: o sangue dos mártires é germe de cristãos.

e) A identificação de uma religião particular com a cultura nacional, ou com um sistema político, cria um clima de intolerância.

f) Em alguns lugares, a conversão é proibida por lei, e os convertidos ao cristianismo podem encontrar sérios problemas, como o ostracismo por parte da sua comunidade religiosa de origem, do contexto social ou do ambiente cultural.

g) Num contexto pluralista, o perigo do indiferentismo, do relativismo ou do sincretismo religioso, cria obstáculos ao anúncio do Evangelho.

A missão evangelizadora da Igreja foi, por vezes, entendida como se consistisse simplesmente em convidar todos os seres humanos a serem discípulos de Jesus na Igreja. Lentamente, foi-se desenvolvendo uma compreensão mais vasta da evangelização em que o anúncio do mistério de Cristo, contudo, constitui o centro. O decreto do Concílio Vaticano II sobre a atividade missionária da Igreja, quando trata da obra missionária, menciona a solidariedade com a humanidade, o diálogo e a colaboração, antes de falar de testemunho e de anúncio do Evangelho (cf. AG 11-13). O Sínodo dos Bispos, em 1974, e a Exortação Apostólica Evangelii nuntiandi usaram, imediatamente depois, o termo evangelização em sentido lato. Na evangelização é a pessoa inteira do evangelizador a ser envolvida, com palavras, ações e testemunho de vida (cf. EN 21-22). Do mesmo modo, o seu objetivo estende-se a tudo aquilo que é humano, porque procura transformar a cultura e as culturas, mediante a força do Evangelho (cf. EN 18-20). Mas o Papa Paulo VI precisou bem que A evangelização há de conter sempre ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus (EN 27). É neste sentido que o Documento de 1984, do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, inclui o anúncio entre os diversos elementos de que é composta a missão evangelizadora da Igreja (cf. DM 13).

75. É útil, contudo, salientar mais uma vez que proclamar o nome de Jesus e convidar as pessoas a serem seus discípulos na Igreja é um importante e sagrado dever a que a Igreja não pode furtar-se. A sua omissão tornaria a evangelização incompleta, porque, sem este elemento central, os outros, embora sendo formas autênticas da missão da Igreja, perderiam a sua coesão e vitalidade. É evidente, portanto que nas situações em que, por razões políticas ou de outra natureza, o anúncio é quase impossível, a Igreja já cumpre a sua missão evangelizadora não só graças à sua presença e ao seu testemunho, mas também mediante atividades como o empenho por um desenvolvimento humano integral e pelo diálogo. Por outro lado, nas situações em que as pessoas estão dispostas a escutar a mensagem do Evangelho e se encontram na possibilidade de responder, a Igreja tem o dever de ir ao encontro das suas expectativas".

Nota:266

cf. **Mt 28,18-20**: "Então Jesus se aproximou, e falou: Toda a autoridade foi dada a mim no céu e sobre a terra. Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês. Eis que eu estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo".

Mc 16,15-16: "Então Jesus disse-lhes: Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Notícia para toda a humanidade. Quem acreditar e for batizado, será salvo. Quem não acreditar, será condenado".

Lc 24,46-48: "E continuou: Assim está escrito: O Messias sofrerá e ressuscitará dos mortos no terceiro dia, e no seu nome serão anunciados a conversão e o perdão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém. E vocês são testemunhas disso".

RMi 63: "Como o Senhor ressuscitado confiou o mandato da missão universal ao colégio apostólico, com Pedro à frente, assim essa responsabilidade incumbe, antes de mais nada, ao colégio dos bispos, tendo à sua frente o sucessor de Pedro. Consciente desta responsabilidade, no encontro com os bispos, sinto o dever de partilhá-la em ordem, tanto à nova evangelização como à missão universal. Pus-me a caminho pelas estradas do mundo, para anunciar o Evangelho, para confirmar os irmãos na fé, para consolar a Igreja, para ir ao encontro do homem. São viagens de fé... São outras tantas ocasiões de catequese itinerante, de anúncio evangélico alargado a todas as latitudes, e de Magistério apostólico ampliado até os hodiernos espaços planetários.

Os irmãos bispos são, comigo, diretamente responsáveis pela evangelização do mundo, quer como membros do colégio episcopal, quer como pastores das Igrejas particulares. O Concílio declara, a propósito disto: O cuidado de anunciar o Evangelho, em toda a Terra, pertence ao colégio dos pastores, aos quais, em comum, Cristo deu o mandato. O Concílio afirma, também, que os bispos foram consagrados não apenas para uma diocese, mas para a salvação de todo o mundo. Esta responsabilidade colegial tem conseqüências práticas. Do mesmo modo o Sínodo dos Bispos, entre suas obrigações de ordem geral, deve seguir, com particular solicitude, a atividade missionária, que constitui o dever mais alto e sagrado da Igreja. A mesma responsabilidade se reflete, em graus diferentes, nas Conferências episcopais e nos seus organismos a nível continental, que, por isso mesmo, têm um contributo próprio a oferecer ao compromisso missionário.
Vasto é, também, o trabalho missionário de cada bispo, enquanto pastor de uma Igreja particular. Cabe-lhe, como cabeça e centro unificador do apostolado diocesano, promover, dirigir e coordenar a atividade missionária... Procure, também, que a atividade apostólica não fique limitada apenas aos convertidos, mas uma parte razoável de missionários e de subsídios seja destinada à evangelização dos não-cristãos".
DA 55: "O Senhor Jesus confiou aos seus discípulos o mandato de anunciar o Evangelho. É o que narram os quatro Evangelhos e os Atos dos Apóstolos. Há, contudo, algumas variantes nas diversas versões.
No Evangelho de Mateus, Jesus diz aos seus discípulos: Foi-me dado todo o poder no céu e na terra: Ide, pois, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a cumprir tudo quanto vos tenho mandado. E eu estarei sempre convosco, até o fim do mundo (Mt 28,18-20).
O Evangelho de Marcos apresenta esta ordem de modo mais sucinto: Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda criatura. Quem acreditar e for batizado será salvo, mas quem não acreditar será condenado (Mc 16,15-16).
No Evangelho de Lucas, a expressão é menos direta: Assim está escrito que o Messias haveria de sofrer e ressuscitar dentre os mortos ao terceiro dia, que haveria de ser pregado, em seu nome, o arrependimento e a remissão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém. Vós sois as testemunhas destas coisas (Lc 24,46-48).
Nos Atos dos Apóstolos é acentuada a extensão daquele testemunho: Mas ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judéia e Samaria, e até os confins do mundo (At 1,8).
No Evangelho de João, a missão é expressa de modo ainda diferente: Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os envio ao mundo (Jo 17,18); Assim como o Pai me enviou, também eu vos en-vio a vós (Jo 20,21). Anunciar a Boa Nova a todos os seres humanos, dar testemunho, batizar, ensinar, todos estes aspectos entram na missão evangelizadora da Igreja, mas devem ser considerados à luz da missão realizada por Jesus mesmo, a missão recebida do Pai".
Nota:267
LG 33: "Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)".
AA 2: "A Igreja nasceu para estender o reinado de Cristo a toda parte, em vista da glória de Deus Pai e de virem a se tornar, todos os seres humanos, participantes efetivos da redenção salvadora1 contribuindo assim para que o mundo inteiro se volte para Cristo. Toda a atividade do corpo místico ordenada para esse fim merece o nome de apostolado. A Igreja o exerce de inúmeras formas, por intermédio de todos os seus membros. A vocação cristã é vocação ao apostolado. Assim como no corpo vivo nenhum membro fica inteiramente passivo, mas participa da vida e da ação de todo o corpo, no corpo de Cristo, a Igreja, o corpo inteiro cresce, através da rede de articulações, que são os membros (Ef 4, 16). Neste corpo a junção entre os membros e sua união é de tal natureza, que o membro que não contribui segundo sua capacidade para o crescimento do corpo não vale nada nem para si mesmo nem para a Igreja.
Na Igreja, há diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Cristo outorgou aos apóstolos e seus sucessores o poder de ensinar, santificar e governar em seu nome. Os leigos, também participantes das funções sacerdotal, profética e real de Cristo, cumprem seu papel na missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo. Exercem um verdadeiro apostolado ao atuar em vista da evangelização e da santificação dos seres humanos ou quando se esforçam por imbuir do espírito do Evangelho as coisas temporais, contribuindo para seu pleno desenvolvimento. Sua ação dá assim testemunho inequívoco de Cristo e aproveita à salvação de todos. Sendo próprio dos leigos viver no meio do mundo e dos afazeres humanos, Deus os chama a exercer aí seu apostolado, no fervor do espírito cristão, como fermento do mundo".
RMi : "71. Os últimos Pontífices têm insistido bastante na importância do papel dos leigos para a atividade missionária. Na Exortação apostólica Christifideles Laici, também eu tratei, explicitamente, da missão permanente de levar o Evangelho a todos quantos e são milhões e milhões de homens e de mulheres ainda não conhecem Cristo, redentor do homem, e do respectivo compromisso dos fiéis leigos. A missão é de todo o Povo de Deus: se é verdade que a fundação de uma nova Igreja requer a Eucaristia, e, por conseguinte, o ministério sacerdotal, todavia, a missão, que comporta as mais variadas formas, é tarefa de todos os fiéis.
Aliás, a participação dos leigos na expansão da fé é clara, desde os primeiros tempos do cristianismo, tanto a nível de indivíduos e famílias, como da comunidade inteira. Isto foi já recordado por Pio XII, ao referir, na primeira encíclica missionária, as vicissitudes das missões laicais. Nos tempos modernos, também não faltou a participação ativa dos missionários leigos e das missionárias leigas. Como não recordar o importante papel desempenhado por estas, o seu trabalho nas famílias, nas escolas, na vida política, social e cultural e, em particular, seu ensino da doutrina cristã? Mais: é necessário reconhecer, como um título de honra, que algumas Igrejas tiveram sua origem, graças à atividade dos leigos e das leigas missionárias.

O Vaticano II confirmou esta tradição, ilustrando o caráter missionário de todo o Povo de Deus, em particular o apostolado dos leigos, e sublinhando o contributo específico que eles são chamados a dar, na atividade missionária. A necessidade de que todos os fiéis compartilhem tal responsabilidade não é apenas questão de eficácia apostólica, mas é um dever-direito, fundado sobre a dignidade batismal, pelo qual os fiéis leigos participam, por sua vez, no tríplice ministério sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo. Por isso, também, recai sobre eles o mandato do Senhor, tendo o direito de se empenharem individualmente, ou reunidos em associação, para que o anúncio da salvação seja conhecido e acolhido por todo o homem, em qualquer lugar. Tal obrigação vincula-os ainda mais, naquelas situações onde os homens só poderão ouvir o Evangelho e conhecer Cristo por meio deles. Além disso, pela índole secular que lhes é própria, cabe-lhes a vocação particular de buscar o Reino de Deus, tratando das coisas temporais e orientando-as segundo o plano de Deus.
72. Os setores da presença e da ação missionária dos leigos são muito amplos. O primeiro campo (...) é o mundo vasto e complicado da política, da realidade social, da economia, no plano local, nacional e internacional. No âmbito da Igreja, existem vários tipos de serviços, funções, ministérios e formas de animação da vida cristã. Recordo, como novidade surgida recentemente em muitas Igrejas, o grande desenvolvimento dos movimentos eclesiais, dotados de dinamismo missionário. Quando se inserem humildemente na vida das Igrejas locais e são acolhidos cordialmente por bispos e sacerdotes, nas estruturas diocesanas e paroquiais, estes movimentos representam um verdadeiro dom de Deus para a nova evangelização e para a atividade missionária propriamente dita. Recomendo, pois, que se difundam e sirvam para dar novo vigor, sobretudo entre os jovens, à vida cristã e à evangelização, numa visão pluralista dos modos de se associar e exprimir.
Na atividade missionária, devem-se valorizar as várias expressões do laicato, respeitando sua índole e finalidade: associações do laicato missionário, organismos cristãos de voluntariado internacional, movimentos eclesiais, grupos e sodalícios de vários tipos, sejam aproveitados na missão ad gentes e na colaboração com as Igrejas locais. Deste modo, favorecer-se-á o crescimento de um laicato maduro e responsável cuja formação, se requer nas jovens Igrejas, como elemento essencial e irrenunciável da plantatio Ecclesiae".

Nota:268

DA 77: "O diálogo inter-religioso e o anúncio, embora não no mesmo nível, são autênticos elementos da missão evangelizadora da Igreja. São legítimos e necessários. Estão intimamente ligados, mas não são intercambiáveis: o verdadeiro diálogo inter-religioso supõe, da parte do cristão, o desejo de fazer conhecer melhor, reconhecer e amar Jesus Cristo, e o anúncio de Jesus Cristo deve fazer-se no espírito evangélico do diálogo. As duas atividades permanecem distintas mas, como a experiência demonstra, a mesma Igreja local e a mesma pessoa podem estar diversamente empenhadas em ambas".

Nota:269

DA 78: "Na prática, a maneira de cumprir a missão da Igreja depende das circunstâncias particulares de cada Igreja local, de cada cristão. Isto sempre implica certa sensibilidade pelos aspectos sociais, culturais, religiosos e políticos da situação, e também uma atenção aos sinais dos tempos, através dos quais o Espírito de Deus fala, instrui e guia. Esta sensibilidade e esta atenção desenvolvem-se mediante uma espiritualidade de diálogo. Esta requer um discernimento interior e uma reflexão teológica sobre o significado das diversas tradições religiosas no desígnio de Deus, e sobre a experiência daqueles que encontram nelas o seu alimento espiritual".

Nota:270

Onde o anúncio é introduzido pelas profecias e esperanças do A.T. cf. At 13,16-41.
At 13,16-41: "Paulo então levantou-se, fez sinal com a mão e disse: Homens de Israel, e vocês que temem a Deus, escutem! O Deus deste povo, o Deus de Israel, escolheu nossos antepassados e multiplicou o povo durante seu exílio na terra do Egito. Depois, ele os tirou daí, com braço poderoso. E, durante mais ou menos quarenta anos, cercou-os de cuidados no deserto. Destruiu sete nações na terra de Canaã e deu a eles a posse do território delas, por quatrocentos e cinqüenta anos aproximadamente. Depois disso lhes concedeu juízes, até o profeta Samuel. Em seguida, eles pediram um rei e Deus concedeu-lhes Saul, filho de Cis, da tribo de Benjamim, que reinou durante quarenta anos. Após depor Saul da realeza, Deus suscitou para eles o rei Davi, do qual prestou o seguinte testemunho: Encontrei Davi, filho de Jessé, homem segundo o meu coração; ele cumprirá todas as minhas vontades. Conforme havia prometido, Deus fez surgir da descendência de Davi um Salvador para Israel, que é Jesus. E João, o precursor, havia preparado a chegada de Jesus, pregando a todo o povo de Israel um batismo de arrependimento. Estando para terminar a sua missão, João declarou: Não sou aquele que vocês pensam que eu seja! Vejam: depois de mim é que vem aquele do qual não mereço nem sequer desamarrar as sandálias!
Irmãos, descendentes de Abraão e não-judeus que adoram a Deus, esta mensagem de salvação foi enviada para nós. Porque os habitantes de Jerusalém e seus chefes não reconheceram a Jesus e, ao condená-lo, cumpriram as profecias que são lidas aos sábados. Embora não encontrassem nenhum motivo para condenar Jesus à morte, pediram a Pilatos que ele fosse morto. Depois de fazerem tudo o que a Escritura diz a respeito de Jesus, eles o tiraram da cruz e o puseram num túmulo. Mas Deus o ressuscitou dos mortos, e durante muitos dias ele apareceu àqueles que o acompanharam da Galiléia para Jerusalém. Agora, eles são testemunhas de Jesus diante do povo. Nós anunciamos a vocês este Evangelho: a promessa que Deus fez aos antepassados, ele a cumpriu plenamente para nós, seus filhos, quando ressuscitou Jesus, como está escrito no segundo Salmo: Você é o meu filho, eu hoje o gerei. Deus ressuscitou Jesus dos mortos, para que nunca voltasse à corrupção. Isso, ele o disse desta maneira: Cumprirei para vocês a promessa fiel que fiz a Davi. Por isso diz também em outro lugar: Não permitirás que teu fiel conheça a corrupção. Ora, tendo cumprido a missão que Deus lhe dera para sua época, Davi morreu, foi para junto de seus pais e conheceu a corrupção. Mas aquele que Deus ressuscitou não conheceu a corrupção. Portanto, fiquem sabendo bem, irmãos, que por meio dele é anunciado a vocês o perdão dos pecados. E, por meio dele, todo aquele que acredita é justificado de todas as coisas de que vocês não puderam ser justificados pela Lei de Moisés. Portanto, tenham cuidado para que não aconteça a vocês o que os profetas disseram: Olhem, desprezadores, se admirem e desapareçam! Porque nos dias de vocês vou realizar uma coisa que vocês não acreditariam se lhes fosse contada!".

Nota:271

Onde o discurso fala de estações, sol e chuva, que manifestam a providência divina cf. **At 14,15-17**: "Homens, o que vocês estão fazendo? Nós também somos homens mortais como vocês. Estamos anunciando

que vocês precisam deixar esses ídolos vazios e se converter ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que neles existe. Nas gerações passadas, Deus permitiu que todas as nações seguissem o próprio caminho. No entanto, ele não deixou de dar testemunho de si mesmo através de seus benefícios. Do céu ele manda chuvas e colheitas, dando alimento e alegrando o coração de vocês".

Nota:272

cf. At 17,22-31 onde Jesus Cristo é anunciado como o deus desconhecido, que a sabedoria grega procura. **At 17,22-31**: "De pé, no meio do Areópago, Paulo disse: Senhores de Atenas, em tudo eu vejo que vocês são extremamente religiosos. De fato, passando e observando os monumentos sagrados de vocês, encontrei também um altar com esta inscrição: Ao Deus desconhecido. Pois bem, esse Deus que vocês adoram sem conhecer, é exatamente aquele que eu lhes anuncio. O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe. Sendo Senhor do céu e da terra, ele não habita em santuários feitos por mãos humanas. Também não é servido por mãos humanas, como se precisasse de alguma coisa; pois é ele que dá a todos vida, respiração e tudo o mais. De um só homem, ele fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, tendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites de sua habitação. Assim fez, para que buscassem a Deus e para ver se o descobririam, ainda que fosse às apalpadelas. Ele não está longe de cada um de nós, pois nele vivemos, nos movemos e existimos, como alguns dentre os poetas de vocês disseram: Somos da raça do próprio Deus. Sendo, portanto, da raça de Deus, não devemos pensar que a divindade é semelhante ao ouro, à prata ou à pedra, trabalhados pela arte e imaginação do homem. Mas Deus, sem levar em conta os tempos da ignorância, agora anuncia aos homens que todos e em todo lugar se arrependam, pois ele estabeleceu um dia em que irá julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou e creditou diante de todos, ressuscitando-o dos mortos".

Nota:273

CR: "112. Lembramos, porém, que todos eles deverão obedecer, com ampla possibilidade de diferentes aplicações concretas, ao chamado *princípio da interação* (ou de interpelação).

113. Pois, por tudo o que vimos anteriormente, na Catequese realiza-se uma *inter-ação* (= um relacionamento mútuo e eficaz) entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da Tradição. De um lado, a experiência da vida levanta perguntasção das respostas a essas perguntas. De um lado, a fé propõe a mensagem de Deus e convida a uma comunhão com ele, que ultrapassa a busca e as expectativas humanas; de outro, a experiência humana é questionada e estimulada a abrir-se para esse horizonte mais amplo.

114. O Papa Paulo VI faz alusão ao tema da interação entre Evangelho e Vida, quando escreve: A Evangelização não seria completa se não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social dos homens. E o Papa mostra o resultado positivo dessa interpelação recíproca: É por isso que a Evangelização comporta uma mensagem explícita adaptada às diversas situações e continuamente atualizada, sobre os direitos e deveres de toda pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível; sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa em nossos dias, ainda sobre a libertação (EN 29; cf. também Medellín, Cat. 6).

115. Também o método seguido em Puebla, o *Ver-Julgar-Agir,* quer levar a essa interação entre a experiência de vida, ou a visão da situação histórica, de um lado, e a reflexão baseada sobre a doutrina da fé, do outro, a fim de gerar uma praxe cristã. Um correto entendimento do método, ou seu aprofundamento, mostra que a fé já está presente no momento do VER e que categorias humanas entram no momento da reflexão e da avaliação à luz da fé (o JULGAR) (cf. MM 239; AA 29).

116. De fato, não seria correto recair em novos dualismos, que opusessem radicalmente *vida* e *Evangelho, experiência* e *doutrina, humano* e *divino.* Ao contrário, deve ser ressaltada a unidade profunda do plano de Deus (cf. Medellín, Cat. 4; DCG 8). Em Puebla, os bispos assinalam como aspecto positivo da Catequese atual; Um esforço sincero para integrar a vida com a fé, a história humana com a história da salvação, a situação humana com a doutrina revelada, a fim de que o homem consiga sua verdadeira libertação (P 979). E apresentam um aspecto negativo ainda existente: Não raro, cai-se em dualismos e falsas oposições, como entre Catequese sacramental e Catequese vivencial, Catequese de situação e Catequese doutrinal. Por não situar-se numa posição de justo equilíbrio, alguns têm caído no formalismo e outros no vivencial, sem apresentação de doutrina (P 988).

117. O Papa João Paulo II também rejeita a oposição entre ortopráxis e ortodoxia, convicções firmes e ação corajosa, experiência vital e estudo sério e sistemático da mensagem de Cristo (CT 22). E conclui: A Catequese autêntica é sempre iniciação ordenada e sistemática à revelação que Deus faz de si mesmo ao homem em Jesus Cristo; revelação esta conservada na memória profunda da Igreja e nas Sagradas Escrituras, e constantemente comunicada por uma tradição viva e ativa, de uma geração para a outra. E tal revelação não está isolada da vida, nem justaposta a ela de maneira artificial. Mas diz respeito ao sentido último da existência, que ela esclarece totalmente para a inspirar e para dela ajuizar criticamente, à luz do Evangelho (CT 22)".

Nota:274

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - capítulo III, 5: "154. Junto com o pluralismo cultural e ético, a sociedade brasileira é hoje marcada pelo pluralismo religioso. Este pluralismo acentuou-se nos últimos anos, tanto no plano quantitativo quanto na variedade das formas. As pesquisas mais recentes parecem confirmar que permanece, no povo brasileiro, uma religiosidade de fundo. Bem poucos são os brasileiros que se declaram ateus ou afirmam não acreditar em nada. A Igreja aparece entre as instituições mais dignas de confiança, ao lado da Escola, da Universidade e da Imprensa escrita. Mas o modo de entender e viver a religião é muito diferenciado, como indicam os dados reunidos no quadro abaixo.

A porcentagem dos que se declaram católicos tem diminuído nos últimos 30 anos. O Censo de 1970 contava 91,77% de católicos; o de 1980, 88,95%; o de 1991, 83,0%. As pesquisas de opinião, realizadas em amostras de população adulta (geralmente dos 18 anos para acima) registram porcentagens ainda mais baixas. Por exemplo, a pesquisa da Datafolha de agosto/setembro de 1994, que sondou as preferências eleitorais de quase 21000 eleitores, encontrou uma porcentagem de 74,9% de católicos, 20,1% de outras religiões e 4,9% sem religião nenhuma.

A diferenciação interna do catolicismo – Uma novidade dessa pesquisa é que ela procurou medir também a diversidade interna do catolicismo. Assim os católicos incluiriam 1,8% dos eleitores (ou seja, quase dois milhões de pessoas) ligados às CEBs, 3,8% dos eleitores (ou quase 4 milhões de pessoas) ligados à RCC (Renovação Carismática Católica) e 7,9% dos eleitores (ou quase 8 milhões de pessoas) ligados a outros movimentos católicos (de jovens, de casais etc.). Os outros católicos (61,4% da população) não estão ligados a nenhum movimento específico e são classificados como tradicionais. As diferenças nas intenções de voto dos diversos grupos confirmam, ao menos no plano ideológico e político, a diferenciação interna dos católicos.
As outras religiões – Entre os que declaram pertencer a outras religiões, 3,4% dos eleitores são protestantes históricos ou tradicionais; 9,9% são protestantes pentecostais; 3,5% são espíritas kardecistas; 1,3% se dizem ligados a cultos afro-brasileiros; e 2% pertencem a outras religiões como islamismo, judaísmo, budismo, Seicho-no-iê, Perfeita Liberdade etc...
As grandes cidades – O pluralismo é maior nas grandes cidades, onde a porcentagem de católicos é a mais baixa; por exemplo: Rio de Janeiro, 59,3%; São Paulo, 65,2%; Salvador, 65,3%. Os católicos são proporcionalmente menos numerosos nas Capitais e Regiões metropolitanas; estão próximos da média geral nas cidades grandes e médias do interior; são proporcionalmente mais numerosos que as outras religiões nas cidades pequenas. Os números apontam, portanto, para os católicos, o desafio da pastoral das grandes cidades. Mas também as outras religiões têm uma distribuição geográfica não uniforme. Em geral, todas elas são relativamente mais numerosas nas Capitais e Regiões metropolitanas do que no interior. Muito fraca é a presença de espíritas e kardecistas nas cidades pequenas. Os pentecostais estão mais presentes nas cidades pequenas do que nas médias e grandes do interior.
As diferenças regionais – Há diferenças notáveis também entre Estados e Regiões. A Região mais católica do Brasil é o Nordeste (80,4% de católicos entre os eleitores), seguida pela Região Sul (78,4%). Mais fraca é a presença católica no Sudeste (71.4%) e nas Regiões Norte e Centro-Oeste (71,2%). Nestas últimas há a maior concentração de pentecostais (14,6%, enquanto a média nacional é 9,9%). Os protestantes históricos (no caso, principalmente luteranos) são mais numerosos no Rio Grande do Sul (7,4% da população com direito a voto). Os espíritas kardecistas (média nacional: 3,5%) são mais freqüentes nas Cidades de São Paulo (8%) e Rio de Janeiro (7,5%). O candomblé é mais numeroso em Salvador (mesmo assim apenas 2,1% se declaram ligados a essa religião). Os cultos afro-brasileiros em geral estão mais presentes na cidade do Rio de Janeiro (4,9%), que também é o lugar onde maior número (11,1%) se declara sem religião.

155. A simples indicação da pertença a uma ou outra religião, como no quadro acima, permite apontar uma visão geral da configuração religiosa do País. É sabido, por exemplo, que há muitos brasileiros com dupla pertença religiosa ou que transitam com facilidade de uma religião a outra, ou ainda constróem sua própria visão religiosa com elementos de diversas procedências. Além do mais, a pesquisa citada não considera a maior ou menor assiduidade à prática religiosa. É importante, por isso, procurar fazer uma análise qualitativa do fenômeno.

156. Um primeiro fenômeno a ser assinalado, ligado à tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal, a uma religião invisível, que abandona totalmente ou em parte as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8 a 10% das pessoas principalmente homens abaixo dos 50 anos declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que raramente ou nunca praticam uma religião. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.

157. Entre os que aderem a outras Igrejas cristãs ou a outras religiões, a prática religiosa é alta. Entre elas, porém, há pessoas que freqüentam, não raro, mais de uma religião ou trocam de igreja com relativa facilidade, ou ainda misturam elementos e práticas de religiões diferentes. Entre os próprios católicos, embora em medida menor, há alguma tendência a confundir crenças e práticas de outros cultos (por exemplo, muitos acreditam na reencarnação, sem ter clara consciência das implicações espíritas dessa doutrina).

158. As causas da situação atual encontram-se, de um lado, no impacto da modernidade, com o processo de desagregação e desenraizamento da cultura tradicional, uma acelerada urbanização, contínuas migrações, atividade missionária de igrejas e seitas etc. Por outro lado encontra-se a história do catolicismo brasileiro, em grande parte constituído por devoções aos santos, transmitidas de geração em geração no ambiente rural e nas famílias, mas pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Isso trouxe como conseqüência a falta de uma iniciação cristã e de ligação estável e consciente do povo com os sacramentos e com a instituição eclesial.

159. Compreende-se, assim, porque muitos católicos não receberam claramente o primeiro anúncio de Jesus Cristo, nem passaram pelo processo de crescimento e amadurecimento pessoal da fé, através de uma verdadeira experiência catequética. Não é, então, de se estranhar que esses católicos não sintam uma vinculação atual com a Igreja e sejam atraídos por outras religiões, agora que mudaram as condições culturais, em especial pela acelerada urbanização.

160. Outro fato, que ajuda a compreender os dados e as pesquisas, é a coincidência da renovação conciliar com a aceleração do processo de modernização de nossa sociedade. Um terço dos católicos declaram participar regular ou assiduamente da vida da Igreja. Neles podemos reconhecer o contingente de leigos mais conscientes, que assumiram a renovação conciliar. A grande porcentagem dos que estão desligados de qualquer prática religiosa católica coincide com o expressivo número dos que têm enfraquecido os laços religiosos tradicionais. Não se identificam mais com suas devoções antigas, nem aderiram à nova orientação da Igreja.

161. A renovação pastoral recente tem contribuído para melhorar notavelmente a prática religiosa e o apostolado social dos católicos mais ligados às comunidades eclesiais e aos novos movimentos, desde a Ação Católica até os mais recentes. A maioria dos católicos, porém, ainda não participa da vida da Igreja, nem é alcançada pela ação evangelizadora. Após quase 500 anos de evangelização, o Brasil ainda é um país de missão. O clero é relativamente escasso (1 padre para cerca de 7 500 católicos). Apesar dos recentes progressos, a evangelização precisa da multiplicação das vocações sacerdotais e religiosas e da atuação dos leigos.

162. O contexto da modernidade, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza, produz reações diversas. Alguns rejeitam a modernidade e apegam-se exclusivamente ao passado. Muitos conservam a

crença na doutrina católica tradicional, mesmo quando não praticam o culto ou dão à Igreja apenas uma adesão parcial, recusando seus ritos, sua disciplina e sobretudo suas normas éticas. Quase todos buscam alguma forma de segurança.

163. Essa busca pode levar a pessoa a renovar a sua adesão à Igreja católica, ou à religião tradicional da sua família. É o caso da maioria. Porém, como vimos, muitos católicos, sobretudo nos últimos 30 anos, procuraram outras religiões. A procura acontece em duas direções opostas: a do fundamentalismo e a do subjetivismo. No primeiro caso, o fiel acredita que as Igrejas tradicionais não conservaram a fé em sua pureza e busca uma comunidade que julga ter redescoberto as origens ou os fundamentos do cristianismo. Nela se faz uma leitura literal da Bíblia e nunca se discute a interpretação dada pelo líder, mestre ou pastor. No segundo caso, o fiel também inseguro diante do pluralismo das religiões e suas divergências busca segurança dentro de si mesmo, na sua experiência pessoal, que eleva a critério de juízo da religião. Essa orientação, como já assinalamos, combina bem com a tendência moderna ao individualismo e ao abandono das práticas comunitárias. Nessa mesma perspectiva, de uma religião de si mesmo, está situado o movimento chamado Nova Era, que rejeita a tradição cristã identificando-a como a era de violência e de guerra dos últimos 2000 anos e busca encontrar a Deus no interior da pessoa e na harmonia desta com o cosmo.

164. A força do subjetivismo é hoje tão avassaladora que penetra também nas comunidades (ou seitas ou novos movimentos religiosos) que pretendem ser fundamentalistas e totalmente coesas. Essas comunidades, formadas por pessoas que a elas aderiram sobretudo nos últimos 10-20 anos, não são comunidades tradicionais, ligadas pelos vínculos da família, da vizinhança ou da mesma cultura. São comunidades reunidas ao redor de um líder carismático, que se apresenta como intérprete da verdadeira religião e que consegue o assentimento e apoio de um grupo de fiéis, que precisam sentir-se satisfeitos em suas aspirações religiosas e afetivamente acolhidos. Esse tipo de comunidade que alguns sociólogos definem como emocional mantém-se e cresce na medida em que atende às expectativas subjetivas dos fiéis. No seio do neopentecostalismo, onde prosperam esses grupos, é evidente a penetração do subjetivismo e o abandono da doutrina e da disciplina do pentecostalismo tradicional.

165. A necessidade de segurança e a busca de certezas estão presentes também no catolicismo, especialmente nos últimos anos. O subjetivismo aumenta o número dos que interpretam a seu modo a tradição católica, seja aceitando seus dogmas como referência, mas abandonando a participação no culto, seja misturando-a com elementos de outras religiões, seja descartando parte dos seus conteúdos. O fundamentalismo e a procura de movimentos carismáticos atraem atualmente muitos fiéis, cuja subjetividade é valorizada e, ao mesmo tempo, inserida em um contexto que oferece guias seguros, na pessoa de líderes espirituais, portadores de novas expressões da espiritualidade católica.

166. Nos anos recentes, o quadro religioso foi modificado pelo surgimento de Igrejas eletrônicas e pela freqüente presença na TV de líderes e programas religiosos de grande popularidade. Os programas dirigidos às grandes massas tendem a apelar aos sentimentos religiosos elementares, comuns a todos, e geralmente não insistem nos aspectos doutrinais, para não afastar o público de outras confissões. Eles despertam ou mantêm vivo o sentimento religioso em muitas pessoas que vivem à margem da Igreja Católica ou de outras Igrejas cristãs. Na opinião de alguns críticos, porém, os mass-media tendem a espetacularizar e a banalizar a religião, nivelando-a com entretenimentos televisivos de todo tipo. Diluem nos espectadores a consciência da necessária conversão pessoal, da participação efetiva na vida eclesial e do comportamento inspirado pelo Evangelho. De qualquer forma, o uso dos Meios de Comunicação Social merece maior atenção e deve ser avaliado cuidadosamente no seu impacto pastoral.

167. Terminamos esboçando, com base na sugestão de um estudioso, um quadro de conjunto, procurando cruzar os dados sócio-culturais com as atitudes propriamente religiosas. Podemos distinguir cinco situações ou faixas de população:

- uma faixa considerável de pessoas, marcadas por um contexto desumano ou subumano, vítimas da iníqua estrutura social. Entre elas vigora uma religiosidade conflitante, ambígua e confusa. E há aí um déficit incalculável de real evangelização, apesar de tentativas inegáveis e até heróicas de pessoas e de organismos pastorais;
- uma faixa de pessoas ou grupos de fundo cristão-católico, estático e fixista. Para eles, em boa parte situados nas classes médias, a fé católica constitui um componente sócio-cultural, parte de sua tradição e se expressa em termos de obrigações formais e sacramentalização ocasional, sobretudo nos ritos de passagem. Esta faixa é também primordialmente a geradora ou conservadora da situação estrutural de injustiça;
- uma faixa ampla de profunda religiosidade católico-popular e, em geral, sincrética. As pessoas têm forte vivência religiosa, mas sem suficiente esclarecimento ou educação da fé. Articulam, porém, fé e vida, em termos de legitimação e compreensão religiosa da vida, ainda que nem sempre tenham consistência ética. Esta faixa retrata ainda o perfil da maioria da população brasileira;
- uma faixa modernizante de pessoas e grupos de inspiração claramente não-religiosa, em plano individual, social ou cultural. É um conjunto de segmentos culturalmente secularizados, sob influência direta da cultura pós-moderna. Situam-se aqui os atores do mundo do espetáculo, do entretenimento, da publicidade e da cultura de massas, trabalhada sobretudo pela mídia;
- uma faixa de cristãos-católicos esclarecidos, com boa fundamentação bíblico-teológica da fé e clara vinculação à vida. Essa faixa não é muito numerosa, mas significativa no Brasil de hoje, tanto nas camadas populares, como em certos segmentos da classe média, embora encontre dificuldades para integrar o serviço da fé e a promoção da justiça, a abertura e o empenho consciente na sociedade com um mundo religiosamente privatizado e pluralista.

168. O quadro da situação religiosa é hoje particularmente complexo e diversificado. Apresenta-se com múltiplos desafios à ação evangelizadora e pastoral da Igreja. Exige que esta ação, para ser eficaz, também se diversifique e se adapte às diversas situações a que se dirige, sem perder com isso sua unidade fundamental de inspiração e uma articulação adequada. A isso visam as diretrizes pastorais, que agora, com a graça de Deus, vamos procurar discernir e explicitar".

Nota:275

Puebla 368: "Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes. É certo que nós

próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar".

Nota:276

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, doic. 61, Capítulo III, 3: "3. Mudanças culturais

134. O processo de mudança cultural, que deu origem à modernidade, dura há quatro ou cinco séculos nas sociedades ocidentais. Interessa-nos aqui colher seus traços característicos e sua influência atual na sociedade brasileira. A modernidade define-se, antes de tudo, por um processo de diferenciação da sociedade, que perde a unidade orgânica que a caracterizava no período pré-moderno, interligando profundamente cultura, religião, economia, política e vida quotidiana. Resultado dessa diferenciação, evidente nas últimas décadas, é a tendência dos subsistemas econômico e político a tornarem-se autônomos, auto-referenciais, sem vinculação com a ética e a religião (neste sentido a sociedade moderna é secularizada). Outra conseqüência é que a cultura, entendida aqui como o mundo vital, onde as pessoas e os grupos formulam seus comportamentos e sua visão da realidade, passa a ser separada nitidamente do sistema econômico e político, o que abre espaço a um conflito entre cultura (vida) e sistema (organização da sociedade). Acrescente-se que, na sua formulação ideológica, esse conflito foi pensado por muitos como oposição entre uma conduta dominada pela tradição e uma conduta moderna, dominada pela razão crítica e pela contínua experimentação do novo.

135. Na modernidade, a tecnologia ocupa um lugar central e sempre mais decisivo. As sociedades tradicionais também dispunham de tecnologias, criadas a serviço da própria sociedade, para satisfazer suas necessidades. Na sociedade moderna, sobretudo nos últimos anos, assistimos a uma inversão paradoxal: não é mais a tecnologia que está a serviço de um projeto humano, mas ela determina os rumos da sociedade, põe as pessoas humanas ao seu serviço, cria novas necessidades. O resultado é contraditório: de um lado, a tecnologia trouxe indubitáveis vantagens à humanidade. Tornou a vida mais fácil, mais limpa e mais longa. Por outro lado, o mau uso da tecnologia aumentou a desigualdade social e as discriminações, oferecendo a alguns mais do que necessitam e negando a muitos o mínimo necessário, condenando precocemente à morte milhões de seres humanos. Um recente Relatório da ONU sobre o desenvolvimento (1994) atesta progressos relevantes: a extrema pobreza atinge ainda 32% da população mundial (contra 70% em 1960), enquanto um nível de vida satisfatório foi alcançado por cerca de 60% da população (contra 25% em 1960). Mas a distância entre pobres e ricos duplicou e 1 bilhão de pessoas gozam de uma renda 60 (sessenta) vezes superior à renda do bilhão de pessoas mais pobres. Junto com a desigualdade cresceram as guerras, a violência, o consumo de drogas, o crime organizado.

136. A influência da tecnologia manifesta-se crescentemente também nos âmbitos mais característicos e pessoais da vida humana, como o nascimento e a morte. Um recente documento ecumênico assim a descreve: Nos últimos trinta anos, por exemplo, as inovações técnicas e científicas transformaram radicalmente as condições concretas em que os seres humanos nascem e morrem no mundo ocidental. O progresso da medicina, mais do que qualquer ideologia filosófica, influiu em nossa maneira de ver o início e o fim da vida humana. Antigamente, a procriação e o nascimento de uma criança dependiam sobretudo da sorte, de modo que os pais depositavam sua confiança na Divina Providência. Hoje, a crescente capacidade de controle do nascimento permite que se planeje a criança. Muito antes do parto, têm-se imagens que mostram se a criança é um menino ou uma menina. Além disso, o nascimento ocorre no ambiente médico, longe do lar familiar. Do mesmo modo, no outro extremo da vida, sociedade alguma conheceu tanta longevidade, tal proporção de pessoas idosas. Sociedade alguma afastou a tal ponto a morte do ambiente familiar: cerca de 70% das pessoas do mundo ocidental morrem num hospital, num ambiente técnico e médico. Mesmo se tais fatos ainda não atingiram igualmente todas as regiões do Brasil, podemos prever seu avanço e vale também para nós a conclusão do documento: Transformações de tal envergadura exigem de nós que encaremos ativamente os desafios e aprendamos, enquanto comunidade cristã, a responder a eles em nossa pregação, em nossa liturgia e em nosso serviço.

137. O domínio da natureza pela tecnologia tem oferecido aos seres humanos a possibilidade de planejar e limitar os nascimentos ou apressar a morte. Quando hoje se enfraquecem o sentido de Deus e a visão da vida como dom, chega-se por parte de muitos a praticar abortos e a pedir a legalização da eutanásia, práticas que o magistério da Igreja condena com vigor.

138. Talvez a maior influência da tecnologia e da nova organização econômica da sociedade, que a tecnologia favoreceu, manifeste-se no fenômeno do consumismo. O consumismo não é apenas um excesso de consumo de bens materiais ou imateriais, muitas vezes totalmente desnecessários e dispensáveis. Consumismo é também uma mentalidade que nasce no seio de uma civilização dominada pela técnica, torna-se seu motor e penetra no íntimo da vida de muitos indivíduos e no costume coletivo. O consumismo hodierno não se limita a buscar o prazer na sensação física do consumo, mas estimula o psiquismo humano através da imaginação e da emoção. Procura forjar as pessoas de tal maneira que se deixem seduzir por uma procura insaciável do novo, do sonho, do desejo, acima daquilo que já foi experimentado. O consumismo alimenta pela realidade e pela ilusão uma procura, nunca saciada, de um prazer e de uma felicidade que estão sempre além do alcançado. O êxito dessa procura sem fim do prazer não é, evidentemente, a maturação da pessoa, mas sua alienação ou escravização pelo desejo. Este mecanismo é particularmente evidente e destrutivo no consumo das drogas, fenômeno gravíssimo nos países americanos, alimentado por um comércio criminoso. Outra conseqüência, denunciada especialmente pelos ecologistas, é o uso exagerado e voraz dos recursos naturais, levando ao seu esgotamento ou destruição.

139. Nos últimos anos, no Ocidente e no Brasil, cresceu a consciência da crise da modernidade. Ela se revelou, antes de tudo, na falência das promessas modernas de liberdade e igualdade ou de progresso em favor de todos, promessas que nos anos 60 tomaram a forma do mito do desenvolvimento, prevendo rápido acesso de todos os povos aos níveis de bem-estar e consumo dos países desenvolvidos. Já no final dos anos 60, a teoria do desenvolvimento foi criticada radicalmente na América Latina pela teoria da dependência, que acabava propondo corte nítido das relações econômicas com o Primeiro Mundo e libertação dos laços de dependência. No início dos anos 70, difundiu-se a crítica ecológica dos limites do crescimento, apontando a inviabilidade da

extensão do nível de consumo dos Países ricos ao mundo inteiro, o que traria o rápido esgotamento dos recursos naturais, e propondo em troca o desenvolvimento auto-sustentável, que não prejudicaria as gerações futuras.

140. Há um consenso bastante generalizado quanto à crise da modernidade. Mas há divergências profundas em sua interpretação e nas propostas de superação. Começou-se a falar em pós-modernidade, mas com vários sentidos: esgotamento e superação da modernidade; exasperação dos aspectos negativos da modernidade; primeiros sinais de uma nova época, que realizaria os sonhos ideais da modernidade (liberando-a dos efeitos perversos que a acompanharam até agora) ou que começaria uma sociedade diferente.

141. O consenso estende-se ao diagnóstico dos traços característicos da modernidade e de suas tendências atuais. Parece claro que a separação sistema/cultura facilitou a diversificação desta última e a expansão do pluralismo cultural. O fenômeno é evidente também em sociedades modernas, até há pouco tidas por culturalmente homogêneas e que agora assistem ao ressurgimento de antigos particularismos étnicos, regionais, lingüísticos, etc., ao renascimento de nacionalismos e racismos, ou à fragmentação do universo cultural numa multiplicidade de novas tribos. O Brasil (e outros Países semelhantes), que historicamente nasceu da convergência forçada de etnias, culturas e religiões diversas (índios, africanos, portugueses e outros imigrantes, inclusive do Extremo Oriente), ainda mais vai revelando um mosaico extremamente variado e apenas precariamente unificado de tradições ou núcleos culturais diferentes.

142. Típica da modernidade é a tendência, estruturalmente ligada ao seu dinamismo econômico e político, para o individualismo. Ele não resulta apenas do enfraquecimento dos laços comunitários e de solidariedade da sociedade tradicional, mas é um valor proclamado e justificado pelos autores modernos, desde o século XVIII, época do Iluminismo. Hoje, em medida crescente, é assimilado pelas massas e condiciona o comportamento da maioria. A mudança cultural traz também uma valorização da subjetividade, da livre escolha pessoal, da liberdade e da consciência dos direitos fundamentais, decisivos para uma autêntica promoção humana. O outro lado dessa tendência seria o subjetivismo exacerbado, que leva ao narcisismo do indivíduo demasiadamente preocupado consigo mesmo, e que exalta o consumismo materialista como grande objetivo de vida, empobrecendo as relações pessoais e sociais. No limite extremo desse horizonte cultural encontramos uma espécie de atitude prometeica do homem que se ilude de poder apropriar-se da vida e da morte para decidir sobre elas, quando na realidade acaba derrotado e esmagado por uma morte irremediavelmente fechada a qualquer perspectiva de sentido e a qualquer esperança.

143. À difusão do individualismo não são estranhos os grandes meios de comunicação social, particularmente a televisão. Ela gera um número crescente de espectadores e consumidores de imagens, que dedicam sempre menos tempo à vida social e comunitária, mesmo dentro de casa. Os espectadores estão expostos a maciços fenômenos de manipulação política, como se viu no Brasil e em outros Países, sobretudo onde os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de pouquíssimos e faltam condições para a democratização da informação. A televisão e a informatização da comunicação contribuem também para estimular a difusão e o consumo dos mesmos bens materiais e culturais nos diferentes Países, criando as condições para uma cultura global de massa, sem fronteiras, que abafa as culturas locais ou regionais.

144. Recentemente, no clima cultural que alguns classificam de pós-modernidade, o ritmo das mudanças e o caráter efêmero das contínuas novidades tornaram-se exasperados. O fenômeno é facilitado pelo novo poder dos meios de informação, que permitem a comunicação instantânea com qualquer parte do mundo e induzem a decisões imediatas e emocionais, não refletidas e amadurecidas. Em conseqüência, as pessoas especialmente as novas gerações são induzidas a considerar provisórias e passageiras todas as atitudes e encontram dificuldade em aceitar um compromisso estável e definitivo, inclusive no matrimônio, na vida consagrada e sacerdotal.

145. As reações a essas tendências variam, antes de tudo, segundo a condição sócio-cultural de indivíduos e comunidades. A resistência à modernidade, sem deixar de assimilar seus avanços técnicos, é mais forte onde melhor se conservam as raízes da cultura tradicional e onde é possível exercer, com espírito crítico, um discernimento. Apesar do seu extraordinário poder, os modernos meios de comunicação de massa conseguem transmitir apenas parcialmente a mentalidade moderna, alterando concepções e costumes a respeito de família, relacionamento, valores materiais e espirituais, política, religião... A cultura popular evolui, mas nem por isso desaparece ou se submete passivamente à nova cultura de massa.

146. As resistências à modernidade são menores nas grandes cidades e no meio da juventude. Entre os jovens convivem elementos aparentemente contraditórios, como: o cultivo de relações amorosas passageiras e a valorização da família, o refluxo sobre si mesmos e a busca de grupos de referência, como rapp, funk, gangues etc. A comunidade eclesial ainda atrai um número significativo de jovens e a prova disso são os milhares de grupos que formam a Pastoral da Juventude, os movimentos, as escolas e os centros educacionais católicos. Há muitos sinais de vida surgindo no meio dos jovens, apesar de poucos estarem engajados e preocupados com as grandes questões do país.

147. As reações às tendências dominantes da cultura atual variam, também, segundo a forma de pensamento ou a ideologia de seus críticos. Há um consenso bastante generalizado sobre a necessidade de nova postura ética e cultural, que conduza não apenas à crítica dos valores da modernidade, mas também à transformação das estruturas econômicas e políticas (do sistema)".

Nota:277

EA 67: "Jesus Cristo é a "boa nova" da salvação comunicada aos homens de ontem, de hoje e de sempre; mas, ao mesmo tempo, Ele é também o primeiro e supremo evangelizador. A Igreja deve colocar o centro da sua atenção pastoral e da sua ação evangelizadora em Cristo crucificado e ressuscitado. "Tudo o que se projeta no campo eclesial deve partir de Cristo e do seu Evangelho". Por isso, "a Igreja na América deve falar cada vez mais de Jesus Cristo, rosto humano de Deus e rosto divino do homem. É este anúncio que verdadeiramente mexe com os homens, que desperta e transforma os ânimos, ou seja, que converte. É preciso anunciar Cristo com alegria e fortaleza, mas sobretudo com o testemunho da própria vida".

Cada cristão poderá cumprir eficazmente a sua missão, na medida em que assumir a vida do Filho de Deus feito homem como o modelo perfeito da sua ação evangelizadora. A simplicidade do seu estilo e as suas opções devem ser regras para todos na obra da evangelização. Nesta perspectiva, os pobres hão de ser considerados

entre os primeiros destinatários da evangelização, a exemplo de Cristo que dizia de si mesmo: “O Espírito do Senhor (...) me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres” (Lc 4,18).
Como já indiquei antes, o amor pelos pobres deve ser preferencial, mas não exclusivo. O ter limitado a atenção pastoral pelos pobres com um certo exclusivismo como assinalaram os Padres Sinodais , levou, às vezes, a descurar os ambientes dos dirigentes da sociedade, com o conseqüente afastamento da Igreja de muitos deles. Os prejuízos derivados da difusão do secularismo nesses ambientes, tanto políticos como econômicos, sindicais, militares, sociais ou culturais, demonstram a urgência da sua evangelização, que deve ser animada e guiada pelos Pastores, chamados por Deus para cuidar de todos. Estes poderão contar com o apoio daqueles que e, felizmente, são ainda numerosos permaneceram fiéis aos valores cristãos: a este respeito, os Padres Sinodais recordaram “o empenho de não poucos (...) dirigentes na construção de uma sociedade justa e solidária”. Com o seu apoio, os Pastores enfrentarão a difícil tarefa de evangelização destes setores da sociedade: com renovado fervor e uma metodologia atualizada, dirigir-se-ão aos dirigentes, homens e mulheres, para levar-lhes o anúncio de Cristo, insistindo principalmente sobre a formação das consciências, através da doutrina social da Igreja. Esta formação constituirá o melhor antídoto contra os inúmeros casos de incoerência e, em certos casos, de corrupção existentes na estrutura sociopolítica. Vice-versa, se se descura esta evangelização dos dirigentes, não deve surpreender que muitos deles sigam critérios alheios e, às vezes, claramente contrários ao Evangelho”.

Nota:278

EA 67: “Jesus Cristo é a “boa nova” da salvação comunicada aos homens de ontem, de hoje e de sempre; mas, ao mesmo tempo, Ele é também o primeiro e supremo evangelizador. A Igreja deve colocar o centro da sua atenção pastoral e da sua ação evangelizadora em Cristo crucificado e ressuscitado. “Tudo o que se projeta no campo eclesial deve partir de Cristo e do seu Evangelho”. Por isso, “a Igreja na América deve falar cada vez mais de Jesus Cristo, rosto humano de Deus e rosto divino do homem. É este anúncio que verdadeiramente mexe com os homens, que desperta e transforma os ânimos, ou seja, que converte. É preciso anunciar Cristo com alegria e fortaleza, mas sobretudo com o testemunho da própria vida”.
Cada cristão poderá cumprir eficazmente a sua missão, na medida em que assumir a vida do Filho de Deus feito homem como o modelo perfeito da sua ação evangelizadora. A simplicidade do seu estilo e as suas opções devem ser regras para todos na obra da evangelização. Nesta perspectiva, os pobres hão de ser considerados entre os primeiros destinatários da evangelização, a exemplo de Cristo que dizia de si mesmo: “O Espírito do Senhor (...) me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres” (Lc 4,18).
Como já indiquei antes, o amor pelos pobres deve ser preferencial, mas não exclusivo. O ter limitado a atenção pastoral pelos pobres com um certo exclusivismo como assinalaram os Padres Sinodais , levou, às vezes, a descurar os ambientes dos dirigentes da sociedade, com o conseqüente afastamento da Igreja de muitos deles. Os prejuízos derivados da difusão do secularismo nesses ambientes, tanto políticos como econômicos, sindicais, militares, sociais ou culturais, demonstram a urgência da sua evangelização, que deve ser animada e guiada pelos Pastores, chamados por Deus para cuidar de todos. Estes poderão contar com o apoio daqueles que e, felizmente, são ainda numerosos permaneceram fiéis aos valores cristãos: a este respeito, os Padres Sinodais recordaram “o empenho de não poucos (...) dirigentes na construção de uma sociedade justa e solidária”. Com o seu apoio, os Pastores enfrentarão a difícil tarefa de evangelização destes setores da sociedade: com renovado fervor e uma metodologia atualizada, dirigir-se-ão aos dirigentes, homens e mulheres, para levar-lhes o anúncio de Cristo, insistindo principalmente sobre a formação das consciências, através da doutrina social da Igreja. Esta formação constituirá o melhor antídoto contra os inúmeros casos de incoerência e, em certos casos, de corrupção existentes na estrutura sociopolítica. Vice-versa, se se descura esta evangelização dos dirigentes, não deve surpreender que muitos deles sigam critérios alheios e, às vezes, claramente contrários ao Evangelho”.

Nota:279

cf. a palavra do Papa em EA 67: Como já indiquei antes, o amor pelos pobres deve ser preferencial, mas não exclusivo. O ter limitado a atenção pastoral pelos pobres com certo exclusivismo como assinalaram os Padres Sinodais levou, às vezes, a descuidar dos ambientes dos dirigentes da sociedade, com o conseqüente afastamento da Igreja de muitos deles.

Nota:280

cf. *Igreja no Brasil: Desafios e Protagonistas da Missão*, 1994, nn. 65-68.

Nota:281

cf. **Puebl 152:** “Dará importância à pastoral urbana com a criação de novas estruturas eclesiais, que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje. Também multiplicará esforços para atender melhor a pastoral do campo”.
DGAP 1991-1994, n.200.

Nota:282

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: “146. As resistências à modernidade são menores nas grandes cidades e no meio da juventude. Entre os jovens convivem elementos aparentemente contraditórios, como: o cultivo de relações amorosas passageiras e a valorização da família, o refluxo sobre si mesmos e a busca de grupos de referência, como rapp, funk, gangues etc. A comunidade eclesial ainda atrai um número significativo de jovens e a prova disso são os milhares de grupos que formam a Pastoral da Juventude, os movimentos, as escolas e os centros educacionais católicos. Há muitos sinais de vida surgindo no meio dos jovens, apesar de poucos estarem engajados e preocupados com as grandes questões do país”.

Nota:283

Puebla: “**1166.** Apresentar aos jovens o Cristo vivo, como único Salvador, para que, evangelizados, evangelizem e contribuam, como em resposta de amor a Cristo, para a libertação integral do homem e da sociedade, levando uma vida de comunhão e participação.
1167. Características da juventude: a juventude não é só um grupo de pessoas de idade cronológica. É também uma atitude frente à vida, numa etapa não definitiva, mas transitória. Possui traços muito característicos:

1168. Um inconformismo que a tudo questiona; um espírito de aventura que a leva a compromissos e situações radicais; uma capacidade criadora com respostas novas para o mundo em transformação, que aspira a sempre melhorar em sinal de esperança. Sua aspiração pessoal mais espontânea e forte é a liberdade, emancipada de qualquer tutela exterior. É sinal de alegria e felicidade. Muito sensível aos problemas sociais. Exige autenticidade e simplicidade, rejeitando com rebeldia uma sociedade invadida por hipocrisias e contravalores.

1169. Este dinamismo a torna capaz de renovar "as culturas" que, doutra forma, envelheceriam.

1170. O papel normal desempenhado pela juventude na sociedade é dinamizar o corpo social. Quando os adultos não são autênticos nem abertos para o diálogo com os jovens, impedem que o dinamismo criador do jovem faça progredir o corpo social. Ao perceberem que não são tomados a sério, os jovens se lançam por diversos caminhos: ou são perseguidos por diversas ideologias, especialmente as radicalizadas, já que, sendo sensíveis às mesmas por seu idealismo natural, nem sempre têm a suficiente preparação para um claro discernimento, ou mostram-se indiferentes para com o sistema vigente ou se acomodam a ele com dificuldade e perdem a capacidade dinamizadora.

1171. O que mais desorienta o jovem é a ameaça à sua exigência de autenticidade por parte do meio adulto, em grande parte incoerente e manipulador por parte do conflito de gerações, da civilização de consumo, duma certa pedagogia do instinto, da droga, do sexualismo, da tentação de ateísmo.

1172. Hoje em dia, a juventude é manipulada especialmente na área política e no emprego do "tempo livre. Uma parte da juventude tem legítimas inquietações políticas e consciência de poder social. Sua falta de formação nesses campos e a ausência de assessoria equilibrada a levam a radicalizações ou frustrações. O jovem ocupa grande parte do seu tempo livre" com o esporte e uso dos meios de comunicação social. Estes são, para alguns, instrumentos de educação e recreação sadia; para outros, elementos de alienação.

1173. A família é o corpo social primário no qual se origina e se educa e juventude. Da sua estabilidade, tipo de relacionamento com a juventude, vivência e abertura aos seus valores depende em grande parte o fracasso ou êxito da realização desta juventude na sociedade ou na Igreja.

1174. A juventude feminina está passando por uma crise de identidade, por causa da confusão reinante acerca da missão da mulher hoje. Os elementos negativos referentes à libertação feminina e um certo machismo ainda existente impedem uma sadia promoção feminina, como parte indispensável da construção da sociedade.

1175. A juventude da América Latina não pode ser considerada em abstrato. Há diversidade de jovens, caracterizados por sua situação social ou pelas experiências sócio-políticos que vivem seus respectivos países.

1176. Se observarmos a situação social, verificamos que, ao lado daqueles que, por sua condição econômica, se desenvolvem normalmente, há muitos jovens indígenas, camponeses, mineiros, pescadores e operários que, por sua pobreza, se vêem obrigados a trabalhar como adultos. Ao lado de jovens que vivem folgadamente, há estudantes, sobretudo de subúrbios, que já vivem na insegurança dum futuro emprego ou não encontram seu caminho por falta de orientação vocacional.

1177. Por outro lado, é indubitável haver jovens que se sentiram frustrados pela falta de autenticidade de alguns líderes seus ou se sentiram enfastiados por uma civilização de consumo. Outros, pelo contrário, em resposta às múltiplas formas de egoísmo, desejam construir um mundo de paz, justiça e amor. Finalmente, comprovamos que não poucos descobriram a alegria da entrega a Cristo, não obstante as variadas e rudes exigências de sua cruz.

1178. A Igreja vê na juventude uma enorme força renovadora, símbolo da própria Igreja. E a Igreja faz isto não por tática mas por vocação, já que é "chamada à constante renovação de si mesma, isto é, a um incessante rejuvenescimento" (João Paulo II, Alocução Juventude, 2 - AAS, LXXI, p. 218). 0 serviço prestado com humildade à juventude deve fazer com que mude na Igreja qualquer atitude de desconfiança ou incoerência para com os jovens.

1179. Atualmente, contudo, os jovens consideram a Igreja de diversas maneiras: uns a amam espontaneamente como ela é, sacramento de Cristo; outros a questionam para que seja autêntica; e não faltam os que procuram um Cristo vivo separado do seu corpo que é a Igreja. Há urna massa indiferente, passivamente acomodada à civilização de consumo ou outros sucedâneos, desinteressada da exigência evangélica.

1180. Existem jovens socialmente muito inquietos, mas reprimidos pelos sistemas de governo; estes buscam a Igreja como espaço de liberdade para poderem expressar-se sem manipulações e protestar social e politicamente. Alguns, pelo contrário, pretendem utilizá-la como instrumento de contestação. Finalmente, uma minoria muito ativa, influenciada por seu ambiente ou por ideologias materialistas e atéias, nega e combate o Evangelho.

1181. Os jovens desejosos de se realizar na Igreja podem ficar frustrados por não encontrarem uma boa planificação e programação pastoral que corresponda à realidade histórica em que vivem. Igualmente sentem a falta de assessores preparados, embora em não poucos grupos e movimentos juvenis existam assessores competentes e abnegados.

1182. Queremos dar uma resposta à situação da juventude, graças aos três critérios de verdade propostos por S. S. João Paulo II: verdade sobre Jesus Cristo verdade sobre a missão da Igreja e verdade sobre o homem.

1183. Embora não se dê conta disso, a juventude vai ao encontro de um Messias, Cristo, o qual caminha em direção dos jovens. Somente ele torna o jovem verdadeiramente livre. Este é o Cristo que deve ser apresentado aos jovens como libertador integral que, pelo espírito das bem-aventuranças, Oferece a todo jovem a inserção num processo de constante conversão; compreende suas fraquezas e oferece-lhe um encontro muito pessoal com Ele e com a comunidade, nos sacramentos da reconciliação e da Eucaristia. O jovem deve experimentar Cristo como amigo pessoal que nunca falha, caminho de total realização. Com ele e pela lei do amor, o jovem caminha em direção do Pai comum e dos irmãos. Com isto, sente-se verdadeiramente feliz.

1184. Os jovens devem sentir que são Igreja, experimentando-a como lugar de comunhão e participação. Por isso, a Igreja aceita suas críticas, por reconhecer-se limitada em seus membros, e os quer gradualmente responsáveis na sua construção até que os envie como testemunhas e missionários, especialmente à grande

massa juvenil. Nela, os jovens sentem-se povo novo, o povo das bem-aventuranças, sem outra segurança que a de Cristo; um povo dotado de coração de pobre, contemplativo, em atitude de escutar e discernir evangelicamente, construtor de paz, portador de alegria e de um projeto libertador integral em favor, sobretudo, de seus irmãos jovens. A Virgem Mãe bondosa, indefectível na fé, educa o jovem para ser Igreja.

1185. Assumindo as atitudes de Cristo, o jovem promove e defende a dignidade da pessoa humana. Em virtude do batismo, é filho do único Pai, irmão de todos os homens e contribui para a edificação da Igreja. Sente-se cada vez mais "cidadão universal", instrumento na construção da comunidade latino-americana e universal.

1186. A Igreja confia nos jovens. Eles são a sua esperança. A Igreja vê na juventude da América Latina um verdadeiro potencial para o presente e o futuro de sua evangelização. Por ser verdadeira dinamizadora do corpo social e especialmente do corpo eclesial, a Igreja faz uma opção preferencial pelos jovens, com vistas à sua missão evangelizadora no Continente.

1187. Por isso, queremos oferecer uma linha pastoral global: desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade.

1188. A Igreja evangelizadora faz um veemente apelo para que os jovens nela busquem o lugar de sua comunhão com Deus e os homens a fim de construir "a civilização do amor" e edificar a paz na justiça. Convida-os a que se comprometam eficazmente numa ação evangelizadora que não exclua ninguém, de acordo com a situação em que vivem, e tendo predileção pelos mais pobres.

1189. A integração na Igreja será canalizada através de movimentos juvenis ou comunidades que devem estar integradas na pastoral de conjunto diocesana ou nacional, com projeções para uma integração latino-americana. Esta integração far-se-á especial mente por meio da:

* pastoral familiar;
* pastoral da Igreja diocesana e paroquial em seus diversos aspectos de catequese, educação, vocações, etc..;
* inter-relacionamento dos diversos movimentos de juventude ou comunidades, considerando-lhes a situação concreta: estudantes secundários, universitários, operários, camponeses, que tem condicionamentos próprios e exigências diferentes em face do processo evangelizador e que, por isso, pedem uma pastoral específica.

1190. Esta pastoral de movimentos e comunidades deve levar em conta os jovens numa inter-relação fecunda, já que os grupos devem ser fermento no conjunto e propiciar uma evangelização total.

1191. Providencie-se um acolhimento e atenção aos jovens que, por diversos motivos, devem emigrar, temporária ou definitivamente, e que são vítimas da solidão, da falta de ambientação, da marginalização, etc.

1192. A inserção na Igreja e a tarefa de compromisso efetivo na edificação de nova civilização do amor e da paz é muito exigente e requer profunda formação e participação responsável. Por este motivo:

1193. A pastoral de juventude na linha da evangelização deve ser um verdadeiro processo de educação na fé, que leva à própria conversão e a um compromisso evangelizador.

1194. O fundamento desta educação deve ser a apresentação ao jovem de Cristo vivo, Deus e homem, modelo de autenticidade, simplicidade e fraternidade; único que salva, libertando de todo pecado e de suas conseqüências e que compromete para a libertação ativa dos irmãos por meios não violentos.

1195. A pastoral da juventude empenhar-se-á em que o jovem cresça numa espiritualidade autêntica e apostólica, fundada no espírito de oração e no conhecimento da Palavra de Deus e no amor filial a Maria Santíssima que, unindo-o a Cristo, o torne solidário com seus irmãos.

1196. A pastoral da juventude deve ajudar também a formar os jovens de maneira gradual para a ação sócio-política e para as mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja.

1197. Formar-se-á no jovem um sentido crítico frente aos meios de comunicação social e aos contravalores culturais que as diversas ideologias tentam transmitir-lhe, especialmente a liberal capitalista e a marxista, para que não seja por elas manipulado.

1198. Usar-se-á uma linguagem simples e adaptada a uma pedagogia que tenha presente as diferenças psicológicas do homem e da mulher e se caracterize pela mútua confiança e respeito recíproco; numa conversão ao meio em que vive e atua, para centrar assim sua missão dinâmica evangelizadora.

1199. Estimule-se a capacidade criadora dos jovens, para que eles mesmos imaginem e descubram os meios mais diversos e aptos para tornar presente, de forma construtiva, a missão que exercem na sociedade e na Igreja. Para isso, lhes sejam facilitados os meios e áreas onde ponham em prática o seu compromisso. Recomenda-se a presença missionária dos jovens em lugares especialmente necessitados.

1200. Procure-se dar aos jovens uma boa orientação espiritual a fim de que possam amadurecer a sua opção vocacional, quer leiga, quer religiosa ou sacerdotal.

1201. Recomenda-se dar a maior importância a todos os meios que favoreçam a evangelização e o crescimento na fé: retiros, jornadas, encontros, cursilhos, convivências, etc.

1202. Como tempo forte para o amadurecimento na fé que leva necessariamente a um compromisso apostólico deve-se destacar a celebração consciente e ativa do sacramento da confirmação, precedida duma esmerada catequese e sempre de acordo com as diretrizes da Santa Se e das Conferências Episcopais.

1203. Deve-se procurar formar com prioridade animadores juvenis qualificados (sacerdotes, religiosos ou leigos) que sejam guias e amigos da juventude, conservando sua própria identidade e prestando este serviço com madureza humana e cristã.

1204. A juventude não se pode considerar em abstrato, nem é um grupo isolado no corpo social. Por isso, ela requer uma pastoral articulada que permita uma comunicação efetiva entre os diversos períodos da juventude e uma continuidade de formação e compromisso depois, na idade adulta.

1205. Seja a pastoral juvenil uma pastoral da alegria e da esperança, que transmita a mensagem alegre da salvação a um mundo muitas vezes triste, oprimido e desesperançado, em busca da sua libertação".

Nota:284

DSD 114: "Nós nos propomos a executar as seguintes ações pastorais:

Reafirmar a opção preferencial pelos jovens proclamada em Puebla, não só de modo afetivo, mas também efetivamente; isto deve significar uma opção concreta por uma pastoral juvenil orgânica, onde haja um acompanhamento e apoio real com diálogo mútuo entre jovens, pastores e comunidades. A efetiva opção pelos jovens exige maiores recursos pessoais e materiais por parte das paróquias e das dioceses. Esta pastoral juvenil deve ter sempre uma dimensão vocacional".

Nota:285

João Paulo II, CfL 46: "O Sínodo quis prestar uma atenção especial aos jovens. E justamente. Em tantos países do mundo, eles representam a metade de toda a população e, muitas vezes, a metade numérica do próprio povo de Deus que vive nesses países. Já sob esse ponto de vista, os jovens constituem uma força excepcional e são um grande desafio para o futuro da Igreja. Nos jovens, efetivamente, a Igreja lê o seu caminho para o futuro que a espera e encontra a imagem e o convite daquela alegre juventude com que o Espírito de Cristo constantemente a enriquece. Nesse sentido, o Concílio definiu os jovens como esperança da Igreja.

Na carta que escrevi aos jovens e às jovens do mundo, em 31 de março de 1985, lê-se: A Igreja olha para os jovens; antes, a Igreja, de um modo especial, vê-se a si mesma nos jovens, em todos vós e, ao mesmo tempo, em cada uma e em cada um de vós. Foi assim desde o princípio, desde os tempos apostólicos. As palavras de São João na sua Primeira Carta podem dar disso um especial testemunho: Escrevo a vós, jovens, porque vencestes o Maligno. Escrevi-vos a vós, filhinhos, porque conhecestes o Pai... Escrevi-vos a vós, jovens, porque sois fortes, e a palavra de Deus habita em vós (1Jo 2,13ss.)... Na nossa geração, ao fim do segundo milênio depois de Cristo, também a Igreja vê-se a si mesma nos jovens.

Os jovens não devem ser considerados simplesmente como o objeto da solicitude pastoral da Igreja: são de fato e devem ser encorajados a ser sujeitos ativos, protagonistas da evangelização e artífices da renovação social. A juventude é o tempo de uma descoberta particularmente intensa do próprio eu e do próprio projeto de vida, é o tempo de um crescimento que deve realizar-se em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens (Lc 2,52).

Como disseram os padres sinodais, a sensibilidade dos jovens intui profundamente os valores da justiça, da não-violência e da paz. O seu coração está aberto à fraternidade, à amizade e à solidariedade. Deixam-se mobilizar ao máximo em favor das causas que concernem à qualidade da vida e à conservação da natureza. Mas, estão eles também cheios de inquietações, de desilusões, angústias e receios do mundo, para além das tentações do seu estado.

A Igreja deve reviver o amor de predileção que Jesus mostrou ao jovem do Evagelho: Jesus, olhando para ele, amou-o (Mc 10,21). Por isso, a Igreja não se cansa de anunciar Jesus Cristo, proclamar o seu Evangelho como a única e superabundante resposta às mais radicais aspirações dos jovens, como a proposta forte e entusiasta de um seguimento pessoal (Vem e segue-me [Mc 10,21]), que comporta a vivência do amor filial de Jesus pelo Pai e a participação na salvação da humanidade.

A Igreja tem tantas coisas para dizer aos jovens, e os jovens têm tantas coisas a dizer à Igreja. Este diálogo recíproco, que deverá fazer-se com grande cordialidade, clareza e coragem, favorecerá o encontro e o intercâmbio das gerações, e será fonte de riqueza e de juventude para a Igreja e para a sociedade civil. Na sua mensagem aos jovens o Concílcio diz: A Igreja olha para vós com confiança e amor... Ela é a verdadeira juventude do mundo... Olhai para ela e nela encontrareis o rosto de Cristo".

Nota:286

CfL 46: "O Sínodo quis prestar uma atenção especial aos jovens. E justamente. Em tantos países do mundo, eles representam a metade de toda a população e, muitas vezes, a metade numérica do próprio povo de Deus que vive nesses países. Já sob esse ponto de vista, os jovens constituem uma força excepcional e são um grande desafio para o futuro da Igreja. Nos jovens, efetivamente, a Igreja lê o seu caminho para o futuro que a espera e encontra a imagem e o convite daquela alegre juventude com que o Espírito de Cristo constantemente a enriquece. Nesse sentido, o Concílio definiu os jovens como esperança da Igreja.

Na carta que escrevi aos jovens e às jovens do mundo, em 31 de março de 1985, lê-se: A Igreja olha para os jovens; antes, a Igreja, de um modo especial, vê-se a si mesma nos jovens, em todos vós e, ao mesmo tempo, em cada uma e em cada um de vós. Foi assim desde o princípio, desde os tempos apostólicos. As palavras de São João na sua Primeira Carta podem dar disso um especial testemunho: Escrevo a vós, jovens, porque vencestes o Maligno. Escrevi-vos a vós, filhinhos, porque conhecestes o Pai... Escrevi-vos a vós, jovens, porque sois fortes, e a palavra de Deus habita em vós (1Jo 2,13ss.)... Na nossa geração, ao fim do segundo milênio depois de Cristo, também a Igreja vê-se a si mesma nos jovens.

Os jovens não devem ser considerados simplesmente como o objeto da solicitude pastoral da Igreja: são de fato e devem ser encorajados a ser sujeitos ativos, protagonistas da evangelização e artífices da renovação social. A juventude é o tempo de uma descoberta particularmente intensa do próprio eu e do próprio projeto de vida, é o tempo de um crescimento que deve realizar-se em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens (Lc 2,52).

Como disseram os padres sinodais, a sensibilidade dos jovens intui profundamente os valores da justiça, da não-violência e da paz. O seu coração está aberto à fraternidade, à amizade e à solidariedade. Deixam-se mobilizar ao máximo em favor das causas que concernem à qualidade da vida e à conservação da natureza. Mas, estão eles também cheios de inquietações, de desilusões, angústias e receios do mundo, para além das tentações do seu estado.

A Igreja deve reviver o amor de predileção que Jesus mostrou ao jovem do Evagelho: Jesus, olhando para ele, amou-o (Mc 10,21). Por isso, a Igreja não se cansa de anunciar Jesus Cristo, proclamar o seu Evangelho como a única e superabundante resposta às mais radicais aspirações dos jovens, como a proposta forte e entusiasta de um seguimento pessoal (Vem e segue-me [Mc 10,21]), que comporta a vivência do amor filial de Jesus pelo Pai e a participação na salvação da humanidade.

A Igreja tem tantas coisas para dizer aos jovens, e os jovens têm tantas coisas a dizer à Igreja. Este diálogo recíproco, que deverá fazer-se com grande cordialidade, clareza e coragem, favorecerá o encontro e o intercâmbio das gerações, e será fonte de riqueza e de juventude para a Igreja e para a sociedade civil. Na sua mensagem aos jovens o Concílcio diz: A Igreja olha para vós com confiança e amor... Ela é a verdadeira juventude do mundo... Olhai para ela e nela encontrareis o rosto de Cristo".

DP 1187: "Por isso, queremos oferecer uma linha pastoral global: desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade".

Nota:287

EA 47: "Os jovens são uma grande força social e de evangelização. Eles "constituem uma numerosíssima parte da população em muitas nações americanas. No seu encontro com Cristo vivo, se alicerçam as esperanças e expectativas por um futuro de maior comunhão e solidariedade para a Igreja e as sociedades na América". São evidentes os esforços empregados pelas Igrejas particulares no Continente, para acompanhar os adolescentes no itinerário catequético antes da Confirmação e dos outros apoios que lhes oferecem, a fim de que progridam na aproximação a Cristo e no conhecimento do Evangelho. O itinerário formativo dos jovens deve ser constante e dinâmico, apto para ajudá-los a encontrar seu lugar na Igreja e no mundo. A pastoral da juventude, portanto, deve estar entre as preocupações primárias dos Pastores e das comunidades.

Na verdade, muitos são os jovens americanos que vão em busca de um autêntico significado a dar à própria vida e que vivem sedentos de Deus, faltam porém, com freqüência, as condições adequadas para fazer frutificar suas capacidades e realizar suas aspirações. Infelizmente, a falta de maturidade e de perspectivas para o futuro os leva, às vezes, à marginalização e à violência. A sensação de frustração que experimentam por tudo isso não raro os conduz a abandonar a busca de Deus. Diante de uma situação tão complexa, "a Igreja empenha-se em manter sua opção pastoral e missionária pelos jovens, para que possam encontrar hoje a Jesus Cristo vivo".

A ação pastoral da Igreja logra alcançar muitos desses adolescentes e jovens, mediante a animação cristã da família, a catequese, as instituições educacionais católicas e a vida comunitária na paróquia. Mas existem muitos outros, especialmente entre os que sofrem várias formas de pobreza, que se situam fora do âmbito da atividade eclesial. Devem ser os jovens cristãos, formados numa consciência missionária amadurecida, os apóstolos dos seus coetâneos. Faz falta uma ação pastoral que atinja os jovens nos seus vários ambientes: nos colégios, nas universidades, no mundo do trabalho, nos ambientes rurais, com uma adaptação apropriada à sua sensibilidade. Será também oportuno desenvolver, no âmbito paroquial e diocesano, uma atividade pastoral da juventude que leve em conta a evolução do mundo dos jovens, que procure dialogar com eles, que não exclua as ocasiões propícias para encontros mais amplos, que anime as iniciativas locais e valorize o que já se realiza em nível interdiocesano e internacional.

Que fazer com os jovens que revelam atitudes imaturas, de certa inconstância, e dificuldade para assumir compromissos sérios e definitivos? Diante dessa carência de maturidade é necessário convidar os jovens a serem corajosos, formando-os para apreciar o valor do compromisso para toda a vida, como no caso do sacerdócio, da vida consagrada e do matrimônio cristão".

Nota:288

DSD 119b: "Esta pastoral deve pretender fortalecer todos os processos orgânicos válidos e definidamente analisados pela Igreja, desde Puebla até hoje. Cuidará especialmente de dar relevância à pastoral juvenil de meios específicos, onde vivem e atuam os adolescentes e os jovens: camponeses, indígenas, afro-americanos, trabalhadores, estudantes, habitantes de periferias urbanas, marginalizados, militares e jovens em situações críticas".

Nota:289

1Pd 3,15: "Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar a razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês".

Nota:290

CfL 34d: "Ora, os fiéis leigos, por força da sua participação do múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nessa tarefa da Igreja. Pertence-lhes, em particular, dar testemunho de como a fé cristã, mais ou menos conscientemente ouvida e invocada por todos, seja a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida põe a cada homem e a cada sociedade. Será isso possível se os fiéis leigos souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua quotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que no Evangelho encontra inspiração e força para se realizar em plenitude".

Nota:291

Puebla 368: "Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar".

Nota:292

EA 74: "Jesus Cristo confiou à sua Igreja a missão de evangelizar todas as nações: "Ide, pois, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar tudo quanto vos tenho mandado" (Mt 28,19-20). A consciência da universalidade da missão evangelizadora que a Igreja recebeu deve permanecer viva, como aliás o testemunha continuamente a história do Povo de Deus que peregrina na América. A evangelização torna-se mais urgente junto de todos aqueles que, vivendo neste Continente, ainda não conhecem o nome de Jesus, o único nome dado aos homens para se salvarem (cf. At 4,12).

Infelizmente, este nome é desconhecido por larga parte da humanidade e em muitos ambientes da sociedade americana. Basta pensar nas etnias indígenas ainda não cristianizadas ou na presença de religiões não-cristãs tais como o Islamismo, o Budismo, o Hinduísmo, sobretudo entre os imigrantes vindos da Ásia.

Isso obriga a Igreja na América a permanecer disponível para a missão ad gentes. O programa de uma nova evangelização no Continente, objetivo de muitos projetos pastorais, não pode limitar-se a revitalizar a fé dos crentes habituais, mas deve também procurar anunciar Cristo nos ambientes onde ele é desconhecido.

Além disso, as Igrejas particulares da América são chamadas a estender este ímpeto evangelizador para além das fronteiras do seu Continente. Não podem reservar só para elas as riquezas imensas do seu patrimônio

cristão. Devem levá-lo ao mundo inteiro e comunicá-lo a quantos ainda o ignoram. Trata-se de muitos milhões de homens e mulheres que, sem a fé, padecem da mais grave das pobrezas. Diante de tal pobreza, seria um erro deixar de promover a atividade evangelizadora fora do Continente com o pretexto de que ainda há muito para fazer na América, ou à espera de se chegar primeiro a uma situação, fundamentalmente utópica, de plena realização da Igreja na América.

Com votos de que o Continente americano, em sintonia com a sua vitalidade cristã, tome parte na grande tarefa da missão ad gentes, faço minhas as propostas concretas que os Padres Sinodais apresentaram: "apoiar uma maior cooperação entre as Igrejas irmãs; enviar missionários (sacerdotes, consagrados e fiéis leigos) para dentro e fora do Continente; revigorar ou criar Institutos missionários; favorecer a dimensão missionária da vida consagrada e contemplativa; dar maior impulso à animação, formação e organização missionária". Estou certo de que o zelo pastoral dos Bispos e dos outros filhos da Igreja em toda a América conseguirá suscitar iniciativas concretas, inclusive em nível internacional, que levem a realizar com grande dinamismo e criatividade estes propósitos missionários".

Nota:293

Igreja: Comunhão e Missão, doc. da CNBB, n. 40: "119. Por isso mesmo, uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a missão para além de seu território. A maturidade eclesial é conseqüência e não apenas condição de abertura missionária. Estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse atrofiado seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais".

Nota:294

cf. *Igreja no Brasil: Desafios e Protagonistas da Missão*, 1994, nn. 36-45.

Nota:295

cf. Kräutler, Dom Erwin, Missionariedade e Solidariedade entre as Igrejas no Brasil. Comunicado Mensal da CNBB, 1998, p. 579.

Nota:296

cf. Kräutler, Dom Erwin, Missionariedade e Solidariedade entre as Igrejas no Brasil. Comunicado Mensal da CNBB, 1998, p. 578."

Nota:297

Gl 5,22-23: "Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, bondade, benevolência, fé, mansidão e domínio de si. Contra essas coisas não existe lei".

Nota:298

Fl 4,5.8: "Que a bondade de vocês seja notada por todos. O Senhor está próximo. Não se inquietem com nada. Apresentem a Deus todas as necessidades de vocês através da oração e da súplica, em ação de graças. Então a paz de Deus, que ultrapassa toda compreensão, guardará em Jesus Cristo os corações e pensamentos de vocês. Finalmente, irmãos, ocupem-se com tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honroso, virtuoso, ou que de algum modo mereça louvor".

Nota:299

Gl 2,20: "Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim. E esta vida que agora vivo, eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim".

Nota:300

Rm 12,1: "Irmãos, pela misericórdia de Deus, peço que vocês ofereçam os próprios corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus. Esse é o culto autêntico de vocês".

Nota:301

LG: "10. O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade.

34. Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito.

Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.

Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus.

35. Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e instrui com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas

estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal (Ef 6, 12).

Os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram o novo céu e a nova terra (cf. Ap 21, 1). Da mesma forma, os leigos anunciam a fé nos bens que se esperam (cf. Hb 11, 1), quando unem, de maneira inseparável, a vida e a profissão de fé. Esta evangelização, o anúncio de Cristo pelo testemunho de vida que acompanha a manifestação da palavra, adquire uma eficácia especial e específica, pelo fato de se fazer nas condições comuns da vida no mundo.

A vida matrimonial e familiar, santificada pelo sacramento, tem um valor particular: é exercício e principal escola do apostolado leigo, enquanto a religião cristã nela praticada penetra toda a vida e a vai progressivamente transformando. Na família, os cônjuges são especialmente chamados a serem testemunhas da fé e do amor entre si e em relação aos filhos. A família cristã é chamada a proclamar, ao mesmo tempo, a força atual do reino de Deus e a esperança da vida eterna. Por seu testemunho e exemplo, denuncia o pecado do mundo e ilumina os que buscam a verdade.

Por conseguinte, os leigos podem e devem exercer uma ação valiosa para a evangelização do mundo, ocupando-se das coisas temporais. Na falta, porém, de ministros ou em regime de perseguição, podem ser chamados a suprir certas funções. Somente alguns se dedicam exclusivamente ao apostolado, mas todos devem contribuir para o aumento e o crescimento do reino de Cristo. Que todos pois se empenhem em aprofundar o conhecimento da verdade revelada e peçam com insistência a Deus o dom da sabedoria.

36. Cristo entrou na glória do reino fazendo-se obediente até a morte e sendo, por isso, exaltado pelo Pai (cf. Fl 2, 8s). Tudo lhe foi submetido, até que ele mesmo submeta ao Pai todas as coisas criadas, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 27s). Comunicou aos discípulos este seu poder para que tenham uma liberdade de reis e vençam em si mesmos o domínio do pecado, pela abnegação de si mesmos e por uma vida de santidade (cf. Rm 6, 12). Mas além disso, para que, servindo a Cristo nos outros, os discípulos encaminhem seus irmãos, pela humildade e pela paciência, ao rei, a quem servir é reinar. O Senhor deseja que também os leigos contribuam para o aumento de seu reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz, em que a criatura é libertada da escravidão da morte, para a liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21). A promessa é grande, como é grande o mandamento dado aos discípulos: Tudo é de vocês, mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus (1Cor 3, 22ss).

Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho. Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã. Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja.

Unidos, os leigos devem procurar corrigir as condições de vida e as instituições do mundo que induzem ao pecado, para que se conformem com as normas da justiça e contribuam para a prática do bem, em lugar de dificultá-la. Agindo assim conferem à cultura e às atividades humanas um valor moral. Preparam o campo do mundo para melhor receber a semente da palavra divina e abrem as portas à Igreja, para que atue como anunciadora da paz.

Em benefício da própria salvação, os fiéis devem cuidadosamente aprender a distinguir entre seus direitos e deveres, como membros da Igreja e o que lhes compete como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar esses dois aspectos de sua vida, lembrando-se de que em todas as circunstâncias temporais precisam se deixar inspirar pela consciência cristã, pois nada foge ao domínio de Deus. Nos dias de hoje, é muito importante que se evidenciem no modo de agir dos fiéis tanto essa distinção quanto a harmonia, para que a Igreja, no cumprimento de sua missão, corresponda às necessidades do mundo atual. Assim como se reconhece que a sociedade terrena, voltada para o cuidado das coisas temporais, é regida por princípios próprios, deve-se rejeitar a doutrina infausta, que pretende construir a sociedade sem levar em conta a religião e que combate e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos".

Nota:302

Gl 3,27ss: "pois todos vocês, que foram batizados em Cristo, se revestiram de Cristo. Não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo. E se vocês pertencem a Cristo, então vocês são de fato a descendência de Abraão e herdeiros conforme a promessa".

Nota:303

Igreja: Comunhão e Missão, doc. da CNBB, n. 40: "100. Desse apelo se aproxima a exortação da "Evangelii Nuntiandi", quando diz que "não haverá humanidade nova, se não houver, em primeiro lugar, homens novos, pela novidade do Batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização (...) é, precisamente, esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando (...) procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios''. Na mesma linha, Puebla exige uma "conversão do coração", que não esteja desligada do empenho na transformação das estruturas sociais".

Nota:304

At 2,42-47: "Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação".

Nota:305

LG 26a: "O bispo possui a plenitude do sacramento da ordem. É chamado administrador da graça do sacerdócio supremo especialmente quando oferece ou cuida que seja oferecida a eucaristia, que alimenta e faz crescer continuamente a Igreja. São Igreja de Cristo todas as comunidades legítimas de fiéis, espalhadas por toda a parte, em torno de seus respectivos pastores. No Novo Testamento, merecem o nome de igrejas. Lá onde estão, são, em plenitude, o novo povo chamado por Deus, no Espírito Santo (cf. 1Ts 1, 5). Os fiéis se reúnem em igrejas pela pregação do Evangelho de Cristo e celebram o mistério da ceia do Senhor de maneira que a fraternidade de todos se concretize pela comida e pela bebida do corpo do Senhor. No altar de cada comunidade, reunida pelo santo ministério do bispo, oferece-se o símbolo da caridade e da unidade do corpo místico, sem as quais não pode haver salvação. Tendo consigo a Igreja una, santa, católica e apostólica, Cristo está presente em todas essas comunidades, por pequenas e pobres que sejam, mesmo quando vivem no isolamento, pois a participação no corpo e no sangue de Cristo nos transforma naquilo que tomamos".

Nota:306

Mt 18,20: "Pois onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estou aí no meio deles".

Nota:307

LG: "1. O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo.

2. Por livre desígnio de sabedoria e bondade, o Pai eterno criou o mundo e chamou mulheres e homens a participarem da vida divina. Embora tenham pecado em Adão, Deus não os abandonou, proporcionando a todos o apoio indispensável à salvação, em vista do Cristo redentor, imagem do Deus invisível e primogênito de toda criatura (Cl 1, 15). De fato, desde sempre o Pai previu e predestinou todos os escolhidos a se tornarem conformes a imagem de seu Filho, primogênito entre muitos irmãos (Rm 8, 29).

Ao mesmo tempo, estabeleceu que todos os fiéis a Cristo se reunissem na santa Igreja. Diz-se, por isso, que a Igreja foi esboçada desde as origens do mundo, preparada de modo admirável pela aliança antiga, que está na base da história de Israel, constituída nesses últimos tempos, manifestada pelo dom do Espírito Santo, mas que só estará terminada no fim dos séculos.

É o que ensinam os santos padres quando dizem que todos os justos, do primeiro ao último, desde Abel ou mesmo desde Adão, estarão reunidos formando a Igreja, junto ao Pai.

3. Veio o Filho, enviado pelo Pai que, através dele, nos escolheu desde antes da criação e nos predestinou à adoção filial, pois havia decidido nele ordenar tudo a si (cf. Ef 1, 4-5, 10). Cristo cumpriu a vontade do Pai, inaugurou na terra o reino dos céus, revelou-nos o seu mistério pessoal e realizou a redenção pela obediência.

A Igreja, reino de Cristo, desde já misteriosamente presente no mundo, cresce pela força de Deus. Sua origem e desenvolvimento são simbolizados pelo sangue e pela água que jorraram do lado aberto de Jesus crucificado (cf. Jo 19, 34), como foi predito pela palavra do Senhor a respeito de sua morte na cruz: Levantado da terra, atrairei a mim todas as coisas (Jo 12, 32).

Todas as vezes que se celebra no altar o sacrifício da cruz, em que se imola Cristo, nossa Páscoa (1Cor 5, 7), realiza-se a obra da redenção. Representa-se ao mesmo tempo, e se realiza, pelo sacramento do pão eucarístico, a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cf. 1Cor 10, 17).

Todos os homens, aliás, são chamados a esta união com Cristo, que é a luz do mundo, de quem procedemos, por quem vivemos e para quem tendemos.

4. Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11).

O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17).

A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo".

Nota:308

LG: "1. O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo.

48. Em Cristo Jesus somos todos chamados a pertencer à Igreja e, pela graça de Deus, a alcançar a santidade. Mas a Igreja só chegará à perfeição na glória celeste, juntamente com o gênero humano, com o qual está intimamente unida e através do qual alcança o seu fim, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas (cf. At 3, 21) e o mundo chegar à plenitude em Cristo. (cf. Ef 1, 10; Cl 1, 20; 2Pd 3, 10-13).

Levantado da terra, Cristo atraiu tudo a si (cf. Jo 12, 32). Ressuscitando dos mortos (cf. Rm 6, 9), derramou nos discípulos seu Espírito vivificador, fazendo de seu corpo, a Igreja, sacramento universal da salvação.

Sentado à direita do Pai, opera continuamente no mundo, conduzindo os homens à Igreja para mantê-los unidos mais intimamente a si mesmo, alimentá-los com seu próprio corpo e sangue e torná-los participantes de sua vida gloriosa. A renovação prometida que esperamos já começou em Cristo. Continua na missão do Espírito Santo e, por seu intermédio, na Igreja em que apreendemos, na fé, o sentido de nossa vida temporal, nos fixamos na esperança dos bens futuros, construímos a obra que nos foi confiada pelo Pai neste mundo, alcançando nosso fim e realizando nossa salvação (Fl 2, 12).

O fim dos tempos já chegarou (cf. 1Cor 10, 11). A renovação de todas as coisas foi definitivamente realizada e até, de certa maneira, antecipada neste mundo. A Igreja é realmente santa, embora de modo ainda imperfeito. Enquanto não se manifestam os novos céus e a nova terra, em que prevalecerá a justiça (cf. 2Pd 3, 13), a Igreja peregrina conserva o perfil desse mundo, passageiro, nos seus sacramentos e instituições. Vive em meio às criaturas que por enquanto gemem e sofrem as dores do parto, na expectativa da revelação dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 19-22).

Unidos a Cristo, na Igreja, e marcados pelo Espírito Santo, que é penhor de nossa herança (Ef 1, 14), chamados filhos de Deus, como de fato o somos (cf. 1Jo 3, 1), ainda não aparecemos com o Cristo na glória (cf. Cl 3, 4). Só então seremos semelhantes a Deus, pois o veremos como é (cf. 1Jo 3, 2). Enquanto habitamos neste corpo, estamos fora de casa, longe do Senhor (2Cor 5, 6). Gememos intimamente, embora possuindo as primícias do Espírito (cf. Rm 8, 23), no desejo de estar com Cristo (Fl 1, 23). Deixemo-nos pressionar pelo mesmo amor, para vivermos cada vez mais em função daquele que morreu por nós e ressuscitou (cf. 2Cor 5, 15).

Procuremos agradar o Senhor em tudo (cf. 2Cor 5, 9), vestindo a armadura de Deus, para que possamos superar as insídias do diabo e resistir nos momentos difíceis (cf. Ef 6, 11-13). Como não se sabe o dia nem a hora, é preciso vigiar, de acordo com o conselho do Senhor, para que ao fim de nossa única vida terrestre (cf. Hb 9, 27), mereçamos entrar com ele e com todos os bem-aventurados para as núpcias (cf. Mt 25, 31-46) e não sejamos mandados para o fogo eterno (cf. Mt 25, 31), como servos maus e preguiçosos (cf. Mt 25, 26), nem relegados às trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes (cf. Mt 22, 13; 25, 30).

Antes de reinarmos com o Cristo glorioso devemos todos comparecer diante do seu tribunal, a fim de que cada um receba a recompensa daquilo que tiver feito durante sua vida no corpo, tanto para o bem, como para o mal (2Cor 5, 10). No fim do mundo, aqueles que fizeram o bem vão ressuscitar para a vida; os que praticaram o mal, vão ressuscitar para a condenação (Jo 5, 29; Cf Mt 25, 46).

Julgando que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura, que será revelada em nós (Rm 8, 18; cf. 2Tm 2, 11-12), fortificados pela fé, ficamos na expectativa da bendita esperança, isto é, da manifestação da glória de Jesus Cristo, nosso grande Deus e salvador (Tt 2, 13) que vai transformar nosso corpo terreno e torná-lo semelhante ao seu corpo glorioso (Fl 3, 21) e que virá para ser glorificado na pessoa de seus santos e para ser admirado em todos aqueles que acreditaram (2Ts 1, 10)".

Nota:309

Diretório para o Ecumenismo: "16. A comunhão no interior das Igrejas particulares e entre si é um dom de Deus. É com alegria e reconhecimento que deve ser recebida e com solicitude deve ser cultivada. É cultivada de uma forma especial por aqueles que são chamados a exercer na Igreja o ministério pastoral. A unidade da Igreja realiza-se na riqueza da diversidade. A diversidade na Igreja é uma dimensão da sua catolicidade. Contudo, a própria riqueza desta diversidade pode originar tensões na comunhão. Mas, a despeito destas tensões, o Espírito continua a operar na Igreja, chamando os cristãos, na sua diversidade, a uma unidade cada vez mais profunda".

Nota:310

UR 3: "Nesta Igreja de Deus, una e única, surgiram, desde o início, algumas fissuras, que o apóstolo condena com vigor. Com o passar dos séculos, apareceram maiores dissensões, sendo que muitas comunidades se afastaram da plena comunhão com a Igreja católica, quase sempre com culpa de pessoas de ambos os lados.

Os que hoje nascem nessas comunidades e por seu intermédio recebem a fé não podem ser acusados do pecado de separação. A Igreja católica os abraça com respeito e amor fraternos.

Os que crêem em Cristo e foram devidamente batizados mantêm comunhão, embora imperfeita, com a Igreja católica. As discrepâncias doutrinárias, disciplinares ou relativas à estrutura da Igreja, que existem em relação aos católicos, criam sérios impedimentos à plena comunhão eclesial, que o movimento ecumênico procura justamente superar.

No entanto, os que são justificados pela fé e se tornam, no batismo, membros de Cristo merecem o nome de cristãos e são reconhecidos como irmãos no Senhor, pelos filhos da Igreja católica.

Além disso, dentre os elementos ou bens que, tomados em seu conjunto, constituem e vivificam a Igreja, muitos dentre os mais importantes podem existir fora das fronteiras visíveis da Igreja católica, tais como: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e o amor, os dons interiores e os sinais visíveis do Espírito Santo. Tudo isso provém de Cristo e a Cristo conduz, pertencendo, pois, de direito, à Igreja de Cristo.

Os irmãos separados realizam também inúmeras ações sagradas da religião cristã, as quais, de diversos modos e dependendo da condição específica de cada igreja ou comunidade, geram e alimentam realmente a vida da graça e podem ser consideradas aptas a abrir as portas da salvação.

Por conseguinte as igrejas e as comunidades separadas, apesar de seus limites, não podem ser inteiramente despidas de significação e peso no mistério da salvação. O Espírito de Cristo não reluta em passar por elas como meios de salvação, cuja virtude deriva da plenitude de graça e verdade, confiada à Igreja católica.

No entanto os irmãos separados de nós, quer individualmente, quer em suas comunidades ou igrejas, não gozam da unidade com que Jesus Cristo quis cumular todos os que reuniu num só corpo, regenerou e vivificou para a nova vida, tal como o professam as Escrituras Sagradas e a Tradição.

A plenitude dos meios de salvação reside somente na Igreja católica de Cristo, que constitui o auxílio, na sua generalidade. Acreditamos, de fato, que o Senhor somente confiou a totalidade dos bens da Nova Aliança ao colégio apostólico, presidido por Pedro, para de fato constituir, na terra, um só corpo de Cristo, a que todo o povo de Deus é chamado a se incorporar e ao qual, de certo modo, já pertence.

Esse povo, durante sua peregrinação terrestre, embora, em seus membros, esteja sujeito ao pecado, vai crescendo em Cristo, para Deus, de acordo com seus misteriosos desígnios, e é suavemente conduzido para a plenitude final da glória eterna, na Jerusalém celestial, a que chegará um dia, na alegria".

Nota:311

Jo 17,21: “para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste”.

Nota:312

EN 21: “E esta Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou grupo de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é - ou quem é - que os inspira? Por que é que eles estão conosco?

Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valorosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades, mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome. E outras perguntas surgirão, depois, mais profundas e mais de molde a ditar um compromisso, provocadas pelo testemunho aludido, que comporta presença, participação e solidariedade e que é um elemento essencial, geralmente o primeiro de todos, na evangelização.

Todos os cristãos são chamados a dar este testemunho e podem ser, sob este aspecto, verdadeiros evangelizadores. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade que se origina para os migrantes nos países que os recebem”.

Nota:313

1Cor 14,23-25: “Por exemplo: se a igreja se reunir e todos falarem em línguas, será que os simples ouvintes e os incrédulos que entrarem não vão dizer que vocês estão loucos? Ao contrário, se todos profetizarem, o incrédulo ou o simples ouvinte que entrar se sentirá persuadido de seu erro por todos, julgado por todos; e os segredos de seu coração serão desvendados; ele se prostrará com o rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vocês”.

Nota:314

TMA 37: “A Igreja do primeiro milênio nasceu do sangue dos mártires: “sanguis martyrum semen christianorum”, (sangue de mártires, semente de cristãos). Os acontecimentos históricos relacionados com a figura de Constantino Magno nunca teriam podido garantir um desenvolvimento da Igreja como o que se verificou no primeiro milênio, se não tivesse havido aquela sementeira de mártires e aquele patrimônio de santidade que caracterizaram as primeiras gerações cristãs. No final do segundo milênio, a Igreja tornou-se novamente Igreja de mártires. As perseguições contra os crentes sacerdotes, religiosos e leigos realizaram uma grande sementeira de mártires em várias partes do mundo. O seu testemunho, dado por Cristo até ao derramamento do sangue, tornou-se patrimônio comum de católicos, ortodoxos, anglicanos e protestantes, como ressaltava já Paulo VI na homilia da canonização dos Mártires Ugandeses.

É um testemunho que não se pode esquecer. A Igreja dos primeiros séculos, apesar de encontrar notáveis dificuldades organizativas, esforçou-se por fixar em peculiares martirológios o testemunho dos mártires. Tais martirológios foram-se atualizando constantemente ao longo dos séculos, e, no álbum dos santos e beatos da Igreja, entraram não apenas aqueles que derramaram o sangue por Cristo, mas também mestres da fé, missionários, confessores, bispos, presbíteros, virgens, esposos, viúvas, filhos.

No nosso século, voltaram os mártires, muitas vezes desconhecidos, como que “militi agnoti” da grande causa de Deus. Tanto quanto seja possível, não se devem deixar perder na Igreja os seus testemunhos. Como foi sugerido no Consistório, impõe-se que as Igrejas locais tudo façam para não deixar perecer a memória daqueles que sofreram o martírio, recolhendo a necessária documentação. Isso não poderá deixar de ter uma dimensão e uma eloquência ecumênica. O ecumenismo dos santos, dos mártires, é talvez o mais persuasivo. A communio sanctorum fala com voz mais alta que os fatores de divisão. O martyrologium dos primeiros séculos constituiu a base do culto dos Santos. Proclamando e venerando a santidade dos seus filhos e filhas, a Igreja prestava suprema honra ao próprio Deus; nos mártires, venerava Cristo, que estava na origem do seu martírio e santidade. Desenvolveu-se sucessivamente a prática da canonização, que perdura ainda na Igreja Católica e nas Igrejas Ortodoxas. Nestes anos, foram-se multiplicando as canonizações e as beatificações. Elas manifestam a vivacidade das Igrejas locais, muito mais numerosas hoje que nos primeiros séculos e no primeiro milênio. A maior homenagem que todas as Igrejas prestarão a Cristo no limiar do terceiro milênio, será a demonstração da presença onipotente do Redentor, mediante os frutos de fé, esperança e caridade em homens e mulheres de tantas línguas e raças, que seguiram Cristo nas várias formas da vocação cristã.

Será tarefa da Sé Apostólica, na perspectiva do ano 2000, atualizar os martirológios para a Igreja universal, prestando grande atenção à santidade de quantos, também no nosso tempo, viveram plenamente na verdade de Cristo. De modo especial, haverá que diligenciar o reconhecimento da heroicidade das virtudes de homens e mulheres que realizaram a sua vocação cristã no Matrimônio: convictos como estamos de que, também em tal estado, não faltam frutos de santidade, sentimos a necessidade de encontrar os caminhos mais oportunos para os verificar e propor a toda a Igreja como modelo e estímulo dos outros esposos cristãos”.

Nota:315

EA 69: “A nova evangelização, na qual todo o Continente está empenhado, indica que a fé não pode ser pressuposta, mas deve ser explicitamente proposta em toda a sua amplitude e riqueza. Este é o objetivo principal da catequese, sendo esta, por sua própria natureza, uma dimensão essencial da nova evangelização. “A catequese é um itinerário de formação na fé, na esperança e na caridade, que forma a mente e toca o coração, levando a pessoa a abraçar Cristo de modo pleno e completo. Introduz o crente mais plenamente na experiência da vida cristã, que inclui a celebração litúrgica do mistério da redenção e o serviço ristão aos outros”.

Conhecendo bem a necessidade de uma catequese completa, aceitei a proposta feita pelos Padres da Assembléia Extraordinária do Sínodo dos Bispos de 1985, para se elaborar "um catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto em matéria de fé como de moral", que pudesse ser "ponto de referência para os catecismos ou compêndios que venham a ser preparados nas diversas regiões". Essa proposta ficou concretizada com a publicação da edição típica do Catechismus Catholicæ Ecclesiæ. Além do texto oficial do Catecismo e para uma melhor utilização dos seus conteúdos, quis que fosse elaborado e publicado também um Diretório Geral da Catequese. Recomendo vivamente o uso destes dois instrumentos, com valor universal, a todos os que se dedicam à catequese na América. É desejável que ambos os documentos sejam utilizados "na preparação e revisão de todos os programas paroquiais e diocesanos de catequese, tendo presente que a situação religiosa dos jovens e dos adultos requer uma catequese mais querigmática e mais orgânica na apresentação dos conteúdos da fé".

É necessário reconhecer e estimular a missão benemérita que muitos catequistas desempenham, por todo o Continente americano, como autênticos mensageiros do Reino: "A sua fé e o seu testemunho de vida são parte integrante da catequese". Desejo encorajar cada vez mais os fiéis a assumirem, com abnegação e amor ao Senhor, este serviço da Igreja, consagrando-lhe generosamente o seu tempo e os seus talentos. Por seu lado, os Bispos preocupem-se por oferecer aos catequistas uma formação adequada para que possam desempenhar essa tarefa tão indispensável à vida da Igreja.

Sobretudo num Continente como a América, onde a questão social constitui uma dimensão saliente, convém ter presente na catequese que "o crescimento na compreensão da fé e a sua expressão prática na vida social estão intimamente relacionados. As forças que trabalham para favorecer o encontro com Cristo não podem deixar de ter uma positiva repercussão na promoção do bem comum numa sociedade justa'".

Nota:316

Como o documento de *Santo Domingo* não se cansa de observar:

DSD: "24. A Nova Evangelização tem como ponto de partida a certeza de que em Cristo há uma riqueza insondável (Ef 3,8) que nenhuma cultura, de qualquer época, extingue, e à qual nós homens sempre poderemos recorrer para enriquecer-nos (João Paulo II, Discurso Inaugural, 6). Falar de Nova Evangelização é reconhecer que existiu uma antiga ou primeira. Seria impróprio falar de Nova Evangelização de tribos ou povos que nunca receberam o Evangelho. Na América Latina, pode-se falar assim, porque aqui se realizou uma primeira evangelização nos últimos 500 anos.

Falar de Nova Evangelização não significa que a anterior tenha sido inválida, infrutuosa ou de curta duração. Significa que hoje novos desafios, novas interpelações se fazem aos cristãos e aos quais é urgente responder.

Falar de Nova Evangelização, como advertiu o Papa no Discurso Inaugural desta IV Conferência, não significa propor um novo Evangelho diferente do primeiro: há um só e único Evangelho do qual se podem tirar luzes novas para problemas novos.

Falar de Nova Evangelização não quer dizer reevangelizar. Na América Latina, não se trata de prescindir da primeira evangelização, mas de partir dos ricos e abundantes valores que ela deixou para aprofundá-los e complementá-los, corrigindo as deficiências anteriores. A Nova Evangelização surge na América Latina como resposta aos problemas apresentados pela realidade de um Continente no qual se dá um divórcio entre fé e vida, ao ponto de produzir clamorosas situações de injustiças, desigualdade social e violência. Implica enfrentar a grandiosa tarefa de infundir energias ao cristianismo da América Latina.

Para João Paulo II, a Nova Evangelização é algo atuante, dinâmico. É, antes de tudo, chamado à conversão (cf. João Paulo II, Discurso Inaugural, 1) e à esperança que se apóia nas promessas de Deus e que tem como certeza inquebrantável a Ressurreição de Cristo, primeiro anúncio e raiz de toda evangelização, fundamento de toda promoção humana, princípio de toda autêntica cultura cristã (cf. ibid., 25). É também um novo âmbito vital, um novo Pentecostes (cf. ibid., 30-31) em que o acolhimento do Espírito Santo fará surgir um povo renovado, constituído de homens livres, conscientes de sua dignidade (cf. ibid., 19) e capazes de forjar uma história verdadeiramente humana. É o conjunto de meios, ações e atitudes aptos para pôr o Evangelho em diálogo ativo com a modernidade e o pós-moderno, seja para interpelá-los, seja para deixar-se interpelar por eles. Também é o esforço por inculturar o Evangelho na situação atual das culturas de nosso Continente.

44. A conseqüência de tudo isto é uma falta de coerência entre a fé e a vida em muitos católicos, incluídos, às vezes, nós mesmos ou alguns de nossos agentes pastorais. A falta de formação doutrinal e de profundidade na vida da fé faz de muitos católicos presa fácil do secularismo, do hedonismo e do consumismo, que invadem a cultura moderna e, em todo caso, os incapacita de evangelizá-la.

48. Tal evangelização de Cristo e de sua vida divina em nós deve mostrar a exigência iniludível de acomodar a conduta ao modelo que Ele nos oferece. A coerência da vida dos cristãos com sua fé é condição da eficácia da Nova Evangelização. Para isso é necessário conhecer bem as situações concretas vividas pelo homem contemporâneo para oferecer-lhe a fé como elemento iluminador. Isto supõe também uma clara pregação da moral cristã que abarque tanto a conduta pessoal e familiar como a social. A prática de pequenas comunidades pastoralmente bem assistidas constitui um bom meio para aprender a viver a fé em estreita comunhão com a vida e com projeção missionária. Neste campo, é muito significativa a contribuição dos movimentos apostólicos.

96. Comprova-se, porém, que a maior parte dos batizados ainda não tomou plena consciência de sua pertença à Igreja. Sentem-se católicos, mas não Igreja. Poucos assumem os valores cristãos como elemento de sua identidade cultural, não sentindo a necessidade de um compromisso eclesial e evangelizador. Como conseqüência, o mundo do trabalho, da política, da economia, da ciência, da arte, da literatura e dos meios de comunicação social não são guiados por critérios evangélicos. Assim se explica a incoerência entre a fé que dizem professar e o compromisso real na vida (cf. P 783).

Também se comprova que os leigos nem sempre são adequadamente acompanhados pelos Pastores na descoberta e amadurecimento da própria vocação.

A persistência de certa mentalidade clerical nos numerosos agentes de pastoral, clérigos e inclusive leigos (cf. P 784), a dedicação preferencial de muitos leigos a tarefas intra-eclesiais e uma deficiente formação privam-nos de dar respostas eficazes aos atuais desafios da sociedade.

116. Que dinamize uma espiritualidade do seguimento de Jesus que propicie o encontro entre a fé e a vida, que seja promotora da justiça, da solidariedade e que anime um projeto promissor e gerador de uma nova cultura de vida.

156. A Nova Evangelização exige de nós:
- Que formemos em uma fé que se faça vida, iniciando-a com o anúncio do querigma aos que estão no mundo descristianizado (cf. EN 51 e 52) e promovendo-a com o testemunho alegre de autênticas comunidades de fé, nas quais nossos leigos vivam o significado dos sacramentos.
- Que cultivemos uma sólida consciência moral para que, nas complexas circunstâncias da vida moderna, nossos fiéis saibam interpretar acertadamente a voz de Deus em matéria moral e desenvolvam um evangélico sentido do pecado.
- Que eduquemos os cristãos para ver a Deus em sua própria pessoa, na natureza, na história global, no trabalho, na cultura, em todo o secular, descobrindo a harmonia que, no plano de Deus, deve haver entre a ordem da criação e a da redenção.
- Que desenvolvamos um estilo de celebração da liturgia que integre a vida dos homens numa profunda e respeitosa experiência do insondável mistério divino de riqueza inefável.
- Que impulsionemos uma pastoral adequada para evangelizar os ambientes universitários, onde se formam os que irão plasmar decisivamente a cultura.

161. A falta de coerência entre a fé que se professa e a vida cotidiana é uma das várias causas que geram pobreza em nossos países, porque os cristãos não souberam encontrar na fé a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis pela liderança ideológica e pela organização da convivência social, econômica e política de nossos povos. Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça (P 437).

229. Por nossa adesão radical a Cristo no batismo, comprometemo-nos a fazer com que a fé, plenamente anunciada, pensada e vivida, chegue a fazer-se cultura. Assim, podemos falar de uma cultura cristã quando o sentir comum da vida de um povo tiver sido penetrado interiormente, até situar a mensagem evangélica na base de seu pensamento, nos seus princípios fundamentais de vida, nos seus critérios de juízo, nas suas normas de ação (João Paulo II, Discurso Inaugural, 24) e dali projeta-se no ethos de um povo… nas suas instituições e em todas as estruturas (ibid., 20).

Esta evangelização da cultura, que a invade até seu núcleo dinâmico, manifesta-se no processo de inculturação, que João Paulo II chamou de centro, meio e objetivo da Nova Evangelização (Discurso ao Conselho Internacional de Catequese, 26 de setembro de 1992). Os autênticos valores culturais, discernidos e assumidos pela fé, são necessários para encarnar nessa mesma cultura a mensagem evangélica e a reflexão e práxis da Igreja.

A Virgem Maria acompanha os apóstolos quando o Espírito de Jesus ressuscitado penetra e transforma os povos das diversas culturas. Maria, que é modelo da Igreja, também é modelo da evangelização da cultura. É a mulher judia que representa o povo da Antiga Aliança com toda sua realidade cultural. Mas abre-se à novidade do Evangelho e está presente nas nossas terras como Mãe comum, tanto dos aborígenes como daqueles que para cá vieram, propiciando desde o princípio a nova síntese cultural que é a América Latina e o Caribe".

Nota:317

Catecismo da Igreja Católica: "1385. Para responder a este convite, devemos *preparar-nos* para este momento tão grande e tão santo. São Paulo exorta a um exame de consciência: Todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor indignamente, será réu do Corpo e do sangue do senhor. Por conseguinte, que cada um examine a si mesmo antes de comer desse pão e beber desse cálice, pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo, come e bebe a própria condenação (1Cor 11, 27-29). Quem está consciente de um pecado grave deve receber o sacramento da reconciliação antes de receber a comunhão.

1457. Conforme o mandamento da Igreja, Todo fiel, depois de ter chegado à idade da discrição, é obrigado a confessar fielmente seus pecados graves, pelo menos uma vez por ano.. Aquele que tem consciência de ter cometido um pecado mortal não deve receber a Sagrada Comunhão, mesmo que esteja profundamente contrito, sem receber previamente a absolvição sacramental, a menos que tenha um motivo grave para comungar e lhe seja impossível chegar a um confessor. As crianças devem confessar-se antes de receber a Primeira Eucaristia".

Nota:318

Catecismo da Igreja Católica: "1484. A confissão individual e integral seguida da absolvição continua sendo o único modo ordinário pelo qual os fiéis se reconciliam com Deus e com a Igreja, salvo se uma impossibilidade física ou moral dispensar desta confissão. Há razões profundas para isso. Cristo age em cada um dos sacramentos. Dirige-se pessoalmente a cada um dos pecadores: Filho, os teus pecados estão perdoados (Mc 2,5); ele é o médico que se debruça sobre cada um dos doentes que têm necessidade dele para curá-los; ele os soergue e reintegra na comunhão fraterna. A confissão pessoal é pois a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a igreja.

1497. A confissão individual e integral dos pecados graves, seguida da absolvição, continua sendo o único meio ordinário de reconciliação com Deus e com a Igreja".

Nota:319

Cf. **Lc 19,6**: "Ele desceu rapidamente, e recebeu Jesus com alegria".

Lc 18,15-17: "Alguns levaram criancinhas para que Jesus tocasse nelas. Vendo isso, os discípulos os repreendiam. Jesus, porém, chamou os discípulos, e disse: Deixem as crianças vir a mim. Não lhes proíbam, porque o Reino de Deus pertence a elas. Eu garanto a vocês: quem não receber como criança o Reino de Deus, nunca entrará nele".

Jo 13,20-22: "Eu garanto a vocês: quem recebe aquele que eu envio, está recebendo a mim e quem me recebe, está recebendo aquele que me enviou. Depois de dizer essas coisas, Jesus ficou profundamente comovido e disse com toda a clareza: Eu garanto que um de vocês vai me trair. Desconcertados, os discípulos olhavam uns para os outros, pois não sabiam de quem Jesus estava falando".

Nota:320

CR 113: "Pois, por tudo o que vimos anteriormente, na Catequese realiza-se uma interação (=um relacionamento mútuo e eficaz) entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da Tradição. De um lado, a experiência da vida levanta perguntasção das respostas a essas perguntas. De um lado, a fé propõe a mensagem de Deus e convida a uma comunhão com ele, que ultrapassa a busca e as

expectativas humanas; de outro, a experiência humana é questionada e estimulada a abrir-se para esse horizonte mais amplo".

Nota:321

Animação da Vida Litúrgica, doc. CNBB n. 43: "83. Nosso corpo, sensível e dócil ao movimento, é uma fonte inesgotável de expressão. Por isso, na liturgia têm importância os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança".

Nota:322

FC 52: "A medida que a família cristã acolhe o Evangelho e amadurece na fé, torna-se comunidade evangelizadora. Escutemos de novo Paulo VI: "A família, como a Igreja, deve ser um lugar onde se transmite o Evangelho e donde o Evangelho irradia. Portanto, no interior de uma família consciente desta missão, todos os componentes evangelizam e são evangelizados. Os pais não só comunicam aos filhos o Evangelho, mas podem também receber deles o mesmo Evangelho profundamente vivido. Uma tal família torna-se, então, evangelizadora de muitas outras famílias e do ambiente no qual está inserida".

Como repetiu o Sínodo, retomando o meu apelo lançado em Puebla, a futura evangelização depende em grande parte da Igreja doméstica. Esta missão apostólica da família tem as suas raízes no batismo e recebe da graça sacramental do matrimônio uma nova força para transmitir a fé, para santificar e transformar a sociedade atual segundo o desígnio de Deus.

A família cristã, sobretudo hoje, tem uma especial vocação para ser testemunha da aliança pascal de Cristo, mediante a irradiação constante da alegria do amor e da certeza da esperança, da qual deve tornar-se reflexo: "A família cristã proclama em alta voz as virtudes presentes do Reino de Deus e a esperança na vida bem-aventurada.

A absoluta necessidade da catequese familiar surge com singular vigor em determinadas situações que infelizmente a Igreja experimenta em diversos lugares: 'Onde uma legislação anti-religiosa pretende impedir até a educação na fé, onde uma incredulidade difundida ou um secularismo invasor tornam praticamente impossível um verdadeiro crescimento religioso, aquela que poderia ser chamada 'Igreja doméstica' fica como único ambiente, no qual crianças e jovens podem receber uma autêntica catequese'".

Nota:323

EA 41: "A paróquia é um lugar privilegiado onde os fiéis podem fazer a experiência concreta da Igreja. Hoje em dia, tanto na América como em outras partes do mundo, a paróquia atravessa por vezes algumas dificuldades no desempenho da própria missão. Ela precisa de uma contínua renovação a partir do princípio fundamental de que "a paróquia deve continuar a ser acima de tudo comunidade eucarística". Esse princípio implica que "as paróquias são chamadas a ser acolhedoras e solidárias, lugar da iniciação cristã, da educação e da celebração da fé, abertas à variedade de carismas, serviços e ministérios, organizadas comunitária e responsavelmente, capazes de comprometer os movimentos de apostolado já atuantes, atentas às distintas culturas dos habitantes, abertas aos projetos pastorais e supraparoquiais e às realidades circunstantes".

Merecem uma especial atenção, pela sua problemática específica, as paróquias nos grandes aglomerados urbanos, onde as dificuldades são tão grandes que as normais estruturas pastorais vem a ser inadequadas e as possibilidades de ação apostólica notavelmente reduzidas. Contudo, a instituição paroquial conserva a sua importância e deve ser mantida. Para alcançar este objetivo, ocorre "continuar na procura dos meios com os quais a paróquia e as suas estruturas pastorais se tornem mais eficazes nas zonas urbanas". Um meio de renovação paroquial, particularmente urgente nas paróquias das grandes cidades, pode ser encontrado talvez considerando a paróquia como comunidade de comunidades e de movimentos. Por isso, é oportuno a formação de comunidades e de grupos eclesiais de tal dimensão, que permitam estabelecer verdadeiras relações humanas. Isso permitirá viver mais intensamente a comunhão, preocupando-se em cultivá-la não somente "ad intra", mas também com a comunidade paroquial à qual pertencem tais grupos, e com toda a Igreja diocesana e universal. Dessa forma será mais fácil, no âmbito deste contexto humano, reunir-se na escuta da Palavra de Deus, para refletir, à sua luz, sobre os vários problemas humanos e concluir opções responsáveis inspiradas no amor universal de Cristo. A instituição paroquial assim renovada "pode suscitar uma grande esperança. Pode formar comunitariamente as pessoas, oferecer ajuda à vida familiar, superar a condição de anonimato, acolher as pessoas e ajudá-las a inserir-se no âmbito local e da sociedade". Deste modo, hoje cada paróquia, especialmente as sediadas nas cidades, poderá promover uma evangelização mais pessoal, e, ao mesmo tempo, aumentar as relações positivas com os outros agentes sociais, educacionais e comunitários.

Além disso, 'este tipo de paróquia renovada requer uma figura de pastor que, sobretudo, cultive uma profunda experiência de Cristo vivo, com espírito missionário, coração paterno, que seja animador da vida espiritual e evangelizador, capaz de promover a participação. A paróquia renovada necessita da colaboração dos leigos, de um animador da atividade pastoral e da capacidade do pastor de trabalhar com os demais. As paróquias na América se devem notar pelo espírito missionário, que as levem a estender a própria ação fora dos próprios limites'".

Nota:324

cf. **JOÃO PAULO II**, Discurso no Encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades, 30.05.1998, in LOsservatore Romano, 06.06.1998, p.1. Os movimentos sigam também as orientações do episcopado brasileiro; confira, em particular, *Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica*, doc. CNBB, n. 53. Cf. também *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*, item 315.

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 315: "Prestemos, ainda, atenção particular a um fato que o Papa João Paulo II reconheceu recentemente como um dos frutos mais significativos daquela primavera da Igreja já prenunciada pelo Concílio Vaticano II. Trata-se dos Movimentos Eclesiais, que o Papa descreve como novas formas de vida comunitária, que são expressão de uma multiforme variedade de carismas, métodos educativos, modalidades e finalidades apostólicas e que se caracterizam como uma realidade eclesial de participação prevalentemente laical, um itinerário de fé e de testemunho cristão que funda seu próprio método pedagógico sobre um carisma preciso, dado à pessoa do fundador em circunstâncias e modos determinados. Esses movimentos, cujos fundadores são muitas vezes leigos ou leigas, e onde há uma integração efetiva de leigos, religiosos e ministros ordenados, realizam sua missão não se distanciando, mas se inserindo na pastoral de conjunto da Igreja local. Pois não há missão sem comunhão e a missão tem, como sujeito principal, a Igreja Particular. Por outro lado, os Movimentos podem enriquecer a Igreja Particular de

novos carismas e, especialmente, de uma nova capacidade de estar presente no coração da sociedade e de evangelizar".

Nota:325

1Cor 12,11: "Mas é o único e mesmo Espírito quem realiza tudo isso, distribuindo os seus dons a cada um, conforme ele quer".

Nota:326

LG 12: "O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis ungidos pelos Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, desde os bispos até o último fiel leigo, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) transmitida aos fiéis de uma vez por todas (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)".

Nota:327

EN 75: "Nunca será possível haver evangelização sem a ação do Espírito Santo. Sobre Jesus de Nazaré, esse Espírito desceu no momento do batismo, ao mesmo tempo que a voz do Pai - "Este é o meu Filho no qual ponho as minhas complacências" - manifestava de maneira sensível a eleição e a missão do mesmo Jesus.

Depois, foi "conduzido pelo Espírito" que ele viveu no deserto o combate decisivo e superou a última prova antes de começar essa sua missão. Foi "com a potência do Espírito", ainda, que Jesus voltou para a Galiléia e inaugurou a sua pregação, aplicando a si próprio a passagem de Isaías, "o Espírito do Senhor está sobre mim". "Cumpriu-se hoje - acrescentou ele - esta passagem da Escritura". E aos discípulos que estava prestes a enviar, disse soprando ao mesmo tempo sobre eles: "Recebei o Espírito Santo".

Realmente, não foi senão depois da vinda do Espírito Santo, no dia do Pentecostes, que os apóstolos partiram para todas as partes do mundo a fim de começarem a grande obra da evangelização da Igreja; e Pedro explica o acontecimento como sendo a realização da profecia de Joel: "Eu efundirei o meu Espírito". E o mesmo Pedro é cheio do Espírito Santo para falar ao povo acerca de Jesus Filho de Deus. Mais tarde, Paulo, também ele é cheio do Espírito Santo antes de se entregar ao seu ministério apostólico, e do mesmo modo Estevão, quando foi escolhido para a diaconia e algum tempo depois para o testemunho do martírio. O Espírito que impele Pedro, Paulo, ou os doze a falarem inspira-lhes as palavras que eles devem proferir e desce também "sobre todos os que ouviam a sua palavra".

Repleta do "conforto do Espírito Santo", a Igreja "ia crescendo". Ele é a alma desta mesma Igreja. É ele que faz com que os fiéis possam entender os ensinamentos de Jesus e o seu mistério. Ele é aquele que, hoje ainda, como nos inícios da Igreja, age em cada um dos evangelizadores que se deixa possuir e conduzir por ele, e põe na sua boca as palavras que ele sozinho não poderia encontrar, ao mesmo tempo que predispõe a alma daqueles que escutam a fim de a tornar aberta e acolhedora para a Boa Nova e para o reino anunciado.

As técnicas da evangelização são boas, obviamente; mas, ainda as mais aperfeiçoadas não poderiam substituir a ação discreta do Espírito Santo. A preparação mais apurada do evangelizador nada faz sem ele. De igual modo, a dialética mais convincente, sem ele, permanece impotente em relação ao espírito dos homens. E, ainda, os mais bem elaborados esquemas com base sociológica e psicológica, sem ele, em breve se demonstram desprovidos de valor.

Nós vivemos na Igreja um momento privilegiado do Espírito. Procura-se por toda parte conhecê-lo melhor, tal como a Escritura o revela. De bom grado as pessoas se colocam sob a sua moção. Fazem-se assembléias em torno dele. Aspira-se, enfim, a deixar-se conduzir por ele. É um fato que o Espírito de Deus tem um lugar eminente em toda a vida da Igreja; mas, é na missão evangelizadora da mesma Igreja que ele mais age. Não foi por puro acaso que a grande renovada para a evangelização sucedeu na manhã do Pentecostes, sob a inspiração do Espírito.

Pode-se dizer que o Espírito Santo é o agente principal da evangelização: é ele, efetivamente que impele para anunciar o Evangelho, como é ele que nos mais íntimo das consciências leva a aceitar a Palavra da salvação. Mas pode-se dizer igualmente que ele é o termo da evangelização: de fato, somente ele suscita a nova criação, a humanidade nova que a evangelização há de ter como objetivo, com a unidade na variedade que a mesma evangelização intenta promover na comunidade cristã. Através dele, do Espírito Santo, o Evangelho penetra no coração do mundo, porque é ele que faz discernir os sinais dos tempos - os sinais de Deus - que a evangelização descobre e valoriza no interior da história.

O Sínodo dos Bispos de 1974, que insistiu muito sobre a importância do Espírito Santo na evangelização, exprimiu também o voto de que Pastores e teólogos - e nós acrescentaremos ainda os fiéis marcados com o selo do Espírito pelo batismo - estudem melhor a natureza e os modos da ação do Espírito Santo na evangelização, em nossos dias. Fazemos nosso também este voto, ao mesmo tempo que exortamos os evangelizadores, sejam eles quem forem, a pedir sem cessar ao Espírito Santo fé e fervor, bem como a se deixarem prudentemente guiar por ele, qual inspirador decisivo dos seus planos, das suas iniciativas e da sua atividade evangelizadora".

Nota:328

LG 9: “Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.
Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.
Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. “Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão” (Jr 31,31-34).
Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11,25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1,23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3,5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2,9-10).
Cristo é a cabeça desse povo messiânico. “Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4,25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13,34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3,4) e a “libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus” (Rm 8,21).
É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5,13-16), enviando-o a todo o universo.
Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de Igreja de Deus (cf. Esd 13,1; Nm 20,4; Dt 23,1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13,14), pode ser chamado Igreja de Cristo (cf. Mt 16,18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20,28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu como Igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz. A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.
A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem ocaso da ressurreição”.

Nota:329

Ef 4,11-13: “Foi ele quem estabeleceu alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas e outros como pastores e mestres. Assim, ele preparou os cristãos para o trabalho do ministério que constrói o Corpo de Cristo. A meta é que todos juntos nos encontremos unidos na mesma fé e no conhecimento do Filho de Deus, para chegarmos a ser o homem perfeito que, na maturidade do seu desenvolvimento, é a plenitude de Cristo”.

Nota:330

EN 60: “O fato de a Igreja ser enviada e mandada para a evangelização do mundo, é uma observação que deveria despertar em nós uma dupla convicção.
A primeira é a seguinte: evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial. Assim, quando o mais obscuro dos pregadores, dos catequistas ou dos pastores, no rincão mais remoto, prega o Evangelho, reúne a sua pequena comunidade, ou administra um sacramento, mesmo sozinho, ele realiza um ato de Igreja e o seu gesto está certamente conexo, por relações institucionais, como também por vínculos invisíveis e por raízes recônditas da ordem da graça, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Isto pressupõe, porém, que ele age, não por uma missão pessoal que se atribuísse a si próprio, ou por uma inspiração pessoal, mas em união com a missão da Igreja e em nome da mesma.
Daí a segunda convicção: se cada um evangeliza em nome da Igreja, o que ela mesma faz em virtude de um mandato do Senhor, nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua ação evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios e perspectivas individualistas tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus Pastores.
A Igreja é ela toda inteiramente evangelizadora, como frisamos acima. Ora isso quer dizer que, para o conjunto do mundo e para cada parcela do mundo onde ela se encontra, a Igreja se sente responsável pela missão de difundir o Evangelho”.

Nota:331

DGAP: “289. Podemos indicar os seguintes princípios que devem orientar o processo de articulação: 1) o da variedade-complementariedade; 2) o da autonomia, 3) o da subsidiariedade e 4) o da participação responsável.
290. a) A articulação pastoral decorre da própria natureza da Igreja-comunhão. Ensina João Paulo II: A Comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como comunhão orgânica, análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de fato, caracteriza-se pela presença simultânea da *diversidade e da complementariedade* das vocações e condições de vida, dos ministé rios, carismas e responsabilidades.
291. b) Pelo princípio da *autonomia,* todos os membros da Igreja, individualmente ou associados, têm o dever e o direito de cultivar, por si mesmos, os próprios carismas, a própria iden tidade eclesial e a própria espiritualidade, para o enriquecimento da Igreja. Conseqüentemente, a articulação pastoral, longe de nivelar os carismas eclesiais, deve visar ao seu pleno desenvolvimento na comunhão orgânica da Igreja.

292. c) Pelo princípio da *subsidiariedade,* deve ser dado a cada pessoa, à pequena comunidade, à paróquia, maior autonomia possível, em tudo o que cada uma delas é capaz de fazer. Em virtude deste princípio, a articulação pastoral deverá ajudar a estabelecer uma melhor distribuição de tarefas entre os diversos agentes e organismos, definindo as atribuições de cada um. Cone xo com o princípio da subsidiariedade está o princípio da descentralização.

293. d) Pelo princípio da *participação responsável,* a articulação deve envolver o maior número possível de interessados, seja na reflexão, seja na decisão, seja na execução, seja na avaliação. A participação não suprime as responsabilidades específicas e nem as nivela. É fundamental ter claro e definir com nitidez, dentro de um grande processo participativo, as competências, de acordo com a natureza das decisões.

294. Decorrente da comunhão orgânica da Igreja, a articulação não significa imposição rígida de esquemas fixos para todos. É, antes, a efetiva comunicação entre agentes e instâncias da evangelização e da pastoral, através de intercâmbio de experiências, melhor distribuição de tarefas em que haja espaço para o pluralismo, sem que um destrua o trabalho do outro, mas o complemente."

DGAE 298: "Seguindo as Diretrizes anteriores, reafirmamos como úteis para a articulação os seguintes princípios:

a) o da *variedade-complementariedade* das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades, como num corpo vivo, onde se realiza a comunhão orgânica entre seus membros;

b) o da *autonomia*, que garante a cada um dos membros do corpo eclesial o direito a cultivar a própria identidade e o próprio carisma, evitando todo nivelamento;

c) o da *subsidiariedade*, que atribui às pessoas e às comunidades intermédias a maior autonomia possível, em tudo o que elas podem fazer, sem recurso a níveis superiores a não ser quando necessário. A aplicação deste princípio exige a descentralização da organização e, em muitos casos, uma redistribuição de tarefas e responsabilidades;

d) o da *participação responsável,* que visa a envolver o maior número possível de interessados na reflexão, decisão, execução e avaliação. Ao mesmo tempo, a participação exige uma definição clara das competências e responsabilidades".

Nota:332

CfL 20: "A comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como uma comunhão orgânica, análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de fato, caracteriza-se pela presença simultânea da diversidade e da complementaridade das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades. Graças a essa diversidade e complementaridade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo o corpo e dá-lhe o seu próprio contributo.

Sobre a comunhão orgânica do Corpo místico de Cristo insiste com muita ênfase o apóstolo Paulo, cuja doutrina tão rica podemos reencontrar na síntese que o Concílio esboçou: Jesus Cristo lemos na Constituição Lumen gentium , comunicando o seu Espírito, fez dos seus irmãos, chamados de entre todos os povos, como que o seu Corpo místico. Nesse corpo a vida de Cristo difunde-se nos crentes... Como todos os membros do corpo humano, apesar de serem muitos, formam no entanto um só corpo, assim também os fiéis em Cristo (cf. 1Cor 12, 12). Também na edificação do Corpo de Cristo existe diversidade de membros e de funções. É um mesmo Espírito que distribui os seus vários dons segundo a sua riqueza da Igreja (cf. 1Cor 12,1-11). Entre estes dons, sobressai a graça dos apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito submete também os carismáticos (cf. 1Cor 14). O mesmo Espírito, unificando o corpo por si e pela sua força e pela conexão interna dos membros, produz e promove a caridade entre os fiéis. Daí que, se algum membro padece, todos os membros sofrem juntamente (cf. 1Cor 12,26).

É sempre o único e idêntico Espírito o princípio dinâmico da variedade e da unicidade na e da Igreja. Lemos de novo na Constituição Lumen gentium: E para que sem cessar nos renovemos nele (Cristo) (cf. Ef 4,23), deu-nos do seu Espírito, o qual, sendo um e o mesmo na cabeça e nos membros, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os Santos Padres compararem a sua ação à que o princípio vital, ou alma, desempenha no corpo humano. E numa outra passagem, particularmente densa e preciosa para podermos compreender a organicidade própria da comunhão eclesial, também no seu aspecto de constante crescimento para a comunhão perfeita, o Concílio escreve: O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1Cor 3,16; 6,19) e dentro deles ora e dá testemunho da adoção de filhos (cf. Gl 4,6; Rm 8,15-16.26). A Igreja, que ele conduz à verdade total (cf. Jo 16,13) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos (cf. Ef 4,11-12; 1Cor 12,4; Gl 5,22). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à união perfeita com o seu Esposo. Porque o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem! (cf. Ap 22,17).

A comunhão eclesial é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos são chamados a acolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com profundo sentido de responsabilidade. Isso é concretamente realizado através da sua participação na vida e na missão da Igreja, a cujo serviço os fiéis leigos colocam os seus variados e complementares ministérios e carismas.

O fiel leigo não pode nunca fechar-se em si mesmo, isolando-se espiritualmente da comunidade, mas deve viver num contínuo intercâmbio com os outros, com um vivo sentido de fraternidade, na alegria de uma igual dignidade e no empenho em fazer frutificar ao mesmo tempo o imenso tesouro recebido em herança. O Espírito do Senhor dá-lhe, como aos outros, múltiplos carismas, convida-o a diferentes ministérios e funções, recorda-lhe, como também recorda aos outros em relação a ele, que tudo o que o distingue não é um suplemento de dignidade, mas uma especial e complementar habilitação para o serviço... Deste modo os carismas, os ministérios, as funções e os serviços do fiel leigo existem na comunhão e para a comunhão. São riquezas complementares em favor de todos, sob a sábia orientação dos pastores".

Nota:333

DSD: "98. Incrementar a vivência da Igreja-comunhão, que nos leve à co-responsabilidade na ação da Igreja. Fomentar a participação dos leigos nos Conselhos Pastorais, nos diversos níveis da estrutura eclesial. Evitar que os leigos reduzam sua ação ao âmbito intra-eclesial, impulsionando-os a penetrar os ambientes socioculturais e a serem eles os protagonistas da transformação da sociedade à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja.

Promover os conselhos de leigos, em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade e da organização do laicato. Estes conselhos de leigos também são espaços de formação e podem estabelecer-se em cada diocese na Igreja de cada país e abarcar tanto os movimentos de apostolado como os leigos que, estando comprometidos com a Evangelização, não estão integrados em grupos apostólicos".

Nota:334

cf. *Ano Missionário,* 118.

Nota:335

LG 10: "Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade".

CD 28: "Todos os sacerdotes, diocesanos e religiosos, juntamente com o bispo, participam do mesmo sacerdócio de Cristo, que exercem, devendo, por isso agir como dedicados cooperadores da ordem episcopal. Na cura das almas, os sacerdotes diocesanos ocupam o primeiro lugar. Encardinados e inseridos na igreja particular, consagram-se inteiramente ao pastoreio dessa parte do rebanho do Senhor. Formam um presbitério único e uma família de que o bispo é o pai. Para que o bispo possa distribuir os ministérios sagrados entre os sacerdotes, com eqüidade e da melhor forma possível, deve ser livre de conferir cargos e benefícios, ficando supressos todos os direitos e privilégios que prejudiquem essa liberdade.

As relações entre o bispo e os sacerdotes diocesanos devem se basear principalmente nos vínculos da caridade sobrenatural, de sorte que a união de vontades entre os sacerdotes e o bispo produza os melhores frutos pastorais. Para estimular sempre mais o serviço das almas, o bispo promova reuniões freqüentes com os sacerdotes, em torno de assuntos pastorais, e, quanto possível, em datas fixas.

Que os sacerdotes diocesanos, unidos uns aos outros, sintam-se motivados pelo bem espiritual de toda a diocese. Lembrem-se de que os bens materiais que adquirem em razão de sua função estão ligados ao ministério sagrado e, por isso, de acordo com as disposições episcopais, não hesitem em vir com liberalidade em socorro das necessidades diocesanas".

Nota:336

LG 10: "O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15)".

Nota:337

EA 44: "'A doutrina do Concílio Vaticano II sobre a unidade da Igreja, como Povo de Deus reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, destaca que são comuns à dignidade de todos os batizados a imitação e o seguimento de Cristo, a comunhão recíproca e o mandato missionário". É necessário, portanto, que os fiéis leigos se conscientizem de sua dignidade de batizados. Por seu lado, os Pastores tenham profunda estima "do testemunho e da ação evangelizadora dos leigos que, inseridos no Povo de Deus com espiritualidade de comunhão, conduzem os irmãos ao encontro com Jesus Cristo vivo. A renovação da Igreja na América não será possível sem a presença ativa dos leigos. Por isso, lhes compete, em grande parte, a responsabilidade do futuro da Igreja".

Duplo é o âmbito em que se realiza a vocação dos fiéis leigos. O primeiro, e mais condizente com o seu estado laical, é o das realidades temporais, que são chamados a ordenar conforme a vontade de Deus. "De fato, com seu peculiar modo de agir, o Evangelho é levado dentro das estruturas do mundo e, agindo em toda parte santamente, consagram a Deus o próprio mundo". Graças aos fiéis leigos, "a presença e a missão da Igreja no mundo se realiza, de modo especial, na variedade dos carismas e ministérios que possui o laicato. A secularidade é a nota característica e própria do leigo e da sua espiritualidade, que o leva a agir nos vários âmbitos da vida familiar, social, profissional, cultural e política, em vista da sua evangelização. Num Continente em que convivem a competição e a agressividade, o consumo desenfreado e a corrupção, os leigos são chamados a encarnar valores profundamente evangélicos como a misericórdia, o perdão, a honestidade, a transparência de coração e a paciência nas situações difíceis. Dos leigos espera-se uma grande força criadora em gestos e obras que manifestem uma vida coerente com o Evangelho".

A América necessita de cristãos leigos em grau de assumir cargos de dirigentes na sociedade. É urgente formar homens e mulheres capazes de influir, segundo a própria vocação, na vida pública, orientando-a para o bem comum. No exercício da política, considerada no seu sentido mais nobre e autêntico de administração do bem comum, aqueles podem encontrar o caminho da própria santificação. Em vista disso, é necessário que sejam formados quer nos princípios e nos valores da doutrina social da Igreja, quer nas noções fundamentais da teologia do laicato. O conhecimento mais profundo dos princípios éticos e dos valores morais cristãos lhes permitirá tornar-se paladinos no seu ambiente, proclamando-os inclusive em relação à assim chamada "neutralidade do Estado".

Um segundo âmbito no qual muitos fiéis leigos são chamados a trabalhar é aquele que se poderia definir "intra-eclesial". São muitos os leigos na América que nutrem a legítima aspiração de contribuir com os seus talentos e carismas "na construção da comunidade eclesial, como delegados da Palavra, catequistas, visitadores de enfermos ou de detentos, animadores de grupos etc.". Os Padres Sinodais fizeram votos de que a Igreja reconheça algumas dessas tarefas como ministérios laicais, baseados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação, ressalvada porém a especificidade própria dos ministérios do Sacramento da Ordem. Trata-se de um tema vasto e complexo para cujo estudo, já há algum tempo, constitui uma específica Comissão, e sobre o qual os Organismos da Santa Sé têm vindo aos poucos oferecendo algumas diretrizes. É necessário promover a profícua colaboração dos fiéis leigos, homens e mulheres, bem preparados nas diversas atividades dentro da

Igreja, evitando, contudo, que haja confusão com os ministérios ordenados e com as ações próprias do sacramento da Ordem, para distinguir claramente o sacerdócio comum dos fiéis daquele ministerial.
A esse propósito, os Padres Sinodais sugeriram que as tarefas confiadas aos leigos sejam bem "diferenciadas das que constituem etapas em direção ao ministério ordenado", e que os candidatos ao sacerdócio recebem antes do Presbiterado. Foi também observado que tais tarefas laicais "não devem ser conferidas a não ser a pessoas, homens ou mulheres, que receberam a formação requerida, segundo critérios precisos: uma certa constância, uma disponibilidade real em relação a um determinado grupo de pessoas, a obrigação de prestar contas ao próprio Pastor". De qualquer forma, mesmo devendo-se estimular o apostolado intra-eclesial, é preciso que este coexista com a atividade própria dos leigos, em que eles não podem ser substituídos pelos sacerdotes, isto é, o campo das realidades temporais".

Nota:338

EA 44: "'A doutrina do Concílio Vaticano II sobre a unidade da Igreja, como Povo de Deus reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, destaca que são comuns à dignidade de todos os batizados a imitação e o seguimento de Cristo, a comunhão recíproca e o mandato missionário'. É necessário, portanto, que os fiéis leigos se conscientizem de sua dignidade de batizados. Por seu lado, os Pastores tenham profunda estima "do testemunho e da ação evangelizadora dos leigos que, inseridos no Povo de Deus com espiritualidade de comunhão, conduzem os irmãos ao encontro com Jesus Cristo vivo. A renovação da Igreja na América não será possível sem a presença ativa dos leigos. Por isso, lhes compete, em grande parte, a responsabilidade do futuro da Igreja".
Duplo é o âmbito em que se realiza a vocação dos fiéis leigos. O primeiro, e mais condizente com o seu estado laical, é o das realidades temporais, que são chamados a ordenar conforme a vontade de Deus. "De fato, com seu peculiar modo de agir, o Evangelho é levado dentro das estruturas do mundo e, agindo em toda parte santamente, consagram a Deus o próprio mundo". Graças aos fiéis leigos, "a presença e a missão da Igreja no mundo se realiza, de modo especial, na variedade dos carismas e ministérios que possui o laicato. A secularidade é a nota característica e própria do leigo e da sua espiritualidade, que o leva a agir nos vários âmbitos da vida familiar, social, profissional, cultural e política, em vista da sua evangelização. Num Continente em que convivem a competição e a agressividade, o consumo desenfreado e a corrupção, os leigos são chamados a encarnar valores profundamente evangélicos como a misericórdia, o perdão, a honestidade, a transparência de coração e a paciência nas situações difíceis. Dos leigos espera-se uma grande força criadora em gestos e obras que manifestem uma vida coerente com o Evangelho".
A América necessita de cristãos leigos em grau de assumir cargos de dirigentes na sociedade. É urgente formar homens e mulheres capazes de influir, segundo a própria vocação, na vida pública, orientando-a para o bem comum. No exercício da política, considerada no seu sentido mais nobre e autêntico de administração do bem comum, aqueles podem encontrar o caminho da própria santificação. Em vista disso, é necessário que sejam formados quer nos princípios e nos valores da doutrina social da Igreja, quer nas noções fundamentais da teologia do laicato. O conhecimento mais profundo dos princípios éticos e dos valores morais cristãos lhes permitirá tornar-se paladinos no seu ambiente, proclamando-os inclusive em relação à assim chamada "neutralidade do Estado".
Um segundo âmbito no qual muitos fiéis leigos são chamados a trabalhar é aquele que se poderia definir "intra-eclesial". São muitos os leigos na América que nutrem a legítima aspiração de contribuir com os seus talentos e carismas "na construção da comunidade eclesial, como delegados da Palavra, catequistas, visitadores de enfermos ou de detentos, animadores de grupos etc.". Os Padres Sinodais fizeram votos de que a Igreja reconheça algumas dessas tarefas como ministérios laicais, baseados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação, ressalvada porém a especificidade própria dos ministérios do Sacramento da Ordem. Trata-se de um tema vasto e complexo para cujo estudo, já há algum tempo, constitui uma específica Comissão, e sobre o qual os Organismos da Santa Sé têm vindo aos poucos oferecendo algumas diretrizes. É necessário promover a profícua colaboração dos fiéis leigos, homens e mulheres, bem preparados nas diversas atividades dentro da Igreja, evitando, contudo, que haja confusão com os ministérios ordenados e com as ações próprias do sacramento da Ordem, para distinguir claramente o sacerdócio comum dos fiéis daquele ministerial.
A esse propósito, os Padres Sinodais sugeriram que as tarefas confiadas aos leigos sejam bem "diferenciadas das que constituem etapas em direção ao ministério ordenado", e que os candidatos ao sacerdócio recebem antes do Presbiterado. Foi também observado que tais tarefas laicais "não devem ser conferidas a não ser a pessoas, homens ou mulheres, que receberam a formação requerida, segundo critérios precisos: uma certa constância, uma disponibilidade real em relação a um determinado grupo de pessoas, a obrigação de prestar contas ao próprio Pastor". De qualquer forma, mesmo devendo-se estimular o apostolado intra-eclesial, é preciso que este coexista com a atividade própria dos leigos, em que eles não podem ser substituídos pelos sacerdotes, isto é, o campo das realidades temporais".

Nota:339

cf. *propositio* 55 do Sínodo para a América, que cita LG 34.
LG 34: "Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito.
Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.
Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus".

Nota:340

cf. EA 44b, que cita a propositio 55 do Sínodo. Já Paulo VI escrevera na Evangelii Nuntiandi, 70: "A primeira e imediata tarefa (dos leigos)... é ... pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo

mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos mass media e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento".

Nota:341

EA 44c: "A América necessita de cristãos leigos em grau de assumir cargos de dirigentes na sociedade. É urgente formar homens e mulheres capazes de influir, segundo a própria vocação, na vida pública, orientando-a para o bem comum. No exercício da política, considerada no seu sentido mais nobre e autêntico de administração do bem comum, aqueles podem encontrar o caminho da própria santificação. Em vista disso, é necessário que sejam formados quer nos princípios e nos valores da doutrina social da Igreja, quer nas noções fundamentais da teologia do laicato. O conhecimento mais profundo dos princípios éticos e dos valores morais cristãos lhes permitirá tornar-se paladinos no seu ambiente, proclamando-os inclusive em relação à assim chamada 'neutralidade do Estado'".

Nota:342

EA 44d: "Um segundo âmbito no qual muitos fiéis leigos são chamados a trabalhar é aquele que se poderia definir "intra-eclesial". São muitos os leigos na América que nutrem a legítima aspiração de contribuir com os seus talentos e carismas "na construção da comunidade eclesial, como delegados da Palavra, catequistas, visitadores de enfermos ou de detentos, animadores de grupos etc.". Os Padres Sinodais fizeram votos de que a Igreja reconheça algumas dessas tarefas como ministérios laicais, baseados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação, ressalvada porém a especificidade própria dos ministérios do Sacramento da Ordem. Trata-se de um tema vasto e complexo para cujo estudo, já há algum tempo, constitui uma específica Comissão, e sobre o qual os Organismos da Santa Sé têm vindo aos poucos oferecendo algumas diretrizes. É necessário promover a profícua colaboração dos fiéis leigos, homens e mulheres, bem preparados nas diversas atividades dentro da Igreja, evitando, contudo, que haja confusão com os ministérios ordenados e com as ações próprias do sacramento da Ordem, para distinguir claramente o sacerdócio comum dos fiéis daquele ministerial".

Nota:343

cf. Estudos da CNBB, 77, Missão e ministérios dos leigos e leigas cristãos (1998), especialmente nn. 77-83; cf. Doc. da CNBB, n. 62, Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas (1999).

Nota:344

O Concílio Vaticano II descreveu a amplitude da vocação dos leigos através da referência teológica às funções profética, sacerdotal e real (cf. LG 34-36), como explicamos em nosso documento *Missão e Ministérios dos Cristãos leigos e Leigas*, nn. 72-77.

LG: "**34.** Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito.

Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.

Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus.

35. Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e instrui com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal (Ef 6, 12).

Os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram o novo céu e a nova terra (cf. Ap 21, 1). Da mesma forma, os leigos anunciam a fé nos bens que se esperam (cf. Hb 11, 1), quando unem, de maneira inseparável, a vida e a profissão de fé. Esta evangelização, o anúncio de Cristo pelo testemunho de vida que acompanha a manifestação da palavra, adquire uma eficácia especial e específica, pelo fato de se fazer nas condições comuns da vida no mundo.

A vida matrimonial e familiar, santificada pelo sacramento, tem um valor particular: é exercício e principal escola do apostolado leigo, enquanto a religião cristã nela praticada penetra toda a vida e a vai progressivamente transformando. Na família, os cônjuges são especialmente chamados a serem testemunhas da fé e do amor entre si e em relação aos filhos. A família cristã é chamada a proclamar, ao mesmo tempo, a força atual do reino de Deus e a esperança da vida eterna. Por seu testemunho e exemplo, denuncia o pecado do mundo e ilumina os que buscam a verdade.

Por conseguinte, os leigos podem e devem exercer uma ação valiosa para a evangelização do mundo, ocupando-se das coisas temporais. Na falta, porém, de ministros ou em regime de perseguição, podem ser chamados a suprir certas funções. Somente alguns se dedicam exclusivamente ao apostolado, mas todos devem contribuir para o aumento e o crescimento do reino de Cristo. Que todos pois se empenhem em aprofundar o conhecimento da verdade revelada e peçam com insistência a Deus o dom da sabedoria.

36. Cristo entrou na glória do reino fazendo-se obediente até a morte e sendo, por isso, exaltado pelo Pai (cf. Fl 2, 8s). Tudo lhe foi submetido, até que ele mesmo submeta ao Pai todas as coisas criadas, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 27s). Comunicou aos discípulos este seu poder para que tenham uma liberdade de reis e vençam em si mesmos o domínio do pecado, pela abnegação de si mesmos e por uma vida de santidade (cf. Rm 6, 12). Mas além disso, para que, servindo a Cristo nos outros, os discípulos encaminhem seus irmãos, pela humildade e pela paciência, ao rei, a quem servir é reinar. O Senhor deseja que também os

leigos contribuam para o aumento de seu reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz, em que a criatura é libertada da escravidão da morte, para a liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21). A promessa é grande, como é grande o mandamento dado aos discípulos: Tudo é de vocês, mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus (1Cor 3, 22ss).

Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho. Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã. Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja.

Unidos, os leigos devem procurar corrigir as condições de vida e as instituições do mundo que induzem ao pecado, para que se conformem com as normas da justiça e contribuam para a prática do bem, em lugar de dificultá-la. Agindo assim conferem à cultura e às atividades humanas um valor moral. Preparam o campo do mundo para melhor receber a semente da palavra divina e abrem as portas à Igreja, para que atue como anunciadora da paz.

Em benefício da própria salvação, os fiéis devem cuidadosamente aprender a distinguir entre seus direitos e deveres, como membros da Igreja e o que lhes compete como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar esses dois aspectos de sua vida, lembrando-se de que em todas as circunstâncias temporais precisam se deixar inspirar pela consciência cristã, pois nada foge ao domínio de Deus. Nos dias de hoje, é muito importante que se evidenciem no modo de agir dos fiéis tanto essa distinção quanto a harmonia, para que a Igreja, no cumprimento de sua missão, corresponda às necessidades do mundo atual. Assim como se reconhece que a sociedade terrena, voltada para o cuidado das coisas temporais, é regida por princípios próprios, deve-se rejeitar a doutrina infausta, que pretende construir a sociedade sem levar em conta a religião e que combate e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos.

Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas: "72. O Povo de Deus participa da função profética de Cristo pela difusão de seu testemunho vivo, sobretudo através de uma vida de fé e caridade, e pelo oferecimento a Deus do sacrifício de louvor, fruto de lábios que confessam o seu nome. Além disso, graças à unção do Espírito Santo, o conjunto dos fiéis (...) não pode enganar-se no ato de fé e manifesta esta sua peculiar propriedade mediante o senso sobrenatural da fé de todo o povo quando, desde os Bispos até os últimos fiéis leigos, apresenta um consenso universal sobre questões de fé e costumes. Por este senso da fé, suscitado e sustentado pelo Espírito da verdade, o Povo de Deus sob a direção do sagrado Magistério, a quem fielmente respeita não já recebe a palavra de homens, mas verdadeiramente a palavra de Deus; apega-se indefectivelmente à fé uma vez para sempre transmitida aos santos; e, com reto juízo, penetra-a mais profundamente e mais plenamente a aplica à vida. À função profética pertencem as várias modalidades de relação entre a comunidade dos fiéis e a palavra de Deus: sua acolhida na fé, sua vivência no amor, seu testemunho exterior, seu aprofundamento pela catequese e pela reflexão teológica, a denúncia em seu nome, o anúncio pela pregação, sua meditação na oração pessoal, sua celebração na liturgia comunitária. A pregação da palavra não foi confiada somente a alguns, mas a todos. A palavra cria e reúne constantemente a Igreja, despertando nela a fé e a obediência; e é da Igreja que a palavra deve sempre de novo sair para que ela ressoe em toda a terra. Aqueles que foram chamados pela palavra devem não só testemunhá-la, mas pregá-la, segundo o carisma próprio a cada um. Com efeito, todos ficaram repletos do Espírito Santo, e proclamavam com firmeza a palavra de Deus, realizando, assim, o desejo de Moisés e as promessas dos profetas: Oxalá todo o povo de Deus fosse profeta, dando-lhe Javé o seu Espírito!.

73. A participação no sacerdócio de Cristo faz da Igreja um povo sacerdotal. Há, com efeito, um único e indivisível sacerdócio: o de Jesus Cristo. Seu sacerdócio não é um sacerdócio ritual, nos moldes do Antigo Testamento. Jesus não pertencia à tribo sacerdotal de Levi, mas à de Judá: É bem conhecido, de fato, que nosso Senhor surgiu de Judá, tribo a respeito da qual Moisés nada diz quando trata dos sacerdotes; sua atividade se assemelhava mais à dos antigos profetas que à dos sacerdotes judeus; as esperanças messiânicas suscitadas por Sua pessoa e atividade são interpretadas mais na linha de um messianismo real do que de um messianismo sacerdotal; Ele morre fora do espaço sagrado da Cidade e do Templo... Seu sacerdócio segundo a Carta aos Hebreus é um sacerdócio existencial e consiste, fundamentalmente, na entrega de todo o seu ser e existência ao Pai, no Espírito, e aos irmãos e às irmãs, reconciliando-os com o Pai e entre si, realizando, assim, uma vez por todas, a perfeita e insuperável mediação entre Deus e os homens.

74. Aderindo a Cristo sacerdote por meio da fé, deixando-se purificar por seu sangue e santificar pela oferta do seu corpo, entrando no movimento do seu sacrifício, os cristãos se tornam capazes de dar a Deus um culto autêntico, que consiste na transformação de sua existência pela caridade divina. Por sua participação no único sacerdócio de Cristo, o Povo de Deus da Nova Aliança é conjuntamente sacerdotal. Com efeito, todos os cristãos são chamados a oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por meio de Jesus Cristo, a elevar incessantemente a Deus, por meio de Jesus Cristo, um sacrifício de louvor e a não se esquecer de fazer o bem e de praticar a mútua ajuda comunitária, pois estes são os sacrifícios que agradam a Deus; por isso, devem eles próprios apresentar-se a Deus em sacrifício vivo e santo que lhe seja agradável. A vocação dos cristãos não os leva a pôr sua confiança em ritos exteriores, mas a passar pelo sacrifício existencial de Cristo e valer-se, assim, de sua mediação sacerdotal. O Catecismo Tridentino explica esta realidade do sacerdócio comum dos fiéis num texto particularmente iluminante: No que diz respeito ao sacerdócio interior, todos os fiéis, após terem sido purificados pela água salutar, são chamados sacerdotes; sobretudo, porém, os justos, que têm o Espírito de Deus e que, pelo dom da graça de Deus, foram feitos membros vivos de Jesus Cristo Sumo Sacerdote. Estes, de fato, graças à fé, que se faz ardente pela caridade, imolam a Deus vítimas espirituais no altar do próprio coração; neste gênero, devem ser consideradas todas as ações boas e honestas, que se endereçam à glória de Deus. O sacerdócio comum é, pois, um sacerdócio comum a todos os fiéis, isto é, a todos os batizados enquanto professam e vivem a fé. Neste sentido, não é nenhum ministério, mas o culto

cristão existencial, que consiste na transformação da totalidade da vida por meio da caridade divina. É, portanto, a própria vida cristã, feita de fé, de esperança e de caridade. É a vivência, suscitada e sustentada pelo Espírito, da vocação universal à santidade, colocando-se a serviço de Deus e de seu Reino, como prosseguimento, na força do Espírito, da prática de Jesus!

75. função real é a expressão mais densa das múltiplas e complexas relações que se dão entre a Igreja e o Reino de Deus. Além de centro e resumo, a proclamação e a instauração do Reino de Deus são o objetivo da missão de Jesus: pois foi para isso que fui enviado. Em Jesus, o Reino de Deus está próximo e é já realidade presente. O Reino de Deus, na verdade, é um acontecimento que coincide com a pregação e o ministério de Jesus, sendo ele mesmo a Boa Notícia: através do anúncio e da práxis de Jesus, Deus mesmo intervém de maneira decisiva e definitiva na história humana. A vinda do Reino é reconhecível pela fé nos sinais que Jesus realiza: no sentar-se à mesa com os pecadores, nos milagres, nos exorcismos, na escolha dos Doze, no anúncio da Boa Nova aos pobres, no reconhecimento e valorização da dignidade das mulheres, nos gestos de salvação e libertação em favor dos pobres, humildes e pecadores. O Reino de Deus é, sem dúvida, um acontecimento que se manifesta no coração humano pois é interior a relação com Deus pela fé e pela conversão mas também se manifesta nas relações entre as pessoas e nas estruturas que lhes correspondem. No centro do acontecimento do Reino, está, de um lado, a autocomunicação de Deus que é Pai com o qual Jesus vive intimidade única, a ponto de chamá-lo Abbá-papai e, de outro, a sua predileção pelos pobres, pelos últimos, pelos pecadores. Esta experiência de Jesus tem conseqüências seja para a atitude religiosa do ser humano uma atitude filial de confiança, de simplicidade, de abandono total seja para a sua prática social, que descobre o outro sobretudo o último, o pequeno, o pobre, o inimigo, o estrangeiro como irmão. Por isso, o Reino diz respeito a todos: às pessoas, à sociedade, ao mundo inteiro; trabalhar pelo Reino significa reconhecer e favorecer o dinamismo divino que está presente na história humana e a transforma; construir o Reino quer dizer trabalhar para a libertação do mal, sob todas as formas; em resumo, o Reino de Deus é a manifestação e a atuação de seu desígnio de salvação, em toda a plenitude.

76. O próprio Jesus tanto em seu ministério terreno como em sua condição de ressuscitado enviou os discípulos a proclamarem o Reino de Deus. A Igreja que tem o Cristo morto e ressuscitado, por cabeça, a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus por condição, o mandamento novo de amar como o próprio Cristo nos amou por lei tem por meta o Reino de Deus. Este Reino, iniciado pelo próprio Deus na terra, deve estender-se mais e mais até que no fim dos tempos seja consumado por Ele próprio, quando aparecer Cristo, nossa vida. Então a própria criatura será libertada do cativeiro da corrupção para a gloriosa liberdade dos filhos de Deus. Neste sentido, a Igreja, embora conheça o segredo do Reino e seja na terra seu germe e início, não é fim em si mesma; pelo contrário, deseja intensamente ser toda de Cristo, em Cristo e para Cristo, e toda dos seres humanos, entre os seres humanos e para os seres humanos. O Reino de Deus, na verdade, é maior que a Igreja e que o mundo; está, todavia, presente e atuante tanto na Igreja como no mundo, embora de forma diferente: na Igreja, de modo sacramental e consciente; no mundo, de modo oculto e inconsciente. A Igreja, na verdade, não é o Reino, mas o seu sacramento, o Reino em mistério. Enquanto sinal e instrumento do agir salvífico de Cristo no Espírito, a Igreja não é apenas caminho, mas a primeira beneficiária da salvação, o primeiro fruto da salvação já realizada em Cristo e justamente por isto a sua serva humilde e pobre, sempre necessitada de conversão e de renovação. Para isto existe a Igreja: para o Reino de Deus, que o Cristo glorificado, na força do Espírito, continua a realizar na história humana, onde a Igreja vive entre as criaturas que gemem e sofrem como que dores de parto até o presente e aguardam a manifestação dos filhos de Deus. Existindo em si mesma, mas não para si mesma pois é sacramento, isto é, sinal e instrumento de salvação e libertação as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo. Assim como o Filho do Homem veio, não para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por todos, a Igreja toda deve cada vez mais colocar-se efetiva e concretamente a serviço do Reino, para que todos tenham vida e vida em plenitude. A função real que tanto no Concílio como depois dele foi também apresentada como caridade, serviço e liberdade exprime a liberdade dos filhos de Deus em relação a si mesmos, aos outros e aos bens deste mundo, o que os torna capazes de amar e servir, sobretudo aos pobres e pequenos, colocando-se a serviço de Deus e de seu Reino.

77. A expressão Povo de Deus é também apropriada para ressaltar que a missão da Igreja não é responsabilidade de alguns, mas de todos. Nascendo das divinas missões do Filho e do Espírito, a Igreja é missionária: A Igreja peregrina é por sua natureza missionária. Pois ela se origina da missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai. Este desígnio provém do amor fontal ou da caridade de Deus Pai, que é o Princípio sem Princípio e do qual é gerado o Filho e pelo Filho procede o Espírito Santo. Todo o Povo de Deus não só é responsável pela vida, mas também pela missão da Igreja, na Igreja e no mundo. A Lumen Gentium o diz claramente: Os sagrados pastores conhecem, com efeito, perfeitamente quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Pois eles próprios sabem que Jesus Cristo não os instituiu para se encarregarem sozinhos de toda a missão salvadora da Igreja para com o mundo, mas que o seu cargo sublime consiste em pastorear de tal modo os fiéis e de tal modo reconhecer os seus serviços e carismas, que todos, cada um segundo o seu modo próprio, cooperem na obra comum. É neste sentido que se pode falar de Igreja toda ministerial, de corresponsabilidade diferenciada, de todos responsáveis na Igreja, de Igreja de responsabilidades apostólicas compartilhadas, de Igreja toda em serviço, de comunidade enviada de serviço, de comunhão e participação (Puebla) ou de comunhão e missão (CNBB)".

Nota:345

DSD 114: "Nós nos propomos a executar as seguintes ações pastorais:

Reafirmar a opção preferencial pelos jovens proclamada em Puebla, não só de modo afetivo, mas também efetivamente; isto deve significar uma opção concreta por uma pastoral juvenil orgânica, onde haja um acompanhamento e apoio real com diálogo mútuo entre jovens, pastores e comunidades. A efetiva opção pelos jovens exige maiores recursos pessoais e materiais por parte das paróquias e das dioceses. Esta pastoral juvenil deve ter sempre uma dimensão vocacional".

Nota:346

DSD 108: "Desenvolver a consciência dos sacerdotes e dirigentes leigos para que aceitem e valorizem a mulher na comunidade eclesial e na sociedade, não só pelo que elas fazem, mas, sobretudo, pelo que elas são.

Fomentar uma atitude de análise crítica ante as mensagens dos meios de comunicação sobre os estereótipos que tais meios apresentam sobre a feminilidade. Discernir à luz do Evangelho de Jesus os movimentos que lutam pela mulher, partindo de perspectivas distintas para potenciar seus valores, iluminar o que pode parecer confuso e denunciar o que resulta contrário à dignidade humana. Ao ler as Escrituras, anunciar com força o que o Evangelho significa para a mulher e desenvolver uma leitura da Palavra de Deus que descubra os traços que a vocação feminina confere ao plano da salvação".

Nota:347

cf. Mensagem papal para o Congresso Internacional dos Movimentos Eclesiais, Roma, 27-29 de maio de 1998.

Nota:348

cf. Mensagem papal para o Congresso Internacional dos Movimentos Eclesiais, Roma, 27-29 de maio de 1998.

Nota:349

Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, doc. da CNBB, n. 61: "296. A Igreja, toda ela missionária, encarna-se de fato na Igreja Particular e nela concretiza a sua ação evangelizadora. É nela que a evangelização entra na história de um lugar, de um povo e de uma cultura. Por sua vez, a Igreja Particular, nascida da missão evangelizadora, torna-se missionária e educa os batizados a tornarem-se evangelizadores, seja de seus irmãos mais próximos, seja no serviço da missão além-fronteiras, de outros povos ou culturas. Nela a diversidade de vocações, carismas e ministérios coloca-se a serviço da evangelização. Na prática, isso significa que ela deve converter-se num lugar de Comunhão e Participação dos agentes e das tarefas pastorais, para conseguir a união na diversidade e promover a realização de um projeto comum. A serviço desse projeto, ela oferecerá aos evangelizadores condições de formação atualizada, de articulação das responsabilidades e tarefas, de desenvolvimento de uma espiritualidade ou mística da evangelização".

Nota:350

Cf. *Carta aos Bispos do Brasil,* 1986, n. 3.

Nota:351

DGAP 284: "Além das tarefas tradicionais nas áreas da educação, da saúde e das obras de assistência e caridade e da participação nas atividades pastorais na comunidade eclesial, a Vida Religiosa, sobre tudo feminina, redescobriu recentemente novos campos. Exerce seu ministério profético, através de comunidades inseridas no mundo rural e nas periferias das cidades. Igualmente o faz através da participação na pastoral, pela animação de comunidades eclesiais de base e de pastorais específicas de natureza social, tais como a CPT, CPO, CIMI, Pastoral do Menor, Pastoral da Criança etc. Nesse processo, a Vida Religiosa tem-se reno vado também por dentro dela mesma, aprofundando sua consagração a Deus na vivência dos Conselhos Evangélicos. Esse é, sem dúvida, o melhor serviço que o Povo de Deus espera dela. Com efeito, sua força pastoral lhe vem sobretudo do fato de ser expressão do seguimento de Cristo no meio do Povo de Deus e sinal de esperança para ele".

Nota:352

Papa João Paulo II, Aos Superiores Gerais em 24.11.1978.

Nota:353

DGAP 286: "Para a renovação da Vida Religiosa, além das iniciativas no interior dos respectivos Institutos, há o vasto serviço da Conferência dos Religiosos do Brasil, com as secções regionais e diocesanas, com inúmeras iniciativas intercongregacionais de formação inicial e de formação permanente. Todo esse esforço de renovação, realizado em comunhão com a Igreja, deve ser estimu lado. Assim, a Vida Religiosa, por força de seu carisma específico, tornar-se-á cada vez mais evangelizadora, como testemunho do absoluto de Deus e da dimensão transcendente da vida num mundo em mudança".

Nota:354

EA 39: "'Cada sacerdote, como membro de uma Igreja particular, deve ser sinal de comunhão com o Bispo sendo o seu colaborador imediato, unido aos seus irmãos no presbitério. Exerce seu ministério com caridade pastoral, principalmente na comunidade que lhe foi confiada, conduzindo-a ao encontro com Cristo, o Bom Pastor. A sua vocação requer que ele seja sinal de unidade. Por isso, deve evitar qualquer participação na atividade política do tipo partidário, que dividiria a comunidade'. Os Padres Sinodais auspiciam que "se fomente uma ação pastoral a favor do clero diocesano, para reforçar a sua espiritualidade, a sua missão e a sua identidade, que tem como centro o seguimento de Cristo Sumo e Eterno Sacerdote, sempre encaminhado a cumprir a vontade do Pai. Ele é o modelo da generosa dedicação, da vida austera e do serviço até a morte. O sacerdote tome consciência do fato que, pelo sacramento da Ordem, é portador de graça, que distribui aos irmãos nos sacramentos. Ele próprio santifica-se no exercício do ministério".

É imenso o campo onde se desenrola a ação dos sacerdotes. Convém, portanto, "que estes ponham no centro da sua atividade o que é essencial para o ministério: deixar-se configurar a Cristo, Cabeça e Pastor, fonte de caridade pastoral, oferecendo-se eles próprios, todos os dias, com Cristo na Eucaristia, para ajudar os fiéis a viver o encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo vivo". Como testemunhas e discípulos de Cristo misericordioso, eles são chamados a fazer-se instrumentos de perdão e de reconciliação, empenhando-se generosamente a serviço dos fiéis, conforme o espírito do Evangelho.

Os presbíteros devem também prestar atenção, enquanto pastores do Povo de Deus na América, aos desafios do mundo atual e ser sensíveis aos problemas e as esperanças da sua gente, partilhando suas vicissitudes e, sobretudo, assumindo uma atitude de solidariedade com os pobres. Cuidarão de discernir os carismas e as qualidades dos fiéis capazes de contribuir para a animação da comunidade, escutando-os e dialogando com eles, estimulando, assim, a participação e a co-responsabilidade. Isso favorecerá uma melhor distribuição das tarefas, permitindo-lhes "dedicar-se àquilo que está mais diretamente ligado ao encontro e ao anúncio de Jesus Cristo, para poder representar melhor, no seio da comunidade, a presença de Jesus que reúne o seu povo".

Esta obra de discernimento dos carismas estender-se-á também à valorização daqueles sacerdotes que se revelam capazes de levar a cabo ministérios particulares. De resto, a todos os sacerdotes, pede-se que dêem a própria ajuda fraterna ao presbitério, e que recorram a este com confiança em caso de necessidade.

Diante da esplêndida realidade de tantos sacerdotes na América que, com a graça de Deus, se esforçam por dar saída a uma enorme quantidade de trabalho, faço meu o desejo dos Padres Sinodais de reconhecer e louvar sua 'dedicação incansável de pastores, evangelizadores e animadores da comunhão eclesial, exprimindo-lhes gratidão e encorajando-os a continuar a oferecer sua vida a serviço do Evangelho'".

Nota:355

PDV 19: "'O Espírito do Senhor está sobre mim' (Lc 4,18). 0 Espírito não está simplesmente "sobre" o Messias, mas "enche-o", penetra-o, atinge-o no seu ser e operar. De fato, o Espírito é o princípio da consagração e da missão do Messias: "por isso me consagrou, e me enviou a anunciar a Boa-Nova aos pobres" (Lc 4,18). Em virtude do Espírito, Jesus pertence total e exclusivamente a Deus, participa da infinita santidade de Deus que o chama, elege e envia. Assim, o Espírito do Senhor se revela fonte de santidade e apelo à santificação.

Este mesmo "Espírito do Senhor" está "sobre" a totalidade do Povo de Deus, que é constituído como povo "consagrado" a Deus e por Deus "enviado" para o anúncio do Evangelho que salva. Os membros do Povo de Deus estão "inebriados" e "assinalados" pelo Espírito (cf. 1Cor 12,13; 2Cor 1,21-22; Ef 1,13; 4,3), e chamados à santidade.

Em particular, o Espírito revela-nos e nos comunica a vocação fundamental que o Pai desde a eternidade dirige a todos: a vocação a ser "santos e imaculados na sua presença na caridade", em virtude da predestinação para "sermos seus filhos adotivos por obra de Jesus Cristo" (Ef 0,4-5). Mais. Revelando e comunicando-nos esta vocação, o Espírito se torna em nós princípio e garantia da sua própria realização; ele, o Espírito do Filho (cf. Gl 4,6), conforma-nos a Jesus Cristo e nos torna participantes de sua vida filial, ou seja, de seu amor ao Pai e aos irmãos. "Se vivemos do Espírito, caminhemos segundo o Espírito" (Gl 5,25). Com estas palavras, o apóstolo Paulo recorda-nos que a existência cristã é "vida espiritual", quer dizer, vida animada e guiada pelo Espírito em ordem à santidade e à perfeição da caridade.

A afirmação do Concílio: "Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade" encontra particular aplicação no caso dos presbíteros: estes são chamados não só enquanto batizados, mas também e especificamente enquanto presbíteros, ou seja, por um título novo e de um modo original, derivado do sacramento da Ordem".

Nota:356

Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero, nn. 34-68.

Nota:357

PDV 45: "A própria formação humana, se desenvolvida no contexto de uma antropologia que respeite a totalidade da verdade sobre o homem, abre-se e completa-se na formação espiritual. Cada homem, criado por Deus e redimido pelo sangue de Cristo, é chamado a ser regenerado "pela água e pelo Espírito" (cf. Jo 3,5) e a tornar-se "filho no Filho". Está neste desígnio eficaz de Deus, o fundamento da dimensão constitutivamente religiosa do ser humano, aliás intuída e reconhecida pela simples razão: o homem está aberto ao transcendente, ao absoluto; possui um coração que vive inquieto enquanto não repousa no Senhor.

É desta fundamental e indispensável exigência religiosa que parte e se desenrola o processo educativo de uma vida espiritual, entendida como relação e comunicação com Deus. Segundo a revelação e a experiência cristã, a formação espiritual possui a inconfundível originalidade que provém da "novidade" evangélica. Efetivamente "essa formação é obra do Espírito e compromete a pessoa em sua totalidade; introduz na comunhão profunda com Jesus Cristo, Bom Pastor; conduz a uma submissão de toda a vida ao Espírito numa atitude filial para com o Pai, e numa ligação fiel à Igreja. A formação espiritual radica na experiência da cruz para poder introduzir, em profunda comunhão, na totalidade do mistério pascal".

Como se pode ver, trata-se de uma formação espiritual que é comum a todos os fiéis, mas que exige ser estruturada segundo aqueles significados e conotações que derivam da identidade do presbítero e do seu ministério. E como para cada fiel, a formação espiritual se deve considerar central e unificante relativamente ao ser e ao viver do cristão, ou seja, da nova criatura em Cristo que caminha segundo o Espírito, assim, para cada sacerdote, a formação espiritual constitui o coração que unifica e vivifica o seu "ser padre" e o seu "agir de padre". Neste contexto, os Padres do Sínodo afirmam que "sem a formação espiritual, a formação pastoral desenrolar-se-ia privada de qualquer fundamento" e que a formação espiritual constitui "como que o elemento de maior importância na formação sacerdotal".

O conteúdo essencial da formação espiritual num preciso itinerário para o sacerdócio, é claramente expresso pelo decreto conciliar Optatam Totius: "A formação espiritual (...) seja ministrada de tal modo que os alunos aprendam a viver em íntima comunhão e familiaridade com o Pai por meio de seu Filho Jesus Cristo, no Espírito Santo. Destinados a configurar-se a Cristo Sacerdote por meio da Ordenação, habituem-se também a viver intimamente unidos a ele, como amigos, em toda a sua vida. Vivam o mistério pascal de Cristo, de modo a saberem, um dia, iniciar nele o povo que lhes será confiado. Sejam ensinados a procurar Cristo por meio da fiel meditação da Palavra de Deus; pela participação ativa nos mistérios sacrossantos da Igreja, sobretudo na Eucaristia e na Liturgia das Horas; por meio do bispo que os envia e dos homens a quem são enviados, especialmente os pobres, simples, doentes, pecadores e descrentes. Com confiança filial, amem e venerem a Santíssima Virgem Maria, que foi entregue por Jesus moribundo na cruz, como Mãe, ao seu discípulo'".

Nota:358

PO 6: "Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito. Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã, segundo o que diz o apóstolo: Insiste, oportuna e importunamente, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina.

Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou.

Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas. Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus.

Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos. Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade.

Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica.
Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia-a-dia.
Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.
A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na igreja local como em relação à Igreja universal. A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo.
Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã.
A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico. A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão.
Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não crêem, de estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais.
Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo".

Nota:359

EA 41: "A paróquia é um lugar privilegiado onde os fiéis podem fazer a experiência concreta da Igreja. Hoje em dia, tanto na América como em outras partes do mundo, a paróquia atravessa por vezes algumas dificuldades no desempenho da própria missão. Ela precisa de uma contínua renovação a partir do princípio fundamental de que "a paróquia deve continuar a ser acima de tudo comunidade eucarística". Esse princípio implica que "as paróquias são chamadas a ser acolhedoras e solidárias, lugar da iniciação cristã, da educação e da celebração da fé, abertas à variedade de carismas, serviços e ministérios, organizadas comunitária e responsavelmente, capazes de comprometer os movimentos de apostolado já atuantes, atentas às distintas culturas dos habitantes, abertas aos projetos pastorais e supraparoquiais e às realidades circunstantes".
Merecem uma especial atenção, pela sua problemática específica, as paróquias nos grandes aglomerados urbanos, onde as dificuldades são tão grandes que as normais estruturas pastorais vem a ser inadequadas e as possibilidades de ação apostólica notavelmente reduzidas. Contudo, a instituição paroquial conserva a sua importância e deve ser mantida. Para alcançar este objetivo, ocorre "continuar na procura dos meios com os quais a paróquia e as suas estruturas pastorais se tornem mais eficazes nas zonas urbanas". Um meio de renovação paroquial, particularmente urgente nas paróquias das grandes cidades, pode ser encontrado talvez considerando a paróquia como comunidade de comunidades e de movimentos. Por isso, é oportuno a formação de comunidades e de grupos eclesiais de tal dimensão, que permitam estabelecer verdadeiras relações humanas. Isso permitirá viver mais intensamente a comunhão, preocupando-se em cultivá-la não somente "ad intra", mas também com a comunidade paroquial à qual pertencem tais grupos, e com toda a Igreja diocesana e universal. Dessa forma será mais fácil, no âmbito deste contexto humano, reunir-se na escuta da Palavra de Deus, para refletir, à sua luz, sobre os vários problemas humanos e concluir opções responsáveis inspiradas no amor universal de Cristo. A instituição paroquial assim renovada "pode suscitar uma grande esperança. Pode formar comunitariamente as pessoas, oferecer ajuda à vida familiar, superar a condição de anonimato, acolher as pessoas e ajudá-las a inserir-se no âmbito local e da sociedade". Deste modo, hoje cada paróquia, especialmente as sediadas nas cidades, poderá promover uma evangelização mais pessoal, e, ao mesmo tempo, aumentar as relações positivas com os outros agentes sociais, educacionais e comunitários.
Além disso, 'este tipo de paróquia renovada requer uma figura de pastor que, sobretudo, cultive uma profunda experiência de Cristo vivo, com espírito missionário, coração paterno, que seja animador da vida espiritual e evangelizador, capaz de promover a participação. A paróquia renovada necessita da colaboração dos leigos, de um animador da atividade pastoral e da capacidade do pastor de trabalhar com os demais. As paróquias na América se devem notar pelo espírito missionário, que as levem a estender a própria ação fora dos próprios limites'".

Nota:360

PDV 17: "O ministério ordenado, em virtude da sua própria natureza, pode ser exercido somente na medida em que o presbítero estiver unido a Cristo mediante a inserção sacramental na ordem presbiteral e, por conseguinte, enquanto se encontrar em comunhão hierárquica com o próprio bispo. O ministério ordenado tem uma radical "forma comunitária" e pode apenas ser assumido como "obra coletiva". Sobre esta natureza de comunhão do sacerdócio se deteve longamente o Concílio, examinando distintamente o relacionamento do presbítero com o seu bispo, com os demais presbíteros e com os próprios leigos.
O ministério do presbítero é, antes de mais, comunhão e colaboração responsável e necessária no ministério do bispo, na solicitude pela Igreja universal e por cada Igreja particular para cujo serviço eles constituem, juntamente com o bispo, um único presbitério.
Cada sacerdote, seja diocesano ou religioso, está unido aos outros membros deste presbitério, na base do sacramento da Ordem, por particulares vínculos de caridade apostólica, de ministério e de fraternidade. De fato, todos os presbíteros, quer diocesanos quer religiosos, participam do único sacerdócio de Cristo Cabeça e Pastor, trabalham para a mesma causa, isto é, "a edificação do Corpo de Cristo, que, especialmente em nossos dias, requer múltiplas atividades e novas adaptações", e se enriquece, no decurso dos séculos, de carismas sempre novos.
Finalmente os presbíteros, dado que a sua figura e o seu papel na Igreja não substitui, antes promove o sacerdócio batismal de todo o Povo de Deus, conduzindo-o à sua plena atuação eclesial, encontram-se num relacionamento positivo e promotor com os leigos. Eles estão ao serviço da fé, esperança e caridade destes.

Reconhecem e sustentam sua dignidade de filhos de Deus como amigos e irmãos, ajudando-os a exercitar, em plenitude, o seu papel específico no âmbito da missão da Igreja.
O sacerdócio ministerial conferido pelo sacramento da Ordem e o comum ou "real" dos fiéis, que diferem entre si essencialmente e não apenas em grau, estão coordenados entre si, ambos derivando em forma diversa do único sacerdócio de Cristo. O sacerdócio ministerial, de fato, não significa, de per si, um maior grau de santidade relativamente ao sacerdócio comum dos fiéis; mas, através dele, é outorgado aos presbíteros, por Cristo no Espírito, um dom particular para que possam ajudar o Povo de Deus a exercitar com fidelidade e plenitude o sacerdócio comum que lhes é conferido".

Nota:361

LG 10: "O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).
Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade".

Nota:362

PO 6: "Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito. Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã , segundo o que diz o apóstolo: Insiste, oportuna e importunamente, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina.
Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou.
Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas. Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus.
Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos. Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade.
Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica.
Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia-a-dia.
Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.
A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na igreja local como em relação à Igreja universal. A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo.
Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã.
A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico. A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão.
Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não crêem, de estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais.
Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo".

Nota:363

PO 9: "Em virtude do sacramento da ordem, os sacerdotes do Novo Testamento exercem no povo e para o povo de Deus, as funções importantíssimas e indispensáveis de pais e mestres. Antes disso, porém, juntamente com todos os fiéis, são discípulos do Senhor, constituídos participantes do seu reino pela graça da vocação divina. Os padres são irmãos entre irmãos, no meio de todos os que foram regenerados pelo batismo, membros do mesmo corpo de Cristo cuja edificação depende de todos.
Os sacerdotes devem presidir buscando não o seu interesse, mas o de Jesus Cristo, unindo-se aos leigos no trabalho e vivendo no meio deles segundo o exemplo do mestre, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida pela redenção de muitos (Mt 20, 28).
Os padres devem reconhecer a dignidade dos leigos e deixá-los desempenhar o papel que lhes compete na missão da Igreja.
Apóiem e prestigiem as justas liberdades, a que todos têm direito na sociedade civil.

Escutem os leigos com atenção, acolhendo fraternalmente as suas considerações e lhes reconhecendo a experiência e a competência que têm, nos diversos setores da vida humana, para que possam todos juntos ser sensíveis aos sinais dos tempos.
Com discernimento dos espíritos, para ver se são de Deus, saibam reconhecer, na fé, os diversos carismas dos leigos, tanto os mais altos, como os mais humildes, favorecendo a todos.
Dentre os diversos dons de Deus, cuidem sobretudo dos inúmeros fiéis chamados a uma vida espiritual mais profunda.
Confiem também aos leigos diversos encargos a serviço da Igreja, dando-lhes liberdade e deixando-lhes o espaço necessário para agir, de tal modo que se sintam livres inclusive para tomar iniciativas quando as julgam oportunas.
Finalmente, no meio dos leigos, o papel dos padres é encaminhar todos para a união, na caridade, amando-se mutuamente com caridade e honrando uns aos outros (Rm 12, 10). Compete-lhes por isso harmonizar os espíritos e fazer com que ninguém se sinta estranho na comunidade.
Sejam promotores do bem comum em nome do bispo e defensores da verdade, para que nenhum fiel seja abalado por doutrinas vãs. Cuidem especialmente dos que se afastaram da prática sacramental, ou mesmo da fé, junto aos quais saibam desempenhar o papel do bom pastor.
Atentos às recomendações a respeito do ecumenismo, não esqueçam os irmãos que não vivem em plena comunhão conosco.
Pensem igualmente em todos que não reconhecem Cristo como salvador.
Os fiéis, por sua vez, sintam-se obrigados a acolher os seus padres com amor filial, como pastores e pais. Participem de suas preocupações e os auxiliem pela oração e pela ação, quanto possível, para que possam superar as dificuldades e cumprir cada vez melhor os seus deveres".

Nota:364

Cf. PDV 70ss e as iniciativas nacionais e regionais da CNBB e da CNC.

PDV 70: "'Exorto-te a que reanimes o dom de Deus que está em ti' (2Tm 1,6).
As palavras do Apóstolo ao bispo Timóteo podem legitimamente aplicar-se àquela formação permanente à qual são chamados todos os sacerdotes, por força do "dom de Deus" que receberam na sagrada Ordenação. Elas introduzem-nos na compreensão da verdade plena e da originalidade inconfundível da formação permanente dos presbíteros. Nisto somos ajudados também por um outro texto de Paulo, que escreve ao mesmo Timóteo: "Não descuides o dom espiritual que recebeste e que te foi concedido por uma intervenção profética, com a imposição das mãos dos presbíteros. Atende a estas coisas e ocupa-te nelas com todo o empenho, a fim de que o teu aproveitamento seja manifesto a todos. Cuida de ti mesmo e do teu ensino; insiste nestas coisas, porque, fazendo isto, salvar-te-ás a ti mesmo e aos outros que te escutam" (1Tm 4,14-16).
O Apóstolo pede a Timóteo para "reanimar", ou seja, para reacender o dom divino, como se faz com o fogo sob as cinzas, no sentido de acolhê-lo sem nunca perder ou esquecer aquela "novidade permanente" que é própria de todo o dom de Deus, daquele que faz novas todas as coisas (cf. Ap 21,5) e, portanto, de vivê-lo na sua inesgotável pujança e beleza original.
Mas aquele "reanimar" não é só o sucesso de uma tarefa confiada à responsabilidade de Timóteo, nem apenas o resultado de um empenho da sua memória e vontade. É o efeito de um dinamismo da graça intrínseco ao dom de Deus: é o próprio Deus, portanto, a reanimar o seu próprio dom, ou melhor, a libertar toda a extraordinária riqueza de graça e responsabilidade que nele está encerrada.
Com a efusão sacramental do Espírito Santo que consagra e envia, o presbítero é configurado a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja e é mandado a exercer o ministério pastoral. Assim, o sacerdote é assinalado para sempre e de modo indelével, no seu ser, como ministro de Jesus e da Igreja, é inserido numa condição permanente e irreversível de vida, e é encarregado dum ministério pastoral que, radicado no ser, compromete toda a sua existência e é também ele permanente. O sacramento da Ordem confere ao sacerdote a graça sacramental que o torna participante não só do "poder" e do "ministério" salvífico de Jesus, mas também do seu "amor" pastoral; ao mesmo tempo assegura ao sacerdote todas aquelas graças atuais que lhe serão dadas sempre que forem necessárias e úteis para o digno e perfeito cumprimento do ministério recebido.
A formação permanente encontra, assim, o seu fundamento próprio e a sua motivação original no dinamismo do sacramento da Ordem.
É certo que não faltam razões, mesmo puramente humanas, que solicitem o sacerdote a realizar a formação permanente. Esta é uma exigência da sua realização progressiva: cada vida é um caminho incessante em direção à maturidade, e esta passa através da formação contínua. Além disso, é uma exigência do ministério sacerdotal, visto simplesmente na sua natureza genérica e comum a qualquer profissão, ou seja, como um serviço prestado aos outros: hoje não existe profissão, compromisso ou trabalho que não exija uma contínua atualização, se quiser ser credível e eficaz. A exigência de "acertar o passo" com o caminho da História é outra razão humana que justifica a formação permanente.
Mas estas e outras razões são assumidas e especificadas pelas razões teológicas já recordadas e que se podem aprofundar ulteriormente.
O sacramento da Ordem, por sua natureza de "sinal" que é própria de todos os sacramentos, pode considerar-se, como realmente é, Palavra de Deus: é Palavra de Deus que chama e envia, é a expressão mais forte da vocação e da missão do sacerdote. Mediante o sacramento da Ordem, Deus chama "coram Ecclesia" o candidato "ao" sacerdócio. O "vem e segue-me" de Jesus encontra a sua proclamação plena e definitiva na celebração do sacramento de sua Igreja: manifesta-se e comunica-se através da voz dela, a qual ressoa nos lábios do bispo que reza e impõe as mãos. E o sacerdote responde, na fé, ao chamado de Jesus: "Venho e sigo-te". A partir desse momento, tem início aquela resposta que, como escolha fundamental, deve exprimir-se e reafirmar-se, ao longo dos anos do sacerdócio, em numerosíssimas outras respostas, todas elas radicadas e vivificadas pelo "sim" da Ordem sagrada.
Neste sentido, pode-se falar duma vocação "no" sacerdócio. Na realidade, Deus continua a chamar e a enviar, revelando o seu desígnio salvífico, no desenrolar histórico da vida do sacerdote e das vicissitudes da Igreja e da sociedade. É precisamente desta perspectiva que emerge o significado da formação permanente: ela é necessária para discernir e seguir esse contínuo chamado ou vontade de Deus. Assim, o apóstolo Pedro é chamado a seguir Jesus já depois de o Senhor ressuscitado lhe ter confiado a sua grei: "Respondeu-lhe Jesus:

Apascenta as minhas ovelhas. Em verdade, em verdade te digo: quando eras mais novo, tu mesmo te cingias e andavas por onde querias; mas, quando fores velho, estenderás as tuas mãos e outro te cingirá e te levará para onde tu não queres. E disse isto para indicar o gênero de morte com que ele havia de glorificar a Deus. E, dito isto, acrescentou: Segue-me" (Jo 21,17-19). É, portanto, um "segue-me" que acompanha a vida e a missão do apóstolo. É um "segue-me" que acompanha o apelo e a exigência de fidelidade até à morte (cf. Jo 21,22), um "segue-me" que pode significar uma seqüela Christi até ao dom total de si no martírio.
Os Padres sinodais expressaram a razão que justifica a necessidade da formação permanente e, ao mesmo tempo, revela a sua natureza profunda, designando-a como "fidelidade" ao ministério sacerdotal e como "processo de contínua conversão". É o Espírito Santo, infundido pelo Sacramento, que sustém o presbítero nesta fidelidade e que o acompanha e estimula neste caminho de incessante conversão. O dom do Espírito não dispensa, antes solicita a liberdade do sacerdote, para que coopere responsavelmente e assuma a formação permanente como um dever que lhe é confiado. Assim esta é expressão e exigência da fidelidade dele ao seu ministério, ou melhor, ao seu próprio ser. É, portanto, amor a Jesus Cristo e coerência consigo mesmo. Mas constitui também um ato de amor ao Povo de Deus, ao serviço do qual o sacerdote está posto. É ainda um ato de verdadeira e própria justiça: ele é devedor ao Povo de Deus, chamado porque a reconhecer e a promover aquele seu "direito" fundamental de ser destinatário da Palavra de Deus, dos Sacramentos e do serviço da caridade, que são o conteúdo original e irrenunciável do ministério pastoral do padre. A formação permanente é necessária para que ele esteja em condições de responder condignamente a tal direito do Povo de Deus.
Alma e forma da formação permanente do sacerdote é a caridade pastoral: o Espírito Santo, que infunde a caridade pastoral, introduz e acompanha-o no conhecimento sempre mais profundo do mistério de Cristo, que é insondável na sua riqueza (cf. Ef 3,14-19), e, por conseguinte, no conhecimento do mistério do sacerdócio cristão. A mesma caridade pastoral impele o presbítero a conhecer cada vez mais as esperanças, as necessidades, os problemas, as sensibilidades dos destinatários do seu ministério: destinatários envolvidos em suas concretas situações pessoais, familiares e sociais.
A tudo isto tende a formação permanente, vista como consciente e livre proposta em ordem ao dinamismo da caridade pastoral e do Espírito Santo, que é a sua primeira fonte e alimento contínuo. Neste sentido, a formação permanente é uma exigência intrínseca ao dom e ao ministério sacramental recebido e se revela necessária em todos os tempos. Hoje, porém, ela é particularmente urgente, não só pela rápida mudança das condições sociais e culturais dos homens e dos povos, no meio dos quais se exerce o ministério pastoral, mas também por aquela "nova evangelização" que constitui a tarefa essencial e inadiável da Igreja, no final do segundo milênio".

Nota:365

DSD 76: "O ministério dos diáconos é de importância para o serviço de comunhão na América Latina. Eles são, de forma muito privilegiada, sinais do Senhor Jesus que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos (Mt 20,28). Seu serviço será o testemunho evangélico em face de uma história em que a iniqüidade se faz cada vez mais presente e se esfria a caridade (cf. Mt 24,12).
Para uma Nova Evangelização que, pelo serviço da Palavra e a Doutrina Social da Igreja, responda às necessidades de promoção humana e vá gerando uma cultura de solidariedade, o diácono permanente, por sua condição de ministro ordenado e inserido nas complexas situações humanas, tem um amplo campo de serviço em nosso Continente".

Nota:366

DSD 77: "- Queremos reconhecer nossos diáconos mais pelo que são do que pelo que fazem.
- Queremos acompanhar a nossos diáconos no discernimento para que tenham uma formação inicial e permanente, adequada a sua condição.
- Continuaremos nossa reflexão sobre a espiritualidade própria dos diáconos, fundamentada em Cristo servo, para que vivam com profundo sentido de fé sua entrega à Igreja e sua integração com o presbitério diocesano.
- Queremos ajudar aos diáconos casados para que sejam fiéis a sua dupla sacramentalidade: a do matrimônio e a da ordem e para que suas esposas e filhos vivam e participem com eles na diaconia. A experiência de trabalho e seu papel de pais e esposos constituem-nos colaboradores muito qualificados para abordar diversas realidades urgentes em nossas Igrejas particulares.
- Propomo-nos criar os espaços necessários para que os diáconos colaborem na animação dos serviços na Igreja, detectando e promovendo líderes, estimulando a co-responsabilidade de todos para uma cultura da reconciliação e solidariedade. Há situações e lugares, principalmente nas zonas rurais distantes, e nas grandes áreas urbanas densamente povoadas, onde só através do diácono um ministro ordenado se faz presente".

Nota:367

1Pd 3,15: "Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar a razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês".

Nota:368

RMi 87: "A atividade missionária exige uma espiritualidade específica, que diz respeito, de modo particular, a quantos Deus chamou a serem missionários.
Tal espiritualidade exprime-se, antes de mais nada, no viver em plena docilidade ao Espírito, e em deixar-se plasmar interiormente por ele, para se tornar cada vez mais semelhante a Cristo. Não se pode testemunhar Cristo sem espelhar sua imagem, que é gravada em nós por obra e graça do Espírito. A docilidade ao Espírito permitirá acolher os dons da fortaleza e do discernimento, que são traços essenciais da espiritualidade missionária.
Paradigmático é o caso dos apóstolos que, durante a vida pública do Mestre, apesar do seu amor por ele e da generosidade da resposta ao seu chamado, mostram-se incapazes de compreender suas palavras, e renitentes em segui-lo pelo caminho do sofrimento e da humilhação. O Espírito transformá-los-á em testemunhas corajosas de Cristo e anunciadores esclarecidos de sua Palavra: será o Espírito quem os conduzirá pelos caminhos árduos e novos da missão.
Hoje, como no passado, a missão continua a ser difícil e complexa. Requer igualmente a coragem e a luz do Espírito: vivemos, tantas vezes, o drama da primitiva comunidade cristã, que via forças descrentes e hostis coligarem-se contra o Senhor e contra o seu Cristo (At 4,26). Como então, hoje é necessário rezar para que

Deus nos conceda o entusiasmo para proclamar o Evangelho. Temos de perscrutar os caminhos misteriosos do Espírito e, por ele, nos deixarmos conduzir para a verdade total (cf. Jo 16,13)".

Nota:369

RMi 88: "Nota essencial da espiritualidade missionária é a comunhão íntima com Cristo: não é possível compreender e viver a missão, senão referindo-vos a Cristo, como aquele que foi enviado para evangelizar. Paulo descreve, assim, o seu viver: tende em vós os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus. Ele, que era de condição divina, não reivindicou o direito de ser equiparado a Deus, mas despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo, tornando-se semelhante aos homens. Tido pelo aspecto como homem, humilhou-se a si mesmo, feito obediente até a morte de cruz (Fl 2,5-8).

Aqui aparece descrito o mistério da encarnação e da redenção, como despojamento total de si mesmo, que leva Cristo a viver plenamente a condição humana e a aderir, até o fim, ao desígnio do Pai. Trata-se de um aniquilamento que, porém, está permeado de amor e exprime o amor. Muitas vezes a missão percorre esta mesma estrada, com seu ponto de chegada ao pé da Cruz.

Ao missionário pede-se que renuncie a si mesmo e a tudo aquilo que antes possuía como seu, e se faça tudo para todos: na pobreza que o torna livre para o Evangelho, no distanciar-se de pessoas e bens de seu ambiente originário para se fazer irmão daqueles a quem é enviado, levando-lhes Cristo salvador. A espiritualidade do missionário conduz a isto: com os fracos, fiz-me fraco (...) Fiz-me tudo para todos, para salvar alguns, a todo o custo. Tudo faço pelo Evangelho... (1Cor 9,22-23).

Precisamente porque enviado, o missionário experimenta a presença reconfortante de Cristo que o acompanha em todos os momentos de sua vida: não tenhas medo (...), porque eu estou contigo (At 18,9-10), e o espera no coração de cada homem".

Nota:370

DSD 15: "Confirmando a fé de nosso povo, queremos proclamar que a Virgem Maria, Mãe de Cristo e da Igreja, é a primeira redimida e a primeira crente. Maria, mulher de fé, foi plenamente evangelizada, é a mais perfeita discípula e evangelizadora (cf. Jo 2,1-12). É o modelo de todos os discípulos e evangelizadores por seu testemunho de oração, de escuta da Palavra de Deus e de pronta e fiel disponibilidade ao serviço do Reino até a cruz. Sua figura materna foi decisiva para que os homens e mulheres da América Latina se reconhecessem em sua dignidade de filhos de Deus. Maria é o selo distintivo da cultura do nosso continente. Mãe e educadora do nascente povo latino-americano, em Santa Maria de Guadalupe, através do Beato Juan Diego, é oferecido um grande exemplo de evangelização perfeitamente inculturada (João Paulo II, Discurso Inaugural, 24). Ela nos precedeu na peregrinação da fé e no caminho da glória, e acompanha os nossos povos que a invocam com amor até que nos encontremos definitivamente com seu Filho. Com alegria e gratidão, acolhemos o dom imenso de sua maternidade, ternura e proteção, e aspiramos a amá-la do mesmo modo como Jesus a amou. Por isso a invocamos como estrela da Primeira e da Nova Evangelização".

Nota:371

Mt 20,28: "Pois, o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir, e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos".

Nota:372

Cf. **Jo 3,1ss**: "Entre os fariseus havia um homem chamado Nicodemos. Era um judeu importante. Ele foi encontrar-se de noite com Jesus, e disse: Rabi, sabemos que tu és um Mestre vindo da parte de Deus. Realmente, ninguém pode realizar os sinais que tu fazes, se Deus não está com ele. Jesus respondeu: Eu garanto a você: se alguém não nasce do alto, não poderá ver o Reino de Deus".

Jo 4,8ss: "(Os discípulos tinham ido à cidade para comprar mantimentos). A samaritana perguntou: Como é que tu, sendo judeu, pedes de beber a mim, que sou samaritana? (De fato, os judeus não se dão bem com os samaritanos). Jesus respondeu: Se você conhecesse o dom de Deus, e quem lhe está pedindo de beber, você é que lhe pediria. E ele daria a você água viva".

Nota:373

Cf. **Mc 1,15**: "O tempo já se cumpriu, e o Reino de Deus está próximo. Convertam-se e acreditem na Boa Notícia".

Lc 4,18-21: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor. Em seguida Jesus fechou o livro, o entregou na mão do ajudante, e sentou-se. Todos os que estavam na sinagoga tinham os olhos fixos nele. Então Jesus começou a dizer-lhes: Hoje se cumpriu essa passagem da Escritura, que vocês acabam de ouvir".

Nota:374

Jo 14,8-31: "Filipe disse a Jesus: Senhor, mostra-nos o Pai e isso basta para nós. Jesus respondeu: Faz tanto tempo que estou no meio de vocês, e você ainda não me conhece, Filipe? Quem me viu, viu o Pai. Como é que você diz: Mostra-nos o Pai? Você não acredita que eu estou no Pai, e que o Pai está em mim? As palavras que digo a vocês, não as digo por mim mesmo, mas o Pai que permanece em mim, ele é que realiza suas obras. Acreditem em mim: eu estou no Pai e o Pai está em mim. Acreditem nisso, ao menos por causa destas obras. Eu garanto a vocês: quem acredita em mim, fará as obras que eu faço, e fará maiores do que estas, porque eu vou para o Pai. O que vocês pedirem em meu nome, eu o farei, para que o Pai seja glorificado no Filho. Se vocês pedirem qualquer coisa em meu nome, eu o farei.

Se vocês me amam, obedecerão aos meus mandamentos. Então, eu pedirei ao Pai, e ele dará a vocês outro Advogado, para que permaneça com vocês para sempre. Ele é o Espírito da Verdade, que o mundo não pode acolher, porque não o vê, nem o conhece. Vocês o conhecem, porque ele mora com vocês, e estará com vocês.

Eu não deixarei vocês órfãos, mas voltarei para vocês. Mais um pouco, e o mundo não me verá, mas vocês me verão, porque eu vivo, e também vocês viverão. Nesse dia, vocês conhecerão que eu estou em meu Pai, vocês em mim, e eu em vocês. Quem aceita os meus mandamentos e a eles obedece, esse é que me ama. E quem me ama, será amado por meu Pai. Eu também o amarei e me manifestarei a ele.

Judas, não o Iscariotes, perguntou: Senhor, por que vais manifestar-te a nós e não ao mundo? Jesus respondeu: Se alguém me ama, guarda a minha palavra, e meu Pai o amará. Eu e meu Pai viremos e faremos nele a nossa morada. Quem não me ama, não guarda as minhas palavras. E a palavra que vocês ouvem não é minha, mas é a palavra do Pai que me enviou. Essas são as coisas que eu tinha para dizer estando com vocês.

Mas o Advogado, o Espírito Santo, que o Pai vai enviar em meu nome, ele ensinará a vocês todas as coisas e fará vocês lembrarem tudo o que eu lhes disse.
Eu deixo para vocês a paz, eu lhes dou a minha paz. A paz que eu dou para vocês não é a paz que o mundo dá. Não fiquem perturbados, nem tenham medo. Vocês ouviram o que eu disse: Eu vou, mas voltarei para vocês. Se vocês me amassem, ficariam alegres porque eu vou para o Pai, pois o Pai é maior do que eu. Eu lhes digo isso agora, antes que aconteça, para que, quando acontecer, vocês acreditem. Já não tenho muito tempo para falar com vocês, pois o príncipe deste mundo está chegando. Ele não tem poder sobre mim, mas vem para que o mundo reconheça que eu amo o Pai, e é por isso que faço tudo o que o Pai me mandou. Levantem-se. Vamos sair daqui".

Nota:375

Lc 22,14-20: "Quando chegou a hora, Jesus se pôs à mesa com os apóstolos. E disse: Desejei muito comer com vocês esta ceia pascal, antes de sofrer. Pois eu lhes digo: nunca mais a comerei, até que ela se realize no Reino de Deus. Então Jesus pegou o cálice, agradeceu a Deus, e disse: Tomem isto, e repartam entre vocês; pois eu lhes digo que nunca mais beberei do fruto da videira, até que venha o Reino de Deus.
A seguir, Jesus tomou um pão, agradeceu a Deus, o partiu e distribuiu a eles, dizendo: Isto é o meu corpo, que é dado por vocês. Façam isto em memória de mim. Depois da ceia, Jesus fez o mesmo com o cálice, dizendo: Este cálice é a nova aliança do meu sangue, que é derramado por vocês".

Nota:376

RMi 89: "A espiritualidade missionária caracteriza-se, além disso, pela caridade apostólica a de Cristo que veio para trazer à unidade aos filhos de Deus que andavam dispersos (Jo 11,52), o Bom Pastor, que conhece as suas ovelhas, procura-as e oferece sua vida por elas (cf. Jo 10). Quem tem espírito missionário, sente o ardor de Cristo pelas almas e ama a Igreja como Cristo a amou.
O missionário é impelido pelo zelo das almas, que se inspira na própria caridade de Cristo, feita de atenção, ternura, compaixão, acolhimento, disponibilidade e empenho pelos problemas da gente. O amor de Jesus envolvia o mais fundo da pessoa. Ele, que sabia o que há em cada homem (Jo 2,25), amava a todos para lhes oferecer a redenção, e sofria quando esta era rejeitada.
O missionário é o homem da caridade: para poder anunciar a todo o irmão que Deus o ama e que ele próprio pode amar, ele terá de usar de caridade para com todos, gastando sua vida ao serviço do próximo. Ele é o irmão universal, que leva consigo o espírito da Igreja, sua abertura e amizade por todos os povos e por todos os homens, particularmente pelos mais pobres e pequenos. Como tal, supera as fronteiras e as divisões de raça, casta, ou ideologia: é sinal do amor de Deus no mundo, que é um amor sem qualquer exclusão nem preferência.
Por fim, como Cristo, o missionário deve amar a Igreja: Cristo amou a Igreja e se entregou por ela (Ef 5,25). Este amor, levado até o extremo de dar a vida, constitui um ponto de referência para ele (...) Só um amor profundo pela Igreja poderá sustentar o zelo do missionário: sua obsessão de cada dia a exemplo de São Paulo é o cuidado de todas as Igrejas (2Cor 11,28)! Para qualquer missionário e comunidade, a fidelidade a Cristo não pode ser separada da fidelidade à sua Igreja".

Nota:377

CfL 30: "É sempre na perspectiva da comunhão e da missão da Igreja e não, portanto, em contraste com a liberdade associativa, que se compreende a necessidade de claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento das agregações laicais, também chamados critérios de eclesialidade.
Como critérios fundamentais para o discernimento de toda e qualquer agregação dos fiéis leigos na Igreja, podem considerar-se de forma unitária os seguintes:
O primado dado à vocação de cada cristão à santidade, manifestado nos frutos da graça que o Espírito produz nos fiéis como crescimento para a plenitude da vida cristã e para a perfeição da caridade.
Nesse sentido, toda e qualquer agregação de fiéis leigos é chamada a ser sempre e cada vez mais instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e encorajando uma unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé.
A responsabilidade em professar a fé católica, acolhendo e proclamando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem, em obediência ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta. Por isso, toda agregação de fiéis leigos deve ser lugar de anúncio e de proposta da fé e de educação na mesma, no respeito pelo seu conteúdo integral.
O testemunho de uma comunhão sólida e convicta, em relação filial com o Papa, centro perpétuo e visível da unidade da Igreja universal, e com o bispo, princípio visível e fundamento da unidade da Igreja particular, e na estima recíproca entre todas as formas de apostolado na Igreja.
A comunhão com o Papa e com o bispo é chamada a exprimir-se na disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinais e orientações pastorais. A comunhão eclesial exige, além disso, que se reconheça a legítima pluralidade das formas agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração.
A conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja, que é a evangelização e a santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências, de modo a conseguir permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes.
Nesta linha, exige-se de todas as formas agregativas de fiéis leigos, e de cada uma delas, um entusiasmo missionário que as torne, sempre e cada vez mais, sujeitos de uma nova evangelização.
O empenho de uma presença na sociedade humana que, à luz da doutrina social da Igreja, se coloque a serviço da dignidade integral do homem.
Assim, as agregações dos fiéis leigos devem converter-se em correntes vivas de participação e de solidariedade para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade.
Os critérios fundamentais acima expostos encontram a sua verificação nos frutos concretos que acompanham a vida e as obras das diversas formas associativas, tais como: o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimônio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar dos programas e das atividades da Igreja, tanto em nível local como nacional ou internacional; o empenho catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação

de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de batizados afastados".

Nota:378

RMi 90: "O chamado à missão deriva, por sua natureza, da vocação à santidade. Todo missionário só o é, autenticamente, se se empenhar no caminho da santidade: a santidade deve ser considerada um pressuposto fundamental e uma condição totalmente insubstituível para se realizar a missão de salvação da Igreja.

A universal vocação à santidade está estritamente ligada à universal vocação à missão: todo fiel é chamado à santidade e à missão. Este foi o voto ardente do Concílio ao desejar, com a luz de Cristo refletida no rosto da Igreja, iluminar todos os homens, anunciando o Evangelho a toda a criatura. A espiritualidade missionária da Igreja é um caminho orientado para a santidade.

O renovado impulso para a missão ad gentes exige missionários santos. Não basta explorar, com maior perspicácia, as bases teológicas e bíblicas da fé, nem renovar os métodos pastorais, nem ainda organizar e coordenar melhor as forças eclesiais: é preciso suscitar um novo ardor de santidade entre os missionários e em toda a comunidade cristã, especialmente entre aqueles que são os colaboradores mais íntimos dos missionários.

Pensemos, caros irmãos e irmãs, no impulso missionário das primitivas comunidades cristãs. Não obstante a escassez de meios de transporte e de comunicação de então, o anúncio do Evangelho atingiu, em pouco tempo, os confins do mundo. E tratava-se da religião de um homem morto na cruz, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos (1Cor 1,23)! Na base deste dinamismo missionário estava a santidade dos primeiros cristãos e das primeiras comunidades".

Nota:379

EN 76: "Consideramos agora, brevemente, a própria pessoa dos evangelizadores.

Ouve-se repetir, hoje, com freqüência, que este nosso século tem sede de autenticidade. A propósito dos jovens, sobretudo, afirma-se que eles têm horror ao fictício, àquilo que é falso e que procuram, acima de tudo, a verdade e a transparência.

Estes "sinais dos tempos" deveriam encontrar-nos vigilantes. Tacitamente ou com grandes brados, sempre porém com grande vigor, eles fazem-nos a pergunta: Acreditais verdadeiramente naquilo que anunciais? Viveis aquilo em que acreditais? Pregais realmente aquilo que viveis?

Mais do que nunca, portanto, o testemunho da vida tornou-se uma condição essencial para a eficácia profunda da pregação. Sob este ângulo, somos, até certo ponto, responsáveis pelo avanço do Evangelho que nós proclamamos.

O que é feito da Igreja passados dez anos após o final do Concílio? - perguntávamos nós, no princípio desta consideração. Acha-se ela radicada no meio do mundo e, não obstante livre e independente para interpelar o mesmo mundo? Testemunha ela solidariedade para com os homens e, ao mesmo tempo, o Absoluto de Deus? É ela hoje mais ardorosa quanto à contemplação e à adoração, e mais zelosa quanto à ação missionária, caritativa e libertadora? Acha-se ela cada vez mais aplicada nos esforços por procurar a recomposição da unidade plena entre os cristãos, que torna mais eficaz o testemunho comum, a fim de que o mundo creia? Todos somos responsáveis pelas respostas que se possam dar a estas interrogações.

Exortamos, pois, os nossos Irmãos no episcopado, constituídos pelo Espírito Santo para governar a Igreja; exortamos os sacerdotes e diáconos, colaboradores dos Bispos no congregar o povo de Deus e na animação espiritual das comunidades locais; exortamos os religiosos, testemunhas de uma Igreja chamada à santidade e, por isso mesmo, convidados eles próprios para uma vida que testemunhe as bem-aventuranças evangélicas; exortamos os leigos, e com estes, as famílias cristãs, os jovens e os adultos, todos os que exercem uma profissão, os dirigentes, sem esquecer os pobres, quantas vezes ricos de fé e de esperança, enfim, todos os leigos conscientes do seu papel evangelizador a serviço da sua Igreja ou no meio da sociedade e do mundo; e a todos nós diremos: É preciso que o nosso zelo evangelizador brote de uma verdadeira santidade de vida, alimentada pela oração e sobretudo pelo amor à eucaristia, e que, conforme o Concílio nos sugere, a pregação, por sua vez, leve o pregador a crescer em santidade.

O mundo que, apesar dos inumeráveis sinais de rejeição de Deus, paradoxalmente, o procura entretanto por caminhos insuspeitados e que dele sente bem dolorosamente a necessidade, o mundo reclama evangelizadores que lhe falem de um Deus que eles conheçam e lhes seja familiar como se eles vissem o invisível. O mundo reclama e espera de nós simplicidade de vida, espírito de oração, caridade para com todos, especialmente para com os pequeninos e os pobres, obediência e humildade, desapego de nós mesmos e renúncia. Sem esta marca de santidade, dificilmente a nossa palavra fará a sua caminhada até atingir o coração do homem dos nossos tempos; ela corre o risco de permanecer vã e infecunda".

Nota:380

TMA 36: "Numerosos Cardeais e Bispos desejaram se fizesse um sério exame de consciência, principalmente sobre a Igreja de hoje. No limiar do novo milênio, os cristãos devem pôr-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo. Na verdade, a época atual, a par de muitas luzes, apresenta também tantas sombras.

Como calar, por exemplo, a indiferença religiosa, que leva tantos homens de hoje a viverem como se Deus não existisse ou a contentarem-se com uma religiosidade vaga, incapaz de se confrontar com o problema da verdade e com o dever da coerência? A isto, é preciso ligar também a difusa perda do sentido transcendente da existência humana e o extravio no campo ético, até mesmo em valores fundamentais como os da vida e da família. Impõe-se, pois, uma verificação aos filhos da Igreja: em que medida estão eles também tocados pela atmosfera de secularismo e relativismo ético? E que parte de responsabilidade devem eles reconhecer, quanto ao progressivo alastramento da irreligiosidade, por não terem manifestado o genuíno rosto de Deus, "pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social"?

Realmente não se pode negar que, em muitos cristãos, a vida espiritual atravessa um momento de incerteza que se repercute não só na vida moral, mas também na oração e na própria retidão teologal da fé. Esta, já posta à prova pelo confronto com o nosso tempo, vê-se às vezes ainda desorientada por posições teológicas errôneas, que se difundem também por causa da crise de obediência ao Magistério da Igreja.

E quanto ao testemunho da Igreja no nosso tempo, como não sentir pesar pela falta de discernimento, quando não se torna mesmo condescendência, de não poucos cristãos perante a violação de direitos humanos fundamentais por regimes totalitários? E não será porventura de lamentar, entre as sombras do presente, a corresponsabilidade de tantos cristãos em formas graves de injustiça e marginalização social? Seria de perguntar quantos deles conhecem a fundo e praticam coerentemente as diretrizes da doutrina social da Igreja.
O exame de consciência não pode deixar de incluir também a recepção do Concílio, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio. Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a Dei Verbum? É vivida a liturgia como "fonte e cume" da vida eclesial, segundo o ensinamento da Sacrosanctum Concilium? Vai-se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares, a eclesiologia de comunhão da Lumen gentium, dando espaço aos carismas, aos ministérios, às várias formas de participação do Povo de Deus, embora sem descair para um democraticismo e sociologismo que não reflete a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares oferecidas na Gaudium et spes e em outros documentos de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um maior empenho".

Nota:381

RMi 33: "As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.
Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão ad gentes.
Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.
Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma nova evangelização, ou re-evangelização".

Nota:382

DSD 28; cf. JOÃO PAULO II, *Dircurso de Abertura da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-A,mericano,* n.6-12.

DSD 28: "Como deve ser esta Nova Evangelização? O Papa nos respondeu: nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão.
Nova em seu ardor. Jesus Cristo nos chama a renovar nosso ardor apostólico. Para isso envia o seu Espírito, que inflama hoje o coração da Igreja. O ardor apostólico da Nova Evangelização brota de uma radical conformação com Jesus Cristo, o primeiro evangelizador. Assim o melhor evangelizador é o santo, o homem das bem-aventuranças (cf. RMi, 90-91.). Uma evangelização nova em seu ardor supõe uma fé sólida, uma caridade pastoral intensa e uma forte fidelidade que, sob a ação do Espírito, gere uma mística, um entusiasmo incontido na tarefa de anunciar o Evangelho e capaz de despertar a credibilidade para acolher a Boa-Nova da Salvação."

João Paulo II, Discurso de Abertura da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: "6. A nova evangelização é a idéia central de toda a temática desta Conferência.
Desde o meu encontro, no Haiti, com os Bispos do CELAM em 1983, venho pondo uma particular ênfase nesta expressão, para despertar assim um novo ardor e novos esforços evangelizadores na América e no mundo inteiro: ou seja, para dar à ação pastoral um novo impulso, capaz de suscitar, numa Igreja ainda mais arraigada na força e na potência imorredouras do Pentecostes, tempos novos de evangelização (Evangelii Nuntiandi, 2).
A nova evangelização não consiste num novo evangelho, que surgiria sempre de nós mesmos, da nossa cultura ou da nossa análise sobre as necessidades do homem. Por isso, não seria evangelho, mas pura invenção humana, e a salvação não se encontraria nele. Nem mesmo consiste em retirar do Evangelho tudo aquilo que parece dificilmente assimilável. Não é a cultura a medida do Evangelho, mas Jesus Cristo é a medida de toda a cultura e de toda obra humana. Não, a nova evangelização não nasce do desejo de agradar aos homens ou de procurar o seu favor (cf. Gl 1,10), mas da responsabilidade pelo dom que Deus nos fez em Cristo, pelo qual temos acesso à verdade sobre Deus e sobre o homem, e à possibilidade da vida verdadeira.
A nova evangelização tem, como ponto de partida, a certeza de que em Cristo há uma riqueza insondável (Ef 3,8), que não extingue nenhuma cultura de qualquer época, e à qual nós homens sempre podemos recorrer para enriquecer-nos (cf. Assembléia especial do Sínodo dos Bispos da Europa, Declaração final, 3). Essa riqueza é, antes de tudo, o próprio Cristo, sua pessoa, porque ele mesmo é a nossa salvação. Nós homens de qualquer época e de qualquer cultura, aproximando-nos dele mediante a fé e a incorporação ao seu Corpo, que é a Igreja, podemos encontrar a resposta àquelas perguntas, sempre antigas e sempre novas, que se nos apresentam no mistério da nossa existência, e que de modo indelével levamos gravadas em nosso coração desde a criação e desde a ferida do pecado.
7. A novidade não afeta o conteúdo da mensagem evangélica que não muda, pois Cristo é sempre o mesmo: ontem, hoje e sempre. Por isso, o Evangelho há de ser proclamado em total fidelidade e pureza, assim como foi conservado e transmitido pela Tradição da Igreja. Evangelizar é anunciar uma pessoa, que é Cristo. De fato, não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré Filho de Deus, não forem anunciados (Evangelii Nuntiandi, 22). Por isso, as cristologias redutivas, cujos desvios assinalei em diversas ocasiões (cf. Discurso inaugural da Conferência de Puebla, 28 de janeiro de 1979, I, 4), não podem aceitar-se como instrumento da nova evangelização. Ao evangelizar, a unidade da fé da Igreja tem que resplandecer não somente no magistério autêntico dos Bispos, mas também

no serviço à verdade por parte dos pastores de almas, dos teólogos, dos catequistas, e de todos os que estão comprometidos na proclamação e pregação da fé.

A este respeito, a Igreja estimula, admira e respeita a vocação do teólogo, cuja função é adquirir uma compreensão sempre mais profunda da Palavra de Deus, contida na Escritura inspirada e transmitida pela Tradição viva da Igreja (Instrução sobre a vocação eclesial do teólogo, n. 6). Esta vocação, nobre e necessária, surge no interior da Igreja e pressupõe a condição de crente no próprio teólogo, com uma atitude de fé que ele mesmo deve testemunhar na comunidade. A reta consciência do teólogo católico supõe, portanto, a fé na Palavra de Deus (…) o amor à Igreja, da qual ele recebe a sua missão, e o respeito pelo Magistério divinamente assistido (Ibid., 38). A teologia está chamada a prestar um grande serviço à nova evangelização.

8. Certamente é a verdade que nos torna livres (cf. Jo 8,32). Existem, porém, posições inaceitáveis sobre o que é a verdade, a liberdade, a consciência. Chega-se, inclusive, a justificar a dissensão recorrendo ao pluralismo teológico, levado às vezes até a um relativismo, que põe em perigo a integridade da fé. Não faltam os que pensam que os documentos do Magistério não seriam nada mais que o reflexo de uma teologia opinável (Ibid., 34); e surge assim uma espécie de magistério paralelo dos teólogos, em oposição e em concorrência com o Magistério autêntico (Ibid.). Por outro lado, não podemos minimizar o fato de que os comportamentos de oposição sistemática à Igreja, que chegam até mesmo a constituir-se em grupos organizados, a contestação e a discórdia, da mesma forma que causam graves inconvenientes para a comunhão da Igreja, são também um obstáculo para a evangelização (cf. Ibid., 32).

A confissão da fé Jesus Cristo é sempre o mesmo: ontem, hoje e sempre (Hb 13,8) que é como o pano de fundo do tema desta IV Conferência, nos leva a recordar o seguinte versículo: Não vos deixeis seduzir pela diversidade de doutrinas estranhas (Hb 13,9). Vós, amados Pastores, deveis zelar sobretudo pela fé da gente simples que, em caso contrário, se veria desorientada e confundida.

9. Todos os evangelizadores deverão dar também uma especial atenção à catequese. No início do meu Pontificado quis dar um novo impulso a esta tarefa pastoral, mediante a Exortação Apostólica Catechesi Tradendae, e recentemente aprovei o Catecismo da Igreja Católica, que recomendo como o melhor dom que a Igreja pode fazer aos seus Bispos e ao Povo de Deus. Trata-se de um valioso instrumento para a nova evangelização, onde se compendia toda a doutrina que a Igreja deve ensinar.

Confio igualmente, que o Movimento Bíblico continue desenvolvendo sua benéfica tarefa na América Latina, e que as Sagradas Escrituras nutram cada vez mais a vida dos fiéis, para o qual faz-se imprescindível que os agentes da pastoral aprofundem incansavelmente na Palavra de Deus, vivendo-a e transmitindo-a aos demais com fidelidade, ou seja, tendo em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé (Dei Verbum, 12). Da mesma forma, o Movimento litúrgico deverá dar um renovado impulso à vivência íntima dos mistérios da nossa fé, levando ao encontro de Cristo ressuscitado na liturgia da Igreja. É na celebração da Palavra e dos Sacramentos, mas sobretudo na celebração da Eucaristia, fonte e coroa da vida da Igreja e de toda a Evangelização, que se realiza nosso encontro salvífico com Cristo, a quem nos unimos misticamente formando a sua Igreja (cf. Lumen Gentium, 7). Por isso, exorto-vos a dar um novo impulso à celebração digna, viva e participada das assembléias litúrgicas, com esse profundo sentido da fé e da contemplação dos mistérios da salvação, tão enraizado em vossos povos.

10. A novidade da ação evangelizadora a que temos convocado, afeta a atitude, o estilo, o esforço e a programação ou, como o propus em Haiti, o ardor, os métodos e a expressão (cf. Discurso aos Bispos do CELAM, 9 de março de 1983). Uma evangelização nova no seu ardor, supõe uma fé sólida, uma caridade pastoral intensa e uma fidelidade a toda a prova que, sob o influxo do Espírito, gerem uma mística, um incontido entusiasmo na tarefa de anunciar o Evangelho. Na linguagem neotestamentária é a parresia que inflama o coração do apóstolo (cf. At 5,28-29; cf. Redemptoris Missio, 45). Esta parresia há de ser também o selo do vosso apostolado na América. Nada vos pode fazer calar. Sois arautos da verdade. A verdade de Cristo há de iluminar as mentes e os corações com a ativa, incansável e pública proclamação dos valores cristãos.

Por outra parte, os novos tempos exigem que a mensagem cristã chegue ao homem de hoje, mediante novos métodos de apostolado, e que seja expressado numa linguagem e forma acessível ao homem latino-americano, necessitado de Cristo e sedento do Evangelho: como tornar acessível, penetrante, válida e profunda a resposta ao homem de hoje, sem alterar ou modificar em nada o conteúdo da mensagem evangélica? Como chegar ao coração da cultura que queremos evangelizar? Como falar de Deus num mundo em que está presente um processo crescente de secularização?

11. Como o manifestastes nos encontros e nos colóquios que mantivemos ao longo destes anos, tanto em Roma como nas minhas visitas às vossas Igrejas particulares, hoje a fé simples da vossa gente sofre a investida da secularização, com o conseqüente enfraquecimento dos valores religiosos e morais. Nos ambientes urbanos, cresce uma modalidade cultural que, confiando somente na ciência e nos adiantamentos da técnica, se apresenta como hostil à fé. Transmitem-se uns modelos de vida, em contraste com os valores do Evangelho. Sob a pressão do secularismo, chega-se a apresentar a fé como se fosse uma ameaça à liberdade e à autonomia do homem.

No entanto, não podemos esquecer que a história recente mostrou que quando, ao amparo de certas ideologias, se negam a verdade sobre Deus e a verdade sobre o homem, é impossível construir uma sociedade de rosto humano. Com a queda dos regimes do chamado socialismo real na Europa oriental, é de se esperar que também neste continente se tirem as conclusões pertinentes em relação ao valor efêmero de tais ideologias. A crise do coletivismo marxista não teve somente raízes econômicas, como salientei na Encíclica Centesimus Annus (n. 41), visto que a verdade sobre o homem está íntima e necessariamente ligada à verdade sobre Deus.

A nova evangelização há de dar assim uma resposta integral, pronta, ágil, que fortaleça a fé católica, nas suas verdades fundamentais, nas suas dimensões individuais, familiares e sociais.

12. A exemplo do Bom Pastor, deveis apascentar o rebanho que vos foi confiado e defendê-lo dos lobos vorazes. As seitas e os movimentos pseudo-espirituais de que fala o Documento de Puebla (n. 628), são causa de divisão e de discórdia nas vossas comunidades eclesiais, e cuja expansão e agressividade urge enfrentar.

Como muitos de vós tiveram ocasião de assinalar, o avanço das seitas põe em evidência um vazio pastoral, que tem freqüentemente sua causa na falta de formação, que dissolve a identidade cristã, fazendo que grandes massas de católicos sem uma adequada atenção religiosa entre outras razões por falta de sacerdotes , fiquem à

mercê de campanhas de proselitismo sectário muito ativas. Mas, pode também acontecer que os fiéis não encontrem entre os agentes da pastoral aquele forte sentido de Deus, que eles deveriam transmitir em suas vidas. Tais situações podem ser ocasião para que muitas pessoas, pobres e simples como infelizmente está ocorrendo se convertam em fácil presa das seitas, nas quais buscam um sentido religioso da vida que, talvez, não encontrem naqueles que lho deveriam oferecer a mãos cheias (Os Caminhos do Evangelho, 20).

Por outra parte, não se pode menosprezar uma certa estratégia, cujo objetivo é enfraquecer os fatores que unem os Países da América Latina, dissolvendo assim as forças que nascem da unidade. Com este objetivo, se destinam importantes recursos econômicos para subvencionar campanhas proselitistas, que buscam desestruturar esta unidade católica.

Ao preocupante fenômeno das seitas, deve-se responder com uma ação pastoral que ponha no centro de toda a pessoa, a sua dimensão comunitária e o seu anseio de uma relação pessoal com Deus. É um fato que ali onde a presença da Igreja é dinâmica, como no caso das paróquias em que se promove uma assídua formação na Palavra de Deus, onde existe uma liturgia ativa e participada, uma sólida piedade mariana, uma efetiva solidariedade no campo social, uma marcada solicitude pastoral pela família, pelos jovens e pelos doentes, as seitas ou os movimentos para-religiosos não conseguem se instalar ou progredir.

A forte religiosidade popular de vossos fiéis, com seus extraordinários valores de fé e de piedade, de sacrifício e de solidariedade, convenientemente evangelizada e alegremente celebrada, orientada em torno dos mistérios de Cristo e da Virgem Maria, pode ser, pelas suas raízes eminentemente católicas, um antídoto contra as seitas e uma garantia de fidelidade à mensagem da salvação".